

Estudos de Sociologia

nº 50



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.26 – n.50 – 1º semestre de 2021

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-reitora: Prof. Dra. Maysa Furlan

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Vice-diretor: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Chefe: Prof. Dr. Carlos Gileno

Vice-chefe: Profa. Dra. Ana Lucia de Castro

Secretária: Cleusa Nery

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Versão para o Inglês: Jussara Úngari

Capa: Paulo José de Carvalho Moura

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Castro

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbaux

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiani

UC – Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Anete Brito Leal Ivo

UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil

Anita Simis

UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Annie Thébaud-Mony

INSERM – Instituto Nacional de Saúde e de Pesquisa Médica, Paris, França

Carmen Junqueira

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

Eduardo Garuti Noronha

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

Francisco Rüdiger	PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil
Frederic Lebaron	UVSQ – Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Versailles, França
Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Gerard Mauger	EHESS – Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, Paris, França
Irllys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil
István Mészáros	US – Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido
José Antonio Segatto	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil
Joseph Yvon Thériault	UQUAM – Universidade de Quebec em Montreal, Montreal/QC, Canadá
Klaus von Lampe	CUNY – Universidade da Cidade de Nova York, Nova York, Estados Unidos da América
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil
Magda Maria Bello de Almeida Neves	PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil
Marcelo Siqueira Ridenti	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Maria Orlanda Pinassi	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
Maria Ribeiro do Valle	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha
Marie-Blanche Tahon	uOttawa – Universidade de Ottawa, Ottawa/ON, Canadá
Marta Araújo	UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil
Meryl Adelman	UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Michael Löwy	CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Científica, Paris, França
Pablo Gonzáles Casanova	UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México, Cidade do México, México
Philippe Steiner	PARIS IV – Universidade Paris-Sorbonne, Paris, França
Raimundo Santos	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Roberto Grün	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil
Russell Parry Scott	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil
Sérgio França Adorno de Abreu	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Tânia Pellegrini	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

SUMÁRIO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS PADRÕES DE ATIVISMO POLÍTICO

DOSSIÊ: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS PADRÕES DE ATIVISMO POLÍTICO

Apresentação. Dossiê participação política no Brasil: mudanças e permanências nos padrões de ativismo político 21

Ednaldo A. Ribeiro, Wagner Romão e Ernesto Seidl

Os governos de Lula da Silva e os impasses à participação no Brasil 29

Kátia Alves Fukushima e Maria do Socorro Sousa Braga

Mudanças da propaganda eleitoral e efeitos na competição e participação em eleições municipais brasileiras entre 2008 e 2016 61

Emerson U. Cervi e Daniela Silva Neves

Envolvimento dos brasileiros com as eleições: votos brancos e nulos nas eleições presidenciais e proporcionais no Brasil (1994 e 2014)..... 89

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Rafael da Silva, Yan de Souza Carreirão e Julian Borba

Ativismo digital e valores democráticos: lições a partir da experiência brasileira..... 121

Gabriel Ávila Casalecchi e Aiane de Oliveira Vieira

Mídias sociais como repertório político de subaltern counterpublics: análise de blogs de movimentos feministas 147
Eloisa de Souza Amaral, Zuleika de Paula Bueno e Éder Rodrigo Gimenes

Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre..... 175
Ernesto Seidl

ARTIGOS

Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais)..... 213
Lígia Lückmann, Carla Giani Martelli e Luana Taborda

Cidadania, desenvolvimento e comparecimento eleitoral: condicionantes da participação política em pequenos municípios..... 253
Mércia Alves, Joscimar Silva, Arthur Silva e Luís Paulo Soares

Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção..... 277
Wilson José Ferreira de Oliveira

Intermediações socioestatais e associativismo: implicações entre clientelismo, participação e representação em Curitiba-PR..... 301
Ramon José Gusso

Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia.....327
Rogério de Oliveira Araújo e Olivia Cristina Perez

Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos e representação de interesses no debate político recente 351
Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis

VARIA

Corpos que ameaçam, corpos instrumentalizados: raça e gênero no debate público sobre imigração na Itália 399

Fernanda Di Flora Garcia e João Carlos Soares Zuin

Subalternização e dependência: formação e trajetória de uma família negra no oeste paulista 423

Rogério da Palma e Oswaldo Truzzi

Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964 445

Gustavo Takeshy Taniguti

Intermediários e o Estado: as empresas de engenharia consultiva na gestão da política habitacional paulista 473

Magaly Marques Pulhez e Julio Cesar Donadone

Literatura como ação e cooperação: aportes sociológicos para a compreensão de um movimento cultural nas periferias paulistanas 497

Lucas Amaral de Oliveira

RESENHA

A sociologia como ciência populacional: estatística, mecanismos e agência 523

Matheus Boni Bittencourt

ENTREVISTA

Entrevista com Garry Herrigel 533

Gabriela Lanza Porcionato

TABLE OF CONTENTS

POLITICAL PARTICIPATION IN BRAZIL: CHANGES AND STAYS IN THE PATTERNS OF POLITICAL ACTIVISM

DOSIER: POLITICAL PARTICIPATION IN BRAZIL: CHANGES AND STAYS IN THE PATTERNS OF POLITICAL ACTIVISM

*Foreword. Political participation in Brazil: changes and stays in the
patterns of political activism.....* 21

Ednaldo A. Ribeiro, Wagner Romão and Ernesto Seidl

*The governorships of Lula da Silva and deadlocks to participation
in Brazil 29*

Kátia Alves Fukushima and Maria do Socorro Sousa Braga

*Changes in electoral advertising and the effects on competition and
participation in Brazilian local elections between 2008 and 2016.....61*

Emerson U. Cervi and Daniela Silva Neves

*Brazilians' involvement in the elections: blank and null votes in the
presidential and proportional elections in Brazil (1994 and 2014).....89*

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Rafael da Silva, Yan de Souza
Carreirão and Julian Borba

*Digital activism and democratic values: lessons from the Brazilian
experience 121*

Gabriel Ávila Casalecchi and Aiane de Oliveira Vieira

Social media as a political repertoire of subaltern counterpublics: analysis of feminist movement blogs..... 147
 Eloisa de Souza Amaral, Zuleika de Paula Bueno and Éder Rodrigo Gimenes

A changing militant capital? Tensions and ambiguity within the Movimento Passe Livre (Free Pass Movement)..... 175
 Ernesto Seidl

ARTICLES

Challenges of participatory budgeting: a study in Brazil (Araraquara-SP) and Portugal (Cascais)..... 213
 Lígia Lückmann, Carla Giani Martelli and Luana Taborda

Citizenship, development and election attendance: conditioning factors for political participation in small municipalities..... 253
 Mércia Alves, Joscimar Silva, Arthur Silva and Luís Paulo Soares

Digital social media, political participation and anti-corruption protests..... 277
 Wilson José Ferreira de Oliveira

Government mediation and the formation of associativism: implications of clientelism, participation and representation in Curitiba, Paraná.... 301
 Ramon José Gusso

Antipartisanship among youth in Brazil, Chile and Colombia..... 327
 Rogério de Oliveira Araújo and Olivia Cristina Perez

Greatnesses and misfortunes of the Amazon Rainforest: The construction of purposes and the representation of interests in the latest political debates..... 351
 Igor Gastal Grill and Eliana Tavares dos Reis

VARIA

- Bodies that threaten, instrumentalized bodies: race and gender in the public debate on immigration in Italy*..... 399
Fernanda Di Flora Garcia and João Carlos Soares Zuin
- Subordination and dependency: buildup and Trajectory of a Black Family in the West of State of São Paulo*..... 423
Rogério da Palma and Oswaldo Truzzi
- Candidates of Japanese origin in the state of São Paulo's municipal elections, 1947-1964*..... 445
Gustavo Takeshy Taniguti
- Consulting Engineering Firms: intermediaries in the management of the housing policy in São Paulo*..... 473
Magaly Marques Pulhez and Julio Cesar Donadone
- Literature as action and cooperation: sociological contributions towards an understanding of a cultural movement in the urban periphery of the city of São Paulo*..... 497
Lucas Amaral de Oliveira

REVIEW

- Sociology as population science: statistics, mechanisms and agency*... 523
Matheus Boni Bittencourt

INTERVIEW

- Interview with Garry Herrigel*..... 533
Gabriela Lanza Porcionato

TABLA DE CONTENIDO

PARTICIPACIÓN POLÍTICA EN BRASIL: CAMBIOS Y MANTENIMIENTO EN LOS MODELOS DEL ACTIVISMO POLÍTICO

DOSIER: PARTICIPACIÓN POLÍTICA EN BRASIL: CAMBIOS Y MANTENIMIENTO EN LOS MODELOS DEL ACTIVISMO POLÍTICO

*Presentación. Participación política en Brasil: cambios y mantenimiento
en los modelos del activismo político 21*
Ednaldo A. Ribeiro, Wagner Romão y Ernesto Seidl

*Los gobiernos de Lula da Silva y los impases a la participación en
Brasil 29*
Kátia Alves Fukushima y Maria do Socorro Sousa Braga

*Cambios en la propaganda electoral y efectos en la competencia y
participación en las elecciones municipales brasileñas entre 2008 y
2016..... 61*
Emerson U. Cervi y Daniela Silva Neves

*La participación de los brasileños en las elecciones: el voto blanco y
el voto nulo en las elecciones presidenciales y proporcionales en Brasil
(1994 e 2014) 89*
Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Rafael da Silva, Yan de Souza
Carreirão y Julian Borba

Activismo digital y valores democráticos: lecciones de la experiencia brasileña 121

Gabriel Ávila Casalecchi y Aiane de Oliveira Vieira

Las redes sociales como repertorio político de los contrapúblicos subalternos: análisis de los blogs de los movimientos feministas 147

Eloisa de Souza Amaral, Zuleika de Paula Bueno y Éder Rodrigo Gimenes

¿Un capital militante en transformación? tensiones y ambigüedades en la militancia del Movimento Passe Livre 175

Ernesto Seidl

ARTÍCULOS

Desafíos de los presupuestos participativos: un estudio en Brasil (Araraquara SP) y en Portugal (Cascais) 213

Lígia Lüchmann, Carla Giani Martelli y Luana Taborda

Ciudadanía, desarrollo y participación electoral: factores condicionantes de la participación política en los pequeños municipios..... 253

Mércia Alves, Joscimar Silva, Arthur Silva y Luís Paulo Soares

Medios sociales digitales, participación política y protestas anticorrupción 277

Wilson José Ferreira de Oliveira

Intermediación socio-estatal y asociacionismo: implicaciones entre clientelismo, participación y representación en Curitiba..... 301

Ramon José Gusso

El antipartidismo entre los jóvenes de Brasil, Chile y Colombia 327

Rogério de Oliveira Araújo y Olivia Cristina Perez

Grandezas y desventuras de la Amazonia: Construcción de significados y representación de intereses en el debate político reciente..... 351

Igor Gastal Grill y Eliana Tavares dos Reis

VARIA

Cuerpos amenazantes, cuerpos instrumentalizados: raza y género en el debate público sobre la inmigración en Italia 399

Fernanda Di Flora Garcia y João Carlos Soares Zuin

Subalternización y dependencia: formación y trayectoria de una familia negra en el oeste 423

Rogério da Palma y Oswaldo Truzzi

Candidatos de origen japonés en la política municipal de São Paulo, 1947-1964 445

Gustavo Takeshy Taniguti

Los intermediarios y el Estado: empresas consultoras de ingeniería en la gestión de la política habitacional de São Paulo 473

Magaly Marques Pulhez y Julio Cesar Donadone

La literatura como acción y cooperación: contribuciones sociológicas para la comprensión de un movimiento cultural en las periferias de São Paulo..... 497

Lucas Amaral de Oliveira

RESEÑA

La sociología como ciencia de la población: estadísticas, mecanismos y agencia 523

Matheus Boni Bittencourt

ENTREVISTA

Entrevista con Garry Herrigel..... 533

Gabriela Lanza Porcionato

Dossiê:
Participação política no Brasil:
mudanças e permanências nos
padrões de ativismo político

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS PADRÕES DE ATIVISMO POLÍTICO

*Ednaldo A. RIBEIRO**

*Wagner ROMÃO***

*Ernesto SEIDL****

Fenômenos políticos como o declínio generalizado nos índices de comparecimento eleitoral e de ativismo partidário, a emergência e a expansão dos movimentos de protesto e novas formas de participação institucional têm levado a uma crescente preocupação dos cientistas políticos com o tema da participação (NORRIS, 2007; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2005; FUNG e WRIGHT, 2003). As chamadas ações *elite directed*, nas quais os cidadãos participam através de organizações hierárquicas (partidos, sindicatos) estariam em declínio em praticamente todos os contextos democráticos, cedendo lugar para ações *elite-challenging*, diretas e não institucionalizadas, cujos exemplos mais representativos seriam os protestos ou boicotes (INGLEHART e WELZEL, 2009).

A maioria das investigações sobre essa mudança nos padrões de cidadania política, todavia, tem sido conduzidas nos contextos europeu e norte americano, com processos de constituição política muito distintos dos verificados na América Latina e em outras regiões compostas por democracias mais recentes (RIBEIRO; BORBA, 2019).

* UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais, Pesquisador do CNPq. Maringá - PR – Brasil. 87083-170 – ednaldorip@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>.

** Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciência Política, Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac) Campinas – SP – Brasil. 13083896 – wromao@unicamp.br. <https://orcid.org/0000-0003-3725-2861>.

*** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Pesquisador do CNPq. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – ernestoseidl@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1099-6206>.

Esse reconhecimento dos contextos aponta também para a necessidade de se ampliar as análises comparativas, incorporando as diferentes modalidades de participação, com destaque, às modalidades eleitorais, associativas, contestatórias e institucionais. Neste último caso, trata-se daqueles espaços que, embora sejam fruto também da atuação de associações e movimentos sociais, são instituídas pelo Estado, como conselhos gestores, conferências de políticas públicas e experiências de Orçamento Participativo.

Como sabemos, em diversos países do mundo, em especial no Brasil, testemunha-se, nas últimas décadas, a criação e a expansão de diferentes modalidades de participação da população junto aos espaços e processos de discussão e formulação de políticas públicas, formando um quadro de “inovação democrática” caracterizado, como analisam Gurza Lavalle e Isunza Vera (2010), por processos de criação e de inovação institucional que se diferenciam das modalidades diretas de participação política, a exemplo do plebiscito, do referendo ou da iniciativa de leis de base popular.

Dentre a multiplicidade de novos experimentos e instituições que incorporam o ideal da participação, destaca-se o quadro das práticas e instituições brasileiras. De fato, o Brasil vinha se sobressaindo, até muito recentemente, na construção de diferentes tipos e modalidades de participação como resultante de disputas e debates que fizeram consagrar, na Constituição de 1988, o ideário da participação.

Os conselhos gestores de políticas públicas se espalharam pelo Brasil a partir do final da década de 1980. São dezenas de milhares de conselhos, e aqueles que estruturam setores de políticas – como na saúde, por exemplo – atingem praticamente a totalidade dos municípios. Em paralelo, sobretudo a partir do ano de 2003, conferências nacionais de políticas públicas, com afluxo de milhões de participantes, foram realizadas, com etapas municipais, estaduais e nacional. O Orçamento Participativo experimentou também grande voga entre as décadas de 1990 e 2010. Se é verdade que esta “efervescência participativa” experimenta atualmente um momento de refluxo pela atual conjuntura política – especialmente no nível federal – também é verdade que a estrutura de conselhos mantém-se ativa em diversos setores de políticas públicas nos níveis estadual e municipal.

Embora seja crescente o volume de estudos sobre essas instituições participativas (IPs), o fato é que não encontramos esforços no sentido de uma incorporação dessa modalidade de participação nos estudos sobre participação política da população brasileira. Por outro lado, embora seja pacífico que essa intensa modalidade de participação realizada em espaços institucionais tenha ocupado espaço relevante na elaboração democrática de políticas públicas e de controle social sobre os governos nos três níveis da federação, é forçoso dizer que não responderam de maneira satisfatória aos anseios de influência da sociedade nas decisões ocorridas no âmbito do Estado.

Se pairava alguma dúvida, os acontecimentos ocorridos em junho de 2013 recolocaram o protesto de rua como repertório relevante de participação política. Não se trata, é claro, de uma forma inédita de participação. Os protestos de rua (passeatas, manifestações, ocupação de locais públicos) não são, absolutamente, uma novidade no país.

No entanto, o ineditismo dos protestos de junho de 2013 se deve pelo menos a quatro fatores. Em primeiro lugar, por sua amplitude: ocorreram de forma quase simultânea em centenas de cidades do país; em segundo lugar, pela relativa “espontaneidade” das manifestações, que não foram “convocadas” por nenhuma frente de partidos políticos ou centrais de sindicatos e/ou movimentos populares; em terceiro lugar, pela utilização das redes sociais da internet como elemento organizativo – fenômeno cujo estudo ainda está pouco desenvolvido e sobre o qual ferramentas e metodologias de análise devem ser aperfeiçoadas – e que a tornam semelhante a outros ciclos de protestos recentes em países como o Egito e Tunísia (Primavera Árabe), Espanha (Indignados), Grécia e outros. Por fim, em quarto lugar, tratou-se de protestos que também apresentaram, em algumas cidades, uma forte crítica ao sistema político brasileiro, especialmente os partidos políticos, com ênfase inédita.

Da mesma forma, registra-se um crescimento significativo do associativismo em solo brasileiro. Estudo de Ganança (2006) aponta que, em 2002, havia aproximadamente 276 mil associações registradas no país, sendo que 62% foram criadas a partir de 1991. No entanto, além das dificuldades de classificação neste amplo e complexo campo de organização social, ressalta-se para a carência de estudos que situem esta modalidade em um enquadramento mais amplo de repertórios, no sentido de perceber rupturas ou alterações importantes nos padrões de participação política no Brasil.

No caso do associativismo, por exemplo, se alguns estudos apontam um processo de crescimento e de pluralização a partir dos anos de 1970 (AVRITZER, 1997), outros estudos, como o de Ferreira (1999) questionam qualquer relação entre o aumento do número de associações e o aumento, ou o incremento da participação política entre os brasileiros, na medida em que permanece muito baixa a taxa de filiação associativa (menores que 5%).

Grosso modo, o que esses estudos indicam é que, apesar do crescimento e da complexificação dos repertórios de participação no Brasil, nossa sociedade continua apresentando baixos percentuais de participação política, e que podem ser explicados, entre outros, pela manutenção de uma “cultura cívica predatória” (FERREIRA, 1999).

Nesta perspectiva, perguntamos: é possível dizer que a ampliação dessas diferentes modalidades de participação – seja por suas peculiaridades organizativas, seu questionamento sobre as instituições políticas, ou por suas bases e perfis

populacionais – coloca uma cunha no que seja nosso entendimento sobre a participação política no Brasil? Em que medida essas modalidades concorrem – e/ou atravessam – a modalidade de participação política eleitoral? Há, de fato, uma renovação nos sentidos e práticas da participação política, se avaliarmos este fenômeno em uma perspectiva mais abrangente e de corte longitudinal?

O conjunto dos artigos reunidos nesse dossiê oferece contribuições para elucidar algumas dessas questões e, por óbvio, suscitar novas inquietações. O trabalho de Kátia Fukushima e Maria do Socorro Braga, *Governos de Lula da Silva e os impasses à participação no Brasil*, explora os contornos das correlações de forças e assimetrias de recursos políticos durante as primeiras gestões federais petistas, procurando identificar os seus efeitos sobre a implementação de mecanismos de participação. O artigo procura evidenciar as distâncias entre uma manifesta vontade política de ampliar o envolvimento de diferentes setores da população em processos decisórios relevantes e a efetividade desse ideal participativo. Para tanto as pesquisadoras analisam as iniciativas que configuraram durante o governo Lula uma agenda participacionista e as condições necessárias à sua implementação. A partir do confronto dessas duas ordens de dados, concluem que os oito anos desse governo, apesar dos impasses internos derivados da necessária coalização governamental, a combinação positiva entre interação com movimentos sociais, alta popularidade e capacidade de negociação garantiram condições para avanços na área de participação, com destaque ao incentivo, criação e reformulação de conselhos e conferências nacionais. No campo das condições, ainda que as autoras apontem efeitos positivos de políticas e ações, como bolsa família, aumento sucessivo do salário-mínimo e ampliação do acesso à educação para grupos marginalizados, concluem que a busca pela governabilidade em uma coalizão ampla e heterogênea ideologicamente impediu mudanças de cunho estrutural que pudessem tornar a democracia brasileira de fato participativa.

O artigo *Mudanças da propaganda eleitoral e efeitos na competição e participação em eleições municipais brasileiras entre 2008 e 2016*, de Emerson Cervi e Daniela Neves, avalia os impactos das estruturas de comunicação tradicional (rádio e TV) e digital sobre o grau de competitividade e participação nas eleições no nível municipal. Mais especificamente, os autores procuram avaliar os impactos das recentes alterações nas regras de comunicação eleitoral, reduzindo o tempo e relevância do horário gratuito de propaganda eleitoral e ampliando as possibilidades por meios digitais, sobre o grau de envolvimento da população adulta nos pleitos e o padrão de dispersão/concentração dos votos nas eleições locais. Utilizando dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para calcular índices de comparecimento e competição eleitoral e informações da Anatel sobre números de rádios, TVs e acesso à rede de comunicação multimídia, os autores concluem que as mudanças nos padrões de comunicação política não

provocaram modificações significativas na participação nos pleitos, ainda que esteja relacionada ao aumento na competição.

Também sobre o comportamento eleitoral o artigo *Envolvimento dos brasileiros com as eleições: votos brancos e nulos nas eleições presidenciais e proporcionais no Brasil (1994 e 2014)*, de Cíntia Pinheiro de Souza, Rafael da Silva, Yan Carreirão e Julian Borba, apresenta evidências importantes da natureza dessas duas formas de manifestação dos eleitores em eleições presidenciais e proporcionais ao longo de duas décadas. Partindo da constatação de uma agenda ainda incipiente sobre as semelhanças e diferenças entre votos brancos e nulos no contexto nacional, os autores se valem de um grande volume de dados disponibilizados pelo TSE, além de informações sociais e econômicas disponibilizadas pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para testar hipóteses sobre os efeitos da insatisfação/descontentamento e dificuldade/erro. Utilizando estratégias bivariadas e multivariadas de análise, os autores encontraram indícios de diferenças entre os dois comportamento estudos em razão do cargo disputado e da forma de votação, por cédula ou urna eletrônica. No caso das eleições presidenciais, por exemplo, os resultados apresentados no artigo sugerem que votos brancos e nulos, que eram fenômenos semelhantes quando a cédula impressa era usada, hoje apresentam diferenças marcantes. Com o uso das cédulas votos brancos nulos e brancos para presidente e brancos para deputado federal parece estar fortemente associados ao erro do eleitor ao expressar suas escolhas no papel, com maior prevalência em contextos de baixo desenvolvimento social e econômico. Após a adoção da urna eletrônica, os pesquisadores indicam que votos nulos para presidente se associam ao erro, enquanto os votos nulos para cargos proporcionais estariam mais relacionados à insatisfação e protesto.

Abrindo um segundo eixo geral de discussões do dossiê, o artigo *Ativismo digital e valores democráticos: lições a partir da experiência brasileira* de Gabriel Casalecchi e Aiane Vieira, examina a intensidade do uso político das ferramentas digitais para o ativismo político com base na identificação de seus impactos sobre algumas atitudes políticas relevantes entre os brasileiros. Esses pesquisadores partem do debate ainda aberto sobre os potenciais e limites dessas novas tecnologias informacionais (principalmente das redes sociais) para o aprofundamento da democracia em escala mundial e local, e se valem de dados produzidos pela última onda (2018/19) do projeto Barômetro das Américas para o Brasil para identificar se os mais politicamente ativos no ambiente digital compartilhariam de atitudes de adesão à democracia e tolerância política. Os resultados apresentados indicam primeiramente que o ativismo digital não afeta o nível de adesão ao regime ou atitudes de tolerância a minorias políticas, todavia, impacta de maneira negativa a tolerância política aos partidos políticos, o que leva os autores a alertarem para os efeitos negativos do uso das redes para jovens democracias como a brasileira.

Também voltado à participação política na esfera digital, o trabalho de Eloísa de Souza Amaral, Zuleika de Paula Bueno e Éder Rodrigo Gimenes toma dois conjuntos de ciberativistas feministas como campo empírico privilegiado de análise. É a partir daí que o artigo *Mídias sociais como repertório político de subaltern counterpublics: análise de blogs de movimentos feministas* discute a produção de contradiscursos nas disputas da esfera pública. A pesquisa demonstra que as ações do ativismo on-line realizadas pelos movimentos feministas fomentam a criação de novos espaços de interação e organização, gerando modos autônomos de produção da identidade social. Os/as autores/as defendem que essa modalidade de ativismo, mobilizada como instrumento político por minorias, tem potencial para aumentar os diálogos e interações que incrementam, em alguma medida, a representação plural de interesses, qualificando assim os processos democráticos.

Ainda no terreno da participação pelo ativismo, o artigo de Ernesto Seidl *Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre* encerra o dossiê também refletindo sobre um eventual processo de recomposição do espaço militante no Brasil. Centrado numa abordagem processual do engajamento militante de diferentes gerações do Movimento Passe Livre (MPL) de Florianópolis, a investigação procura captar mudanças nas formas de conceber a militância dentro de uma organização considerada “autonomista”. A análise dos itinerários individuais permite questionar a naturalização de noções caras à identidade e à legitimação do grupo – como “autonomia”, “horizontalidade” e “apartidarismo” – ao evidenciar o quanto as competências de suas lideranças repousam em experiências e vínculos acumulados em instituições políticas “tradicionais”. Por outro lado, o artigo também demonstra o questionamento progressivo daquelas características pelas gerações mais recentes e a exigência mais intensa de disposições e competências militantes afinadas com um espaço político avesso à concentração de poder e ao protagonismo individual.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, n. 39, 1997.
- FERREIRA, M. C. Associativismo e contato político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988 -1996. Revisitando o Problema da Participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1999.
- FUNG, A.; WRIGHT, E. O. (orgs.). **Deepening democracy**: institutional innovations in empowered participatory governance. London, New York: Verso, 2003.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNB, Brasília, 2006.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. (orgs.). **La innovación democrática en América Latina**: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2010.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press. p. 628-652, 2007.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Personalidade e comparecimento eleitoral na América latina: efeitos de características psicológicas individuais em contextos de obrigatoriedade. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62(4): e20170048, p.1-73, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000400205&lng=pt&nrm=is o&tlng=pt. Acesso em: 08 abr. 2021.

SCHLOZMAN, K. L.; VERBA, S.; BRADY, H. E. **The unheavenly chorus**. Cambridge: Harvard University Press. 2005.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OS GOVERNOS DE LULA DA SILVA E OS IMPASSES À PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

*Kátia Alves FUKUSHIMA**

*Maria do Socorro Sousa BRAGA***

RESUMO: O objetivo deste artigo é verificar como a correlação de forças e a assimetria de recursos políticos impactaram no processo de implementação de mecanismos de participação nos governos de Lula da Silva (2003-2010). Para tanto, realizamos um estudo de caso com foco em duas dimensões: a) correlação de forças políticas e econômicas – com a oposição partidária e setores empresariais e b) recursos políticos – oriundos dos legados institucionais, do sistema político, dos pactos e da base de apoio social. Concluímos que apesar dos impasses institucionais e da correlação de forças políticas ideologicamente heterogênea houve avanços em relação à participação política e ao acesso a bens sociais de setores até então marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Governo Lula da Silva. Democracia Liberal. Conciliação entre classes.

Introdução¹

O governo Lula (2003-2010) se insere na chamada **maré rosa** ou giro à esquerda que ocorreu na primeira década do século XXI, quando líderes e/ou partidos

* UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista (PROFIX-D) FAPES/CAPES. Vitória – ES – Brasil. 29075-910 – kafukushima.politica@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7588-9228>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – msbraga@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>.

¹ Este artigo é parte dos projetos de investigação “Avaliando a qualidade da democracia em países da América Latina (II)”, apoiado com uma bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento

de esquerda e centro-esquerda ascenderam ao Poder Executivo em vários países da América Latina². A literatura especializada atribuiu a origem desse fenômeno político a vários fatores, tais como, a implementação de políticas neoliberais por parte dos governos anteriores, as crises econômicas e políticas e a insatisfação da população com os partidos tradicionais. Para os objetivos desta análise outros dois fatores indicados são cruciais: o primeiro se refere ao processo de acumulação que a esquerda adquiriu com as experiências em governos municipais e estaduais; e, o segundo, diz respeito ao déficit de representação e participação, principalmente, das chamadas minorias sociais dessas sociedades (PANIZZA, 2006; CLEARY, 2006).

Embora esses governos tenham ascendido ao poder dentro das regras do jogo da democracia liberal, e na economia muitos mantiveram a adoção de políticas neoliberais, eles assumiram papel crucial na região ao defenderem mudanças visando uma ordem democrática mais inclusiva, participativa e menos desigual. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e do sindicalista – Lula da Silva (doravante Lula) – ao poder Executivo representou a possibilidade desse aprofundamento da democracia brasileira. A história social do PT e as experiências das administrações petistas em algumas cidades, com o Orçamento Participativo (OP)³, indicavam esse caminho.

O programa de governo de Lula enfatizava propostas de inclusão social e de combate à desigualdade, à fome e ao clientelismo, “convertendo o social no eixo do novo modelo de desenvolvimento”, priorizando “o crescimento do emprego; a geração e distribuição de renda e a ampliação da infraestrutura social”. Ademais, propunha “criar uma alternativa econômica para enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social [a qual] exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado, evitando o comportamento predatório de monopólios e oligopólios” (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.3-30).

A partir deste cenário e da proposta do governo Lula, nosso objetivo consiste em analisar como a correlação de forças políticas e a assimetria de recursos políticos impactaram a gestão de Lula (2003-2010) no processo de implementação de mecanismos de participação. Nosso argumento parte do pressuposto de que a vontade política nem sempre se materializa em ação e resultado político almejados.

Científico e Tecnológico (CNPq) e “Políticas sociais e democracia: uma análise dos governos Nicolás Maduro (2013-2018) e Dilma Rousseff (2010-2016)” desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo, com financiamento FAPES/CAPES, bem como, parte dos resultados da tese de doutorado intitulada “A tensão entre democracia e participação nos governos de esquerda: os casos do Brasil, Chile e Venezuela” desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos com financiamento do CNPq.

² Venezuela (Hugo Chávez, 1998); Argentina (Néstor Kirchner, 2003); Uruguai (Tabaré Vázquez, 2004); Bolívia (Evo Morales, 2005); Chile (Michele Bachelet, 2006); Equador (Rafael Correa, 2006); Nicarágua (Daniel Ortega, 2006); Paraguai (Fernando Lugo, 2008) e El Salvador (Mauricio Funes, 2009).

³ O OP é uma política que permite aos cidadãos influenciar e/ou decidir através de sua participação nas assembleias e nos processos de negociação com o governo, sobre como gastar o orçamento público destinado a novos investimentos.

Isto porque os recursos políticos e a correlação de forças em um governo geram diferentes oportunidades no processo decisório.

A base teórica deste artigo está assentada na teoria de democracia participativa de Macpherson (1978, p.103). Esta é entendida como o aperfeiçoamento da democracia liberal, que pressupõe o “afastamento do homem como consumidor maximizante, e grande redução da atual desigualdade econômica e social”. Contudo, o autor reconhece que para que isto ocorra é necessária uma participação democrática muito maior do que a que está presente nas democracias liberais existentes. Logo, a solução seria criar políticas que busquem reduzir as desigualdades e estimulem a participação. Esta teoria nos ajuda a pensar a administração de Lula e sua proposta de governo de aperfeiçoar a democracia brasileira através da participação e inclusão. Resta saber, se seu governo, diante dos recursos políticos e da correlação de forças políticas do país, conseguiu de fato aprofundar a democracia.

Para analisar essa questão, metodologicamente realizamos um estudo de caso com foco em duas dimensões: a) correlação de forças políticas e econômicas – com a oposição partidária e setores empresariais e b) recursos políticos – oriundos dos legados institucionais, do sistema político, dos pactos e da base de apoio social. O processo de implementação de mecanismos participativos e de aprofundamento da democracia foi analisado a partir de dois eixos analíticos: i) mecanismos de participação e inclusão e ii) condições favoráveis à participação.

O artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, verificamos quais os recursos políticos institucionais e sociais que o governo Lula contou para implementar sua agenda participacionista. Identificamos como estava a configuração da correlação de forças políticas e os constrangimentos que impactaram no processo de implementação da agenda governamental. Na terceira seção, avaliamos a efetividade da administração petista nessa dimensão, seja indicando os mecanismos de participação e inclusão criados, seja efetivando políticas sociais de acesso à educação e de redução da pobreza e das desigualdades. Em seguida, tecemos as considerações finais.

1. Governos Lula da Silva (2003-2010): dilemas de conciliação de classes

Para compreendermos os impasses que o governo petista enfrentou ao buscar implementar sua agenda social e de ampliação da participação cidadã temos que analisar ao menos duas dimensões de uma democracia liberal. A primeira se refere à correlação de forças político-sociais representada no Executivo e no Legislativo. Em outras palavras, precisamos verificar como estava distribuído o poder político entre as forças relevantes do país e como se deram as relações do governo com a

oposição, com os partidos da coalizão governamental e parlamentar e com setores internos ao próprio partido do presidente. De acordo com Linz (1991, p.45), “além de responder às demandas de um amplo eleitorado e dos membros do partido, os governos democráticos não podem ignorar as dos grupos de interesses”. Já Easton (1968, p.185) enfatiza que muitas vezes no processo decisório é preciso calcular o custo e o benefício que determinada decisão irá gerar. Pois, quando setores chaves, como os setores econômicos, perdem a confiança no governo, “podem ser mais decisivos que o apoio do eleitorado”. Neste sentido, ensina que “a pressão que se produz entre os diversos interesses, sobre o conteúdo da política prática, pode ser descrita como um ‘estica e afrouxa entre os grupos’ para o controle do aparato governamental”.

A segunda dimensão diz respeito aos recursos políticos que governos democráticos poderão contar em cada sociedade. Esses recursos podem ser de cinco tipos. O primeiro se refere às características estruturais da sociedade, que ofereceriam uma série de oportunidades e obstáculos para os atores sociais e políticos, podendo levar a um ou outro resultado (LINZ, 1991). O segundo está relacionado à configuração dos sistemas políticos nos quais os governos têm que atuar, especialmente no formato do sistema partidário e no tipo de sistema eleitoral adotado para transformar votos em poder político. As principais implicações do desenho institucional podem gerar distorções entre o voto da população e a representação no governo, o distanciamento entre representantes e representados, bem como, pode implicar na formação de amplas coalizões ideológicas entre os partidos, o que por sua vez, suscita a negociação de interesses distintos, limitando a agenda de governo. Já o terceiro, foca nos recursos vinculados aos legados institucionais, que determinariam os recursos institucionais e de poder deixados por governos e/ou regimes anteriores e que influenciariam no processo decisório. O quarto, seriam os pactos estabelecidos pelos atores políticos e, por fim, o quinto recurso, conformar-se-ia pelas bases sociais com as quais tais governos poderiam contar (LINZ, 1991; EASTON, 1968).

O Brasil chegou ao século XXI com uma democracia relativamente estável no que se refere aos procedimentos que regulam a competição política, à alternância de grupos políticos no controle do poder político nas esferas municipal, estadual e nacional, à configuração de um sistema partidário inclusivo e, à ampliação da cidadania eleitoral. Mas, ao mesmo tempo, apresenta déficits de representatividade de segmentos populacionais socialmente minoritários. Ademais, o país não conseguiu avançar o suficiente para democratizar o acesso da maioria da sociedade às políticas de bem-estar social, aprofundando a desigualdade na distribuição da renda, da educação e saúde de qualidade, alargando, assim, as barreiras entre as classes sociais. Essa assimetria entre as dimensões do sistema democrático brasileiro

vem gerando muitas contradições no seu funcionamento, afetando, assim, o desenvolvimento do grau de amplitude de sua legitimidade.

Foi nesse contexto, após 113 anos da Proclamação da República brasileira, que o sindicalista e ex-deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito presidente no pleito de 2002, no segundo turno, com quase 53 milhões de votos, 61,27% contra 38,73% obtidos pelo ex-senador José Serra (PSDB) (BRASIL, 2003). Para realizar esse feito o esquerdista Partido dos Trabalhadores se coligou com partidos do mesmo espectro político ideológico (PCdoB, PCB, PMN) e com o Partido Liberal (PL) de centro-direita, visando justamente ampliar suas chances de apoio no eleitorado moderado e adepto do receituário liberal no que se refere à economia. Esse movimento do PT no sentido de uma política de aliança entre classes políticas para que houvesse margem para a governabilidade foi materializado em outros momentos da campanha como, por exemplo, o lançamento da Carta aos Brasileiros em junho daquele ano, publicada em vários jornais do país. Nessa carta o candidato presidencial Lula afirmava:

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social (FOLHA, 2002, n.p.).

Em resposta a esses apelos em meio a forte crise econômica e alta taxa de desemprego, o eleitorado nacional, mas especialmente o da região Sudeste (51,62%), economicamente mais ativo do país, votou majoritariamente na proposta socialdemocrata dos petistas.

Mas se o ex-presidente Lula chegou à presidência da República com alta popularidade, o mesmo não ocorreu com os partidos que formariam sua base parlamentar inicial. Conforme tabela 1, no primeiro ano de governo o ex-presidente contava com uma base (PT, PSB, PDT, PV, PTB, PCdoB, PL e PPS) controlando 49,3% das cadeiras da Câmara. Mesmo a bancada do PT nesta Casa, embora fosse a maior daquela Legislatura, chegou a apenas 18%. Já a oposição (PFL/DEM; PSDB; PRONA) contava com 26% das cadeiras. No Senado o PT elegeu a segunda bancada, ficando com 12% das cadeiras. Mas sua base parlamentar (PT, PL, PDT, PTB, PSB, PPS) era ainda menos expressiva (28,4%). Em contrapartida a oposição controlava ampla maioria, agregando 71,6% das cadeiras.

Tabela1: Correlação de Forças Políticas no Primeiro Governo Lula (2003)

	Base do governo	Oposição	% Ministério	
Câmara dos Deputados	49,3 ¹	26,0 ²	Partido	Sem partido
Senado	28,4	71,6	PT	Base aliada
			54,8	31,5
				13,7

Nota 1: Coalizão entre jan. 2003 a jan. 2004 composta pelos partidos: PT, PSB, PDT, PPS, PCdoB, PV, PL e PTB.

Nota 2: PFL/DEM; PSDB; PRONA.

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do TSE (BRASIL, 2003) e dos estudos de Palotti e Cavalcante (2019); Amorim Neto (2007); Freitas (2016).

Diante desse cenário, para ampliar sua margem de negociação política e conseguir aprovar as reformas constitucionais, o PT teve que atrair mais partidos para sua base parlamentar. Esse foi o caso do PMDB, PP e PSC, acrescentando mais 133 deputados nos anos seguintes. Desse modo dos 15 partidos representados na Câmara a partir de 2003, 11 passaram a apoiar o governo, reunindo uma base parlamentar com 376 deputados, ou cerca de 73% da Casa⁴. No Senado, a base de apoio ao ex-presidente Lula passou a contar com sete partidos, chegando a 53 senadores (65,4%). Parte desse aumento se deve também ao crescimento das legendas da base aliada no primeiro ano de alta popularidade do ex-presidente Lula, quando normalmente ocorre a primeira onda de mudanças partidárias em decorrência do resultado do pleito majoritário. Muitos deputados procuraram realinhar-se à nova correlação de forças políticas, tendo como centro de gravidade os campos do governo e da oposição⁵.

Ainda sobre a correlação de forças é importante ressaltarmos que os números da base parlamentar, devido ao seu perfil ideologicamente mais amplo, devem ser tomados com cautela quanto ao grau de governabilidade do presidente. Isso porque, dependendo dos interesses econômicos e sociais contraditórios envolvidos na matéria, as bancadas dificilmente votarão fechadas. Foi por isso que as negociações foram pontuais e começaram a cada novo projeto submetido à votação. Foi assim,

⁴ O PDT em 2004 rompeu com o governo petista, que perdeu os 13 deputados, embora o ministro das Comunicações, Miro Teixeira, nomeado na cota do partido no Executivo, permaneceu no cargo.

⁵ Como o PTB (passou de 41 para 52 deputados), o PL (de 34 para 43) e o PSC (de 1 passou a 7 deputados). Enquanto, as legendas de oposição sofreram perdas: o PFL caiu de 76 para 68 deputados; o PSDB, de 63 para 50; o PDT, de 18 para 13; e o Prona, de 6 para 2, PMN perdeu seus 2 deputados, ficando sem representantes.

por exemplo, na votação das reformas Tributária⁶ e da Previdência. Como envolvia temas polêmicos, foram necessárias muitas negociações e concessões por parte do governo Lula para garantir o apoio da base. Outro exemplo, foi quando Lula propôs a emenda, PEC nº89 de 2007, para prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira⁷ (CPMF) por mais quatro anos – até 2011. A base aliada do governo era de 76% na Câmara e tinha a maioria dos votos nominais no Senado, mas essa maioria no Congresso não se refletiu em vitória. De acordo com Navarro e Cabral (2007), foram sete “traições” na base que selaram a derrota da emenda da CPMF. Essa situação demonstrou um governo cada vez mais dependente do PMDB, partido que então possuía a maior bancada com 20 senadores.

Outra dimensão relevante na análise dos impasses enfrentados pelo governo petista diz respeito à distribuição dos ministérios entre os partidos da coalizão governamental mais heterogênea ideologicamente. Conforme a tabela 1, no primeiro mandato, o PT concentrou quase 55% dos ministérios, enquanto os partidos da coalizão governamental agregaram apenas 31,5% e, quase 14% estavam com ministros sem filiação partidária. A estratégia desse governo foi a expansão de uma estrutura ministerial que permitisse garantir ao partido do presidente o domínio sobre os setores social e de governo, considerando o número de ministérios ocupados pelo PT. Na análise por partidos, destaca-se a presença do PMDB em todos os governos petistas, mais concentradamente em pastas do setor de infraestrutura. Consequentemente, nos oito anos do governo, a negociação com os partidos se alinhou mais à centro-direita, oferecendo cargos no primeiro e segundo escalões e, assim, o governo Lula formou sua base aliada.

O reflexo dessas coalizões pode ser visto na composição dos partidos por ministérios (tabela 2). Durante o governo Lula, esse arranjo multipartidário conferiu aos ministérios um número significativo de partidos, tendo em 2005, nove partidos no primeiro escalão do governo. Segundo Amorim Neto (2007, p.132), o governo constituiu o “mais fragmentado ministério formado na história do presidencialismo latino-americano”.

⁶ Na tentativa de aprovar a reforma tributária, o ex-presidente Lula não conseguiu a adesão da maioria dos deputados. Com isso, fatiou a proposta e aprovou apenas pontos da matéria, como o que aumentou em 1% o Fundo de Participação dos Municípios, levando o repasse de 22,5% para 23,5%.

⁷ A CPMF estabelecia uma alíquota de 0,38% sobre movimentações financeiras e arrecadava aproximadamente 1,4% do PIB para o governo federal.

Tabela 2: Base Governista e apoio na Câmara dos Deputados (2003-2007) – Brasil

	Período de Duração	Coligações de Governo /Partidos Representados nos Ministérios	Apoio na Câmara (nominal) (%)
Governo Lula	01/03-01/04	PT/PSB/PDT/PPS/PCdoB/PV/PL/PTB	49,3
	01/04-07/05	PT/PSB/PPS/PCdoB/PV/PL/PTB/PMDB	62
	06/05-08/05	PT/PSB/PCdoB/PV/PL/PTB/PMDB	59,8
	08/05-09/05	PT/PSB/PCdoB/PV/PL/PTB/PMDB	69
	09/05-04/06	PT/PSB/PCdoB/PV/PTB/PMDB/PP/PRB/PL	69
	04/06-12/06	PT/PSB/PCdoB/PV/PTB/PMDB/PP	58,4
	Dez. /2007	PMDB/PDT/PSB/PCdoB/PR/PP/PTB	76,2

Fonte: Elaboração das autoras a partir de Amorim Neto (2007, p.134); IPEA (2010, p.131); Navarro e Cabral (2007).

O fato é que a governabilidade no Brasil, “tem se estruturado a partir dos laços entre os Poderes Legislativo e Executivo, por meio da formação de maiorias parlamentares, à luz do presidencialismo de coalizão” (IPEA, 2010, p.129). Como aponta Abranches (2018, p.69-70), essas “coalizões não são eventuais, elas são imperativas. Nenhum presidente governou sem o apoio e o respeito de uma coalizão”. Contudo, a “associação entre a dependência da governança ao apoio parlamentar e a correlação entre sucesso eleitoral dos parlamentares e acesso a recursos e cargos governamentais gera poderosos incentivos ao toma-lá-dá-cá, ao clientelismo e à patronagem” (ABRANCHES, 2018, p.79), o que por sua vez, pode gerar impasses no processo decisório.

Vale lembrar que o governo em seus primeiros anos enfrentou algumas crises internas, quando optou por uma equipe econômica conservadora e tomou medidas, como a adoção de uma reforma regressiva da previdência, que gerou desavenças entre o governo e setores dos movimentos sociais e do próprio PT contrários a tal reforma e às políticas econômicas conservadoras (SADER, 2013). Diante desse processo, o PT perdeu alguns setores que passaram a ser críticos incondicionais ao governo. Este ainda enfrentou tensões com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as organizações de trabalhadores do campo. Contudo, “no fim de 2003, o presidente reuniu-se com as lideranças do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Pastoral da Terra, para pedir lealdade. Que só o julgassem no final do mandato” (Abranches, 2018, p.238). A busca para conciliar os diversos interesses se tornou explícita no processo de acalmar os movimentos sociais.

Em 2006, Lula foi reeleito com 60,83% dos votos, no 2º turno, mantendo em alta sua popularidade. Nessas eleições a base eleitoral do PT se concentrou,

principalmente, nas regiões norte e nordeste. Os problemas enfrentados no primeiro governo petista, culminando com os escândalos do mensalão⁸ em 2005, levaram a importantes mudanças na coalizão governamental no segundo mandato. A mais significativa foi a reforma ministerial que possibilitou maior equilíbrio entre os nove partidos na distribuição dos ministérios. De acordo com informações da tabela 3, enquanto o PT passou a controlar 42,3% dos ministérios, os demais partidos da base somaram quase 37%. O PMDB foi o grande beneficiado, conquistando cinco ministérios estratégicos, cujos orçamentos equivaliam a 48% dos recursos de investimento da União para 2007.

Tabela 3: Correlação de Forças Políticas no Segundo Governo Lula da Silva (2007*)

	Base do governo	Oposição	% Ministério		
Câmara dos Deputados	76,2	24,2	Partido		Sem partido
Senado	58	42	PT	Base aliada	21,1
			42,3	36,6	

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do TSE (BRASIL, 2003); Palotti e Cavalcante, 2019; Amorim Neto, 2007; Navarro e Cabral, 2007; Freitas, 2016.

No que diz respeito à formação da base parlamentar, o segundo governo de Lula contou com o apoio de nove partidos (PT, PSB, PDT, PCdoB, PMDB, PL, PTB, PR e PP), controlando 76% dos votos da Câmara dos Deputados e 58% dos votos do Senado, garantindo maiorias necessárias para governar. Mas formar maiorias com partidos representativos de grupos de interesse muito heterogêneos ideologicamente tem um custo alto para governar e administrar conflitos sociais inconciliáveis. As bancadas dos ruralistas e dos evangélicos, por exemplo, demonstraram poder de pressão no governo através das frentes parlamentares⁹ que chegaram a 84 entre 2007 e 2011, limitando a implementação de várias políticas sociais (GONÇALVES, 2009).

Apesar da pressão, o Congresso Nacional aprovou mais medidas provisórias (MP) de iniciativa do governo do que propostas apresentadas pelos parlamentares. Como o instrumento da MP é mais rápido do que os projetos de lei, Lula usou desse mecanismo e conseguiu a aprovação da grande maioria delas.

No seu segundo mandato, Lula buscou gerenciar as crises ligadas aos casos de corrupção e em uma situação econômica favorável, “abandonou a orientação con-

⁸ O chamado escândalo do Mensalão tratou-se de denúncias contra diversos deputados, autoridades e integrantes do governo acusados de receberem dinheiro para favorecerem empresas em licitações, órgãos federais e votações no Congresso.

⁹ Associações suprapartidárias previstas legalmente no regimento do Senado e da Câmara dos Deputados (GONÇALVES, 2009).

servadora da política econômica, substituindo-a por um modelo de desenvolvimento que articulava estruturalmente crescimento econômico com políticas de distribuição de renda” (SADER, 2013, p.141). As principais medidas foram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, e a política de valorização do salário-mínimo¹⁰, criada entre 2006 e 2008. Segundo Barbosa (2013, p.79), essa política “foi resultado de uma negociação entre governo e centrais sindicais e teve como objetivo principal promover o crescimento real mais rápido do salário-mínimo caso a economia tivesse um bom desempenho”. Diante do cenário econômico, o segundo governo petista conseguiu continuar com suas negociações relativamente equilibradas com os sindicatos operários, que “mantiveram-se em relativa tranquilidade, recorrendo raramente a greves” (CARVALHO, 2014, p.232).

A política de “conciliação de diversos interesses de classes” teve consequências substantivas para a realização de reformas estruturais tão necessárias ao avanço da democratização das áreas sociais, comunicação, tributárias e participacionistas. Isso porque se, por um lado, buscou-se ampliar o apoio do poder econômico especialmente no Congresso, mas também no financiamento privado das campanhas eleitorais, aumentando ainda mais a influência do empresariado na formulação das políticas públicas. Por outro lado, a boa relação do ex-presidente Lula com os movimentos sociais possibilitou um apaziguamento dos mesmos durante seu governo. Lula tinha grande legitimidade perante a população haja visto suas altas votações eleitorais. Mas muito desse apoio foi devido ao aumento do poder de compra que a população adquiriu durante o seu governo. A política de incentivo ao consumo, particularmente dos setores populares, foi um dos aspectos mais visíveis da materialização da política de conciliação de classes sociais do governo petista.

Ainda que o governo Lula tenha apresentado avanços significativos, em especial, na área social, como veremos na seção seguinte, é importante destacar que as pressões políticas de bancadas no Congresso, como a dos ruralistas e/ou de setores conservadores, impuseram limites à agenda participacionista do governo. Diante de tais pressões e buscando preservar uma governabilidade estável, a legitimidade adquirida perante a população e a boa relação com os movimentos sociais não foram utilizadas para pressionar o Congresso no sentido de promover reformas estruturais tão necessárias para o avanço da democracia brasileira.

¹⁰ Esta política “estabelecia reajustes anuais de acordo com a inflação, com defasagem de um ano, e o crescimento do PIB da economia, com defasagem de dois anos” (BARBOSA, 2013, p.79).

2. Adimensão da Participação no Governo Lula: avanços e inovações

A participação popular se transformou na bandeira de muitos partidos e movimentos de esquerda, principalmente, durante a década de redemocratização nos anos 1980, sendo vista como uma ferramenta para superar as relações desiguais de poder e aprofundar a democracia (GOLDFRANK, 2015). Diversos princípios participativos como a adoção de mecanismos de democracia direta, de cotas parlamentares e partidárias, a instituição de conselhos cidadãos, orçamentos participativos, mecanismos de prestação de contas entre outras políticas vem sendo implementadas por distintos governos – locais, regionais e nacionais – e debatidas por estudiosos como processos de inovação democrática (SANTOS; AVRITZER, 2002; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

O Brasil, neste sentido, se constituiu como uma referência para a participação. Sua estrutura participativa está vinculada ao movimento de descentralização de políticas públicas, ao processo de elaboração da Constituição de 1988 e às experiências das administrações petistas nas esferas municipais e estaduais (ROMÃO, 2015). Assim, quando Lula (PT) assumiu o poder em 2003, já contava com alguns recursos políticos favoráveis à implementação de políticas participativas. Veremos que em sua gestão, ainda que com alguns limites, novos mecanismos de participação foram criados e os mecanismos existentes foram ampliados, reformulados e utilizados com maior intensidade, comparado aos governos anteriores. A nosso ver, esta relação com a participação condiz com o projeto político do PT e da própria esquerda, de buscar a igualdade e equidade através da redução das desigualdades e da promoção de governos mais inclusivos. Para entender as inovações e avanços quanto à participação no governo Lula, esta seção está centrada em dois eixos analíticos: i) os mecanismos de participação e de inclusão criados pelo governo e; ii) as condições favoráveis à participação (Tabela 4).

Tabela 4: Eixos Analíticos Participação

Eixos analíticos	Variável	Indicadores
Mecanismos de Participação e Inclusão	Mecanismos de Democracia direta	Plebiscito, Referendos, Iniciativa Legislativa Popular, Veto popular.
	Instituições Participativas	Conselhos, Conferências e Orçamento Participativo.
	Grau de Representatividade ¹¹	Políticas de Inclusão (Cotas) e Representatividade de mulheres, índios e negros na política.
Condições Favoráveis à Participação	Educação	Melhoria e acesso à Educação Básica.
		Taxa de alfabetização.
		Acesso à educação superior.
	Desigualdade	Índice de Gini.
		Índice de Pobreza e Indigência.

Fonte: Elaboração própria com base na literatura sobre participação.

O primeiro eixo “mecanismos de participação e inclusão” está relacionado com o pressuposto de que o aprofundamento da democracia liberal no sentido de sanar os déficits quanto à ausência de canais de participação e de representação perpassa pelo formato das instituições políticas e como os governos concebem tais questões.

O segundo eixo “condições favoráveis à participação” parte do pressuposto de que as condições de desigualdades levam a apatia política, obstruindo as oportunidades para a participação social. Logo, políticas de combate à pobreza e às desigualdades somadas às políticas de inclusão e de melhorias no acesso à educação são ensejos para a participação. As políticas participacionista, por sua vez, podem promover a participação e gerar recursos e capacidades para os indivíduos, possibilitando-os irromper contra as desigualdades sociais (VERBA, SCHOLOZMAN; BRADY, 2005).

Neste sentido, os dois eixos estão conectados, pois para se ter uma sociedade mais participativa é necessário a redução das desigualdades, “mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência [popular] sem um aumento antes da participação democrática” (MACPHERSON, 1978, p.103).

¹¹ A variável “grau de representatividade”, embora importante no processo de ampliação da participação, não será abordada diretamente neste trabalho, devido ao foco do artigo e limite de espaço.

2.1. Mecanismos de participação e inclusão

Neste eixo, buscamos avaliar nos dois mandatos de Lula: a) os mecanismos de democracia direta, tais como plebiscitos, referendos, iniciativa legislativa e veto popular e; b) as instituições participativas, demonstrando a criação, reformulação e/ou ampliação de instituições como conselhos, conferências e orçamentos participativos.

a) Mecanismos de Democracia Direta

Os mecanismos de democracia direta se referem às consultas e às iniciativas populares. A consulta popular, que pode ser obrigatória ou facultativa, ocorre quando uma proposta, seja de reforma constitucional, de aprovação de textos legais ou sobre assuntos políticos de grande importância, é submetida ao voto popular – tais como, referendos e plebiscitos. As iniciativas populares, por sua vez, constituem o direito do cidadão de propor projetos de leis e reformas legais ou constitucionais (totais ou parciais) ao poder legislativo (ZOVATTO, 2010). Tais mecanismos contribuem para a conformação da democracia participativa, pois capacitam os cidadãos a participar dos assuntos públicos e asseguram a influência direta dos cidadãos no processo decisório e no controle dos governantes tornando-os responsáveis por suas ações (MORLINO, 2010). A análise desses mecanismos perpassa necessariamente pela análise da Constituição de um país.

A Constituição brasileira é anterior ao governo Lula. Promulgada em 1988, ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2014), pois levou em consideração diversas questões hasteadas pelos movimentos sociais, que foram transformadas em diretrizes de diversas políticas, especialmente as políticas sociais. Dentre os mecanismos de democracia direta, a Constituição prevê plebiscito, referendo e iniciativa popular (Artigos 14, 49 e 84), além da participação cidadã, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle das políticas públicas em matéria de assistência, seguridade social, trabalho e saúde (Artigos 10, 194, 198 e 204) (BRASIL, 1988). Estes artigos demonstram a estratégia contida na Constituição de se criar um sistema descentralizado e participativo – especialmente, a partir dos conselhos e conferências – que “está relacionado à questão da democratização e da publicização do Estado” (MORONI, 2009, p.113).

Desde 1988, a consulta popular foi utilizada apenas duas vezes: primeiro, em 1993 com a realização do plebiscito, já previsto na Constituição de 1988, sobre o regime (Monarquia ou República) e o sistema político (Presidencialismo ou Parlamentarismo)¹². Segundo, em 2005, no primeiro mandato de Lula, com a

¹² O povo optou pela República (com 86% dos votos) e pelo presidencialismo (com 55,4% dos votos).

realização do referendo sobre a proibição do comércio de arma de fogo no país. A proposta de proibição foi rejeitada com 62% dos votos (LISSIDINI, 2011, p.53). Esse resultado “pode ter gerado um desestímulo ao uso do instrumento de democracia direta, uma vez que a bancada que o convocou foi derrotada” (IPEA, 2010, p.241). Em relação às iniciativas populares, apenas quatro projetos tornaram-se leis no Brasil: a Lei 8.930 de 1994 que inclui o homicídio qualificado no rol de crimes hediondos; a Lei 9840 de 1999 de combate à compra de votos através da cassação do mandato do condenado e pagamento de multa; a Lei 11.124 de 2005 sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, garantindo a população de menor renda o acesso à habitação e; a Lei 135 de 2010 – a Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis para cargos eletivos pessoas que tenham cometido algum crime de natureza eleitoral ou alguma outra infração relacionada ao seu mandato. Todas essas leis advêm de iniciativas populares, através de movimentos sociais e entidades que coletaram milhares de assinaturas para encaminharem junto aos projetos à Câmara Federal. Contudo, esses projetos precisaram ser subscritos por algum coautor institucional e, portanto, não foram registrados como projeto popular, diante de empecilhos institucionais, tais como exigências do Tribunal Superior Eleitoral para a verificação de milhões de assinaturas coletadas (IPEA, 2010).

Embora a Constituição de 1988 apresente limites, ela se constituiu em um legado positivo para o governo Lula no processo de implementação de políticas participativas. Veremos, que apesar da consulta popular ter sido pouco utilizada pelo governo, houve um significativo aproveitamento das instituições participativas previstas na Constituição.

b) Instituições Participativas

As instituições participativas correspondem aos espaços em que os setores populares podem expressar-se, instrumentalizar suas demandas e fiscalizar seus representantes e o processo decisório. Portanto, a criação, o fortalecimento e a regulamentação dessas instituições significam um processo imprescindível para o aprimoramento da democracia, na medida em que articulam grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos coletivos e tornam a representação pluralista.

No Brasil, diversas instituições participativas tiveram sua origem no processo constituinte e foram normatizadas nos anos 1990, tais como os conselhos de políticas públicas, os conselhos tutelares e outras instituições de participação em nível local (AVRITZER, 2009).

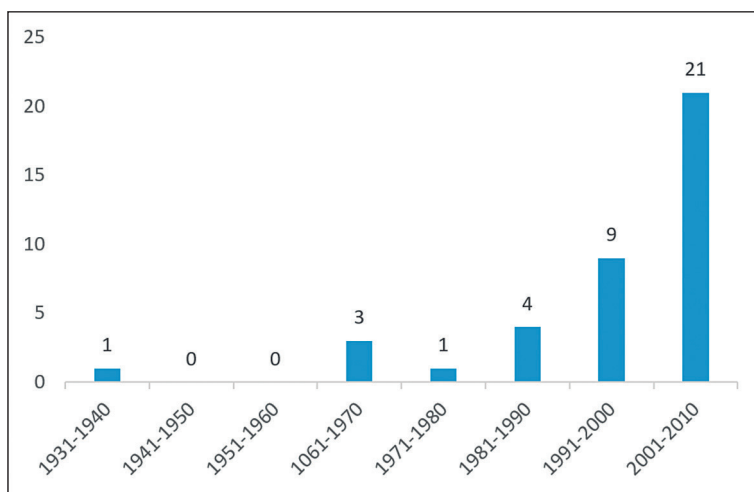
Com o governo Lula (2003-2010) houve uma ampliação dessas instituições participativas. O governo buscou aumentar a participação dos atores na sociedade, institucionalizando uma relação direta entre o executivo e a sociedade, através da criação da Secretaria Geral da Presidência, que desenvolveu “um trabalho de

consulta e articulação prévia com entidades e movimentos sociais das regiões que o presidente [iria] visitar, procurando identificar as pautas de reivindicação, as necessidades e os focos de tensão” existentes¹³ (LAMBERTUCCI, 2009, p.73 e 81).

O governo Lula fortaleceu os Conselhos Nacionais já existentes (saúde, assistência social, criança e adolescente e meio ambiente) e suas prerrogativas no controle de fundos e recursos públicos¹⁴ (AVRITZER; SILVA, 2009, p.7-8), bem como, criou novos conselhos, realizou várias conferências em diversas áreas, formulando as prioridades dos diferentes ministérios e, criou mesas de negociação com diversos movimentos sociais, em especial com o Movimento Sindical e o MST.

Segundo Avritzer (2009, p.28), o país passou a ter mais de 10 mil conselhos e mais conselheiros do que vereadores. Tais conselhos consistem em “instituições híbridas nas quais têm participação atores do Executivo e atores da sociedade civil relacionados com a área temática na qual o conselho atua”. Todos adotam a paridade como princípio (AVRITZER, 2009) e constituem espaços fundamentalmente político, institucionalizado, de caráter deliberativo e consultivo, com a finalidade de elaboração, deliberação e controle da execução de políticas públicas (MORONI, 2009).

Gráfico 1: Criação dos Conselhos e Comissões Nacionais – Brasil (1931-2010)



Fonte: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

¹³ “Em dois anos e meio, mais de 1.500 encontros foram realizados [...] com representantes da sociedade civil [...]” (Discurso do Presidente Lula, no Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil – Paris, França, 13/07/2005).

¹⁴ Há Conselhos (nas áreas de saúde, assistência social, meio ambiente e educação) que são obrigatórios para que os municípios possam receber verbas públicas. Estes têm, entre suas atribuições, a função de fiscalizar a execução dos repasses de recursos (LAMBERTUCCI, 2009)

Conforme informações do quadro 1, durante os dois mandatos de Lula, houve expansão dos conselhos nacionais. Muitos ministros passaram a frequentar as reuniões dos conselhos. No Conselho de Saúde, por exemplo, durante o governo Lula, 91% das reuniões do conselho tiveram a presença do ministro, já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) essa porcentagem foi de apenas 14% (AVRITZER, 2009).

Quadro 1: Conselhos e Comissões Criadas Durante o Governo Lula (2003-2010)

Ano	Conselhos ou Comissões Nacionais
2003	Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)
	Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
	Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC)
	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape)
	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI)
2005	Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)
	Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)
2006	Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)
	Conselho Nacional de Política Sobre Drogas (Conad)
	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)
	Conselho das Cidades (Concidades)
2007	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)
2008	Conselho Curador Empresa Brasil de Comunicação
	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
2010	Conselho de Relações do Trabalho (CRT)
	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Condec)

Fonte: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

Também, pode-se observar um aumento da participação nas Conferências Nacionais, que são “espaços institucionais de deliberação de diretrizes gerais de determinada política pública” (MORONI, 2009, p.115). Trata-se de uma estrutura piramidal de participação e representação, pois são realizadas em etapas – municipais e estaduais – com a função de coletar propostas e, também, eleger delegados que terão a missão de levar as propostas priorizadas pela plenária das conferências aos níveis mais elevados, até o nível nacional (ROMÃO, 2015).

A quantidade de Conferências realizadas durante a gestão de Lula foi expressiva quando comparada com o governo de FHC que somadas em seus dois mandatos dá um total de 29. Só no primeiro mandato de Lula foram realizadas 36 Conferências Nacionais e 38 no seu segundo mandato (Tabela 5).

Tabela 5: Conferências Nacionais Realizadas entre 1995-2010 – Brasil

Conferências	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010
Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais			2	2
Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior				3
Conferência Nacional das Cidades			2	2
Conferência Nacional de Aprendizagem Profissional				1
Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca			2	1
Conferência Nacional de Assistência Social	2	1	2	2
Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação		1	1	1
Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde			1	
Conferência Nacional de Comunicação				1
Conferência Nacional de Cultura			1	1
Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária				1
Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável				1
Conferência Nacional de Direitos Humanos	3	4	3	1
Conferência Nacional de Economia Solidária			1	1
Conferência Nacional de Educação				1
Conferência Nacional de Educação Básica				1
Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena				1

Conferências	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010
Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica			1	
Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais				1
Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde			1	
Conferência Nacional de Juventude				1
Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica			1	
Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial			1	1
Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres			1	1
Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal				1
Conferência Nacional de Saúde	1	1	1	1
Conferência Nacional de Saúde Ambiental				1
Conferência Nacional de Saúde Bucal			1	
Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador			1	
Conferência Nacional de Saúde Indígena		1	1	
Conferência Nacional de Saúde Mental		1		1
Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional			1	1
Conferência Nacional de Segurança Pública				1
Conferência Nacional do Esporte			2	1
Conferência Nacional do Meio Ambiente			2	1
Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2	2	2	2
Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência			1	1

Conferências	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010
Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa			1	1
Conferência Nacional dos Povos Indígenas			1	
Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente			2	1

Fonte: Secretaria Geral da República (2014). Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/conferencias/conferencias-nacionais-tabela-2014/view>.

As 74 Conferências realizadas durante os dois mandatos de Lula contaram com a participação de mais de 5 milhões de brasileiros. Estas foram relevantes, pois além de criar uma agenda da sociedade civil em áreas importantes, as resoluções aprovadas tornaram-se diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas (AVRITZER, 2015; LAMBERTUCCI, 2009). O I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo, publicados respectivamente em 2004 e 2008, foram elaborados a partir das diretrizes providas das Conferências Nacionais. Segundo Pogrebinski e Samuels (2014), quase metade das políticas públicas legisladas ou decretadas sobre o tema das mulheres é consistente com as propostas advindas das Conferências, incluindo a lei Maria da Penha¹⁵ (Lei nº 11.340/2006), sancionada pelo então presidente Lula e, que constitui em um importante instrumento em defesa das mulheres vítimas de violência. Contudo, vale ressaltar que as pressões de bancadas conservadoras no Congresso barraram várias recomendações das Conferências, como as que tratavam do direito reprodutivo da mulher.

Ainda foram criadas mesas de diálogo com objetivo de prevenir ou solucionar conflitos. Nestes espaços, várias propostas foram formuladas, de modo consensual, contemplando as demandas sociais e respeitando os limites legais e orçamentários. Um exemplo, foram as políticas de salário-mínimo e de agricultura familiar (LAMBERTUCCI, 2009). Houve também, a participação da sociedade no processo de construção do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Em 2007, o executivo publicou um decreto, instituindo, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um Grupo de Trabalho, com a objetivo de “elaborar propostas de participação social no acompanhamento da elaboração e execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual” (MORONI, 2009, p.131).

O Orçamento Participativo (OP), iniciado a partir de 1990 com as experiências das administrações petista em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, constitui um dos casos exitosos por apresentar um desenho participativo de baixo

¹⁵ Esse nome se refere ao caso nº 12.051/OEA de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica durante 23 anos de casamento (OEA, 2001).

para cima, sendo fortemente democratizante, embora, o mais vulnerável à vontade política (AVRITZER, 2015). Das 53 experiências de OPs que havia em 1997, 62% estavam concentradas nas cidades governadas pelo PT e 72% delas estavam concentradas no campo da esquerda (PSB, PDT e PCdoB). Entre 2000 e 2004, o número de experiências de OP saltou para 170, das quais 47% estavam concentradas no PT e 57% no campo da esquerda (AVRITZER, 2009, p.39). Com o sucesso dos OPs, outros partidos como o PMDB e o PSDB também passaram a adotá-los nas suas administrações. Todavia, o governo Lula não conseguiu estender estas experiências do âmbito municipal e regional para o âmbito nacional. Havia uma dificuldade em se criar uma nova “arquitetura da participação”, pois como aponta Pedro Pontual em entrevista a Lavalle e Szwako (2014, p.96), “no governo Lula, continuavam convivendo conflituosamente o agronegócio e a agricultura familiar”, só para citar uma das correlações de forças presente no processo de formulação de políticas públicas.

No final do segundo mandato de Lula surgiu o debate sobre a institucionalização das políticas de participação social e a criação do Sistema Nacional de Participação Social, porém, o projeto não foi encaminhado ao Congresso. Nas palavras de Pontual: “Tinha-se uma avaliação de que ele dificilmente seria aprovado no último ano de governo com toda a disputa eleitoral. Isso fez refluir um pouco a discussão interna sobre o sistema de participação” (LAVALLE; SZWAKO, 2014, p.96).

Como vimos, no que se refere às instituições participativas, é inegável o fortalecimento destas e a ampliação dos espaços para o debate das políticas públicas, ainda que a proposta de institucionalização e integração dessas políticas participativas tenham ficado para o governo de Dilma Rousseff (PT)¹⁶.

3. Condições Favoráveis à Participação

Como apontamos, as condições de desigualdades limitam a participação cidadã, o que por sua vez, gera desigualdade de representação. Portanto, como afirma Macpherson (1978), se faz necessário promover mudanças que estimulem a participação e ao mesmo tempo que reduzam as desigualdades, possibilitando a concretização dos direitos iguais de todo homem e de toda mulher ao autodesenvolvimento e ao emprego de suas capacidades. Autores como Amartya Sen (2010) e Guillermo O'Donnell (2011) também compartilham dessa perspectiva. Na análise de Sen (2010, p. 191), por exemplo, “a criação de oportunidades sociais contribui para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida”. Para O'Donnell (2011,

¹⁶ Em 2014, a ex-presidente Dilma Rousseff instituiu, por meio do Decreto nº8.243/2014, a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Nacional (SNPS). Porém, a Câmara aprovou um projeto (PDC-1491/14) que cancela o decreto do governo. (SIQUEIRA, 2014).

p.212), a democracia pressupõe os cidadãos como sujeitos políticos, portadores de capacidades decisórias, mas a agência ou o exercício da cidadania presume algumas liberdades básicas e direitos civis. Para tanto, é necessário a “provisão social de um mínimo de liberdades, direitos e capacidades que permitam exercer essa agência ou, pelo menos, não sofrer privações que a impeçam seriamente”. Nesta mesma linha, Verba (2001, p.10) argumenta que “ter o direito legal de votar, falar ou participar de uma campanha política ou de uma organização precisa ser complementada pela capacidade de fazê-lo”. O autor demonstra que o engajamento cívico, em suas diversas modalidades, é mais comum entre os indivíduos que ocupam posições centrais na estrutura social. Arretche (2015) também mostra a estreita relação entre escolaridade e participação política. Neste sentido, renda, educação e escolaridade tem se convertido em importantes determinantes para a participação cidadã (Ribeiro, 2013).

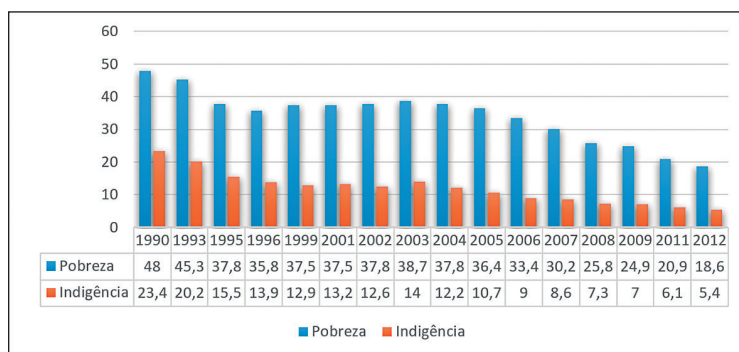
Portanto, neste eixo, buscamos analisar o quanto o governo Lula conseguiu criar condições favoráveis à participação através de políticas de melhorias no acesso à educação e de combate às desigualdades e à pobreza. Dentre as políticas sociais implementadas durante a gestão de Lula (2003-2010), estão o lançamento do Programa Fome Zero e a criação, através da Medida Provisória 132, do Programa Bolsa Família, ambos de 2003. Em 2004, o governo criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que possibilitava, segundo Frei Betto (2007, p.423) “a integração maior de todas as políticas sociais, menos atomizadas”, levando “ao aperfeiçoamento do controle social e uma presença maior do Estado, transformando em políticas públicas a assistência social e o combate à fome”. Ademais, como apontamos, o governo criou a política de valorização do salário-mínimo, que permitiu incrementar a capacidade de compra de milhões de brasileiros em 45% já no primeiro mandato de Lula (NATANSON, 2009) e fez com que 29 milhões de pessoas ingressassem nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009 (NERI, 2010).

O programa Fome Zero tinha como intuito articular transferência de renda (Bolsa Família), políticas estruturais (como a Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar) e ações educativas. Os programas deveriam ser fiscalizados pelos Comitês Gestores, que no início do programa já estavam presentes em mais de 2 mil municípios. No entanto, havia divergências entre o Ministro Patrus Ananias do MDS, que priorizava a parceria com prefeitos e governos estaduais, e o coordenador do Programa Fome Zero – Frei Betto, que defendia os Comitês Gestores na função de implementar e fiscalizar as ações do programa, sem excluir os entes federativos. Nessa correlação de forças, “De gestores do Fome Zero, os comitês – ou o que [sobrou] deles – passaram [...] a meros colaboradores da União e das prefeituras” (BETTO, 2007, p.427). O fato é que estas divergências demonstravam as pressões daqueles que defendiam apenas políticas compensatórias e os que queriam políticas que promovessem mudanças estruturais com a participação da sociedade. Ao longo

do governo, o Fome Zero foi perdendo espaço, como pode ser observado no Decreto 5.209 de 2004 que regulamentou o Bolsa Família e não faz menção alguma ao Fome Zero e aos Comitês Gestores (BETTO, 2007).

O Bolsa Família consiste em um programa de transferência de renda condicionada¹⁷, que integrou os programas do governo anterior como o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação e o auxílio gás, porém, atendendo um maior número de famílias. Em 2003, 3,6 milhões de famílias eram atendidas pelo Bolsa Família, em 2006 já eram 11 milhões de famílias beneficiadas (MADRID, 2007-2008). Este programa foi considerado uma experiência excepcional e pioneira na redução da pobreza (BRASIL 247, 2013). Como demonstra o Gráfico 2, quando Lula assumiu o poder (2003), 14% da população estava abaixo da linha da pobreza, em 2011 esse número caiu para 6,1%. Neste mesmo período, a pobreza reduziu de 38,7% para 20,9%.

Gráfico 2: População em Situação de Pobreza e Indigência* no Brasil



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)

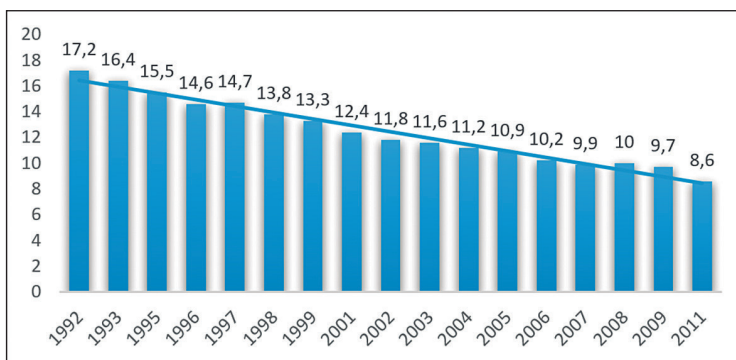
Em relação às políticas para reduzir o índice de analfabetismo no Brasil, o governo Lula criou o Programa Brasil Alfabetizado, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2003, o qual dá apoio técnico e financeiro na implementação das ações do programa, dando prioridade aos municípios com alto índice de analfabetismo. Outros avanços, foram a instituição, pelo Decreto nº 4.834 de 2003, da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), de caráter consultivo, que assegura a participação da sociedade no Programa, e a criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)¹⁸ no MEC. A taxa de analfabetismo caiu de 11,6% em 2003 para

¹⁷ As famílias beneficiárias devem manter em dia o programa de vacinas infantis e cuidados da mulher gestante; assegurar a frequência dos filhos à escola; e, enviar os analfabetos à alfabetização.

¹⁸ Desde 2011, passou a ser Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi).

8,6% em 2011 (Gráfico 3). No entanto, ainda uma taxa alta comparada à barreira dos 3% estabelecidos pela Unesco para declarar o país “livre do analfabetismo”.

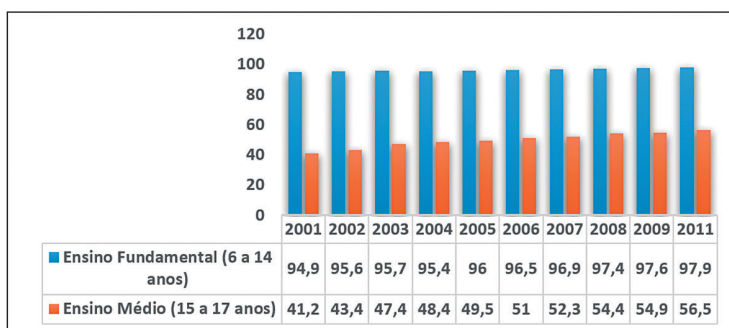
Gráfico 3: Taxa de Analfabetismo por Grupo de Idade (15 anos ou mais de idade) – Brasil



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-2011).

Entre os anos de 2003 e 2011 houve um aumento de 2,2% de crianças matriculadas no ensino fundamental e de 9,1% de jovens matriculados no ensino médio (Gráfico 4).

Gráfico 4: Porcentagem de Crianças (6 a 14 anos) e Jovens (15 a 17 anos) Matriculados no Ensino Fundamental e Médio – Brasil

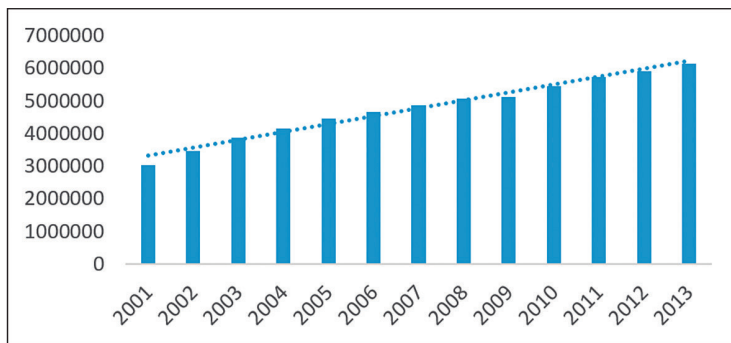


Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)

Ao mesmo tempo também houve a expansão do ensino universitário com o Programa Universidade para Todos (Prouni), introduzido em 2005. Em 2000 estavam matriculados na graduação 2,7 milhões de pessoas, 67% destes em universidades

particulares. Em 2011, esse número subiu para 6,7 milhões, respondendo às universidades particulares por 74%. (CARVALHO, 2014).

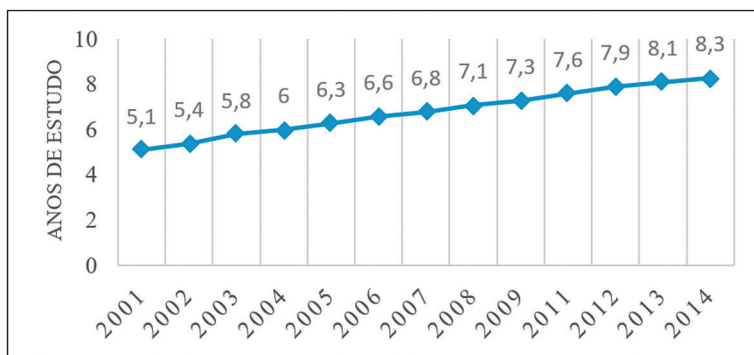
Gráfico 5: Total de Alunos Matriculados na Educação Superior – Brasil



Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)

Tais políticas refletiram no aumento significativo da escolaridade entre os 25% mais pobres entre 2001 e 2014 (Gráfico 6). Neste mesmo período, a escolaridade média da população negra entre 18 e 29 anos também aumentou expressivamente de 6,6 para 9,5 (anos de estudos).

Gráfico 6: Escolaridade Média da População de 18 a 29 anos – 25% Mais Pobres (em anos de estudo) – Brasil



Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)

A Lei Ordinária 10.558/2002 – conhecida como a Lei de cotas¹⁹ – que criou o Programa Diversidade na Universidade, visando o acesso ao ensino superior de

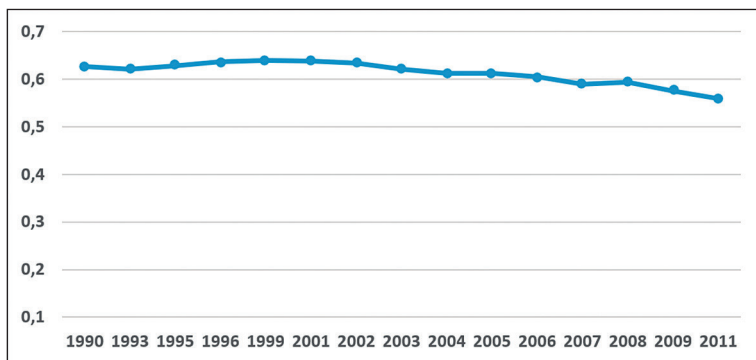
¹⁹ Em 2012, no governo de Dilma Rousseff (PT) foi sancionada a Lei de Cotas nº 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas nas Universidades e Institutos Federais a alunos oriundos

grupos socialmente desfavorecidos, em especial os afrodescendentes e indígenas, foi uma importante contribuição do governo petista e que favorece o acesso destes grupos à postos nunca antes ocupados por eles.

Segundo Carvalho (2014, p.242), o aumento do poder de compra, devido a política salarial junto com a expansão de vagas no ensino superior, produziu uma nova geração de filhos da classe C com diploma universitário, que em geral, “são mais informados e mais críticos em relação a práticas governamentais”. Para o autor, o “crescimento dessa nova camada social tem levado, ainda, a maior grau de exigência em relação a serviços públicos, como saúde, educação, segurança”.

A atenção dada pelo governo aos setores mais pobres e excluídos refletiu na redução da desigualdade no país. O índice de Gini no Brasil reduziu de 0,621, em 2003, para 0,559 em 2011 (Gráfico 7).

Gráfico 7: Índice de Concentração de Gini no Brasil* (Valores entre 0 e 1)



*O índice de Gini vai de 0 a 1, em que 1 representa a máxima desigualdade e 0 a perfeita igualdade.

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)

O número de decretos presidenciais destinados às minorias foi proeminente (PROGREBINSCHI; SAMUELS, 2014). Foram implementadas políticas de inclusão dos grupos minoritários e de combate à discriminação: como a criação, em 2006, da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e a instituição de um fórum de discussão com a população indígena, a respeito da elaboração de políticas públicas federais, bem como, da atualização do Estatuto do Índio²⁰ (BANIWA, 2011); a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 20 de julho de 2010) e das leis federais nº10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, que determinam a inclusão

integralmente do ensino médio público. (BRASIL, 2012).

²⁰ A proposta do Estatuto foi apresentada ao Congresso Nacional em 2009 e aprovada pelo decreto 7.778 de julho de 2012.

de conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas nos currículos escolares, representando um importante passo para diminuir os efeitos do racismo na escola. Ademais, uma das medidas que marcou a pauta progressista do governo nesta questão foi a demarcação de uma das maiores reservas indígenas do país – reserva Raposa Serra do Sol. “No entanto, quando setores agrários passam a fazer parte da base do governo, ocorre a cisão em relação à política indígena” (AVRITZER, 2016, p.61).

A conciliação de interesses tão diversos, limitaram diversas políticas e a agenda participativa do governo. Os ruralistas, por exemplo, barraram parte do texto do Estatuto da Igualdade Racial que tratava da regularização de terras quilombolas, bem como, a decisão do governo Lula de mudar o índice de produtividade rural, critério utilizado para a distribuição de terras na reforma agrária (GONÇALVES, 2009).

Como podemos perceber, o governo logrou criar condições favoráveis à participação a medida em que houve uma redução da pobreza e da indigência e melhoria na educação através de políticas sociais destinadas, especialmente, aos setores marginalizados. Estas condições somadas à ampliação dos mecanismos de participação, por parte do governo, contribuem de maneira significativa para uma democracia mais participativa, criando oportunidades de maior participação popular no processo decisório e na fiscalização das políticas públicas. Todavia, também é possível perceber os limites impostos à agenda participacionista do governo. As pressões das bancadas dos ruralistas, de setores conservadores, de empresários ou dos governos estaduais e municipais demonstraram os impasses gerados às políticas estruturais que poderiam estabelecer de fato uma democracia mais participativa.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi verificar como a correlação de forças políticas e a assimetria de recursos políticos impactaram no processo de implementação de mecanismos de participação nos governos Lula (2003-2010). Verificamos que os oito anos do governo passou por importantes impasses resultantes da configuração de forças políticas em sua coalizão governamental. Todavia, a boa interação com os movimentos sociais, a alta popularidade e legitimidade do presidente Lula e seu poder de negociação diante de diversos interesses sociais e econômicos garantiram governabilidade suficiente para o governo petista conseguir avanços na área de participação, com destaque ao incentivo, criação e reformulação das instituições participativas, como os Conselhos e Conferências Nacionais. Ademais, as políticas como o bolsa família, o aumento sucessivo do salário-mínimo e as políticas de acesso à educação para grupos marginalizados contribuíram para reduzir a pobreza,

o analfabetismo e, de forma menos expressiva, a desigualdade social, gerando, assim, condições favoráveis à participação.

Foi importante para esses resultados, a Constituição de 1988 por já conter mecanismos de democracia direta e de participação, o que favoreceu a implementação dessas políticas participativas. Contudo, é possível perceber limites nesse processo impostos pela correlação de forças que o governo enfrentou. Dentre os limites, podemos citar o nosso presidencialismo de coalizão e a baixa representatividade do partido do presidente, impondo para a governabilidade a necessidade de construção de uma coalizão ampla e heterogênea ideologicamente, o que fez com que o governo tivesse que negociar cada tema da agenda com interesses distintos e contraditórios. A busca por conciliar esses interesses limitou o governo na adoção de políticas estruturais tão necessárias para o real fortalecimento da democracia. Três exemplos que demonstraram o impacto da correlação de forças no processo de implementação de políticas que favoreceriam a participação são: o fracasso do programa Fome Zero que esbarrou nos interesses dos prefeitos e dos governos estaduais, o teor que ganhou as políticas ambientalistas e indígenas que diante da bancada ruralista, a participação popular foi deixada de lado e, a pressão de setores conservadores – como a bancada dos evangélicos – contra diversas recomendações advindas das Conferências Nacionais das Mulheres.

Neste sentido, o governo Lula se caracterizou pela conciliação de diversos interesses, atendendo uns e apaziguando outros como forma de manter a governabilidade. O resultado foi um governo que buscou fortalecer a democracia, porém sem romper com a ordem institucional, articulando estratégias que priorizaram em certa medida o papel do Estado na condução de políticas econômicas e priorizando políticas de inclusão e de participação, mas sem promover mudanças estruturais que pudessem tornar a democracia brasileira de fato participativa.

THE GOVERNORSHIPS OF LULA DA SILVA AND DEADLOCKS TO PARTICIPATION IN BRAZIL

ABSTRACT: *The purpose of this article is to verify how the correlation of forces and the asymmetry of political resources impacted the process of implementing mechanisms for participation in Lula da Silva's governorships (2003-2010). In order to do so, we carried out a case study focusing on two dimensions: a) correlation of political and economic forces - with the party opposition and business sectors and b) political resources - from institutional legacies, the political system, the agreements and the social support base. We concluded that despite the institutional deadlocks and the ideologically heterogeneous correlation of political forces, there*

have been advances in relation to political participation and access to social goods from sectors which were previously marginalized.

KEYWORD: *Participation. Lula da Silva Government. Liberal Democracy. Conciliation between classes.*

LOS GOBIERNOS DE LULA DA SILVA Y LOS IMPASES A LA PARTICIPACIÓN EN BRASIL

RESUMEN: *El objetivo de este artículo es verificar cómo la correlación de fuerzas y la asimetría de recursos políticos impactaron en el proceso de implementación de los mecanismos de participación en los gobiernos de Lula da Silva (2003-2010). Para ello, realizamos un estudio de caso centrado en dos dimensiones: a) la correlación de fuerzas políticas y económicas -con la oposición partidista y los sectores empresariales- y b) los recursos políticos -derivados de los legados institucionales, el sistema político, los pactos y la base de apoyo social-. Concluimos que, a pesar de los impases institucionales y de la correlación de fuerzas políticas ideológicamente heterogénea, hubo avances en relación con la participación política y el acceso a los bienes sociales por parte de sectores hasta entonces marginados.*

PALABRAS CLAVE: *Participación. Gobierno de Lula da Silva. Democracia liberal. Conciliación entre clases.*

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão:** raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIM NETO, Octavio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro:** uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2007.

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades:** como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. A participação no Brasil democrático e seu desenho institucional. *In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2015.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-54.

AVRITZER, Leonardo; SILVA, Eduardo Moreira da. Introdução. *In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. p.7-12.

BANIWA, André Fernando. Participação Política e Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Brasil. *In: CÁRDENAS, Víctor Hugo et al. Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina*. Bolívia: Fundación Konrad Adenauer, 2011.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. *In: SADER, Emir (Org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo: Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BETTO, Frei. **Calendário do poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2002**. Brasília: TSE, 2003. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL 247. Bolsa Família vence prêmio ISSA, o Nobel social. Publicado em 15 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/117868/Bolsa-Fam%C3%ADlia-vence-pr%C3%AAmio-ISSA-o-Nobel-social.htm>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CLEARY, Matthew R. A. “Left Turn” in Latin America? Explaining the left’s resurgence. **Journal of Democracy**, volume 12, nº 4, out. 2006.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Programa de Governo 2002**. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; São Paulo: UNICAMP, 2006.

EASTON, David. **Política Moderna**. México: Editorial Letras, S. A., 1968.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

GONÇALVES, André. Bancadas que mandam no Congresso. **Gazeta do Povo**. Publicado em 19 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancadas-que-mandam-no-congresso-bwl1fdtji2m20dulrgze36w5q/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

GOLDFRANK, Benjamin. Democracia participativa e izquierdas: logros, contradicciones y desafíos. In: MINNAERT, Anja; ENDARA, Gustavo. **Democracia Participativa e Izquierdas**: logros, contradicciones y desafíos. Ecuador: FES-ILDIS, 2015.

IPEA. **Estado, instituições e democracia: democracia**. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9. Brasília: Ipea, 2010.

LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. A participação Social no Governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). 2009. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 70-89.

LAVALLE, Adrian G.; SZWAKO, José. Origens da política nacional de participação social. Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos-Cebrap**, n. 99, p. 91-104, julho, 2014.

LINZ, Juan. **La Quiebra de las Democracias**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

LISSIDINI, Alicia. **Democracia directa en Latinoamérica**: Entre la delegación y la participación. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

MACPHERSON, Crawford B. **A democracia Liberal**: Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores [1977], 1978.

MADRID, Raúl. Leftist Government in Latin America: A Comparison of Bolivia, Brazil, Chile, and Venezuela. **Llilas Portal**, nº 3, 2007-2008. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/portal/portal089/>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MORLINO, Leonardo. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro (Org). **Democracia e Confiança**: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 107-141.

NATANSON, José. **La nueva izquierda**. Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador. Buenos Aires: Debate, 2009.

NAVARRO, Silvio; CABRAL, Maria Clara. Com base recorde em 2007, Lula fracassa no Congresso. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, domingo, 23 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2312200702.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

NERI, Marcelo Côrtes. **A Nova Classe Média**: O Lado Brilhante dos Pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado**: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório 2000. RELATÓRIO N° 54/01. CASO 12.051. MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES. BRASIL. 4 de abril de 2001. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de Conjuntura**, OPSA, n°8, 2006.

POGREBINSCHI, Thamy; SAMUELS, David. The Impact of Participatory Democracy: Evidence from Brazil's National Public Policy Conferences. **Comparative Politics**, v. 46, n°3, 2014. p. 313-332.

RIBEIRO, Ednaldo. Voto Compulsório: a desigualdade na participação política. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 5, n.4, out. 2013, p.41-48.

ROMÃO, Wagner de Melo. Políticas públicas y democracia participativa: avances y límites de las conferencias nacionales en Brasil. In: Minnaert, Anja; Endara, Gustavo. **Democracia Participativa e Izquierdas**: logros, contradicciones y desafíos. Ecuador: FES-ILDIS, 2015.

SADER, Emir (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo: Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia dos Conselhos Nacionais**. Brasil: Secretaria Nacional de Articulação Social, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, Carol. Deputados derrubam decreto dos conselhos populares. **Agência Câmara de Notícias**. Publicado em 28 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/443908-deputados-derrubam-decreto-dos-conselhos-populares/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

VERBA, Sidney. Political Equality: What is it? Why do we want it? Harvard University: **Russell Sage Foundation**, 2001. Disponível em: <https://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Verba.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. **Voice and equality**: Civic voluntarism in American politics. London: Cambridge University Press, 2005.

ZOVATTO, Daniel. Las instituciones de la democracia directa a nivel nacional en América Latina. Balance comparado: 1978-2010. **Revista de Sociología**, n°24, 2010. p.87-124.

Recebido em 09/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.

MUDANÇAS DA PROPAGANDA ELEITORAL E EFEITOS NA COMPETIÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS ENTRE 2008 E 2016

*Emerson U. CERVI**
*Daniela Silva NEVES***

RESUMO: Este trabalho apresenta uma proposta de medição da participação e competição nas eleições brasileiras, utilizando o Índice de Democratização de Tatu Vanhanen, para o qual competição e participação são fundamentais para analisar a democracia em uma eleição. São utilizados dados agregados dos resultados das eleições nos municípios brasileiros entre os anos de 2008 e 2016, associados à estrutura de comunicação tradicional (rádio e TV) e digital nas cidades. A hipótese é a de que existe associação entre intensidade de comunicação e participação eleitoral. O objetivo é analisar se a maior ou menor estrutura de comunicação da propaganda eleitoral afeta a participação e competição das eleições, em um período no qual houve mudanças das leis eleitorais e diminuição do espaço de comunicação tradicional. A pergunta que norteia o trabalho é: a visibilidade das eleições causada com a mudanças nas regras eleitorais diminui a democracia eleitoral nesses municípios? Os resultados mostram que há efeitos em direções contrárias.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia eleitoral. Eleições locais. Comunicação política. Propaganda eleitoral.

Introdução

Este artigo propõe-se a analisar a participação e competição nas eleições locais brasileiras a partir da estrutura de comunicação tradicional e digital e das mudanças na legislação sobre propaganda eleitoral. A análise da democracia eleitoral

* UFPR – Universidade Federal do Paraná. Departamento de Ciência Política. Curitiba – PR – Brasil. ecervi7@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8073-014X>.

** UFPR – Universidade Federal do Paraná. Departamento de Ciência Política. Curitiba – PR – Brasil. dneves1505@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1334-0085>.

é feita através do Índice de Democratização (ID), proposto por Tatu Vanhanen, utilizando as dimensões fundamentais: competição e participação. São analisadas as eleições entre os anos entre 2008 e 2016, utilizando dados agregados dos resultados de votações majoritárias municipais. A estratégia de abordagem mostra que a democracia é composta por diversos indicadores e que estudá-los em forma separada é importante para compreender o sistema como um todo.

A análise de comunicação das campanhas é realizada através da variável estrutura de comunicação eleitoral: tradicional, através do rádio e TV pela transmissão do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE); e digital, que é o acesso aos sistemas multimídias em sistema de banda larga. Todos os dados são agregados, portanto, não analisamos o comportamento eleitoral, mas sim os resultados por município. A unidade de análise é o município e não o eleitor.

O trabalho inicia apresentando o resumo da teoria de Tatu Vanhanen (1984, 1990, 1997, 2000, 2003) que resultou no Índice de Democratização, baseado nos indicadores participação e competição eleitoral.

Como são duas dimensões fundamentais para a teoria de Vanhanen e para este trabalho, é importante definir que Vanhanen tem o pressuposto de que quanto maior o nível de participação da população adulta, mais ela está envolvida na disputa pelo poder. E por isso ele utiliza este dado para calcular o indicador de participação. Para a dimensão competição, leva em conta a divisão dos votos dos concorrentes. A concentração de votos em determinado candidato é sinal de baixa democracia eleitoral.

Em seguida, o trabalho descreve como as regras eleitorais, elaboradas pelo Congresso Nacional e pela Justiça Eleitoral a partir da década de 1990, atingem a comunicação política e interferem nas disputas locais. Com isso, mostra como regras eleitorais diretas e indiretas impactam nos processos democráticos e não apenas nas instituições. A comunicação eleitoral tradicional, através do HGPE no rádio e televisão, perdeu espaço em tempo e ao mesmo tempo de importância na campanha. Dessa forma, houve uma redução formal-legal na visibilidade das campanhas nos meios tradicionais (rádio e TV) e aumento das possibilidades por meios digitais.

Por fim, será apresentada a análise de dados para identificar de que forma o índice de democratização das eleições majoritárias locais no Brasil se comportou no período estudado de acordo com a estrutura dos meios de comunicação eleitoral. Para isso, usa como variáveis explicativas indicadores de mudanças nas estruturas de comunicação, eletrônica tradicional (rádio e televisão) e digital (acesso à banda larga) em campanhas locais, em duas eleições: 2008 e 2016. São utilizados os dados agregados do resultado das eleições municipais de primeiro turno em todos os 5.568 municípios, tendo como fonte o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O segundo turno não é considerado por ter apenas dois concorrentes e não ser possível verificar a força dos partidos menores, conforme modelo teórico utilizado.

A pesquisa parte do seguinte problema: como a visibilidade das eleições, consequência das mudanças nas regras eleitorais e mudanças tecnológicas, impacta a democracia eleitoral nesses municípios?

A variável dependente é a Democracia Eleitoral, testada em uma adaptação do Índice de Democratização, de Vanhanen (2003), que indica o grau de democratização eleitoral de cada município em determinada eleição a partir das dimensões “concorrência” e “participação”. As variáveis explicativas são comunicacionais. O indicador de comunicação tradicional é a existência ou não de emissoras de rádio no município e a digital é a proporção de acessos à banda larga por número de eleitores nos municípios. As variáveis de controle são: o tamanho do município e pertencer, ou não, a uma região metropolitana.

Com a análise serão testadas as hipóteses: 1) com a mudança nos espaços de comunicação eleitoral, houve redução da participação e da competição eleitoral, ou seja, redução na democracia eleitoral, neste período estudado. 2) Quanto mais estrutura de comunicação tradicional e digital, maior a associação entre as variáveis comunicacionais e o Índice de Democratização. Nossas hipóteses estão no campo da associação entre estrutura de comunicação e democratização e não no campo do determinismo de um sobre o outro.

Em relação à comunicação eletrônica, no período estudado, o Brasil passou por reformas na lei eleitoral, que ao longo do tempo foram reduzindo a presença do HGPE nas campanhas. Houve fracionamento do horário durante a programação, na forma de spots, diminuição do tempo diário de presença dos candidatos (as) no rádio e na televisão e, por fim, redução no número de dias de transmissão do HGPE durante as campanhas. Apenas 14,4% dos municípios brasileiros possuem canal de TV aberta com programação local, onde moram 52,3% da população do país (PIERANTI, 2018) e, por isso, em eleições municipais, a grande maioria dos municípios recebe transmissão de horário eleitoral pela TV de outras cidades, ou seja, de candidatos de outros municípios. Da mesma forma, pelos dados coletados na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para esta tese, há 1.533 municípios sem nenhuma emissora de rádio ou TV, ou, 27,5%. Em eleições nas quais há diferença no acesso à comunicação política produzida pelos candidatos é possível medir a variação entre esse e o resultado da eleição, no que se refere à participação e competição. Dado que existe um número significativamente maior de municípios com emissoras de rádio do que de TV e o HGPE tem o mesmo tempo nos dois meios, usaremos aqui cidades com emissoras de rádio para identificar o efeito de HGPE, da comunicação tradicional, sobre a democratização eleitoral. Para a comunicação digital, usamos a proporção de acessos à rede de banda larga em relação ao total de eleitores no município. Os acessos são preditores para maior possibilidade de contato com os conteúdos que circulem em ambientes digitais.

Participação e competição na teoria de Vanhanen

Tatu Vanhanen agregou conceitos teóricos consolidados sobre democracia, principalmente a proposta de Robert Dahl (2005), criando um índice capaz de medir os indicadores eleitorais dessas teorias. Há vasta literatura da área que trata de democracia e eleições considerando a importância da participação e competição para o fortalecimento da democracia (ALTMAN, 2002; COPPERDGE e GERRING et al, 2011; LIPJHARDT, 2000, 2007; SCHUDSON, 2008; PRZEWORSKI, ALVAREZ, CHEIBUB e LIMONGI, 2001)

Em comum, o que esses autores/pesquisadores defendem, para além das especificidades de suas pesquisas e objetivos, é que ter eleições livres, frequentes, com ampla participação popular e qualidade na competição, são fatores importantes para se considerar um país democrático. Ou seja, apenas a realização de eleições não garante um regime democrático. A qualidade da eleição é elemento fundamental e por isso alguns autores chamam a atenção para regimes que simulam, controlam ou ainda fraudam as eleições para que essa votação os legitime a continuar no poder (DIAMOND, 2015; NORRIS, 2015; O'DONNELL, 2001; PRZEWORSKI et al., 2001Referência).

Para Dahl, referência para a proposta de Vanhanen, quanto mais participação (participação ampliada), mais mudança na composição de lideranças políticas eleitas. Quanto mais grupos ou pessoas incluídas na competição, mais os políticos buscam apoio em outros grupos, o que gera mais inclusão na política. Isso, de acordo com Dahl, provoca vários efeitos de longo alcance, como escolher candidatos (as) com perfil mais próximo dos eleitores. “Outra é de se adaptar a retórica, programa, política e ideologia ao que se acredita que sejam os desejos ou interesses dos grupos segmentados ou camadas até então não representados”. (DAHL, 2005, p 43-44).

Para que essas condições se efetivem, é preciso oportunidades iguais, pois se um grupo tem mais oportunidade do que outros para defender seus pontos de vista, suas políticas se perpetuam (DAHL, 2009, p. 50). O autor diz que para satisfazer as exigências de uma democracia, essas garantias precisam ser realmente cumpridas e ter funcionários (governantes) eleitos significa dizer que: “O controle das decisões do governo sobre a política é investido constitucionalmente a funcionários eleitos pelos cidadãos”. (DAHL, 2005, p. 99).

Partindo da teoria de Dahl (2005) de que quanto mais participação (participação ampliada), mais mudança na composição de lideranças políticas eleitas, e de que quanto mais grupos incluídos na competição, mais os (as) políticos (as)¹ buscam apoio em outros grupos, Vanhanen defende que a concorrência (competição) e grau

¹ Em todas as vezes que a palavra “candidato” ou “político” é apresentado no referencial teórico, por uma decisão dos autores, optou-se por dar a variação do gênero, mesmo que o autor (a) assim não o fez na forma original.

de participação (inclusão) aumentariam a divisão dos recursos dentre os diversos grupos. Por isso, para Vanhanen, quanto maior a participação eleitoral, mais forte é a democracia. Da mesma forma, quanto menos concentrado os votos em determinado (a) candidato (a), menor a concentração de poder. Para ele, esses dois indicadores de democratização podem ser usados separadamente para medir o nível de democracia, porém, como eles indicam duas diferentes dimensões da democratização, a combinação dos dois deve trazer resultados mais realísticos (VANHANEN, 2003, p. 63).

Diante essas explicações, surgem os indicadores (VANHANEN, 2000):

Distribuição de poder: (1) a participação percentual dos partidos menores e independentes nos votos emitidos nas eleições parlamentares ou de lugares no parlamento – que indica a concorrência; e (2) a percentagem da população adulta que votou nas eleições – que indica a participação.

Essa distribuição de competição é calculada com a soma de votos recebida pelos partidos com menos votos sendo subtraída da parte do (a) candidato (a) vencedor (a). As duas variáveis foram combinadas em um Índice multiplicando os dois indicadores e dividindo o resultado por 100².

$$ID = \frac{(compID \times partID)}{100}$$

Onde:

ID = índice de democratização;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação;

A seleção dos partidos menores e independentes como indicadores da distribuição do poder baseia-se no pressuposto de que, nos estados contemporâneos, os partidos representam importantes centros de poder e que a participação dos partidos menores e independentes mede a distribuição de poder (2003).

Apenas a distribuição de votos e assentos não mede o grau de participação, o envolvimento da população. Por isso, Vanhanen (1997) constrói um índice de distribuição de poder que combina os votos expressos nos partidos menores dos votos no parlamento com o grau de participação. Baseia-se no pressuposto de que quanto maior o nível de participação da população adulta (de acordo com a

² A fórmula é inserida conforme descrito em texto por Vanhanen (2003): "The value of the Competition variable is calculated by subtracting the percentage of votes won by the largest party from 100 (...). The value of the Participation variable is calculated from the total population, not from the adult or enfranchized population." (p. 56). Desta forma, ele considera o total da população e não só adulta por entender que não existem estatísticas precisas de faixa etária por eleitor em todos os países. No caso brasileiro, como o voto é obrigatório, usaremos o dado "aptos a votar" do TSE.

porcentagem desta apta a votar), mais a população está envolvida na disputa pelo poder.

O nível de participação nas eleições indica uma distribuição de poder entre a população se a participação dos partidos menores também é alta (VANHANEN, 1997), pois, se a porcentagem de votos de pequenos partidos é baixa, a dominância dos maiores partidos é avassaladora (*overpowering*). Considera competição real se a porcentagem de voto dos partidos de oposição estiver ao menos em 30%. Abaixo disso, o domínio do maior partido é tão alto que é duvidoso dizer que o país poderia ser considerado como uma democracia (VANHANEN, 2000, p.254).

Por abranger tantos países com sistemas e regras eleitorais diversas, a proposta de Vanhanen foi analisar variáveis mais amplas, porém fundamentais e facilmente encontradas em todas as nações. O índice original foi aplicado para países. Na proposta deste artigo, será aplicado nas mesmas dimensões de Vanhanen – competição e participação –, porém em municípios, que obedecem às mesmas regras eleitorais, mas têm estruturas de comunicação diversas.

Comunicação política e desenvolvimento das regras nas eleições brasileiras

Após a apresentação do Índice de Democratização e discussão teórica da importância dos indicadores de participação e competição para a democracia eleitoral, passa-se a descrever as mudanças na legislação eleitoral que diminuíram o papel da comunicação tradicional (rádio e TV) ao mesmo tempo em que aumentaram a força da comunicação digital.

A legislação eleitoral brasileira modificada em 2015 restringiu a divisão de tempo de horário eleitoral gratuito entre os partidos e ainda diminuiu o tempo de campanha e período de HGPE. Tal divisão era mais equilibrada, chegando a ser, em 1992, dividida igualitariamente entre os partidos com representação no Congresso Nacional e Assembleia Legislativa. Da mesma forma, o tempo de campanha foi, em 1992, de 70 dias, passando para 122 nas eleições seguintes, chegando a 45 dias no pleito de 2016.

Entre os pleitos analisados, as restrições para a propaganda eleitoral aumentaram, principalmente a de rua. Em 1996 eram permitidas faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, ou murais de qualquer dimensão, distribuição de folhetos, e a propaganda utilitária – como bonés, canetas, régua e camisetas (BRASIL, 1995). Dez anos depois, a campanha de rua praticamente desaparece. Ao mesmo tempo, a legislação se adaptou ao advento das novas tecnologias e mídias sociais, inserindo restrições e permissões para os meios digitais (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015; CAMPELO, 2017; NEVES e SANTOS, 2017).

Mudanças da propaganda eleitoral e efeitos na competição e participação em eleições municipais brasileiras entre 2008 e 2016

No quadro 1 mostra que a legislação de 1991, que normatizou as eleições de 1992, era simples, declarando de forma genérica permissões e proibições em propaganda de rua em locais públicos e particulares. As normas seguintes foram agregando temas de propaganda eleitoral.

A reforma de 2015 restringe a propaganda de rua, flexibilizando um pouco a propaganda de TV, permitindo gravações externas em determinadas situações explicitadas. Sobre as regras de Divisão do Tempo de Propaganda, o modelo brasileiro leva em consideração a força relativa dos partidos e divide o tempo de propaganda proporcionalmente à representação de cada um deles na Câmara dos Deputados. As eleições de 1996 são as com tempo de propaganda no rádio e TV mais abrangente (60 dias), com queda nos anos posteriores e diminuição maior no último pleito (35 dias). Neste mesmo período, também houve mudança nas regras de tempo diário de HGPE em bloco e distribuição do tempo entre as coligações:

Quadro 1 – reformas na legislação eleitoral sobre propaganda entre 1991 e 2016

Legislação	Lei 8214/91	Lei 8713/1993	Lei 9100/95	Lei 9504/97	Lei 11300/2006	Lei 12034/2009	Lei 12891/2013	Lei 13165/2015
Aplicada em	1992	1994	1996	1998 e posteriores	2006 e 2008	2010 e 2012	2014	2016
Período de propaganda eleitoral (dias)	70	De 151 a 123	122	86	87	87	45	45
Período de HGPE (dias)	45	60	60	45	45	45	45	35
Tempo diário (minutos)	80 em 2 blocos	120	90 em 3 blocos	100 eleições gerais/ 60 municipais	60 em 2 blocos	60 em 2 blocos	60 em 2 blocos	20 em 2 blocos
Distribuição igualitária	25%	4,70%	20%	33,30%	33,30%	33,30%	33,30%	10%
Distribuição entre partidos*	75%	58,30%	80%	66,70%	66,70%	66,70%	66,70%	90%

*Com representantes eleitos na Câmara dos Deputados.

Fonte: Leis eleitorais (BRASIL, 2017, 1997).

Mesmo com uma divisão mais complexa, em 1992 respeitava a representatividade entre os partidos no Poder Legislativo, estadual e federal. De 1996 a 2012, permaneceu a mesma, fixando a representação na Câmara Federal como critério. A legislação de 2015 prevê que 90% do tempo são distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, e 10% distribuídos igualmente.

Sobre o ambiente virtual, a possibilidade de propaganda digital surge em 2000, ainda não na Lei Eleitoral propriamente dita, mas através de resolução – nº 20.684 -, que especificava o uso do domínio online de registro de sites de candidatos (as), nas eleições municipais daquele ano. Seguida pela Resolução nº 20.988 em 2002, que impõe para a propaganda através da internet, as mesmas permissões e normas da propaganda em geral, como período, proibição de propaganda antecipada, normas para transmissão de debates e realização ou divulgação de consultas populares.

Nas eleições de 2006 a palavra internet surge na Lei 11.300 300 (BRASIL, 2006). Em seu § 4.º, indica que as prestações de campanha devem ser realizadas pelos partidos políticos, coligações e os candidatos (as) através da rede mundial de computadores, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, “em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do art. 29 desta Lei.”. É a única menção à rede. Até as eleições de 2010, a propaganda on-line era restrita a sites oficiais de candidaturas, ou partidos. A partir de 2009 com a Lei 12.034 (BRASIL, 2009) o tema internet toma corpo na legislação.

Apenas após 2009, a legislação eleitoral permitiu que as campanhas explorem a campanha digital. Em 2010 ocorre a permissão de propaganda através de blogs, redes sociais e aplicativos de mensagens. Considerando que o Facebook foi criado em 2004, e as plataformas Youtube e Twitter em 2006, essa adaptação para os formatos digitais poderia ter ocorrido antes.

Com a ampliação do uso, nesta mesma Lei Nº 12.034 é prevista a livre manifestação de opinião dos internautas, desde que não seja de forma anônima. A propaganda negativa é potencializada com a campanha on-line, ainda mais com a permissão de manifestação de internautas. Por isso, além da proibição do anonimato, é acrescentado o direito de resposta.

A Lei 12.891/2013 (BRASIL, 2013) intensifica o combate à propaganda negativa, obrigando a retirada – não apenas o direito de resposta – do conteúdo ofensivo, bem como a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação – deixando explícita uma prática dos comitês de campanha.

A mudança advinda da Lei 13.165/2015 (BRASIL, 2015) amplia as possibilidades de uso, flexibilizando a divulgação de candidatura antes do período de propaganda oficial. Desta forma, não considera propaganda antecipada na internet a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos (as), desde que não haja pedido explícito de voto.

As normativas sobre propaganda eleitoral digital demoraram a aparecer expressamente na lei e foram sendo aprimoradas em função do uso das redes por parte dos brasileiros. De acordo com dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2016), promovida pelo Governo Federal, 2/3 da população brasileira acessava internet e o telefone celular é o grande responsável pela expansão do uso da rede no país – 72% dos que acessavam a internet usavam como principal meio o celular. Em apenas um ano a expansão foi expressiva, visto que na edição anterior da pesquisa (2015), a porcentagem de usuários era próxima da metade (48%).

Através de mudanças na legislação, a partir das eleições de 2010 as campanhas passam a ter possibilidades de maior interação com os eleitores pela Web, através das redes sociais. Entram nesta operação especialistas em marketing digital, profissionais especialistas em fazer com que seu cliente alcance mais pessoas em redes sociais como o Facebook. A legislação de 2017 abriu a possibilidade de impulsionamento para a campanha de 2018, o que permite ultrapassar a barreira do algoritmo através de impulsionamento pago de posts em mídias sociais. Quando se impulsiona uma publicação, é possível alcançar o público alvo dela, chegando a filtros de idade e bairros onde mora, por exemplo. Até a campanha de 2016, essa prática era punida. Como este artigo tem um recorte temporal até 2016, não analisará a possibilidade de impulsionamento.

A descrição das mudanças nas regras mostra que a legislação veio restringindo a forma tradicional de campanha, ao mesmo tempo que abre maiores possibilidades de comunicação eleitoral digital. Além disso, traz uma mudança importante, que é a perda do controle total da comunicação eleitoral pelos comitês, candidatos (as) e partidos, ou seja, a elite política (CERVI; NEVES, 2018). Após esta descrição, analisaremos como as mudanças na legislação estão associadas à participação e competição nas eleições municipais brasileiras.

Índice de democratização aplicado para eleições majoritárias brasileiras

A análise a partir daqui pretende testar as hipóteses: 1) com a mudança nos espaços de comunicação eleitoral, houve redução da participação e da competição eleitoral, ou seja, redução na democracia eleitoral, neste período estudado. 2) Quanto mais estrutura de comunicação tradicional e digital, maior a associação entre as variáveis comunicacionais e o Índice de Democratização.

A variável dependente é a democracia eleitoral, testada em uma adaptação do Índice de Democratização, de Vanhanen, feita por Cervi (2017, p. 6-7), que utilizou o índice para calcular o caso brasileiro no resultado das eleições nos municípios de 2016, majoritária e proporcional. As variáveis explicativas são comunicacionais –

tradicionais (emissoras de rádio e TV), que indicam a presença de horário eleitoral nas eleições locais, e digital (Serviço de Comunicação de Multimídia), que indica maior velocidade e capacidade de acesso aos conteúdos pela web.

Os dados estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (Repositório do TSE), com detalhe da votação por município e zona e votação no (a) candidato (a) por município e zona eleitoral. Para identificar a estrutura de acesso à internet no município foi utilizada a média de pontos de acessos a SCM (Serviço de Comunicação de Multimídia) registrados na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) no período analisado.

Foram calculados os índices tendo como base o resultado do primeiro turno das eleições, visto que é nele que se dá a concorrência de fato entre o candidato ganhador e os demais concorrentes, conforme a premissa de Vanhanen (2003, p.57) ao definir que, para haver competição, é preciso verificar o espaço de disputa dos pequenos partidos.

Vanhanen (2000) considera o total de população, e não somente adultos, para calcular a participação por entender que há mais dados sobre população total do que adultos eleitores em todos os países pesquisados. Utilizou dados comuns em todos os países estudados. Temos uma vantagem no Brasil quanto à precisão de dados: como no país o voto é obrigatório, o dado “aptos a votar” do TSE nos dá com segurança o retrato de cada município quanto à quantidade de pessoas que podem votar. E por isso a fórmula de Vanhanen foi adaptada.

Desta forma, os indicadores foram calculados com as seguintes fórmulas:

$$CompID = \frac{(compar - vot\_melhorcolocado)}{Compar - 1} \times 100$$

Onde:

CompID: indicador de competição

Compar: comparecimento nas eleições

Vot_melhorcolocado: quantidade de votos recebida pelo candidato (a) que ficou em primeiro lugar, com dados do primeiro turno.

A divisão de comparecimento -1 é porque, estatisticamente, só é significativo quando há variação do valor. Considera-se o comparecimento o total de votos nominais, brancos, nulos, ou seja, o total de pessoas que votaram de alguma forma nas eleições majoritárias. A variável voto no melhor colocado considera o total de votos recebidos pelo candidato que recebeu o maior número de votos no primeiro turno, mesmo que a disputa siga para o segundo turno e independentemente do número de votos recebidos pelo segundo colocado. Para calcular o indicador de participação, foi usada a fórmula adaptada por Cervi (2017):

$$PartID = \frac{Compar}{Eleitores\_aptos} \times 100$$

Onde:

PartID: indicador de participação

Eleitores_aptos: inscritos na Justiça Eleitoral que estão aptos a votar naquele ano

Com os dois indicadores, foram calculados os Índice de Democratização com a fórmula original de Vanhanen (2003):

$$ID = \frac{(CompID \times PartID)}{100}$$

Dados obtidos através do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

- a) Dados agregados de resultado de eleições municipais contendo o Nome do Município com o código do TSE para ele e o código do IBGE para o mesmo. Os códigos permitem comparar dados de municípios que mudaram de nome.
- b) Total de votos no (a) eleito (a) naquele município. Quando a cidade apresentou segundo turno, o dado utilizado é da quantidade de votos recebidos pelo (a) eleito (a), porém no primeiro turno para medir a concentração de voto recebida entre este (a) e os (as) demais concorrentes.
- c) Total de eleitores aptos a votar naquele município e ano;
- d) Comparecimento na votação.
- e) Abstenção: total de aptos, menos os que votaram.
- f) Voto nominal: que foi para um (a) dos (as) candidatos (as);
- g) Voto em Branco;
- h) Voto Nulo.

Tendo o ID, PartID e CompID, é possível calcular a regressão linear com as variáveis comunicacionais. A regressão linear permite identificar determinações, ou seja, quanto que, ao aumentar uma unidade na variável explicativa, é possível prever de aumento na variável dependente (CERVI, 2017). O Beta é acompanhado do grau de significância, considerado estatisticamente significativo o resultado que demonstrar significância abaixo de 0,050. A estatística t é outro indicador de validade

da relação testada: quanto maior for o valor t (t value), maior será a associação de uma variável sobre outra. Para as regressões lineares múltiplas, são utilizados os seguintes dados fornecidos pela Anatel:

- a) Quantidade de rádio FM no Município;
- b) Quantidade de rádio FM Educativa no Município;
- c) Quantidade de emissoras de TV com sinal analógico;
- d) Quantidade de emissoras de TV educativas;
- e) Quantidade de emissoras de rádio comunitárias;
- f) Ondas curtas na cidade;
- g) Ondas médias na cidade;
- h) A soma de todos esses itens fornece a quantidade total. Esse é o dado utilizado na regressão.
- i) SCM médio do município: quantidade de acessos à rede de Comunicação Multimídia dividido pelo número de eleitores.

Para o indicador utilizado nesta pesquisa, o banco de dados não apresenta a quantidade e sim presença ou ausência de emissoras nos municípios.

A tabela a seguir mostra os números totais de emissoras e estrutura de Comunicação Multimídia dos anos de 2012 e 2016.

Tabela 1 – estatísticas descritivas das variáveis independentes

Estatística	RADTV_12	RADTV_16	DIF1612	Estatística	SCM08	SCM16	DIFSCM1608
Munic.	4.038	4.239	201	Média	0,017	0,066	0,049
Total	8.905	9.680	775	Desv. Pad.	0,028	0,074	0,055

Fonte: CERVI; NEVES, 2018. Para número de emissoras de rádio e TV: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>

Fonte para SCM: <http://www.anatel.gov.br/dados/>. Acessos em 28/5/2018

Na tabela 1, RADTV: Quantidade de emissoras em 2012 (RADTV_12) e 2016 (RADTV_16). DIF1612: a diferença nominal entre os dois anos. SCM: Sistema de Comunicação Multimídia (acessos) divididos pelo número de eleitores em 2008 (SCM08) e 2016 (SCM16). DIFSCM1608: diferença entre os dois anos resultante dessa divisão. De forma sumarizada, foram utilizados os seguintes dados para as variáveis independentes:

Quadro 2 – dados utilizados para as variáveis independentes

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	DADOS UTILIZADOS
Comunicação tradicional: Rádio e TV	Variável Dummy – presença ou ausência de emissoras de rádio e TV.
Comunicação digital	Sistema de Comunicação Multimídia (SCM) médio do município: quantidade de acessos à rede de Comunicação Multimídia dividido pelo número de eleitores.

Fonte: os autores

Sobre o acesso à internet (SCM), a média anual de pontos de acesso foi dividida pelo número de eleitores registrados no município por ano eleitoral. O resultado é a proporção de acessos à internet fixa por eleitor em cada um dos 5,6 mil municípios brasileiros (CERVI; NEVES, 2018). Como a Anatel possui dados de emissoras de rádio e televisão para todos os municípios brasileiros a partir de 2012, é utilizado esse ano como base para as análises relativas à eleição de 2008. Sobre a presença de emissoras nos municípios brasileiros, duas informações chamam atenção na tabela: em 2012 havia 8.905 emissoras de rádio e televisão no Brasil, distribuídas em 4.038 municípios. Em 2016 o número sobe para 9.680 emissoras, em 4.239, o que indica um crescimento de 4,7% de municípios com emissoras próprias no último ano em relação ao primeiro (CERVI; NEVES, 2018). Emissoras próprias são as localizadas no município que transmitem programação. Em cidades onde não há, moradores recebem programação transmitida de outras cidades, inclusive o horário eleitoral dos candidatos (as) da cidade sede da emissora.

A variável explicativa que indica acessos à internet também apresentou crescimento no período. A média da proporção de SCM por eleitor foi de 0,017 em 2008, o que significa 1,7% de eleitores em média de acessos à internet fixa por município. Enquanto em 2008, no Brasil, havia 80 municípios sem SCM para internet fixa, em 2016 esse número caiu para apenas quatro municípios sem o serviço [Presidente Juscelino (RN), Lago de Itaenga (PE), Seridó (PB) e Curuá (PA)] (CERVI; NEVES, 2018).

A segunda variável explicativa é dicotômica, indicando se o município tem ou não tem pelo menos uma emissora de rádio ou televisão no ano eleitoral. Os dados apresentaram o seguinte resultado para os anos estudados, inicia-se pelo Índice de Democratização 2008 associado (por regressão linear) com dados sobre comunicação tradicional e digital:

Tabela 2: modelo para índice de democratização - 2008

Variáveis	Coef. B.	Desvio padrão	Estat. t	Sig.
(Intercepto)	42.85	0.21	199.21	0,00 ***
Comunicação Digital (C_Digital)	3.16	4.06	0.77	0.43
Comunicação Tradicional (C_Tradic)	0.28	0.25	1.09	0.27

Fonte: os autores

De acordo com o modelo, cada ponto a mais de comunicação digital faz com que o ID aumente em 3,16 vezes e para cada emissora de rádio, aumenta em 0,28. O resultado, tanto para mídia tradicional (C_Tradicional) quanto para digital (C_Digital) não são estatisticamente significantes³. Os indicadores de competição e participação foram separados para a realização de novos testes:

Tabela 3: modelos para indicadores separados - 2008

Variáveis	ID_Part2008				ID_Comp 2008			
	Coef. B	Desv.pad	Estat. t	Sig.	Coef. B	Desv.pad	Estat. t	Sig.
Intercepto	90.34	0.13	661.57	0,00 ***	47.51	0.24	196.26	0,00***
C_Digital	-11.68	2.58	-4.52	0,00 ***	9.98	4.57	2.18	0.00113 **
C_Tradic	-2.34	0.16	-14.26	0.00 ***	1.57	0.29	5.41	0.00 ***

Fonte: os autores

Os resultados para cada um dos componentes (participação e competição) mostram que quanto mais comunicação, menos participação. A comunicação digital gera uma associação negativa de (-11,68). Já para a competição eleitoral os efeitos são positivos em todos os casos, porém menos significativos para comunicação digital.

A diferença é negativa para o componente participação tanto em emissoras de rádio e TV quanto acesso à internet. Assim, nos municípios em que houve presença de emissoras de rádio e TV e maior crescimento na proporção de acessos à internet por eleitor, houve menos participação eleitoral. Já em relação à competição, em municípios com emissoras de rádio e TV e com mais acesso à internet a competição eleitoral também cresce. A diferença é mais significativa para as variações de

³ Foram realizados testes de colinearidade entre as variáveis explicativas do modelo e para todos os anos testados o VIF (Variance Inflating Factor) deu abaixo de 4 (CERVI, 2019), o que não aponta correlação cruzada.

presença dos meios eletrônicos tradicionais do que para acessos à comunicação digital.

Agora, comparando com os dados de 2012, no ID geral, a comunicação digital tem mais força para aumento do índice:

Tabela 4: Índice de Democratização com variáveis comunicacionais 2012

Variáveis	Coef. B	Desvio padrão	Estat. t	Sig.
(Intercepto)	13.75	8.13	1.69	0,09
C_Digital	84.96	80.64	1.05	0.29
C_Tradicional	-29.84	9.60	-3.1	0.001**

Fonte: os autores

Da mesma forma que para os dados de 2008, em 2012 a comunicação digital não é significativa para explicar o Índice de Democratização. A partir desse resultado, os componentes foram separados no teste para verificar se apresentam o mesmo comportamento de 2008, com maior explicação:

Tabela 5: indicadores de participação e competição em 2012

Variáveis	ID_Part2008				ID_Comp 2008			
	Coef. B	Desv.pad	Estat. t	Sig.	Coef. B	Desv.pad	Estat. t	Sig.
Intercepto	103.26	4.17	24.75	0,00 ***	55.83	5.66	9.85	0,00 ***
C_Digital	-98.87	41.38	-2.38	0.01*	-830.14	56.26	-14.75	0,00 ***
C_Tradic.	-35.74	-4.92	-7.25	0,00 ***	-2.41	6.69	-0.36	0.71

Fonte: os autores

No componente participação, comunicação digital é pouco significativo e as duas variáveis diminuem a participação, porém a comunicação tradicional apresenta resultado significativo. Em competição, quanto mais comunicação digital menos competição e a comunicação tradicional não é significativa neste modelo.

O resultado é diferente de 2008. Apesar de também ser mais explicativo do que associar apenas com o índice geral, neste caso a inferência da regressão entre comunicação digital e participação não pode ser levada em consideração, da mesma forma como o indicador de competição e a comunicação tradicional não apresenta uma associação com significância estatística, ou seja, o horário eleitoral não fez diferença na competição em 2012. Por último, foram feitos os testes para o resultado de 2016.

Tabela 6: ID 2016 controlado por variáveis comunicacionais

Variáveis	Coef. B	Desvio padrão	Estat. t	Sig.
(Intercepto)	41.44	0.23	178.34	0,00 ***
C_Digital	10.93	1.50	7.26	0,00 ***
C_Tradicional	0.35	0.26	1.34	0.0179*

Fonte: os autores

Os componentes foram separados para comparação com o modelo aplicado aos anos anteriormente estudados. Para o ID geral de 2016, a comunicação digital é significativa, mas a tradicional não. Ou seja, novamente leva a crer que o Índice de Democratização deve ser separado em seus indicadores. Antes, também foram aplicados os mesmos controles para os anos anteriores, de localização do município e tamanho.

Tabela 7: indicadores 2016 com variáveis comunicacionais

Variáveis	ID_Part2008				ID_Comp 2008			
	Coef. B	Desv.pad		Coef. B	Desv.pad		Coef. B	Desv.pad
Intercepto	88.19	0.16	545.87	0.00***	46.97	0.26	174.38	0.00***
C_Digital	-10.37	1.04	-9.91	0.00***	19.73	1.74	11.30	0.00***
C_Tradic.	-2.38	0.18	-12.97	0.00***	1.76	0.30	5.75	0.00***

Fonte: os autores

O resultado de 2016 tem semelhança com 2008. As variáveis são estatisticamente significativas e ter mais acesso à comunicação digital ou presença da tradicional diminui a participação. A variável de competição tem nos dois componentes comunicacionais significância estatística e mesma direção, ou seja, ter emissoras de rádio e mais acesso à banda larga ajudou, em 2016, a aumentar a competição eleitoral entre as candidaturas. A comparação do resultado dos coeficientes para as três eleições municipais é:

Tabela 8: resultado de coeficientes dos três anos estudados

ANO	VARIÁVEIS					
	ID E C_ DIGITAL	ID E C_ TRADIC	ID_PART E C_DIGITAL	ID_PART E C_TRADIC.	ID_COMPE C_DIGITAL	ID_COMPE C_TRADIC
2008	3.16	0.28	-11.68***	-2.34***	9.98***	1.57***
2012	84.96	-29,84	-98.97*	-35.74***	-830.14***	-2.41
2016	10.93***	0.35	-10.37**	-2.38**	19.73**	1.76**

Fonte: os autores

Em 2016 a associação entre ID e comunicação digital tem resultado significativo, mas não com comunicação tradicional. Em 2016, ter mais acesos à banda larga ajudou o índice geral, o que muda o comportamento das eleições anteriores analisadas.

A participação associada à comunicação digital tem significância estatística maior em 2008, porém em sentido contrário: o ID geral diminui com o aumento do acesso à banda larga no município. Com a comunicação tradicional, também estão em sentido contrário, tendo o horário eleitoral associação negativa com a participação, tanto em 2008 quanto em 2012. Da mesma forma em 2016, mas menos intensamente.

A separação dos indicadores mostra não somente que os testes apresentam resultados significativos como a diferença de direção das associações feitas. De forma resumida, temos o seguinte comportamento para os três anos estudados, no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – resumo dos testes de regressão linear para os anos estudados

Ano	Variável	Índice Geral		Participação		Competição	
		Significativo	Direção	Significativo	Direção	Significativo	Direção
2008	C_Dig	Não		Sim***	Contrária -	Sim**	Mesma +
	C_Trad	Não		Sim***	Contrária -	Sim***	Mesma +
	RM	Sim***	Mesma+	Sim***	Mesma +	Não	
	Tamanho	Sim***	Mesma +	Sim***	Contrária -	Sim***	Mesma +
2012	C_Dig	Não		Sim*	Contrária -	Sim***	Contrária -
	C_Trad	Não		Sim***	Contrária -	Não	
	RM	Sim**	Mesma +	Sim***	Mesma +	Sim**	Mesma +
	Tamanho	Sim***	Contrária-	Sim***	Contrária -	Não	
2016	C_Dig	Sim***	Mesma +	Sim**	Contrária -	Sim**	Mesma +
	C_Trad.	Não		Sim**	Contrária -	Sim**	Mesma +
	RM.	Sim***	Mesma +	Sim***	Mesma +	Sim***	Mesma +
	Tamanho	Sim***	Mesma +	Sim***	Contrária -	Sim***	Contrária -

Notas:

Intercepto: (ou coeficiente linear) ponto em que a reta cruza o eixo Y quando o valor de X é zero.

C_Dig: Comunicação digital – acessos por eleitor

C_Trad: Comunicação Tradicional – emissoras de rádio e TV

T Value: coeficiente “t”. Indica a precisão do modelo. Quanto mais longe de zero, mais precisa será a predição do modelo quanto à associação entre X e Y. Quanto mais asteriscos, maior o nível de confiança do resultado.

RM- Se o município faz parte de uma região metropolitana

Tamanho – Tamanho do município de acordo com a classificação do TSE, de seis tamanhos de acordo com número de eleitores.

Fonte: os autores

Levando em consideração os testes que tiveram resultado significativo, é melhor analisar os indicadores em separado, já que o Índice de Democratização (ID) geral não apresenta resultados significativos. Para os dados analisados, calcular apenas o índice geral não explica as diferenças de maior ou menor democracia eleitoral. Os dados municipais controlados pelas variáveis comunicacionais ajudam a compreender a diferença entre os índices, de acordo com o acesso maior ou menor à estrutura de rádio, TV ou comunicação digital, o que confirma que é preciso separar os indicadores de participação e concorrência.

Nos modelos de regressão com resultado de significância estatística, o maior acesso à Comunicação Digital impacta negativamente o indicador de participação em 2008 (-11.68), 2012 (-98.97) e 2016 (-10.37). A Comunicação Tradicional

também reduz a participação nos três anos estudados – sendo -2.34 em 2008, -35.74 em 2012 e -2.38 em 2016. Ou seja, quanto mais emissoras tem o município, menos participação na votação.

Quando testado o componente competição, as duas variáveis comunicacionais indicam aumento da competição em 2008 e 2016, mas não em 2012. No primeiro ano testado, a associação com a comunicação tradicional apresenta coeficiente Beta positivo de 9.98, em 2016, 1,76. Já em 2012, o resultado não é significativo. Por se tratar de população e não amostra, a significância estatística é menos relevante do que o coeficiente. Em 2012, a Comunicação Digital reduziu a Competição (-830.14). Já em 2008 (+9.98) e 2016 (+19.73), quanto mais acesso à comunicação digital, maior a competição entre os candidatos a prefeito. Desta forma, não há um resultado linear para os três anos estudados, ou uma tendência de aumento ou diminuição dos indicadores durante este período analisado.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar uma proposta de medição da participação e competição nas eleições brasileiras, utilizando os componentes que integram o Índice de Democratização (ID) de Tatu Vanhanen. Foram testados os efeitos de duas variáveis de comunicação – eletrônica e digital – para a democracia eleitoral, utilizando o Índice de Democratização proposto por Vanhanen aplicados aos municípios brasileiros.

O trabalho compara os resultados das eleições para prefeitos de 2008, 2012 e 2016, em nível agregado – considerando dados de todos os 5,6 mil municípios brasileiros. Os dados levantados tornaram possível esse objetivo, levando ao resultado em relação às hipóteses de pesquisa:

Hipótese principal 1) com a mudança nos espaços de comunicação eleitoral, houve redução da participação e da competição eleitoral, ou seja, redução na democracia eleitoral, no período estudado. Foi parcialmente confirmada. Conclui-se que os municípios com mais comunicação eleitoral em função da estrutura comunicacional tendem a ter mais democracia eleitoral no indicador de competição, porém menor em participação.

Hipótese secundária 2) Quanto mais estrutura de comunicação tradicional e digital, maior a associação entre as variáveis comunicacionais e o Índice de Democratização. Com os dados de 2008, 2012 e 2016, esta hipótese foi confirmada parcialmente, pois quanto maior a estrutura, menor a participação, com impacto maior da comunicação digital. Porém, há associação com aumento de competição, também com impacto maior da comunicação digital.

Não é possível afirmar que as mudanças na legislação eleitoral em 2015 quanto à propaganda dos candidatos provocaram modificações significativas na participação, apesar de indicar que, nos municípios onde os eleitores recebem mais informação de seus candidatos (as) a prefeito, a tendência é de uma participação menor. Já para a competição, associada à comunicação digital, há aumento em municípios com mais disponibilidade de acesso à comunicação eleitoral.

Levando em consideração que a maior restrição de espaço da comunicação tradicional se deu em 2015, seria esperada uma diferença de comportamento do ID e indicadores de Participação e Competição entre 2008 e 2012 por um lado e 2016 por outro, com diminuição do ID para 2016. Os testes de regressão mostraram que a Comunicação Digital aparece como significativa pela primeira vez em 2016 (10.93***) para explicar o ID geral, em uma eleição na qual a legislação eleitoral fortaleceu os espaços digitais de comunicação dos candidatos (as).

Na divisão dos indicadores, 2012 tem um comportamento diferente dos demais anos. A Comunicação digital não é significativa na relação com o Indicador de Participação em 2012 e a Comunicação Tradicional também não agrega no Indicador de Competição em 2012. Percebe-se que a Comunicação Digital passa a ter força a partir de 2016 (10.93), mesmo que o uso das redes digitais seja permitido em campanhas desde 2010.

A proposta de Vanhanen é relevante porque cria um índice a partir de discussões teóricas consolidadas a respeito dos indicadores eleitorais da democracia, principalmente os formulados por Dahl. Ele não se propõe a medir a democracia em si, mas sim a eleitoral, que gera um processo de fortalecimento da democracia como um todo.

A associação entre dados eleitorais e comunicacionais permite analisar a democracia eleitoral para além das instituições e perceber no que resultam as regras estabelecidas e as estruturas de comunicação nos mais diversos municípios. O resultado indica a necessidade de uma outra discussão, mais profunda, sobre os indicadores de competição e participação no Brasil. Mesmo com as diferenças entre cidades, os canais digitais estão aumentando a competição das candidaturas, dando possibilidade de que os candidatos (as) alcancem um número maior de eleitores, o que ajuda na divulgação das informações e, em consequência, acirra a concorrência e fortalece a democracia eleitoral.

Por outro lado, a participação nas eleições, mesmo com o voto obrigatório no Brasil, diminuiu nas eleições analisadas. Não é possível concluir com os dados analisados que a responsabilidade seja da estrutura comunicacional. Porém, chama a atenção o fato de que quanto maior a estrutura de comunicação do município, menor a participação, com impacto maior da comunicação digital. Ou seja, se isolado apenas o aspecto comunicacional, o aumento da possibilidade de comunicação eleitoral por meio digital vem reduzindo um dos indicadores de democratização, que é a participação.

Diante dos dados e testes realizados, conclui-se que, para o caso dos municípios brasileiros nos anos estudados de eleições majoritárias locais, mais estrutura de comunicação não gera, necessariamente, mais democracia. Os indicadores separados explicam mais o comportamento do que o Índice de Democratização agregado. Não adianta ter mais competição, no caso dos municípios brasileiros, se a participação nas eleições diminui, a democracia eleitoral se enfraquece. Neste sentido, a visão otimista sobre a comunicação digital nas eleições, que levaria a uma democratização, ao menos para as cidades brasileiras, não é confirmada.

**CHANGES IN ELECTORAL ADVERTISING AND THE EFFECTS
ON COMPETITION AND PARTICIPATION IN BRAZILIAN
LOCAL ELECTIONS BETWEEN 2008 AND 2016**

ABSTRACT: *This paper presents a proposal for measuring the participation and competition in Brazilian local elections, using the Tatu Vanhanen's Democratization Index, for whom competition and participation are fundamental to analyze democracy in an election. Aggregated data on results of Brazilian local elections between 2008 and 2016 are used in association with the traditional (radio/TV) and digital communication structure in the cities. The hypothesis is that there is an association between intensity of communication and electoral participation. The objective is to analyze how the structure of communication of the electoral advertising affects the participation and competition of the elections, in a time in which there were changes in the electoral laws and a decrease in the traditional communication space. The question guiding the work is: does the visibility of elections caused by changes in electoral rules decrease electoral democracy in these cities? The results show that there are effects in opposite directions.*

KEYWORDS: *Electoral democracy. Local election. Political communication. Electoral advertising.*

**CAMBIOS EN LA PROPAGANDA ELECTORAL Y EFECTOS EN
LA COMPETENCIA Y PARTICIPACIÓN EN LAS ELECCIONES
MUNICIPALES BRASILEÑAS ENTRE 2008 Y 2016**

RESUMEN: *Este trabajo presenta una propuesta para medir la participación y la competencia en las elecciones brasileñas, utilizando el Índice de Democratización de Tatu Vanhanen, para el cual la competencia y la participación son fundamentales*

para analizar la democracia en una elección. Se utilizan datos agregados de los resultados electorales en los municipios brasileños entre los años 2008 y 2016, asociados a la estructura de la comunicación tradicional (radio y TV) y digital en las ciudades. La hipótesis es que existe una asociación entre la intensidad de la comunicación y la participación electoral. El objetivo es analizar si la mayor o menor estructura comunicativa de la propaganda electoral afecta a la participación y competencia de las elecciones, en un periodo en el que se produjeron cambios en las leyes electorales y una disminución del espacio de comunicación tradicional. La pregunta que guía el trabajo es: ¿la visibilidad de las elecciones provocada con los cambios en las reglas electorales disminuye la democracia electoral en estos municipios? Los resultados muestran que hay efectos en direcciones opuestas.

PALABRAS CLAVE: Democracia electoral. Elecciones locales. Comunicación política. Propaganda electoral.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, D. & PÉREZ-LIÑÁN, A. Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries, **Democratization**, 9:2, 85-100, 2002.

BRASIL. Lei 13.488 de 6 de Outubro de 2017. Altera as Leis n° 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei n° 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13488.htm. Acessado em 22 de janeiro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acessado em 17/03/2019.

BRASIL. Lei 13.165 de 29 de Setembro de 2015. Altera as Leis n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.891 de 11 de dezembro de 2013. Altera as Leis nos 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir

Mudanças da propaganda eleitoral e efeitos na competição e participação em eleições municipais brasileiras entre 2008 e 2016

o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nos 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112224421/lei-12891-13>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.034 de 29 de Setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 11.300 de 10 de Maio de 2006. Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11300.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 9100 de 29 de Setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111051/lei-9100-95>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei 8214 de 24 de Julho de 1991. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8214.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

CAMPELLO, Cristiane Cavalcanti Barreto. A Propaganda Eleitoral Antecipada após a Lei 13.165/2015 e a Ferramenta de Impulsioneamento de publicações nas Redes Sociais, in **Revistas de Estudos eleitorais**, Nº 1, Recife: TRE-PE, 2017

CERVI, Emerson Urizzi, Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016. **Anais**, 4º Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. Salamanca. 17 al 19 de Julio de 2017

_____ **Manual de Métodos Quantitativos para Iniciantes em Ciência Política – Volume II**. Curitiba: CPOP, 2019.

CERVI, Emerson Urizzi; NEVES, Daniela S. Estrutura de comunicação e democratização eleitoral em disputas para prefeito no Brasil em 2008 e 2016. **Anais**. XI Encontro ABCP. Curitiba, 2018.

COPPEDGE, Michael, GERRING, John, ALTMAN, David; BERNHARD, Michael; FISH, Steven; HICKEN, Allen; KROENIG, Matthew; LINDBERG, Staffan I.; MCMANN Kelly; PAXTON, Pamela; SEMETKO, Holli A.; SKAANING Svend-Erik; STATON, Jeffrey; TEORELL, Jan. Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach. **Perspectives on Politics**, 9(2), 247-267, 2011. Published online by Cambridge University Press: 03 June 2011.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2009.

_____. **Poliarquia**: participação e oposição. 1ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

DIAMOND, Larry, **O espírito da democracia: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo**. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia – Formas de Gobierno y resultados em treinta y seis países**. Barcelona: Editora Ariel, 2000.

_____. **Thinking about Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice**. London and New York: Routledge, 2007.

NEVES, Daniela; SANTOS, Sandra Avi. Propaganda de rua, televisão e internet: governança eleitoral e o impacto para a comunicação política brasileira. In: **Anais**. Noveno Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2017, Montevidéu. Anais Democracia en Recession. Montevidéu: Alacip, 2017.

NORRIS, Pipa. **Why Elections Fail**. New York: Cambridge University Press, 2015.

O'DONELL, Guillermo. Ilusions about consolidation. In In PLATTNER, Marc F., and DIAMOND, Larry Jay. **The Global Divergence of Democracies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

PIERANTI, Octavio Penna, A distribuição geográfica das estações locais de TV no Brasil, in **Revista Famecos** (Online). Porto Alegre, v. 25, n. 3, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

PRZEWORSKI, Adam, ALVARES, Michael E., CHEIBUB, José Antonio e FIGUEIREDO Fernando Limongi What Makes Democracies Endure? In PLATTNER, Marc F., and DIAMOND, Larry Jay. **The Global Divergence of Democracies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

SCHUDSON, Michael. **Why democracies need an unlovable press**. Polity, 2008.

VANHANEN, Tatu **Democratization: A Comparative Analysis of 170 Countries**. London: Routledge, 2003.

_____. A New Dataset for Measuring Democracy, 1810–1998, **Journal of Peace Research**, vol. 37, no. 2, 2000, pp. 251–265 Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 2000.

_____. **Prospects of democracy**: A study of 172 countries. London and New York: Routledge. (1997).

_____ **The process of Democratization: A comparative study of 147 States – 1980-88.** New York: Taylor & France New York Inc. 1990

_____ The Level of Democratization Related to Socioeconomic Variables in 147 States in 198-85, **Scandinavian Political Studies**, Vd. 12 - No. 2. 1989

_____ The Emergence of Democracy: A Comparative Study of 119 States, 1850-1979, **Commentationes Scientiarum Socialium 24**. Helsinki: The Finish Society of Science and Letters. 1984

_____ Dependence of Power on Resources: A Comparative Study of 114 States in the 1960s. **Department of Social Sciences Publications**. Nº. 11. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 1971.

Recebido em 18/11/2020.

Aprovado em 23/03/2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Temas de propaganda e quando entraram ou foram proibidas:

Ação permitida ■ Ação proibida ■ Com restrições ■ Não citado na legislação

TIPOS DEPROPAGANDA	1991 Lei 8.214	1995 Lei 9.100	1997 Lei 9.504	2006 Lei 11300	2009 Lei 12034	2013 Lei 12891	2015 Lei 13165	2017 Lei 13488
Propaganda em imprensa escrita								
Propaganda em bens que dependam de concessão do Poder Público								
Propaganda em locais públicos indicados pela prefeitura								
Propaganda em bens particulares								
Distribuição de folhetos, volantes e demais impressos								
Outdoors								
Anúncios luminosos, faixas, cartazes colocados em vias públicas, inclusive rodovias								
Projeção de vídeo, cartazes fixados em locais com aglomeração (como cinemas e restaurantes)								
Utilização de faixas ou cartazes em ginásios e estádios desportivos.								
Circuito fechado de som ou de imagem em recintos a que o público tenha acesso.								
Ofender candidato								
Distribuição de camisetas, chaveiros e outros brindes de campanha								
Realização de comícios								
Carro de som								
Debates em emissoras de rádio e televisão								
Propaganda de Boca de Urna no dia da eleição								
Cenas externas no horário eleitoral								
Propaganda em veículos								
Cavaletes, bonecos, placas, estandartes, faixas								
Mesa de distribuição de material na rua								
Placas, estandartes, faixas em postes de iluminação pública, viadutos, passarelas e pontes								
Inserções no rádio e na TV usando montagens, computação gráfica e efeitos especiais								
Propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos (as)								
Showmício com artistas remunerados ou não.								
Trios elétricos								
Propaganda antecipada								
Propaganda por meio de mensagem eletrônica								
Propaganda por meio de blogs, redes sociais								
Propaganda paga na internet								
Impulsioneamento de conteúdo nas redes sociais.								

Fonte: os autores, com auxílio infográfico de Matias Peruyera.

ANEXO 2

O QUE DIZEM AS LEIS ELEITORAIS SOBRE USO DA INTERNET NAS CAMPANHAS

Ano 2006 - Lei 11.300	Prestação de contas pela internet
Ano 2009 - Lei 12.034	- Doações pela internet - Site de candidato, partido ou coligação - Propaganda por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação; - Propaganda por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados. - Participação de filiados a partidos ou de pré-candidatos (as) em entrevistas, programas, encontros ou debates na internet - Na internet, vedada qualquer tipo de propaganda paga. - É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da internet, assegurado o direito de resposta. - Direito de resposta: no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres usados na ofensa, em até 48 horas após a entrega com a resposta do ofendido - É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos
Ano 2013 - Lei 12.891	- Retirada de conteúdo ofensivo. - Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação.
Ano 2015 - Lei 13.165	- Não configura propaganda antecipada na internet: menção à pretensa candidatura, exaltação de qualidades pessoais dos pré-candidatos (as), desde que não haja pedido explícito de voto. - Direito de resposta: a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 horas, após a sua retirada.
Ano 2017 – Lei 13.488	- Propaganda pela internet por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por: a) candidatos (as), partidos ou coligações; ou b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos. - É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos (as) e seus representantes. - É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

Fonte: Leis eleitorais.

ENVOLVIMENTO DOS BRASILEIROS COM AS ELEIÇÕES: VOTOS BRANCOS E NULOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E PROPORCIONAIS NO BRASIL (1994 E 2014)¹

*Cíntia Pinheiro Ribeiro de SOUZA**

*Rafael da SILVA***

*Yan de Souza CARREIRÃO****

*Julian BORBA*****

RESUMO: O artigo analisa o envolvimento dos brasileiros com as eleições, a partir de dados agregados sobre votos brancos e nulos nas eleições presidenciais e proporcionais em 1994 e 2014. Partimos da suposição de que esses fenômenos têm naturezas diferentes e, por isso, estão associados a um conjunto diferente de variáveis. Oferecemos evidências que são compatíveis, em parte, com essa suposição, embora seja necessário ressaltar variações observadas tendo em vista os cargos disputados e o tipo de sistema de votação adotado. Os dados foram extraídos de fontes oficiais, sendo a unidade de análise os municípios brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições. Votos Brancos. Votos Nulos. Brasil.

* UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP). Curso de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas. Foz do Iguaçu – PR – Brasil. 85867-970 – cprsouza@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7415-3315>.

** UEM – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPP). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – eu_fael@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3813-4296>.

*** UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSCP). Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – yan@cfh.ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0002-3964-0350>.

**** UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSCP). Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – borbajulian@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-0149-6533>.

¹ Este artigo é um desdobramento da pesquisa intitulada “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento dos brasileiros (1988-2013)” (PROCAD/CAPES), envolvendo UFSC, UEM e UNESP. É fruto, também, do apoio do CNPq, por meio de Bolsas de Produtividade para Julian Borba e Yan Carreirão. Uma versão preliminar foi apresentada no 42º Encontro Anual da Anpocs em Caxambu em 2018.

Introdução

Há no Brasil uma significativa literatura sobre os fenômenos da abstenção eleitoral e dos votos brancos e nulos, cobrindo (ao menos parcialmente) eleições desde 1945 e utilizando diferentes metodologias e dados (agregados ou em nível individual). Muito se especula sobre o significado ou a motivação dos votos brancos e nulos. Entretanto, os esforços para separar analiticamente os dois fenômenos são poucos e relativamente recentes, destacando-se os estudos de Costa (2007) e Nicolau (2018). No estudo de Costa (2007), ao nível estadual, as correlações apontam certa dificuldade em separar brancos e nulos porque em quase todos os casos analisados pelo autor essas duas modalidades de comportamento eleitoral se relacionam de forma muito similar com IDH (correlação negativa) e com a densidade eleitoral. Nicolau (2018), por outro lado, mostra que esses fenômenos se correlacionam ao nível municipal de forma diferente com IDH, especialmente após a implantação das urnas eletrônicas (UE). Esse é um achado que sinaliza que possivelmente existem fatores causais diferentes para esses fenômenos.

Nesse trabalho, nós também buscamos oferecer evidências de que esses fenômenos são diferentes. Primeiramente, exploramos algumas correlações bivariadas, para verificar se elas estão associadas entre si e com outras variáveis. Em seguida, apresentamos sua distribuição espacial. Por último, testamos modelos para verificar se ambos os fenômenos são explicados por um mesmo conjunto de variáveis. Nosso ganho analítico em relação a Nicolau (2015, 2018) será separar o IDH educação em relação ao IDH renda, já que são variáveis que embora costumem ter forte correlação, podem indicar contextos parcialmente distintos, com diferentes estímulos aos votos brancos e nulos.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Começamos por dar um panorama dos principais estudos sobre o tema no país, identificando a forma como o tratamento dos fenômenos dos votos brancos e nulos evoluiu ao longo do tempo. A seguir, com base nessa discussão, formulamos algumas suposições gerais, sistematizamos as hipóteses a serem testadas e descrevemos o banco de dados. Na seção seguinte, é apresentada a análise dos dados. Nas considerações finais, apresentamos os principais resultados, indicamos as limitações do estudo e sugerimos futuros desenvolvimentos para a pesquisa sobre o tema.

1. A evolução do debate sobre votos brancos e nulos no Brasil

Nas análises pioneiras sobre abstenções, votos brancos e nulos, feitas por Schwartzman (1970), Santos (1987), Lima Jr. (1990, 1993) e Reis (1991), votos brancos e nulos foram tratados como um bloco de votos inválidos e pouco se

aprofundou o debate acerca dos diferentes significados que esses tipos de votos poderiam carregar. Em um primeiro momento, predominou o entendimento de que os votos inválidos poderiam representar um descontentamento de setores mais modernos da sociedade com o sistema político (SCHWARTZMAN, 1970) ou um reflexo da falta de credibilidade do processo político, quando agregados com abstenções no que foi chamado de “alienação eleitoral” (SANTOS, 1987).² Ainda sem decompor os votos inválidos, algumas análises posteriores enfatizaram que esses tipos de votos aumentam em contextos de menor alfabetização e extensão territorial (LIMA JR., 1990) e em contextos de menor renda e alfabetização (REIS, 1991).

Enfatizando o impacto de variáveis político-institucionais, Nicolau (2003) matizou a tese do voto protesto em relação ao período entre 1945 e 1958, seja na leitura clássica de Schwartzman (1970), seja na forma da “alienação” (SANTOS, 1987). Para ele, “nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1958, os eleitores depositavam, nas urnas, as cédulas oferecidas pelos partidos, o que diminuía a probabilidade de se votar incorretamente” (NICOLAU, 2003, p.287). Nas eleições de 1955 para presidente e de 1962 para o Congresso, houve o emprego de cédulas oficiais fornecidas pela Justiça Eleitoral no dia da votação, em que os eleitores tinham que escrever o nome ou número dos seus candidatos; o salto nos percentuais de votos inválidos teria acontecido devido à junção perversa de um eleitorado de baixa escolaridade e uma cédula complexa.

Costa (2007) analisou separadamente abstenções, votos brancos e nulos nas eleições presidenciais de 1989 a 2002, utilizando dados agregados ao nível dos estados. Quanto a esses dois últimos tipos de comportamento, nos interessa assinalar que o autor conclui que em todas as eleições, os efeitos do IDH foram negativos tanto sobre brancos quanto sobre nulos, ou seja, quanto maior o IDH dos estados, menores os percentuais de brancos e nulos.³ Além disso, a correlação de nulos e brancos com IDH é negativa e mais forte para brancos quando a votação era em cédulas. A partir de 1998, quando começam a ser usadas as UE, a associação com IDH permanece negativa para ambos, mas passa a ser mais forte com nulos e perde força em relação aos brancos.

² Souza (1976, p.161-168) questiona a interpretação do descontentamento, alertando para o risco da falácia ecológica das conclusões de Schwartzman, e conclui dizendo que os dados disponíveis desaconselham interpretações unívocas desse fenômeno.

³ Isso acontece tanto nas correlações bivariadas (entre brancos e nulos, de um lado, e IDH, de outro), quanto nos modelos de regressão (OLS) efetuados pelo autor. Os modelos OLS apresentados por Costa (2007), porém, não são comparáveis entre si, já que, por exemplo, controlam por região nos modelos para votos em branco, mas não o fazem para nulos. Além disso, a variável região foi operacionalizada como contínua, não como uma variável *dummy*. Por essas razões, preferimos destacar seus achados a partir das correlações bivariadas.

Numa vertente de análises mais preocupadas com o impacto de variáveis político-institucionais, Nicolau (2003, 2015, 2018) e Zucco e Nicolau (2016a) apontaram os efeitos causados pela implantação das UE no período entre 1996 e 2002⁴. Nicolau (2003) mostra que, nas eleições de 1998, nos municípios em que foi introduzida a UE, os votos inválidos (brancos mais nulos) foram em menor percentual do que o registrado nos municípios com votação de papel. Houve também um decréscimo de votos inválidos de mais de 50% entre as eleições de 1994 e 1998, nos cargos de deputado federal e deputado estadual. O autor conclui: “provavelmente o voto eletrônico estimulou mais eleitores a votar (redução dos votos em branco), facilitou a votação e reduziu a taxa de votos inválidos por erro (redução dos votos nulos)” (NICOLAU, 2003, p.292).

Em textos mais recentes, o autor desenvolve melhor estes tópicos. Nicolau (2015) compara os votos nulos dados em cédulas com os dados em UE nas eleições de 1998 (ano em que, como indicado acima, o voto eletrônico foi introduzido apenas em parte dos municípios) para quatro cargos: deputado federal, deputado estadual, presidente e governador. Mostra que, para os quatro cargos, o percentual de brancos é menor nos municípios que introduziram as UE. Quanto aos votos nulos, nos dois primeiros cargos mencionados há percentuais de nulos bem menores nos municípios que introduziram as UE. Já nas eleições para presidente e para governador, isso não ocorre. Além disso, as porcentagens de nulos decrescem quando passamos dos municípios com IDH mais baixo para aqueles cujo índice é mais alto. A hipótese explicativa proposta pelo autor (NICOLAU, 2015) para estes padrões é que a ordem na qual os candidatos são apresentados nas telas da urna eletrônica durante o processo de votação pode confundir o eleitor porque esse espera votar nos cargos mais importantes primeiro (presidente e governador), enquanto a urna mostra os cargos proporcionais primeiro. Diante disso, os eleitores que estariam pensando votar nos cargos de presidente e governador, estariam, ao digitar apenas dois números para os primeiros cargos do dia, dando votos na legenda para os cargos de deputado federal e estadual. Nicolau (2015, p.14-15) sugere, ainda, que isso aparentemente desencadearia erros para os outros três cargos, já que os eleitores iriam introduzir, daí em diante, um número de dígitos que não corresponderia aos adequados aos demais cargos.

Zucco e Nicolau (2016a) retomam essa discussão de forma mais detalhada, além de introduzir certas diferenças em relação às hipóteses de Nicolau (2015): propõem, diferentemente do que faz esse último autor, que esse tipo de erro afetaria apenas as votações para o primeiro cargo na urna eletrônica (que seria deputado federal, nas eleições gerais, ou vereador, na eleição municipal) – aumentando o

⁴ A implantação das UE foi gradativa: sua introdução se iniciou em 1996 e foi concluída apenas em 2000, nas eleições municipais e, em 2002, nas eleições gerais. Para mais detalhes, ver: Macedo (2010) e Nicolau (2003).

número de votos de legenda -, e para o último cargo, de presidente (ou de prefeito, na eleição municipal), aumentando o número de votos nulos.⁵

Uma terceira expectativa teórica dos autores é a de que a prevalência dos votos de legenda esteja positivamente associada com os níveis de desenvolvimento quando as cédulas eram de papel, mas negativamente associada com as urnas eletrônicas porque, nesse contexto, os votos de legenda estariam sendo produzidos pela confusão dos eleitores a respeito da ordem de votação, algo que seria mais provável em áreas menos desenvolvidas (ZUCCO; NICOLAU, 2016a).

Comparando municípios com cédulas e municípios com UE, tanto nas eleições municipais de 1996 quanto nas eleições gerais de 1998 (já que em ambas havia municípios com uma ou outra tecnologia de voto), os autores mostram que os dados corroboram todas as hipóteses acima. Com base na demonstração de que em 1996 e 1998 houve realmente um aumento do voto de legenda onde foi introduzida a UE, os autores postulam que os votos de legenda não devem ser considerados uma medida da força partidária no contexto brasileiro, indo contra a interpretação de que os votos de legenda seriam uma indicação de identificação partidária que tornaria os nomes dos candidatos irrelevantes (ZUCCO; NICOLAU, 2016a).

Em trabalho de 2018, Nicolau analisa a evolução dos votos brancos e nulos para presidente de 1989 a 2014, correlacionando essas variáveis com o IDH dos municípios e levando em consideração o tipo de votação (em cédulas ou UE). Suas principais conclusões são: i) “nas eleições em que os eleitores votaram na cédula de papel (1989, 1994 e parcialmente em 1998), existe uma associação tanto do voto nulo quanto do voto em branco com o nível de desenvolvimento das cidades: quanto menor o IDH, maior o volume de votos inválidos [brancos mais nulos]” (NICOLAU, 2018, p.73); ii) em 1998, “o padrão das cidades que continuaram a votar na cédula de papel não se alterou em relação à disputa anterior. Nas cidades com urnas eletrônicas (...) os votos em branco caíram expressivamente (e passam a variar pouco com o IDH) e os votos nulos foram significativamente mais altos” (NICOLAU, 2018, p.73); iii) nas eleições de 2002, 2006 e 2010, enquanto os votos em branco mantêm-se num patamar baixo e não variam com o IDH dos municípios, os votos nulos tendem a cair à medida que aumenta o IDH da cidade; iv) em 2014 os votos nulos caíram expressivamente, principalmente nas cidades com IDH mais baixo. O autor sugere duas hipóteses para a queda dos votos nulos em 2014: a primeira é relativa ao aumento da escolaridade média dos eleitores: ao longo do tempo, eleitores mais velhos e menos escolarizados são substituídos por eleitores jovens e mais

⁵ Além disso, Zucco e Nicolau (2016a) parecem considerar que o primeiro cargo nas eleições gerais é o de deputado federal, em todas as eleições em que a UE foi introduzida. Isso não é o que aconteceu, porém, nas eleições de 2010 e 2014; ali o primeiro cargo foi o de deputado estadual. E vale notar que, em 2018, o primeiro cargo que apareceu na UE foi o de deputado federal, invertendo a mudança feita em 2010.

escolarizados. A segunda é que à medida que as eleições se sucedem, os eleitores se familiarizam com a urna eletrônica. As duas hipóteses poderiam explicar uma redução dos votos nulos frutos de erros por parte dos eleitores. (NICOLAU, 2018)⁶.

Como visto até aqui, as pesquisas sobre votos brancos e nulos no Brasil avançaram no sentido de destacar como esses elementos foram influenciados pela introdução da urna eletrônica, que propiciou um aumento dos votos válidos no país, e de considerar as especificidades de cada um desses fenômenos, apontando um relacionamento diferenciado de cada um deles com níveis de desenvolvimento ao nível dos municípios. Contudo, questões permanecem em aberto a respeito do significado de votos brancos e nulos, especialmente quando contrastamos as causas potenciais desses comportamentos: se erros involuntários ou protesto.

Parte da dificuldade em responder essas questões está no desafio de levantar evidências adequadas. Os *surveys* nos dizem sobre a inclinação dos indivíduos a protestar, porém não conseguem nos informar a respeito dos erros que os eleitores podem cometer ao votarem. Já os dados agregados nos permitem mensurar exatamente a frequência de votos brancos e anulados, embora não nos permitam associar essas medidas à intenção dos indivíduos. No limite, experimentos poderiam nos auxiliar nessa empreitada, porém, não estariam isentos dos problemas de validade externa. Dito isso, nesse artigo, buscamos dar um passo adiante na solução desse desafio, porém ainda fazendo uso de dados agregados de votos brancos e nulos ao nível municipal, verificando a associação desses fenômenos com indicadores de desenvolvimento específicos de renda e de educação. Com essa desagregação dos indicadores de desenvolvimento, pretendemos avaliar melhor, ainda que de forma aproximativa, as potenciais causas desses fenômenos.

2. Hipóteses e dados

Vamos inicialmente definir duas suposições teóricas mais gerais e depois algumas hipóteses específicas que nortearão nossa análise. Tendo em mente os achados de Nicolau (2015, 2018) e Zucco e Nicolau (2016a), estabelecemos duas suposições mais gerais:

- 1) enquanto a votação se dava exclusivamente por cédulas (até 1994), boa parte dos votos brancos resultaria de uma dificuldade de eleitores de baixa escolaridade em assinalar um voto, deixando, assim, a cédula em branco.

⁶ Com outra abordagem, a partir de dados individuais de *surveys*, Borba (2008), Silva (2013) e Silva *et al.* (2014), encontraram evidências de associação dos votos inválidos com protesto. Porém, como a abordagem metodológica por eles adotadas não é pertinente para este estudo, optamos por não incluí-los em nossa revisão, apesar da importância que possuem no debate.

A introdução das UE teria facilitado a manifestação dos eleitores, reduzindo muito esse tipo de problema e, a partir daí (gradualmente, à medida que os eleitores se habituem à urna eletrônica), os **votos brancos** nas eleições presidenciais passam a ser **majoritariamente** votos **invalidados conscientemente** (devido a insatisfação/protesto ou indiferença);

- 2) os **votos nulos** nas eleições presidenciais, que antes da introdução das UE provavelmente englobavam parte de votos de protesto, mas em boa medida eram também fruto de erros de eleitores (especialmente os de baixa escolaridade), passam a ser, após a introdução daquelas urnas, **majoritariamente** apenas o resultado de **erros** dos eleitores⁷, já que os que agora desejam conscientemente invalidar seu voto podem fazer isso mais facilmente com a tecla “branco” e não têm mais a possibilidade de deixar claro seu protesto escrevendo alguma mensagem na cédula (como era possível antes).⁸

Trata-se apenas de suposições aproximativas (como o advérbio majoritariamente indica), pois julgamos que uma parte (menor) dos votos nulos deve ser fruto de uma decisão consciente dos eleitores, assim como parte – provavelmente muito pequena – dos votos brancos pode ser fruto de erros. Em suma, vamos simplificar os significados associados a cada um desses tipos de votos – branco = protesto/indiferença; nulo = erro – com o intuito de derivar, a partir dessas suposições simplificadoras gerais, certas hipóteses a serem testadas a partir dos dados de que dispomos.

Algumas hipóteses podem ser derivadas em parte dessas duas suposições gerais e em parte da literatura resenhada acima. Se brancos e nulos são manifestações de um mesmo fenômeno, ou seja, se as pessoas estão expressando o mesmo sentimento de insatisfação ou, ainda, se o que estão manifestando não é insatisfação, mas, sim, erro ou dificuldade de votar, esperamos correlação forte e positiva entre brancos e nulos.

Se brancos e nulos são manifestações de fenômenos diferentes – ou seja, se, por exemplo, brancos são majoritariamente manifestações de protesto e nulos são majoritariamente erros decorrentes da dificuldade de votar dos eleitores –, mas explicados por um mesmo fator, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que índices mais altos de desenvolvimento estejam associados a contextos propícios à ocorrência de protestos na forma de votos brancos e índices mais baixos de desenvolvimento estejam associados a contextos mais propensos à ocorrência de

⁷ Esses erros levam a que haja um aumento dos votos de legenda nas eleições para deputado federal (ou estadual, dependendo de qual cargo é o primeiro voto a ser dado na urna eletrônica), conforme Nicolau (2015) e Zucco e Nicolau (2016a).

⁸ Ou seja, os incentivos à anulação do voto digitando números incorretamente na UE – o que corresponde aos votos nulos, agora – são muito baixos.

erros de votação que acarretem votos nulos, esperamos correlação forte e negativa entre brancos e nulos.

Se brancos e nulos são manifestações de fenômenos diferentes, em que votos brancos são, por exemplo, majoritariamente votos de protesto e votos nulos são majoritariamente decorrentes de erros, porém esses fenômenos não são explicados pela mesma variável ou conjunto de variáveis; em que, por exemplo, brancos são explicados mais por renda e nulos mais por educação, esperamos, então, correlação fraca ou próxima de zero entre brancos e nulos, pois esses seriam fenômenos independentes entre si.

Além disso, seguindo a teoria da modernização, na forma como apresentada por autores como Inglehart e Welzel (2009) – que indica que o desenvolvimento econômico, associado à mobilidade social e geográfica, além da própria emergência de valores de autoexpressão, configura um contexto favorável à manifestação de protestos e buscas por canais diretos de participação, à margem das eleições – esperamos que o fenômeno que estiver mais próximo da expressão de descontentamento ou protesto se relacione positivamente com indicadores renda, urbanização e educação⁹.

De outro modo, se o fenômeno estiver mais próximo de um erro não intencional dos eleitores, esperamos que ele se deva a dificuldades cognitivas para lidar com as cédulas ou as urnas. Por isso, nesse caso, esperamos que o fenômeno se correlacione negativamente com indicadores de educação, mas, uma vez controlados esses indicadores, não esperamos que se associem significativamente com outros indicadores como renda ou urbanização.

Acreditamos que a grande inovação do trabalho esteja na busca por evidências empíricas relacionadas às suposições acima, pois desconhecemos na literatura sobre o tema no Brasil qualquer trabalho que tenha proposto tal diferenciação analítica e empírica relacionada aos significados dos votos brancos e nulos no Brasil.

Para verificar essas hipóteses, mobilizamos, primeiramente, dados agregados das votações presidenciais e proporcionais em 2014 ao nível dos municípios disponibilizados pelo Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (BRASIL, 2019), os dados socioeconômicos disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

⁹ Uma interpretação alternativa pode ser encontrada na teoria da privação, formulada inicialmente por Theodore Gurr (1968) ao indicar que protestos seriam consequências do descontentamento individual, causado por experiências de privação relativa provocadas por mudanças bruscas nas condições sociais. Mara Loveman (1998) adota essa explicação para o caso argentino. Esse aspecto também foi destacado pelos estudos sobre desafeição democrática, como os de Torcal (2006) e Torcal e Montero (2006) e em estudos sobre determinantes do protesto político (RIBEIRO; BORBA, 2015; MENDONÇA; FUKS, 2015). Em que pese a relevância de tal perspectiva para nosso estudo, a realização de testes empíricos demandaria dados individuais, especialmente sobre a localização dos respondentes na estrutura social e suas atitudes sobre a economia e a política, que extrapolam os limites de nosso estudo.

(PNUD, 2018), além das malhas digitais municipais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Analisamos também dados relativos às eleições de 1994, visando comparar os dados de 2014 com os da eleição imediatamente anterior à introdução (parcial) das UE. Os dados eleitorais referentes às eleições de 1994 foram replicados a partir de Zucco e Nicolau (2016b).

De outro lado, não usamos dados de *surveys* – como os analisados, por exemplo, por Borba (2008), Silva (2013), ou Silva, Gimenes, Borba e Ribeiro (2014) – que permitem propor mecanismos explicativos a partir do comportamento individual.¹⁰ De toda forma, essa base nos permitirá testar um conjunto de hipóteses relevantes presentes no debate nacional resenhado na seção anterior.

3. Resultados

Nessa seção, apresentamos a discussão dos resultados. Tendo em mente as evidências de que a implantação da urna eletrônica pode ter impactado o aumento dos votos de legenda para deputado federal como expressão de erros dos eleitores e que esses erros estariam associados a votos nulos para presidente (ZUCCO; NICOLAU, 2016b), optamos por comparar os dados para a eleição de 1994, anterior à adoção das urnas eletrônicas que foi iniciada em alguns municípios em 1998 e generalizada para todo o país em 2002, com a eleição de 2014. A escolha por 2014, e não 2018, é justificada pelo fato de as eleições mais recentes terem ocorrido em um contexto relativamente atípico. Dessa maneira, apresentamos os dados da eleição presidencial comparados aos dados das eleições proporcionais, para deputado federal, em 1994, e os mesmos dados complementados pelos da eleição para deputado estadual em 2014. Lembrando que, em 2014, a ordem de votação na urna eletrônica definida para o primeiro turno foi o voto para deputado estadual como o primeiro voto do dia, o voto para deputado federal como o segundo voto do dia e o voto para presidente como o último voto do dia.

As eleições presidenciais de 1994 tiveram, no agregado para todo país, 9,2% de votos brancos e 9,5% de nulos. As eleições para deputado federal tiveram 16,5% de votos brancos, 25,2% de votos nulos e 5% de votos de legenda. Como já discutido em outros trabalhos, após a implantação da urna eletrônica, os votos brancos e nulos diminuiriam expressivamente, embora tenham aumentado os votos de legenda nas

¹⁰ Embora seja preciso notar que esse tipo de dado também tem suas limitações: i) quando se trata de pesquisa de intenção de voto (aplicada em momento anterior à eleição), as respostas dos entrevistados só indicam suas intenções (de ir ou não votar; de votar em branco ou nulo) e não seus comportamentos efetivos; ii) além disso, dados dessa natureza acabam por não captar a parcela de votos inválidos (especialmente nulos) que ocorrem por conta de erros involuntários dos eleitores ao votarem, já que a partir de dados de um *survey* só são contabilizados como inválidos aqueles votos que os eleitores conscientemente pretendem invalidar.

eleições proporcionais. Nas eleições mais recentes ainda observamos essa diferença no agregado. Em 2014, as eleições presidenciais tiveram 3,8% de votos brancos e 5,8% de votos nulos. As eleições proporcionais para deputado estadual (a primeira do dia) tiveram 7,7% de votos brancos, 6% de votos nulos e 8,9% de votos de legenda. As eleições para deputado federal tiveram 8,8% de votos brancos, 6,5% de votos nulos e 7% de votos de legenda.

A seguir, examinamos as variações desses fenômenos ao nível dos municípios. Iniciamos nossa análise com as correlações entre os fenômenos estudados, em seguida, passamos à distribuição espacial desses últimos e, por fim, aos testes de regressão simples.

3.1. Eleições de 1994

A correlação entre as taxas de brancos e nulos nas eleições presidenciais de 1994 é positiva moderada (0,42). De início, isso indica que esses fenômenos sejam relativamente semelhantes um ao outro.

Já a associação entre as taxas de brancos e nulos nas eleições para deputado federal de 1994 é positiva, porém fraca (0,12). Não obstante, a correlação entre a taxa de votos brancos e de legenda para deputado federal é negativa e significativa (-0,13), enquanto aquela entre a taxa de votos nulos e de legenda é positiva e moderada (0,38). Esses indicadores sinalizam então que votos brancos eram expressões diferentes do voto de legenda nas eleições proporcionais, porém, na base de votos de legenda e dos votos nulos poderia haver fenômenos semelhantes.

Tabela 1: Correlações brancos, nulos e legendas
(1994) x IDH e taxa de urbanização (1991)

Correlações brancos, nulos e legendas (1994) x IDH e taxa de urbanização (1991)					
Correlações	Presidente 1994		Deputado federal 1994		
	Brancos	Nulos	Brancos	Nulos	Legenda
IDH educação 1991	-0,61	-0,41	-0,27	0,28	0,42
IDH renda 1991	-0,62	-0,45	-0,16	0,38	0,46
Tx_urbanização 1991	-0,41	-0,09	-0,15	0,38	0,34

Fonte: PNUD; TSE. Elaboração dos autores.

Como se vê na Tabela 1, em 1994, antes da introdução das urnas eletrônicas, nas eleições para presidente os votos em branco tinham correlação negativa e forte com IDH educação e IDH renda e negativa e moderada com taxa de urbanização.

O sentido das correlações entre esses indicadores socioeconômicos e os votos nulos era o mesmo, embora a magnitude das associações fosse menor, aproximando-se de zero no caso da taxa de urbanização. Isso, em conjunto com a associação positiva e moderada (0,42) entre brancos e nulos (diretamente), pode indicar que brancos e nulos eram, pelo menos parcialmente, sinais de um mesmo fenômeno.

Já nas eleições para deputado federal, os indicadores socioeconômicos têm associações negativas e fracas com votos brancos e associações positivas e moderadas com votos nulos, o que poderia indicar que se trata aí de dois fenômenos com origens diferentes (lembrando que a associação direta entre brancos e nulos era positiva e fraca: 0,12). As associações entre os indicadores socioeconômicos e votos de legenda na eleição para deputado federal seguem um padrão semelhante às encontradas para os votos nulos.

A associação direta entre votos de legenda e nulos era positiva e moderada (0,38) e entre votos de legenda e brancos, negativa e fraca (-0,13). No conjunto, esses dados (para deputado federal) são compatíveis com a hipótese de que antes da introdução das urnas eletrônicas, enquanto os votos brancos seriam em boa medida fruto da dificuldade de escolher ou simplesmente escrever o nome ou número de um candidato – embora a baixa magnitude dos coeficientes sugira que outros aspectos podem estar em jogo – os votos nulos corresponderiam majoritariamente a um voto de protesto, mais comum em contextos de maior urbanização, escolaridade e renda. Da mesma forma, os votos de legenda tenderiam a se manifestar mais nesses tipos de contextos.

Na dimensão geográfica, na Figura 1, observamos as distribuições das taxas de votos brancos e nulos, e de legenda no caso de deputados federais, no mapa. Aqui são mostrados quintis. As cinco categorias de quintis não são comparáveis de um mapa para o outro porque elas foram definidas tendo em vista a distribuição de um fenômeno específico para cada conjunto cargo-ano. Entretanto, de maneira exploratória, queremos destacar onde esses fenômenos ocorrem com mais intensidade, em relação à sua própria distribuição, e se essas localidades estão dispersas ou não no mapa.

Os municípios em marrom escuro representam o quintil dos casos em que os fenômenos descritos alcançam os valores mais altos em relação à distribuição. Por exemplo, para presidente em 1994, observamos que, em relação aos votos brancos e nulos, o quintil mais alto é composto de municípios localizados majoritariamente no Nordeste. Não obstante, também compõem o quintil mais alto de votos brancos municípios localizados em todas as outras regiões e, no caso dos votos nulos, chama a atenção que municípios localizados no Sul não se destacaram.

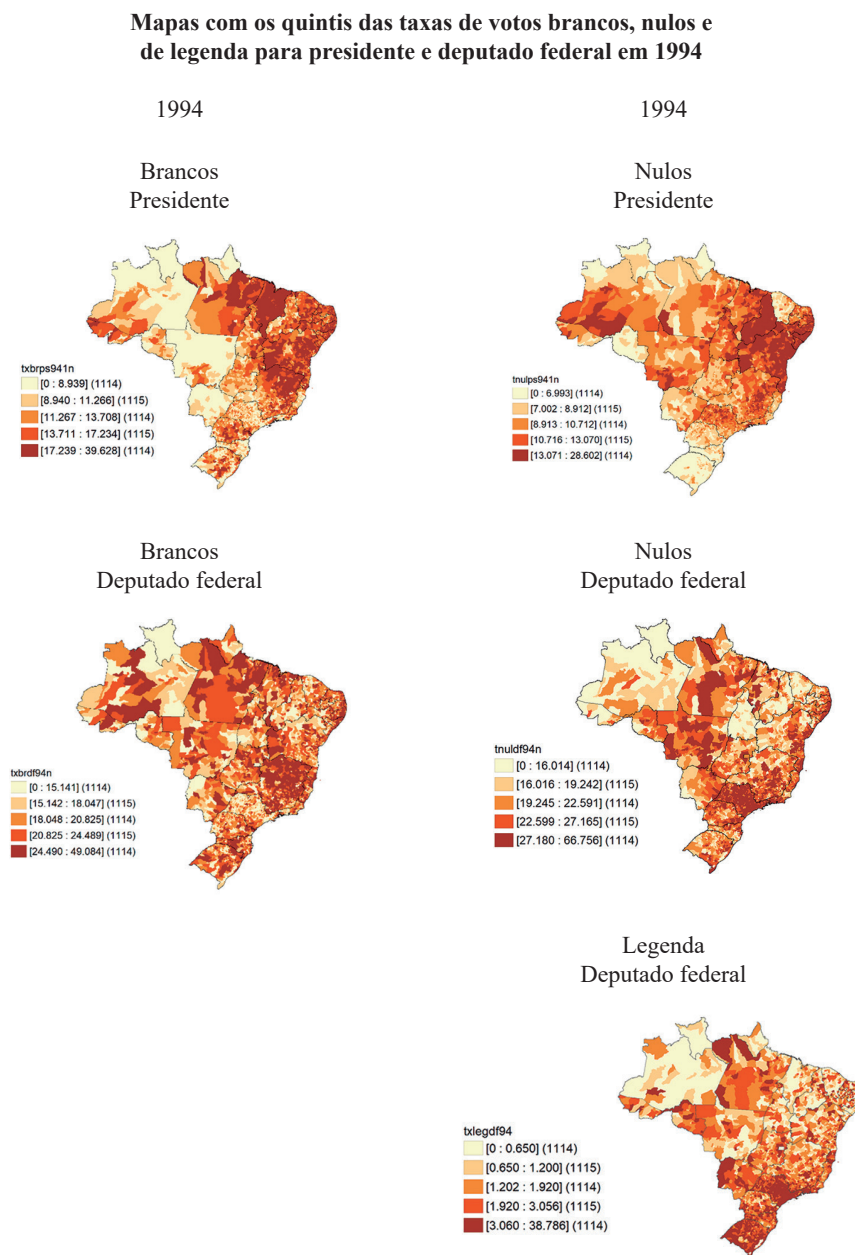
Nas eleições proporcionais para deputado federal, os padrões de distribuição desses fenômenos no espaço são diferentes. O quintil mais alto dos votos brancos é composto por municípios de todas as regiões, num padrão espacial disperso em todo

o território nacional ainda que seja possível notar em destaque o estado de Minas Gerais e a faixa litorânea leste do Nordeste. O quintil mais alto dos votos nulos se concentra no estado de São Paulo e Rio de Janeiro, além de municípios na faixa litorânea do Nordeste.

O padrão espacial de distribuição dos votos de legenda guarda alguma semelhança com o padrão espacial de distribuição dos votos nulos. O quintil mais alto dos votos de legenda igualmente se concentra nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, porém se concentra também no Rio Grande do Sul, e não é marcante na faixa litorânea leste do Nordeste como acontece com os votos nulos.

Dessa maneira, a distribuição espacial desses fenômenos confirma que os fenômenos de brancos e nulos para presidente são relativamente semelhantes, concentrados majoritariamente na região Nordeste. Porém, quando observamos os votos brancos para deputado federal, ainda que eles tivessem uma relação negativa com o IDH educação, IDH renda e taxa de urbanização assim como votos brancos e nulos para presidente, notamos que a distribuição espacial dos votos brancos para deputado federal não se concentra no Nordeste e se manifesta de forma relativamente dispersa no território. É interessante notar também os únicos fenômenos positivamente associados com os indicadores de desenvolvimento, votos nulos e votos de legenda para deputado federal, tiveram concentração espacial semelhante nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Figura 1: Mapas com os quintis das taxas de votos brancos, nulos e de legenda para presidente e deputado federal em 1994



Fonte: IBGE; TSE. Elaboração dos autores.

A seguir, apresentamos os resultados de modelos multivariados para explicar as taxas de votos brancos e nulos para presidente e deputados federais, assim como as taxas de voto de legenda, no caso desses últimos. Estamos interessados em verificar especialmente os efeitos das variáveis IDH educação, IDH renda e taxa de urbanização ao nível contextual (agregado) tendo em vista a teoria da modernização sobre protestos e insatisfação com as formas tradicionais de participação.

Se brancos e/ou nulos são votos de protesto, esperamos que educação, renda e urbanização tenham um efeito positivo sobre as taxas desses tipos de votos, mesmo depois de controlados região e capitais.

Se brancos e/ou nulos são apenas expressões de erros por incapacidade de escolha do eleitor ou dificuldade de lidar com a cédula, esperamos que educação tenha um efeito negativo sobre eles. Porém, sob essa hipótese, não esperamos que haja relação entre esses fenômenos e a renda ou a urbanização, controlados os níveis educacionais.

O conjunto de variáveis independentes escolhido explica melhor as variações das taxas de nulos e brancos para presidente, seguidos das taxas de votos nulos, de legenda, e votos brancos deputado federal, conforme o R-quadrado de cada um dos modelos abaixo.¹¹

¹¹ O teste de diagnóstico para multicolinearidade das variáveis independentes dos modelos apresentou VIF médio 3.12 o que indica não haver problema significativo de colinearidade entre as variáveis do modelo.

Tabela 2: Modelos de regressão OLS de brancos, nulos e legenda em 1994

Modelos de regressão OLS de brancos, nulos e legenda em 1994					
VARIABLES	(1) Br_pres94	(2) Nul_pres94	(3) Br_df94	(4) Nul_df94	(5) Leg_df94
idhm_e_91	-0.229*** (0.0104)	-0.0844*** (0.00731)	-0.290*** (0.0161)	-0.179*** (0.0175)	0.00577 (0.00621)
idhm_r_91	-0.161*** (0.0119)	-0.00698 (0.00839)	-0.0332** (0.0169)	0.347*** (0.0182)	0.100*** (0.00652)
tx_urbana91	0.00485 (0.00295)	0.0137*** (0.00217)	0.0216*** (0.00445)	0.0503*** (0.00490)	0.00411** (0.00166)
Nordeste	2.430*** (0.200)	3.337*** (0.150)	-1.993*** (0.316)	3.230*** (0.399)	1.332*** (0.103)
Norte	-0.135 (0.266)	-0.0622 (0.166)	-1.843*** (0.389)	-1.824*** (0.430)	0.853*** (0.100)
Sudeste	3.288*** (0.157)	1.246*** (0.105)	1.659*** (0.264)	3.977*** (0.349)	1.267*** (0.0817)
Sul	2.168*** (0.174)	-2.517*** (0.113)	1.444*** (0.280)	0.109 (0.363)	0.969*** (0.0943)
Capitais	0.504 (0.323)	-0.795* (0.415)	0.207 (0.678)	-1.029 (1.036)	0.514 (0.643)
Constant	23.25*** (0.564)	10.49*** (0.396)	25.75*** (0.809)	2.297*** (0.867)	-4.542*** (0.332)
Observations	5,019	5,019	5,019	5,019	5,018
R-squared	0.472	0.483	0.121	0.264	0.252

Robust standard errors in parentheses. *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Fonte: PNUD; TSE. Elaboração dos autores.

Os resultados apontam que, apenas em relação aos votos nulos e de legenda para deputado federal, a renda teve efeitos positivos, significativos e sempre mais fortes que educação. Os efeitos da renda foram negativos sobre brancos e nulos para presidente (embora não tenham alcançado significância estatística para nulos) e sobre brancos para deputado federal.

Já educação, teve efeitos negativos, significativos e mais fortes que de renda nos modelos que explicam brancos e nulos para presidente e brancos para deputado federal. No caso do modelo que explica nulos para deputado federal, o efeito de educação foi negativo, porém menos forte que o de renda, e, no caso do modelo

que explica votos de legenda, o efeito de educação foi positivo, não significativo e menos forte que o de renda.

A taxa de urbanização teve efeito positivo em todos os modelos, embora não significativo sobre brancos para presidente.

Por um lado, mais especificamente em relação aos votos brancos para presidente, há efeitos negativos e significativos de escolaridade (-0,229) e renda (-0,161). Em 1994, a taxa média de votos brancos para presidente foi de 13,1. Em 1991, a média do IDH educação foi 17,8 (com desvio-padrão de 9,2) e a média do IDH renda foi 51,5 (com desvio-padrão de 9,7) e a média da taxa de urbanização foi 48,5 (com desvio-padrão de 26,8).

Tudo o mais mantido constante, o crescimento de um desvio-padrão no IDH educação resultaria na diminuição de 2,10 pontos percentuais na taxa de votos brancos, variação que representa 16% da taxa média desses últimos. O acréscimo de um desvio-padrão no IDH renda implicaria num decréscimo de 1,56 pontos percentuais na taxa de votos brancos, representando 12% da taxa média de votos brancos. Os efeitos de urbanização e das capitais são positivos, mas estatisticamente não significativos.

Os resultados de nulos para presidente e brancos para deputado federal seguem tendência semelhantes. A diferença está em que o efeito negativo da renda não foi significativo sobre nulos para presidente, e o efeito positivo da urbanização foi significativo sobre nulos para presidente e brancos para deputado federal.

Assim, pode-se dizer que brancos e nulos para presidente e brancos para deputado federal ocorreram em menor proporção em contextos de maior renda e escolaridade, o que estaria em consonância com a hipótese de que representariam majoritariamente dificuldades dos eleitores de escolher/assinalar uma opção de voto. Não obstante, cabe a ressalva de que não podemos afirmar que foram os eleitores de menor renda e escolaridade que, de fato, optaram por esses tipos de votos nesses contextos.

Por outro lado, em relação aos votos de legenda para deputado federal em 1994, há efeitos positivos e estatisticamente significativos de renda e urbanização. Os efeitos de educação e das capitais também são positivos, embora não estatisticamente significativos. Como se poderia esperar, os votos de legenda, então tendiam a ocorrer em maior número em contextos de maior renda e urbanização.

Algo semelhante ocorre em relação aos votos nulos para deputado federal. O efeito de renda e urbanização sobre as taxas de votos nulos também é positivo, apesar de o efeito de educação ser negativo. Porém, nesse último caso dos votos nulos, o sinal negativo de educação contraria a expectativa de que contextos marcados por desenvolvimento maior em termos de educação, renda e urbanização seriam favoráveis à manifestação de votos nulos, esses últimos lidos como manifestações de

protesto. Apenas os indicadores de renda e urbanização consistentemente apontam na direção esperada.

De certa maneira, todo esse retrato se inverte quando comparado ao das eleições de 2014, como veremos na seção seguinte. Se até agora observamos que, nas eleições presidenciais, brancos e nulos eram moderadamente correlacionados em 1994, eles se tornam fenômenos relativamente independentes no presente. Enquanto nas eleições proporcionais, brancos e nulos parecem ter sido fenômenos relativamente independentes antes da urna eletrônica, eles se tornam correlacionados na atualidade.

3.2. Eleições de 2014

Para os municípios que implantaram a urna eletrônica em 1998, as eleições de 2014 foram a quinta eleição geral na qual se utilizou esse método de votação. Para os municípios que o implantaram em 2002, foi a quarta eleição. Embora a sua implantação tenha permitido uma queda expressiva dos votos brancos e nulos nas eleições, o que pode ser visto como um empoderamento dos eleitores menos escolarizados (FUJIWARA, 2015), o aumento dos votos de legenda associados ao aumento dos votos nulos para presidente pode ser visto como um revés nesse sentido, ao representar um provável erro de votação (ZUCCO; NICOLAU, 2016a). Isso ocorreria porque os eleitores não estariam se dando conta que, na urna eletrônica, a ordem da votação não é aquela que eles imaginam ser. Embora o primeiro cargo a ser votado seja proporcional e, o de presidente, o último, muitos eleitores estariam digitando os números de presidente na primeira oportunidade, enquanto deveriam estar votando no cargo proporcional, e estariam tentando votar no cargo proporcional no último voto do dia. Em 2014, o primeiro cargo a ser votado na urna era o de deputado estadual e, o segundo, de deputado federal. Por essa razão, incluímos o cargo de deputado estadual em nossa análise das eleições de 2014.

A correlação entre as taxas de brancos e nulos nas eleições presidenciais de 2014 é muito baixa e próxima de zero (-0,02) e não significativa. De início, isso indica que esses fenômenos sejam diferentes e independentes um do outro.

Já a associação entre as taxas de brancos e nulos nas eleições para deputado estadual e de deputado federal é positiva e moderada (0,38 e 0,47, respectivamente). Nesse último caso, pode ser que nas eleições proporcionais esses dois fenômenos sejam variações da expressão de um mesmo fenômeno.

É curioso notar que a correlação da taxa de votos brancos e de legenda para deputado estadual é próxima de zero (0,02) e não significativa e, para deputado federal, negativa e significativa (-0,15), porém fraca. A correlação entre a taxa de votos nulos e de legenda para deputado estadual e para deputado federal é muito

próxima de zero (0,05 e 0,01) e não significativa no último caso. Esses indicadores sinalizam então que votos brancos e nulos, de um lado, e votos de legenda, de outro, são expressões de diferentes fenômenos.

Tabela 3: Correlações brancos, nulos e legendas
(2014) x IDH e taxa de urbanização (2010)

Correlações brancos, nulos e legendas (2014) x IDH e taxa de urbanização (2010)								
Correlações	Presidente 2014		Deputado estadual 2014			Deputado federal 2014		
	Brancos	Nulos	Brancos	Nulos	Legenda	Brancos	Nulos	Legenda
IDH educação 2010	0,41	-0,45	0,40	0,24	-0,36	0,36	0,30	-0,51
IDH renda 2010	0,44	-0,53	0,43	0,19	-0,37	0,40	0,26	-0,54
Tx_urbanização 2010	0,42	-0,12	0,37	0,30	-0,11	0,34	0,38	-0,20

Fonte: PNUD; TSE. Elaboração dos autores.

Os dados municipais de IDH mais recentes disponíveis para comparação com as eleições de 2014 são relativos ao ano de 2010. Nas eleições presidenciais, quando analisamos as relações entre a taxa de votos brancos, de um lado, e o IDH educação, o IDH renda e a taxa de população urbana no município, de outro, encontramos associações positivas moderadas. A taxa de nulos se correlaciona no sentido inverso, ou seja, negativamente e de forma moderada, com IDH educação e IDH renda, embora de maneira fraca com urbanização.

Nas eleições proporcionais, é interessante notar que as taxas de brancos e de nulos se associam de forma positiva e moderada com as variáveis socioeconômicas, ao passo que os votos de legenda é que se relacionam de maneira negativa com essas variáveis. No caso dos deputados federais, essa relação negativa de votos de legenda com IDH educação e IDH renda é ainda mais forte que para os deputados estaduais.

Isso parece indicar que, diferentemente do que acontece nas eleições presidenciais, os votos brancos e nulos para deputado federal são variações de uma mesma expressão e poderiam ser explicados pelo mesmo conjunto de variáveis. Já os votos de legenda seriam expressão diferente desses dois fenômenos, mas que também poderiam ser explicados pelo mesmo conjunto de variáveis uma vez que se associam em sentido oposto (negativo) às mesmas variáveis socioeconômicas.

Além disso, notamos na comparação entre 1994 e 2014 que a associação dos votos brancos para presidente e para deputado federal com as variáveis socioeconômicas se inverteu, de negativa para positiva, e a associação dos votos de legenda com essas mesmas variáveis socioeconômicas deixou de ser positiva para ser negativa. Essa mudança dá indícios de que votos brancos deixam de ser características de contextos menos desenvolvidos para serem características de contextos mais

desenvolvidos, ao passo que parece ter acontecido exatamente o oposto com os votos de legenda.

Na Figura 2, comparamos a distribuição das taxas de votos brancos e nulos, e de legenda no caso de deputados estaduais e federais de 2014, em quintis, de forma georreferenciada no mapa. De maneira geral, observamos que os quintis mais altos apresentam um padrão mais regionalizado que nas eleições de 1994.

Observamos que, nas eleições presidenciais, por um lado, os municípios que compõem o quintil mais alto das taxas de votos brancos estão concentrados nas faixas litorâneas de parte da região Nordeste e nas regiões Sudeste e Sul. Por outro lado, os municípios que compõem o quintil mais baixo dessas taxas cobrem quase toda a região Norte do país, o interior da Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais.

De maneira diferente, a distribuição espacial do quintil mais alto das taxas de votos nulos apresenta um padrão geográfico concentrado no Nordeste e no estado do Rio de Janeiro. Comparados à geografia desses votos nas eleições presidenciais em 1994, os padrões atuais marcam a semelhança entre os territórios dos votos nulos e uma mudança expressiva dos territórios dos votos brancos.

Já nas eleições para deputado federal em 2014, os padrões geográficos da distribuição das taxas de brancos e nulos e de votos de legenda também são marcados. No entanto, diferentemente das eleições presidenciais, os padrões da distribuição de brancos e nulos nas eleições proporcionais são semelhantes entre si e, de certa forma, se assemelham à distribuição de votos brancos para presidente. Os municípios que compõem o quintil mais alto de brancos nas eleições proporcionais se concentram no Sul, Sudeste e faixas litorâneas do Nordeste. Os municípios que compõem o quintil mais baixo de brancos nas eleições proporcionais cobrem praticamente toda a região Norte e interior do Nordeste.

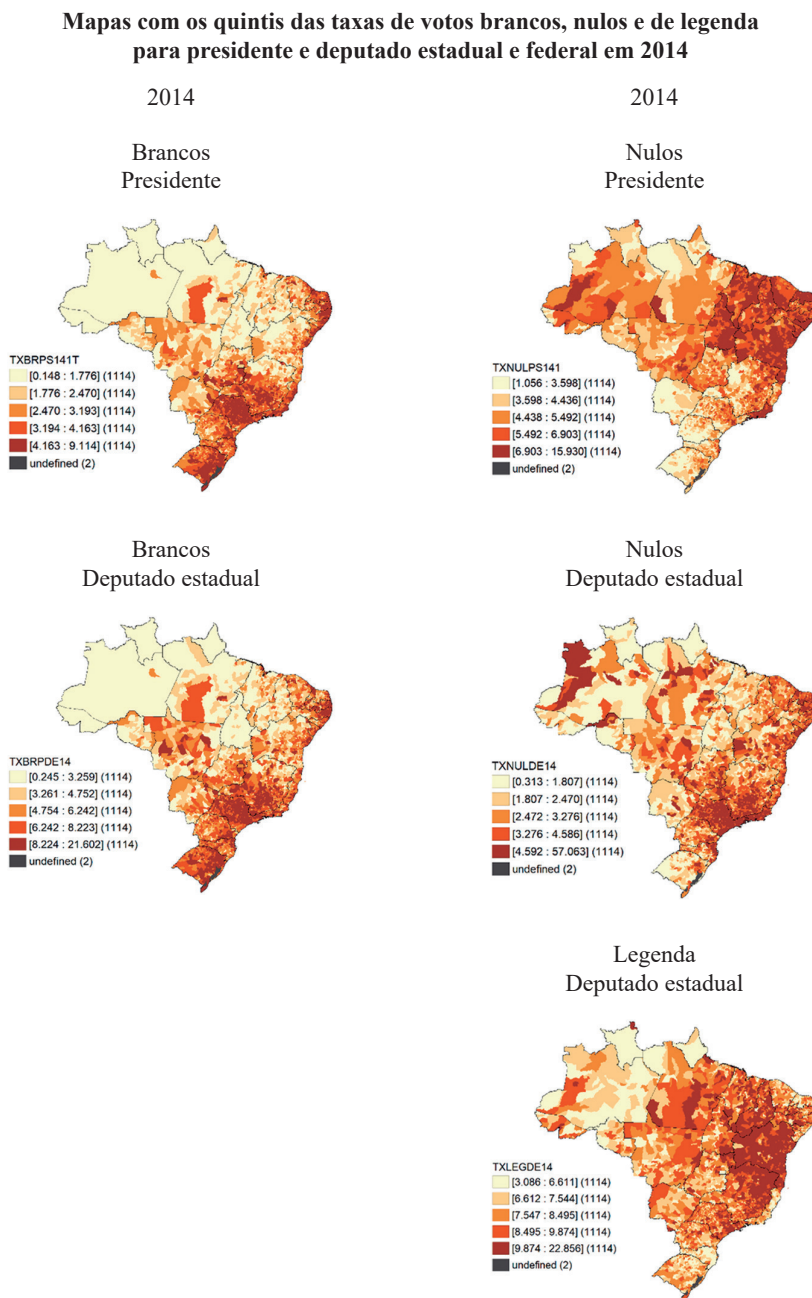
Essa configuração é similar para a distribuição de votos nulos para os cargos proporcionais, cabendo a ressalva, todavia, de que parte dos municípios que compõem o quintil mais alto dos votos brancos para cargos proporcionais se concentra na região Sul, enquanto isso não ocorre para os votos nulos. Além disso, a distribuição dos votos nulos para deputado estadual e dos votos brancos e nulos para deputado federal é menos bem demarcada que a distribuição dos votos brancos para deputado estadual. Notamos, inclusive, que a relativa regionalização dos votos brancos em 2014 se distancia do padrão mais próximo de um mosaico da distribuição desse fenômeno em 1994.

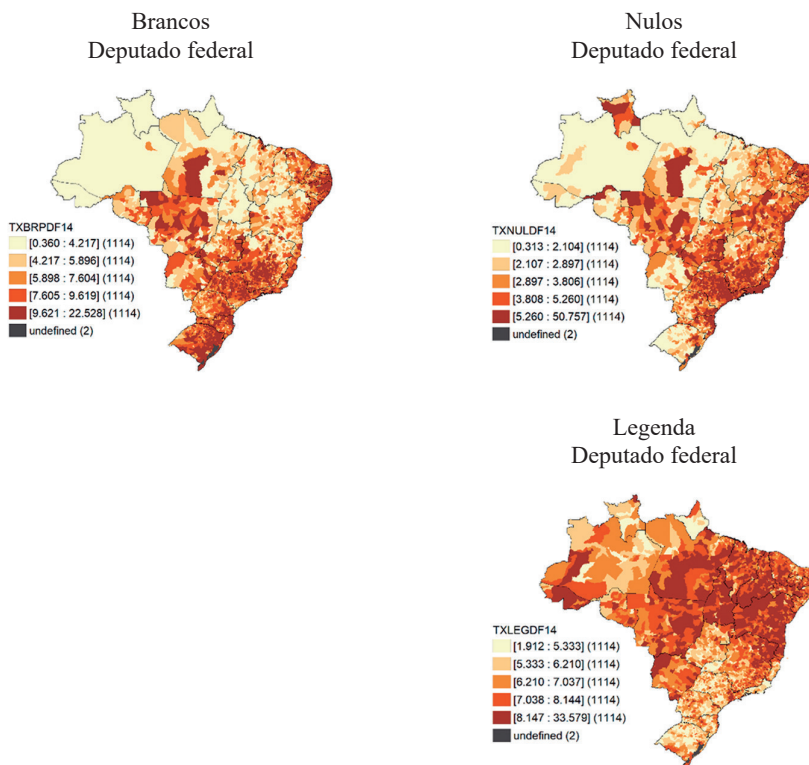
O padrão da distribuição dos votos de legenda no espaço, todavia, é diferente dos padrões de brancos e nulos para as eleições proporcionais, apesar de guardarem mais semelhança com a distribuição de nulos para presidente, ou seja, de concentração dos municípios que compõem o quintil mais alto principalmente na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. Os municípios que compõem o quintil mais

baixo dos votos de legenda se distribuem no espaço de forma menos concentrada que aqueles componentes do quintil mais alto. No caso dos deputados estaduais, os municípios pertencentes ao quintil mais baixo se distribuem por todas as regiões, inclusive Nordeste. No caso dos deputados federais, os municípios pertencentes ao quintil mais baixo se concentram no Sudeste e Sul.

Esse padrão em 2014 se distancia da distribuição dos votos de legenda em 1994 e se assemelha à distribuição de brancos e nulos para presidente antes da adoção da urna eletrônica.

Figura 2: Mapas com os quintis das taxas de votos brancos, nulos e de legenda para presidente e deputado estadual e federal em 2014





Fonte: IBGE; TSE. Elaboração dos autores.

A seguir, apresentamos os resultados de modelos multivariados para explicar as taxas de votos brancos e nulos para presidente e para cargos proporcionais, assim como as taxas de voto de legenda (no caso desses últimos) em 2014. Algumas das expectativas sobre os efeitos das variáveis são derivadas das formulações de Nicolau (2015) e Zucco e Nicolau (2016a): tanto votos nulos para presidente quanto votos de legenda nos cargos proporcionais devem aumentar em contextos de menor desenvolvimento educacional, já que em boa medida derivariam de erros dos eleitores ao digitarem seus votos na urna.

Conforme o R-quadrado de cada modelo (Tabela 4), o conjunto de variáveis independentes escolhido explica melhor as variações das taxas de nulos e brancos para presidente, seguidas das variações das taxas de votos brancos para deputado estadual, de votos de legenda para deputado federal, de brancos para deputado estadual e federal. Esse conjunto de fatores explicativos tem seu pior desempenho

para explicar as variações nas taxas de votos nulos para deputado estadual e federal.¹²

Os resultados apontam que, no caso dos votos nulos para os cargos proporcionais, encontramos efeitos compatíveis com a teoria da modernização em que educação, renda e urbanização influenciariam positivamente os votos nulos como expressão de protesto. Em consonância com essa interpretação, o efeito das capitais sobre os votos nulos é positivo, embora não significativo para deputados estaduais.

A título de exemplo, no caso dos votos nulos para deputado estadual, o efeito do IDH educação foi 0,0202, o efeito do IDH renda foi 0,109 e o de urbanização foi 0,0146. A taxa média de votos nulos para deputado estadual em 2014 foi de 3,5. Em 2010, a média do IDH educação foi de 55,9 (com desvio-padrão de 9,33), a média do IDH renda foi de 64,3 (com desvio-padrão de 8,06) e a média da taxa de urbanização foi de 63,8 (com desvio-padrão de 22).

Tudo o mais mantido constante, o crescimento de um desvio-padrão no IDH educação resultaria no aumento de 0,1884 pontos percentuais na taxa de votos nulos para deputado estadual, número esse que representa 5,3% da taxa média de votos nulos para esse cargo. Não obstante, o acréscimo de um desvio-padrão no IDH renda implicaria no aumento de 0,878 pontos percentuais na taxa de votos nulos, esse representando 25% da taxa média de votos nulos.

¹² O teste de diagnóstico para multicolinearidade das variáveis independentes dos modelos apresentou VIF médio 3.14, o que indica não haver problema significativo de colinearidade entre as variáveis do modelo.

Tabela 4 – Modelos de regressão OLS de brancos, nulos e legenda em 2014

Modelos de regressão OLS de brancos, nulos e legenda em 2014								
VARIABLES	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	Br_pres14	Nul_pres14	Br_depest14	Nul_depest14	Leg_depest14	Br_depfed14	Nul_depfed14	Leg_depfed14
IDHm_educ_10	-0.0138*** (0.00284)	-0.0360*** (0.00372)	-0.0207*** (0.00590)	0.0202*** (0.00716)	-0.0776*** (0.00469)	-0.0290*** (0.00683)	0.00922* (0.00538)	-0.0544*** (0.00378)
IDHm_renda_10	0.0878*** (0.00411)	-0.00357 (0.00545)	0.177*** (0.00832)	0.109*** (0.0135)	-0.0551*** (0.00729)	0.210*** (0.00977)	0.124*** (0.00870)	-0.0399*** (0.00580)
tx_urbanização	0.0130*** (0.000936)	0.0106*** (0.00105)	0.0198*** (0.00192)	0.0146*** (0.00195)	0.00775*** (0.00141)	0.0228*** (0.00228)	0.0194*** (0.00192)	0.00692*** (0.00110)
nordeste	1.470*** (0.0593)	2.047*** (0.0816)	3.146*** (0.121)	2.582*** (0.176)	-0.0106 (0.109)	3.167*** (0.157)	2.284*** (0.116)	0.206** (0.0915)
Norte	-0.172*** (0.0513)	0.412*** (0.108)	-0.426*** (0.110)	1.199*** (0.164)	-1.103*** (0.110)	-0.711*** (0.151)	0.0409 (0.102)	0.00253 (0.105)
sudeste	1.275*** (0.0445)	0.0365 (0.0624)	2.795*** (0.0957)	2.035*** (0.0907)	1.415*** (0.0818)	1.685*** (0.131)	1.321*** (0.0937)	-0.239*** (0.0660)
Sul	0.753*** (0.0491)	-0.792*** (0.0612)	1.785*** (0.105)	-0.308*** (0.0810)	-0.433*** (0.0766)	1.374*** (0.144)	-0.588*** (0.0970)	-0.932*** (0.0683)
capitais	-0.858*** (0.152)	0.342 (0.402)	-1.315*** (0.298)	0.521 (0.524)	1.069** (0.481)	-1.602*** (0.310)	1.079** (0.536)	0.700 (0.426)
Constant	-3.708*** (0.213)	6.279*** (0.290)	-7.864*** (0.426)	-7.047*** (0.720)	15.44*** (0.400)	-8.067*** (0.494)	-6.916*** (0.456)	12.15*** (0.332)
Observations	5,565	5,565	5,565	5,565	5,565	5,565	5,565	5,565
R-squared	0.389	0.468	0.378	0.190	0.306	0.305	0.274	0.356

Robust standard errors in parentheses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: PNUD; TSE. Elaboração dos autores.

Dessa maneira, observamos que o efeito da renda sobre os votos nulos para deputado estadual excede consideravelmente o efeito da educação. O efeito da renda também supera o da urbanização que, no caso de aumento de um desvio-padrão, acarretaria um aumento de 0,321 pontos percentuais na taxa de votos nulos, o que equivale a 9,1% da taxa média de votos nulos. Essa mesma configuração se mantém ao analisarmos os resultados de votos nulos para deputados federais.

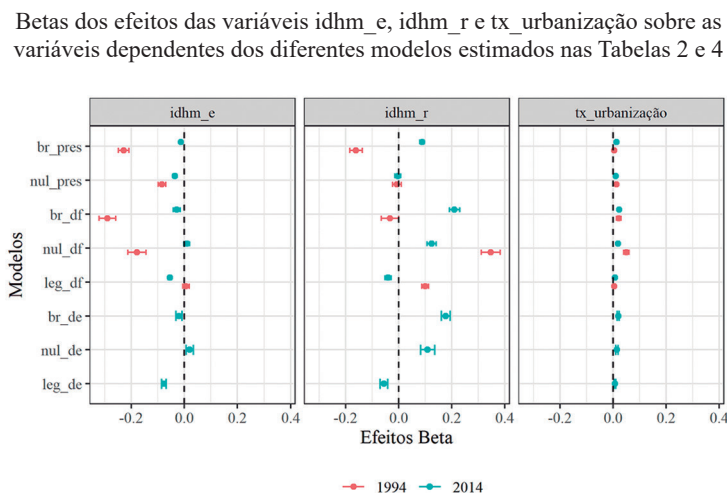
Também encontramos efeito positivo de renda e urbanização sobre votos brancos para presidente e proporcionais, embora o efeito de educação seja negativo e bem mais fraco se comparado à magnitude dos efeitos da renda para cada cargo. As capitais têm um efeito negativo sobre brancos tanto para presidente quanto para proporcionais.

O impacto das variáveis muda ao observarmos votos nulos para presidente e para votos de legenda nas proporcionais. Nesses casos, o efeito da renda passa a ser negativo (embora não significativo para os votos nulos para presidente), o efeito da educação é negativo ainda que o da taxa de urbanização seja positivo. É interessante observar que o efeito das capitais, nesses casos, foi positivo, porém significativo apenas para deputados estaduais.

Dessa maneira, os resultados apontam que o fenômeno dos votos nulos para eleições proporcionais parece ser mais compatível com a hipótese da modernização. Os achados sinalizam que contextos com maior escolaridade, maior renda e maior urbanização são mais propícios à ocorrência de votos nulos para deputado estadual e federal, o que poderia conferir a esse fenômeno uma interpretação de que seja majoritariamente protesto, ressalvada a falácia ecológica a partir dos dados agregados, pois não podemos dizer que, nesses contextos, foram os eleitores de maior escolaridade e renda que de fato anularam mais seus votos. Os votos brancos, tanto para presidente quanto deputado federal e estadual, correspondem em parte a essa hipótese, ainda que o fato de a educação apresentar algum impacto negativo nessas variáveis possa indicar que parte desse fenômeno seja também compatível com a expressão de erros ou incapacidade de escolher dos eleitores.

Já os resultados para os votos nulos para presidente e votos de legenda para cargos proporcionais parecem indicar que esses são fenômenos majoritariamente ligados à dificuldade de escolha do eleitor ou de erros cometidos durante a votação. Isso é assim porque os contextos mais propícios para esse fenômeno são impactados negativamente pela educação e não têm relação com capitais (salvo no caso de deputados estaduais, uma relação positiva) ou com a renda (ou relação negativa, no caso de votos de legenda).

Figura 3: Betas dos efeitos das variáveis *idhm_e*, *idhm_r* e *tx_urbanização* sobre as variáveis dependentes dos diferentes modelos estimados nas Tabelas 2 e 4



Fonte: PNUD; TSE. Elaboração dos autores.

Através da comparação dos resultados para 2014 àqueles referentes a 1994, na Figura 3, verificamos que o impacto das variáveis explicativas se inverteu para alguns desses fenômenos analisados. Independentemente do cargo, renda deixou de ter um efeito negativo sobre brancos para impactar positivamente esse tipo de voto. Para os cargos proporcionais, o efeito da educação deixou de ser negativo sobre votos nulos e passou a ter efeito positivo. Já o efeito de educação e renda deixou de ser positivo para impactar negativamente os votos de legenda. Essas mudanças provavelmente conferem um novo significado à expressão desses fenômenos, uma vez que os contextos propícios para as manifestações de votos brancos nas eleições presidenciais e de votos brancos, nulos e de legenda nas eleições proporcionais se transformaram. As características de contextos mais propícios à manifestação de protestos segundo a teoria da modernização deixaram de se associar aos votos de legenda e passaram a se associar, especialmente em relação à renda, aos votos brancos para todos os cargos e, na dimensão educacional, aos votos nulos para proporcionais.

Considerações finais

Nesse artigo, investigamos as diferenças entre votos brancos, nulos e de legenda no Brasil, especialmente nas eleições presidenciais e proporcionais em 1994

e 2014. No caso dos cargos proporcionais, avaliamos os dados para deputado federal em ambas as eleições e aqueles referentes a deputado estadual em 2014. Nossa intenção foi averiguar como os fenômenos de brancos e nulos se relacionam entre si e quais fatores estão associados aos contextos em que eles ocorrem. Nossos achados dão indícios de que as diferenças ou semelhanças entre esses fenômenos dependem do cargo em disputa e da maneira pela qual os eleitores votam (em cédulas ou em UE).

Nas eleições presidenciais, votos brancos e nulos são majoritariamente expressões de fenômenos diferentes na atualidade, mas já foram semelhantes antes da implementação das UE. Nas eleições proporcionais, brancos e nulos eram menos similares anteriormente do que são na atualidade.

Até então, os estudos mostraram, através de correlações simples, que nulos se associavam negativamente aos índices de desenvolvimento, medidos especialmente pelo IDH global, mas brancos não se relacionavam fortemente com esse indicador. Tivemos um ganho analítico ao separar os indicadores de desenvolvimento em IDH educação e IDH renda. Ao separar esses indicadores, verificamos através dos modelos multivariados, que o IDH educação impactou de forma negativa a taxa de votos nulos nas eleições presidenciais, porém positivamente nas eleições proporcionais, enquanto o efeito positivo do IDH renda pesou mais sobre as taxas de votos brancos tanto nas eleições proporcionais quanto nas presidenciais em 2014. A educação e a renda também impactaram negativamente votos de legenda nas eleições mais recentes.

Interessante ainda é notar que esses efeitos eram diferentes em 1994, antes da implementação da urna eletrônica. No passado mais distante, a renda tinha impacto negativo sobre votos brancos independente dos cargos em disputa examinados nesse artigo. Já educação tinha um efeito negativo sobre nulos nas eleições proporcionais em 1994. Educação e renda tinham impacto positivo sobre votos de legenda.

Diferenças importantes aparecem também na própria geografia do voto, ao observarmos a distribuição espacial de nulos e brancos nos diferentes municípios brasileiros. Na atualidade, brancos se concentram na região litorânea e partes do Centro-Sul, enquanto nulos e votos de legenda se concentram especialmente no Nordeste do país. No passado, esses fenômenos eram mais dispersos no território. Não obstante, também era possível notar alguma concentração de votos brancos e nulos para presidente no Nordeste, votos nulos e de legenda para deputado federal no Sudeste e Sul. Desde 1994, nossa análise exploratória dos dados na dimensão geográfica indica que houve uma regionalização maior dos votos brancos em direção ao Centro-Sul para todos os cargos analisados nas duas eleições, uma regionalização dos votos de legenda em direção ao Nordeste. De outro modo, parece ter havido uma persistência dos nulos para presidente no Nordeste e dos nulos para os cargos proporcionais no Sudeste e faixa litorânea do Nordeste.

Esses indícios reforçam o entendimento de que, atualmente, votos nulos para presidente e votos de legenda para proporcionais podem estar majoritariamente associados a contextos de menor desenvolvimento educacional, ou seja, mais propícios ao erro não intencional dos eleitores. Já votos brancos para presidente e votos brancos e nulos para proporcionais parecem estar majoritariamente associados a contextos de maior renda e, até maior desenvolvimento educacional, no caso dos nulos para deputado federal, ambientes esses mais propícios à emergência de contestação e protestos, em conformidade com a teoria da modernização.

Os principais achados deste trabalho poderiam ser sintetizados como segue, tentando indicar com que tipos de hipóteses eles seriam compatíveis. No período em que a votação ocorria por cédulas (aqui representado pelos dados de 1994) os achados são compatíveis com as seguintes hipóteses: i) votos brancos e nulos para presidente e brancos para deputado federal poderiam ser majoritariamente resultado de erros ou dificuldade de os eleitores escolherem um candidato ou assinalarem seu nome ou número na cédula; ii) votos de legenda eram mais prováveis em contextos de maior desenvolvimento econômico e educacional, expressando uma decisão consciente dos eleitores; iii) na base dos votos nulos para deputado federal poderiam estar operando efeitos contraditórios: o fato de serem mais prováveis em contextos de maior renda poderia indicar consonância com a tese de que expressariam majoritariamente protesto, mas o efeito negativo de educação pode indicar que parte dos nulos se deveria a erros dos eleitores.

Já no período após a introdução das urnas eletrônicas (aqui representado pelos dados de 2014), os indícios reforçam o entendimento de que, atualmente: i) votos nulos para presidente e votos de legenda para proporcionais podem estar majoritariamente associados a contextos de menor desenvolvimento educacional, ou seja, mais propícios ao erro não intencional dos eleitores – em consonância com as teses de Nicolau (2015; 2018) e Zucco e Nicolau (2016a); ii) votos nulos para cargos proporcionais parecem estar majoritariamente associados a contextos de maior renda e maior desenvolvimento educacional, ambientes esses mais propícios à emergência de contestação e protestos, em conformidade com a teoria da modernização; iii) no caso de votos brancos para presidente e para cargos proporcionais, de forma semelhante ao caso dos nulos para deputado federal em 1994, poderiam estar operando efeitos contraditórios: o fato de serem mais prováveis em contextos de maior renda poderia indicar consonância com a tese de que expressariam majoritariamente protesto, mas o efeito negativo de educação pode indicar que parte dos brancos se deveria a erros dos eleitores (cabendo notar que os efeitos de renda são bem mais fortes do que os de educação).

Além do fato de só termos analisado aqui duas eleições, reconhecemos a limitação dos dados agregados para confirmar ou rejeitar essas hipóteses, já que não podemos imputar aos eleitores individuais as tendências observadas no conjunto do

eleitorado. De todas as maneiras, é interessante notar que ao nível do contexto, as características mais propícias para a manifestação de protestos estejam associadas àqueles nos quais observamos a maior incidência de votos brancos para todos os cargos analisados e de nulos para os cargos proporcionais. Igualmente relevante é a associação dos contextos mais propícios à ocorrência de erros ocasionados por baixa escolaridade àqueles nos quais votos nulos para presidente e votos de legenda são mais frequentes.

Assim, mesmo com as limitações apontadas, cremos que nossos achados podem servir de ponto de partida para que novos estudos sigam essas pistas, utilizando métodos mais adequados, como os experimentais, de forma a poder distinguir mais precisamente em que medida cada um desses comportamentos é expressão de indiferença, insatisfação ou erro.

***BRAZILIANS' INVOLVEMENT IN THE ELECTIONS:
BLANK AND NULL VOTES IN THE PRESIDENTIAL AND
PROPORTIONAL ELECTIONS IN BRAZIL (1994 AND 2014)***

ABSTRACT: *This article analyzes the involvement of Brazilians in the elections, based on the collected data on blank and null votes at the presidential and proportional elections in 1994 and 2014. We started from the assumption that these phenomena are different in nature, therefore, they are associated with a different set of variables. We offer evidence which is partly compatible with this assumption, although it is necessary to highlight variations observed concerning the office positions disputed and the type of ballot voting system adopted. The data were extracted from official sources, with the unit of analysis being Brazilian municipalities.*

KEYWORDS: *Elections. Blank Votes. Null Votes. Brazil.*

***LA PARTICIPACIÓN DE LOS BRASILEÑOS EN LAS ELECCIONES:
EL VOTO BLANCO Y EL VOTO NULO EN LAS ELECCIONES
PRESIDENCIALES Y PROPORCIONALES EN BRASIL (1994 E 2014)***

RESUMEN: *El artículo analiza la participación de los brasileños en las elecciones, a partir de los datos agregados de los votos blancos y nulos en las elecciones presidenciales y proporcionales de 1994 y 2014. Partimos de la base de que estos fenómenos tienen una naturaleza diferente y, por tanto, están asociados a*

un conjunto de variables diferentes. Ofrecemos evidencias que son compatibles, en parte, con esta hipótesis, aunque es necesario destacar las variaciones observadas en función de las posiciones disputadas y del tipo de sistema de votación adoptado. Los datos se extrajeron de fuentes oficiales, siendo la unidad de análisis los municipios brasileños.

PALABRAS CLAVE: Elecciones. Votos blancos. Votos nulos. Brasil.

REFERÊNCIAS

BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Debates**, v. 2, p.134-157, 2008.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de Dados Eleitorais**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 30 ago. 2019.

COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**. Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN, 2007.

FUJIWARA, Thomas. Voting technology, political responsiveness, and infant health: evidence from Brazil. **Econometrica**, v.83, n. 02, p.423-464, 2015.

GURR, Theodore. R. **Why men rebel**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

IBGE. **Malha municipal**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html?edicao=24048&t=sobre>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Francisc, 2009.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. A alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14, ano 5, 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm. Acesso em: 10 out. 2010.

LOVEMAN, Marta. High-risk collective action: defending human rights in Chile, Uruguay, and Argentina. **American Journal of Sociology**, nº 104, p. 477-525, 1998.

MACEDO, Roberto Gondo. A cultura do voto eletrônico no Brasil: contribuição tecnológica para a democracia e comunicação pública. *In: CONGRESSO PANAMERICANO DE COMUNICAÇÃO*, 2010, Brasília. **GT 4 - Produção de Conteúdos Educativos, Convergência, Novos Comportamentos, Comunicação e Cultura**. Brasília: UCB, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/panam/pdf/GT4_Art3_Gondo.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 626-642, Dec. 2015.

NICOLAU, Jairo Marconi. Votos nulos e brancos nas eleições presidenciais brasileiras. *In: FIGUEIREDO, A.; BORBA, F. (org.). 25 anos de eleições presidenciais no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

NICOLAU, Jairo Marconi. Impact of electronic voting machines on blank votes and null votes in Brazilian elections in 1998. **Brazilian Political Science Review**, n. 9 (3), p.3-20, 2015.

NICOLAU, Jairo Marconi. A participação eleitoral no Brasil. *In: VIANA, L. W. (Org.). A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003 (1ª reimpressão).

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

REIS, Antonio Carlos Alkmin dos. A participação política e seus correlatos sócio-econômicos. *In: LIMA JÚNIOR, O. B. (Org.). Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora e IUPERJ, 1991.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p.188-216, Apr. 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. Twenty years of representative democracy in Brazil 1945-1964. Trabalho apresentado ao 8. **World Congress of Political Science**, Munich, 1970. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/twenty.htm>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Rafael. Alienação eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. **Revista Andina de Estudios Políticos**, Lima, v.3, n.1, p.109-133, 2013.

SILVA, Rafael; GIMENES, Eder Ribeiro; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria & Pesquisa**, 23(2), p.58-75, 2014.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TORCAL, Mariano. Desafección institucional e historia democrática em las nuevas democracias. **Revista SAAP**, vol. 2, nº 3, p.591-634, ago 2006.

TORCAL, Mariano; MONTERO, Jose R. **Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics**. London: Routledge, 2006.

ZUCCO, Cesar; NICOLAU, Jairo Marconi. Trading old errors for new error? The impact of electronic voting technology on party label votes in Brazil. **Electoral Studies**, v. 43, p.10-20, 2016a.

ZUCCO, Cesar; NICOLAU, Jairo. Replication Data for: Trading old errors for new errors? The impact of electronic voting technology on party label votes in Brazil. **Harvard Dataverse**, 2016b. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/9V0LLB>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Recebido em 08/02/2021.

Aprovado em 06/04/2021.

ATIVISMO DIGITAL E VALORES DEMOCRÁTICOS: LIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

*Gabriel Ávila CASALECCHI**
*Aiane de Oliveira VIEIRA***

RESUMO: A participação política é um dos pilares da democracia e, ao longo das décadas, a Ciência Política tem discutido como aumentar a inclusão dos cidadãos no processo político, especialmente uma inclusão qualificada, com base no diálogo e na informação. A emergência da Internet e das redes sociais tem, nesse contexto, se tornado um mecanismo popular de participação. O “ativismo digital”, todavia, assume características diversas, o que o torna um novo quebra-cabeças a ser decifrado pelos estudiosos. A participação digital seria uma participação “qualificada”? Essa pesquisa contribui na resposta dessa pergunta. Com base nos dados do Barômetro das Américas de 2018, criamos um indicador de intensidade do ativismo digital no Brasil. Em seguida, testamos os determinantes desse ativismo e seus efeitos sobre os valores sociais e democráticos dos brasileiros. Os resultados indicam que o ativismo digital não tem qualquer relação significativa com o apoio à democracia nem a tolerância às minorias, porém mantém uma relação negativa com a tolerância aos que pensam politicamente diferente.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo Digital. Participação Política. Déficit Democrático. Qualidade da Democracia. Tolerância Política.

1. Introdução

A relação entre participação política e democracia é um dos temas centrais da área de comportamento político e da própria teoria democrática. De acordo com

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciência Política. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – gacaselecchi@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-1637-0180>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciência Política. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – aianevieira@estudante.ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-0655-5069>.

Norris (2011), uma “cidadania ativa” é um dos elementos chave para a governança democrática e, consequentemente, para a sua legitimidade entre os cidadãos. Nos últimos anos, no entanto, as pesquisas empíricas têm demonstrado um “desencanto” ou “insatisfação” (NORRIS, 1999; DALTON, 2004; BOOTH; SELIGSON, 2009) com o sistema representativo e uma concomitante queda na participação popular por meio de canais tradicionais, mais notadamente, atividade partidária e voto. Por outro lado, as pesquisas também indicam o aumento da participação por meio de canais alternativos, entre eles as mídias digitais. Desde então, a internet, tem se tornado não apenas uma fonte de informação, mas um ambiente para o debate cívico e o ativismo político. Diante desse cenário, uma pergunta fundamental é: o ativismo político “digital”, isto é, a participação e a busca de informação em plataformas on-line, especialmente as redes sociais, seria benéfica para a democracia e a construção de um regime mais horizontal e legítimo? Ou, pelo contrário, ela poderia trazer prejuízos ao funcionamento do regime e a sua legitimidade frente ao público? Em outras palavras, o ativismo digital seria uma “benção” ou “maldição” para a democracia?

Ao longo das últimas duas décadas a literatura que trata da relação entre internet, participação política e democracia passou por ciclos de entusiasmo, pessimismo e neutralidade. Os mais otimistas acreditavam que as ciberfacilidades seriam capazes de promover mudanças significativas nas relações entre as esferas civil, política e midiática, o que tenderia a suprir o déficit de participação e promover avanços na qualidade das democracias (NORRIS, 2000; GOMES, 2005; CHADWICH, 2009; SAMPAIO, 2010).

Os pessimistas, por outro lado, não acreditavam na capacidade democrática da rede por cinco razões principais: estratificação em virtude da desigualdade socioeconômica e a consequente desigualdade de acesso; uso para fins comerciais; os potenciais rastros deixados nas redes e a sua eventual utilização para os mais variados fins; afastamento da realidade; e falta de censura que, por conseguinte, permitiria a circulação de discursos de ódio (BUCHSTEIN, 1997 apud SAMPAIO, 2010; GOMES, 2005; MOZOROV, 2011). Além dessas razões, Sampaio (2010) chama atenção para a fragmentação da esfera pública e o excesso de informação política. A fragmentação seria resultado da união de grupos e indivíduos com pensamentos e opiniões similares, as famosas “bolhas” de amizade; enquanto a segunda promoveria a circulação de informações falsas e errôneas.

Superadas as ondas entusiastas e pessimistas, o debate acerca do uso das ferramentas digitais na esfera política caminhou para uma perspectiva mais realista. Dentro desta concepção, chamamos atenção para um elemento em especial: a cultura política. Embora a chamada “democracia digital” possa promover e, até mesmo intensificar, a participação política, é a cultura política que determina a qualidade do ativismo político (VIEIRA, 2016). Como demonstra Cervi (2012, p.

18) “é um equívoco considerar a *webpolítica* como um fenômeno único em todo o mundo simplesmente porque pessoas integrantes de grupos com diferentes culturas políticas têm à disposição os mesmos instrumentos de participação virtual”. Além dos fatores culturais, a participação política estaria também atrelada à elementos socioeconômicos e tecnológicos e os determinantes da participação digital seriam, na verdade, muito semelhantes aos da participação da vida “real”, *off-line* (SAMPAIO, 2010).

A presente pesquisa está inserida nesse debate e pretende contribuir mobilizando dados empíricos do Barômetro das Américas conduzido no Brasil entre 2018/2019. O BA dessa edição foi contemplado com perguntas a respeito do uso das redes sociais, não somente a sua utilização geral, mas, especificamente, sua utilização política. Além disso, a pesquisa também traz um amplo leque de perguntas sobre tolerância e apoio à democracia, bem como sobre o *background* demográfico, social, econômico e atitudinal dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma oportunidade ímpar de explorar a relação entre esses dois fenômenos políticos: qual é a relação entre o ativismo digital e as atitudes em relação à democracia?

O artigo está dividido em cinco sessões, além deste texto introdutório. Na sessão seguinte trazemos o debate sobre democracia digital e sua relação com a melhoria e/ou piora da qualidade da democracia. Na terceira sessão, apresentamos detalhadamente o desenho de pesquisa, o qual é ancorado na metodologia quantitativa. Usando o banco de dados do Barômetro das Américas (2018/2019) criamos um indicador de intensidade do ativismo digital no Brasil. Em seguida, apresentamos os resultados à luz da literatura e, por fim, os principais achados são retomados na conclusão. A principal conclusão da pesquisa é que o ativismo digital não exerce um efeito estatisticamente expressivo sobre a adesão individual à democracia ou à tolerância à grupos minoritários, a exemplo dos homossexuais. No entanto, encontramos efeito significativo na variável tolerância aos que pensam politicamente diferente.

2. Redes sociais: benção ou maldição?

Conforme argumenta Sorj (2003), antes de entrar no debate sobre os benefícios ou malefícios da internet e das redes sociais para a democracia é preciso levar em consideração a efetiva inclusão digital da população. Tal inclusão é entendida de forma ampla por Sorj (2003, p. 63), abrangendo cinco condições: infraestrutura física de transmissão; disponibilidade de equipamento e conexão de acesso; capacidade do usuário em manusear equipamentos; capacidade intelectual e inserção social do usuário para que este possa aproveitar efetivamente as informações recebidas, bem como o processo de comunicação mediada pelo computador; e produção e consumo

de conteúdo adequados aos diversos grupos populacionais. As duas primeiras condições são de natureza passiva ou “estrutural”, enquanto as três últimas têm características ativas ou de ordem “individual/psicológicas”.

Em relação as duas primeiras condições, dados mostram que das 7,75 bilhões de pessoas que compõem a população do planeta, 5,19 bilhões têm acesso à *smartphones*, 4,54 bilhões são usuários da rede mundial de computadores, o que representa 59% da população mundial e, destes 3,80 bilhões acessam ferramentas de redes sociais regularmente¹. No Brasil², dos 211,8 milhões de brasileiros, 150,4 milhões são usuários da rede mundial de computadores, ou seja, 71% da população, o que significa que a penetração da internet no país é 12% maior que a média global. No que tange o uso de plataformas de redes sociais, a pesquisa aponta que 140 milhões de brasileiros, 66% da população do país, são usuários.

Estudo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor³ (IBDC-2019), usando dados da pesquisa TIC Domicílios (2018), traz mais elementos sobre a inclusão digital dos brasileiros. A pesquisa do IBDC aponta que 33% dos domicílios brasileiros não têm acesso à rede mundial de computadores. Avaliando por classe econômica, os pesquisadores observaram que 99% dos domicílios da classe A e 90% dos domicílios da classe B têm conexão com a Internet, enquanto nas classes DE apenas 40% dos domicílios estão conectados. A análise mostra também a desigualdade na qualidade de acesso, pois enquanto domicílios das classes A e B acessam a rede mundial de computadores por meio de serviços de banda larga, o acesso das classes DE resume-se a conexões móveis. Dito isso, no quesito dispositivos de acesso, em geral, 97% dos brasileiros acessam a internet pelo celular. Destes, 85% das classes DE e 61% da classe C só tem acesso por meio do celular, enquanto 84% dos indivíduos da classe A acessam tanto pelo computador pessoal quanto pelo celular/smartphone.

Em resumo, podemos dizer que, muito embora o acesso ainda seja flagrantemente desigual, a maioria dos brasileiros têm acesso às mídias digitais nos dias de hoje, especialmente depois da popularização dos celulares *smartphones*. Com base nos números, poderíamos ter uma perspectiva otimista da inclusão digital no Brasil. Acreditamos, porém, que seria errôneo dizer que a questão da exclusão digital está resolvida, pois ela deixa de ser um problema meramente quantitativo e assume um caráter qualitativo.

Como afirmou Castells, ainda em 2001:

¹ *We are digital 2020*. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2020/01/digital-2020-3-8-billion-people-use-social-media>. Acesso: 19 de abril de 2020.

² *Digital Around the World 2020*. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>. Acesso: 19 de abril de 2020.

³ Disponível em: <https://idec.org.br/file/33492/download?token=5fnUCGuP>. Acesso 02 de maio de 2020.

A divisão digital fundamental não é medida pelo número de conexões com a Internet, mas pelas consequências tanto da conexão quanto da falta de conexão. Porque a Internet [...] não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade (CASTELLS, 2001, p. 272).

É justamente no quesito “qualidade” que a visão “pessimista” sobre o acesso às redes sociais se apoia. Uma primeira crítica está ligada à mecânica de funcionamento das redes sociais. De forma geral, as redes operam com base em uma linguagem inteligível de integração de dados (HIREMATH e KENCHAKKANAVAR, 2016), popularmente conhecidos como algoritmos. Os algoritmos são programados para identificar e conectar o conteúdo publicado em páginas da rede e organizá-los semanticamente para enviar conteúdo personalizado de acordo com as preferências dos usuários (IASULAITIS; NEBOT, 2015), colocando-os em “bolhas” (PARISER, 2011). Dentro dessa dinâmica, o usuário passa a receber apenas conteúdos de acordo com seu perfil de interesse (ANTUNES, 2016) e pode passar a ter uma visão homogeneizada do mundo por só consumir aquilo que concorda.

A segunda crítica estaria ligada à primeira, reforçando-a: a proliferação das *Fake News* ou da “desinformação”. Devido ao fato de sites de redes sociais alcançarem expressiva audiência e permitirem o rápido compartilhamento de informação, eles também facilitam a disseminação de informações falsas ou descontextualizadas. Embora a desinformação em ambientes midiáticos não seja algo novo, elas encontraram um ambiente jamais visto até então com a ampla disseminação das redes (TANDOC *et al*, 2018).

A motivação para a disseminação de notícias falsas é historicamente financeira ou ideológica. Porém, nos dias de hoje, elas ganham um novo impulso pelo ecossistema das mídias digitais: os *bots* de notícias (TANODC *et al*, 2018). Os *bots* “são sistemas autônomos criados para replicar ações básicas, como seguir pessoas, postar e direcionar mensagens, inserir *links* ou *hashtags*. Eles muitas vezes servem para multiplicar as informações distribuídas na rede, passando-se por contas de pessoas reais” (ITAGIBA, 2017). A ação dos robôs dá ao usuário a impressão de que muitos outros usuários estão acessando a mesma informação, o que, conseqüentemente, aumenta a ideia de credibilidade. Cria-se, dessa forma, um ambiente no qual os usuários reforçam suas posições ideológicas, dentro das “bolhas”, muitas vezes com base em informações falsas e artificialmente “circuladas” entre os grupos/redes.

A ação de robôs, a rápida propagação de conteúdo falso nas redes e até mesmo a qualidade do acesso aqui discutidos trazem algumas preocupações para o processo político-eleitoral. Primeiramente, o consumo de notícias por meio de redes sociais,

como os números apresentados mostram, é elevado e notícias falsas, devido às ações dos *bots*, alcançam maiores índices de compartilhamento nas redes do que notícias convencionais. Um outro elemento é que a maioria das pessoas que recebem notícias falsas afirmam acreditar nelas (ALCOTT; GENTZKNOW, 2017). No caso brasileiro, pesquisadores do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT, 2018⁴) identificaram uma relação entre consumo de informação e nível de confiança no eleitorado brasileiro⁵. As instituições políticas representativas – partidos, legislativo e executivo – tem baixíssimos índices de confiança entre o eleitorado brasileiro, enquanto o Judiciário, as Forças Armadas e a Igreja juntamente com a família – nesta análise considerada uma instituição – gozam de elevada confiança entre a sociedade civil (LATINOBARÔMETRO, 2019/2020⁶).

As relações familiares, de amizade e religiosas são, portanto, as relações sociais com mais altos índices de confiança entre os brasileiros. Estas redes sociais, por sua vez, transitam entre os universos *on* e *offline*, por meio, principalmente, de grupos no *Whatsapp*, formados por amigos, familiares e membros de comunidades que compartilham interesses em comum:

As redes de *WhatsApp* envolvem fortemente amigos e família de modo que existe uma transferência de confiança da família e dos amigos para as notícias que eles partilham. Provavelmente, este é o motivo a explicar que uma boa parte dos eleitores – especialmente os de baixa renda/escolaridade e *background* religioso – continuaram acreditando nas *fake news*, mesmo submetidos a desmentidos sobre a informações falsas (AVRITZER, 2018)⁷.

Estudos de psicologia política têm demonstrado que a ação política cria um efeito ilusório de lealdade à causa nos indivíduos engajados em movimentos e campanhas políticas, o que pode ser explicado pela heurística. A heurística é uma espécie de atalho mental/cognitivo que o ser humano usa para tomar decisões, fazer julgamentos, resolver problemas e até mesmo para definir suas preferências políticas. O uso destes atalhos heurísticos pode acontecer de duas formas: viés de confirmação e raciocínio motivado.

Johnson (2019, p. 46) define viés de comunicação como “uma hipótese psicológica que uma vez que começamos a acreditar em algo, inconscientemente bus-

⁴ Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/single-post/2018/05/08/Brasileiros-est%C3%A3o-insatisfeitos-com-a-democracia-segundo-pesquisa-do-INCT>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.

⁵ Esse argumento foi apresentado por Leonardo Avritzer no Colóquio do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, no 42º Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, MG, entre 22 e 26 de outubro de 2018.

⁶ Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.

⁷ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/fake-news-legitimadas-por-grupos-de-familia-e-igreja-explicam-eleicao-de-2018.html>. Acesso: 02 de junho de 2020.

camos informações que reforcem estas crenças, muitas vezes sem fatos concretos”⁸. Isso acontece porque a forma como cada indivíduo processa a informação recebida depende de suas crenças e valores. Por isso, ao avaliar fatos e argumentos, o indivíduo assume vieses que reforçam suas visões e, em contrapartida, menosprezam aqueles que não vão de encontro com suas opiniões. Esses mesmos sujeitos, ao serem expostos à conteúdos que vão na via oposta de suas preferências políticas, com o tempo, tornam-se ainda mais convictos de suas visões e perdem a capacidade de mudar de opinião, mesmo diante da apresentação dos fatos verdadeiros (JOHNSON, 2019).

Partindo desse pressuposto, Nyhan e Reifler (2010), por meio de experimentos, avaliaram a eficácia de mecanismos de correção a fim de minimizar os efeitos do consumo de conteúdo falso. Os pesquisadores concluíram que os resultados dependem do posicionamento ideológico dos indivíduos e que, entre alguns grupos, tendem a produzir uma resposta negativa. Mecanismos de correção produzem, desse modo, especialmente entre os mais conservadores, um outro efeito chamado de *backfire effect* (efeito tiro pela culatra). O efeito tiro pela culatra pode ser compreendido, portanto, “quando o respondente demonstra menos precisão em uma questão factual que quando exposto a uma alegação falsa e sua correção, comparado àqueles que apenas viram a afirmação falsa” (WOOD; PORTER, 2018, p. 3)⁹.

Uma segunda estratégia é o raciocínio motivado, o qual está ligado à defesa de opiniões pessoais. Opiniões tendem a ser contestadas e o sujeito precisa estar preparado para defendê-las, ou seja, eles precisam buscar elementos para justificar os pontos de vista que defendem (MERCIER; SPERBER, 2011). Os autores explicam que o indivíduo toma tal decisão com base em uma perspectiva argumentativa, não como forma de convencer o outro de suas próprias verdades, mas sim para estarem preparados para confrontá-los e reiterar sua visão. Como consequência, ele pode fazer uma avaliação tendenciosa, ignorando os argumentos que não subsidiam sua opinião. Esse tipo de heurística dificulta mudanças de decisões, crenças e opiniões, mesmo quando são claramente confrontadas pelos fatos (JOHNSON, 2019).

Com base na literatura, podemos dizer que existem boas razões para suspeitar que o *modus operandi* das redes sociais, somada à sua particular difusão, entre amigos e familiares, e às heurísticas dos indivíduos, possa favorecer a proliferação de discursos autoritários e preconceituosos, reforçando essas atitudes entre seus usuários mais ativos. O objetivo da pesquisa é, justamente, compreender empiricamente esse problema. Queremos entender, em primeiro lugar, as características relacionadas

⁸ It's the psychological hypothesis that once we begin to believe something, we unconsciously begin seeking out information to reinforce that belief, often in the absence of facts.

⁹ “when the average respondent is made less accurate on a factual question when exposed to a false claim and its correction, compared to those who only see the false claim”.

ao ativismo digital e, posteriormente, a relação deste com atitudes de apoio à democracia e de tolerância.

3. Dados e metodologia

Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizamos os dados do Barômetro das Américas relativos ao Brasil e aos anos de 2018/19. O Barômetro das Américas é um *survey* realizado periodicamente pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) em 26 países das Américas, incluindo o Brasil. Trata-se da pesquisa de opinião pública mais ampla e abrangente da região, abordando temas ligados à legitimidade política, democracia, conhecimento político, participação, tolerância, entre outras; além de reunir várias informação demográficas e socioeconômicas. A amostra do Barômetro das Américas é desenhada para ser representativa da população maior de 16 anos. Realizadas sob múltiplos estágios e considerando a representatividade de populações urbanas e rurais, a pesquisa tem uma margem de erro de 2,5% considerando um intervalo de confiança de 95%.

Para construção da variável “ativismo digital” utilizamos uma bateria de perguntas disponível no LAPOP 2018/19. O questionário contém três perguntas iguais aplicadas da mesma forma a três redes sociais diferentes: *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter*. No primeiro bloco foi questionado se o entrevistado tem conta na rede social. Em seguida se ele usa com frequência a rede social. Por fim, perguntava se o entrevistado utiliza a rede para buscar especificamente informações políticas. As variáveis são descritas abaixo:

Quadro 1 – Indicador do ativismo digital

Pergunta LAPOP 2018/19	Respostas
O Sr./Sra. Tem conta no Facebook? O Sr./Sra. Tem conta no WhatsApp? O Sr./Sra. Tem conta no Twitter?	1. Sim 2. Não
Com que frequência o(a) Sr./Sra. vê conteúdo no Facebook? Com que frequência o(a) Sr./Sra. vê conteúdo no WhatsApp? Com que frequência o(a) Sr./Sra. vê conteúdo no Twitter?	1. Diariamente 2. Algumas vezes por semana 3. Algumas vezes por mês 4. Algumas vezes por ano 5. Nunca
Com que frequência vê informação política no Facebook? Com que frequência vê informação política no WhatsApp? Com que frequência vê informação política no Twitter?	1. Diariamente 2. Algumas vezes por semana 3. Algumas vezes por mês 4. Algumas vezes por ano 5. Nunca

Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

Em relação ao uso das redes, a mais utilizada é o *WhatsApp*: 75,1% afirmaram possuir conta no aplicativo. Em seguida vem o *Facebook*, com 60,4%. O *Twitter* é bem menos utilizado do que os dois primeiros, com 8,9%.

Entre os que utilizam o aplicativo, 97% usam o *WhatsApp* diariamente ou algumas vezes por semana; 91,7% utilizam o *Facebook* diariamente ou semanalmente e 62,9% utilizam o *Twitter* nessa frequência. Nota-se, portanto, que além de possuírem muitos usuários, o *WhatsApp* e o *Facebook* conseguem mobilizá-los mais intensamente em termos de uso. O mesmo, no entanto, não acontece com o *Twitter*. É importante ressaltar, no entanto, que a popularidade do *WhatsApp* entre os usuários deve-se, entre outras coisas, à dinâmica desta rede que, diferentemente do *Facebook* e do *Twitter*, é um instrumento privado de bate-papo que opera por meio de um número de celular.

Nosso objetivo, no entanto, não é apenas conhecer a utilização dessas redes sociais, mas sua utilização para fins políticos. A Tabela 1 apresenta esse dado:

Tabela 1 – Utilização das redes sociais para buscar informação política

	WhatsApp	Facebook	Twitter
Diariamente	88,4%	66,8%	35,6%
Algumas vezes por semana	8,5%	24,9%	27,3%
Algumas vezes por mês	1,8%	5,7%	18,9%
Algumas vezes por ano	0,0%	0,8%	7,6%
Nunca	0,3%	1,9%	10,6%
Uso frequente	97,0%	91,7%	62,9%
N	1123	901	132

Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

Podemos observar que o uso político das redes é menor do que o seu uso mais amplo. Entre os usuários de *WhatsApp* metade afirmou utilizar com frequência diária ou semanal o aplicativo para buscar informações políticas. Vale notar que quando o comportamento é a busca ativa de informação política, o *Facebook* passa a assumir maior destaque, sendo que 65% utiliza a rede para buscar informações políticas todos ou dias ou pelo menos uma vez por semana. Esse percentual entre os usuários do *Twitter* também é expressivo, cerca de 55%. O *Facebook* e o *Twitter* tendem a reunir um público politicamente mais engajado.

Isso pode ser explicado pela dinâmica de cada uma destas redes. O *Facebook* foi a primeira rede social de peso no Brasil, após o enfraquecimento do *Orkut* e, apesar de estar sofrendo queda de popularidade, especialmente entre as faixas etárias mais jovens, ainda é a rede com o maior número de usuários no país, cerca de 130 milhões¹⁰. O *WhatsApp*, por ser um instrumento privado de troca de mensagens instantâneas operado por um número de celular, abarca um público diversificado com usuários de todas as faixas etárias. Já o *Twitter*, embora já viesse crescendo vertiginosamente no Brasil nos últimos anos, foi apenas em 2020, durante a pandemia do novo coronavírus, que o aplicativo conseguiu registrar um aumento recorde de usuários e hoje tem no país 186 milhões de contas¹¹.

Para construir um índice de ativismo digital, utilizamos apenas o terceiro bloco de perguntas, especificamente sobre a busca de informação política. Em primeiro lugar, realizamos um teste da consistência da multidimensionalidade das variáveis por meio do *Alpha de Cronbach*, que retornou um coeficiente de 0,57. Segundo Hair et. al. (2007), para que um índice tenha consistência interna

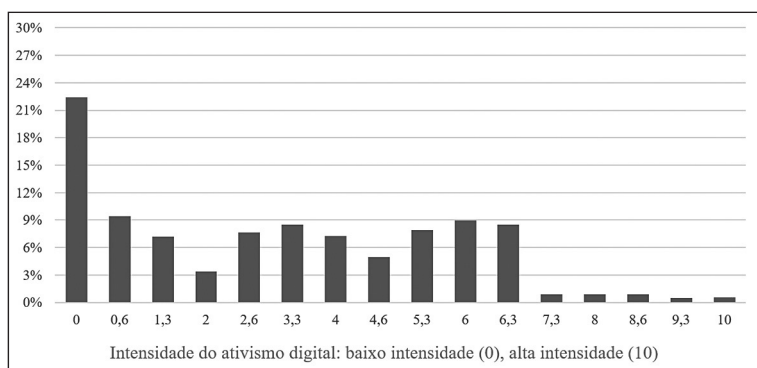
¹⁰ Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/268136/top-15-countries-based-on-number-of-facebook-users/>. Acesso: 04 de dezembro de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://tecnoblog.net/354247/twitter-tem-aumento-recorde-em-numero-de-usuarios/>. Acesso: 05 de dezembro de 2020.

satisfatória é desejável que o coeficiente não seja inferior a 0,60. Os mesmos autores, no entanto, advertem que esse valor é afetado pelo número de variáveis incluídas: quanto mais variáveis, maior o coeficiente. Nesse sentido, levando em consideração a utilização de apenas três variáveis, acreditamos fazer sentido agrupá-las em um único indicador, apesar de estarem no limite do coeficiente desejável.

Após o teste de consistência, optamos por um índice aditivo, somando a frequência de uso das três redes: *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter*. Em seguida, padronizamos a escala para que varie entre 0 a 10, facilitando assim a sua interpretação.

Figura 1 – Índice de ativismo digital



Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

Ao observar a Figura 1 notamos que existe uma concentração (22%) de brasileiros que não possuem conta em nenhuma das redes sociais. Notamos também que a frequência dos que pontuam entre 7 e 10 na escala é muito baixa, indicando que poucos brasileiros fazem o uso conjunto e frequente de todas as redes sociais.

Após a definição da principal variável de interesse, passamos a construção das suas variáveis explicativas. Nesse caso, utilizamos quatro “blocos” de questões: variáveis demográficas, como sexo, faixa etária e se o entrevistado vive no campo ou na cidade; variáveis socioeconômicas, principalmente o nível de escolaridade e o nível de renda; variáveis religiosas, mais especificamente qual a religião do entrevistado e com qual frequência ele participa de atividades religiosas; e, por fim, variáveis individuais, principalmente o auto posicionamento ideológico, o sentimento de eficácia subjetiva interna e identificação com um partido político. O Quadro 2 resume as variáveis do modelo.

Quadro 2 – Variáveis independentes

Variável	Construção
Vive em área urbana	0 = Vive em área rural, 1 = Vive em área urbana
Sexo	0 = Mulher, 1 = Homem
Faixa etária	Quantos anos o(a) Sr./Sra. tem? A variável foi recodificada da seguinte forma: 0 = 16 a 24 anos, 1 = 25 a 35 anos, 2 = 36 a 45 anos, 3 = 46 a 60 anos, 4 = 61 anos ou mais
Escolaridade	Qual foi o último ano ou série da escola que o(a) Sr./Sra. concluiu com aprovação? A variável foi recodificada da seguinte forma: 0 = até ensino fundamental completo, 1 = até ensino médio completo, 2 = até ensino superior completo
Renda	Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham? A variável foi recodificada conforme seus tercís, de forma que: 0 = baixa renda, 1 = renda média, 2 = renda alta
Religião	Qual a sua religião, se tiver? A variável foi recodificada em: 0 = evangélicos, 1 = católicos e 2 = outros
Posição ideológica	Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) Sr./Sra., onde o(a) Sr./Sra. se situa nesta escala? (Escala de 0, esquerda, a 10, direita). A variável foi recodificada da seguinte forma: 0 = de 1 a 3 (esquerda), 1 = de 4 a 6 (centro), 2 = 7 a 10 (direita).
Extremismo Ideológico	Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) Sr./Sra., onde o(a) Sr./Sra. se situa nesta escala? (Escala de 0, esquerda, a 10, direita). A variável foi recodificada da seguinte forma: 0 = de 2 a 9 (sem extremismo) e 1 = 1 ou 10 (extremismo ideológico).
Eficácia subjetiva	O(A) Sr./Sra. sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? A variável foi recodificada: 0 = 1 e 2 (baixa eficácia), 1 = 3, 4 e 5 (média eficácia) e 2 = 6 e 7 (alta eficácia)
Identificação partidária	VB10. Atualmente o(a) Sr./Sra. simpatiza com algum partido político? 0 = Não simpatiza, 1 = Simpatiza

Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

O objetivo do artigo não é somente analisar os determinantes do ativismo digital, mas compreender seus possíveis efeitos sobre atitudes democráticas, particularmente atitudes de adesão à democracia e de tolerância política.

Nesse sentido, a primeira variável analisada é a clássica pergunta de “Churchill” sobre a preferência pela democracia, apesar dos seus problemas. No caso do Barômetro das Américas 2018/19, a pergunta é feita da seguinte forma: “Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. As opções de resposta variam em uma escala que vai de 1 a 7, sendo 1 “discorda muito” e 7 “concorda muito”.

As próximas variáveis do estudo abordam o tema da tolerância política. Nesse ponto distinguimos duas dimensões da tolerância: uma mais estrutural, ligada à tolerância à grupos minoritários, como no caso dos homossexuais; e outra mais silente, referente à tolerância à grupos que pensam politicamente diferente.

Uma *proxy* da primeira dimensão é obtida por meio da pergunta: “E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) Sr./Sra. aprova ou desaprova que homossexuais possam candidatar-se para cargos públicos?”. As opções variam em uma escala que vai de 1 a 10, sendo 1 “desaprova fortemente” e 10 “aprova fortemente”. Vale observar que, diferentemente de perguntas que abordam o tema do casamento gay, que envolve um caráter mais religioso/secular, essa questão abarca um tema inequivocamente e estritamente político: o direito político de se candidatar a cargo público.

A variável que representa a segunda dimensão foi construída com base em uma bateria de perguntas, sendo a primeira: “Até que ponto o(a) Sr./Sra. aprova o direito do PSDB de concorrer nas eleições para presidente do Brasil?”. As outras duas são praticamente idênticas, mudando apenas os partidos das frases: uma cita o MDB e a outra o PT. As opções de respostas estão na mesma escala que a pergunta da tolerância aos gays. Partimos aqui do mesmo princípio: nenhum cidadão deveria ser privado dos seus direitos políticos por motivo de filiação ideológica ou partidária. Trata-se, a nosso ver, de uma atitude flagrantemente intolerante. Para a composição final, somamos a pontuação nas três perguntas.

Para a execução das análises, utilizamos a regressão linear. Muito embora as variáveis tenham um caráter ordinal e não tenham uma distribuição normal, essas características já não aparecem em manuais recentes como uma exigência para modelos lineares (Woodridge, 2007). Ainda assim, para afastar qualquer dúvida, também rodamos todos os modelos com regressões ordinais e não encontramos diferenças substantivas nos resultados. Dessa forma, para facilitar a interpretação dos dados, optamos pelo modelo linear.

4. Análise e discussão dos resultados

A Tabela 2 apresenta o resultado de quatro modelos de regressões linear múltipla. O primeiro modelo refere-se ao indicador de “ativismo digital”. Os outros referem-se a cada um dos componentes do indicador: *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter*. Dessa forma, será possível entender os determinantes do ativismo digital em geral, mas também as particularidades que cada rede social pode representar nessa dinâmica.

Tabela 2 – Determinantes do ativismo digital. Regressão Linear

	Índice Ativismo Digital	Ativo no WhatsApp	Ativo no Facebook	Ativo no Twitter
	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>
Vive em área urbana	0.591** (0.290)	0.214 (0.155)	0.243 (0.162)	0.134 (0.0859)
Homem	0.0160 (0.192)	0.0001 (0.102)	-0.0906 (0.107)	0.106* (0.0568)
16 a 24 anos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
25 a 34 anos	-0.455 (0.280)	0.181 (0.149)	-0.183 (0.156)	-0.453*** (0.0827)
35 a 44 anos	-0.979*** (0.284)	0.111 (0.151)	-0.661*** (0.159)	-0.429*** (0.0839)
45 a 60 anos	-2.075*** (0.296)	-0.187 (0.158)	-1.322*** (0.166)	-0.566*** (0.0877)
61 anos ou mais	-4.093*** (0.378)	-1.289*** (0.201)	-2.174*** (0.211)	-0.631*** (0.112)
Evangélicos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Católicos	-0.396* (0.215)	-0.134 (0.115)	-0.210* (0.120)	-0.0525 (0.0637)
Outros	-0.171 (0.279)	-0.148 (0.148)	0.0441 (0.156)	-0.0671 (0.0824)
Ensino Fundamental	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Ensino Médio	1.443*** (0.226)	0.746*** (0.120)	0.712*** (0.126)	-0.0150 (0.0669)
Ensino Superior	2.417*** (0.347)	0.961*** (0.185)	1.094*** (0.194)	0.362*** (0.103)

	Índice Ativismo Digital	Ativo no WhatsApp	Ativo no Facebook	Ativo no Twitter
	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>
Baixa renda	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Média renda	0.713*** (0.231)	0.441*** (0.123)	0.266** (0.129)	0.00678 (0.0683)
Alta renda	1.244*** (0.250)	0.689*** (0.133)	0.409*** (0.140)	0.146** (0.0740)
Considera-se de esquerda	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Considera-se de centro	0.123 (0.266)	0.0525 (0.142)	0.0570 (0.149)	0.0139 (0.0786)
Considera-se de direita	-0.155 (0.258)	-0.0333 (0.137)	-0.0469 (0.144)	-0.0752 (0.0762)
Ideologicamente radical	0.306 (0.247)	0.0101 (0.131)	0.263* (0.138)	0.0329 (0.0730)
Identifica-se com partido	0.747*** (0.221)	0.301** (0.118)	0.408*** (0.124)	0.0371 (0.0654)
Baixa eficácia política	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Média eficácia política	0.696*** (0.236)	0.253** (0.126)	0.368*** (0.132)	0.0754 (0.0697)
Alta eficácia política	0.482* (0.287)	0.155 (0.153)	0.164 (0.161)	0.163* (0.0850)
Constante	3.361*** (0.424)	1.262*** (0.226)	1.729*** (0.237)	0.369*** (0.126)
Número de observações	1,280	1,280	1,280	1,280
R2 Ajustado	0,283	0,181	0,240	0,078

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

Começando pelas variáveis demográficas, observamos que viver em área urbana exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo em todos os modelos. Tal resultado era esperado e corrobora com as pesquisas de acesso à internet de que as áreas rurais do país ainda não dispõem da mesma estrutura que as urbanas.

O sexo, por sua vez, traz um resultado menos intuitivo: não faz diferença para o ativismo em geral, nem para o ativismo no *WhatsApp* ou no *Facebook*,

embora dados gerais mostrem que o público feminino do *Facebook* está na casa dos 44%, enquanto o público masculino é 56%. Entretanto, ser homem faz diferença para o ativismo político no *Twitter*. Em outras palavras, trata-se de uma rede mais “masculinizada”, no que tange à política. Esses achados vão ao encontro das estatísticas gerais de uso desta rede. De acordo com a pesquisa *We are social*¹² (2020), 61% do público do *Twitter* é masculino e 39% é feminino. Quanto ao *WhatsApp*, é uma rede mais aberta e, portanto, de público mais misto.

Ao olhar para as faixas etárias, o resultado também é intuitivo: as faixas etárias mais velhas são menos engajadas que as mais jovens. Como também mostra a pesquisa *We are social* (2010), as redes sociais tendem a ser mais acessadas por indivíduos entre 18 e 49 anos de idade. Há, no entanto, um diferencial: no uso do *WhatsApp* apenas a faixa etária mais velha, dos 61 anos ou mais, difere significativamente da faixa de referência, de 16 a 24 anos. Todas as demais não apresentam significância estatística. Isso confirma a penetração do aplicativo, inclusive para fins políticos, em quase todas as idades.

Ao olharmos a última variável dentro do conjunto das demográficas observamos que os católicos são menos engajados que os evangélicos, sendo que essa diferença ocorre principalmente no *Facebook*. Por outro lado, não encontramos nenhuma diferença entre evangélicos e outras religiões ou não religiosos. A inserção de grupos evangélicos na arena política brasileira tem sido objeto de análises de muitos pesquisadores (ORO, 2003; DANTAS, 2011; BAPTISTA, 2007). Freston, ainda em 1993, observou que os grupos evangélicos têm um forte potencial eleitoral e, essa força, foi crescendo a cada pleito. Desse modo, uma vez que a participação e a propaganda política na rede vêm a cada ano se intensificando, faz sentido a expansão do ativismo religioso para fins políticos nesses ambientes. Além disso, o Brasil vem passando por uma reconfiguração no campo religioso, no qual a Igreja Católica tem perdido fiéis, não apenas para as igrejas pentecostais e neopentecostais, mas também muitos indivíduos têm se tornado ateus e agnósticos (BAPTISTA, 2007).

Ao passarmos para as variáveis econômicas, os resultados são mais robustos. Existe uma relação muito clara entre escolaridade, renda e ativismo digital. Quanto mais escolarizado, especialmente nível superior, e quanto maior a renda, especialmente os que possuem alta renda, maior o ativismo nas redes sociais, em geral. Há, no entanto, um detalhe: no *Twitter* apenas quem tem ensino superior ou que possui o estrato mais alto de renda são mais ativos politicamente, em uma relação estatisticamente significativa¹³.

¹² Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2020/04/digital-around-the-world-in-april-2020>. Acesso: 04 de Dezembro de 2020.

¹³ Um elemento que influencia negativamente a qualidade de acesso à internet e está relacionado às variáveis escolaridade e renda é a prática conhecida como zero rating. Ela consiste em um “acordo comercial entre empresas provedoras de serviços de internet e provedores de conteúdo que exclui os dados do provedor de conteúdo da conta mensal do usuário” (SOMOGYI, 2017, p. 02), o que garante

Ao analisar as variáveis individuais descobrimos que o posicionamento ideológico não tem qualquer efeito estatisticamente significativo sobre o ativismo digital. Em outras palavras, o uso das redes sociais para fins políticos não é influenciado pela percepção do entrevistado em ser de direita, centro ou de esquerda. Em certa medida, esse resultado não nos surpreende, pois não parece ser evidente que a simples posição ideológica faça diferença no ativismo digital. Mais importante do que a posição, seria a intensidade. Ou seja, independentemente de ser de esquerda ou direita, o que contaria é o quão extremo na escala o entrevistado se posiciona. Os resultados, no entanto, não foram consistentes. O extremismo ideológico é relevante apenas para uma rede social: o *Facebook*. Nesse caso específico, entrevistados que se posicionaram nos extremos da escala de auto posição ideológica são mais engajados.

Acreditamos que isso aconteça com maior peso no *Facebook* devido à ação dos algoritmos que, por meio do comportamento dos próprios usuários, passam a enviar conteúdos de acordo com suas preferências colocando-os nas câmaras de eco e, conseqüentemente, contribuindo para a polarização ideológica (PARISER, 2011; ANTUNES, 2016). O *WhatsApp*, embora tenda a criar bolhas em virtude dos grupos de família/amigos, é a rede que abrange um público mais diversificado em termos de sexo, faixa etária e renda e o mais influenciado pelos pacotes *zero rating*, disponíveis no mercado.

Por outro lado, a identificação partidária se mostrou um preditor bastante consistente do ativismo digital. Entrevistados que se identificam com um partido, seja qual for ele, são mais engajados politicamente nas redes. Em alguma medida, a identificação partidária é uma *proxy* da proximidade com o “mundo político”. Ao eleger um partido de sua preferência, os eleitores se alinham com uma visão política, uma pauta de orientações e direções do que deveria ser feito. Nesse sentido, podemos dizer que a vida política “fora” das redes ajuda a explicar o que acontece dentro delas. Entrevistados com preferências partidárias bem definidas são mais ativos politicamente no mundo *online*, seja no *WhatsApp*, no *Facebook* ou no *Twitter*. Como mostra Recuero (2009), uma rede social consiste na interação entre atores sociais e suas conexões. As redes sociais na Internet, por sua vez, nada mais são que uma extensão destas relações sociais no ambiente digital, o que reforça a

ao usuário acesso ilimitado à aplicativos de redes sociais. Na prática, isso significa que, uma vez que o usuário consome todo o pacote de dados de seu plano ele não pode acessar links da rede mundial de computadores, apenas os aplicativos que estão incluídos no plano. Apesar de muitos países, inclusive o Brasil, legalmente permitirem essa prática, ela é controversa, pois potencializa a disseminação de notícias falsas. Isso acontece porque quando o usuário recebe uma notícia pelo *WhatsApp* ou se depara com uma notícia em seu feed nas redes sociais, ao clicar no link ele não consegue lê-la, pois seu pacote de dados não lhe dá acesso às páginas da rede, apenas aos aplicativos incluídos no plano *zero rating*. A informação, dessa forma, fica restrita à manchete ou à parte do conteúdo compartilhado na rede social. O usuário além de não conseguir acessar o link original, não consegue comprovar sua veracidade buscando informações em outros sites.

ideia de que os determinantes do ativismo *online* estão alinhados com o ativismo *offline* (Ribeiro, Borba e Hansen, 2016).

A última variável trouxe uma surpresa: a eficácia política subjetiva faz diferença, mas seu efeito não é linear. Ter alta eficácia não traz, necessariamente, maior ativismo digital. Pelo contrário, entrevistados com baixa e alta eficácia não se diferenciam. É o entrevistado com média eficácia que se destaca, sendo mais ativos nas redes sociais. No entanto, cabe observar que, mais uma vez, o *Twitter* é uma exceção: apenas nessa rede o entrevistado com alta eficácia é quem mais participa quando comparado ao de baixa eficácia.

Os resultados encontrados aqui dialogam com outras pesquisas, especialmente a de Ribeiro, Borba e Hansen (2016). Em primeiro lugar, assim como eles, encontramos um peso importante à variável escolaridade, considerada um proxy poderoso de recurso necessário à participação política (Verba, Scholzman e Brady, 1995). Por outro lado, e de forma igualmente semelhante, não encontramos o efeito esperado para as variáveis de eficácia política subjetiva e auto posicionamento ideológico. Por outro lado, diferentemente da pesquisa dos autores, encontramos aqui resultados significativos para a variável sexo e idade. Quanto a esse último, vale ressaltar que utilizamos categorias de faixas etárias, enquanto Ribeiro et. al. (2016) utilizam a idade em anos; o que pode explicar a diferença.

Após termos explorado os determinantes do ativismo digital, queremos entender qual o seu efeito sobre algumas atitudes democráticas, *ceteris paribus*. Portanto, a variável dependente do modelo anterior (ativismo digital) passa a ser a nossa principal variável independente dos próximos modelos, conforme consta na Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 – Determinantes do apoio à democracia e da tolerância. Regressão Linear

	Adesão ao regime democrático	Tolerância aos homossexuais	Tolerância aos partidos políticos
	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coeficiente (Erro Padrão)</i>
Ativismo digital	0.00811 (0.0146)	-0.00802 (0.0261)	-0.204*** (0.0655)
Vive em área urbana	-0.00743 (0.151)	0.191 (0.269)	-1.400** (0.678)
Homem	0.144 (0.1000)	-0.586*** (0.178)	-0.113 (0.446)
16 a 24 anos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
25 a 34 anos	0.135 (0.146)	-0.159 (0.259)	-1.211* (0.650)
35 a 44 anos	0.195 (0.148)	-0.338 (0.263)	-2.607*** (0.663)

	Adesão ao regime democrático	Tolerância aos homossexuais	Tolerância aos partidos políticos
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>
45 a 60 anos	0.414*** (0.157)	-0.485* (0.279)	-1.711** (0.703)
61 anos ou mais	0.224 (0.207)	-1.384*** (0.367)	-2.843*** (0.919)
Evangélicos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Católicos	-0.209* (0.112)	1.515*** (0.200)	0.566 (0.500)
Outros	-0.0408 (0.145)	1.832*** (0.258)	1.500** (0.654)
Ensino Fundamental	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Ensino Médio	0.0530 (0.120)	0.871*** (0.213)	-0.876 (0.536)
Ensino Superior	0.552*** (0.184)	1.541*** (0.327)	0.741 (0.817)
Baixa renda	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Média renda	0.358*** (0.121)	0.133 (0.214)	0.339 (0.538)
Alta renda	0.503*** (0.132)	0.636*** (0.234)	0.0752 (0.589)
Considera-se de esquerda	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Considera-se de centro	0.273** (0.138)	0.0836 (0.246)	0.171 (0.616)
Considera-se de direita	0.117 (0.134)	-0.0837 (0.239)	-1.357** (0.599)
Ideologicamente radical	0.254** (0.128)	0.362 (0.229)	-0.414 (0.573)
Identifica-se com partido	0.178 (0.116)	0.175 (0.205)	1.379*** (0.516)
Baixa eficácia política	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Média eficácia política	0.523*** (0.123)	0.287 (0.219)	0.655 (0.552)
Alta eficácia política	0.956*** (0.150)	0.148 (0.266)	1.232* (0.666)
Observações	1,269	1,268	1,232
R2 Ajustado	0,105	0,142	0,150

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Autores a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

A variável que mais nos interessa no modelo é o ativismo digital. Cabe reforçar que, dentro da lógica do modelo de regressão multivariado, seu efeito se

dá mesmo sob todas as demais condições mantidas constantes. Trata-se, portanto, do efeito do ativismo digital, independentemente das características demográficas, socioeconômicas e individuais adicionadas como variáveis de controle.

O principal resultado é que o ativismo digital não exerce efeito estatisticamente significativo sobre a adesão à democracia ou à tolerância aos homossexuais. No entanto, existe um efeito negativo e significativo sobre a tolerância aos partidos políticos. Em outras palavras, ser mais engajado nas redes sociais parece não fazer diferença quando o tema é o apoio direto à democracia ou a tolerância a grupos minoritários. Por outro lado, está associado à menor tolerância a grupos que pensam politicamente diferente.

Em relação a esse achado, cabe destacar, por um lado, que existe um movimento estrutural de insatisfação com as democracias representativas e suas instituições, especialmente os partidos políticos (NORRIS, 2011). No Brasil, os partidos políticos estão entre as instituições com o mais baixo índice de confiança, por exemplo (MOISÉS, 2008). Nesse sentido, não é nenhuma surpresa que as redes sociais possam atuar de forma a mobilizar seus membros mais engajados politicamente a fim de contestar o *establishment* político, tendo os partidos como principal alvo. Essa, no entanto, é apenas parte da história. É preciso lembrar que a variável de tolerância é construída com base na pergunta sobre a concordância ou não de que determinados partidos políticos teriam o direito de concorrer à Presidência da República. Ou seja, um direito político constitucionalmente garantido. Nesse caso, não se trata apenas de uma insatisfação com o sistema político, mas de uma atitude de intolerância para com grupos que pensam politicamente diferente e seu direito (básico) de concorrer às eleições. Não reconhecer o direito de competição dos partidos políticos em geral, por mais que não se concorde com suas propostas, é uma atitude flagrantemente antidemocrática.

Embora essa não seja uma resposta definitiva, ela alerta para um possível efeito negativo do ativismo digital sobre a tolerância política. Indivíduos politicamente engajados podem se fechar em bolhas e disseminar notícias falsas ou errôneas que reforçam suas crenças e os tornam inflexíveis a outros argumentos. O resultado em potencial seria justamente menor tolerância aos grupos que pensam politicamente diferente.

5. Conclusão

Este artigo abordou a relação entre participação política e democracia. Mostramos que a queda dos tradicionais canais tem proporcionado o aumento da participação por meio de ferramentas alternativas como as mídias digitais. Desse modo, buscamos compreender não apenas os determinantes do ativismo digital, mas tam-

bém seus efeitos. Em suma, tentamos entender quão benéfico o ativismo digital é para a qualidade do regime democrático.

A fim de buscar os subsídios teóricos, trouxemos um debate acerca da relação política e internet passando pelas correntes entusiasta, pessimista e o debate neste início de século. Também abordamos a dicotomia inclusão versus exclusão digital, a qual muitos acreditavam estar superada, mas a pandemia do novo coronavírus mostrou claramente o quanto a exclusão é ainda um problema relevante. Além disso, expusemos a dinâmica da *Web 3.0* baseada na programação algorítmica e seus efeitos no comportamento dos usuários.

Em seguida, usando dados do Barômetro das Américas 2018 criamos um indicador de intensidade do ativismo digital no Brasil. O primeiro modelo proposto filtrou os respondentes presentes no *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter* e o uso destas para buscar informação política. Logo após, analisamos as variáveis determinantes do ativismo digital: demográficas; socioeconômicas; religiosas; e individuais.

Nesse primeiro modelo, encontramos alguns resultados que vão ao encontro com a estudos anteriores, como: os jovens residentes de áreas urbanas são mais ativos na rede que indivíduos mais velhos e aqueles residentes na zona rural; ser do sexo masculino ou feminino não apresentou uma diferença estatística significativa; há uma relação clara entre escolaridade, renda e ativismo digital; os grupos evangélicos são mais ativos politicamente na rede do que os católicos. No que tange as variáveis individuais, não achamos resultados expressivos quanto ao posicionamento ideológico. Os dados mostraram que se posicionar ao centro, à direita ou à esquerda não influencia o grau de presença digital, mas sim o posicionamento aos extremos. A eficácia subjetiva interna, em contrapartida, mostrou que os entrevistados com média eficácia se destacam, com diferenças apenas no *Twitter*, rede que concentra um público mais engajado e sofisticado politicamente. A identificação partidária, no entanto, apresentou-se como um importante preditor do ativismo digital. Indivíduos alinhados ideologicamente à algum partido são mais engajados nas redes do que aqueles sem filiação partidária.

Na segunda parte da análise empírica, observamos os efeitos do ativismo digital na democracia por meio de três variáveis: preferência pela democracia apesar dos problemas do modelo representativo; tolerância à grupos minoritários, mais especificamente os homossexuais; e tolerância à grupos que pensam politicamente diferente. Esse modelo nos ofereceu o principal resultado da pesquisa, pois mostrou que o ativismo digital exerce um efeito negativo estatisticamente importante na tolerância política.

A dinâmica das redes, ao permitir que os usuários interajam majoritariamente com outros usuários que compartilham os mesmos interesses, gostos e opiniões, intensificam a retórica negativa e, logo, geram intolerância com grupos diferentes

e, consequentemente, contribuem com a promoção de comportamentos antidemocráticos.

A fim de desenvolver pesquisas mais robustas acreditamos que seja necessário produzir *surveys* com um maior número de perguntas relativas ao uso da Internet e das mídias digitais, perguntas capazes de identificar os principais grupos, sites, influenciadores que cada indivíduo segue e apoia, além de expandi-las para outras mídias, a exemplo do *Instagram* e o *Youtube*, redes de peso entre o público brasileiro. Em outras palavras, não há ainda bancos de dados no Brasil que ofereçam informações suficientes para compreendermos o comportamento político dos indivíduos na rede. Além disso, em pesquisas futuras seria possível ampliar o escopo de análise para outras atitudes usando perguntas já existentes no próprio Barômetro das Américas, bem como em outros bancos de dados, a exemplo do ESEB e do Latinobarômetro.

DIGITAL ACTIVISM AND DEMOCRATIC VALUES: LESSONS FROM THE BRAZILIAN EXPERIENCE

ABSTRACT: *Political participation is one of the pillars of democracy and, throughout the past decades, Political Science has argued about increasing citizens' participation within the political process, focusing on a qualified inclusion based on dialogue and information. The rise of the Internet and social media has become a popular participation tool. Nonetheless, "digital activism", assumes different characteristics, becoming a puzzle for scholars. Would digital participation be a "qualified" one? This study contributes to answering this question. Using the 2018 Americas Barometer, we created an indicator of the digital activism intensity in Brazil and tested its determinants as well as its effects on social and democratic values within the Brazilian electorate. The results indicate that digital activism has no significant relationship with supporting democracy or tolerance for minorities but maintains a negative relationship with tolerance for those who think differently politically.*

KEYWORDS: *Digital Activism. Political Participation. Democratic Deficit. Quality of Democracy. Political Tolerance.*

ACTIVISMO DIGITAL Y VALORES DEMOCRÁTICOS: LECCIONES DE LA EXPERIENCIA BRASILEÑA

RESUMEN: *La participación política es uno de los pilares de la democracia y, a lo largo de las décadas, la ciencia política ha debatido cómo aumentar la inclusión de los ciudadanos en el proceso político, especialmente una inclusión cualificada, basada en el diálogo y la información. La aparición de Internet y de las redes sociales se ha convertido, en este contexto, en un mecanismo popular de participación. El “activismo digital”, sin embargo, asume características diversas, lo que lo convierte en un nuevo rompecabezas a descifrar por los estudiosos. ¿La participación digital sería una participación “cualificada”? Esta investigación contribuye a responder a esta pregunta. A partir de los datos del Barómetro de las Américas 2018, creamos un indicador de la intensidad del activismo digital en Brasil. A continuación, analizamos los determinantes de este activismo y sus efectos sobre los valores sociales y democráticos de los brasileños. Los resultados indican que el activismo digital no tiene una relación significativa con el apoyo a la democracia o la tolerancia hacia las minorías, pero mantiene una relación negativa con la tolerancia hacia quienes piensan políticamente de forma diferente.*

PALABRAS CLAVE: *Activismo digital. Participación política. Déficit democrático. Calidad de la democracia. Tolerancia política.*

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compolítica**, nº 3, v. 2, p. 155-188, jul-dez. 2013.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKNOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**. 31. 211-236. 10.1257/jep.31.2.211. 2017.

ANTUNES, Bruno. A Internet de pessoas: A web 3.0, a exposição dos usuários nas mídias sociais e a polarização de ideias na rede. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 20 n.20, p. 191-203 jan/dez. 2016.

BAPTISTA, Saulo. **Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais:** a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). Orientador: Leonildo Silveira Campos. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Departamento de Ciências Sociais e Religião, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2007.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**: vol.27 no.2 Brasília May/Aug. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CERVI, Emerson U. Mundo Virtual, poder real: mesmo sob novas condições a alocação de poder político não necessariamente muda. *In*: Konrad Adenauer Stiftung, **Democracia Virtual**, Ano XIII, p. 11-30, 2012.

CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. *I/S: A Journal of Law and Policy*, Vol. 5:1, 2009.

DALTON, Russel. **Democratic Challenges, Democratic Choices: The erosion of political support in advanced industrial societies**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DANTAS, Bruna S. A. **Religião e Política**: Ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. Orientador: Sandoval Salvador. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

HIREMATH, B.K.; KENCHAKKANAVAR, Anand Y. An alteration of the Web 1.0, Web 2.0 and Web 3.0: A comparative study. **Imperial Journal of Interdisciplinary Research**, Volume 2, Issue 4, 2016.

IASULAITIS, Sylvia; NEBOT, Carmen P. Campanhas Políticas na Internet: Novas Tendências de Comunicação Eleitoral. *In*: IV Congresso Internacional de Comunicación Política y Estrategias de Campaña, 2015.

ITAGIBA, Gabriel. Fake News e Internet: esquemas, *bots* e a disputa pela atenção. Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/04/v2_fake-news-e-internet-bots.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: Da Constituinte ao Impeachment. Orientador: Sergio Micelli. Tese (Doutorado em Sociologia). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

GOMES, Wilson. Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. **Behavioral and Brain Sciences** 34 (2), p. 57-74, mar. 2011.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. When corrections fail: the persistence of political misperceptions. **Political Behavior**, 32, p. 303-330, 2010.

MOISÉS, José A. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23, nº. 66, fevereiro/2008.

MOZOROV, Evgeny. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. New York: Public Affairs, 2011.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. **A virtuous circle: political communications in postindustrial societies**. New York: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ORO, Ari P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18, nº 53, p.53-176, 2003.

PARISER, Eli. **The filter bubble: what the Internet is hiding from you**. New York: Penguin Press, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação Política e os Potenciais Democráticos da Internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun.2010.

SOMOGYI, Robert. Zero-rating: a blessing for consumers or a net neutrality nightmare? Disponível em: <http://www.ipdigit.eu/2017/04/zero-rating-a-blessing-for-consumers-or-a-net-neutrality-nightmare/>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

TANDOC JR, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, 6:2, 137-153, 2018.

VIEIRA, Aiane de Oliveira. **As estratégias persuasivas dos presidenciáveis na corrida eleitoral de 2014**. Orientadora: Sylvia Iasulaitis. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

WOOD, Thomas; PORTER, Ethan. The elusive backfire effect: mass attitudes’ steadfast factual adherence. **Political Behavior**, 41, p. 135-163, 2018.

Recebido em 03/03/2021.

Aprovado em 08/04/2021.

MÍDIAS SOCIAIS COMO REPERTÓRIO POLÍTICO DE SUBALTERN COUNTERPUBLICS: ANÁLISE DE BLOGS DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

*Eloisa de Souza AMARAL **

*Zuleika de Paula BUENO ***

*Éder Rodrigo GIMENES ****

RESUMO: Este artigo discute a atuação política por meio de redes sociais, tendo como objeto de investigação dois conjuntos de ciberativistas, organizadas no *Blogueiras Feministas* e no *Blogueiras Negras*. A análise considera tais grupos de mulheres como produtoras de contradiscursos no contexto do conflito próprio da formulação de esfera pública liberal fundamentada na dicotomia público-privado, cujos padrões relegam às mulheres posições marginais em ambos os espaços. A análise dos blogs permitiu constatar que as ações do ativismo on-line dos movimentos feministas criam novos espaços de interação e organização que geram maneiras autônomas de produção da identidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Movimentos sociais. Ciberativismo. Feminismo.

Introdução

O contexto social, político e econômico da segunda metade do século XX ampliou as possibilidades de participação da mulher na vida pública em muitos

* UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – eloisa_sociais@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7697-3165>.

** UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – zpbueno@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-1485-2429>.

*** UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC) e Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – ergimenes@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>.

países de regimes democráticos. A pressão dos movimentos sociais, o sufrágio universal, a emergência do feminismo, o debate sobre os direitos humanos e a luta pelo fim do patriarcalismo ensejaram práticas políticas que propiciaram a presença feminina nas mais diferentes esferas da sociedade. Durante muito tempo, a participação das mulheres na arena política foi encarada de forma semelhante à participação das crianças, sob o argumento de que ambas seriam incapazes de defenderem os seus próprios interesses (MIGUEL, 2001).

A forma pela qual a sociedade liberal e patriarcal se estruturou promoveu a naturalização de visões distintas acerca do papel do homem e da mulher: o masculino entendido como o administrador do espaço e da coisa pública, o sujeito da razão universal; ao feminino, coube o espaço privado da casa e dos assuntos domésticos. Dessa maneira, temos uma divisão clássica entre espaços e seus representantes, o que se assenta sobre a dicotomia do público e do privado.

Para Anne Phillips (2011, p.349), “o liberalismo é peculiarmente infenso ao gênero” pois as distinções que estabelece entre as esferas pública e privada são particularmente adequadas para manter a subordinação política das mulheres. Nessa perspectiva, as lutas feministas surgiram em torno da demanda por direitos sociais e políticos, da necessidade de as mulheres reivindicarem seu lugar na sociedade junto ao público – espaço até então reservado ao homem – e também de valorizar as práticas desempenhadas no âmbito privado, trazendo à tona questões até então tratadas como de fórum estritamente privado. Os movimentos feministas, portanto, contribuem com o debate das formulações dos conceitos de público e privado ao refletir sobre as atribuições de gênero que esses espaços pressupõem.

A esse respeito, entendemos que, em uma sociedade liberal, os espaços entre público e privado não são estanques, mas se constituem em oposição e complementariedade, de modo que, em determinadas ocasiões, para que o público exista é necessário que o privado seja desvelado.

Flávia Biroli (2014) descreve essa dualidade como consequência de uma compreensão restrita da política, sob o argumento de que, em nome da universalidade na esfera pública, as experiências do mundo privado são caracterizadas como não políticas. Nesse sentido, o espaço privado é considerado sob a perspectiva do caráter particular, restrito, como aquele que guarda a intimidade; já o público, de modo geral, é o espaço das trocas, a esfera baseada nos princípios mais universais, na razão e na impessoalidade. Acerca disso, Phillips (2011, p.349) argumenta que “nas condições aparentemente mais iguais, as desigualdades continuadas da divisão do trabalho ainda condenam as mulheres a um papel político menor”.

Assim, as lutas feministas, entre outros aspectos, trazem em si as reivindicações para que essas definições do que representam o público e o privado sejam modificadas política, econômica e culturalmente. Isto posto, compreendemos que, embora tenha ocorrido avanços significativos provenientes dessas lutas políticas das

mulheres ao longo da história, a dicotomia público-privado ainda reforça os estereótipos de gênero quando, na divisão dos papéis atribuídos historicamente, são excluídas mulheres dos espaços de decisão, o que confere a falsa noção de homogeneidade na esfera pública, principalmente em sua face institucional. Tal situação decorre do fato de que as desigualdades geradas nessa divisão social tornam o fator tempo, por exemplo, uma questão importante para a participação e a não participação. Um exemplo são as duplas e até triplas jornadas laborais que se configuram no trato ao lar, aos filhos, aos estudos – quando há a oportunidade – e ao mercado de trabalho.

Dessa maneira, os papéis de gênero atribuídos reforçam que as mulheres sejam relegadas em sua maioria ao espaço privado, sendo subrepresentadas e não necessariamente participando de forma mais direta da esfera pública, das formulações mais gerais e tão pouco tendo oportunidades para comunicar e formular suas demandas nesses espaços.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar empiricamente a utilização de mídias sociais como repertório político por parte de grupos que constituem *subaltern counterpublics*, pautando-se pela investigação do conteúdo de dois blogs de movimentos feministas no período político em que a presença feminina na política nacional foi colocada em xeque: após a vitoriosa campanha à reeleição presidencial de Dilma Rousseff ao desfecho do processo de impeachment que culminou em seu afastamento.

A justificativa para a investigação sobre blogs remete à crescente relevância do ciberativismo como mecanismo de participação política (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016), de modo que nossos objetos de pesquisa são páginas de destaque por sua contribuição à popularização dos movimentos feministas na internet, cujos conteúdos publicados em linguagem acessível somam as experiências dessas blogueiras com a construção do que era o feminismo historicamente dito e o feminismo vivenciado cotidianamente por elas, mesmo que, não necessariamente¹, propositais, trazendo a noção de ação e produção ao movimento. Trata-se das páginas *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*.

A esfera pública e a construção de discursos e contradiscursos

Em *A transformação estrutural da esfera pública* de 1962, Jürgen Habermas (1984) apresentou as reflexões teóricas que fundamentaram seus conceitos de esfera pública e ação comunicativa. Tais conceitos são fundamentais na análise que propomos, de modo que cabem considerações acerca do seu surgimento.

¹ Pode ocorrer que se vivencie práticas consideradas feministas, mas que essas não sejam praticadas a partir de uma militância.

Para Habermas (1984), durante o desenvolvimento da modernidade, a burguesia criou formas de promover o debate de assuntos públicos na esfera privada. Num primeiro momento, esse debate não teve força de se articular com as decisões que ocorriam no âmbito do Estado e da vida política e restringiu-se ao espaço da vida individual, como concepções e valores que orientavam a ação dos burgueses.

O desenvolvimento da modernidade criou diferentes espaços de socialização ocupados pela eminente burguesia que, com isso, levou as discussões que ocorriam no âmbito privado para espaços externos à casa e à família. Tal dinâmica permitiu à burguesia construir uma opinião pública acerca da atuação do Estado e dos assuntos políticos que foi, aos poucos, fundando um novo espaço de articulação entre o Estado e os interesses privados.

É nesse sentido que o autor afirmou que a esfera pública é a terceira grande instituição da modernidade, uma vez que não se confunde com o Estado e nem com o mercado. A esfera pública se funda no momento em que a burguesia consegue criar um espaço de discussão orientado exclusivamente pela razão, espaço esse que se caracteriza, dentre outras coisas, por não estar sujeito a pressões externas, mas por criar uma lógica própria de funcionamento (HABERMAS, 1984).

Uma dimensão do conceito de esfera pública permite ir além do debate entre o elitismo democrático e o republicanismo. Trata-se da recuperação na modernidade temporã de uma esfera para a livre interação de grupos, associações e movimentos. Tal esfera supõe a possibilidade de uma relação crítico-argumentativa com a política ao invés de uma relação participativa direta, abrindo assim, uma nova via para a análise da democracia (AVRITZER, 1996, p.29).

Entre as operações necessárias ao estabelecimento desse conceito há a articulação com a teoria política clássica², mas, principalmente, o avanço em relação à crítica da razão instrumental dos teóricos frankfurtianos, ressaltado que a teoria crítica manteve no centro de suas reflexões uma concepção de sujeito unitário que tinha sua autonomia consumida pela razão totalitária.

Nesse sentido, o filósofo e sociológico alemão propõe que a esfera pública funda um espaço orientado pela visão de um sujeito intersubjetivo, consequência do desenvolvimento da burguesia que disciplina e orienta a sua ação pela razão comunicativa, pois pretende interferir nas formas de organização e atuação do Estado (HABERMAS, 1997).

A esfera pública é, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos, marcada pelos elementos constitutivos da modernidade. Isto posto, Habermas (1997) dá

² Uma abordagem aprofundada encontra-se em Perlatto (2015).

continuidade à discussão sobre esfera pública em *Direito e Democracia* e outras obras, nas quais esses avanços são marcados pelo despojamento da historicidade do conceito de esfera pública, a qual seria composta essencialmente por “visibilidade e discutibilidade, procedimentos voltados para conter o avanço do Estado autocrático sobre os domínios da intimidade e da privacidade e também para permitir o avanço da cidadania para o interior do domínio estatal” (HABERMAS, 1997, p.45).

Assim, tem-se que a arena da esfera pública é distinta do Estado, é um espaço de deliberações, um lugar para produção e circulação de discursos em que o princípio pode, inclusive, ser crítico ao Estado. É também, conceitualmente, distinta da economia oficial, não sendo uma arena de relações de mercado. Diante de tais definições, a esfera pública se constitui, fundamentalmente, como uma arena de debate e deliberações, sobre a qual Habermas (1997), não desenvolve necessariamente um modelo pós-burguês, mas não se pode ignorar o quanto sua teoria é indispensável para se pensar a esfera pública na teoria democrática.

Ainda em *Direito e Democracia*, Habermas (1997) se sente mais livre para não necessariamente retomar a construção histórica da esfera pública liberal, considerando que o modelo de democracia liberal precisa de uma arquitetura institucional que, orientada pelo princípio da autonomia privada dos cidadãos, garanta as liberdades privadas e públicas.

Ao apresentar as características sobre a esfera pública, amplamente discutida pela teoria crítica e democrática, temos elementos para concluir que há, nesse sentido, a construção de uma noção idealizada da esfera pública como espaço integrado e hegemônico, o qual, segundo Perlatto (2015, p.82), seria caracterizado pela discussão racional burguesa, que teria como *medium* o argumento “crítico racional”.

O modelo de esfera pública habermasiano, apesar de contribuir e ampliar o debate acerca do exercício da democracia moderna, foi criticado por teóricas feministas como Nancy Fraser (1992), principalmente porque o fundamento e a constituição da ideia de público de Habermas seguem o padrão do funcionamento burguês das cidades do século XVIII. Como apontam as feministas, o público em Habermas pressupõe a presença de agentes que são quase sempre homens, brancos, proprietários e ocidentais, de modo que as feministas partem, assim, da ideia de que o público formulado por ele trata de uma esfera homogênea.

Essa esfera surge, portanto, teorizada dentro de uma lógica que não se preocupa com a paridade total da participação de diferentes públicos em debates e deliberações, o que acaba por garantir as vantagens dos grupos dominantes nessa esfera e perpetuar as desvantagens dos grupos subordinados. Fraser (1992) problematiza o grau de inclusividade de uma esfera pública formulada a partir desse modelo burguês.

Nas questões de gênero, a esfera pública constituída a partir das sociedades burguesas ainda traz a noção da fala ser definida na visão de *public* e *pubic*, o que remete à ideia de que a voz no espaço público está relacionada ao falocentrismo (FRASER, 1992). Nesses termos, uma esfera pública única desconsidera as sociedades cuja estrutura básica institucional gera grupos socialmente desiguais e relações estruturais de dominância e subordinação.

Para Fraser (1992, p.61, tradução nossa), o problema não é apenas o fato de como o autor idealiza a esfera pública liberal, mas, também, como ele falha ao examinar outras esferas públicas concorrentes, não liberais e não burguesas. A autora exemplifica com o seguinte ponto: a variedade de formas que “[...] mulheres norte-americanas do século XIX de várias classes sociais e etnias construíram rotas de acesso à vida política pública, mesmo apesar de sua exclusão da esfera pública oficial”³. No caso das mulheres da elite burguesa, essas ações envolveram a construção de uma sociedade contra-civil de associações voluntárias de mulheres como organizações filantrópicas e de reforma moral. Mesmo que essas somente pudessem ser construídas por seus maridos, pais e avós, isso ainda era considerado uma inovação, uma vez que usaram criativamente expressões particulares da domesticidade e da maternidade precisamente como trampolins para a atividade pública.

Outra variedade de estratégias citada pela autora consiste nos grupos de mulheres menos privilegiadas, mostrando que o acesso à vida pública decorreu da participação em papéis de suporte em atividades de protesto das classes trabalhadoras dominadas pelos homens. Ainda outras mulheres encontraram a saída em protestos e paradas de rua. Assim, “finalmente, os defensores dos direitos das mulheres contestaram publicamente a exclusão das mulheres da esfera pública oficial e da privatização da política de gênero”⁴ (FRASER, 1992, p.61, tradução nossa).

A crítica feminista reitera que, mesmo com as alterações na esfera pública que aconteceram com o liberalismo no século XIX, a participação não foi colocada em prática em toda a extensão da sociedade, sendo limitada aos homens. Nesse sentido, em diálogo com Habermas, Fraser (1992) aponta que uma concepção de esfera pública deve conter a inclusão de interesses e questões que a ideologia masculina e burguesa rotula como privadas e trata como inadmissíveis e não a exclusão. Para a autora, Habermas não consideraria criticamente o fato de a esfera pública ter se configurado como um espaço restrito a uma comunidade política de cidadãos,

³ “[...] the variety of ways in which nineteenth century North American women of various classes and ethnicities constructed access routes to public political life, even despite their exclusion from the official public sphere”.

⁴ “Finally, women’s rights advocates publicly contested both women’s exclusion from the official public sphere and the privatization of gender politics”.

implicando, consequentemente, na exclusão de diversos atores da sociedade, como, por exemplo, as mulheres e os operários.

Nesse sentido, Perlatto (2015, p.82) assinala que a crítica da referida autora ao conceito habermasiano de esfera pública está no fato dessa formulação perder de vista a compreensão da “esfera pública como um *locus* de disputa de poder, dominação e opressão”.

Cabe destacar que Fraser (1992, p.57, tradução nossa) reitera, apesar das críticas contundentes, a importância das formulações de Habermas para elucidar o que ela chama de “confusão” que ocorre com os feminismos contemporâneos sobre o uso da expressão “esfera pública” que, segundo ela, seria menos útil que a formulação habermasiana, como o que se refere a tudo o que está fora do ambiente doméstico e familiar, combinados “[...] pelo menos em três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do trabalho assalariado e os espaços de discurso público”⁵.

Esta expressão foi utilizada por muitas feministas para se referir a tudo o que está fora da esfera doméstica ou familiar. Assim, “a esfera pública” neste uso confunde-se pelo menos em três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do emprego remunerado e as arenas de discurso público. Agora, não deve ser pensado que a fusão destas três coisas é uma questão “meramente teórica”. Pelo contrário, tem consequências políticas práticas, por exemplo, quando campanhas de agitação contra representantes culturais misóginos são confundidas com programas de censura do estado, ou quando lutas para desprivatizar o trabalho doméstico e os cuidados infantis são equiparados a mercantilização. Em ambos os casos, o resultado é ocultar (ocultar) a questão se se devem submeter os problemas de gênero à lógica do mercado ou Estado administrativo é para promover a libertação das mulheres (FRASER, 1992, p.57, tradução nossa)⁶.

Dessa maneira, o conceito de esfera pública nos permite manter em vista as distinções entre mercados econômicos e associações democráticas e aparatos de Estado, ressaltado que tais diferenciações são essenciais para a teoria democrática.

⁵ “[The public sphere] in this usage conflates at least three analytically distinct things: the state, the official-economy of paid employment, and arenas of public discourse”.

⁶ “This expression has been used by many feminists to refer to everything that is outside the domestic or familial sphere. Thus, ‘the public sphere’ in this usage conflates at least three analytically distinct things: the state, the official-economy of paid employment, and arenas of public discourse. Now, it should not be thought that the conflation of these three things is a ‘merely theoretical’ issue. On the contrary, it has practical political consequences, for example, when agitational campaigns against misogynist cultural representations are confounded with programmes for state censorship, or when struggles to deprivatize housework and child care are equated with their commodification. In both these cases, the result is to occlude the question whether to subject gender issues to the logic of the market or the administrative state is to promote the liberation of women”.

Segundo Juliana Souza (2016), este conceito pós-burguês formulado por Fraser tem a intenção de desvelar os mecanismos de racionalidade da dominação política, que acentuou as exclusões significativas, principalmente relacionadas a gênero e classe. Dessa maneira também desvela os mecanismos de exclusão das mulheres da vida política com a formulação do modelo de discurso e comportamento “virtuoso e viril”, reforçando a visão de sociedade fática e sexista (SOUZA, 2016, p.19).

Sobre tal aspecto, Iris Young (2012) corrobora com o argumento de Fraser (1992) ao debater o paradigma do raciocínio moral que, segundo a teórica,

[...] consiste na adoção de um ponto de vista imparcial e impessoal sobre uma situação, distanciado de quaisquer interesses particulares em jogo, ponderando igualmente todos os interesses e chegando a uma conclusão que esteja em conformidade com os princípios gerais da justiça e dos direitos, aplicados de forma imparcial ao caso em questão (YOUNG, 2012, p.169).

Para a autora, esse raciocínio é baseado no discurso da justiça e dos direitos, como um mito utópico que não atinge seu objetivo e ainda cumpre funções ideológicas, dentre as quais a de mascarar “[...] as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colaboram para justificar estruturas hierárquicas de decisão” (YOUNG, 2012, p.170-171).

Fraser (1992) aponta que pesquisas feministas documentaram que em reuniões como, por exemplo, em faculdades ou outros espaços de deliberações, os homens tendem a interromper as falas das mulheres mais do que o contrário, bem como os homens tendem a prolongar suas falas. Outra característica é o fato de as questões levantadas pelas mulheres serem mais ignoradas ou não respondidas.

Para Martino (2014), mais do que um lugar físico, a esfera pública é um espaço abstrato formado na interação indivíduos na discussão de temas que lhes dizem respeito, ou seja, trata-se dos espaços de deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública, tomadas de decisões coletivas referentes aos interesses gerais. Dessa maneira, teoricamente, se esses espaços fossem de fato inclusivos, sem restrições de nenhuma natureza, cumpririam o papel de comunicação entre a sociedade civil e o Estado, o que reitera o caráter heterogêneo desses espaços apontado por Biroli (2014), mas também e anteriormente por Fraser (1992).

Esse debate sobre as dificuldades de inserção na esfera pública, no sentido de participação, tendo em vista que sua característica é a de concentração de grupos hegemônicos, nos leva à reflexão sobre como seriam as estratégias dos grupos excluídos para inserir suas demandas nesses espaços.

Fraser (1992, p.66, tradução nossa) problematiza que em sociedade estratificadas, “[...] arranjos os quais melhor acomodam contestação entre uma pluralidade de públicos concorrentes promovem melhor o ideal de paridade participativa do

que uma abordagem única, abrangente do público”⁷. Para a autora, não é possível isolar arenas discursivas especiais dos efeitos da desigualdade social, de modo que, quando essa desigualdade persiste, os “[...]processos deliberativos nas esferas públicas tendem a operar na vantagem dos grupos dominantes e em detrimento dos subordinados”⁸. No caso de uma única e abrangente esfera pública, essas questões tendem a ampliar seus impactos.

Ainda em seu argumento, a autora discorre sobre essa característica de unidade e abrangência da esfera pública na qual os membros dos grupos subordinados não teriam necessariamente espaços ou arenas de deliberação entre eles para formularem suas necessidades, objetivos e estratégias.

Partindo dessa reflexão e pensando o público a partir da perspectiva da comunicação, considerando a afirmação do mesmo não comportar todas as vozes, torna-se necessária a organização de coletivos com a finalidade de formular, discutir e transpor para a esfera pública suas demandas. Dessa maneira, em específico, os movimentos feministas e suas ações no ciberespaço se inserem nesta análise enquanto coletivos contestatórios.

Em relação aos movimentos sociais feministas e sua participação em uma democracia, por exemplo, Lubenow (2012) afirma que os mesmos influenciam a vida política por meios públicos de comunicação, participação e deliberação, de maneira que contribuem para a tematização, discussão pública e tomada de decisões. Contudo, não podemos considerar necessariamente que, em sua constituição, tais grupos sejam homogêneos em seu interior, ainda que apresentem pontos em comum, ou seja, são indivíduos que se unem para a formulação de preferências, discutir as diferenças, demandas, agendas temáticas e pressão popular, mesmo não fazendo parte de uma esfera pública hegemônica. Fraser (1992) sugere que chamemos de *subaltern counterpublics* grupos contestatórios dessa natureza:

Eu não sugiro que *subaltern counterpublics* são sempre necessariamente virtuosos. Alguns deles são explicitamente antidemocráticos e não igualitários, e mesmo aqueles democráticos e com igualitárias intenções ainda assim praticam seus próprios modos de exclusão informal e marginalização. Ainda assim, na medida, estes *counterpublics* ajudam a expandir espaços discursivos. Em princípio, os pressupostos que estavam anteriormente isentos de contestação serão agora discutidos publicamente. Em geral, a proliferação de *subaltern counterpublics* significa um alargamento da contestação discursiva,

⁷ “[...] arrangements that accommodate contestation among a plurality of competing publics better promote the ideal of participatory parity than does a single, comprehensive, overarching public”.

⁸ “[...] deliberative processes in public spheres will tend to operate to the advantage of dominant groups and to the disadvantage of subordinates”.

e isso é uma coisa boa em sociedades estratificadas (FRASER, 1992, p.67, tradução nossa)⁹.

Ao analisar as democracias latino-americanas, Avritzer e Costa (2004, p.272) consideram a relevância do conceito de *subaltern counterpublics* ao destacar o papel dos atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito de participar dele.

Os autores mencionam como exemplos de *subaltern counterpublics* *As Madres de la Plaza de Mayo* na Argentina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e o *Ejército Zapatista de Libertación Nacional* no México, que constituem movimentos não institucionais organizados para pressionar o Estado. No Brasil, outros dois exemplos que podem ser citados são a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2016 em Brasília, e a Marcha das Margaridas, realizada a cada três anos também no Distrito Federal, por mulheres trabalhadoras rurais.

Destacamos ainda Warner (2002), que apresentou semelhantes definições sobre o conceito, sendo *publics* e *counterpublics* (públicos e contrapúblicos) o título de uma coleção de ensaios desse crítico que explorou os conceitos de publicidade e o analisou sob a perspectiva de como se fazer pública sem necessariamente se alinhar com a política subalterna. Nesse sentido, enfatizou a agência da cultura nas formas de arte, na fala em público, na mídia e performance e analisou a maneira como as pessoas podem utilizar a cultura para criar um espaço para si no mundo social.

Warner (2002) não abordou o cruzamento de públicos e da política, mas como as pessoas se expressam como indivíduos e grupos através de participação em subculturas alternativas. Assim, *publics* e *counterpublics* constituem uma resposta direta ao trabalho de Habermas (1997), que percebeu a esfera pública como uma utopia democrática liberal, onde o debate contínuo asseguraria a igualdade de cidadania, conforme exposto. O autor, no entanto, afirmou que o público não é uma entidade coesa, mas, ao contrário, composto de vários *counterpublics* reflexivos que respondem ao público habermasiano e que excluem os interesses de potenciais participantes.

Diante do exposto, temos que o conceito de esfera pública formulado por Habermas (1997) é um tipo idealizado para uma democracia plena em que o comuni-

⁹ "I do not mean to suggest that subaltern counterpublics are always necessarily virtuous; some of them, alas, are explicitly anti-democratic and anti-egalitarian; and even those with democratic and egalitarian intentions are not always above practicing their own modes of informal exclusion and marginalization. Still, insofar as these counterpublics emerge in response to exclusions within dominant publics, they help expand discursive space. In principle, assumptions that were previously exempt from contestation will now have to be publicly argued out. In general, the proliferation of subaltern counterpublics means a widening of discursive contestation, and that is a good thing in stratified societies".

car, o ser ouvido, o negociar e o deliberar aconteceriam necessariamente de maneira horizontal para todos os grupos, porém, em um país desigual como o Brasil, essa formulação torna-se utópica, pois configurou-se aqui uma esfera pública seletiva, com altos índices de exclusão em diferentes campos, como a educação. Dessa maneira, é imperativo que a participação e a permanência de segmentos dominantes formulando temas a serem debatidos, que na maioria das vezes não passam pelo conhecimento da maioria da população, sejam problematizados.

Blogs como espaços de construção de contradiscursos

O conceito de esfera pública seria constituído por meio das formulações habermasianas da interação e comunicação que compõem as estratégias de elaboração de demandas e comunicação das mesmas e também de poder de convencimento. A esfera pública seria, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos. Já a esfera privada seria aquela que guarda a intimidade, sendo que, na divisão social de gênero, ficou relegada às mulheres como forma de cuidado com a família, reduto da reprodução e das necessidades biológicas, tradicionalmente longe da intervenção estatal (MIGUEL; BIROLI, 2014), o que confere uma noção de espaço de expressão feminina.

As construções das dicotomias público e privado começaram a ser questionadas principalmente pelos movimentos feministas quando surgiram com o slogan “o pessoal é político” em meados dos anos 1970. Tendo em vista que as assimetrias constituídas no espaço privado e legitimadas por discursos de diferenças biológicas permaneceram inquestionáveis com a doutrina liberal, “a separação das esferas, portanto, foi o elemento que permitiu não pensar a família como parte integrante do mundo social” (LORETONI, 2006, p.502).

Foi a partir dos movimentos feministas que se passou a pensar que, ao excluir o que ocorre na esfera privada, consequentemente se estende para a esfera pública as relações de poder e desigualdades nos arranjos privados. Biroli (2014) afirma que o feminismo demonstra que é impossível deslocar a esfera política da vida social e a vida social da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática.

Porém, Fraser (1992) apontou para os problemas que uma esfera pública liberal apresenta, pois ao se constituir por grupos sociais hegemônicos com o monopólio dos meios de comunicação, bem como espaço de voz e formulações de demandas, muitos outros grupos não seriam incluídos horizontalmente nos debates, como as mulheres, por exemplo. A autora, então, propôs que tais grupos sociais subordinados ou não hegemônicos utilizariam estratégias em arenas discursivas

paralelas, onde produziriam e circulariam contradiscursos que, por sua vez, lhes permitiriam formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades, o que ela chama de *subaltern counterpublics*, o que propiciaria aos grupos formulações próprias a partir de suas negociações, por exemplo, do ativismo on-line.

Considerando o contexto das discussões sobre as esferas pública e privada e o *subaltern counterpublics* como espaços de estratégias de grupos não hegemônicos, essa pesquisa se insere no debate dos usos de novas formas de comunicação a partir da internet e os espaços de produção discursiva nas redes de compartilhamento.

Como o espaço online passa a ser um lugar discursivo possível para o ativismo feminino, por exemplo, por meio dos blogs utilizados para o compartilhamento, agrupamento e produção de conteúdo, é pertinente o emprego do conceito de *subaltern counterpublics* proposto por Fraser (1992), uma vez que se trata das arenas discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos socialmente subordinados articulam e circulam contradiscursos para formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades criadas por grupos hegemônicos.

Aqui se insere nosso recorte de pesquisa, os blogs ativistas *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*¹⁰. Os discursos construídos nas mídias sociais são exemplos de estratégias que muitos grupos utilizam para formulação de suas subjetividades a partir da construção coletiva do movimento feminista por meio do espaço das redes. Essas blogueiras se conectam, estando em lugares diversos geograficamente, ao constatarem semelhanças nas vivências cotidianas, de maneira que há dialética na alimentação dos conteúdos dos blogs e, concomitantemente, o movimento dos fluxos do que é o feminismo historicamente dito e o que elas vivenciam, aspectos que se reconfiguram a cada discussão levantada.

A apresentação do “Quem somos” do *Blogueiras Negras* nos dá a dimensão à representatividade que esses blogs têm para elas. São mulheres na busca por voz e espaço que veem na internet um potencial recinto para circulação da escrita dos contradiscursos, se colocando ao mesmo tempo como emissoras e receptoras. Trata-se de um blog colaborativo, coordenado e produzido por mulheres negras, responsáveis por uma equipe que seleciona os textos a serem publicados, além da manutenção do espaço. O blog conta com a colaboração de cerca de 200 autoras e tem como posicionamento político somente a participação de mulheres negras, o que se justifica pelos séculos de opressão e silenciamento da mulher negra na sociedade e dentro do movimento feminista. Dentre os temas expostos, inserem-se racismo, sexismo, classismo, entre outros.

¹⁰ Exploramos, nesta pesquisa, os conteúdos disponibilizados nos blogs, mas ressaltamos que ambos possuem hiperlinks com outras redes sociais, quais sejam: Facebook, Twitter e/ou Instagram.

A estrutura visual da página *Blogueiras Negras* é bastante completa no que se refere aos temas e organização de sessões, as publicações são dispostas em ordem cronológica e as categorias estão subdivididas em Identidade, Resistência, Saúde e Beleza, Estilo de Vida, Cultura, Colunas e Popular. Com relação ao seu conteúdo, as escritoras enfatizam a questão do feminismo interseccional, ou seja, o feminismo que inclui as mulheres negras como protagonistas e questiona o fato de o feminismo branco não dar conta de suas demandas, ignorando, assim, a questão racial. Dessa maneira, as mulheres negras falam sobre a necessidade de um feminismo que direcione seu olhar para outras questões, por exemplo, a racial e de classes, que denunciam diferentes marcadores de opressão que se inter-relacionam com a opressão de gênero.

Por sua vez, o *Blogueiras Feministas* foi criado no primeiro turno das eleições de 2010 e é descrito como um blog coletivo com publicações de mais de 70 militantes, distribuídas entre atividades ou funções como coordenação, editoração e avaliação de conteúdo, recebido por e-mail. No espaço de apresentação e descrição do blog, a informação que temos é de que sua temática principal é o feminismo e todos os assuntos que perpassam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um blog político que se posiciona em não publicar textos enviados que sejam contrários às construções produzidas por elas, sendo que os questionamentos e debates ficam reservados aos comentários, que são gerenciados pelas editoras. Todas as publicações são assinadas pelas autoras como posicionamento político e de responsabilidade.

A distribuição dos conteúdos é em ordem cronológica, com as postagens mais recentes na página de abertura. Sobre as classificações de busca, compreendemos que não necessariamente seguem a ordem que as blogueiras especificam referente a temas, uma vez que muitos textos se repetem quando selecionamos classificações de temas diferentes. Assim, uma das maneiras para pesquisa pode ser o uso de palavras-chaves. Cabe destacar que, além das centenas de publicações disponibilizadas na página, há também uma sessão voltada para denúncias e ajuda.

Também compreendemos como posicionamento político o fato das editoras se reconhecerem enquanto feministas interseccionais, pois mostram que as clivagens e negociações de discursos são entendidos pelas blogueiras como uma maneira de reconfiguração dos movimentos feministas, no sentido de demarcar que o plural é apreendido. Ao nomear-se com a descrição “interseccional”, o posicionamento está na intenção de abertura para outros segmentos que não necessariamente do que se aponta como feminismo hegemônico.

Observa-se que as mudanças provêm dessas negociações discursivas no trecho do mesmo editorial do qual as *Blogueiras Feministas* reconhecem as abordagens anteriores com caráter discriminatório, o que remete às opressões dentro do movimento, e comprometem-se a novas abordagens mais democráticas.

Figura 1 – Trecho de Editorial do *Blogueiras Feministas*

Tudo que aqui está publicado é responsabilidade nossa, como coletivo. A proposta atual é fazer um espaço virtual mais amplo e democrático. Entendemos que mesmo buscando a pluralidade erramos em alguns momentos. Portanto, vasculhando os arquivos é possível encontrar textos com vestígios racistas, gordofóbicos, transfóbicos, classistas, capacitistas, lesbofóbicos, bifóbicos, homofóbicos, entre outros preconceitos tão arraigados em nós. Há também a questão da invisibilidade, na maioria de nossos textos damos voz a mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média.

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas.

Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

O movimento importante aqui é o quanto essa construção política das *Blogueiras Feministas* atenta para as demais opressões denunciadas por outros grupos, como o aqui também analisado *Blogueiras Negras*. Esse reconhecimento não é um exercício pronto e acabado, mas uma intenção de compreender o lugar de fala, pois para além do silenciamento na esfera pública hegemônica, esses grupos estão em constante disputa de/por sentidos.

Ante a apresentação de nossos objetos de pesquisa, é pertinente salientar que as narrativas sobre os movimentos feministas são fios de enredo sem fim. Segundo Pinto (2013), a tessitura do tempo nos eventos e personagens permanentemente ressignificados contribuem e permeiam a construção da história dos movimentos feministas.

Para a autora, as lutas feministas não são restritas às tendências políticas, mas são atravessadas por diferentes formulações correspondentes à visão sobre o lugar das mulheres em espaços públicos e privados, que muitas vezes são marcados por formas variadas de dominação. Por esse motivo, narrar historicamente o movimento feminista de uma maneira progressiva e linear torna-se um exercício complexo, tendo em vista a sua diversidade de locais e de narrativas (PINTO, 2013).

Nesse artigo, fazemos a opção por seguir tendências ao registrar os campos e suas particularidades, método utilizado nesta abordagem e sobre o qual encontramos respaldo na afirmação de Alvarez (2014, p.20) sobre os fluxos do campo feminista: “Isto é, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se reconstroem-se, e periodicamente, se desconstroem e/ou desembocam em ou geram novos e distintos campos”.

Os blogs feministas são narrativas que se articulam com outras narrativas próprias dos movimentos feministas, de suas histórias de lutas e reivindicações. As blogueiras se atrelam, se filiam ou rejeitam parte dessa história, se apropriam e

reformulam tanto narrativas quanto significações acerca das figuras centrais desse movimento.

É o caso de Simone de Beauvoir (1980, p.9), uma das primeiras teóricas a pensar as relações sociais de gênero enquanto construções culturais. Sua formulação de que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” corresponde ao comportamento e ao lugar, público e privado, do feminino em contraponto ao masculino, o que foi construído culturalmente nas sociedades patriarcais e legitimam o sexismo. Sua presença é marcante em postagens do *Blogueiras Feministas*, como exemplificamos com uma das postagens realizadas na semana em que a autora comemoraria aniversário, prática repetida em vários anos pela equipe do blog.

Figura 2 – Postagem sobre Simone de Beauvoir no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/01/beauvoir-o-que-e-ser-mulher/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Figura feminista importante para as escritoras brancas, Beauvoir não é referência central nos escritos do *Blogueiras Negras*. Nesse sentido, ao abordar as construções históricas dos feminismos, Miguel e Biroli (2014) apontam a pluralidade das teorias feministas, as quais partem da análise das desigualdades das relações de gênero reproduzidas socialmente e naturalizadas, reforçando assimetrias a partir das relações de dominação.

Os movimentos feministas vêm elucidando as diferentes formas de reprodução de desigualdades, a necessidade da luta por direitos, a cidadania, a inserção na esfera pública, entre outras pautas. Em vertentes mais próximas do socialismo e do marxismo Miguel e Biroli (2014) apontam que essas problematizações inseriram, além da questão de gênero, as questões de estrutura de classes, no sentido de que as estruturas econômicas são mantidas por homens e mulheres trabalhadoras. Já ao feminismo negro, somam-se também as questões raciais. É essa perspectiva que se percebe como marcante no *Blogueiras Negras*.

Figura 3 – Postagem sobre privilégios no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/07/13/os-privilegiados-tem-cor-classe-genero-e-endereco-certo-as-mulheres-negras-pobres-tem-que-resistir-e-lutar-24h-por-dia- pois-nao-estao-em-nenhum-desses-lugares-de-privilegios>. Acesso em: 27 fev. 2020.

No Brasil, esses debates ganham forma a partir das vivências internas e do contato com os movimentos feministas que acontecem no mundo todo, principalmente a partir da segunda década do século XX, como resultado das influências das sufragistas. Nesse sentido, o *Blogueiras Feministas* destaca, dentre outras mulheres, Bertha Lutz como uma das responsáveis por forjar as bases do feminismo nacional, líder da criação a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922.

Figura 4 – Postagem sobre Bertha Lutz no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/08/02/bertha-lutz/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Nessa mesma linha do feminismo histórico como lastro para as questões atuais, as *Blogueiras Negras* destacam suas heroínas e apresentam suas reivindicações atuais no que se refere à representatividade política, como na abordagem da escritora Antonieta de Barros e no debate acerca da representatividade das mulheres negras nos espaços políticos.

Figura 5 – Postagem sobre representatividade na política no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/05/11/precisamos-falar-sobre-representatividade-na-politica/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Ainda com relação à participação feminina nas eleições, os blogs destacam, por exemplo, a relevância das mulheres nas lutas durante o período militar e o debate acerca da efetividade da legislação que determina a política de cotas por sexo, a qual define que no mínimo 30% e no máximo 70% das listas eleitorais de cada partido ao Legislativo devem contemplar os sexos masculino e feminino¹¹. Sobre tal tema, Miguel (2001) também afirma que as cotas auxiliam a reduzir a diferença estrutural que se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. Essa desigualdade estrutural seria alocada em proporções diferentes, segundo os grupos sociais e é “naturalizada” pela adequação dos agentes ao comportamento que lhe é destinado. As mulheres, nesse sentido, assim como outros grupos, encontram-se subrepresentadas com a justificativa de que “não se interessam” por política. Tal argumento tem sido alvo de muitos estudos qualitativos e quantitativos no âmbito acadêmico no que se refere à a igualdade de gênero na sociedade.

Firmar a luta por maior representação e participação na esfera pública pode ampliar conquistas como a do ano de 2010, quando ocorreu a vitória histórica da candidata Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil, reeleita para o segundo mandato quatro anos depois. Também, nas disputas de 2014, mais uma candidata, além das duas citadas em 2010, entrou para a disputa eleitoral – Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) -, evidenciando assuntos mais latentes do feminismo, dentre os quais a questão do direito ao aborto, igualdade de gênero e a causa LGBT.

A eleição, a atuação e o impeachment de Dilma estão presentes em diversas postagens de ambos os blogs, como no exemplo abaixo, que problematiza o golpe de 2016 sob a perspectiva de gênero.

¹¹ Críticas à baixa efetividade desta legislação encontram-se em Ayres, Oliveira e Gimenes (2017).

Figura 6 – Postagem sobre impeachment de Dilma Rousseff no *Blogueiras Feministas*

Será isso um problema apenas por que ela é... mulher?
Um homem com a mesma conduta sofreria a ferrenha oposição ou seria admirado pela rigidez no comando político? Líder e não bossy*?
É claro que reconhecemos que ela falha e falhou, tanto na execução de políticas, quanto do ponto de vista da articulação. Mas e seus interlocutores? A respeitam enquanto mulher? Enquanto política? Enquanto presidenta? Ou enxergam uma capacidade inerente, quase sem querer admitir?
Ao contrário de assumir uma postura tradicionalmente associada ao estereótipo feminino, voltado à sensibilidade e à maternidade (ou mesmo à sensualidade), questões que inclusive foram alvo de críticas durante sua primeira campanha, Dilma entra no jogo com as mesmas regras, porém com padrões duplos.
Ora, se ela será impeachmada por ser mulher eu não sei, mas que as razões que levaram ao impeachment estão intrinsecamente ligadas ao machismo que a presidenta sofre, isso eu arrisco dizer.

Fonte: Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2015/12/10/dilma-sera-impeachmada-por-ser-mulher/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Para além das questões relacionadas ao voto e às eleições, o debate político se intensificou na questão da necessidade das mulheres ocuparem os espaços que ainda são de maioria masculina. A autora Michele Swers (2001) afirma, em um panorama geral, que as mulheres que ocuparam cargos legislativos por ambos os partidos dirigem, em algumas medidas, seus interesses para temas feministas e atuam conformando frentes de defesas das mulheres, seja em relação à violência contra a mulher, direitos reprodutivos ou à saúde da mulher. Contudo, há que se considerar que não necessariamente mulheres tratam de questões referentes às demandas feministas por serem mulheres, mas ainda assim não podemos negar a importância de que elas estejam nesses espaços e o quanto é representativo tê-las.

Para refletir sobre as questões do espaço público, representação e representatividade dessas mulheres é necessário ponderar que estar nesses espaços é ainda considerado privilégio e que a inserção não é igualitária, pois a discussão transcorre pelas questões de gênero, raça e classe social.

Considerando tais recortes, o conceito de Feminismo Interseccional, cunhado nos anos 1980, compreende que todas essas opressões fazem parte de uma mesma estrutura. Dessa maneira, evidencia uma crítica ao movimento feminista dito hegemônico que considera as questões de gênero de maneira geral ou mesmo genérica, mas, nas maiorias das vezes, não discute as opressões dentro do próprio feminismo no que tange à questão racial e de classe. Essa temática é central para as *Blogueiras Negras*.

Figura 7 – Postagem sobre feminismo interseccional no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Diante de tal conflito, Sueli Carneiro (2003) evidencia a pluralidade dentro e nos vários movimentos feministas de realidades e, consequentemente, de demandas mais específicas em países como o Brasil, onde os grupos femininos enfrentam diferentes dificuldades estruturais de inserção na esfera pública, construções sociais, naturalização das predefinições dos sujeitos na sociedade e a não homogeneização, de modo que, assim, tornam-se necessárias estratégias de inserção e participação na sociedade, seja por meio de movimentos sociais, sindicatos ou coletivos para exposição de preferências e demandas.

Ainda com relação aos movimentos feministas, compreendemos que são estruturados e atuantes em seus espaços sociais, no entanto precisam de representatividade para que o público possa observá-los além desses lugares restritos, o que os conduz à busca pela divulgação de ideias e opiniões por meio das mídias impressa, eletrônica, televisiva ou de rádio, mas esses também são ocupados ou propriedades de grupos hegemônicos. Nesse contexto, o espaço on-line e a internet tornaram-se ferramentas de inserção desses grupos ou movimentos na mídia.

Nesse espaço, o feminismo tem encontrado um lugar discursivo onde pode se inscrever e praticar seu ativismo político na rede. Esse movimento acontece, por exemplo, no espaço dos blogs, mas não fica restrito a eles, pois se trata de um discurso que, materializado, pode ser apropriado por infinitos leitores que lhe darão “vida” e “movimento” ressignificando-os nos mais distintos lugares sociais e políticos da sociedade.

Sobre espaços como blogs e redes sociais, Sakamoto (2013, p.95) afirma que “não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando”.

Refletindo sobre os espaços de privilégios e de inserção, as mídias digitais – aqui expostas sem adentrar o problema social das barreiras digitais – surgem como uma ferramenta importante de compartilhamento e organização de grupos. Para Martino (2014), a noção de política do mundo off-line é tão abrangente como no mundo on-line, mas essa noção de maneira mais ampla está ligada às questões de poder e de direito da vida cotidiana. No caso do último, o autor considera que as lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão, ou mesmo questões de identidade são pensados como atos políticos, ou seja, são a busca pelo “direito” e pela “possibilidade” de ser quem se é no espaço público.

O *subaltern counterpublics* feminista, materializado nos blogs, também contribui para a organização das agendas, já que, segundo Penteado, Santos e Araújo (2009), esses espaços têm extrapolado as fronteiras virtuais e alcançado os limites da vida cotidiana. Os blogs analisados, bem como os movimentos feministas aos quais eles se relacionam, utilizam a internet para promover a organização e a comunicação entre diferentes agentes.

Os movimentos de ocupações, as marchas e demais manifestações organizadas pelos meios virtuais são exemplos expressivos de participação, como a Marcha das Margaridas, que teve seu primeiro ato nos anos de 2000 e ganhou apoio dos coletivos em 2011, sendo publicado pelo *Blogueiras Feministas*, trazendo visibilidade e significado das lutas camponesas femininas àquelas mulheres que não compartilhavam das mesmas vivências. Além de aspectos históricos, do sentido geral da Marcha e de sua relação com outros movimentos e entidades, evidencia-se os conjuntos de pautas e reivindicações das mulheres em luta, como ilustrado a seguir.

Figura 8 – Postagem sobre a Marcha das Margaridas 2011 no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

No *Blogueiras Feministas* encontramos também chamadas para a Marcha das Vadias, idealizada inicialmente no Canadá e realizada em diversos países, incluindo o Brasil desde 2012 em várias cidades contra diversos tipos de opressão e a reflexão quanto ao termo “vadia”.

Figura 9 – Postagem sobre a Marcha das Vadias no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/06/nosso-apoio-as-mulheres-prostitutas-feministas-e-transfeministas-da-marcha-das-vadias-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Nesses espaços dos blogs há as clivagens que constituem os movimentos, constituindo-se em campos de articulação discursiva “por meio de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhados, mesmo que quase sempre disputas, por uma espécie de gramática política que vincula as ator/es que com eles se identificam” (ALVAREZ, 2014, p.19). A Marcha das Mulheres Negras ganha destaque na página *Blogueiras Negras* como algo que representa suas pautas.

Figura 10 – Postagem sobre a Marcha das Mulheres Negras 2015 no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/12/01/18-de-novembro-de-2015-marcha-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Destacamos que encontramos também textos de ambas as páginas destacando a visibilidade e representação de mulheres indígenas, contudo de maneira menos expressiva do que as pautas expostas neste artigo, incluída a Lei Maria da Penha, cuja preocupação com a conscientização acerca do conteúdo e a expressão de representatividade de resultado de lutas sociais de mulheres se destaca, a despeito do desafio pela maior efetividade da aplicação da norma diante de opressões estruturais da sociedade.

Figura 11 – Postagem sobre a Lei Maria da Penha no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/08/10-anos-da-lei-maria-da-penha-quais-sao-os-desafios/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

A discussão acerca da lei passa pela argumentação de que as lutas estão longe de acabar, mas a possibilidade de encontrar na outra o apoio e empoderamento nas trocas abre horizontes de possibilidades, que no caso da Lei Maria da Penha se institucionalizou enquanto direito, antes mesmo das muitas organizações acontecerem por intermédio do espaço online.

Diante do exposto, constatamos que os conteúdos e as temáticas abordadas nos blogs analisados são múltiplos, tanto no interior de cada um quanto de maneira comparativa, o que denota tanto a pluralidade de demandas quanto os conflitos internos aos movimentos feministas. Ademais, as ações do ativismo online dos movimentos feministas criam novos espaços de interação e organização que geram maneiras autônomas de produção da identidade social.

Considerações finais

A presente pesquisa abordou o tema dos ciberativismos feministas tendo por objetivo geral compreender como se constituem no espaço on-line a partir do conceito de *subaltern counterpublics*. Nesse sentido, considera-se que há um potencial político nas redes, de modo que, em virtude de suas peculiaridades, da horizontalidade e da interação que propicia, o ciberespaço toma uma dimensão pública e possibilita ações políticas (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016). Dessa maneira, a internet acentua o caráter de um lugar que remete à esfera pública, uma vez que os meios de comunicação possibilitam dar voz para diferentes grupos.

Para tanto, é importante considerar as configurações e as dinâmicas desses espaços, compreendendo que também reproduzem desigualdades, já que, nem todas as mulheres estão inseridas nas redes digitais. Tais desigualdades são lidas como barreiras digitais que são diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas à educação, entre outros problemas sociais, econômicos e de faixa etária. Contudo, as barreiras digitais são

apontadas aqui como elementos à agenda de pesquisas posteriores relacionadas ao tema.

Apesar das desigualdades sociais, as redes ou meios sociais, hoje, têm papel de destaque na formulação e divulgação das estratégias políticas, bem como agregam pessoas ao facilitar a comunicação à distância, o que permite a popularização dos feminismos. Os blogs feministas são mecanismos de expansão política dos feminismos, pois permitem às mulheres, separadas geograficamente inclusive, participarem da formulação de discursos e contradiscursos elaborados nesse ambiente.

A partir das publicações dos discursos nesses espaços podemos observar que os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções. Como afirma Alvarez (2014), as redes não são meras condutoras de processos culturais, são culturalmente constituídas por interações comunicativas. Assim, os fluxos dos campos feministas resultam em negociações de sentido que provêm das interações dinâmicas estabelecidas entre essas mulheres com os campos de poder nos quais elas estão inseridas em uma determinada conjuntura histórica.

Os blogs aqui apresentados são construções discursivas com publicações femininas de diferentes localidades, de mulheres que, em sua maioria, se conhecem somente no espaço online, porém constituem uma teia de construção de identidades de si e de um movimento feminista que é conformado no dia-a-dia a partir das experiências dessas mulheres, seja no campo cultural, político ou econômico. Essas blogueiras utilizam esses canais como fonte de informação e debates dos acontecimentos cotidianos.

Essas mulheres formulam conceitos nas trocas de conhecimento das vivências, consideradas experiências de mulheres de diferentes faixas etárias, graus de escolaridades e ocupações. Escrever para os blogs faz delas pessoas com voz, lugar de fala e sujeitos de ação, é o escrever sobre elas e para elas.

Os blogs também se configuram em espaços de posicionamentos políticos tanto gerais quanto com relação às clivagens dentro do que é o movimento feminista. Quando as *Blogueiras Negras* se posicionam como um espaço de publicação fechado às mulheres negras, demarcam que as estruturas sociais sempre as colocaram em patamares de menos privilégios possíveis.

O *Blogueiras Feministas*, por sua vez, reconhece as necessidades dos recortes que a interseccionalidade dos movimentos feministas colocam na contemporaneidade, de gênero que é o que une os movimentos de diferentes atoras, de raça que evidencia e reconhece as desigualdades de uma sociedade estruturalmente racista e de classe social, tendo em vista as desigualdades latentes no desenvolvimento do nosso país.

Assim, o ciberespaço se revela importante espaço para expansão da visibilidade e da pluralidade de apresentação de *subaltern counterpublics* no campo da

política, tanto para a articulação política e o encaminhamento de demandas quanto para a conscientização e educação políticas.

Se o ativismo on-line contribui para a reconfiguração da participação política e dos movimentos sociais na contemporaneidade, sua utilização por minorias como instrumento político tem potencial para aumentar os diálogos e interações que permitam a representação, em alguma medida, de maior pluralidade de grupos e interesses e, por conseguinte, ampliar a qualidade do debate público, a legitimidade e a qualidade da democracia.

Ante ao exposto, concluímos que as plataformas de funcionamento da esfera pública se assentam hoje na comunicação de massas, principalmente aquelas mantidas por grupos hegemônicos e a plataforma de funcionamento do *subaltern counterpublics* se assenta na comunicação que ocorre em espaços estratégicos como a internet, nos ciberativismos.

Por fim, é imperioso ressaltar que o *Blogueiras Feministas* e o *Blogueiras Negras* são de importância ímpar para as novas configurações dos movimentos feministas e sua popularização no Brasil. Isto posto, seria leviano não destacar que cada linha escrita por essas mulheres é importante e é por meio dessas práticas discursivas que se materializam as pautas e que se movimenta o movimento.

SOCIAL MEDIA AS A POLITICAL REPERTOIRE OF SUBALTERN COUNTERPUBLICS: ANALYSIS OF FEMINIST MOVEMENT BLOGS

ABSTRACT: *This article discusses political action through social networks, having as the object of investigation two sets of cyberactivists, organized in Blogueiras Feministas (Feminists Bloggers) and Blogueiras Negras (Black Women Bloggers). The analysis considers such groups of women as producers of counter-discourses in the context of the conflict inherent in the formulation of the liberal public sphere based on the public-private dichotomy, whose standards relegate women to marginal positions in both spaces. The analysis of the blogs showed that the actions of online activism by feminist movements create new spaces for interaction and organization, which then generate autonomous ways of producing social identity.*

KEYWORDS: *Political participation. Social movements. Cyberactivism. Feminism.*

**LAS REDES SOCIALES COMO REPERTORIO POLÍTICO
DE LOS CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS: ANÁLISIS DE
LOS BLOGS DE LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS**

RESUMEN: Este artículo aborda la acción política a través de los medios sociales, tomando como objeto de investigación dos conjuntos de ciberactivistas, organizados en *Blogueiras Feministas* y *Blogueiras Negras*. El análisis considera a estos grupos de mujeres como productores de contradiscursos en el contexto del conflicto inherente a la formulación de la esfera pública liberal basada en la dicotomía público-privado, cuyas normas relegan a las mujeres a posiciones marginales en ambos espacios. El análisis de los blogs nos permitió comprobar que las acciones de activismo online de los movimientos feministas crean nuevos espacios de interacción y organización que generan formas autónomas de producción de identidad social.

PALABRAS CLAVE: Participación política. Movimientos sociales. Ciberactivismo. Feminismo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014, p.13-56.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFGM, 1996.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004. p.703-728.

AYRES, Carla Simara Luciana da Silva; OLIVEIRA, Renata Andrade de; GIMENES, Éder Rodrigo. O Legislativo municipal catarinense sob a perspectiva de gênero: origem, trajetória e adesão à democracia. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, 2017. p.25-43.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-45.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. p.117-132.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].

LORETONI, Anna. Estado de direito e diferença de gênero. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. **O Estado de Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUBENOW, Jorge Adriano. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sócio-política. **Problemata**, v. 3, n. 1, 2012. p. 54-95.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais, linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses: política do desvelo; representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, 2001. p. 253-267.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PENTEADO, Cláudio Luís de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análises das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento Cansei. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, 2009. p. 159-181.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, 2015. p. 121-145.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, 2011. p. 339-363.

PINTO, Céli Regina Jardim. O Feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Ednaldo A.; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p.497-524, 2016. DOI: 10.21874/rsp.v67i4.1262. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SOUZA, Juliana Inez Luiz. Ação Feminista no Twitter: a visibilidade da hashtag #PrimeiroAssédio na esfera pública midiática. 2016, **7º Seminário Nacional Sociologia & Política**. Disponível em: https://www.academia.edu/43491631/A%C3%A7%C3%A3o_feminista_no_Twitter_A_visibilidade_da_hashtag_PrimeiroAss%C3%A9dio_na_esfera_p%C3%BAblica_midi%C3%A1tica. Acesso em: 15 mar. 2021.

SWERS, Michele. Understanding the policy impact of electing women: evidence from research on Congress and State legislatures. **Political Science & Politics**, v. 34, n. 2, 2001. p. 217-220.

WARNER, Michael. Publics and Counterpublics (abbreviated version). **Quarterly Journal of Speech**, v. 88, n. 4, 2002. p. 413-425.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, 2012. p. 169-203.

Recebido em 15/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.

UM CAPITAL MILITANTE EM TRANSFORMAÇÃO? TENSÕES E AMBIGUIDADES NA MILITÂNCIA DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

*Ernesto SEIDL**

RESUMO: O artigo discute um eventual processo de recomposição do espaço militante brasileiro a partir de transformações nas formas de conceber a militância política por uma parte dos atores em disputa – os grupos “autonomistas”. A partir da análise dos itinerários de diferentes gerações de militantes do Movimento Passe Livre de Florianópolis, procuramos refletir sobre o “ativismo juvenil” com base nas condições de legitimação desse tipo de organização no espaço político. As indicações sugerem: i) o peso de competências políticas acumuladas previamente pelos militantes mais antigos na esfera partidária da qual justamente procuram e precisam se distanciar no nível discursivo; ii) tensões entre as condições objetivas de formação de lideranças e de hierarquias internas e os princípios de existência e de legitimação dos movimentos verbalizados pelos agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Militância. Engajamento. Movimento Passe livre. Ativismo juvenil.

Introdução

As formas de ativismo político que ganharam visibilidade em diferentes países nas últimas duas décadas procuraram, em sua maioria, afirmar-se no espaço político com base em princípios que confrontam mecanismos consagrados da políti-

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Pesquisador do CNPq. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – ernestoseidl@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1099-6206>.

ca ocidental¹. A crítica cerrada ao dito modelo tradicional de fazer política foi vocalizada pelos atores em termos de rechaço ao mesmo tempo a partidos, sindicatos e movimentos sociais clássicos – todos eles, segundo a crítica, organizações de traços burocráticos, calcadas na representação e na delegação política. Aos problemas da natureza hierárquica e dependente de lideranças daquelas instituições se adicionaria a inadequação dos esquemas ideológicos que têm orientado tais atores políticos, julgados ineficientes. Sobre os movimentos sociais em particular jogavam a pecha de reproduzir as estruturas e o *modus operandi* de sindicatos e partidos e, mais grave, de lhes serem subordinados.

Os protestos de 2013 no Brasil foram momento de grande plasticidade das disputas em torno da legitimação de formas de agir politicamente, de participar e intervir na esfera pública, isto é, em torno da “redefinição das boas formas do político” (SIMÉANT, 2003, p.165, tradução nossa)². As mobilizações de rua tiveram entre seus protagonistas grupos cujos discursos e ações ecoaram percepções correntes sobre a “crise da democracia representativa” e de “suas instituições” (ALONSO; MISCHÉ, 2017; TATAGIBA; GALVÃO, 2019) – a “novidade” vindo do uso do repertório autonomista” (ALONSO, 2017, p.49).

O contexto dramático das manifestações favoreceu a produção de explicações sobre a natureza dos grupos e justificativas para suas ações. Ao lado dos próprios atores, convocados a falar sobre si, jornalistas e analistas disputaram interpretações sobretudo em torno do sentido dos protestos e de seus efeitos práticos. Pelo lado acadêmico, essas modalidades de participação política e de ativismo – sobretudo as associadas à esquerda – têm sido estudadas com base em três dimensões principais: organizacionais, de projetos e de estratégias de mobilização (ALONSO; MISCHÉ, 2017; ALONSO, 2017).

Pontos de partida: sociologia das instituições e do engajamento militante

Tomando relativa distância das abordagens mencionadas de modo sumário³, neste artigo procuramos refletir sobre o “ativismo juvenil” a partir das condições

¹ Este trabalho integrou o projeto CAPES/PROCAD *Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)* e contou com apoio de bolsa de iniciação científica CAPES.

² No original: “Redéfinition des bonnes formes du politique”.

³ Caberia mencionar essa distância também em relação às abordagens consagradas sobre “movimentos sociais” identificadas no Brasil e na América Latina (GOIRAND, 2009, 2010; SILVA, 2010; SZWAKO; DOBWOR; ARAUJO, 2020). Indicador sugestivo, no recente e rico levantamento realizado por Szwako; Dobwor; Araujo (2020) da produção brasileira sobre movimentos sociais os termos “engajamento” e “militância” não têm nenhuma relevância entre as noções mobilizadas por estudiosos e estudiosas. Um

de afirmação de certos grupos no espaço político e, ao mesmo tempo, dos desafios que encontram em se manter ao longo do tempo. A questão central de trabalho aqui perseguida discute um eventual processo de recomposição do espaço militante brasileiro a partir de transformações nas formas de conceber a militância política por uma parte dos atores em disputa – os grupos “autonomistas”.

O viés de análise aqui adotado se apoia em duas perspectivas centrais. Em um nível mais geral, ancora-se em contribuições de uma sociologia política das instituições (LAGROYE; OFFERLÉ, 2010) que assume uma definição de instituição que favorece rupturas com vieses institucionalistas/oficialistas e estimula⁴, assim, tentativas de objetivação mais finas dos princípios de legitimação, das regras e papéis que de fato constroem grupos e organizações – os quais, inclusive, têm na recusa solene à ideia de instituição e de institucionalização um princípio de existência. A essa perspectiva se combina uma sociologia do engajamento militante (FILLIEULE; PUDAL, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; PUDAL, 2011) atenta à relação entre as características sociais e competências políticas dos indivíduos e as modalidades concretas de atuação coletiva, sem descuidar de condicionantes mais gerais como as configurações específicas.

Esses pontos de partida sugerem, portanto, que à medida que grupos ou movimentos ditos autonomistas se perenizam, adquirem certas características de identidade e reúnem agentes sociais orientados em função de seus propósitos e formas de ação e organização, devem ser encarados analiticamente como instituições implicadas nas disputas do espaço político. Como em qualquer processo de constituição de uma instituição – formal ou não – trata-se de processo que envolve indivíduos com determinadas características sociais (idade, *background* social e cultural, experiências e percepções políticas) e cujo engajamento e investimento de sentido na “causa” dão existência ao grupo. Portanto, à atenção às lógicas de engajamento dos militantes deve-se combinar exame das condições de sua realização, as quais implicam a relação com regras, a incorporação e ajuste a certos papéis e, sem dúvida, a estruturação de escalas de prestígio e de reconhecimento interno.

Nessa linha de análise que procuramos assumir, o apelo à noção de **capital militante** também parece útil em especial. Isso por que, como indicam Matonti;

contraponto às abordagens *mainstream* pode ser encontrado em Oliveira (2013) e Silva; Ruskowski (2010).

⁴ Falar em instituição nessa perspectiva significa: a existência de um sistema de relações pautado por regras e não deixado ao acaso das recomposições e arranjos circunstanciais entre indivíduos; que as condutas dos membros sejam, pelo menos em parte, determinadas de forma durável por seu pertencimento ao grupo; que a preservação das regras e dos *savoir-faire* que lhes caracterizam seja uma questão importante aos envolvidos; que os mecanismos de enquadramento e de controle das práticas sejam de fato organizados. A forma assumida por esse sistema de relações é variável e pode se apresentar como um dispositivo ou um agrupamento e receber nomenclatura muito ampla (associação, empresa, rede, organização, cargo, ritual...). Cf. Lagroye; Offerlé (2010, esp. p.11-32). Para uma reflexão sobre essa abordagem nos estudos de elites, ver Seidl (2016).

Poupeau (2006, tradução nossa), trata-se de “insistir em uma dimensão do engajamento da qual o capital político não dá suficientemente conta”. Capital de função baseado na autoridade reconhecida por um grupo, o capital político está “ligado à representação coletiva que o grupo lhe atribui, ‘funda-se na crença’ e tem por princípio essencial ‘acumular o crédito e evitar o descrédito’”. O capital militante distingue-se do capital político, assim, ao tentar dar conta, mais precisamente, das “aprendizagens conferidas pela militância”, das “competências importadas do exterior” e daquelas que “‘se aprendem na prática’”. Um capital militante que é adquirido “em boa medida, no campo político, e nele se valoriza, mas que também é reconvertido em outras esferas, em caso de *exit*”. Em síntese, menos “instável” que o capital político, o capital militante é definido como:

(...) incorporado sob forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, (...) cobre um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis em ações coletivas, lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, conversíveis em outros universos, portanto, suscetíveis de facilitar certas ‘reconversões’”. (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.130, tradução nossa).

Acreditamos que essas formulações favorecem o refinamento de questões caras ao espaço da política como a socialização política e a politização individual, o engajamento e a militância, as condições de entrada, profissionalização realização de carreira na política, entre muitas outras.

A investigação mais ampla em que este trabalho se apoia teve por base a análise dos itinerários de militantes de dois movimentos ligados à causa do transporte coletivo em duas capitais do Brasil: o Movimento Não-Pago, de Aracaju-SE, e o Movimento Passe Livre (MPL), de Florianópolis-SC. As pesquisas foram conduzidas em diferentes momentos e em contextos políticos bastante diversos, apesar do pequeno lapso temporal de cerca de três anos. O trabalho em Aracaju-SE foi realizado sobretudo em 2013 e incluiu picos de protestos e de visibilização da “causa do transporte público”, do Não-Pago e de suas lideranças (SEIDL, 2014). Em Florianópolis-SC, a pesquisa⁵ teve início no primeiro semestre de 2016, em contexto político dominado pelo processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, por

⁵ O material utilizado na pesquisa está composto sobretudo por entrevistas e conversas com 12 militantes e ex-militantes do Movimento Passe Livre (MPL) realizadas entre 2016 e 2021, além de trechos de depoimentos e de material variado publicado em jornais, sites, vídeos, blogues e redes sociais. Foram também acompanhadas manifestações em Florianópolis-SC (2016 e 2017). O relatório de pesquisa “Experiência contemporânea da política entre jovens no sul do Brasil”, coordenado por Janice Tirelli Pontes de Sousa (2014), que inclui rico material sobre o MPL de Florianópolis-SC, forneceu informações importantes.

protestos “contra o Partido dos Trabalhadores (PT)” e “anticorrupção” e relativo refluxo de “causas” ligadas a grupos de “esquerda”⁶.

Algumas das principais indicações da pesquisa apontam o quanto o sucesso na organização daqueles dois grupos se deveria a competências políticas e a recursos acumulados previamente por parte de seus integrantes na esfera partidária e sindical, da qual justamente procuram e precisam se distanciar no nível discursivo. A pesquisa também permitiu capturar tensões entre as condições objetivas de formação de lideranças e de hierarquias internas e os princípios de existência e de legitimação dos movimentos verbalizados pelos agentes. Esse elemento se conecta com desafios encontrados pelos grupos na manutenção de seus quadros frente ao envelhecimento e aos ciclos da vida social que desfavorecem a longevidade dos engajamentos nesse tipo de movimento.

A discussão de fundo da reflexão aqui desenvolvida gira em torno das mutações ou recomposições do engajamento político, marcado em democracias centrais pela queda na crença e no engajamento em partidos e sindicatos em benefício de interesses militantes mais pontuais, específicos e instáveis (PERRINEAU, 1994, 1998; FILLIEULE, 2005). Nessa perspectiva, o campo partidário teria progressivamente se diferenciado do campo militante nos últimos 40 anos, com uma crescente rejeição do campo militante à lógica da busca de autoridade política legítima, proclamando uma lógica da “militância pela militância”, o que expressaria bem a ideia criação de “contrapoderes”⁷ (PÉCHU, 2001, p.77, tradução nossa).

No entanto, como alerta a autora, “esta hipótese não é equivalente à ideia de ‘novos movimentos sociais’ específicos por seus atores, reivindicações, valores e modos de ação”. Trata-se de “constatar a existência recente de numerosos movimentos, por um lado, autonomizados e opostos ao sistema partidário, e, de outro lado, funcionando como um conjunto específico”⁸ (PÉCHU, 2001, p.77, tradução nossa). Seria possível argumentar que esse processo de reconfiguração do espaço político – que parece ocorrer em diferentes sociedades – tem por característica uma diversificação e complexificação acentuadas no interior do polo associativo-sindical, com a proliferação de grupos que buscam se distinguir por contraste dos modelos inspirados em partidos e no sindicalismo, o que alguns acadêmicos chamam

⁶ O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi iniciado em dezembro de 2015 e encerrado no final de agosto de 2016, com a cassação de seu mandato. O vice-presidente Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que em 2017 voltou ao seu nome original Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – assumiu a presidência da República. O período foi de intensas mobilizações, a favor e contra o impeachment, e também contra o governo Temer.

⁷ No original: “militantisme pour le militantisme”, “contre-pouvoirs”.

⁸ Cette hypothèse n'est pas équivalente à l'idée de “nouveaux mouvements sociaux” spécifiques par leurs acteurs, revendications, valeurs et modes d'action”. “Relever l'existence récente de nombreux mouvements, d'une part, autonomisés et opposés au système partisan, et, d'autre part, fonctionnant comme un ensemble spécifique”.

“novíssimos movimentos sociais”⁹ (DAY, 2005; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; GOHN, 2017).

Por outro lado, não são poucas as evidências disponíveis de que a proliferação de entidades associativas ligadas a “causas” diversas e responsáveis por novas formas de pensar, falar e agir politicamente no Brasil não excluíam a manutenção de vínculos de seus militantes com partidos políticos e sindicatos (CORADINI, 2001, 2007, 2009, 2012; GAGLIETTI, 2003; OLIVEIRA, 2005; SILVA; OLIVEIRA, 2011; PALUDO, 2017; SEIDL, 2009, 2014, 2018a, 2018b; ROCCA RIVAROLA, 2015, 2017). Bastante sugestivos, os resultados da pesquisa de Coradini (2009) com participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre-RS, em 2005, registram que 81,6% dos indivíduos que participavam de algum movimento ou organização social eram filiados a partidos. Desses, a maioria pertencia a sindicatos e associações de classe (25,7%) e Organizações Não Governamentais (ONGs) (20,0%) também destacam a alta relação entre pertencimento associativo e política partidária.

As reflexões que estiveram na base desse trabalho foram orientadas muito menos pelo interesse no tipo de “causa” defendida pelos grupos – “o transporte público”, “a mobilidade urbana”, “a tarifa zero” – do que na condição de “jovens” e “estudantes” de seus integrantes e, sobretudo, pelo sucesso na afirmação como atores coletivos em ciclos de mobilizações. Informadas por uma abordagem processual do engajamento militante (FILLIEULE, 2001, 2009; FILLIEULE; MAYER, 2001), as questões de interesse recaíam sobre os espaços e processos de politização (LAGROYE, 2017) das lideranças dos grupos, sobre as relações da militância com as demais esferas de vida, as lógicas dos investimentos na militância, suas formas de retribuição e as flutuações do engajamento (FILLEULE, 2005).

Como esboçado de modo ainda precário nos resultados iniciais (SEIDL, 2014), o exame dos itinerários individuais de parte das lideranças do movimento Não Pago, em Aracaju-SE, e a reconstituição de sua formação sugeria boas pistas sobre um possível processo de reconfiguração da esfera política. Este processo seria perceptível em especial na tensão entre o polo partidário e o polo associativo (partidos x associações), mas também no interior do polo associativo (movimentos sociais “tradicionais”, sindicatos x “coletivos”, “movimentos autonomistas”).

Dito de outro modo, chamava a atenção o peso que experiências prévias e vínculos acumulados pelas lideranças militantes com partidos e sindicatos tinha no reconhecimento de suas competências como figuras-chave. Só que aquilo que estava na base desse reconhecimento – ou capital simbólico – e lhes conferia autoridade também constituía, em parte, fonte de ambiguidades e tensões. A nosso ver, isso ocorreu porque os princípios de legitimação do espaço militante ao qual

⁹ Vale lembrar o alerta de Sawicki; Siméant (2011, p.206, tradução nossa), para quem “privilegiar o estudo de formas de militância apresentadas como ‘novas’ acaba contribuindo para uma indistinção entre novidade temática e novidade dos militantes”. (IDEM COMENTÁRIO ANTERIOR)

o grupo se afilia passaram a se pautar com intensidade crescente em noções como “apartidarismo”, “autonomia” e “horizontalidade” – critérios, em tese, de difícil compatibilização com uma militância, disposições e habilidades ligadas ao espaço partidário. A continuidade dada à investigação junto ao MPL em Florianópolis-SC permitiu aprofundamento dessas pistas, conforme tentaremos demonstrar.

O Movimento Passe Livre (MPL) (e também o Não Pago) surge numa configuração política mais ampla que emerge entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, parte de uma geopolítica da indignação global (GLASIUS, PLEYERS, 2013; BRINGEL; DOMINGUES, 2015; BRINGEL, 2017). Marcada pela afirmação de formas de organização política e de ativismo em escala internacional – vocalizada por noções como “antiglobalização”, “altermundialismo”, “anticapitalismo” (GOHN; BRINGEL, 2012; AGRIKOLIANSKY; FILLIEULE; MAYER, 2005; DELLA PORTA; TARROW, 2005; BRINGEL; PLEYERS, 2015 – e a valorização de novas “causas”, estruturas de organização, repertórios de ação e vocabulários (CEFAÏ, 2005; GOHN; BRINGEL, 2012), teve nas primeiras edições do Fórum Social Mundial importante base de aglutinação.

Coletivo é a nomenclatura dominante na (auto)definição dessas modalidades de organização e ação que se apresentam como novas no espaço político global¹⁰. Entre as principais características dos denominados coletivos é ressaltado seu caráter “informal”, “pontual” e “fluido” e a (auto) organização em diferentes formatos “horizontais” (VOMMARO, 2015). Se estes aspectos parecem consensuais, o tipo de “projeto”, a orientação ideológica e as concepções de estratégia e extensão dos objetivos constituem, no entanto, matéria de embates internos aos grupos e também na literatura acadêmica engajada, como a produzida pelo canadense Richard J. F. Day (2005).

Condições de investimentos na “causa do transporte” em Florianópolis

Caracterizado como “movimento de jovens” ou “da juventude”, o Movimento Passe Livre (MPL) constituiu-se como grupo em torno da “questão do transporte público” a partir de uma condição, antes de tudo, “estudantil”. E embora o discurso do movimento se dirigisse a todos os usuários do transporte público – “estudantes”, “trabalhadores”, “povo” – e fosse atravessado por um recorte “classista”, seu apelo mais direto se voltava “aos estudantes”. São de fato sobretudo estudantes universitários de instituições públicas que formaram a base dos militantes daquele

¹⁰ A disputa pela definição legítima do fenômeno no âmbito acadêmico ainda parece longe de uma estabilização e, a nosso ver, recomenda, além de muita prudência frente a adesões voluntaristas a certas posições e taxonomias, um investimento cuidadoso em pesquisas empíricas. No Brasil, os trabalhos de Perez (2019) e Perez; Souza (2020) vão nessa direção.

movimento, com presença reduzida e menor protagonismo de secundaristas de escolas públicas. A esse grupo somava-se uma rede variável de apoiadores e de participantes eventuais de reuniões e manifestações, também basicamente estudantes de ensino médio e superior. Embora seja muito difícil estimar com alguma precisão, o núcleo mais ativo e permanente do grupo – composto por aqueles indivíduos com presença frequente nas reuniões fechadas e participação nas comissões internas – ao longo do tempo giraria entre 10 e 20 pessoas.

Uma alta flutuação tanto em frequência quanto em intensidade de participação dos indivíduos em atividades mais constantes dos grupos é traço desse movimento. Muitos teriam participação intensa por um ou dois anos antes de se afastar por completo ou reduzir relativamente seu envolvimento, característica nada incomum entre as modalidades de engajamento estudantil ou juvenil, marcadas por instabilidade de interesses e de disponibilidade próprias a um período crítico de transição para a vida adulta (FILLIEULE, 2001, 2005).

Mas esse aspecto também está relacionado à inserção simultânea dos indivíduos estudados – em especial aqueles que se engajaram mais recentemente – em diferentes espaços de participação como o “movimento estudantil”, partidos políticos e outros diversos grupos também denominados coletivos e dedicados a “causas” específicas (“feminismo”, “anarcopunk”, “mídia”, “moradia”, “combate ao racismo”)¹¹ e afeitas a diferentes lógicas de identificação. A impossibilidade de manter uma participação constante em diferentes grupos e causas ao mesmo tempo – com diferentes graus de retribuição individual – e, além disso, conjugar os engajamentos com estudos e/ou trabalho, é apontado pelos militantes e ex-militantes entrevistados como fator recorrente de retração da militância ou afastamento completo na “causa do transporte”¹². Evidentemente, o envelhecimento biológico é outro complicador em engajamentos identificados com a “juventude”, e no caso estudado, a diminuição da intensidade ou retração total da participação se situa invariavelmente em torno dos 30 anos de idade.

Em contrapartida, a manutenção duradoura do engajamento em alta intensidade e centrado em apenas uma “causa” é mais frequente entre aqueles indivíduos que se firmariam como lideranças. Para estes poucos, os investimentos elevados em termos de tempo e energia representaram um acúmulo gradual de autoridade e

¹¹ Entre eles os “coletivos jornalísticos” Centro de Mídia Independente (CMI) e UFSC à Esquerda, o “coletivo acadêmico” Resistir para Permanecer, o “coletivo por moradia” Ocupação Contestado e as Brigadas Populares (estas definidas como “socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária”). Sobre os discursos de diferentes “coletivos universitários”, consultar Perez; Souza (2020).

¹² Destacamos a abordagem de Fillieule (2005) e de Passy (2005), entre outros estudiosos que procuram dar conta das variações do engajamento e do processo de desengajamento. Para eles, a esfera do engajamento precisa sempre ser tomada numa relação com as demais esferas da vida social (como a sentimental, a familiar e a laboral, sobretudo) e seus diferentes ciclos inscritos no tempo (biográfico e social).

prestígio que, via de regra, apenas a permanência e a constância do investimento individual no grupo podem assegurar. As retribuições fornecidas a esses militantes pelo reconhecimento coletivo de seus investimentos (verbalizados em expressões de “dedicação”, “doação”) e sua afirmação como figuras de destaque tendem, por sua vez, a redundar no reforço de seus engajamentos¹³, favorecendo assim sua continuidade e realimentando o processo (GAXIE, 2005).

Como indicado mais acima, as experiências políticas dos fundadores do MPL antes da criação do grupo como tal incluem a inserção ativa em diferentes espaços de militância, com destaque a partidos políticos, mas também movimentos estudantis e “coletivos”. É nessa condição que integraram movimentos mais amplos dedicados à “causa do transporte público e da mobilidade urbana”, como a Frente de Luta pelo Transporte Público e a Campanha pelo Passe Livre. Reunindo atores tão variados quanto sindicatos (de trabalhadores e empresas do setor de transporte, de servidores públicos), centrais sindicais (Conlutas), diretórios acadêmicos, partidos políticos e coletivos juvenis os mais variados, compunham redes mais extensas que a dos “estudantes” e com diferentes graus de organização e atuação¹⁴.

A natureza dos vínculos e uma formação precoce em um partido são expressivos entre os jovens militantes que criaram o Passe Livre em Florianópolis-SC no início dos anos 2000. A participação intensa em uma organização política juvenil ligada ao PT (Juventude Revolução) constitui – como será visto – dado decisivo das características do engajamento e da militância daqueles indivíduos que marcam a “primeira geração” de lideranças do MPL.

Isto é, sua familiarização com o universo da política se dá na adolescência e é emoldurada por experiências clássicas de formação institucional de quadros juvenis de partidos revolucionários, “estruturas que promovem ou promoveram dispositivos formais de difusão de saberes e de *savoir-faire*”, envolvendo “um trabalho pedagógico de transmissão e de trocas¹⁵” (WILLEMEZ, 2013 p.9, tradução nossa). Pautam-se pela ascendência de dirigentes adultos, pela definição de papéis claros, disciplina, reuniões semanais, discussão de leituras indicadas¹⁶ e de temas,

¹³ Sobre os efeitos da retribuição da manutenção do engajamento e da condição de líder em diferentes contextos de militância tão distintos quanto uma pastoral de mulheres católicas e um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), consultar Anjos (2008) e Coradini (2009).

¹⁴ De modo semelhante ao constatado por Mische (1997) nos protestos dos “caras pintadas” nos anos 1990, nota-se a existência de “pontes entre as redes densas dos militantes” de grupos centrados em questões específicas, como o Passe Livre e o Não Pago, com outras “redes juvenis” mais dispersas. Esse elemento contribuiria “tanto para a mobilização da ação coletiva, quanto para as interpretações subsequentes dessa ação no debate público” (MISCHE, 1997, p.149, tradução nossa). (IDEM COMENTÁRIO ANTERIOR)

¹⁵ No original: «des structures qui promeuvent (ou ont promu) des dispositifs formels de diffusion de savoirs et de savoir-faire (...), un travail pédagogique de transmission et d'échanges».

¹⁶ Sobre as formas de treinamento e as diferentes experiências de formação política de quatro gerações de militantes durante os governos Kircher (Argentina, 2003-2015) e Lula (Brasil, 2003-2016), consultar o trabalho de Rocca Rivarola (2021).

atribuição de tarefas ou “missões” aos membros¹⁷. São perceptíveis no treinamento adquirido no trabalho de mobilização e recrutamento estudantil, em atividades propaganda e divulgação da “causa” em escolas, cujo exercício integra um tipo de *savoir faire* militante dificilmente obtível fora de contextos de interações sociais diretas.

Assim, aquilo que é considerado uma marca da formação militante desse “grupo gênese” (SOUSA, 2014), adquirida no seio da Juventude Revolução, pode ser percebido tanto em termos de investimento na militância subsequente quanto de concepções da política, de formas de significar as “causas”, sua dimensão e as modalidades de compromisso, entre outros aspectos. Representa uma diferença em relação a uma parcela de outros militantes permanentes e ativos do grupo que também tinham alguma experiência partidária ou em grupos “anarquistas”/“libertários” mas, principalmente, em relação àqueles que se engajarão ativamente a partir do final dos anos 2000. Em grande medida, essas diferenças estarão na base de divergências que crescerão à medida que o MPL ganhará visibilidade em Florianópolis-SC e em outras capitais, com o reconhecimento do protagonismo do grupo catarinense como fundador do movimento.

Semelhante ao constatado no caso do Não Pago em Aracaju-SE (SEIDL, 2014, 2018b), também no MPL alguns militantes se afastaram de outros grupos que integravam. A criação do MPL é por eles justificada pela “necessidade” de “autonomia” e “independência” em relação aos partidos políticos, cujos militantes buscariam, segundo relatam, “ser representantes dos partidos”, fazer da campanha uma “correia de transmissão dos propósitos e bandeiras do partido”.

Como no caso de outros grupos ditos autonomistas, esta narrativa aparece como elemento-força nas interpretações sobre a gênese dos grupos e é, sem dúvida, central entre suas estratégias de legitimação. Ao lado desse ponto, a valorização de “ações diretas”, a oferta de intervenções concretas aos participantes (passeatas, bloqueios, “catrações”), com objetivos e realizações palpáveis (evitar um aumento, congelar ou baixar a tarifa, por exemplo), forma umas principais bases de afirmação do movimento e forte atrativo ao recrutamento de militantes e de apoiadores.

¹⁷ Os trabalhos de Bernard Pudal (1989, 2003) sobre as características e transformações do modelo de militância no Partido Comunista francês são referência incontornável. Ver também a tese de Nathalie Éthuin (2003) sobre os estudos e formação dos militantes do PCF, e ainda o trabalho de Sawicki (1997) sobre lideranças do Partido Socialista Francês.

Competências militantes e “construção da causa”: o Passe Livre de Florianópolis

O trabalho político inicial de “construção da causa” e de um grupo que a vocalizará é creditado em especial a um pequeno grupo de jovens ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Entre eles, dois jovens nascidos no início dos anos 1980 e criados em São Paulo-SP e com itinerários políticos similares. Ambos eram “membros nacionais” da Juventude Revolução e teriam se mudado para Florianópolis-SC com a “obrigação de organizar a juventude” na cidade. Antes de irem para Santa Catarina, no entanto, já contavam com experiências em movimentos estudantis secundaristas em São Paulo-SP e no Rio de Janeiro-RJ (“cara-pintada”). Um deles afirma ter participado de “campanhas pelo passe livre” em duas cidades do interior paulista. Em Florianópolis-SC, seriam alunos dos cursos de história e de química na universidade estadual e na federal.

Oriundos de famílias de “militantes de esquerda”, o engajamento militante de ambos se dá na adolescência com a entrada na Juventude Revolução (JR), organização ligada à corrente *O Trabalho* do (PT), definida por muitos ex-integrantes do MPL e da JR como uma “seita”¹⁸. Atuando sob orientação dos dirigentes partidários junto aos grêmios estudantis de escolas públicas em Florianópolis-SC, a JR teve papel chave na construção da “causa” do passe livre estudantil na cidade e liderou um conjunto de ações a partir do início dos anos 2000. Entre essas ações se destacam a promoção de debates em escolas, a organização de manifestações de diferentes proporções e de abaixo-assinados pelo “passe livre”, a panfletagem em terminais de ônibus. Uma das tarefas de mobilização dos estudantes mais destacadas pelos ex-militantes da JR era a exibição do documentário *Revolta do Buzu*, de Carlos Pronzato (2003), que registra manifestações contra a elevação da tarifa de ônibus em Salvador em 2003¹⁹.

Entre 2004 e 2005 as mobilizações ganhariam outra dimensão e também a “campanha” ou “movimento” pelo “passe livre” assumiria feição distinta em Florianópolis-SC e em outras grandes cidades do Brasil. A narrativa desse processo de mobilização em torno da “causa”, num primeiro momento, e, em seguida, de criação do MPL como tal, é apresentada em duas fases. Em primeiro lugar, uma “ruptura” das lideranças do movimento com a JR, seu afastamento formal do PT e a imediata formação da Juventude Revolução Independente (JRI) pelo núcleo de militantes da “campanha pelo passe livre”, caracterizada como “revolucionária”,

¹⁸ Sobre os processos de politização precoce de militantes do PT no Rio Grande do Sul e no Recife e as relações simultâneas com outros movimentos (estudantil, religioso) consultar Gaglietti (2003) e Goirand (2019).

¹⁹ O vídeo teria também sido usado por outros “comitês pelo passe livre” em diversas outras cidades e servido de material para debate e inspiração.

“apartidária”, “autonomista” e “libertária” (LIBERATO, 2006). Esse grupo da JRI se confundiria com o grupo de militantes ativos e permanentes que formarão o MPL. Com “muito tempo livre” pela condição estudantil, como relembram vários deles, a atuação intensa do grupo alcançaria novo patamar de resultados a partir de 2004.

Em 2002 eu era filiado ao PT; em 2002 eu me desfiliei. Em 2003 eu fui expulso da JR, eu fui expulso da JR porque eu ajudei a desenvolver uma tese de que a JR não era uma organização independente, era uma organização de juventude da corrente O Trabalho, que é uma corrente interna do PT. Eu acho que isso não tem nada demais, na verdade, né (risos)? Mas isso não foi bem aceito. A discussão foi pra um caminho que eles encontraram a forma de resolver me expulsando. E nesse período que eu saí da JR, que eu fui saído, nós montamos uma organização que chamava Juventude Revolução Independente, que aí de fato era uma Juventude Revolução que não tinha uma relação orgânica com nenhum outro grupo. E essa JRI que tocava o MPL pelo MPL, a campanha pelo Passe Livre” (Pedro, integrante do grupo fundador).

A realização de protestos contra o aumento da tarifa municipal com milhares de participantes, a ocupação e bloqueio estratégico das pontes que davam acesso à cidade, o confronto policial e a prisão de “lideranças” compõem o primeiro grande momento histórico do “movimento” em Florianópolis-SC. Nomeada como Revolta da Catraca, a série de protestos em 2004 e em 2005 elevou a questão a outro nível no espaço político-midiático²⁰. O evento teve grande impacto na visibilização da causa e do potencial de ação do movimento, inscrevendo-o numa história de lutas pela “causa do transporte público” (OLIVEIRA; SANTOS, 2017) no país, ao lado da *Revolta do Buzu* (2003).

Teve também efeitos biográficos e políticos marcantes em suas lideranças. A prisão e abertura de processo contra “líderes das manifestações”, sua exposição na mídia na qualidade de “lideranças dos protestos” e do “movimento” redefiniram não apenas suas condições mais imediatas de existência²¹ (exposição na mídia, ser reconhecido em público, sofrer ameaças e ser perseguido, responder a processos e ser julgado), mas também seu status militante e político. Ou seja, uma elevação no reconhecimento do movimento foi acompanhada da afirmação de figuras

²⁰ A consulta aos principais jornais e vídeos da época revelam grande repercussão na imprensa comercial. O ângulo predominante nas coberturas reflete perspectiva negativa aos protestos e do “fenômeno”, com destaque aos “transtornos” causados pelas manifestações e às prisões das “lideranças”. Sobre os efeitos do trabalho de construção de representação da vida política pela grande mídia, ver Champagne (1998).

²¹ As consequências biográficas da militância no MPL e em outros movimentos semelhantes serão objeto de trabalho futuro. Essa perspectiva se apoia sobretudo nos trabalhos de McAdam (1989) e Pagis (2011).

protagonistas sobre as quais aumentavam expectativas em relação ao grupo e à “causa”.

A Revolta da Catraca projetou assim a “causa” e suas lideranças e impulsionou uma rede já existente de “movimentos” e “coletivos” com atuação em muitas cidades. Poucas semanas após as manifestações, uma “tentativa de reunião nacional” com membros de “movimentos pelo passe livre” de alguns outros estados aconteceu num camping em Florianópolis-SC. A criação oficial do MPL se deu pouco mais tarde, em encontro organizado pelo grupo de Florianópolis-SC durante o 5º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS em janeiro de 2005²². O documento com os princípios do MPL foi lido na plenária final ao microfone por Pedro, consolidando seu papel de liderança e “fundador nacional do movimento”, posição que mais tarde seria objeto de polêmicas.

Reinvestimentos em uma militância “autônoma e independente”

A ruptura com o importante vínculo partidário com o PT mantido pelos integrantes da JRI é de fato realçado de forma recorrente nas narrativas endógenas sobre a gênese do MPL. Ela aparece como critério de afirmação das biografias militantes e, mais importante, de legitimação do grupo e do “movimento”, sendo interpretado como decisivo para o sucesso do empreendimento militante. Este momento poderia ser tomado como primeiro “evento fundador” do grupo que criará o Passe Livre e marcaria simbolicamente a definição de parte importante de sua identidade, a qual ganhará novos elementos pouco mais tarde. Membro da JR aos 15 anos e autodefinido como “ortodoxo” à época da ruptura coletiva, Milton relembra o processo nos seguintes termos:

Com a JRI foi adotada uma aversão a partidos e às entidades estudantis, principalmente PT e PCdoB, UNE e UBES, em especial a UJS - considerados governistas, burocratas e até mesmo traidores. A partir disso começamos a nos aproximar dos grupos que não orbitavam os partidos e entidades estudantis, principalmente autonomistas, libertários, anarquistas etc. Me lembro que, durante as manifestações contra o aumento da tarifa, em 2003, brigávamos feio com os militantes de PCdoB/UJS, considerados como oportunistas e sujeitos. Também tínhamos nossas desavenças com o PSTU, mas não chegavam nem perto da

²² Caberia retomar as indicações de Coradini (2009) sobre a altíssima taxa de filiação dos participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial. A reunião de “jovens” que fundou o MPL ocorreu no espaço *Caracol Intergalático: lutas globais, novas formas de ativismo e ação direta*, um dos Centros de Ação do Acampamento Intercontinental da Juventude.

inimizade que tínhamos com UJS/PCdoB. Depois das manifestações de 2003, PCdoB/UJS começaram a “namorar” o Pedro.

À primeira vista, a rejeição parcial a um engajamento político generalista em um partido daria lugar a um engajamento específico voltado para objetivos mais pontuais. Como no caso do Não Pago, em Florianópolis-SC a “questão do passe livre” e do “transporte público” foi objeto de reinvestimentos de alguns poucos militantes que, na condição de jovens estudantes universitários, atualizavam suas disposições políticas ao incorporar um repertório específico de questões sobre o qual viriam a acumular autoridade e notabilidade.

As experiências prévias desses militantes foram sendo mobilizadas e incrementadas à medida que o engajamento na “campanha pelo passe livre” concentrava seus interesses de atuação, o que significava também o acúmulo de expertise sobre a temática mais específica. Para além das habilidades mais práticas do universo político estudantil, como a desinibição e a exposição de si, os contatos e interações diretos, a redação e distribuição de panfletos, a concepção de cartazes e o domínio de recursos de linguagem e de oratória, é preciso destacar sobretudo a capacidade de oferecer representações sobre o grupo no contexto em questão. Isto é, a capacidade de jovens vinculados ou recentemente desligados de partidos construírem um discurso político que procura sua eficiência no questionamento dos princípios do jogo político associados aos partidos, demarcando, assim, as fronteiras do grupo e sua posição no espaço político como novidade.

*Um capital militante em transformação?
Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre*

Quadro 1: algumas características dos militantes

Nome	Nasc./ Região	Experiências políticas pré-MPL	Período Militância MPL	Escolarização	Observações
Pedro	1981, Norte	Adolescência; Mov. secundarista; JR/PT; JRI	Fundação-2013, flutuações	História	“Fundador” do MPL; publicou sobre “protestos 2013”; casou-se com militante MPL
Lúcio	1974, Sudeste	Final adolescência; Anarquismo; banda punk	2005-2007	Química; Doutor Sociologia Política	Produziu registros sobre o MPL; acompanhou o movimento
Milton	1984, SC	Adolescência; JR/PT/ JRI	Fundação-2006	Mestre Direito	Deixou MPL em 2016; filiado ao PT
Jacques	1985, Centro- Oeste	Grêmio escola priv.;	2005-2010	História; Mestrado	
Iuri	1986, Sudeste	Grêmio escola públ./ manifestações “anarquistas”/MPL outro estado	2007-2016	Geografia/ Mestrado	“Coletivo anarquista”
Petra	1988, Sudeste	Grêmio colégio federal;	2005-2012	Filosofia/ Mestrado	Assessoria MST
Marta	1989, Sudeste	“Igreja”; Mov. secundarista; mov. “pelo transporte”	2013-2016	Design	DCE federal; “coletivos jornalístico e feminista”; filiação PSOL
Mário	1989, Sul	DCE univ. federal;	2012-2016	Pedagogia	Filiação PSOL (2017); Assessoria PSOL
José	1992, SC	Centro acadêmico;	2010-2013	Biologia	Movimento anarquista, coletivo, ocupação
Letícia	1994, Sudeste	Mov. secundarista; MPL outro estado	2014-2016	Design	DCE federal; “coletivos jornalístico e feminista”

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

Todos são líderes?

Exigente em termos intelectuais, tal habilidade é reveladora de recursos culturais adquiridos em parte nas diversas experiências prévias e atualizados nos novos contextos. Para os casos aqui estudados – mas também para os de muitos outros “coletivos” ou “movimentos” similares –, as condições de constituição e afirmação do “grupo” requerem de seus integrantes um manejo discursivo dirigido a diferentes indivíduos e atores, um discurso que busca, enfim, conferir uma “identidade” ao grupo. De um lado, aqueles de cujo apoio o movimento depende

mais diretamente: os “estudantes”, sem dúvida, mas também potenciais militantes e apoiadores eventuais, em especial indivíduos engajados em outras causas e disponíveis para colaborar em alguma medida com um movimento orientado por “princípios autonomistas”²³; de outro lado, os principais atores do polo partidário – os “partidos de esquerda”, dos quais o movimento pretendia se demarcar e se defender das tentativas de “aparelhamento” ou subordinação, além de instituições e estruturas do Estado.

A familiaridade com um vocabulário político amplo aparece em muitos registros que não caberia aqui recuperar mais detidamente. Chamaríamos apenas atenção para o domínio e uso corrente de categorias de classificação nas disputas políticas utilizadas pelas lideranças militantes para definir o espaço político e diferentes atores e, inclusive, situar suas próprias biografias: “trotskista”, “trotskista-leninista”, “maoísta”, “esquerda marxista”, “anarquista”, “socialista”, “autônomo”, “independente”; e uma miríade de expressões que integram jargão clássico de indivíduos socializados em partidos e agrupamentos de esquerda, como “defender”, “desenvolver” ou “sustentar” uma “tese”, “chamar uma plenária”, “discutir em plenária”, “levar a pauta para o grupo”, “construir a causa” ou “o movimento”, “defender uma bandeira”, “aparelhamento”, “fazer uma crítica”.

Quadro 2: “um craque” da militância e a “questão geracional”

Definido por vários de seus contemporâneos de militância em termos de “um craque”, “fora de série”, “líder histórico”, Pedro vem de uma família com longa história na política e atribui sua habilidade em parte a esse pertencimento. Filho de jornalistas ligados a correntes distintas do Partido dos Trabalhadores, entrou na JR na adolescência em São Paulo e permaneceu filiado ao PT até pouco anos antes de compor o grupo que formaria o MPL em Florianópolis. Segundo ele, militou de “forma intensa e de certa forma até irracional até 2013, 2014”. Demonstrando muita reflexão e controle sobre sua biografia e sobre uma narrativa sobre o movimento, diz que em “2009, 2010” teve um “desligamento” que lhe parece ser “geracional”. Isso “porque eu fiz um esforço pra tentar compreender essa discussão como uma coisa mais ampla, que não fosse uma discussão dos estudantes (...), pra tentar compreender essa bandeira dentro de algo mais amplo. Mas depois de um tempo, percebi que existe uma limitação teórica, que eu acho que não é o caso de desenvolver tá, porque eu não pretendo fazer uma crítica ao MPL”. Afastado da liderança do movimento, em 2013 Pedro trabalhava como assessor de uma deputada estadual de um partido de esquerda quando teria sido chamado para ajudar no período dos protestos de junho. Naquele momento voltou a ter projeção, deu muitas entrevistas e assumiu postura de intérprete do “momento histórico” e do “movimento” em nível nacional.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos e miscelânea.

²³ Esse foi em especial o caso do Centro de Mídia Independente (CMI) e de diversos militantes anarquistas que apoiaram o MPL e tiveram papel importante.

A cristalização de lideranças militantes do grupo guarda relação direta com a posse desses recursos militantes, parte deles aprendidos ou aperfeiçoados ao longo de uma militância específica (WILLEMEZ, 2013), como planejar manifestações e traçar itinerários de protestos, liderar marchas e bloqueios de rua, negociar com a polícia, falar para multidões, usar megafone, conduzir jograis²⁴, encaminhar propostas, lidar com votações, produzir sínteses. Como mencionado, as condições de constituição simbólica do grupo dependem de um trabalho discursivo exigente (BOURDIEU, 2014), baseado em enquadramentos cognitivos sobre pontos mais gerais e sensíveis que envolvem, em primeiro lugar, a razão de existência do grupo, suas propostas, organização e modos de ação. A questão da definição do tipo de grupo, de sua “identidade”, é sem dúvida crucial e dela depende diretamente o potencial de recrutamento de militantes e de apoiadores.

Quadro 3: Lideranças militantes e protestos numa matéria da Folha de São Paulo

Dois estudantes que se dizem descrentes dos partidos políticos brasileiros, mas que acreditam na revolução juvenil, foram os protagonistas dos protestos que provocaram a suspensão do reajuste das tarifas de ônibus de Florianópolis (SC), na semana passada. (...), 22, e (...), 23, estavam à frente do movimento pelo passe livre estudantil na capital de Santa Catarina. A partir do reajuste de 15,6% aplicado às tarifas do transporte urbano no final de junho, conseguiram envolver também a população nos protestos contra o aumento. (...) As manifestações que tumultuaram o centro da cidade durante dez dias tiveram planejamento de Pomar, Oliveira e de outros cerca de 30 ativistas da JRI (Juventude Revolução Independente).

O grupo se declara trotskista-leninista – “camarada” é o tratamento usual entre eles pessoalmente e nos bate-papos na internet –, nega pertencer a um movimento nacional organizado e se diz líder de si mesmo. (...).

O discurso fluente na defesa das idéias confere a (...) um ar de ‘cérebro’ do grupo. É dele a proposta da “empresa da revolução” – ideia de auto-sustentação da JRI que virou nota em um dossiê produzido contra o movimento em Florianópolis. Inspirada em ensinamentos de sobrevivência financeira de Lênin, a “empresa” produz e vende camisetas, bonés e outros acessórios para manter o caixa. Não há fábrica, mas os produtos da “grife” estão à venda em sete lojas populares da cidade. (...)

Estudante de história na Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), (...) é o jovem de linha de frente do grupo. Tamaña exposição já lhe rendeu uma ameaça de morte registrada na Polícia Civil e um “interdito proibitório” da Justiça do Estado.

Fonte: Tortato (2004, n.p.)

²⁴ Jogral se refere a uma técnica muito utilizada pelo MPL em atividades com grande público. Trata-se de uma forma de fazer com que o conjunto de participantes possa ouvir o que a liderança do evento fala pela repetição do que foi dito, em sequência e em voz alta, aos indivíduos que se encontram mais afastados.

Todas essas competências se distribuem de forma desigual entre o conjunto de militantes estudados e variam de acordo com a geração e o período da militância. A legitimação das lideranças depende da combinação dessas habilidades – e da capacidade de atualizá-las – com elementos das biografias militantes. Como sabido, tempo de militância e tempo para a militância são fatores essenciais para o acúmulo de reconhecimento (SAWICKI, 2003), e inclusive a **duração** é o que define a ideia de **engajamento** (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Nesse sentido, não apenas a exibição de um “passado militante” por alguns indivíduos, mas também o investimento na “causa” – e na própria criação do grupo – e a permanência no movimento funcionam como provas de qualidade individual. Como será visto logo mais, tais elementos são recursos definitivos para uma primeira geração de militantes do MPL, dotados em boa parte de um tipo de capital militante específico. No entanto, não para as gerações seguintes, para as quais, inclusive, podem funcionar como elementos negativos.

Na esteira da JRI, pequeno grupo estável de jovens conhecidos entre si e com intensos vínculos afetivos, a criação do MPL dá continuidade a uma dinâmica de pequeno grupo centrado em poucas figuras cuja dedicação ao trabalho militante solidifica seus papéis. É assim, por exemplo, que em um primeiro momento as tarefas ordinárias de convocação e preparação das reuniões semanais, a condução dos encontros, a elaboração de sínteses e programação de eventos do grupo são assumidas em especial por Pedro. Sobre esse período, um de seus colegas de militância relembra: “Pedro vinha com tudo preparado, tudo organizado na cabeça”, “tinha a capacidade de ouvir a todos e sintetizar aquilo. Ele era um “fora de série, no futebol, seria um craque”.

Mesmo com a adesão de novos integrantes e a diversificação gradual de tarefas – como realização de oficinas, debates e palestras sobre o “movimento”, eventos como o Hora Feliz e reuniões públicas²⁵ –, o investimento individual de poucos militantes e consequente acúmulo de habilidades e de reconhecimento definem uma estrutura de funcionamento coletivo que é, sem dúvida, balizada por regras bastante claras, papéis e diferentes graus de autoridade sobre a “causa” e o “movimento”. O uso da palavra em público e a condução de grandes eventos, por exemplo, não estão à disposição de qualquer militante mais novato, mesmo que eventualmente não lhe falte voluntarismo.

²⁵ O trabalho de campo realizado por Gomes (2008) sobre o MPL de Florianópolis-SC descreve parte dessas atividades e traz elementos de interesse sobre as relações de amizade entre os militantes, formas de sociabilidade cotidiana, além de outros aspectos sobre a gestão cotidiana do grupo. Por um ângulo etnográfico sobre o MPL do Distrito Federal, ver os trabalhos de Saraiva (2010) e Saraiva (2017).

Quadro 4: Um “líder fora de série”, um “craque”

Eu fui um líder. Não estou te dizendo que eu estava à frente do movimento, mas eu fui um líder, com certeza. Eu fui um líder... eu acho que isso aconteceu de uma maneira... porque a militância implica legitimidade, fundamentalmente, né? Lideranças impostas não se mantêm. E isso aconteceu porque quando em 2000 a gente começou a falar em Campanha pelo Passe Livre a gente reuniu 20 pessoas, a gente fazia reuniões na Praça XV, a gente fazia manifestação com 50 pessoas e megafone. E isso vai te dando legitimidade, quer dizer, as pessoas que te achavam maluco começam a dizer “pô, isso tá dando certo”!

Então esses eventos históricos de uma certa maneira vão te constituindo como uma liderança, além de qualidades individuais que têm a ver com a minha trajetória específica. Eu já tinha uma trajetória de militância, meus pais são militantes, minha família é de militantes, então o linguajar, a forma como a gente se porta, essas coisas acabam influenciando de alguma maneira.

Agora, eu sempre evitei de me colocar de uma maneira à frente, eu acho que eu estava ao lado dos meus companheiros. E os meus companheiros me empurravam pra situações de liderança. Então, em momentos de tensão alguém precisava falar e eu falava, em momento de impasse alguém precisava de ajuda pra desatar um nó, eu desatava (Pedro, integrante do grupo fundador, neto e filho de militantes).

Fonte: depoimento ao autor.

São muitos os relatos reunidos para essa pesquisa que colocam em relevo o papel e a legitimidade das lideranças militantes sob diversos ângulos. Para o que interessa mais imediatamente aqui caberia destacar, por um lado, o peso do trabalho de certos militantes em momentos mais estratégicos ou dramáticos da atuação do grupo; e, por outro lado, a relação com o exercício desse papel frente às exigências do espaço político e militante.

O primeiro ponto pode ser sintetizado no protagonismo das lideranças estudadas em protestos e em grandes manifestações, momentos que costumam exigir performances que poucos militantes conseguem realizar com naturalidade e eficiência²⁶. Em 2013 pudemos observar diversas atividades do Não Pago em Aracaju-SE, incluindo uma reunião pública e diversas manifestações de grande porte, em que o comando das ações se concentrou nas três lideranças. A coordenação da reunião, com encaminhamentos do debate e votação, em um momento, e o comando da linha de frente das passeatas, com uso do megafone, em outros, são parte desses aspectos. Da mesma forma, grande quantidade de declarações à imprensa foram

²⁶ Uma abordagem pelo ângulo das metáforas dramatúrgicas sugeridas pelas performances do Movimento Passe Livre e dos Comitês Populares da Copa em São Paulo nos protestos de 2013 é encontrada em Dobwor; Szako (2013). Sobre performance e repertórios de ação em protestos em torno do “transporte público” em Porto Alegre, consultar Silva (2016).

monopolizadas por aqueles indivíduos, um deles identificado como “coordenador de comunicação do grupo”.

Quadro 5: do partido ao MPL e de volta ao partido

Alberto nasceu em meados da década de 1980 no interior de Santa Catarina e se criou na Grande Florianópolis. Seu pai era advogado de um sindicato de servidores públicos e militante muito próximo de lideranças da corrente petista *O Trabalho*. Atribui a essa influência seu ingresso na JR em 2000, onde se torna próximo de outros jovens militantes com quem fundaria a JRI e o MPL. Alberto destaca as atividades semanais da JR e o intenso envolvimento com as “tarefas” e “missões” que recebiam, como produzir cartazes e panfletar em terminais e escolas, sugerindo grande satisfação. Considerado por si próprio (e por outros militantes) como “ortodoxo” e “disciplinado” naquela época, foi preso durante uma grande manifestação em 2005. Afirmar ter se afastado do MPL em 2006 após divergir da “estratégia” defendida pela principal liderança, mas sem perder interesse na “questão do transporte”. Estagiou como advogado no sindicato em que o pai trabalhava, período em que se reaproxima do PT e passa a integrar uma “corrente marxista”. Funcionário público com cargo importante no interior do Estado, se diz afastado há alguns anos da militância.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

O registro detalhado feito por um então militante do MPL de Florianópolis-SC – repetido com pequenas variações por outras testemunhas – por ocasião dos protestos de 2005 é rico em indicações sobre as condições de intervenção na presença de grande público e de disputa pelo acesso à palavra por diversos atores políticos. Os trechos abaixo sublinham em especial a complexidade das exigências colocadas ao papel de interlocutor ou de liderança reconhecida.

As descrições se referem a protestos contra o aumento da tarifa municipal de ônibus em meados de 2005. O contexto era de ausência das lideranças do MPL – em especial do principal líder, Pedro –, presos na véspera. O autor (com então cerca de trinta anos de idade) anota sobre os preparativos para um dia de manifestação, sua sensação de insegurança em assumir papel protagonista, e dá grande destaque à intervenção de um importante ex-militante da JRI, já então afastado do grupo, cujas habilidades como líder e orador são celebradas no relato.

Quadro 6: “habilidades militantes nas ruas”

À tarde estava eu, num sindicato, junto com outros companheiros do MPL, sindicalistas e militantes do PSTU e UJS; estávamos discutindo o que faríamos na grande manifestação de logo mais. A ideia era sairmos com algo em comum, combinado. Tipo, quem ficaria em cima do carro de som (que nem eu sabia exatamente quem estava pagando), algumas coisas que deveríamos falar e, principalmente, uma proposta comum para a manifestação. Ficou acertado que eu era um dos que deveria subir ao carro de som. Confesso que, apesar da idade, era tarefa inédita para mim. Para falar a verdade, não me sentia muito confortável no papel.

O espaço deixado pela prisão dos companheiros do MPL no primeiro dia foi ocupado principalmente por lideranças de grupos políticos como UJS, PSTU, entre outros. O espaço que me refiro é principalmente o espaço da fala, da articulação na rua. Os companheiros presos iriam se dedicar às articulações fora das ruas.

Os companheiros do MPL que não eram tão visados pela polícia não tinham também, na mesma proporção, tanto reconhecimento e respaldo em meio aos jovens que formavam o grosso dos manifestantes em frente ao TICEN, e também não tinham o hábito e a desenvoltura de se colocarem como lideranças organizadoras.

Fonte: Vinicius (2006, p.27 et seq.)

Quadro 7: “um militante habilidoso”

A ausência principalmente de (...) era nítida em momentos como esse. As figuras de entidades estudantis e organizações políticas que ocuparam o espaço da fala pareciam não ter a capacidade e muito menos o reconhecimento e respaldo para facilitar e viabilizar um processo de decisão coletiva. Foi quando (...), que rondava por ali naquele dia, tomou a palavra. Para quem não sabe, (...) foi por muito tempo, junto com (...), o principal articulador, ou liderança (se se preferir), da Campanha pelo Passe-Livre em Florianópolis, e membro da JRI. Eram tidos pela imprensa como as duas principais lideranças da revolta contra o aumento das tarifas em 2004. Ano passado, (...) foi preso e afastado das ruas no terceiro dia de manifestações. Mas o movimento ainda pôde contar com (...) nas ruas...

(...) naquela terça-feira ele foi a única pessoa capaz de conseguir fazer os manifestantes sentarem, ouvirem propostas, votarem as propostas e se guiarem em um rumo comum. Tudo na base do jogral. Além da sua habilidade em falar em público e expor de forma clara as ideias nessas situações, jogou a favor o fato de ele ter uma linguagem mais próxima dos manifestantes (grande maioria de jovens) e de ele não ser ligado a nenhum partido ou entidade. E esse foi sempre um importante diferencial do Passe-Livre nos últimos anos... ser apartidário, estar próximo aos jovens e longe dos esquemas e ranços da esquerda institucional e partidária. E (...), de alguma forma, ainda devia ser reconhecido pelo tempo que esteve no Passe-Livre. Sua presença ofuscou as figuras de partidos que até então se revezavam no microfone. Nitidamente os manifestantes davam mais respaldo ao Lucas do que aos outros que tomassem a palavra.

Fonte: Vinicius (2006, p.28-30)

Lideranças em xeque? Ambiguidades da militância

Tomada em perspectiva, é marcante e crescente no universo estudado a tônica na recusa à concentração individual de poder (de decisão ou de falar em nome do grupo) em benefício do “coletivo”, concepção que lastreia modelos de organizações como o MPL. A própria habilidade individual de negar ou eufemizar papéis de protagonismo (de forma consciente ou não), ocultando a satisfação gerada por esse reconhecimento – ao ser procurado pela imprensa ou para uma pesquisa acadêmica²⁷, por exemplo -, passa a ser requisito importante ao exercício legítimo do papel. Tudo indica que esse tipo de habilidade tenha se tornado recurso primordial às lideranças militantes mais recentes do MPL, com socializações militantes transcorridas em um contexto de maior afirmação dos princípios de organização política “autonomistas”.

A afirmação do MPL em Florianópolis-SC como grupo calcado em princípios “autonomistas”, visto de fato como “não subordinado a partidos”, gradativamente tendeu a captar interesse e apoio de indivíduos dispostos a engajamentos refratários aos moldes “tradicionais”, parte deles já familiarizados por noções afins ao “anarquismo”. Esse foi sobretudo o caso de indivíduos ligados ao Centro de Mídia Independente (CMI) e ao coletivo Bandeira Negra, mas também de estudantes secundaristas e universitários para quem os apelos “libertários” ofereciam condições para engajamentos mais atrativos.

Nesse sentido, estruturado em torno de militantes com passado partidário e afinados com concepções inspiradas por vertentes “marxistas”, o grupo inicial do MPL experimentou um processo de relativa transformação dos quadros de militantes ativos à medida que crescia o peso de novos indivíduos mais afeitos aos moldes “autonomistas” e essa perspectiva ganhava ela própria força dentro do espaço da participação política nacional. E de modo inverso, aumentava a insatisfação daqueles mais antigos, que passam a retrair em parte seu engajamento no MPL.

A geração de militantes do Passe Livre de Florianópolis-SC que seria identificada como posterior à do grupo gênese, ou “geração da Revolta” (SOUSA, 2014), grupo marcado por intensa socialização partidária organizada em torno de lideranças com forte capital militante e simbólico, reflete assim a intensificação de modos de relação juvenil com a política orientados por valores críticos à militância partidária e modalidades afins. Embora muitos deles indiquem experiências de ativismo estudantil e ligação com partidos, inclusive mantida durante a atuação no MPL, o contexto

²⁷ Foram significativas as recusas a nossos primeiros pedidos de entrevista e informações a militantes mais recentes no grupo em 2016, ano de relativa atividade do MPL, em contraste com a disposição dos ex-militantes da primeira geração. Em período de forte retração, os novos contatos realizados em 2020 e 2021 tiveram acolhida completamente distinta pelos mais jovens.

de suas socializações e a proximidade com outros grupos sugerem a incorporação de concepções de militância e de recursos militantes distintos dos da primeira geração.

A série de indicações coletadas em depoimentos, publicações e conversas com militantes e ex-militantes do MPL, além de observadores e simpatizantes mais antigos, sugerem de fato uma relativa clivagem entre as duas gerações em torno desses dois eixos. Essa clivagem ou diferença geracional é, ela própria, objeto de debates e interpretações e constitui tema sensível sobretudo para militantes mais antigos ou já afastados. Apesar das limitações deste trabalho e da carência de material de caráter mais etnográfico, uma linha de tensão que divide essas duas gerações pode ser traçada. Ela aparece com maior nitidez sobretudo em apreciações dos mais antigos sobre os mais jovens e poderia ser sintetizada na formulação – repetida por muitos indivíduos – de que os princípios de “autonomia, horizontalidade e apartidarismo do movimento se transformaram em dogmas” e que “apartidarismo virou antipartidarismo”.

Com alguns matizes, essa é uma visão recorrente entre militantes que integraram o MPL de Florianópolis-SC em seu primeiro momento, inclusive indivíduos de “origem anarquista” e distantes de organizações partidárias. Para eles, à diversidade da composição ideológica original do grupo, com predomínio de “marxistas”, “leninistas” e “trotskistas”, sucedeu-se gradativamente uma “hegemonia de correntes anarquistas”. Teria havido aí mudança central, lida por muitos como “fechamento do grupo em torno da defesa de seus princípios em detrimento da causa, um “proselitismo retórico”, nos termos de um dos fundadores do movimento. “Paranoia da questão da liderança”, “mantra” sobre os princípios do movimento e “assembleísmo” são ainda outras expressões usadas com frequência para descrever as características do MPL a partir do final dos anos 2000.

A relativa dificuldade na identificação inicial de militantes ativos com maior protagonismo no momento de início da pesquisa em 2016 mostrou-se um dado sugestivo. Se para falar dos fundadores e nomes conhecidos do MPL não havia dificuldades em apontá-los como “lideranças” ou “figuras importantes”, para tratar do presente a situação era outra. “Liderança”, “líder”, “principais nomes” e noções afins são palavras que soavam como tabus a entrevistados e a certos informantes mais jovens, gerando então explicações sobre o “funcionamento horizontal do MPL”, em que “todos são líderes”. O pedido de indicação de pessoas com alta participação no grupo – sobretudo a informantes e, depois a militantes entrevistados -, em combinação com a observação de alguns atos públicos permitiu, no entanto, que se captassem traços significativos sobre a dinâmica do movimento²⁸.

²⁸ Obviamente, a identificação de “lideranças” ou de sua ausência no MPL não é parte do interesse de trabalhos como este, mas sim como essas questões são percebidas e vocalizadas por agentes sociais de carne e osso que fazem o movimento existir no plano objetivo e no plano das representações.

Ainda que limitado, o exame das características militantes de parte do núcleo ativo do movimento em sua segunda fase sugere pontos interessantes quanto às lógicas de engajamento e de investimentos militantes. Em primeiro lugar, percebe-se manutenção de certa heterogeneidade nos itinerários individuais, combinando experiências em agremiações estudantis e múltiplas inserções militantes, sobretudo em coletivos e partidos, mas com nuances relevantes. A principal dessas nuances diz respeito ao peso dos vínculos partidários, ou do tipo de relação mantida com partidos. À diferença do grupo fundador do MPL, os indivíduos que afirmaram ter (ou tido) militância partidária apontam experiências mais distantes de padrões de engajamento intenso e disciplinado, nos moldes das juventudes partidárias de partidos como o (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

De quatro militantes com engajamentos intensos e atuação destacada entre 2010 e 2016, que compõem parte significativa do núcleo mais ativo no período, três eram filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e um integrava um coletivo anarquista. Os três militantes com vínculo partidário também haviam participado com intensidade de movimentos estudantis e de outros coletivos e, para dois deles, a militância no PSOL precedia o engajamento no MPL.

Quadro 8: as múltiplas militâncias de Marta

Nascida em 1989, com todo percurso escolar em rede pública, Marta diz que já militava no movimento estudantil do Instituto Federal na capital de um estado do Sudeste desde a adolescência, onde participava pontualmente da “pauta do transporte”. Conta que militou no Centro Acadêmico de Artes da Universidade Federal daquele estado, que “lutava pelo transporte, mas não no MPL” por ter uma linha política divergente. Se considera socialista e que o “MPL de lá tem uma orientação anarquista autonomista”. Começou a militar no MPL de Florianópolis em 2011, segundo ela, “na reestruturação do movimento na cidade”, e teve contato por meio de um colega também militante do MPL. Na UFSC, também militou no movimento estudantil, na “luta contra a redução da maioridade penal” e ainda no “movimento feminista” em Florianópolis. É militante de uma corrente do PSOL desde 2009. Marta diz que participa do Coletivo Contrataque, organização que afirma ter surgido de “uma rede pessoal de amigos”. Bastante ativa no MPL à época da entrevista (2016), com destaque em manifestações de rua, Marta trabalha no setor de comunicação de um sindicato ligado aos motoristas de ônibus.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos.

O engajamento partidário desses jovens não aparece, portanto, como central em seus itinerários, mas como parte de um conjunto de comprometimentos militantes, parte deles assumidos de modo simultâneo. Sobressai, nesse aspecto, que suas experiências em partidos sejam concomitantes ou posteriores à participação no movimento estudantil e em organizações “autonomistas”, modalidade que parece

assumir relevância no universo estudado. Em síntese, tem-se um perfil crescente de indivíduos cujas experiências de socialização política e engajamento mesclam participações – com intensidade variada – em organizações mais diversificadas. Sem excluir de modo algum a militância em partidos de esquerda, esse perfil passa a incluir, com grande frequência, o envolvimento com grupos organizados nos moldes de coletivos, e integrar ou ter integrado algum coletivo aparece, de fato, como recurso a ser colocado em evidência pelos militantes mais ativos do MPL na última década.

Quadro 9: do Diretório Acadêmico ao MPL e a um partido

Mário nasceu numa capital da região sul em 1989, mudando-se para Santa Catarina ainda pequeno. Foi bolsista de uma escola particular no ensino médio e em 2007 entrou no curso de Educação Física da UFSC. De família “pouco ligada à política”, afirma que seu contato e maior interesse por política começaram a se desenvolver na faculdade, onde, por “influência da rede de amigos”, se aproximou das “discussões do DCE” e acabou por integrar uma chapa vencedora em 2009, mantendo atuação simultânea em um “coletivo” estudantil. Situa naquele período o contato com a “frente de luta pelo transporte” e com membros do MPL, por meio da militância estudantil. Muito comunicativo, Mário destaca que seu engajamento no DCE se dava sobretudo nas questões de “cultura” e de “permanência estudantil” e salienta seu protagonismo na organização de um grande evento cultural sediado na UFSC. Após aproximação e frequência de atividades, o engajamento mais ativo de Mário ocorre em 2012. Nos protestos de 2013 foi um dos militantes que mais “botava a cara”, tornando-se “conhecido”. Filiado ao PSOL desde 2017, devido ao trabalho de assessoria política em outro estado deixou Florianópolis e o MPL no ano seguinte.

Fonte: elaborado pelo autor com base em depoimentos

Os recursos militantes acumulados por esses indivíduos sugerem rol de habilidades, à primeira vista, muito próximo aos dos militantes da primeira geração: desinibição, oratória, domínio de vocabulário, do jogral, produção de material gráfico, uso de megafone etc. Mas somam-se a esses recursos competências mais específicas e ajustadas às exigências de um movimento “autonomista” quanto à distribuição de reconhecimento e de poder em seu interior. Isto é, habilidades que envolvem uma miríade de operações (sobretudo discursivas), principalmente internas e ligadas ao cotidiano de funcionamento do grupo – circulação de informações, discussões, reuniões, convocações etc. –, mas também externas, em relação com a mídia e outros atores políticos.

Como assinalado, o trabalho de gestão ordinária do movimento requer de seus militantes mais ativos contínua atenção às formas de exercer tarefas primordiais que implicam ação individual. Assumidas por indivíduos com maior investimento no

grupo, exigem modulações que desfavoreçam interpretações conflitantes sobretudo com o que seria a ausência de hierarquias e o exercício de papel de liderança²⁹.

Dessa forma, para retomar exemplo muito mencionado em relação ao caráter “deliberativo” do MPL, ao mesmo tempo em que certos indivíduos precisam organizar reuniões, anotar as pautas, passar a palavra, enfim, conduzir atividades que não são espontâneas – realizando um papel inevitável³⁰ –, não podem descuidar do modo como o fazem. Desde o controle do tom de voz, a ênfase e postura frente ao grupo até o risco de parecer orientar a direção do debate ou tentar monopolizar a palavra, um grau de vigilância e de autocontrole é requerido daqueles que exercem este tipo de papel, principalmente na presença de novos integrantes.

Quadro 10: “princípios e funcionamento do MPL em um e-mail oficial”

Um dos princípios do MPL é a horizontalidade, quer dizer que todos os militantes do movimento possuem o mesmo poder de decisão e o mesmo direito a voz. Isso é, todos participam, opinam e decidem sobre as ações e o futuro do movimento. A ideia não é de “ausência de líderes”, mas o contrário. Nossa ideia é justo que todos os militantes se apropriem do movimento e sejam todos líderes. Não há por isso qualquer cargo instituído e oficial, não há liderança institucionalizada e artificial. Um dos métodos que utilizamos para construir essa horizontalidade no movimento é a rotatividade das tarefas. Isso é, buscamos que todas as tarefas, das mais simples (como escrever uma ata) às mais complexas (como participar de mesas de debate institucionais), não sejam assumidas sempre pelas mesmas pessoas. Dessa forma, todos podem aprender diversas funções. Além disso, também tentamos, sempre que possível, fazer a tarefa em duplas, compostas por uma pessoa que está no movimento há muito tempo e outro que acabou de entrar. Por último, uma decisão tomada pelo coletivo é respeitada por todos, ainda que se respeitem as discordâncias.

Fonte: mensagem enviada ao autor.

Nesse sentido, as condições de exercício de tarefas de liderança como tal dependem do domínio de apetências e de competências para um trabalho de eufemização e de negação daquele papel. Esta negação se refere tanto a hierarquias não oficiais e institucionalizadas que se estruturam de modo não intencional – como apontava com agudeza a análise crítica de Jo Freeman em 1970 sobre o movimento feminista –, como aquelas conhecidas em partidos e muitas outras instituições como

²⁹ A análise das relações internas em uma cooperativa de “economia solidária” feita por Silva; Oliveira (2009) é muito sugestiva ao demonstrar tensões e conflitos entre uma identidade “igualitária” oficial e a dinâmica concreta de relações entre atores desiguais em termos de recursos relacionais.

³⁰ Entre outros aspectos, os trabalhos de Nez (2012) e Nez; Ganuza (2012) junto ao movimento *Indignados*, em Madri, mostram com detalhes a gênese e o funcionamento de dispositivos baseados no consenso e analisam as práticas de deliberação e sua rotinização à medida que a mobilização se institucionaliza. Para uma visão histórica da noção de “decisão consensual”, ver Urfalino (2007).

ONGs, sindicatos e cooperativas, quanto às gratificações pessoais que o protagonismo em atividades como as do MPL tendem a gerar.

Embora menos intenso dentro do pequeno núcleo de militantes permanentes e ativos, esse trabalho parece ser, contudo, constante e indispensável frente à constelação ampla de indivíduos que orbitam o movimento, participam de fóruns de discussão, opinam e tomam posições de forma pública sobre questões ligadas ao movimento e a concepções de “política” – fonte de “discussões” extensas³¹. A questão adquire sensibilidade ainda maior com respeito ao uso da palavra em nome do movimento, em especial frente às exigências dos meios de comunicação e de interação com outras instituições, como nos casos de negociação de políticas públicas ou de tarifas, por exemplo.

Considerações Finais

A autoimagem calcada em princípios como “democracia”, “independência frente a partidos” e “ausência de hierarquias” em que o Movimento Passe Livre de Florianópolis-SC tem procurado lastrear sua legitimidade ao longo de mais de 15 anos de existência é fruto de um trabalho coletivo em nada ausente de tensões e ambiguidades. Trabalho encarnado por dezenas de engajamentos individuais com variações e microvariações quanto às propriedades sociais, disposições e visões de mundo de seus militantes, sua tentativa de reconstituição é sempre tarefa parcial.

Acreditamos que a investigação de processos de engajamento individual e, sobretudo, de formas de aquisição e mobilização de diferentes competências políticas julgadas eficientes no espaço da militância em dado contexto seja entrada indispensável à elucidação de parte do fenômeno “autonomista” que tem atraído a atenção de acadêmicos no Brasil e no exterior. A opção pelo exame das habilidades e propriedades militantes valorizadas nessa configuração, sintetizadas na noção de capital militante, procurou escapar de algumas armadilhas frequentes encontradas por estudiosos/as do fenômeno. Sobretudo a adesão (irrefletida ou não) aos discursos nativos que dão sentido e força àqueles grupos, e o questionamento da “capacidade” ou “potencial” democrático” desses movimentos e organizações; isto é, se de fato representariam uma modalidade “interessante para o fortalecimento da democracia”.

Caberia retomar aqui nosso entendimento do Movimento Passe Livre como uma instituição política que se constitui em torno de regras, princípios de adesão e funcionamento que se objetivam em papéis assumidos por agentes

³¹ Uma visita a sites, blogues e ao Facebook do MPL permite uma ideia do teor e da intensidade dessas discussões. O acesso a algumas poucas mensagens e textos de circulação restrita ao grupo, circulada há alguns anos, reforça um espaço de divergências e, por vezes, elevada tensão, críticas e acusações. Pretendemos explorar essa dimensão em trabalho futuro.

sociais que nela investem com diferente intensidade. Entre as especificidades dessa instituição, porém, encontra-se justamente a recusa à **institucionalização** do grupo e à consequente definição oficial de cargos, postos e funções, enfim, a uma burocratização que chocaria de frente com os princípios de sua existência e legitimação. Como visto, é com base na exibição destes critérios e características, pelos quais se definem os movimentos autonomistas das últimas décadas, que eles têm conseguido intervir no espaço político com diferentes graus de eficácia, sem dúvida exercendo papel de relevo nas lutas pela definição das “boas formas de fazer política” em um contexto crescente de multiplicação de atores reivindicando participação (GOIRAND, 2013).

Enfrentada de modo bastante limitado nesta investigação a partir de um recorte empírico pequeno, a questão mais geral da recomposição do espaço político brasileiro – em especial do polo associativo –, da emergência ou (re)composição de atores individuais e coletivos e, por consequência, das concepções de política, do vocabulário e repertórios de ação, requer evidentemente um conjunto amplo de pesquisas. A partir daí poderíamos então encaminhar respostas mais bem fundamentadas a questionamentos candentes sobre a “crise dos partidos”, o “declínio do sindicalismo”, a “descrença na política e nos políticos”, a “autonomia dos novos grupos apartidários”, o “fim da militância partidária”, entre outros.

A CHANGING MILITANT CAPITAL? TENSIONS AND AMBIGUITY WITHIN THE MOVIMENTO PASSE LIVRE (FREE PASS MOVEMENT)

ABSTRACT: *This article discusses a possible process of recomposition of the Brazilian space of militancy considering some changes in the way political militancy is conceived by a part of the actors in dispute - the “autonomist” groups. Based on the analysis of the itineraries of different generations of militants of the Movimento Passe Livre (Free Pass movement) in the city of Florianópolis, SC, Brazil, “youth activism” is analyzed regarding the conditions of legitimizing this type of organization in the political space. The results point out: i) the weight of political competences previously accumulated by the oldest activists in the party sphere; ii) tensions between the objective conditions for the formation of leaders and internal hierarchies, and the principles of existence and legitimation of movements verbalized by the agents.*

KEYWORDS: *Militancy. Commitment. Movimento Passe Livre. Youth activism.*

¿UN CAPITAL MILITANTE EN TRANSFORMACIÓN? TENSIONES Y AMBIGÜIDADES EN LA MILITANCIA DEL MOVIMIENTO PASSE LIVRE

RESUMEN: El artículo discute un posible proceso de recomposición del espacio militante brasileño a partir de las transformaciones en las formas de concebir la militancia política por parte de algunos de los actores en disputa - los grupos “autonomistas”. A partir del análisis de los itinerarios de diferentes generaciones de militantes del Movimento Passe Livre en Florianópolis, buscamos reflexionar sobre el “activismo juvenil” a partir de las condiciones de legitimación de este tipo de organización en el espacio político. Los indicios sugieren: i) el peso de las competencias políticas acumuladas previamente por los militantes más antiguos en la esfera del partido, de las que precisamente buscan y necesitan distanciarse en el plano discursivo; ii) las tensiones entre las condiciones objetivas de formación del liderazgo y las jerarquías internas y los principios de existencia y legitimación de los movimientos verbalizados por los agentes.

PALABRAS CLAVE: Militancia. Engagement. Movimento Passe Livre. Activismo juvenil.

REFERÊNCIAS

AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. ; FILLIEULE, O. (dir.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010.

AGRIKOLIANSKY, E; FILLIEULE, O.; MAYER, N. La dynamique altermondialiste en France. **Alternatives Économiques**, n. 25, 2005, p.82-90.

ALONSO, A. “A política das ruas? Protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p.49-58, 2017.

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. **Changing repertoires and partisan ambivalence in the New Brazilian protests**. Bulletin of Latin American Research, v. 36, n. 2, p.144-159, 2017.

ANJOS, G. dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, v. 31, 2008, p.509-534.

AUGUSTO, A.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. da R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 40, p.21-37, 2016.

BOURDIEU, P. **langage et pouvoir symbolique**. Paris: Points, 2014.

BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. *In*: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (eds.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Faperj, p.29-36, 2017.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. **Global Modernity and Social Contestation**. London/ New Delhi: Sage, 2015.

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, vol. 259, p.4-17, 2015.

CEFAÏ, D. Os novos movimentos de protesto em França: a articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, 2005, p.129-160.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORADINI, O. L. Cargos e Funções Públicas e Candidaturas Eleitorais. **Sociedade e Estado**, v. 27, p.689-708, 2012.

CORADINI, O. L. Os participantes e promotores do Fórum Social Mundial e as bases do militandismo. **Antropolítica**, v. 26, p.219-243, 2009.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo- sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2007. p.195-217.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001.

DAY, Richard. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. London: Pluto Press, 2005.

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. Transnational processes and social activism: an introduction. *In*: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. **Transnational protest and global activism**. New York: Rowman & Littlefield, 2005.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, p.43-55, 2013.

ÉTHUIN, N. **À l'école du parti**. L'éducation et la formation des militants et des cadres du PCF (1970-2003). Tese (Doutorado em Ciência Política), Université Lille 2, 2003.

FILLIEULE, O. Carrière militante. *In*. FILLIEULE, O.; MATHIEU, L.; PÉCHU, C (org.). **Dictionnaire des mouvements sociaux**, Presses de sciences-po., Paris, 2009, p.85-94.

FILLIEULE, O. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. *In*: FILLIEULE, O. (org.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005, p.17-48.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, n° 1-2, 2001. p.199-215.

FILLIEULE, O.; MAYER, N. Devenirs militants: introduction. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, p.19-25, 2001/1.

FILLIEULE, O.; PUDAL, B. Sociologie du militantisme: problématisation et déplacement des méthodes d'enquête. In: AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. ; FILLIEULE, O. (dir.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010.

FREEMAN, J. The tyranny of structurelessness. **Jo Freeman.com**. Mississippi in May 1970. Disponível em: <https://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GAGLIETTI, M. **PT: ambivalências de uma militância**. Porto Alegre: Da Casa; Palmarinca, 2003.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Revue Suisse de Science Politique**, 11 (1), p.157-188, 2005.

GLASIUS, M; PLEYERS, G. La résonance des mouvements des places: connexions, émotions valeurs. **Socio: Revue de Sciences Sociales** vol. 1 n° 2, 2013, p.59-80.

GOIRAND, C. **Le Parti des Travailleurs au Brésil: des luttes sociales aux épreuves du pouvoir**. Paris: Khartala, 2019.

GOIRAND, C. Participation institutionnalisée et action collective contestataire. **Revue Internationale de Politique Comparée**, v. 20, n. 4, p.7-28, 2013.

GOIRAND, C. Penser les mouvements sociaux d'Amérique Latine. Les approches des mobilisations depuis les années 1970. **Revue Française de Science Politique**, vol. 60, n° 3, p.445-466, 2010.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, vol. 22, n. 44, p.323-354, 2009.

GOHN, M. da G. Manifestações e protestos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. (org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, M. de A. **Passe livre já: participação política e constituição do sujeito**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LAGROYE, J. Os processos de politização. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 73, 2017.

LAGROYE, J; OFFERLÉ, M. **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2010.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. Tese de Doutorado (Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MCADAM, D. The biographical consequences of activism. **American Sociological Review**, Vol. 54, No. 5, p.744-760, Oct., 1989.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante: tentativa de definição. **Plural (USP)**, n. 13, 2006. p.127-134.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p.134-150, 1997.

NEZ, H. Délibérer au sein d'un mouvement social: ethnographie des assemblées des Indignés à Madrid. **Participations**, n. 4, 2012/, p.79-102.

NEZ, H.; GANUZA, E. Among militants and deliberative laboratories: the *indignados*. In: TEJERINA, B.; PERUGORRÍA, I. (dir.). **From Social to Political**: New Forms of Mobilization and Democratization. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2012, p.119-134.

OLIVEIRA, W. J. F. de. “A arte de resistir às palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (org.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.141-178.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **“Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

OLIVEIRA, W. J. F. de; SANTOS, A. S. Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. **Revista Dilemas**, v. 10, 2017, p.599-620.

PAGIS, J. The biographical consequences of activism in May 1968. **Sociétés Contemporaines**, v. 84, issue 4, 2011, p.25-51.

PALUDO, J. R. **Participação de alta intensidade e militância dos filiados de base do PT no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia em Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

PASSY, F. Interactions sociales et imbrications des sphères de vie. In: FILLIEULE, O (dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005, p.111-130.

PÉCHU, C. Les générations militantes à droit au logement. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, 2001, p.73-103.

PEREZ, Olívia C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p.577-596, 2019.

PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, v. 46, e217820, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022020000100671&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2021.

PERRINEAU, P. Les nouveaux de l'action politique. **Vingtième Siècle**, n. 60, 1998, p.112-117.

PERRINEAU, P. (org.). **L'engagement politique: déclin ou mutation?** Paris: Presses de Science Po, 1994.

PUDAL, B. La vocation communiste et ses récits. In: LAGROYE, J. (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p.147-162.

PUDAL, B. Los enfoques teóricos y metodológicos de la militancia. **Revista de Sociología**, n. 25, 2011, p.17-35.

PUDAL, B. **Prendre parti**. Pour une sociologie historique du PCF. Paris: Presses de la FNSP, 1989.

REVOLTA DO BUZU. Documentário. Direção: Carlos Pronzato. Salvador-BA, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Political training in four generations of activists in Argentina and Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 2, 2021, p.1-33.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Saudade do partido: referencias nostálgicas entre militantes de las bases de sustentación de los gobiernos argentinos y brasileiros (2003-2015). **Revista de Sociologia e Política**, vol. 25, n. 62, 2017, p.37- 61.

ROCCA RIVAROLA, M. D. Vínculos y formas de la militancia oficialista: un modo de adaptación a las condiciones de fluctuación política en Argentina y Brasil. **Papeles de Trabajo: Revista Electrónica del IDAES-UNSAM**, vol. 9, n. 15, 2015, p.170-198.

SARAIVA, A. C. **Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2010.

SARAIVA, L. **Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2017.

SAWICKI, F. Les temps de l'engagement: à propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. *In: LAGROYE, J. (dir.). La politisation*. Paris: Belin, 2003, p.123-146.

SAWICKI, F. **Les réseaux du Parti Socialiste**: sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.

SAWICKI, F; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, 13, n. 28, 2011, p.200-255.

SEIDL, E. Espaços de politização e processos de engajamento em Sergipe. **TOMO**, p.211-242, 2018a.

SEIDL, E. Trajetórias, coletivos e outras formas de ativismo político. Paper apresentado no **Seminário Internacional Participação Política**: modalidades e perspectivas, trajetórias, coletivos e outras formas de ativismo político, ISCTE, Lisboa, setembro de 2018b.

SEIDL, E. Elites e instituições: pistas para investigação. *In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. (org.). Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016, p.97-125.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, v. 13, p.63-78, 2014.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, 20, p.21-39, 2009.

SILVA, C. F. da. **Inovação nos repertórios de contestação**: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

SILVA, M. K De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p.2-9, 2010.

SILVA; M. K; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 13, n. 28, p.86-124, 2011.

SILVA; M. K.; OLIVEIRA, G. de L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, jun. 2009.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, p.23-48, 2010.

SIMÉANT, J. Un humanitaire «apolitique»? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p.163-198.

SOUSA, J. T. P. **A experiência contemporânea da política entre jovens no sul do Brasil**. Relatório de pesquisa. UFSC, Florianópolis, 2014, mimeo, 217 p.

SZWAKO, J.; DOWBOR, MONIKA; ARAUJO, R. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000-2017): Tendências & inovações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 92, p.1-22, 2020.

TARROW, S. (org.). **The New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, 2019.

TORTATO, M. Protestos são parte de “revolução juvenil”. **Folha de São Paulo**. 13 de julho de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1307200405.htm>. Acesso em: 28 mar. 2021.

URFALINO P. La décision par consensus apparent: nature et propriétés. **Revue Européenne des Sciences Sociales**, XLV (136), p.47-70, 2007.

VINICIUS, L. **A guerra a tarifa: uma visão de dentro do Movimento Passe-Livre em Floripa**. Faisca Publicações Libertárias: Florianópolis, 2006.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

WILLEMEZ, L. Apprendre en militant: contribution à une économie symbolique de l'engagement. In: VENDRAMIN, P. (dir.). **L'engagement militant**. Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain, 2013, p.51-65.

Recebido em 19/03/2021.

Aprovado em 04/05/2021.

Artigos

DESAFIOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO NO BRASIL (ARARAQUARA-SP) E EM PORTUGAL (CASCAIS)¹

*Lígia LÜCHMANN**
*Carla Giani MARTELLI***
*Luana TABORDA****

RESUMO: A difusão e a proliferação do Orçamento Participativo (OP) pelos diferentes países e continentes do mundo vêm suscitando o enfrentamento de diversos desafios relacionados à governança democrática, como o compartilhamento do poder político; a promoção de inclusão política; e o aprendizado social e institucional. Diante disso, o artigo visa analisar dois casos distintos de Orçamentos Participativos (OPs) – Araraquara-SP (Brasil) e Cascais (Portugal) – observando em que medida estão enfrentando esses e outros desafios a partir de dimensões como a competência decisória, os recursos, as regras institucionais, os espaços de participação, o uso de tecnologias digitais, o número e o perfil dos participantes, as medidas voltadas para o aprendizado, e a sua inserção em um sistema mais amplo de participação. As dife-

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSCP). Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – ligia@cfh.ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0003-2622-2106>.

** UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – carla.martelli@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0002-1839-2140>.

*** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSCP). Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – Doutoranda bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). luanadorocio@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-1712-1963>.

¹ O trabalho é vinculado aos Projetos: “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)”, “Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada” ambos financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e “Interfaces das interfaces socioestatais: orçamentos participativos no Brasil e em Portugal”(PQ/CNPq). Agradecemos a contribuição da Prefeitura de Araraquara e do Grupo de Estudo e Pesquisa Participação e Democracia (GEPPADE), da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, na coleta e sistematização de dados sobre o OP de Araraquara.

renças encontradas entre os dois casos estão relacionadas aos respectivos contextos políticos e sociais e às diferentes trajetórias e propósitos dos OPs nos dois países.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Participativo. Araraquara-SP. Cascais. Democracia. Sistemas Participativos.

Introdução

É consenso na literatura que o Orçamento Participativo (OP) constitui-se como uma das mais importantes e conhecidas inovações democráticas no mundo. No âmbito da teoria democrática, essas inovações dizem respeito aos programas ou instituições de governo que incorporam a população nos processos de tomada de decisões políticas (SMITH, 2009; FUNG, WRIGHT, 2001). No caso do OP, cuja matriz original foi o modelo desenvolvido pelo governo municipal de Porto Alegre-RS, em 1989, um conjunto de elementos autenticou a emissão de um selo de inovação democrática a essa modalidade participativa, com destaque para as seguintes dimensões: descentralização do poder político, promoção de inclusão política, subversão do clientelismo e da corrupção, promoção de transparência governamental, redistribuição dos recursos em prol dos setores mais carentes da população, e aprendizado cidadão. (ABERS, 1998; SANTOS, 1998; FEDOZZI, 2009; BAIOCCHI, 2001; CABANNES, 2004; AVRITZER, 2006; GOLDFRANK, 2006; SINTOMER *et al.*, 2010; LÜCHMANN, 2014).

Transcorridos mais de 30 anos desde a implementação pioneira de Porto Alegre-RS, a difusão e proliferação de OP pelos diferentes países e continentes do mundo² vem suscitando, entre várias outras abordagens e avaliações³, o enfrentamento de diversos desafios, sejam os desafios dados pela dependência da volatilidade eleitoral, sejam os relacionados à limitação dos recursos, à motivação e ao envolvimento das/os cidadãs/os; ao perfil tecnocrático de burocracias estatais, aos conflitos políticos, entre outros, e que se avolumam diante da complexidade social de âmbito global. No livro *Hope for Democracy. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide*, Dias e Júlio (2018, p.29) apresentam um conjunto de desafios que os OPs devem enfrentar em função das profundas mudanças operadas pelos “avanços tecnológicos, pela geopolítica internacional, pelos ciclos da economia capitalista, pelo crescimento populacional e pelos impactos das mudanças climáticas”, são

² De acordo com o Atlas mundial dos OPs, temos atualmente mais 11.000 casos de OPs operando no mundo (DIAS; ENRÍQUEZ; JÚLIO, 2019).

³ São muitos os estudos sobre os OPs, no Brasil e no mundo que abordam diferentes problemáticas, como a identificação de variáveis de sucesso ou fracasso (LÜCHMANN, 2014; SOUZA, 2016; AVRITZER, NAVARRO, 2003), as suas oscilações no âmbito dos governos municipais (SPADA, 2014; BEZERRA, JUNQUEIRA, 2018), as diferentes tipologias ou classificações (SINTOMER *et al.*, 2010), os mecanismos de difusão (PORTO DE OLIVEIRA, 2016; WAMPLER, MCNULTY & TOUCHTON, 2018), entre outros.

eles: inserir o orçamento participativo na agenda política internacional; articular o orçamento participativo com os objetivos de desenvolvimento sustentável; estabelecer pontes de relacionamento com outros movimentos sociais e políticos; reforçar a sua expansão territorial e institucional; fortalecer o sistema de participação; construir marcos legais que reforcem a sustentabilidade do orçamento participativo; e conviver com as novas formas de tecnologias digitais.

Além desses desafios, ressaltamos aqueles que têm acompanhado o OP desde a sua origem, no final da década de 1980, quais sejam: o compartilhamento ou a descentralização do poder político; a promoção de inclusão política; e o aprendizado social e institucional. Afinal, um dos principais fatores de reconhecimento do sucesso do OP de Porto Alegre-RS foi o fato de ter sido considerado um modelo forte de democracia participativa, ou de inovação democrática, na medida em que se orientou pelos princípios da inclusão política e da justiça social. No entanto, vemos diferenças importantes nos propósitos dos OPs, e que estão relacionadas aos seus respectivos contextos. Em contextos como o do Brasil, a dimensão da justiça redistributiva e da inclusão política permanece central, diferente de países que, a exemplo de Portugal, estão focados em questões relacionadas à maior aproximação da população com o poder político, à geração de confiança e à preocupação com questões ambientais, por exemplo. Diante disso, e em que pesem essas diferenças, entendemos ser um exercício frutífero o resgate desses diferentes desafios para a análise das experiências, inspirando novos olhares, perspectivas e aprendizados mútuos.

Diante disso, o propósito deste trabalho é o de analisar dois casos de OP atuais – Araraquara-SP (Brasil) e Cascais (Portugal) – visando avaliar em que medida essas práticas municipais de OP estão enfrentando, ou estão atentas, a esses desafios. A escolha de casos de OP nesses dois países está relacionada a dois fatores: em primeiro lugar, pelo fato de serem países que são, ou foram, referências internacionais de OP. No caso do Brasil, a sua importância no campo de estudos sobre as inovações democráticas foi intensa e devidamente documentada. No caso de Portugal, o mesmo tornou-se um país reconhecido internacionalmente por ter sido capaz de ampliar e pluralizar os formatos dos OPs. Como analisado por Falanga (2018), Portugal inovou ao instituir tanto o OP em âmbito nacional (OPP), quanto um programa de OP destinado à população mais jovem (OPJP)⁴, ambos considerados exemplos singulares no mundo⁵.

⁴ “O Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP) caracteriza-se por destinar verba pública à participação da população entre os 14 e os 30 anos de idade. O OPJP foi inserido na lei 42/2016 (art.3), a qual regulamenta a dotação de 10% da verba do OPP, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)” (FALANGA, 2018, p.08).

⁵ “Além disso, iniciou-se também em 2017 o Orçamento Participativo das Escolas, destinando verbas públicas para os alunos deliberarem em torno de projetos comuns (Diário da República n.º 5/2017, 1º Suplemento, Série II de 2017-01-06)” (FALANGA, 2018, p.08).

Em segundo lugar, ambos os países são referências de modelos diferentes de OP. De acordo com Allegretti *et al* (2016) embora na maioria dos países europeus o modelo de referência tenha sido as experiências brasileiras, com destaque para a cidade de Porto Alegre-RS, as transposições do OP para o continente europeu foram realizadas a partir de importantes readequações aos contextos nacionais e locais, tornando-se, em geral, um instrumento ou uma oportunidade que o poder público **concede** aos cidadãos para expressarem as suas demandas sobre o destino de uma porção (prefixada) dos recursos governamentais. De acordo com os autores, os OPs europeus “não contemplam normalmente, com exceção de alguns casos espanhóis, objectivos de justiça redistributiva, de inclusão e de “empoderamento” de categorias econômicas e culturalmente mais vulneráveis, e de reequilíbrio das relações de poder entre diferentes grupos sociais” (ALLEGRETTI *et al*, 2016, p.145). Os formatos, ou desenhos institucionais, também se diferenciam, com destaque, para os casos brasileiros, da valorização de encontros presenciais e da institucionalização de representantes sociais (delegados e conselheiros), e para os casos portugueses, do uso massivo de aplicativos e dispositivos digitais.

A escolha das duas cidades, em seus respectivos países, se deve ao fato de ambas representarem modelos diferentes e exemplares de OP (atuais) que são reconhecidos como experiências bem sucedidas, além de serem cidades comparáveis do ponto de vista de seus índices de IDH (Araraquara-SP – 0,815 e Cascais – 0,886) e porte populacional (Araraquara-SP com 236.072 habitantes e Cascais com 210.889 habitantes, em 2016). Em um momento de forte diminuição de casos de OP no Brasil (LÜCHMANN, ROMÃO E BORBA, 2018), o município de Araraquara tem chamado atenção por resgatar um ideário de OP como espinha dorsal de um projeto que visa inverter a lógica de poder, resgatando os ideais da participação popular. Além do OP, o poder governamental reconhece, e fortalece, a legitimidade dos conselhos gestores e das conferências de políticas públicas, construindo mecanismos que garantam a construção de um sistema participativo que promova uma interface entre essas diferentes modalidades de participação (LÜCHMANN, 2020). No caso de Cascais, a cidade recebeu, entre outros, o prêmio de boa prática (2017) do URBACT, um programa europeu de aprendizagem e troca de experiências na promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, sendo que, mais recentemente, o Orçamento Participativo foi reconhecido pelo júri do prêmio GIFT – *Global Initiative for Fiscal Transparency*, entidade internacional liderada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional⁶. Assim como em Araraquara-SP, em Cascais também encontramos elementos que se aproximam da ideia de um sistema participativo, na medida em que esta cidade tem criado outras modalidades

⁶ Para maiores informações: GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency. How public institutions and CSOs are changing the game: the GIFT Public Participation in Fiscal Policy and Budget Making Award. 2017.

de participação em articulação com o OP, com destaque às ferramentas digitais, como são os casos dos Apps *Fix Cascais* e *City Points*.

Diante das diferenças de contexto, origem, propósitos e formatos desses dois OPs, o trabalho procura explorar as diferenças na sua capacidade de resposta a um conjunto de desafios, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Desafios e indicadores analíticos

Desafios	Indicadores		
Descentralização do poder	Competência e marco legal (consultivo ou decisório; previsto em lei)	Valores e definição do montante de recursos destinados ao OP	Definição de regras de distribuição/priorização dos recursos
Inclusão política	Número e perfil dos participantes	Ampliação e capilarização dos espaços de mecanismos de participação	Avaliação do governo sobre inclusão
Desenvolvimento sustentável	Serviços e obras esco- lhidas	Menção em documentos oficiais do OP e criação de espaços de debates sobre a temática	Eventos, cursos e encontros sobre a temática
Tecnologias digitais	Criação de apps e dispositivos de participação/eleições online	Uso de tecnologias digitais para promover debates, coordenar ações, divulgação	
Ampliação/ fortalecimento do OP	Realização de eventos, participação em redes nacionais e internacionais	Criação de novos espaços e articulações institucionais envolvendo o OP	
Sistema de participação	Vínculo com conselhos e/ou conferências	Relação com a sociedade civil organizada	Criação/articulação com outros espaços e dispositivos participativos
Aprendizado social e governamental	Menção em documentos oficiais	Realização de cursos/ capacitação	Impactos no sistema educacional

Fonte: adaptado de Dias e Júlio (2018)

Para a realização desta análise, a metodologia contou com pesquisa bibliográfica, análise de documentos (Regimentos do OP, relatórios oficiais e sites governamentais) e realização de entrevistas⁷. No caso do OP de Araraquara-SP, tendo em

⁷ Para o caso de Araraquara-SP, foram realizadas três entrevistas com o prefeito da cidade, três com o coordenador da “Participação Social” da Prefeitura, duas com o gerente da “Casa dos Conselhos”, e a secretária de “Planejamento e Participação Popular” participou de uma das entrevistas com o Prefeito. No caso de Cascais, foram realizadas duas entrevistas com a coordenadora da Divisão de Cidadania e Participação, e uma com a Chefe da Unidade de OP, duas com a vereadora responsável pela Divisão

vista identificar o perfil socioeconômico dos participantes, foram aplicados 4.592 questionários quando do cadastramento dos participantes nas plenárias regionais, sub-regionais e temáticas ocorridas em 2019, sendo que obtivemos 3.985 questionários respondidos.

O trabalho está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos uma breve descrição das características principais de cada um desses desafios, seguida, na segunda parte, pela apresentação dos resultados da pesquisa junto aos dois casos de OP, preenchendo os dados conforme o quadro de desafios apresentado anteriormente.

1. Desafios dos orçamentos participativos

Antes de apresentarmos os desafios convém destacar, de forma breve, alguns elementos que marcam os achados deste estudo, e que estão relacionados aos diferentes contextos, trajetórias e características sociais, políticas e econômicas dos dois países, em especial no que diz respeito ao tema da participação. Por um lado, parece pertinente ressaltarmos a dimensão das desigualdades sociais, dimensão que tem servido como referência analítica central nos estudos sobre participação, e que são importantes para a compreensão do maior peso encontrado, para os OPs brasileiros, de demandas de base material, se comparadas com o peso de demandas pós-materiais (INGLEHART, WELZEL, 2005), com destaque ao ambientalismo, em OPs de países europeus. Por outro lado, as características dos contextos políticos que acomodam os programas de OP nos dois países. No Brasil, o surgimento do OP está estreitamente ligado ao período da redemocratização ocorrida no final dos anos de 1980, resultado de movimentos e processos que contaram com forte apelo popular por mais participação e controle nas políticas públicas, e com a criação de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu protagonismo na defesa da democracia participativa no país. As décadas seguintes registraram a criação de um complexo campo de participação institucional no Brasil que, resultante de mobilizações políticas e sociais, conta com competências decisórias e com uma vasta rede de participação da sociedade civil organizada. Em Portugal, a emergência das experiências de orçamentos participativos ocorreu em um contexto de afastamento e desconfiança da população para com as instituições da democracia representativa, em uma situação de grave crise política e econômica (LÜCHMANN, FALANGA, NICOLLETI, 2018). A forte vinculação com estruturas partidárias, como é o caso do PT no Brasil, comparece de forma mais atenuada

de Participação e Cidadania, uma com responsável pela área do Associativismo de Cascais, e uma com o consultor do OP Cascais. Também foi realizada entrevista com o presidente de uma Organização da Sociedade Civil cascalense que inscreveu projeto no OP de 2018.

em Portugal, o que parece confirmar a tese de que essa modalidade participativa tem sido promovida mais como resposta a necessidades de boa governança e menos como estratégia oriunda de projetos políticos orientados por princípios de democracia participativa. Além disso, Portugal apresenta uma tradição participativa mais fortemente assentada em modalidades individuais de participação, contando, outrossim, com um porte e uma densidade geográfica e populacional que permitiu, inclusive, a criação de iniciativas de OP em âmbito nacional. Outras características marcantes naquele país têm sido a grande aposta na mediação das tecnologias, o uso de consultoria de especialistas, e a atuação em rede, a exemplo da Rede de Autarquias Participativas (RAP) de Portugal⁸.

Dito isso, passemos agora à apresentação dos desafios.

1.1. Descentralização do poder político governamental

Uma distinção central nas discussões sobre participação democrática diz respeito às atribuições e competências dos programas ou dispositivos que envolvem a população nos processos de discussão, formulação e controle de políticas públicas. Assim, de maneira geral, e considerando as nuances encontradas por estudos que apresentam diferentes graus de empoderamento da participação⁹, a literatura tende a enquadrar duas modalidades principais, quais sejam, as modalidades consultivas e as decisórias, ou deliberativas. Essas últimas comportariam maior grau de descentralização de poder político, uma vez que implicariam o compartilhamento do poder com a população. A institucionalização da descentralização política do OP implicaria em sua legalização, garantindo a sua permanência e independência da dinâmica eleitoral. Em geral, diferente de outras modalidades participativas, como são os casos dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil, os OPs são programas que dependem da vontade política dos governos eleitos. Os estudos têm apontado como essa dependência tem afetado a continuidade e a institucionalização dos OPs, com destaque para o caso brasileiro que, como vimos, tem sofrido uma importante diminuição de cidades que adotam OPs nos últimos anos. De acordo com Dias e Júlio (2018), o desafio da constituição de um quadro jurídico que impeça essas oscilações de criação e extinção de OPs diz respeito a sua capacidade de promover um processo de institucionalização que garanta uma dinâmica pautada na criatividade e capacidade de inovação.

Além das competências normativas gerais e legais, importa aqui avaliarmos a descentralização a partir de elementos referentes ao poder decisório da população em

⁸ PORTUGAL PARTICIPA. Rede de Autarquias Participativas (RAP). Disponível em: <http://www.portugalparticipa.pt/Home/Network/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁹ Exemplos são os trabalhos de Arnstein (1969) e Fung (2006).

definir as prioridades e os critérios de distribuição dos recursos e de funcionamento do processo participativo, bem como os montantes de recursos destinados ao OP. A dimensão dos recursos é um indicador central de promoção de descentralização política uma vez que indica o grau de comprometimento do governo com o compartilhamento das decisões, rompendo com práticas clientelistas e modelos tecnocráticos de decisão na aplicação de recursos públicos.

1.2. Inclusão política

Certamente, um dos objetivos centrais do OP é o de promover inclusão política, o que implica sua capacidade de atrair todos os segmentos sociais, com destaque aos setores mais vulneráveis e empobrecidos da população e às diferentes minorias sociais, a exemplo dos idosos, das mulheres, da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Assesuais e mais (LGBTQIA+), das pessoas com deficiência, da juventude, dos diferentes grupos étnicos, imigrantes, trabalhadores ilegais, etc. O desenho institucional, em especial os espaços e mecanismos de participação, são elementos centrais nesse processo, na medida em que oportunizam, seja por processos de regionalização e/ou pela criação de novos espaços e medidas, a ampliação e capilarização da participação. Os dados disponíveis sobre o número e o perfil das/os participantes serão aqui resgatados, e analisados a partir de indicadores relativos tanto aos respectivos desenhos institucionais, quanto às avaliações das equipes de governo acerca do tema da inclusão política. O número e o perfil das/os participantes estão relacionados, portanto, tanto a aspectos institucionais, em especial, às regras relativas a quem, onde, como e quando deve ocorrer a participação, quanto aos propósitos, interesses e projetos políticos dos governos. Por seu turno, essas regras e propósitos não escapam dos padrões históricos específicos de relações entre Estado e sociedade vigentes em cada contexto histórico.

1.3. Articulação do orçamento participativo com os objetivos de desenvolvimento sustentável

Como salientado por Dias e Júlio (2018), o ano de 2015 marcou a aprovação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram estabelecidos em reunião com os líderes mundiais na cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. De acordo com o site da ONU (2021), a ambiciosa agenda objetiva, até 2030, além de erradicar a fome e a pobreza, proteger o meio ambiente em suas diferentes dimensões, como “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da

água e saneamento para todos, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, atuar na conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, e proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerindo de forma sustentável as florestas, combatendo a desertificação, detendo e revertendo a degradação da terra e a perda de biodiversidade. A análise deste desafio será realizada a partir dos seguintes indicadores: serviços e obras escolhidas no OP e preocupação governamental com o tema do desenvolvimento sustentável, seja a partir da análise dos documentos oficiais do programa, seja pelo estímulo e criação de debates, encontros, programas e espaços destinados a esta temática.

1.4. Tecnologias digitais

Os estudos sobre a democracia digital vêm se debruçando sobre as alterações nas relações entre Estado e sociedade por meio das tecnologias digitais. Segundo Dias e Júlio (2018), o avanço exponencial da tecnologia e da inteligência artificial traz consequências imprevisíveis não apenas na vida social, como também nas relações políticas e institucionais, podendo facilitar ou minar a participação política, desenvolver laços de cooperação ou ampliar polarizações, construir pontes ou promover rupturas sociais e institucionais. Os desafios éticos fazem parte da vida social e do jogo político, seja pela manipulação e proliferação de *Fake News* e/ou pelo controle de informações, entre vários outros problemas massivamente identificados no mundo contemporâneo. Diante disso, torna-se necessário pensar e aprofundar as possibilidades democráticas dessas ferramentas, aumentando a transparência governamental, fortalecendo a representação política e refinando, ampliando e qualificando os espaços de participação. Assim, programas participativos, a exemplo dos OPs devem estar atentos a essa realidade (DIAS, JÚLIO, 2018). Diante disso, buscamos identificar, nos OPs em análise, como se relacionam com o uso de aplicativos e de dispositivos digitais.

1.5. Ampliação e fortalecimento do OP

Trata-se do desafio de colocar o orçamento participativo na agenda política nacional e internacional, promovendo a sua expansão territorial e institucional. Como sabemos, uma das principais características do OP é a sua dimensão local. De fato, a grande maioria das experiências no mundo está relacionada ao modelo de base territorial com ancoramento no âmbito do poder local ou municipal. No

entanto, e como salientado por Levine, Fung e Gastill (2005), além de ampliar a participação, processos participativos enfrentam também o desafio de subir de escala (*scaling up*) tendo em vista lidar com temas, demandas e problemas políticos de alcance mais amplo, seja no âmbito regional, estadual, nacional, e até mesmo internacional, uma vez que diferentes aspectos da vida cotidiana dependem de decisões que ocorrem em outros níveis de poder político. Assim, no que diz respeito aos orçamentos participativos, conforme avaliação de Dias e Júlio (2018), se por um lado o localismo pode ser visto como uma vantagem inicial nos processos de experimentação, multiplicação e difusão dessas experiências participativas, o contexto atual reclama pela necessidade de ampliação territorial e institucional, seja no sentido de romper com a escala local em direção às escalas regionais e nacionais; seja no sentido de pluralização de modelos, a exemplo dos OPs escolares e “atoriais”. Assim, nossos indicadores de análise estão relacionados tanto com as iniciativas governamentais voltadas para a articulação e formação de redes, quanto com a criação e inserção dos OPs em dinâmicas que extrapolam programas de base territoriais e locais.

1.6. Sistema de participação

Sistemas participativos dizem respeito, para efeito deste trabalho, às articulações entre diferentes espaços, arenas e dispositivos de participação e atuação política, o que implica o rompimento com o isolamento de arenas e formatos específicos ou individuais. Spada e Allegretti (2017) tratam das “inovações participativas multicanais”, relativas aos múltiplos canais de engajamento que ocorrem no interior de determinadas inovações democráticas, como são os casos de orçamentos participativos e das assembleias de cidadãos, por contarem com diferentes dispositivos de participação, como os encontros grupais, as assembleias, e as eleições online, o que permite a diversificação e a acomodação de demandas e interesses de diferentes grupos na sociedade, ganhando eficiência por meio do compartilhamento de recursos e informações. Ideias como a de ecologia participativa ou de sistema deliberativo pretendem, a partir da incorporação da noção de sistema, pensar a democracia como uma ecologia social e institucional que reconhece diferentes espaços, atores e arenas de atividade política, incorporando também dimensões relacionadas às diferentes lógicas, instituições, padrões e escalas de participação e deliberação pública (WARREN, 2012). Para avaliar esse desafio, buscamos identificar outros espaços, instituições, programas e plataformas de participação que promovem algum tipo de diálogo e de articulação com o OP.

1.7. Aprendizado social e governamental

A literatura sobre democracia participativa e deliberativa tem ressaltado a dimensão pedagógica da participação, seja pela ênfase no caráter dialógico das arenas deliberativas enquanto espaços de troca de opiniões e de formação de vontade (HABERMAS, 1997), seja pelo entendimento de que processos participativos promovem a capacitação, a conscientização (individual e coletiva) e o desenvolvimento da cidadania (PATEMAN, 1992). Nesta perspectiva, orçamentos participativos podem ser considerados “escolas de cidadania”, uma vez que oportunizam a ampliação do conhecimento sobre a realidade política e social, ao mesmo tempo em que permitem reorientações nas percepções acerca de causas e prioridades sociais. Além de promover aprendizado social, espera-se, também, que programas como os orçamentos participativos impactem o aprendizado institucional, rompendo com concepções tecnocráticas de gestão das políticas públicas. Para mensurar em que medida os OPs estão enfrentando esse desafio, buscamos identificar menções em documentos e nas falas de responsáveis institucionais, além de programas voltados para a capacitação de agentes sociais e institucionais.

2. Orçamentos Participativos de Araraquara-SP e Cascais: origens, características e desafios

2.1. Araraquara-SP

O município de Araraquara está localizado na região central do estado de São Paulo, a 270km de distância da capital. O atual prefeito, Edinho Silva (PT), selou em campanha o compromisso com uma gestão participativa, em continuidade com sua gestão de 2001 a 2008 (foi o 13º e 14º prefeito eleito em Araraquara-SP). O OP foi implementado logo no primeiro ano de seu primeiro mandato, em 2001, e funcionou, ininterruptamente até 2008. O modelo adotado seguiu referências de outras experiências municipais, especialmente as de Porto Alegre-RS e Caxias do Sul-RS. Na gestão de Marcelo Barbieri (MDB), 2009-2016, o OP funcionou nos primeiros quatro anos e foi encerrado no segundo ano do segundo mandato. Volta a ser implementado com a eleição de Edinho Silva, em 2017.

Desde seu primeiro mandato, Edinho Silva institucionalizou uma Coordenadoria responsável em executar o OP. Em 2001 era chamada de Coordenadoria da Participação Popular (CPP), que assumiu o papel geral na execução do OP sendo, portanto, responsável pela divulgação e elaboração das plenárias e por fazer a mediação entre a equipe do prefeito e os munícipes. Na gestão iniciada em 2017, foi

instituída uma pasta própria para participação, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular, além da Coordenadoria da Participação Popular, responsável por coordenar o OP. Seguindo uma característica mais geral dos OPs no Brasil, o OP de Araraquara-SP não é obrigatório por lei. O marco legal mais importante é o Decreto 11.855, de 05/12/2018, que dispõe sobre o Regulamento Interno do OP. Em onze páginas, os capítulos do Regulamento estabelecem as ações do OP; a eleição de representantes e conselheiros; a organização das plenárias, do direito ao voto e às representações plenárias; a atribuição dos representantes dos fóruns regionais e temáticos do OP; a finalidade e as atribuições do Conselho do OP (COP); a composição e organização do COP e a perda de mandato de conselheiros do OP. O artigo 3º apresenta o objetivo central do OP: “garantir que todo o cidadão exerça seu direito de participar e de votar nas prioridades da sua sub-região, região e da temática, as quais integrarão o Plano de Investimento do Orçamento Participativo, expresso na Lei Orçamentária Anual (LOA) no ano subsequente” (ARARAQUARA, 2018, p.01). Note-se que, embora não haja lei instituindo o OP, o seu Regulamento trata de garantir que suas deliberações estejam, obrigatoriamente, na LOA. Além disso, as Secretarias que recebem verba do OP são obrigadas a fazer constar valores e obras em seus documentos de prestação de contas, deixando registradas as melhorias advindas do OP.

Se, por um lado, a ausência de garantia legal pode ser um indicador de fragilidade do OP de Araraquara-SP, o caráter deliberativo está assegurado no referido decreto, em seu Artigo 16: “O Conselho do Orçamento Participativo é um órgão de participação direta da comunidade, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias referentes ao Plano de Investimentos do Orçamento Participativo, que integra a Lei Orçamentária Anual, com base nas prioridades definidas no processo do Orçamento Participativo” (ARARAQUARA, 2018, p.05). Segundo entrevista com o Prefeito, mais do que descentralizar, o OP visa transformar as relações de poder:

O OP tem que redesenhar o modelo de sociedade, e não ser só uma forma de você fazer consulta, porque aí você tem razão, você faz consulta hoje pela internet, você não precisa fazer plenária do OP, né? Você faz consulta nas audiências públicas que a LDO te impõe. Então por que você faz plenária do OP? É porque você quer redesenhar o modelo de sociedade que vive. Você quer efetivamente fazer a inversão da lógica do poder. Aí é estruturante. Não é instrumento de gestão. Aí é transformação estrutural da sociedade. É efetivamente fazer com que o poder popular seja desenvolvido, com que uma nova forma de poder se estabeleça na sociedade, onde a sociedade de fato exerça o poder. Onde a maioria, daqueles que são alijados das estruturas do poder, de fato exerçam o poder. Então, o OP como um novo modelo de organização social, ele é *perene*. Ele é transformador.

Como um instrumento de consulta, de governança, ele se limita muito, ele não é transformador” (Entrevista Edinho Silva, 23/10/19).

A autonomia da população é assegurada, de acordo com o prefeito, pela ausência de critérios de distribuição dos recursos, sendo que a definição das necessidades, prioridades, serviços e obras a serem executadas pelo poder público é de exclusividade da população. Isto é feito presencialmente. No caso da plenária da cidade, além da reunião presencial, realiza-se uma consulta pela internet a respeito de temas que devem ser priorizados (na última plenária foram 18 temas). Os três mais votados vão para a plenária presencial onde delibera-se sobre as obras a serem realizadas. De acordo com o prefeito, essa ausência de critérios de priorização e seleção de obras procura impedir uma “tutelagem” por parte do governo, resguardando o princípio que rege o OP de definir as prioridades a partir das escolhas feitas pela população. A interferência da Prefeitura só acontece pela exposição da viabilidade técnica e orçamentária das obras em votação, elementos importantes que condicionam a decisão das plenárias.

No que diz respeito aos recursos destinados ao OP, como afirma o prefeito Edinho Silva, “a população escolhe o que é importante e a Prefeitura corre atrás dos recursos para executar as obras. O OP entrega o poder para o povo. Quem exerce cargo público é representante da população, e não substituto da população”.¹⁰ O OP conta com recursos diversos, quais sejam, receitas da Prefeitura (em torno de 10 a 15%), contrapartidas de empresas e recursos de Emendas estadual e/ou federal. Cerca de R\$ 60 milhões já foram destinados às obras do OP e a outras ações escolhidas pela população nas plenárias, desde 2017. Das obras eleitas de 2017 a 2019 (não houve OP em 2020 devido à pandemia da Covid-19), 17 delas já foram entregues (e outras 44 estão em andamento), o que inclui a construção de unidades de Educação e unidades de Saúde, Centro Dia para Pessoa com Deficiência e Centro de Referência para a mulher gestante e em pós-parto, além de revitalizações de áreas de lazer, revitalização do Córrego do Tanquinho, manutenção de estradas rurais, pavimentação de vias urbanas, a destinação de dotação orçamentária para o Fundo Municipal de Combate ao Racismo, a implantação do Centro de Referência LGBTQIA+ e a realização de um censo da população idosa de Araraquara-SP (O IMPARCIAL, 2020).

O quadro abaixo resume os temas e obras escolhidas nas regiões e temáticas (2017, 2018 e 2019)

¹⁰ Entrevista para O IMPARCIAL. Obras escolhidas no OP somam cerca de R\$ 60 milhões em investimentos. Publicado em 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://jornaloimparcial.com.br/cidade/obras-escolhidas-no-op-somam-cerca-de-r-60-milhoes-em-investimentos/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Quadro 2: Temas e obras escolhidas

Regiões	Obras- 2017	Obras – 2018	Obras – 2019
1	Educação – Centro de Educação e Recreação (Cer) Maria Enaura M. Magalhães	Pavimentação dos acessos	Reforma da EMEF Luiz Roberto Salinas Fortes
2	Educação - Cer Honorina C. Lia	Construção de ponte sobre o córrego no acesso ao Jardim Maria Luiza III	Revitalização do Bosque Eduardo Michetti
3	Educação - Construção da EMEF no Jardim Valle Verde	Revitalização (Projeto Ambiental) da Área do Córrego Tanquinho	Reforma e ampliação do Cer Maria Pradelli Malara
4	Educação - Cer Carmelita Garzez I	Reforma do CER Padre Bernardo Plate	Ampliação e Reforma do Cer Jacomina Filippi Sambiasi
5	Educação - Cer. Leonor M.de Barros	Reforma e ampliação da EMEF José Roberto de Pádua Camargo	Reforma e revitalização da Praça São Geraldo
6	Educação - Cer Rosa R. Stringhetti	Reforma e ampliação CER Adelina Leite Amaral	Reforma e ampliação do Cer José de Amaral Velosa
7	Revitalização do Rio do Ouro	Reforma e Ampliação do CER Álvaro Valdemar Colino	Asfalto e iluminação na estrada de acesso à Cooperativa Acácia
8	Educação - Cer José Pizani	Área de Lazer do Jd Martinez (reforma e revitalização do campo, alambrado, iluminação, reforma da quadra (piso) e bancos da praça)	Reforma da EMEF Rafael de Medina
9	Educação - Cer Rosa Broglio Zanin	Construção de Unidade de Saúde na região do bairro Victório de Santi	Reforma e ampliação do Cer Anunciata Lia David
10	Pavimentação e Drenagem	Drenagem e Pavimentação na Chacara Flora e Parque planalto	Drenagem Chácara Flora e Parque Planalto
11	Máquinário manutenção das estradas - compra	Reforma e ampliação da Emef e CER Hermínio Pagotto	Pavimentação asfáltica na Agrovila/Bela Vista
12	Não há dados porque a região 12 “Valle Verde” foi criada em 2019	Não há dados porque a região 12 “Valle Verde” foi criada em 2019	Construção de Unidade Básica de Saúde

*Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no
Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais)*

Temáticas	Obras- 2017	Obras – 2018	Obras – 2019
Juventude	Revitalização de praças e áreas de lazer para esporte e cultura	Sede própria para o CUCA, com estrutura para mais vagas e próxima ao centro da cidade	Construção de uma pista para Prumo no Grau (motociclismo)
Mulheres	Centro de Referência de Parto Humanizado	Implantação do projeto “quilombo rosa” no Valle Verde com área de lazer, cozinha, praça, geração de trabalho e renda, etc.	Casa de acolhimento Margaridas
LGBTQIA+	Centro de Referência LGBTQIA+	Implementação do ambulatório trans	Casa abrigo para pessoas LGBTQIA+
Idoso	Censo dos Idosos	Reforma do Clube Estrela (internas quadras e piscinas);	Construção de sede própria para o Centro de Referência dos Idosos de Araraquara
Pessoas com deficiência	Centro Dia (Pessoas Deficientes)	Melhoria na acessibilidade do Pinheirinho e outros locais de lazer (com rampas, fraldário, brinquedos adaptados)	Piscina coberta e aquecida exclusiva para pessoa com deficiência
Igualdade Racial	Fundo Municipal para Políticas de Igualdade Racial	Espaço público para encontros de religiões de matriz africana/inter-religiosos com cursos culturais sobre o tema	Construção de um vestiário no ACAAAR
Cidade	Reabertura do pronto socorro do Melhado	Construção de um novo prédio para o NGA3, com melhor estrutura e adequações (Saúde)	Reforma/revitalização da Casa da Cultura

Fonte: Dados da Coordenação da Participação Social (entrevista em 05/08/2020)

O quadro mostra a predominância de demandas no setor de Educação, com reformas de escolas e creches e construção de Centros de Educação e Recreação (CER), especialmente no ano de 2017.

Embora exista liberdade de escolha das obras nas Plenárias do OP, há forte apelo do Prefeito para alguns temas, por exemplo, economia solidária e cooperativismo. Logo no primeiro ano de seu mandato, realizou a I Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara-SP (14 e 15/07/2017), transformando as demandas da Conferência em diretrizes do Plano Municipal de Economia Solidária, instituído pela Lei 9143/17. Seguindo na mesma linha, a Prefeitura organizou o “I Congresso Internacional de Democracia Participativa:

participação popular e economia solidária”, que aconteceu de 14 a 16 de março de 2019. Nos eixos de debates, a economia criativa e solidária estava presente em vários momentos. Embora algumas obras na área ambiental, a exemplo da revitalização de córregos, as obras e demandas estão fortemente voltadas para a área social.

O OP ocorre por meio de plenárias sub-regionais (28 Plenárias), regionais (12 Regiões) e temáticas (Sete plenárias: mulheres, igualdade racial, pessoa com deficiência, juventude, idosos, LGBTQIA+ e plenária da cidade, com enfoque na cidade em seu todo). Há também o OP Digital. Os representantes do OP são eleitos nas plenárias sub-regionais e temáticas, compondo os seguintes Fóruns: Fóruns Regionais, Fóruns Temáticos e Fórum Municipal de Representantes. O Fórum Municipal de Representantes do OP agrega o conjunto de representantes dos Fóruns Regionais e Temáticos. Os representantes que integram os Fóruns têm como atribuições: contribuir com a organização das reuniões; mobilizar moradores das sub-regiões e regiões para participarem das plenárias e reuniões do OP; divulgar as informações sobre o funcionamento do OP; acompanhar, junto ao Conselho do Orçamento Participativo (COP), o processo de elaboração do Plano de Investimentos do OP – desde a elaboração até a execução das obras, programas e projetos escolhidos – e contribuir para manter a população informada; opinar sobre dúvidas que surjam no decorrer do processo; opinar sobre o Regimento Interno do OP e possíveis modificações; participar nas reuniões dos Fóruns; participar das reuniões do COP (com direito a voz e não a voto); e reunir-se com os demais representantes de sua região. Dentre os representantes que compõem os Fóruns Regionais e Temáticos elegem-se os conselheiros para compor o COP, com mandato de um ano, permitindo-se uma única recondução. O COP é a instância de deliberação com as atribuições de: apreciar, emitir opiniões e se posicionar a favor ou contra o Plano de Investimentos do OP; acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimentos do OP; opinar e decidir, junto ao Poder Executivo Municipal, a metodologia adequada para o processo de discussão e de definição do Plano e das ações do OP; dar ciência e retorno frequente à população das ações tomadas pelo COP; participar e acompanhar comissões; avaliar e fiscalizar as demandas do OP do ano anterior, principalmente as que permanecem no orçamento anual; reunir-se trimestralmente com os representantes das suas regiões para compartilhar informações e dialogar sobre o processo do OP; reunir-se ordinariamente uma vez por mês.¹¹

No que diz respeito à inclusão, medida a partir do número de participantes, ressalta-se, conforme o quadro abaixo, uma diminuição durante a primeira gestão do OP, que pode ser explicada pelo baixo investimento a ele destinado (5% da

¹¹ Conferir no Regimento Interno do OP em: ARARAQUARA. Regras e Regimento Interno do Orçamento Participativo. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/programas/op>. Acesso em 02 mar. 2021.

verba municipal), implicando atraso na efetivação das demandas. A partir de 2017, registra-se ampliação da participação nos encontros presenciais do OP que, somada à participação digital (implementada somente a partir de 2017), atinge o número total de 7.123, em 2019.

Quadro 3: Número de participantes do OP de Araraquara-SP

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2017	2018	2019
Plenárias	3234	3014	2755	1770	2212	1711	5256	4092	4592
OP Digital							2000	1280	2531
Total							7256	5372	7123

Fonte: Dados da Coordenação da Participação Social (Entrevista realizada dia 18/08/2020).

Dados do perfil dos participantes indicam uma importante capacidade de inclusão, em especial, decorrente do desenho institucional do OP. Dados dos 3.985 questionários respondidos¹² indicam que, no geral, os participantes são 55% de mulheres, 43,5% brancos/os e 32% de pretos e pardos, maioria na faixa de 30 a 60 anos e com rendimento de 1 a 3 salários-mínimos. Um fator decisivo na promoção de inclusão é a ocorrência das plenárias temáticas, uma vez que essas reúnem os respectivos públicos vinculados aos temas, conforme atestam os dados: plenária da juventude, 77,8% de jovens de 16 a 24 anos; plenária de idosos: 94 % acima de 60 anos; plenária das mulheres: 96% de participação feminina; e plenária da igualdade racial: 87% pretos e pardos.

O OP está inserido dentro de uma lógica sistêmica, permitindo falar no funcionamento de um **sistema participativo** no município de Araraquara-SP. Isto porque o entendimento da atual gestão é o de que os conselhos são tão importantes quanto o OP porque seriam arenas de exercício de controle da sociedade civil organizada sobre a execução do orçamento nas diferentes áreas de políticas públicas. Articuladas aos respectivos conselhos, as conferências são compreendidas como uma instância maior, pois por meio delas são aprovados os planos municipais dos vários setores das políticas públicas. Cada plano aprovado nas conferências segue para a Câmara dos Vereadores com o objetivo de ser transformado em lei prevendo que a sua execução seja fiscalizada pelos conselhos. Ou seja, o OP define os investimentos nos vários setores de políticas, que são permanentemente fiscalizados pelos conselhos. Digno de nota é o fato de que, por regulamento, todos os conselhos municipais têm cadeiras reservadas no Conselho do Orçamento Participativo (COP) e todas as propostas aprovadas em Conferências Municipais, bem como aquelas deliberadas em Conselhos, e que implicam em custos orçamentários, têm que ser eleitas

¹² Participantes em assembleias Regionais + sub-regionais + temáticas do OP de 2019.

pelo OP para serem realizadas. Assim, identificamos a ocorrência de um sistema de participação em Araraquara-SP, composto por modalidades presenciais e digitais, conforme o quadro 4.

Quadro 4: Sistema de participação em Araraquara-SP

Arenas do sistema participativo	Modalidade Mista - Presenciais e Digitais	Modalidade Presencial
Orçamento Participativo	As plenárias do OP ocorrem de forma presencial. Na Plenária da Cidade ocorre, também, o OP digital por meio do qual a população escolhe uma obra/programa que represente a cidade como um todo. A votação digital é realizada através do site oficial do Município. A população realiza um cadastro por meio do CPF e escolhe 01 tema para ser debatido na Plenária da Cidade. Os 03 temas mais votados são levados para a Plenária presencial.	
Conferências		As Conferências ocorrem somente no formato presencial
Conselhos	As reuniões são presenciais e geralmente ocorrem na Casa dos Conselhos. Ressalta-se também o uso de ferramentas digitais, como o WhatsApp para discussões e articulações entre conselheiros, delegados e coordenação da prefeitura. Obs. Durante a pandemia de Covid-19, em 2020, as reuniões dos Conselhos ocorreram de forma remota	

Fonte: Coordenação da Participação Social (Entrevista em 5/08/2020)

Além de garantir o diálogo e retroalimentação dessas diferentes áreas e arenas participativas, ressalta-se o caráter pedagógico do processo, com destaque à realização de cursos de formação de conselheiros, oferecidos pela Prefeitura¹³, e da implantação da Escola de Governo do Município de Araraquara (EGMA)¹⁴. Além disso, existe uma avaliação de que o aprendizado ocorre por meio da própria participação, com destaque ao papel da Caravana da Cidadania, atividade que

¹³ Curso semanal para conselheiros, com duração de 3 meses, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular.

¹⁴ A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Justiça e Cidadania, em parceria com a Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara, implantou a Escola de Governo do Município de Araraquara (EGMA), criada pela Lei 9.450, de 30 de janeiro de 2019, que tem como objetivo a formação e capacitação dos servidores públicos municipais. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/escoladegoverno> Acesso em: 30 set. 2020.

permite aos conselheiros do COP conhecer a realidade de cada região da cidade. Segundo o Prefeito, por meio dessa atividade “você desperta uma nova consciência do coletivo” (entrevista 25/10/2019).

2.2. Cascais

Situada na região metropolitana de Lisboa, a cidade de Cascais adotou o OP, de acordo com a literatura, motivada pela adoção deste programa em Lisboa, em 2008. Liderado por uma coligação de centro-direita (PSD), o município de Cascais adotou o OP em 2011, contando com ciclos anuais, caráter deliberativo e abrangendo todo o território municipal. De acordo com a literatura e com as nossas entrevistas, o processo do OP de Cascais foi construído a partir de um programa participativo coordenado pela equipe gestora da Agenda Cascais 21, inspirada nos princípios da sustentabilidade ambiental ratificados pela conferência da ONU *Environment and Development* em 1992 (ONU, 1992). Essa origem vinculada à Agenda 21 é um elemento importante para compreendermos um vínculo mais forte do OP com o tema do desenvolvimento sustentável, se compararmos com experiências brasileiras, a exemplo de Araraquara-SP, mais voltadas para a satisfação de demandas materiais e sociais.

No que diz respeito à descentralização do poder político governamental, destacamos o peso da equipe do governo no processo de filtragem das obras escolhidas, bem como na definição de regras e normas do processo. Assim, podemos dizer que OP de Cascais constitui-se como um instrumento de gestão que, diferente de uma ideia de democracia participativa, como identificado nas entrevistas de Araraquara, se identifica, como ressaltado em entrevista com a coordenação governamental, com uma ideia de democracia colaborativa, com destaque à dimensão da inovação.

Quanto à natureza legal do OP de Cascais, cabe ressaltar que este não está vinculado a uma legislação permanente de obrigatoriedade, mas sim dependente de aprovação anual por parte da Câmara Municipal, que aprova as Normas do Regulamento do OP para o ano em decurso, contando com as alterações tidas como necessárias. Por outro lado, embora não possua legislação própria de obrigatoriedade, no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) – 2020, que diz respeito à organização e competências do serviço municipal de Cascais, o Orçamento Participativo (artigos 59 e 60) é de competência da Unidade de Práticas de Codecisão, vinculada à Divisão de Cidadania e Participação, a quem cabe implementar o orçamento participativo e orçamento participativo jovem nos seus dois ciclos nomeadamente: ciclo de definição orçamental que corresponde ao processo de apresentação de propostas, de análise técnica das mesmas e de votação dos projetos

por parte dos cidadãos e o ciclo de execução orçamental que consiste na concretização dos projetos aprovados e na sua entrega à população.

Em que pese o fato de seu regulamento definir um montante mínimo de 1,5 milhões a serem gastos por edição, provenientes do orçamento público para investimento, o OP de Cascais tem alcançado um recorde na verba disponibilizada para um OP municipal, em Portugal, conforme o quadro 5, ultrapassando, inclusive, o valor da primeira edição do OP nacional no país ocorrido em 2017, cuja verba total foi de 3 milhões de Euros. Segundo a Câmara de Cascais, os dados apontam ser o “OP Cascais como o maior e mais votado OP do país e um dos maiores da Europa” (CASCAIS, 2019, n.p.).

Quadro 5: Total de valores (em euros) e total de votantes e de projetos aprovados nas edições de OP de Cascais

Ano	Total de valores OP Euros	Total de votantes	Total de projetos aprovados
2011	2,1 milhões	6.903	12
2012	2,5 milhões	23.198	15
2013	1,5 milhões	33.715	7
2014	1,5 milhões	41.005	9
2015	4 milhões	55.919	21
2016	4,2 milhões	58.567	24
2017	6,3 milhões	75.357	26
2018	5,8 milhões	78.449	24
2019	10, 2 milhões	69.766	37
Total	38,148 milhões	403,675 mil	175

Fonte: Construído a partir de dados documentais disponíveis em sites e publicações da Câmara de Cascais.

De acordo com o governo da cidade, e em que pese algumas variações anuais, o total de recursos para investimentos tem girado, no decorrer dos anos, entre 7 e 15%, valor considerado muito superior a outras cidades do país e do exterior. Destaque também para uma dimensão importante do OP de Cascais, qual seja, a alta capacidade de execução das obras, alcançando, em 2019, 97% de realização das obras escolhidas nas edições anteriores, segundo informações das lideranças entrevistadas, presente também em fontes documentais coletadas.

Conforme apresentado por Lüchmann, Falanga e Nicolleti (2018), o desenho institucional do OP de Cascais está ancorado nas seguintes características:

divisão regional, sessões presenciais e votação on-line. Cascais possui quatro freguesias que são referências para a primeira fase do processo participativo, o qual inclui nove Sessões Públicas de Participação, sendo duas por cada freguesia e, ao final, uma envolvendo toda a cidade. As sessões públicas têm desempenhado um papel central no OP de Cascais, uma vez que os cidadãos são convidados a utilizar esses espaços para a apresentação de propostas que, após escolhidas nesses encontros presenciais, passam para a análise técnica da exequibilidade dos projetos e estimativa de custos, com o propósito de confirmar a viabilidade das propostas dentro do orçamento disponível. A partir desse filtro de reajustes, abre-se um período de votação, aberta a cidade, que elege a lista de proposições a partir de dispositivos online, como o SMS e o portal da municipalidade. Assim como no caso do OP de Araraquara-SP, temos modalidades presenciais e digitais de participação, embora com algumas diferenças. Por um lado, a centralidade, para o caso de Araraquara, dos encontros presenciais a partir da criação de diferentes plenárias de base territorial e temática. Os números de participação presencial são exemplares neste sentido. Se no caso de Araraquara-SP registramos cerca de 7.000 participantes anuais, em Cascais este número (de 7.711 pessoas participantes nas sessões presenciais) é alcançado pela somatória de todos os encontros realizados em nove edições de OP. Por outro lado, Cascais se destaca no tocante à participação nas votações online e por mensagem de telefones celulares, somando, em alguns momentos, mais votos do que nas eleições municipais. Em que pese um aumento gradual nesta modalidade de participação em Araraquara-SP (2.531 votos digitais em 2019), esse número é incomparavelmente inferior aos registros de Cascais, conforme apresentado no quadro anterior.

Importa também analisar o perfil dos participantes do OP. De acordo com entrevista com a coordenação do OP de Cascais, em geral as pessoas que participam no OP Cascais têm mais de 30 anos, estudam ou estudaram em universidades ou concluíram o ensino secundário. A avaliação, por parte da coordenadora da Divisão de Participação e Cidadania, de que “não estamos a atingir as classes sociais mais pobres da nossa população, portanto, participam eles menos, e os jovens também participam pouco”, corrobora esses limites de inclusão de determinados grupos, que procuram ser sanadas com ações visando oportunizar a participação através de informações e adaptando horários e formatos¹⁵. A pouca participação dos jovens do

¹⁵ Como fica evidenciado no seguinte trecho de entrevista com a coordenadora: “nós sabemos que as pessoas idosas participam menos e temos feito mecanismos para que participem mais. Não só as idosas, como as deficientes. E este ano tem muitos projetos para deficientes, por quê? Porque nós ano passado fomos a todas as grandes associações de deficientes, fazer formação específica do que é o OP e de como pode participar. Antigamente só havia sessões do OP a noite e final de semana, para que os cidadãos pudessem ir depois do trabalho, e percebemos que isto estava a excluir o cidadão deficiente, porque as pessoas deficientes tem imensas dificuldades de ir à noite, só podem ir com as instituições

OP foi enfrentada a partir da criação do OP Jovem e do OP Escolar¹⁶. Já dificuldades de inclusão de caráter socioeconômico apresentam-se enquanto desafio de maior envergadura.

Esse perfil, além da origem do OP vinculado à Agenda 21 com o foco nas áreas verdes, e das características da cidade, são elementos importantes para a compreensão das demandas e projetos aprovados pelo OP. Como podemos visualizar no quadro abaixo, os principais temas, ou áreas dos projetos votados nas nove edições até 2019 foram, por ordem quantitativa: educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; desporto; segurança e proteção civil; reabilitação de edifícios; e espaços verdes sustentáveis.

Quadro 6: Projetos vencedores/OP Cascais – 9 edições
(2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019)¹⁷

	2011 a 2018 8 edições	2019 (total 37 projetos)	Total 9 edições OP	Percentual total por áreas %
Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida	34	3	37	21,0
Desporto	21	5	26	14,7
Reabilitação de edifícios	14	1	15	8,5
Segurança e proteção civil	12	3	15	8,5
Espaços verdes sustentáveis	10	4	14	7,9
Transportes e mobilidade suave	12		12	6,8
Ação Social	6	3	9	5,1
Cultura	4	2	6	3,4
Rede pública viária e acessibilidades	2	4	6	3,4
Saúde e bem estar	3	3	6	3,4
Bem estar e proteção animal	4	1	5	2,8
Equipamentos lúdicos	4	1	5	2,8
Requalificação urbana de espaço público	3	2	5	2,8

que cuidam delas e com quem estão. Portanto fizemos horários a tarde, não são específicos, toda a gente pode ir.”

¹⁶ O OP Jovem em Cascais foi criado anteriormente a Lei 42/2016 (art.3), que instituiu o Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP). Segundo entrevista com a coordenadora da Divisão de Participação, houve edições com tentativas de juntar o OP Jovem de Cascais com o OP Escolar, decidindo-se por manter ambos, separadamente, dado que por um ser presencial e o outro digital, não iriam se sobrepor.

¹⁷ As áreas temáticas estão estruturadas de acordo com a definição dos Objetivos para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS – áreas definidas pela Normativas do OP Cascais 2019).

*Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no
Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais)*

	2011 a 2018 8 edições	2019 (total 37 projetos)	Total 9 edições OP	Percentual total por áreas %
Inclusão de cidadãos portadores de deficiência		4	4	2,2
Inovação tecnológica e conhecimento	2	1	3	1,7
Segurança alimentar e agricultura sustentável	3		3	1,7
Energias sustentáveis	2		2	1,1
Mobiliário urbano	2		2	1,1
Conservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres	1		1	0,5
Total projetos	139	37	176	100%

Fonte: Construído a partir de dados documentais disponíveis em sites e publicações da Câmara de Cascais.

Analisando os projetos aprovados entre as diferentes edições, é possível perceber variações entre temas/áreas eleitas no OP. Na edição de 2019, por exemplo, 32% dos projetos escolhidos estavam entre as áreas de inclusão de cidadãos portadores de deficiência; espaços verdes sustentáveis; e rede pública viária e acessibilidades. Isto alinha-se ao investimento da gestão Cascalense na educação ambiental e nas medidas voltadas a inclusão e oferta de espaços públicos de qualidade e acessíveis. No que diz respeito ao tema do desenvolvimento sustentável, os investimentos da cidade têm rendido um importante reconhecimento, recebendo diversos prêmios nacionais e internacionais.

A cidade também se destaca na área da inovação, desenvolvendo projetos e estratégias de articulação e de reconhecimento internacional. Exemplos são os prêmios GIFT pela transparência do processo do Orçamento Participativo, como a melhor prática do ano de 2017 de Participação Pública em Política Fiscal/2017; e o APP *City Point*, que, conforme descrito no quadro abaixo, ganhou a premiação da *World Summit Award* promovida pelas Nações Unidas, e que premia o melhor projeto mundial de inovação digital com impacto na sociedade (MOREIRA, 2018). A promoção de eventos nacionais e internacionais também contribui para divulgar e ampliar o OP nas agendas políticas nacional e internacional, a exemplo da participação em redes de divulgação do OP e de práticas participativas, como a Rede de Autarquias Participativas (RAP) de Portugal, além de Cascais ser anfitriã de um dos principais eventos sobre OP no mundo, o *Smart Citizenship Academy*, com duas edições (2018 e 2019), tendo reunido em, 2019, 104 participantes dos cinco continentes. Outros parceiros são o Banco Mundial, a *Global Initiative for Fiscal Transparency* (Washington, Estados Unidos da América), a Associação de

Municípios e Regiões da Suécia (Estocolmo, Suécia) e o Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP, Barcelona, Espanha).

Uma outra dimensão importante do OP de Cascais é a sua progressiva relação com outros espaços e instrumentos de participação. Um dos destaques foi a criação do OP Jovem que, sendo anterior à legislação portuguesa de implementação do OP Escolar em uma dinâmica nacional, vem procurando promover a discussão dos orçamentos nas escolas. Destaque também para a criação de outras ferramentas digitais. O quadro abaixo apresenta essas principais ferramentas de participação na cidade.

Quadro 7: Sistema de participação em Cascais

Arenas do sistema participativo	Modalidade Mista - Presenciais e Digitais	Modalidade Presencial	Modalidade Digital
Orçamento Participativo Jovem		Um professor e uma turma são responsáveis por organizar o processo do orçamento participativo na escola, e todos os alunos votam em cédulas de papel nos projetos que lhe interessam. Valor destinado: 10 mil euros por escola.	
Voz dos Jovens		“Em formato de assembleia o objetivo é os jovens poderem apresentar propostas/recomendações ou questionário executivo, e debater questões importantes para a vida da sua escola e da sua comunidade, com o objetivo de estimular formas diferentes de participação cívica dos jovens”. (CASCAIS, 2020a)	
Nós Propomos		“Projeto municipal promove cidadania territorial. Desafio anual lançado a 400 jovens entre os 16 e os 35 anos, de 12 escolas da rede pública, privada, profissional e cooperativa do concelho. os jovens são chamados a desenvolver, em sala de aula nas disciplinas de Geografia e Cidadania, todos os anos, estudos de caso sobre o que consideram ser problemas no concelho e a preparar propostas para os resolver”. (CASCAIS, 2020b)	
Consultas Públicas		“Sejam estas as de caráter obrigatório, consagradas na lei, como as voluntárias, sobre matérias relativamente às quais a autarquia pretende auscultar os municípios antes de tomar as respetivas decisões” (DIAS, SOUSA, 2017, p.18).	
Orçamento participativo	Assembleias presenciais e votação on-line		

Arenas do sistema participativo	Modalidade Mista - Presenciais e Digitais	Modalidade Presencial	Modalidade Digital
Associativismo	Plataforma de divulgação e política de estímulo e de repasses a associações, reconhecendo o seu papel no desenvolvimento do concelho enquanto “entidades dinamizadoras do exercício de uma cidadania ativa e promotoras da democratização do acesso à cultura, ao lazer e ao desporto”. (CASCAIS, 2021a)		
Voluntariado	“Promove o encontro entre entidades que desenvolvem projetos de voluntariado e pessoas que desejam ser voluntárias exercendo, assim, uma forma de cidadania participativa”. (CASCAIS, 2021b)		
Fix Cascais			Os moradores reportam “diferentes tipos de situações em espaços públicos, como calçada danificada, sinalização de trânsito mal colocada ou avariada, necessidade de limpeza de rua, etc. A participação pode ser feita através da página ou da aplicação móvel, disponível em versão Android e IOS e também em: www.cascais.pt/fixcascais ” (DIAS, SOUSA, 2017, p.18)
City Points			É um app desenvolvido pela câmara de Cascais em parceria com a empresa <i>Inno Wave Technologies</i> , como um incentivo à participação, premiando atividades como a reciclagem, o uso de transportes públicos ou bicicletas, e votação no orçamento participativo. “Ao fazerem isso, os cidadãos ganham pontos que podem depois ser trocados por livros, plantas, entradas gratuitas em museus, visitas guiadas, ingressos para eventos, horas de estacionamento, serviços de cuidados de animais”. (MOREIRA, 2018).

Fonte: informações retiradas do sítio governamental Cascais Participa. Disponível em: <https://participa.cascais.pt/>, <https://op.cascais.pt/orcamento-participativo/> <https://my.cascais.pt/> e de Dias e Sousa (2017).

Conforme o depoimento de uma das gestoras governamentais, essas diferentes modalidades, de alguma forma, se encaixam como uma engrenagem, atendendo a diferentes demandas e públicos, sendo o OP a “Joia da Coroa que irriga a engrenagem, principalmente no âmbito informacional e de mobilizar para a participação”. Há, nesse sentido, um planejamento anual de datas e estratégias das diferentes ferramentas tendo em vista essa ideia de uma retroalimentação, quase que formando, no conjunto, um “ciclo anual de participação”. Os jovens, no âmbito do OP jovem, também votam nas propostas do OP geral, e votar neste OP geral garante pontos no app *City Points*. Assim, esses instrumentos funcionariam como uma espécie de sistema, ou de uma espécie de ecologia participativa, contando com “múltiplos canais de engajamento” (SPADA, ALLEGRETTI, 2017).

No caso de Cascais, o OP é considerado como a “estrela da companhia”, seja pela maior visibilidade, pelo volume de recursos e pela quantidade de pessoas envolvidas. Diante disso, podemos considerar a ocorrência de um sistema participativo a partir da criação de diferentes modalidades de consultas, presenciais e online, orbitando em torno do OP Cascais. Esse sistema, como vimos, se diferencia da experiência de Araraquara-SP, voltada para articulações mais intensas com conselhos e conferências de políticas públicas, muito presentes no sistema de participação brasileiro.

Não se pode ignorar um elemento importante desse processo, qual seja, o envolvimento de setores acadêmicos e de assessoria que, a exemplo dos “embaixadores do OP” (PORTO DE OLIVEIRA, 2016), produzem dados e avaliações, assessorando a equipe do governo. Isso remete a um outro desafio, qual seja, o do aprendizado social e institucional proporcionado por programas participativos como os OPs. No caso de Cascais, ressaltamos uma dimensão importante desse processo, qual seja, o investimento na criação de dispositivos participativos voltados massivamente ao jovens, visando o aprendizado político e cidadão, a aproximação com o entendimento do sistema representativo, a formação de lideranças e de uma geração mais participativa e sensível ao desenvolvimento sustentável. Esta dimensão é central ao longo do tempo, porque “estruturante pro futuro” conforme disse uma das interlocutoras.

Diante dos dados e informações apuradas, apresentamos, abaixo, um quadro comparativo com os indicadores dos desafios, por cidade.

Quadro 8: Desafios e indicadores – Araraquara-SP e Cascais

Desafios	Indicadores				
	Araraquara - 236.072 hab. OP criado em 2001 e retomado em 2017 (PT)	Cascais - 210.889 hab. OP criado em 2011 (PSD)			
Descentralização do poder	Competência legal: Poder decisório com autonomia das deliberações nas assembleias. Decreto Nº11.855 de 05 de dezembro de 2018 dispõe sobre o Regimento Interno do Orçamento Participativo. Dados sobre recursos destinados ao OP estão, obrigatoriamente, na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos Documentos de Secretarias que receberam verba do OP.	Montante de recursos destinados ao OP: Entre 10 e 15% - R\$10 milhões em 2019	Definição de regras de distribuição/priorização dos recursos: Sem critérios – a população decide nas assembleias regionais e temáticas	Definição de regras de distribuição/priorização dos recursos: Sem critérios – a população apresenta e vota nas propostas definidas em assembleias	
		Número e perfil dos participantes (2019): Total 7.123 Votação digital 2.531 Participação Presencial – 4.592 Perfil geral: Classes baixas/médias. Nas plenárias temáticas importante inclusão de minorias sociais, conforme apresentado anteriormente	Ampliação e capilarização dos espaços de mecanismos de participação: Plenárias sub-regionais (28 Plenárias), regionais (12 Regiões) e temáticas (Sete plenárias: mulheres, igualdade racial, pessoa com deficiência, juventude, idosos, LGB-TQIA+ e plenária da cidade, com enfoque na cidade em seu todo).	Número e perfil dos participantes (2019): Total 70.966 Presencial: média de 1.200 pessoas Perfil geral: Classes médias Atuação junto aos jovens (OP jovem e escolar), idosos e pessoas com deficiência. Vide notas 20 e 21	Ampliação e capilarização dos espaços de mecanismos de participação: 4 regiões, duas assembleias por região e uma de toda a cidade Durante o processo do OP, são alocados estrategicamente em diferentes regiões geográficas pontos físicos de apoio aos votantes, com pessoal disponível para auxiliar na realização da escolha dos projetos, com disponibilização de computadores.
Inclusão política					

*Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no
Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais)*

Desenvolvimento sustentável	Serviços e obras escolhidas: Revitalização de Rios	Menção em documentos oficiais do OP e criação de espaços de debates sobre a temática: apesar de algumas obras e de preocupação da prefeitura, tema do meio ambiente é menos coberto. Ex. sem plenária temática	Eventos, cursos e encontros sobre a temática: o debate sobre desenvolvimento sustentável esteve presente no “I Congresso Internacional de democracia participativa”, organizado pela Prefeitura em 2019.	Serviços e obras escolhidas: Espaços verdes sustentáveis; Transportes e mobilidade suave; Segurança alimentar e agricultura sustentável; Energias sustentáveis; Conservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres	Menção em documentos oficiais do OP e criação de espaços de debates sobre a temática: vínculo e compromisso com ODS – Objetivos do desenvolvimento Sustentável e Origem do OP a partir da “Agenda Cascais 21”	Eventos, cursos e encontros sobre a temática: promoção de eventos voltados a agenda de desenvolvimento sustentável como o <i>World Summit Award</i> em 2019, promovido pelas Nações Unidas.
Tecnologias digitais	Criação de apps e dispositivos de participação/eleições online: votação online	Uso de tecnologias digitais para coordenar ações, divulgação coordenar ações	Uso de tecnologias digitais para promover debates, coordenação de ações, divulgação	Criação de apps e dispositivos de participação/eleições online: votação online e criação de aplicativos	Uso de tecnologias digitais para promover debates, coordenar ações, divulgação: Divulgação através de plataformas digitais, envio de SMS, através dos APPs, além de painéis digitais e outdoors espalhados em pontos estratégicos na cidade. Rede de e-mails utilizada para coordenar ações.	Uso de tecnologias digitais para promover debates, coordenação de ações, divulgação: Divulgação através de plataformas digitais, envio de SMS, através dos APPs, além de painéis digitais e outdoors espalhados em pontos estratégicos na cidade. Rede de e-mails utilizada para coordenar ações.
Ampliação/ fortalecimento do OP	Realização de eventos, participação em redes nacionais e internacionais: o I Congresso Internacional de Democracia Participativa, realizado pela Prefeitura em 2019, sinaliza o objetivo de juntar experiências sobre o OP. A Conferência de abertura do evento abordou a experiência do OP em Portugal.	Criação de novos espaços e articulações institucionais envolvendo o OP: a reeleição do Prefeito Edinho Silva (2021-2024) traz a promessa de promover articulações institucionais envolvendo o OP.	Realização de eventos, participação em redes nacionais e internacionais: participação em redes de divulgação do OP e de práticas participativas, como a Rede de Autarquias Participativas (RAP) de Portugal e o Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP, Barcelona, Espanha).	Realização de eventos, participação em redes nacionais e internacionais: participação em redes de divulgação do OP e de práticas participativas, como a Rede de Autarquias Participativas (RAP) de Portugal e o Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP, Barcelona, Espanha).	Criação de novos espaços e articulações institucionais envolvendo o OP: anfitriã de um dos principais eventos sobre OP no mundo, o Smart Citizenship Academy, com duas edições (2018 e 2019), tendo reunido em, 2019, 104 participantes dos cinco continentes. Diversas parcerias e prêmios	Criação de novos espaços e articulações institucionais envolvendo o OP: anfitriã de um dos principais eventos sobre OP no mundo, o Smart Citizenship Academy, com duas edições (2018 e 2019), tendo reunido em, 2019, 104 participantes dos cinco continentes. Diversas parcerias e prêmios
Sistema de participação	Vínculo com conselhos e/ou conferências: sim	Relação com a sociedade civil organizada: sim. Participação por meio de delegados e conselheiros, com importante participação da sociedade civil organizada	Criação/articulação com outros espaços e dispositivos participativos: sim. OP presencial e digital	Vínculo com conselhos e/ou conferências: não	Relação com a sociedade civil organizada: pouca. Foco na participação individual com menor espaço para a sociedade civil organizada	Criação/articulação com outros espaços e dispositivos participativos: sim. OPs jovens, escolares, Aplicativos: Fix Cascais, City Points

Aprendizado social e governamental	Menção em documentos oficiais: não consta. Mas a importância do OP para o aprendizado é recorrente nas falas públicas dos gestores: “É um projeto didático, porque ensina como se constrói uma peça do orçamento e também traz conhecimento. A partir do OP, as pessoas passam a conhecer como se dá a lógica dentro da máquina administrativa, como funciona uma obra (orçamento, projeto, licitação). É bacana esse processo de construção de conhecimento do setor público como um todo, e não só do orçamento”, (Secretária de Planejamento e Participação Popular, 01/10/2020), (O IMPARCIAL, 2020)	Realização de cursos/capacitação: Cursos de formação de conselheiros e Caravana da Cidadania. A Caravana da Cidadania é considerada uma oportunidade de aprendizado social e governamental, porque, segundo o prefeito, “Os conselheiros percorrem os locais da cidade escolhidos nas plenárias regionais do OP e que irão receber investimentos no orçamento de 2020. Ou seja, cada conselheiro passa a conhecer as necessidades de toda a cidade, e não só da sua região”. (ARARAQUARA, 2019)	Impactos no sistema educacional: não	Menção em documentos oficiais: Na legislação das Normas do Regulamento do Orçamento Participativo que “O Orçamento Participativo de Cascais tem como objetivo conscientizar as pessoas para o seu papel ativo enquanto cidadãos, na decisão da gestão do território.” A aprendizagem também aparece no documento Normas de Participação 2020: (CASC AIS, 2020b)	Realização de cursos/capacitação: A equipe da Divisão de Cidadania e Participação realiza cursos/reuniões de capacitação para servidores envolvidos em processos participativos, tais como professores, no caso do OP Jovem. São realizados Grupos Focais de Avaliação, sob supervisão do consultor de OP, onde cidadãos participantes do processo do OP avaliam este, informando assim o governo de Cascais quanto a alterações e melhorias necessárias no processo do OP.	Impactos no sistema educacional: OP jovem e escolar

Fonte: elaboração própria

O quadro acima aponta para similaridades e diferenças entre os dois OPs. Por um lado, vemos algumas semelhanças, como os valores destinados aos OPs, a ausência de critérios de distribuição de recursos, e a articulação com outras arenas e modalidades participativas. Por outro lado, vemos também diferenças importantes, e que estão relacionadas aos respectivos contextos, trajetórias e propósitos na implementação dos programas.

Vimos como os OPs europeus não priorizam, a não ser em algumas exceções, objetivos voltados à dimensão do efetivo compartilhamento de poder, à promoção da justiça redistributiva e à inclusão dos setores mais excluídos da população, características que marcaram os OPs brasileiros desde a sua origem, em Porto Alegre-RS. No entanto, esta dimensão da inclusão não está ausente nas preocupações dos gestores de Cascais, especialmente no tocante à população jovem, idosa e portadora de deficiência. No caso de Araraquara-SP, a criação de temáticas da juventude, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, igualdade racial, LGBTQIA+, tem se configurado como medida importante de inclusão desses setores, em que pese ainda alguns limites quando considerado o perfil em todas as plenárias regionais e sub-regionais, por exemplo, maioria branca e baixa presença de jovens e idosos. Outra dimensão interessante no tocante à inclusão diz respeito às diferenças numéricas de participantes. Se em Araraquara-SP, em função dos espaços territoriais e temáticos de participação, encontramos mais participantes na modalidade presencial, Cascais apresenta recordes de participação nas votações on-line, somando, em alguns momentos, mais votos do que nas eleições municipais.

Os desenhos institucionais também se diferenciam, com destaque, para o caso brasileiro, da valorização de encontros presenciais e da institucionalização de representantes sociais (delegados e conselheiros), além da atuação de diversos grupos e movimentos sociais, diferente de Cascais, este pautado em um modelo de participação individualizada, com baixo grau de envolvimento coletivo e de debates deliberativos. Por outro lado, o estudo aqui proposto atesta vulnerabilidades do OP brasileiro no tocante ao tema do desenvolvimento sustentável, tema mais presente no OP de Cascais, também mais envolvido na promoção de articulações e redes nacionais e internacionais. Outra dimensão importante diz respeito ao desafio de promoção de aprendizado. A ênfase no aprendizado escolar identificada em Cascais poderia servir de inspiração para os casos brasileiros, ampliando e fortalecendo uma cultura política participativa na população jovem.

Um outro elemento de destaque diz respeito à articulação dos OPs com outras instâncias, espaços e/ou modalidades participativas, em direção à criação de sistemas participativos. Se no caso brasileiro encontramos uma forte sensibilidade à incorporação do OP em outras estruturas institucionais de participação, como são os casos dos conselhos gestores e das conferências de política públicas, em Cascais a ideia de sistema gira em torno da criação de plataformas digitais e de medidas voltadas

ao público jovem. Destaque, ainda, para o caso de Cascais, do crescente interesse e criação de novos dispositivos de participação por meio do uso de tecnologias digitais, processo bem mais tímido no programa de Araraquara-SP.

Tomando, no conjunto, as variáveis analisadas, podemos dizer, em geral, que os maiores destaques do OP de Araraquara-SP se relacionam à descentralização do poder, à inclusão política de minorias sociais, às articulações do OP com outras instituições participativas e ao seu aspecto regulatório, cujo regulamento visa garantir que suas deliberações estejam, obrigatoriamente, na LOA, envolvendo, portanto, os vereadores no processo de aprovação do OP. Este envolvimento dos vereadores também é encontrado no OP de Cascais, cujas Normas do Regulamento estipulam que, anualmente, o OP deve ser votado pela Assembleia Municipal. Os principais destaques do OP de Cascais estão relacionados ao uso de TICs, a inserção em redes nacionais e internacionais, a inovação na criação de dispositivos individuais de participação, a preocupação com temáticas ambientais, e o foco no desenvolvimento de programas voltados ao público mais jovem e nos ambientes escolares.

Essas características expressam os diferentes sentidos de democracia que sustentam as experiências, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 9: Características gerais dos OPs de Araraquara-SP e Cascais

Araraquara-SP	Cascais
“Democracia participativa”	“Democracia colaborativa”
Dimensão política – compartilhamento do poder	Dimensão de inovação - ferramenta de governança
Ênfase natureza participativa/representativa	Ênfase natureza individual da participação
Formação de conselheiros	Formação de jovens e estudantes
Maior peso inclusão política (temáticas)	Maior peso desenvolvimento sustentável e uso de TICs
Menor capacidade de articulação internacional	Alta capacidade de articulação internacional

Fonte: Elaboração própria

Como podemos visualizar no quadro esboçado acima, o modelo de Araraquara-SP segue, embora as especificidades sejam locais, os princípios mais gerais de uma ideia de democracia participativa, visando um maior compartilhamento de poder e a promoção de inclusão política dos setores mais excluídos da população. Assumindo uma ideia de “democracia colaborativa”, o OP de Cascais se alinha a um modelo de governança que procura aproximar a população aos gestores públicos, gerando maior confiança no governo. Registramos também, em ambos os casos, a capacidade de adaptação de formatos e propósitos visando aprofundar a ideia de um sistema participativo.

Considerações finais

Com o propósito de analisar dois casos de OP atuais – Araraquara-SP (Brasil) e Cascais (Portugal) – e sensível às diferenças de contexto, origem, propósitos e formatos desses dois OPs, o trabalho procurou explorar as diferenças na sua capacidade de resposta a um conjunto de desafios dos OPs no mundo atual, como a descentralização do poder político, a promoção de inclusão política, o aprendizado social, o uso de TICs, a criação de sistemas participativos, e a incorporação de demandas e questões ambientais. A escolha de casos de OP nesses dois países está relacionada ao fato de que ambos são, ou foram, referências que se destacaram na criação de modelos exemplares de OP no plano internacional.

Em diálogo com a bibliografia, o nosso estudo corrobora as análises que apontam diferenças importantes nos OPs dos dois países, seja no que diz respeito aos propósitos, desenhos, aos perfis político-partidários, às origens, trajetórias, dinâmicas e perfis dos participantes. Como vimos, o problema das desigualdades sociais é uma dimensão central nos estudos sobre participação, e elemento importante para a compreensão do maior peso encontrado, para os OPs brasileiros, de demandas de base “material”, se comparadas com o peso de demandas “pós-materiais” com destaque ao ambientalismo, em OPs de países europeus. Vimos também que, no Brasil, o surgimento do OP está estreitamente ligado ao período da redemocratização ocorrida no final dos anos de 1980, e que testemunhou a criação de novos partidos políticos, como o PT, partido que assumiu protagonismo na defesa da democracia participativa no país. Já em Portugal, a emergência das experiências de orçamentos participativos ocorreu em um contexto de afastamento e desconfiança da população para com as instituições da democracia representativa, em uma situação de grave crise política e econômica. A forte vinculação com estruturas partidárias, como é o caso do PT no Brasil, comparece de forma mais atenuada em Portugal, o que parece confirmar a tese de que essa modalidade participativa tem sido promovida mais como resposta a necessidades de boa governança, ideia que pode ser atestada pelo uso de termos como o de “democracia colaborativa”, conforme depoimento de gestores de Cascais, e fortemente orientada por uma tradição participativa assentada em modalidades individuais de participação, e que se reproduz na criação de aplicativos de uso individual. O contexto político e geográfico, além do porte e da densidade geográfica e populacional são elementos importantes também para compreendermos as diferenças entre os programas. A criação de iniciativas de OP em âmbito nacional e o importante envolvimento em eventos e redes internacionais, no caso de Portugal, são exemplos neste sentido.

Por fim, uma nota sobre a volatilidade política do OP diante da ausência de amarras legais. Embora contem com regulamentos que envolvem a aprovação das Câmaras Municipais, ambos os OPs, em que pese o sucesso e reconhecimento que

vêm obtendo, não estão inscritos em uma legislação que garanta a obrigatoriedade de sua execução, como encontramos em outros lugares e países do mundo (DIAS, ENRÍQUEZ, JÚLIO, 2019), o que impacta na sua permanência e solidificação institucional, como vimos no caso de Araraquara-SP, onde o OP sofreu solução de continuidade no período de 2007 e 2016. A queda dramática de casos no Brasil, em especial a partir das eleições municipais de 2016, é um exemplo que aponta para a importância do debate sobre a institucionalização dos OPs enquanto inovação democrática duradoura e aberta a reavaliações, mudanças e inovações que materializem a esperança democrática.

CHALLENGES OF PARTICIPATORY BUDGETING: A STUDY IN BRAZIL (ARARAQUARA-SP) AND PORTUGAL (CASCAIS)

ABSTRACT: *The diffusion and proliferation of the Participatory Budget (OP) by different countries and continents in the world have posed several challenges related to democratic governance, such as the sharing of political power; the encouragement of political inclusion; and social and institutional learning. Therefore, this work aims at analyzing two different cases of OPs – in Araraquara-SP (Brazil) and in Cascais (Portugal) – noting the extent to which they are facing these and other challenges from dimensions such as decision-making competence, resources, institutional rules, space for participation, the use of digital technologies, the number and profile of participants, measures aimed at learning, and their insertion in a broader system of participation. The differences found between the two cases are related to the respective political and social contexts and to the different trajectories and purposes of the OPs in the two countries.*

KEYWORDS: *Participatory Budget. Araraquara-SP. Cascais. Democracy. Participatory Systems.*

DESAFÍOS DE LOS PRESUPUESTOS PARTICIPATIVOS: UN ESTUDIO EN BRASIL (ARARAQUARA SP) Y EN PORTUGAL (CASCAIS)

RESUMEN: *La difusión y proliferación de los Presupuestos Participativos (PP) en diferentes países y continentes del mundo han planteado varios desafíos relacionados con la gobernanza democrática, como el reparto del poder político, la promoción de la inclusión política y el aprendizaje social e institucional. Ante esto, este artículo pretende analizar dos casos distintos de Presupuestos Participativos*

(PP) – Araraquara-SP (Brasil) y Cascais (Portugal) – observando en qué medida se enfrentan a estos y otros desafíos desde dimensiones como el poder de decisión, los recursos, las reglas institucionales, los espacios de participación, el uso de tecnologías digitales, el número y perfil de los participantes, las medidas orientadas al aprendizaje y su inserción en un sistema más amplio de participación. Las diferencias encontradas entre los dos casos están relacionadas con los respectivos contextos políticos y sociales y con las diferentes trayectorias y propósitos de los PP en los dos países.

PALABRAS CLAVE: *Presupuesto participativo. Araraquara-SP. Cascais. Democracia. Sistemas participativos.*

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca. From Clientelism to Cooperation: Local Government, Participatory Policy, and Civic Organizing in Porto Alegre, Brazil. **Politics and Society** 26, p.511-37, 1998.

ALLEGRETTI, Giovanni; DIAS, Nelson; ANTUNES, Sofia. Transformar o território promovendo a cidadania: Metodologia em evolução nos Orçamentos Participativos de Lisboa e Cascais. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, v. 14, n. 1, p.143-175, jun. 2016.

ARARAQUARA. Regras e Regimento Interno do Orçamento Participativo. Disponível em: http://www.araraquara.sp.gov.br/programas/op_ Acesso em: 02 mar. 2021.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. ‘Caravana da Cidadania’ percorre locais de obras escolhidas no Orçamento Participativo. 2019. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2019/agosto-1/5/2018caravana-da-cidadania2019-percorre-locais-de-obras-escolhidas-no-orcamento-participativo>. Acesso em: 02 Mar. 2021.

ARARAQUARA. Decreto 11.855, de 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/planejamento-paticipacao-popular/11855.05dez18REGIMENTOINTERNODOORAMENTOPARTICIPATIVOOP.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

AVRITZER, Leonardo New public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics. **International Journal of Urban and Regional Research**, 30.3, p.623-37, 2006.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, n. 35, v. 4, p.216-224, 1969.

BAIOCCHI, Gianpaolo. Participation, Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment and Deliberative Democratic Theory. **Politics & Society** 29.1, p.43-72, 2001.

BEZERRA, Carla de Paiva.; JUNQUEIRA, Murilo de Oliveira. Por que o orçamento participativo entrou em declínio no Brasil? **XI Encontro ABCP**, Curitiba, 2018.

CABANNES, Yves. Participatory Budgeting: A Significant Contribution to Participatory Democracy. **Environment and Urbanization**, 16.1, p.27-46, 2004.

CASCAIS. **Participa**. Associativismo. 2021a. Disponível em: <https://associativismo.cascais.pt/associativismo>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. Voluntariado: Juntos por uma causa. 2021b. Disponível em: <https://voluntariado.cascais.pt/voluntariado>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. A Voz dos Jovens. Publicado em 10 de novembro de 2020a. Disponível em: <https://www.cascais.pt/voz-dos-jovens>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. Nós Propomos Cascais. Publicado em 01 de outubro de 2020b. Disponível em: <https://www.cascais.pt/nos-propomos-cascais>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. OP 2020 - Documentos - OP2020. Normas de Participação. Publicado em 13 de fevereiro de 2020c. Disponível em: <https://op.cascais.pt/orcamento-participativo/op-2020/documentos/5e4567e9a41872b000b73aad/OP2020-or-Normas-de-Participacao>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. 2019. Disponível em: <https://participa.cascais.pt/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CASCAIS. **Participa**. OP Cascais 2019. Mais de 10M€ para implementar 37 projetos vencedores. Publicado em 28 de novembro de 2019. Disponível em: <https://op.cascais.pt/orcamento-participativo/noticias/5de0609e515620740191b3f3/OP-Cascais-2019-or-Mais-de-10Meuro-para-implementar-37-projetos-vencedores>. Acesso em: 02 mar. 2021.

DIAS, Nelson; SOUSA, Vanessa Duarte. **A Cidade Começa nas Pessoas**. Cascais, Câmara Municipal de Cascais. 2017.

DIAS, Nelson; JÚLIO, Simone. The next thirty years of participatory budgeting in the world start today. In: DIAS, Nelson (Org). **Hope for democracy: 30 years of Participatory Budgeting worldwide**. 1 ed. Epopeia Records/Oficina, 2018.

DIAS, Nelson; ENRÍQUEZ, Sahsil; JÚLIO, Simone (Org). **Participatory Budgeting World Atlas**. Epopeia and Oficina, Portugal, 2019.

FALANGA, Roberto. **Como aumentar a escala dos orçamentos participativos?** Orçamento Participativo Portugal e Orçamento Participativo Jovem Portugal. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018.

FEDOZZI, Luciano. Cultura política e Orçamento Participativo. **Cadernos Metr pole** (PUCSP), v. 11, p.385-414, 2009.

FUNG, Archon. Varieties of Participation in Complex Governance. Special issue, **Public Administration Review**, 66, p.66-75, 2006.

FUNG, Archon.; WRIGHT, Erick. O. Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance. **Politics & Society**, Vol. 29 No. 1, p.5-41, 2001

GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency. How public institutions and CSOs are changing the game: the GIFT Public Participation in Fiscal Policy and Budget Making Award. September 11, 2017. Disponível em: www.fiscaltransparency.net/blog_open_public.php?IdToOpen=5408. Acesso em: 02 mar. 2021.

GOLDFRANK, Benjamin. Los procesos de ‘presupuesto participativo’ en América Latina:  xito, fracaso y cambio. **Revista de Ciencia Política**, 26 (2): p.3-28, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, v.2, 1997.

INGLEHART, Ronald.; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005.

LEVINE, Peter; FUNG Archon; GASTILL, John. Future directions for Public Deliberation. **Journal of Public Deliberation**, 1:1, 2005.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas. **Lua Nova**, v. 109, p. 13-49, 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. **Política & Sociedade**, v. 13, 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn.; FALANGA, R.; NICOLETTI, A. S. Orçamentos participativos no Brasil e em Portugal. In: LUCHMANN, L. H. H.; BAUMGARTEN, B. (Org.) **Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal**. Florianópolis: Insular, v. 1, p.19-56, 2018.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ROMAO, Wagner; BORBA, Julian. 30 years of Participatory Budgeting in Brazil: the lessons learned. In: DIAS, Nelson (Org.) **Hope for Democracy**. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. 1ed. Epopeia Records/Oficina, p.89-103, 2018.

MOREIRA, Cristiana Faria. App da câmara de Cascais que recompensa m nicipes participativos vence concurso da ONU. **Público**. 22 de março de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/22/local/noticia/app-da-camara-de-cascais-que-recompensa-municipes-participativos-vence-concurso-da-onu-1807718>. Acesso em: 01 mar. 2021.

O IMPARCIAL. Obras escolhidas no OP somam cerca de R\$ 60 milhões em investimentos. Publicado em 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://jornaloimparcial.com.br/cidade/obras-escolhidas-no-op-somam-cerca-de-r-60-milhoes-em-investimentos/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Conference on Environment and Development (UNCED). Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em: 02 mar. 2021.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

PORTO DE OLIVEIRA, Osmany. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p.219-249, ago. 2016.

PORTUGAL PARTICIPA. Rede de Autarquias Participativas (RAP). Disponível em: <http://www.portugalparticipa.pt/Home/Network/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy. **Politics & Society**, 26(4): p.461-489, 1998.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; ALLEGRETTI, Giovanni; RÖCKE, Anja. Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide—an Invitation to Global Cooperation. **Dialog Global** 25. 2010.

SMITH, Graham. **Democratic innovations: designing institutions for citizen participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOUZA, Luciana A. Martins. Virada institucional. O debate sobre o papel das instituições e dos atores políticos locais nas três gerações de estudos sobre o Orçamento Participativo1. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 79, p.83-103, 2016.

SPADA, Paolo. The Diffusion of Participatory Governance Innovations: A Panel Data Analysis of the Adoption and Survival of Participatory Budgeting in Brazil. Conference: **Latin American Studies Association**. Chicago, May 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273774248_The_Diffusion_of_Participatory_Governance_Innovations_A_Panel_Data_Analysis_of_the_Adoption_and_Survival_of_Participatory_Budgeting_in_Brazil. Acesso em: 01 mar. 2021.

*Desafios do Orçamento Participativo: um estudo no
Brasil (Araraquara-SP) e em Portugal (Cascais)*

SPADA, Paolo; ALLEGRETTI, Giovanni. Integrating Multiple Channels of Engagement in Democratic Innovations: Opportunities and Challenges. *In*: ADRIA, Marco; MAO, Yuping. **Handbook of Research on Citizen Engagement and Public Participation in the Era of New Media**. EUA, IGI Global. p.20-37, 2017.

WAMPLER, Brian; MCNULTY, Stephanie; TOUCHTON, Michael. The global spread and transformation of Participatory Budgeting. *In*: DIAS, Nelson (Org.). **Hope for Democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide**. 1ed. Epopeia Records/Oficina, p.55-73, 2018.

WARREN, Mark. When, where and why do we need deliberation, voting, and other means of organizing democracy? A problem-based approach to democratic systems. **Annual Meeting of the American Political Science Association**. August 30-september 2, 2012.

Recebido em 02/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.

CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO E COMPARECIMENTO ELEITORAL: CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

*Mércia ALVES**

*Joscimar SILVA***

*Arthur SILVA****

*Luís Paulo SOARES*****

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral nos pequenos municípios brasileiros. Quais fatores interferem na participação das zonas eleitorais locais? Os contextos socioeconômico e demográfico podem ser considerados variáveis para compreensão dos índices de participação eleitoral? Se sim, como? Analisamos os casos dos municípios com maior abstenção, e os municípios com maior comparecimento nas eleições de 2016. Foram analisados dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e realizada uma regressão linear múltipla a partir das variáveis disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A hipótese é que o desenvolvimento socioeconômico do município influencia nos índices de participação eleitoral local. A partir dos resultados, o artigo traça algumas reflexões sobre a influência das características sociodemográficas nas taxas de comparecimento e abstenção eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições municipais. Pequenos municípios. Abstenção eleitoral.

* UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – merciaallves@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8008-6905>.

** UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-010 – joscimar144@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8045-6707>.

*** UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE – Brasil. 50670-901 – professor_arthurleandro@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-9809-9816>.

**** UNB – Universidade de Brasília. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 – luis_pcs@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9468-5447>.

1. Introdução

A participação eleitoral pode ser explicada como um cálculo racional sobre o valor do voto individual e dos benefícios individuais ou coletivos alcançados por este (FIGUEIREDO, 1991), por razões contingenciais sobre a decisão de votar ou não votar, a exemplo da ausência do domicílio eleitoral e da obrigatoriedade do voto (ARAÚJO, 2007), como uma manifestação da cultura política que valoriza os espaços de participação eleitoral (TORCAL, MONTEIRO, GUNTHER, 2002), ou ainda como um agregado de influências atitudinais (individuais) e macroestruturais (RIBEIRO, BORBA, SILVA, 2015). Mesmo com o instituto do voto obrigatório, ainda há no Brasil um amplo contingente de eleitores que não comparecem às urnas.

O objetivo do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral em pequenos municípios brasileiros. Como recorte analítico, buscamos interpretar como os fatores macroestruturais de desenvolvimento econômico e social se relacionam às taxas de abstenção. Questionamos: Quais fatores interferem na participação das zonas eleitorais locais? Os contextos socioeconômico e demográfico podem ser considerados variáveis para compreensão dos índices de participação eleitoral? Se sim, como?

Analizamos os casos dos municípios com maior e menor abstenção eleitoral no primeiro turno das eleições de 2016 (TSE, 2016). São os municípios de maior abstenção eleitoral: Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro em Minas Gerais; de maior comparecimento: Presidente Castello Branco, em Santa Catarina; Travesseiro, Mampituba e Capitão, municípios do Rio Grande do Sul. A principal hipótese, elaborada a partir dos casos extremos de maiores abstenções e menores abstenções, é que o menor desenvolvimento socioeconômico do município influencie em maiores índices de abstenção eleitoral local.

Para responder às perguntas, na seção 2, o artigo apresenta de maneira sintética o debate sobre a participação e comparecimento eleitoral. Na seção 3, apresenta as notas metodológicas. Na seção 4, o artigo explora as possíveis hipóteses que justifiquem esses índices de abstenção e testa essas hipóteses a partir de uma regressão e partindo de casos exemplares de maior e menor abstenção eleitoral nas eleições 2016, considerando dados estaduais e nacionais. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais de estudo.

2. Participação e comparecimento eleitoral

Verba e Nie (1972), entendem as modalidades de participação política como as atividades relacionadas ao voto e às campanhas eleitorais – da busca por informação ao convencimento de outrem, da participação em comícios ao trabalho

junto aos partidos. A participação, a partir dessa visão mais tradicional, depende de fatores sociodemográficos e atitudinais aos quais os participantes são expostos.

Entre os autores responsáveis por propor uma visão mais ampla e próxima ao que entendemos hoje como participação estão Huntington e Nelson (1976) e Barnes e Kaase (1979). Os primeiros consideram como forma de participação as modalidades já pontuadas por Verba e Nie (1972), mas incluem os atos violentos a partir de uma perspectiva coletiva. Segundo eles, a participação pode ser organizada e legal, ou não, esporádica ou contínua. Barnes e Kaase (1979), partem dessa argumentação e consideram os protestos em todas as escalas – do abaixo assinado às greves – também atividades políticas, mas não tradicionais.

Em diálogo, Verba, Schlozman e Brady (1995), se propõem a entender quais fatores explicam o fenômeno da participação política. Os autores propõem um modelo segundo o qual, é necessário considerar variáveis relacionadas ao ativismo político (dependentes) e aos recursos disponíveis (independentes). Ambas variáveis do Modelo do Voluntarismo Cívico, como denominado, estão descritas na tabela abaixo.

Tabela 1: Modelo do Voluntarismo Cívico – Variáveis Dependentes e Independentes

Variáveis Dependentes	Trabalhar em campanhas Contribuir para campanhas Participar de protestos Manter contato com agentes públicos Exercer trabalhos informais junto à comunidade Ser membro de grupo político local Ser filiado Contribuir para uma causa política Votar
Variáveis Independentes	Tempo Dinheiro Habilidades Cívicas Engajamento Recrutamento

Fonte: Elaboração própria a partir de Verba, Schlozman e Brady (1995)

O modelo joga luz sobre as condições socioeconômicas para explicar a participação política. Isso significa dizer primeiro que, indivíduos com maior condição financeira e educação tendem a um maior engajamento. Segundo, que a desigualdade social é cara à democracia, ao passo que consideram ser saudável que todos os cidadãos sejam capazes de colocar as suas demandas em iguais condições. Em algum nível, Robert Dahl (2005), compartilha da mesma perspectiva, ao pontuar

para a necessidade de igualdade de condições para participação, principalmente de informação.

Por que alguns indivíduos participam e outros não? Se todas as formas de participação política demandam recursos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995), sejam financeiros, de tempo ou as habilidades desenvolvidas (socialização no ambiente escolar ou igreja, comunidade, trabalho) necessárias para tanto, é plausível assumir que indivíduos não participam porque não podem, não querem ou não receberam os estímulos necessários para desenvolver esse interesse. Nesse ponto, é importante destacar que o engajamento está diretamente relacionado às oportunidades, e à cultura cívica, como pontuado por Almond e Verba (1963).

Cada modalidade de participação requer certos tipos de recurso, segundo Verba, Schlozman e Brady (1995). Neste artigo, tratamos de discutir o voto, precisamente, as taxas de abstenção e comparecimento, que para os autores, demandam baixo custo de informação (capacidade de transmissão), e pouco tempo. É notório que, para além das questões socioeconômicas e relacionadas à cultura cívica, os constrangimentos legais, a exemplo, a obrigatoriedade do voto, devem ser pontuados para a compreensão do fenômeno.

A participação política, a associação voluntária e a relação de identificação entre partidos e grupos, podem também ser entendidas em função da distribuição de incentivos individuais e coletivos (DUVERGER, 1980): de um lado, os grupos sociais visam ter as suas demandas atendidas; de outro, partidos políticos objetivam a conquista ou a manutenção de seus cargos eletivos e de legitimidade em âmbito governamental.

Existem muitos estudos que versam sobre a participação política-eleitoral em contextos nacionais, especialmente em democracias mais antigas. Conforme afirmam Ribeiro, Borba e Silva (2015), esse tipo de estudo é mais comum em países desenvolvidos. Apesar dos esforços em estudar países em desenvolvimento, estes ainda se centram a nível nacional. O esforço deste nosso trabalho é analisar os condicionantes da participação político-eleitoral em contexto municipal brasileiro.

A dimensão predominantemente urbana dos municípios pode estar associada à maior participação eleitoral. Esse fato se explica pela maior proximidade do eleitorado urbano com as dinâmicas políticas e suas consequências, porém, parte da teoria aponta que essa hipótese perde capacidade explicativa quando a taxa de urbanização se torna excessivamente alta (em grandes centros e conglomerados urbanos), pois nesses ambientes aumenta a apatia à participação eleitoral (RIBEIRO, BORBA, SILVA, 2015).

Estudos com dados nacionais também apontam que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita implica a redução da probabilidade de comparecimento eleitoral. Ribeiro, Borba e Silva (2015, p.102) afirmam que “o comparecimento é maior em contextos de baixa efetividade governamental e de menor PIB

per capita”. Embora os autores promovam uma análise dicotômica que separa as variáveis atitudinais (individuais) e as variáveis estruturais, é fundamental salientar a interdependência dessas variáveis. As ofertas políticas, a trajetória e experiência política histórica e outros fatores macroestruturais podem interferir diretamente na conformação dos sentimentos partidários e antipartidários que a população tem, impactando o comparecimento eleitoral (TORCAL, MONTEIRO, GUNTHER, 2002). Costa (2006), corrobora com essa perspectiva. Para o autor, além do IDH e do IES¹, interferem fatores de ordem político-conjuntural, como sistema eleitoral e o papel dos meios de comunicação nos processos eleitorais.

Estudos comparados como os realizados por Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), apontam para variáveis institucionais para explicar índices de comparecimento e abstenção. Segundo os dados apresentados relativos às democracias sul-americanas, impactam esse índice: a existência de eleições concomitantes para diferentes cargos e da possibilidade de segundo turno, o número de partidos políticos e de candidatos, além da obrigatoriedade do voto.

A abstenção no Brasil, segundo Silva (2016), é de caráter estrutural. O autor pontua duas variáveis macro conjunturais: a Qualidade da Democracia (o tempo de vida do regime e as garantias das liberdades), e o acirramento das eleições que aumenta o interesse (ou o contrário). O autor identifica no contexto latino-americano, dinâmicas próprias que explicam o fenômeno e aspectos presentes também em países desenvolvidos. De forma geral, segundo os dados apresentados na pesquisa, a abstenção é uma expressão de protesto de um eleitor afastado da política, inclusive aquele que demonstra satisfação com a democracia representativa. Segundo Fisichiella (1992), a abstenção exprime uma orientação de consciente hostilidade ao regime e inutilidade da própria participação.

Cabe ressaltar a tendência apontada por O'Donnell e Schmitter (1986) – chamada tese do arrefecimento da participação eleitoral – de declínio do comparecimento eleitoral ao passar dos anos. Essa tendência está relacionada ao aperfeiçoamento da democracia representativa e das garantias das liberdades individuais, valores invioláveis que independem do resultado das eleições. Sob essa perspectiva, determinado grau de abstenção não lesa a legitimidade da democracia. Ou, ao contrário, o comparecimento às urnas pode aumentar se algumas das liberdades e direitos individuais ou de grupos forem ameaçadas, como pontuamos a partir de Silva (2016), assim como interesse e a busca por informação política.

Considerando essas diferentes variáveis que interagem no processo de comparecimento e abstenção eleitoral, este artigo dedica-se apenas à análise de desenvolvimento socioeconômico, buscando a partir desta traçar hipóteses das razões

¹ Índice de Desenvolvimento Humano (relação diretamente proporcional) e Índice de Exclusão Social (relação inversamente proporcional).

que justificam as taxas de abstenção eleitoral. Busca-se contribuir com dados para essa discussão considerando um recorte pouco analisado pela ciência política, os pequenos municípios².

3. Notas Metodológicas

O objeto do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral a partir da análise do desenvolvimento socioeconômico e demográfico em pequenos municípios. Para isso, foi realizada uma análise macro a partir de dados sobre os municípios brasileiros, e uma análise focalizada nos casos extremos da participação eleitoral nos municípios: Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro em Minas Gerais – com maior abstenção; Presidente Castello Branco em Santa Catarina; Travesseiro, Mampituba e Capitão, municípios do Rio Grande do Sul – com maior comparecimento. Para isso, apresentamos os municípios brasileiros com maior e menor percentual de abstenção referente às eleições de 2016, e um resumo das informações do município e do pleito, e apresentamos os mapas de localização dos municípios (Figuras 1, 2 e 3).

Das variáveis disponíveis no banco de dados do TSE (2016), foram escolhidas para teste aquelas que melhor se relacionam à condição de abstenção nos Estados de interesse para este trabalho, ou que possam contribuir para a compreensão do fenômeno a partir da composição sociodemográfica do eleitorado. Daí foi organizado o banco de dados com 5597 observações, que corresponde aos números de comparecimento na votação do 1º turno das eleições de 2016 (em 5570 municípios), mais os números do comparecimento obtidos (em 27 localidades) onde houve 2º turno, naquele ano.

As variáveis do banco de dados do TSE estão elencadas a seguir:

- Região do País (Nordeste: 1 ou 0)³
- Município de Minas Gerais (MG: 1 ou 0)
- Município de Santa Catarina (SC: 1 ou 0)
- Município do Rio Grande do Sul (RS: 1 ou 0)
- Proporção de pessoas com mais 70 anos de idade no conjunto do eleitorado (prop_v70anosoumaior: de 0 a 1,00)

² Considera-se para fins desta análise que pequenos municípios são aqueles com menos de 50.000 habitantes, nos quais se enquadram todos os oito casos de municípios de maior participação eleitoral e maior abstenção.

³ Os testes T de médias para as outras Regiões do país, a saber, Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, ou apresentaram elevada significância ou reduzido valor de teste, de modo que se optou por utilizar apenas a Região Nordeste na modelagem da regressão. Tal expediente reforça o caráter excepcional dos municípios de destaque, selecionados para este estudo.

- Proporção de pessoas analfabetas e/ou sem escolarização formal, no conjunto do eleitorado (prop_sem_escolarização: de 0 a 1,00)
- Proporção de mulheres no conjunto do eleitorado (prop MULHER: de 0 a 1,00)

Também foram inseridas no modelo os dados correspondentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010 (a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), a população estimada para o município em 2016, e a informação sobre o status do município (se se trata de capital do Estado, ou não):

- IDH-M_2010 (2010: de 0,467 a 0,919)
- População residente em 2016 (pop_2016: de 815 a 12.038.175)
- Capital de Estado (capital: 1 ou 0)

A variável dependente do teste foi a proporção de abstenções em cada grupo de 1000 eleitores aptos a votar, na eleição de 2016, por município – Abstenções (abs1000aptos: de 16 a 348).

Estabelecidas as variáveis, foi realizada regressão linear múltipla, definida na linguagem estatística como um método para se estimar os valores esperados de uma variável y (no caso, a proporção de abstenção eleitoral para cada grupo de 1000), dados os valores algumas outras variáveis x (os regressores do banco de dados, especialmente montado, conforme apresentado acima).

A regressão linear múltipla, então, busca a estimação de valores de uma variável y (desconhecidos) a partir de uma relação linear assumida, e que é submetida a teste a partir de uma matriz de valores x , conhecida, pelo chamado método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Trata-se de uma consagrada técnica de otimização matemática que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados, tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado para y , e os dados observados na mesma variável.

Nos modelos de regressão utilizados neste trabalho, assegurou-se que as variáveis preditoras não fossem previsíveis a partir de outras variáveis independentes, e para isso foi inserido o controle de multicolinearidade mediante cálculo do Fator de Inflação da Variância (*Variance Inflation Factor* – VIF). Como regra geral (BELSLEY, 1991), quando o VIF assume valores maiores que 10, há provavelmente um erro de especificação no modelo, e os coeficientes da regressão estão provavelmente viesados; por outro lado, medidas entre 5 e 10 demandam alguma atenção analítica para entender que tipo de associação está gerando a medida, e se é conveniente ou não manter o regressor no modelo. Valores inferiores a 5 e maiores que 1 são comuns, e embora indiquem algum nível de correlação entre os regressores,

não há problemas de estimação em face de multicolinearidade. Neste trabalho, o VIF foi sempre mantido abaixo de 10, em todos os efeitos parciais, para cada um dos modelos de regressão; VIFs acima de 5 e abaixo de 10, eventualmente, foram tolerados quando as variáveis colineares foram usadas apenas controle explicativo, e sem colinearidade com as variáveis de interesse, cujos coeficientes seriam afetados.

4. Abstenção eleitoral nas eleições de 2016

4.1. Regressão linear múltipla

O modelo de regressão elaborado explica 59,5% da variabilidade da medida dependente. O fato de o município ser do Nordeste do Brasil diminui a abstenção, em média, para 38 eleitores (aproximadamente) para cada grupo de 1000: no cômputo geral, o Nordeste teve a menor abstenção do país. Também é assim para o agregado dos municípios de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com reduções, na média dos municípios de cada Estado, de 21, 16 e 33 abstenções, em cada grupo de 1000. Por outro lado, numa situação hipotética em todos os eleitores fossem maiores de 70 anos, a abstenção cresceria, em média, a 845 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município; fenômeno semelhante, com acréscimo de 448 e 139 eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar.

O teste inseriu, ainda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 ($B = -31,58$), a população residente no município ($B < 0,00$) e a classificação do município como capital do Estado ($B = 4,25$). Dessas variáveis, apenas para o IDHM foi verificado efeito diferencial negativo, com redução na abstenção em quase 32 eleitores para cada grupo de 1000, na situação hipotética do município com escore máximo de desenvolvimento humano. Para as duas outras, contudo, a significância superior a 0,05 não permite extrapolar a influência dessas variáveis para além do conjunto de dados analisado, sob pena de se cometer um Erro do Tipo I.

Tabela 2: Modelo de regressão MQO para as
condicionantes da abstenção eleitoral – Brasil

R² ajustado: 0,595	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-190,21	23,37	-	-8,14	0,000	-
Nordeste	-38,12	1,81	-0,30	-21,07	0,000	2,844
Município de MG	-21,11	1,55	-0,13	-13,62	0,000	1,248
Município de SC	-15,67	2,47	-0,06	-6,33	0,000	1,225
Município RS	-33,18	2,06	-0,16	-16,11	0,000	1,308
Prop_v70anosoumaior	844,87	12,00	0,69	70,43	0,000	1,303
Prop sem escolarização	448,48	17,49	0,44	25,64	0,000	3,929
Prop MULHER	139,05	36,18	0,03	3,84	0,000	1,107
IDH-M_2010 ⁴	-31,58	15,14	-0,05	-2,09	0,037	6,329
pop_2016	0,00	0,00	-0,02	-1,48	0,139	1,531
Capital	4,25	9,05	0,00	0,47	0,639	1,471

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

Para melhor analisar o nível de desagregação das UF de interesse, considerando os casos de maior e menor participação eleitoral nas eleições 2016, foi também gerado quadro de regressão para os municípios mineiros, catarinenses e gaúchos. Em Minas Gerais, considerada a totalidade de eleitores maiores de 70 anos, a abstenção cresceria, em média, a 972 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município (maior que a média nacional); do mesmo modo, com acréscimo de 506 (maior que o efeito nacional) e 114 (menor que o nacional) eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido aumento em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar.

O teste para Minas Gerais também inseriu o IDHM de 2010 ($B = -242,81$), a população residente no município ($B < 0,00$) e a classificação do município como capital do Estado, exclusiva da cidade de Belo Horizonte ($B = -42,21$). Apenas para o IDHM o teste foi significativo, revelando que a abstenção tende a decair, conforme aumenta o IDHM, até o limite hipotético de um município com o índice igual a 1,000 (100% de desenvolvimento humano). População residente no município e condição de capital apresentaram significância superior a 0,05, e não explicam satisfatoriamente a abstenção.

⁴ Vê-se que o VIF da variável *IDH-M_2010* é superior a 5, dado o fato de que a escolarização da população (variável *Prop sem escolarização*, $VIF = 3,929$) é uma das componentes, mas não única, do cálculo do IDH-M. A mesma situação se observa na tabela 6.

Tabela 3: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – MG

R ² ajustado: 0,610	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-91,23	56,88		-1,60	0,109	-
Prop_v70anosoumaior	972,20	32,41	0,79	30,00	0,000	1,526
Prop sem escolarização	505,98	42,19	0,44	11,99	0,000	2,891
Prop MULHER	114,16	85,53	0,03	1,33	0,182	1,079
IDH-M_2010	-242,81	37,60	-0,25	-6,46	0,000	3,264
pop_2016 ⁵	0,00	0,00	0,04	0,92	0,356	5,071
Capital	-42,21	71,79	-0,03	-0,59	0,557	4,436

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

No caso de Santa Catarina, quando todos os eleitores fossem dispensados de votar em razão da senioridade, a abstenção cresceria, em média, a 818 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município; fenômenos semelhantes, com acréscimo de 64 (menor que o nacional) e 245 (maior que o nacional) eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar. Em Santa Catarina, nem a medida do IDH-M_2010, nem a população residente no município em 2016, nem a condição de capital (exclusiva de Florianópolis) fizeram-se significantes, a um nível de teste de 0,05, para a explicação da variável dependente.

Tabela 4: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – SC

R ² ajustado: 0,722	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-176,08	61,73		-2,85	0,005	-
Prop_v70anosoumaior	818,45	34,21	0,85	23,93	0,000	1,324
Prop sem escolarização	63,85	40,13	0,06	1,59	0,113	1,652
Prop MULHER	264,62	106,23	0,08	2,49	0,013	1,171
IDH-M_2010	-37,60	50,97	-0,03	-0,74	0,461	1,925
pop_2016	0,00	0,00	-0,03	-0,61	0,543	1,772
Capital	8,45	25,03	0,01	0,34	0,736	1,307

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

⁵ Vê-se que o VIF da variável *pop_2016* é discretamente superior a 5, dado o fato de que a população da capital é a maior dentre os municípios da UF (variável *Capital*, VIF = 4,436). Os autores decidiram manter ambas as variáveis por entender que as informações trazidas pelos regressores são qualitativamente diferentes.

Nas analisadas a seguir, observa-se que, caso todos os eleitores fossem dispensados da obrigação de votar em razão da senioridade (idade mínima de 70 anos), a abstenção sofreria, em média, o impressionante incremento de 906 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município. Cresceria também, com acréscimo médio de 271 (maior que o nacional) eleitores, no caso de município que fosse constituído de um eleitorado exclusivamente feminino. Nem a escolarização, nem o IDHM, nem a população residente ou a condição de capital, observada em Porto Alegre, fizeram-se significantes para a explicação da variável dependente.

Tabela 5: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – MG

R ² ajustado: 0,829	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-204,72	51,23		-4,00	0,000	-
Prop_v70anosoumaior	906,23	27,70	0,90	32,71	0,000	2,036
Prop sem escolarização	19,45	35,52	0,02	0,55	0,584	2,198
Prop MULHER	271,76	79,09	0,07	3,44	0,001	1,247
IDH-M_2010	-47,07	45,49	-0,03	-1,03	0,301	2,293
pop_2016	0,00	0,00	-0,04	-1,07	0,286	4,493
Capital	46,15	44,88	0,04	1,03	0,304	3,679

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

Como último ponto da análise de regressão, para investigação de municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, é importante observar que os municípios nordestinos têm abstenção menor que o restante dos municípios brasileiros, em média, para 33 eleitores (aproximadamente) em cada grupo de 1000. Ao se considerar a situação hipotética de que todos os eleitores fossem maiores de 70 anos, ou não tivesse qualquer escolarização, a abstenção cresceria, em média, a 735 e 438 eleitores a cada grupo de 1000, respectivamente. Por outro lado, a proporção de mulheres no eleitorado, e a população residente no município fazem diferença na abstenção observada nos municípios deste segmento: caso fossem apenas mulheres o conjunto de eleitores aptos a votar, a abstenção diminuiria em 83 eleitores para cada mil; também se vê que a abstenção cresce em 2 eleitores que deixam de comparecer, em média, para cada mil pessoas residentes no município ($B > 0,002$). O IDHM, neste grupo de municípios, não se mostrou relevante ($p > 0,05$).

Tabela 6: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – Pequenos Municípios

R ² ajustado: 0,557	Coef. não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-82,94	26,83		-3,09	0,002	-
Nordeste	-32,92	2,14	-0,27	-15,39	0,000	2,644
Prop_v70anosoumaior	734,63	20,24	0,47	36,29	0,000	1,420
Prop sem escolarização	437,88	19,26	0,47	22,74	0,000	3,594
Prop MULHER	-82,93	42,76	-0,02	-1,94	0,052	1,084
IDH-M_2010	-28,16	18,08	-0,04	-1,56	0,119	5,834
pop_2016	0,002	0,00	0,22	16,96	0,000	1,415

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

4.2. Maior abstenção eleitoral: os municípios

Entre os municípios com maior percentual de abstenção eleitoral, se destacam quatro, ambos no Estado de Minas Gerais. Minas Novas, Berilo e Novo Cruzeiro, situados ao norte do estado de Minas Gerais, na microrregião de Capelinha que pertence à mesorregião do Jequitinhonha. Rio Vermelho se localiza na região de Conceição do Mato Dentro, mais próximo à Região Metropolitana de Belo Horizonte. A tabela 7 apresenta esses dados:

Tabela 7: Municípios com maior percentual de abstenção nas Eleições de 2016 no primeiro turno

Município	População ⁶	Colégio ⁷	Abstenção ⁸
Minas Novas	31.497	22.962	34,7% (8.007)
Rio Vermelho	12.739	11.019	33,5% (3.706)
Berilo	11.872	9.659	32,1% (3.116)
Novo Cruzeiro	31.335	24.504	31,9% (7.834)

Fonte: Autores, com base em dados do TSE, 2016.

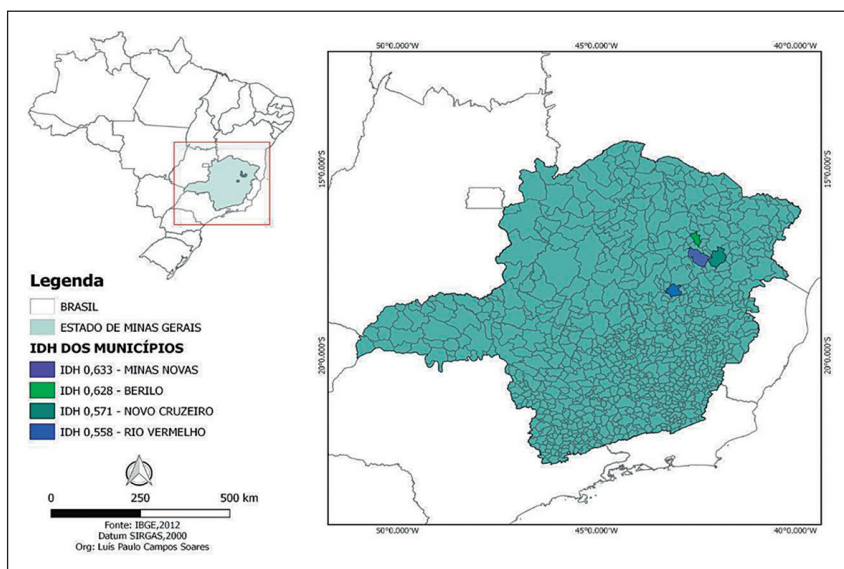
⁶ IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019.

⁷ TSE, Estatísticas do eleitorado – Consulta por região/UF/município, 2016.

⁸ TSE, Estatísticas do eleitorado – Consulta por região/UF/município, 2016.

Como será demonstrado no mapa da Figura 1, os três municípios, além de pertencentes ao mesmo estado, situam-se bem próximos, identificando-os num mesmo eixo viário do estado.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios de Minas Novas, Berilo, Novo Cruzeiro e Rio Vermelho do Estado de Minas Gerais



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013).

Além dos quatro municípios com maior abstenção eleitoral estarem em Minas Gerais, três destes estão na mesorregião do Jequitinhonha, a mais pobre do estado. O IDHM e o Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) destes municípios também demonstram um padrão que ajuda a compreender essas realidades locais. O IDHM dos municípios analisados gira em torno de baixo e médio baixo. Os dados apontam que os municípios sobrevivem de agricultura de subsistência e benefícios sociais, como aposentadorias e políticas de transferência de renda. Dessa forma, os casos desses municípios ajudam a explicar uma dimensão mais ampla da abstenção eleitoral relacionada a um baixo IDHM, apontando que o desenvolvimento socioeconômico é, em alguns contextos, uma influência direta na participação eleitoral.

a) Minas Novas

Minas Novas é um município da região mineira do Alto Jequitinhonha, com densidade demográfica de 16,9 habitantes por km². O IDHM é 0,633 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 9.476,24 (IBGE, 2018), ambos abaixo da média estadual, o que reforça a dominância explicativa do IDHM baixo sobre a abstenção eleitoral.

No município, Aécio Guedes, do PRB⁹, foi eleito com 62,25% (8.592 votos), contra o então prefeito Gil, do PPS¹⁰, com 36,75% (4.993). Brancos somaram 1,9% (285), nulos, 7,6% (1.156). O prefeito eleito aos 42 anos, Aécio Guedes, se declara pardo, casado e é administrador e tem o ensino médio completo.

b) Rio Vermelho

Rio Vermelho é um município da microrregião mineira de Conceição do Mato Dentro, com densidade demográfica de 13,83 habitantes por km². O IDHM é 0,558, um dos mais baixos do país (IBGE, 2010) e o PIB per capita é de R\$ 8.649,64 (IBGE, 2018), reafirmando a influência do IDHM sobre o aumento da abstenção eleitoral.

No município, Faria, do DEM¹¹, foi eleito com 59,2% (3.813), contra Djalma, do PSDB¹², que alcançou 33,42% dos votos (2.152). Também foi candidato, Alirio do Sindicado, pelo PP¹³, com 7,3% (474). Brancos somaram 2,8% (211) e os nulos 9,62% (708). O prefeito foi eleito em 2016 aos 78 anos, é casado, possui o ensino fundamental completo, é divorciado, branco e aposentado.

c) Berilo

Berilo é um município da região mineira do Jequitinhonha, com densidade demográfica de 20,95 habitantes por km². O IDHM é 0,628 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 7.912,03 (IBGE, 2018), contexto onde o IDHM também sinaliza para a abstenção eleitoral.

Lázaro, do PP¹⁴, foi eleito no município com 55,8% dos votos (3.435), contra Higor De Ioiô, do PSDB¹⁵, com 44,1% (2.718). Os votos brancos somam 1,4% (96)

⁹ Coligação Minas Novas Unida: PRB / PT / PMDB / PTN / PSC / DEM / PSDC / PROS / PC do B / PDT / PSB / PV / PRP / PHS / PR / PSD / PMN.

¹⁰ Coligação de Mãos Dadas Com O Progresso: PPS / PP / PTB / PSDB.

¹¹ União, Trabalho e Competência: PMDB / DEM / PV / PPS / PR.

¹² Fé, União e Trabalho: PHS / PSDB / PSB / PSD.

¹³ Partido isolado.

¹⁴ Coligação: de Volta Ao Progresso PMDB / PSD / PT / PP / PV.

¹⁵ Coligação: Povo unido PR / PSDB / PHS / PPS / DEM.

e nulos, 4,9% (324). Lázaro foi eleito aos 56 anos, é comerciante e casado, se declara pardo e possui o ensino superior completo.

d) Novo Cruzeiro

Novo Cruzeiro é um município da região mineira do Jequitinhonha, com densidade demográfica de 18,04 habitantes por km². O IDHM é 0,571 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 7.531,17 (IBGE, 2018) que, assim como os demais casos estudados, com baixo PIB per capita e IDH, apontam que há maior influência do IDHM sobre a abstenção, que uma possível influência do baixo PIB per capita influenciando o aumento da participação eleitoral nos municípios.

Com 54,7% (8.356), foi eleito no município, Nem Capotão do PR¹⁶. Padre Demiro, do PV¹⁷, alcançou 45,2% dos votos (6.909). Brancos somaram 1,4% (234), e 7,45% foi o percentual de nulos (1.248). O prefeito foi eleito aos 43 anos, é comerciante e casado, possui o ensino médio completo e se declara branco.

4.3. Menor abstenção eleitoral: os municípios

Contrário aos municípios mineiros que contam com as maiores taxas de abstenção eleitoral, os municípios com as menores taxas de abstenção possuem um alto PIB e alto IDHM. Além disso, possuem maior contingente populacional por km², como será demonstrado.

Tabela 8: Municípios com menor percentual de abstenção nas Eleições de 2016 no primeiro turno

Município	População	Colégio	Abstenção
Presidente Castello Branco	1.547	1.610	1,5% (25)
Travesseiro	2.334	1.855	1,6% (31)
Mampituba	2.973	2.635	1,6% (44)
Capitão	2.763	2.447	1,8% (45)

Fonte: Autores, com base em dados do TSE, 2016.

Presidente Castello Branco é um dos municípios que apresentam distorção entre população e colégio eleitoral. O número de municípios que compartilha do

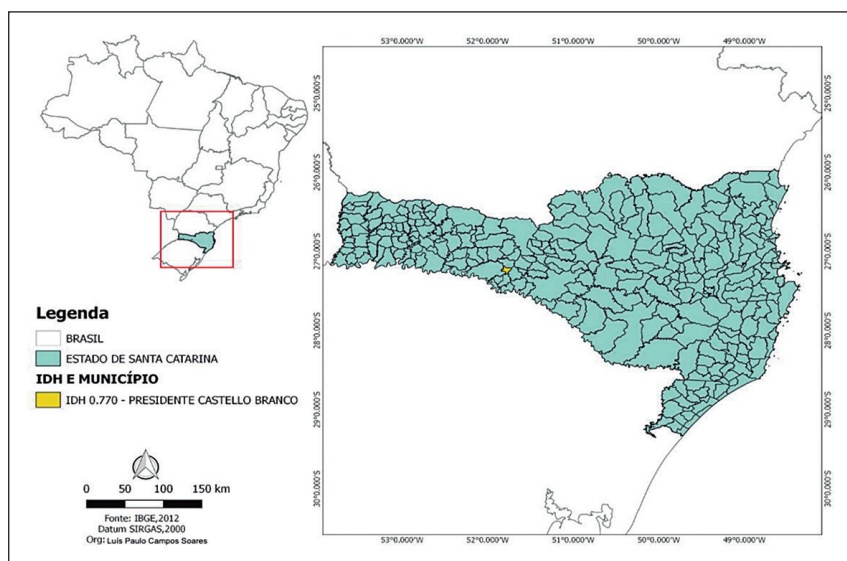
¹⁶ Coligação: Novo Cruzeiro, Nosso Compromisso PRB / PP / PR / PSDC / PROS.

¹⁷ Coligação: Honra, Trabalho e Fé PT / PSDB / PMN / PSL / PT do B / PTC / PSC / PMDB / PSD / SD / PC do B / PDT / PHS / PPS / PRP / PSB / PV.

cenário diminuiu entre os pleitos de 2016 e 2018, de 348 para 308. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que cruzou dados do TSE e IBGE, em 2020 esse número foi de 473. Estão entre os estados com maior número de cidades na situação, Goiás (22,7%), Rio Grande do Norte (17,9%) e Paraíba (14,8%), segundo a mesma pesquisa.

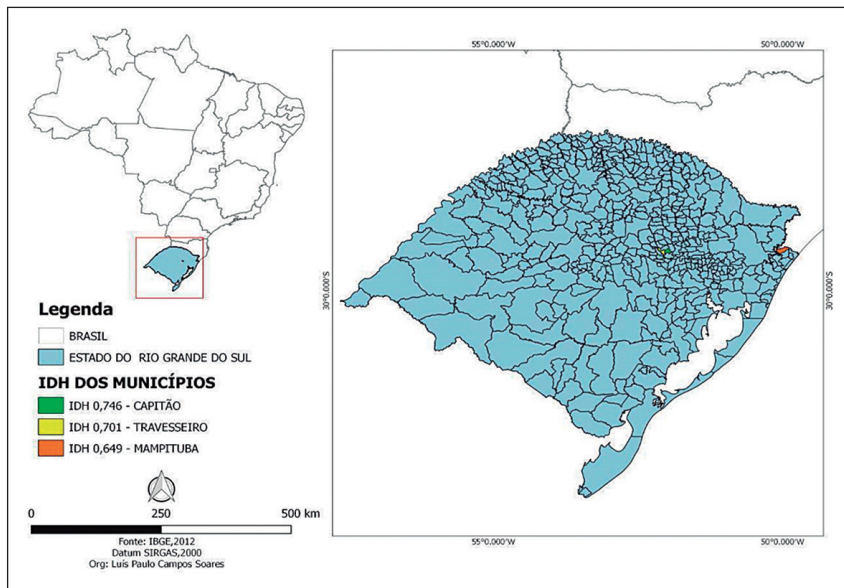
Em entrevista concedida ao portal de notícias G1 (D'AGSOTINO, 2016) os representantes do TSE declararam que esses números não configuram fraude, e apontaram como uma das explicações possíveis, que o domicílio eleitoral nem sempre é o mesmo que o domicílio civil. Para o consultor da área técnica da Confederação Nacional de Municípios, em entrevista à Agência Brasil (MELO, 2020), esses números podem ser justificados por desatualizações nas estimativas do IBGE, por questões afetivas, uma vez que existe uma ligação, das pessoas aos seus municípios de nascimento, especialmente os pequenos. Segundo o consultor, que não descarta a possibilidade de fraudes, as pessoas migram por questões profissionais ou para estudar, e não transferem seus títulos eleitorais.

Figura 2 – Mapa de localização do Município de Presidente Castelo Branco – SC



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013)

Figura 3 – Mapa de localização dos municípios de Capitão,
Travesseiro e Mampituba do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013)

a) Presidente Castello Branco

Presidente Castello Branco é um município localizado ao sul do estado de Santa Catarina, na fronteira com o Rio Grande do Sul e tem densidade demográfica de 26,29 habitantes por km². O IDHM é 0,770 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 28.902,12 (IBGE, 2018). O que poderia afetar nesse contexto, promovendo aumento da abstenção eleitoral seria a baixa escolarização, que no cálculo do IDHM 2010 recebeu nota mediana de 0,637, porém, dados de 2017 apontam a existência de altas taxas de escolarização, em 100% na faixa etária entre 6 a 14 anos de idade, o que pode indicar um cenário de redução do déficit educacional.

Miotto do PMDB¹⁸ (hoje MDB), foi eleito prefeito no município com 51,8% dos votos (805). Em segundo lugar, o candidato do PP¹⁹, Benjamin Frigo, com 48,1% (748). Brancos somaram 0,4% (7) e nulos, 1,6% (26). Eleito aos 55 anos, o prefeito é agricultor, tem o ensino fundamental completo, é casado e se declara branco.

¹⁸ Coligação: Unindo Forças Para O Desenvolvimento PMDB / PSDB / PSD.

¹⁹ Coligação: Chegou A Hora da Mudança PP / PT / PSC / PR.

b) Travesseiro

Travesseiro é um município do Rio Grande do Sul, com densidade demográfica de 28,52 habitantes por km². O IDHM é 0,701 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 25.835,77 (IBGE, 2018). Considerando os dados estaduais, o que poderia afetar gerando maior abstenção seria a senioridade e a predominância do sexo feminino. No item longevidade do IDHM, Travesseiro tem o alto desempenho de 0,839 e sendo sua população idosa de maioria feminina. O tamanho populacional do município, estimado em 2334 residentes, pode afetar pouco as dimensões estaduais cabendo, portanto, um estudo mais aprofundado do caso.

Neco, do PSB,²⁰ foi eleito prefeito no município com 57,1% dos votos (1.023), contra 42,8% (767) de Ariberto Quinot do PMDB²¹ (hoje MDB). A cidade registrou 0,7% (14) de votos brancos e 1,3% (25) de nulos. Eleito aos 67 anos, o prefeito é casado e tem o ensino médio completo, se declara branco e é aposentado.

c) Mampituba

Mampituba é um município do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina. Com densidade demográfica de 19,02 habitantes por km² e IDHM de 0,649 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 17.811,58 (IBGE, 2018). Com o menor IDHM entre os casos de menor abstenção, Mampituba possui alto índice de longevidade 0,813 e menor proporção de mulheres, considerando os dois fatores associados à abstenção nos municípios do Rio Grande do Sul.

Dirceu, do PT²², foi eleito no município com 56,5% (1.421) dos votos, contra 43,4% (1.091) do seu adversário, Penacho do PDT²³. Foram 0,8% (23) de votos brancos, e 2,2% (44) de nulos. O prefeito eleito é agricultor, eleito aos 54 anos, é casado, tem o ensino médio completo e se declara branco.

d) Capitão

Capitão é um município do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina. Com densidade demográfica de 35,64 habitantes por km² e IDHM de 0,746 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 23.671,55 (IBGE, 2018). Capitão concentra alta longevidade (0,842) e menor proporção de mulheres em relação aos homens.

²⁰ Coligação: Travesseiro para todos PSB / PT.

²¹ Coligação: Travesseiro precisa continuar PMDB / PTB / PP.

²² Coligação: no Rumo Certo Para Novas Conquistas PTB / PMDB / PT.

²³ Coligação: Mampituba Que A Gente Quer PP / PDT.

Do PMDB (MDB)²⁴, Paulinho foi eleito no município com 56,2% (1.329) dos votos. Seu adversário, Fabinho do PP²⁵, conquistou 43,7% (1.033). Somaram brancos, 0,7% (17) e nulos 1,2%. O candidato eleito aos 40 anos é casado, empresário, tem o ensino fundamental completo e se declara branco.

5. Considerações finais

Este artigo partiu dos dados sobre municípios com maiores taxas de comparecimento eleitoral e com maiores taxas de abstenção eleitoral nas eleições municipais de 2016. Seu objetivo principal foi traçar e explorar hipóteses explicativas sobre as razões da abstenção eleitoral a nível dos municípios brasileiros, contribuindo assim com um debate ainda pouco presente na literatura em ciência política no Brasil.

Os municípios selecionados atendem o padrão do seu respectivo Estado, do conjunto de pequenos municípios, e do restante do país. Dessa forma, os resultados apresentam consistência dos dados e demonstram que os dados agregados nacionais não são suficientes para uma explicação de algumas razões da abstenção em eleições municipais, lacuna que começou a ser explorada neste artigo.

A partir desses dados, percebe-se que os quatro municípios mineiros (Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro) são *outliers*, já que os dados nacionais apontam uma tendência para maiores taxas de abstenção eleitoral nos municípios mais populosos. Dessa forma, estes municípios merecem um estudo mais aprofundado em relação às dimensões socioeconômicas e demográficas para explicar as razões da elevada abstenção.

Neste trabalho, identificamos que apenas o menor IDHM está associado à maior abstenção eleitoral nestes municípios mineiros. Porém, se comparado ao universo dos municípios, outro fator carece de aprofundamento, uma análise dos fluxos migratórios. Já que em grande parcela dos municípios interioranos há um fluxo de eleitores em períodos de votação, mesmo naqueles onde o número universo do eleitorado ultrapassa o universo da população, como no caso do Piauí. O que explicaria a alta ocorrência de abstenção nesses municípios mineiros? Nossa hipótese, a ser testada em outros trabalhos, é que essa abstenção pode estar relacionada aos tipos de fluxos migratórios presentes nesses municípios (maiores distâncias, dificuldade de acesso ao município, renda e condições de vida desses eleitores migrantes, etc.).

Nos casos de menor abstenção eleitoral, os resultados apontaram que o fator o IDHM não afeta, exatamente por serem estados em que os municípios mantêm um alto IDHM médio. No caso do estado de Santa Catarina, a senioridade (ser maior

²⁴ Coligação: A Nova União Para O Progresso de Capitão PMDB / PSDB.

²⁵ Coligação: Acreditamos na União Que Faz Crescer Capitão PP / PDT.

de 70 anos) afeta menos a participação eleitoral que a média nacional, diferente dos casos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, onde a senioridade afeta mais que a média.

Uma das limitações deste trabalho está em centrar a análise nas características estruturais (PIB, IDHM), e não acessar os dados das características individuais (crenças e valores, adesão ao sistema democrático, educação e renda individualizados). Entendemos que novos estudos sobre a realidade local devem se debruçar sobre essas características, pois elas também são condicionantes importantes para a participação e comparecimento eleitoral. Um exemplo a ser explorado é a razão sobre a qual ser do sexo feminino afeta mais no incremento da abstenção eleitoral no Rio Grande do Sul e menos nos estados do Nordeste. Uma análise futura que incorpore valores que cultura política pode também ajudar a explorar sobre os resultados da participação eleitoral nas urnas, nos casos estudados, assim como no padrão nacional, são eleitos homens.

Por outro lado, compreendemos que o primeiro passo dado aqui, de avançar a análise para a dimensão subnacional, de estados e municípios, ajuda a compreender as variações internas da participação eleitoral a nível municipal no Brasil, bem como explora alguns fatores explicativos das altas taxas de abstenção.

**CITIZENSHIP, DEVELOPMENT AND ELECTION
ATTENDANCE: CONDITIONING FACTORS FOR POLITICAL
PARTICIPATION IN SMALL MUNICIPALITIES**

ABSTRACT: *The objective of the article is to discuss the rates of election attendance in small Brazilian municipalities. What factors interfere with the participation of local polling stations? Can the socioeconomic and demographic contexts be considered variables for understanding the rates of electoral participation? If so, how? The cases of the municipalities with the highest abstention, and the municipalities with the highest attendance in the 2016 elections were analyzed. Data from the HDI were analyzed, and a multiple linear regression was performed using the variables provided by the TSE. The hypothesis is that the socioeconomic development of the municipality influences the rates of local electoral participation. Based on the results, the article outlines some reflections on the influence of sociodemographic characteristics on election attendance and absenteeism rates.*

KEYWORDS: *Municipal elections. Small municipalities. Electoral abstention.*

**CIUDADANÍA, DESARROLLO Y PARTICIPACIÓN ELECTORAL:
FACTORES CONDICIONANTES DE LA PARTICIPACIÓN
POLÍTICA EN LOS PEQUEÑOS MUNICIPIOS**

RESUMEN: El objetivo del artículo es discutir las tasas de participación electoral en los pequeños municipios brasileños. ¿Qué factores interfieren en la participación de las áreas electorales locales? ¿Pueden considerarse los contextos socioeconómicos y demográficos como variables para entender los índices de participación electoral? Si es así, ¿cómo? Analizamos los casos de los municipios con mayor abstención, y los municipios con mayor participación en las elecciones de 2016. Se analizaron los datos del IDH y se realizó una regresión lineal múltiple a partir de las variables proporcionadas por el TSE. La hipótesis es que el desarrollo socioeconómico del municipio influye en los índices de participación electoral local. A partir de los resultados, el artículo esboza algunas reflexiones sobre la influencia de las características sociodemográficas en los índices de participación y abstención electoral.

PALABRAS CLAVE: Elecciones municipales. Municipios pequeños. Abstención electoral.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.A.; VERBA, S. **The civic culture**: Political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park: Sage, 1963.

ARAÚJO, Cícero. Voto obrigatório. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BARNES, S.H.; KAASE, M (org.). **Political action**: Mass participation in five Western democracies. Beverly Hills: Sage, 1979.

BELSLEY, David A. **Conditioning Diagnostics, Collinearity and Weak Data in Regression**. 1st ed. John Wiley and Sons, Inc., New York, NY, 1991. p.69-70

COSTA, Homero de Oliveira. **Alienação eleitoral no Brasil**: votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). Tese. 244f (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2006.

D'AGOSTINO, Roseanne. 348 cidades do país têm mais eleitores que habitantes. **G1**. Publicado em 14 de agosto de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/>

2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/348-cidades-do-pais-tem-mais-eleitores-que-habitantes.html. Acesso em: 14 mar. 2021.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e oposição. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

DETTREY, Bryan; SCHWINDT-BAYER, Leslie. Voter Turnout in Presidential Democracies. **Comparative Political Studies**, 42 (10), 2009, p.1317- 1338.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

FIGUEREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.

FISICHIELLA, Domenico. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**, p.189-192. Brasília: Editora UnB, 1992.

HUNTINGTON, S. P.; NELSON, J. M. **No easy choice**: political participation in developing countries. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial**, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal**, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE CIDADES – POPULAÇÃO. 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios. PIB por Município – 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pi-b-por-municipio&c=4304697. Acesso em: mar. 2021.

MELO, Karine. Cresce 60% o número de cidades com mais eleitores que habitantes. **Agência Brasil** – Brasília. Publicado em 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/cresce-60-o-numero-de-cidades-com-mais-eleitores-que-habitantes>. Acesso em: 14 mar. 2021.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; SILVA, Rafael da. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p.91-108, jun. 2015.

SILVA, Rafael. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. Tese. 192f (Doutorado em Sociologia Política), UFSC, Santa Catarina, 2016.

TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramon; GUNTHER, Richard. Ciudadanos y partidos en sul de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 101 (03), p.09-48, 2002.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais. 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America** - Political Democracy and Social Equality. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

Recebido em 11/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.

MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PROTESTOS ANTICORRUPÇÃO

*Wilson José Ferreira de OLIVEIRA**

RESUMO: A utilização de mídias sociais digitais como instrumento para o recrutamento e a participação em eventos de protesto tem sido considerada pela literatura internacional como um dos principais ingredientes da transformação nas condições e dinâmicas de participação política nos últimos anos. No Brasil, os “protestos de junho” em 2013 evidenciaram a intensificação do uso da internet e das redes sociais no recrutamento e mobilização política. Este artigo pretende demonstrar que, o uso de tais ferramentas nos protestos anticorrupção no Brasil, a partir da onda de protestos iniciada internacionalmente em 2011, expressou o enfrentamento a um sistema político que monopolizava e represava insatisfações e demandas por transformação. Ele se tornou aos poucos um dos principais veículos de aglutinação, manifestação e ação de organizações, grupos e lideranças liberais, conservadores e de direita em torno de uma agenda comum. Esta análise mostra a relevância da dimensão política para compreender o processo de utilização das mídias sociais digitais na dinâmica da participação política.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias sociais digitais. Participação política. Protesto anticorrupção.

Introdução

Semelhante ao que ocorreu inicialmente com o surgimento e a propagação de outras tecnologias como o rádio e a televisão, a emergência e a intensificação do uso das novas Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs), tem sido objeto

* UFS – Universidade Federal de Sergipe – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Cristóvão – SE – Brasil. 49035-190 – etnografia.politica@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8105-8885>.

de acirrados e polarizados debates no tocante aos seus impactos sobre as condições e dinâmicas de participação e de ação política: de um lado, os que adotam uma postura de ceticismo e enfatizam os efeitos maléficos dessas novas ferramentas; de outro, os entusiastas que acreditam no potencial dessas novas tecnologias para o melhoramento da comunicação entre cidadãos e eleitos, para o aumento da acessibilidade à informação, transparência, qualidade de comunicação, participação política, etc. (DELLA PORTA, 2013; DEIBERT, 2019).

No âmbito internacional, os estudos e as discussões dos impactos das novas TICs sobre as concepções e as práticas políticas, sobre as condições e dinâmicas organizacionais de mobilização e participação política e até mesmo sobre as lógicas práticas da ação política, etc., constituem temas que já vêm sendo abordados há alguns anos. No caso europeu, as experiências do “Movimento 5 Estrelas” na Itália, do “Podemos” na Espanha e do “Partido Pirata” na Alemanha, entre outros, exemplificam o peso e os impactos da introdução de plataformas digitais sobre as dinâmicas de participação, de reunião e, até mesmo, de decisão no âmbito das próprias organizações partidárias (DESERIIS, 2019; GERBAUDO, 2019). Nos EUA foi, inicialmente, no âmbito das eleições presidenciais que se tem observado, desde os anos de 2000, o significativo papel da internet na dinâmica eleitoral. Todavia, foi nas eleições de 2008 e de 2016 que ela se tornou uma das variáveis principais do jogo e do sucesso eleitoral (CHADWICK, 2013; CECCOBELLI, 2018). No âmbito mais especificamente do ativismo, o Movimento por Justiça Global e os movimentos *Occupy* e Indignados, constituem os principais marcos da utilização da internet e das mídias sociais digitais nos processos de recrutamento, de organização e de mobilização para a defesa de causas públicas (KAVADA, 2015).

Deste modo, uma série muito extensa de trabalhos tem evidenciado, não apenas o peso da internet e das mídias sociais digitais **sobre** a política e as dinâmicas de participação em movimentos e defesa de causas, mas, principalmente, como elas **coproduzem** as formas de conceber a política e o ativismo, as dinâmicas de estruturação e de organização dos partidos, eleições e movimentos sociais, como também as lógicas práticas de adesão e participação na política e na defesa de causas. Neste sentido, somos desafiados a pensar a intensificação do uso da internet e das mídias sociais digitais na política e no ativismo não como um efeito das novas TICs **sobre** a sociedade e a política, mas em suas relações de **coprodução** das estruturas sociais, políticas e culturais onde estamos vivendo e imersos cotidianamente. Isso porque a plataformação da sociedade é um processo bem mais geral que envolve a implementação de plataformas online e de seus mecanismos nos mais variados setores e experiências sociais, coproduzindo as formas de conceber e de viver em sociedade como um todo, ao construir ambientes completamente personalizados de serviços, informações e pessoas em diferentes setores da vida social (DIJCK; POELL, WALL, 2018; POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020; DEIBERT, 2019;

CESARINO, 2020). Tal aspecto constitui um dos ingredientes principais de uma maior “personalização” das experiências sociais e políticas e das dinâmicas e formas organizacionais de ação coletiva, proporcionando uma maior disposição para substituir as condições e os requisitos de identificação e participação política e coletiva por “redes sociais personalizadas entre os seguidores” (BENNETT; SEGEBERG, 2012, p.748).

Essa intensificação da comunicação via plataformas e mídias sociais digitais tem como base, também, novas formas de interlocução entre os diversos tipos de mídias, desde as mais antigas até as mais recentes, configurando um sistema híbrido que transforma os espaços e os recursos de poder e as dinâmicas de comunicação política nas interações entre atores e organizações políticas, mídias e públicos (CHADWICK, 2013). Esse ambiente midiático e digital híbrido configura um sistema complexo de mensagens e uma nova gramática digital que facilita a emergência e a propagação de formas de percepção, de compreensão, de sentimentos, de valores, de comportamentos, de práticas, etc., e proporciona novas dinâmicas de articulação e de participação política em causas às mais diversas (MATTONI, 2017).

Tais aspectos estão na origem de uma série de investigações que tomam a plataformização como um dos ingredientes principais das modificações nas relações entre mídias sociais e política, nos processos de mediatização das campanhas políticas, nos status das *Fake News* na discussão e debate político, na personalização da comunicação política e no populismo digital (CAIANI; PARENTI, 2010; CAIANI; KRÖLL, 2014; TRERÉ; BARASSI, 2015; DESERIIS, 2017; CESARINO, 2019). No tocante às análises das transformações nas condições e processos de participação política, destacam-se os trabalhos que investigam como isto tem transformado as próprias dinâmicas organizacionais e os repertórios de ação dos movimentos sociais, os processos de enquadramento das causas e de construção identitária, as dinâmicas de recrutamento e engajamento, os usos das novas mídias sociais nas mobilizações e protestos públicos, o ativismo digital, etc., (EARL, 2010; KARPF, 2018; PAVAN; MAINARD, 2018; KAVADA, 2015).

No Brasil, foi a partir do ciclo de protestos de junho de 2013 que a intensificação dos usos da internet e das mídias sociais digitais tornou-se um dos temas centrais tanto nas agendas de investigação sobre política, ativismo e movimentos sociais nas ciências sociais, quanto nos debates, discussões e agendas da própria realidade política. Estreitamente vinculada a esta conjuntura política de maior utilização das plataformas digitais, a produção brasileira tem se caracterizado por certa dependência dessa conjuntura no que diz respeito às formulações dos problemas e objetos de investigação. Relacionado a isso observa-se que tanto nos estudos que analisam as relações entre TICs e movimentos sociais quanto nos que se concentram nas relações entre internet e política, há um grande acúmulo de trabalhos empíricos sobre aspectos os mais variados e um escasso diálogo e confrontação com e

entre a produção teórica sobre o tema (SILVA *et al.*, 2020; SAMPAIO *et al.*, 2018; SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016). Essa situação tende a “produzir uma polifonia que pouco contribui para o diálogo entre as pesquisas, o acúmulo teórico e empírico e o desenvolvimento de análises comparativas” (SILVA *et al.*, 2020, p.65).

Uma das razões disso, tal como já observado em outras áreas de investigação, está na intensa importação e mobilização de uma literatura internacional produzida nos EUA e, principalmente, na Europa, combinada com uma ausência de diálogo e confronto teórico, conceitual e empírico com a produção nacional (COSTA, 2010; OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA; PETRARCA, 2018). Decorrente disso, a literatura mobilizada caracteriza-se justamente pelo “alto nível de abstração” com o objetivo principal de “nomear e interpretar os objetos empíricos analisados”, ao invés de promover sua problematização teórica e conceitual e o confronto com a realidade empírica em investigação. Dito de outro modo, as perspectivas e os conceitos mobilizados não são utilizados para “analisar e problematizar a realidade” e, sim, como “como gramáticas para enquadrá-la e interpretá-la” (SILVA *et al.*, 2020, p.64).

Assim, grande parte dos conceitos identificados na literatura atuam mais como “gramáticas”, a partir das quais se apreende a realidade, e menos como teorias explicativas que pretendem oferecer hipóteses causais sobre os fenômenos ou processos abordados. Além disso, está praticamente ausente na literatura a confrontação com teorias alternativas ou concorrentes, que tendem a ser simplesmente ignoradas. O que é problematizado aqui, então, não são as escolhas teóricas presentes na literatura analisada, mas sim a forma como se mobiliza a teoria na maior parte dessa literatura. (SILVA *et al.*, 2020, p.64).

Uma das principais consequências disso é que tende-se a reproduzir não apenas autores e conceitos, mas também problemáticas e objetos de análise próprios das sociedades ocidentais (principalmente dos EUA e da Europa), negligenciando o debate teórico e as investigações sobre as condições, os processos, as concepções e as práticas que fundamentam a intensificação do uso de plataformas e mídias sociais digitais na política e nos movimentos sociais, com base nas características próprias do sistema político brasileiro. Por isso, no que pese a grande quantidade de investigações empíricas de nossa produção acadêmica sobre os usos políticos das mídias sociais digitais (SILVA *et al.*, 2020; SAMPAIO *et al.*, 2018; SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016), ainda são raros os estudos que evidenciem de forma mais sistemática em que medida as condições e as dinâmicas próprias de configuração do sistema político brasileiro constitui um dos aspectos pertinentes para a compreensão das concepções e gramáticas políticas nativas, dos princípios de organização e das lógicas práticas que fundamentam os processos de emergência e

de intensificação dos usos das mídias sociais digitais nas dinâmicas de participação política.

Em consonância com esse tipo de preocupação e de desafio, o objetivo principal deste artigo é salientar a pertinência de se levar mais a sério as relações entre as características de um sistema político fundado na aliança e o processo de emergência e de difusão de plataformas e mídias sociais digitais nos processos de mobilização e participação política. Trata-se, em outros termos, de formular uma análise de meio termo, centrada na caracterização do sistema político e que fique entre as teorizações sobre a plataformização e as análises empíricas dos usos políticos das mídias sociais digitais. Nesse sentido, o argumento principal é que, no Brasil, o uso intenso das mídias sociais digitais nas mobilizações e protestos anticorrupção a partir do ciclo de protestos iniciado em 2011 expressou o enfrentamento a um sistema político que monopolizava e represava insatisfações e demandas por transformação, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças liberais, conservadores e de direita em torno de uma agenda comum.

Para dar conta disso, demonstrarei num primeiro momento, que o colapso do sistema de alianças que tem como marco inicial a onda de protestos de 2013 resultou de uma crescente diversificação do sistema político, ao mesmo tempo em que provocou uma maior proliferação e fragmentação de organizações partidárias e acelerou certa instabilidade e crise política e institucional. Isso implicou a articulação de uma série de demandas relacionadas à própria dinâmica do sistema político brasileiro com uma onda global de protestos anticorrupção. Em um segundo momento, examino as relações entre os protestos anticorrupção e os usos das plataformas e mídias sociais digitais como espaço e recurso de aglutinação de organizações, grupos e lideranças liberais, conservadores e de direita em torno de uma agenda comum.

1. A participação entre fragmentação, dispersão e coalizões

As condições e as dinâmicas de participação política no Brasil passaram por significativas mudanças nos últimos anos, no que diz respeito aos mecanismos e padrões de participação na defesa de causas públicas, à emergência e ampliação de organizações e lideranças associativas, como também ao engajamento cívico no processo eleitoral, evidenciando novas formas de articulação entre Estado, movimentos sociais e as instituições políticas e eleitorais. Neste sentido, observa-se o surgimento de novas organizações para promover e sustentar os protestos e as mobilizações em defesa de causas públicas diversas, como também atores que passam a mobilizar recursos diferenciados que possibilitam a criação de novas

formas de atuação nas dinâmicas organizacionais e nas práticas de defesa de tais causas. Tais mudanças resultaram, entre outros aspectos, numa crescente diversificação das gramáticas e concepções de política, dos princípios e dinâmicas de organização, assim como dos contextos e das lógicas de ação política postos em prática por diferentes atores sociais (OLIVEIRA, 2020).

Exemplifica isso o surgimento de grupos autonomistas, originários dos protestos de 2003 em Salvador-BA e de 2004 em Florianópolis-SC, que ficaram conhecidos respectivamente como Revolta do Buzu e Revolta da Catraca Livre (OLIVEIRA; SANTOS, 2017). Tendo como mote principal a reivindicação pelo transporte público e gratuito, eram originários da participação no Fórum Social Mundial que ocorria em Porto Alegre-RS desde 2003 e que mobilizou organizações e movimentos sociais bastante heterogêneos, tais como: grupos socialistas, coletivos anarquistas, movimentos gay e feminista, ecologistas, o movimento estudantil independente e grupos defensores de direitos humanos variados. Tinham como base a emergência de novas organizações de defesa dos estudantes e da ampliação das fissuras no âmbito das próprias organizações de representação e no interior das organizações e lideranças que apoiavam os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (OLIVEIRA; SANTOS, 2017; SILVA, 2018). Suas bandeiras e repertórios estavam centrados no apartidarismo, na independência e autonomia em relação aos partidos políticos e aos agentes do Estado, na recusa das organizações estudantis tradicionais frente a sua proximidade com os governos do PT, na rejeição de centralização pelas lideranças e autoridades do Estado e das hierarquias de gênero, em performances cênicas, vestuário preto, queima de catracas, etc. (MENDES, 2017; ALONSO; MISCHÉ, 2016).

Semelhante diversificação encontra-se nas redes de organizações e lideranças de movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, cuja atuação tem origem nos protestos dos anos de 1980 e 1990, centradas na defesa de uma agenda redistributiva e de políticas públicas em contraponto à exploração capitalista, às desigualdades sociais e à exclusão de classe (ALONSO; MISCHÉ, 2017). Os governos do PT deram origem a um novo tipo de ativismo, na medida em que passaram a atuar na administração pública, na direção da formulação de políticas, como as relativas a questões étnicas, de gênero, educacionais e fundiárias, como também ganharam voz com a instituição de conselhos e instâncias participativas (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Tendo à frente organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS), entre outros, manifestaram uma postura crítica ao governo da então presidente Dilma Rousseff através de grandes mobilizações por reformas populares: “reforma urbana, reforma tributária, democratização das comunicações, desmilitarização da polícia e reforma política via constituinte exclusiva” (ALONSO,

2017, p.54). Seus repertórios envolviam o uso de bandeiras e faixas vermelhas, camisetas e bottons com símbolos dos movimentos ou dos partidos.

Por fim, as organizações e grupos conservadores, liberais e de direita cuja origem remonta ao início dos anos 2000, mas que foram fortemente impulsionados em 2005 pela ampla e onipresente cobertura de jornais, revistas impressas e televisivas, blogs, páginas e mídias digitais, etc., do escândalo do Mensalão que era apresentado como o maior escândalo de corrupção do país (ALONSO, 2019; RODRIGUES, 2018). Têm como base a articulação de redes de ativismo cívico, empresarial, religioso e militar, crescentemente insatisfeitos com programas e ações das administrações petistas e um intenso associativismo liberal, conservador e autoritário, com a participação e apoio de partidos de oposição ao PT e com a presença em eventos regulares internacionais como o Fórum da Liberdade e vínculos com organizações e grupos transnacionais antiglobalização e de extrema-direita. Entre os anos de 2003 e 2015 proliferaram os protestos, as manifestações, as organizações, os movimentos, as marchas, as frentes, as campanhas, os atos, etc., que tinham como mote a defesa de pautas e agendas liberais, conservadoras e autoritárias como contraponto à administração do PT (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; ALONSO, 2019)

Tais transformações no âmbito dos mecanismos e padrões de participação na defesa de causas públicas e das organizações e lideranças associativas estiveram associadas a dinâmicas de engajamento cívico no processo eleitoral e, mais especificamente, à manutenção de um nível elevado de fragmentação partidária nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal). Quando se consideram os resultados dos últimos pleitos eleitorais no Brasil tal aspecto salta aos olhos (NICOLAU, 2017). Neste sentido, os dados das eleições mais recentes para prefeitos e vereadores evidenciam que a fragmentação partidária nas Câmaras Municipais se manteve praticamente a mesma com pequenas oscilações. No pleito eleitoral de 2020, observa-se que em algumas capitais “o número de partidos aproxima-se do total de vereadores”: em oito (8) capitais a proporção de vereadores por partido é de dois (2) e em apenas uma ultrapassa três (3) vereadores por partido (MELO, 2020). Se na eleição de 2012, o número de partidos já era elevado e os resultados indicaram uma maior concentração em algumas aglomerações partidárias, como era o caso do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e PT, no pleito de 2016, há uma grande modificação das principais aglomerações partidárias com maiorias nos principais municípios e capitais. Um dos principais aspectos que caracteriza essa mudança foi o declínio eleitoral do PT entre as aglomerações principais, saindo da posição de terceiro partido com mais prefeitos

¹ Em convenção de 2017 o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) escolheu adotar seu nome e sua sigla original Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

eleitos para a décima posição (NICOLAU, 2017; CASALECCHI, 2018). Em 2020, a atomização é mais intensa do que nos anos anteriores e mais acentuada do que no plano federal, de modo que mesmo que se observe a continuidade de algumas legendas nacionalmente relevantes, fica difícil falar em partidos eleitoralmente mais fortes no plano municipal, na medida em que mesmo estes enfrentam problemas que não parecem muito diferente daqueles que foram costumeiramente designadas como “nanicas” no Congresso (MELO, 2020).

No que diz respeito às eleições para o executivo, legislativo e senado federal a fragmentação do sistema partidário e a crescente dispersão do poder aparecem com maior evidência ainda. Como bem destaca Nicolau (2017), entre 2002 e 2014 nenhum partido obteve mais de 20% das cadeiras para a Câmara dos Deputados. Todavia, segundo ele, as eleições de 2014 bateu todos os recordes, não apenas ao apresentar a “maior dispersão do poder partidário da história brasileira”, mas principalmente por se caracterizar como a “maior fragmentação partidária da história das democracias” (NICOLAU, 2017, p.90). Um dos principais resultados desse pleito eleitoral foi a redução da bancada dos três maiores partidos PT, PMDB e PSDB. Por outro lado, a criação de três novas legendas para o pleito eleitoral de 2014 e de mais três logo após a eleição, no ano de 2015, contribuiu para o aprofundamento da dispersão e, conseqüentemente, de uma maior dificuldade na constituição e na manutenção de uma base parlamentar de apoio às iniciativas e projetos do executivo federal, o que resultou em sucessivas crises até o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (NICOLAU, 2017).

As eleições de 2018 evidenciam o impacto de algumas destas transformações sobre o sistema político e eleitoral, possibilitando uma melhor compreensão da crise política e de suas conseqüências sobre o funcionamento do sistema político. Em primeiro lugar, está o crescimento quantitativo do eleitorado, associado a uma grande ampliação da infraestrutura eleitoral disponível (RIBEIRO; BORBA, 2019). Neste pleito eleitoral encontramos um total de 146 805 548 eleitores, o que representa um acréscimo de 542 496 quando comparado com os dados de 2016 e de 3.195.207 com os de 2014. Tal aumento está associado também a uma significativa ampliação das seções de votação que o eleitor tinha à sua disposição nos últimos pleitos. Assim se, em 2014 esse total era de 427 724 e em 2016 passou para 473 797 nas eleições de 2018 ele sobe para 479 516 seções, o que representa um aumento de 5 537 unidades em relação a 2016 e de 51.792 em relação à eleição de 2014. Contrariando uma tendência de progressiva diminuição da abstenção eleitoral que estava em curso até as eleições de 2014, as eleições de 2018 vão no sentido contrário de uma continuidade do crescimento tal como teve início nas eleições municipais de 2016. Ao que tudo indica, tal tendência está fortemente associada a um crescente descontentamento e insatisfação do eleitorado em relação ao próprio sistema político e eleitoral (RIBEIRO; BORBA, 2019).

Todavia, mais importante ainda são as relações entre o processo eleitoral de 2018 e a ampliação da fragmentação e dispersão de poder entre os partidos eleitos. Neste sentido, observa-se que a média de partidos com representação na Câmara dos Deputados atinge um total de 30 em 2018, percentual mais alto desde a redemocratização. Algo semelhante ocorre no âmbito dos governos estaduais, uma vez que aumentou para 13 o número de partidos que são representados com governadores eleitos. Tal crescimento do número de partidos esteve associado a uma maior dispersão do poder entre os partidos e a um crescimento do número de partidos com certa maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Quanto a isso, observa-se que se em 2014 eram três partidos que controlavam em torno de 37% dos parlamentares federais, após as eleições de 2018 esse percentual cai para 23%. Ao mesmo tempo, tal eleição se caracteriza por certa quebra da estabilidade das disputas eleitorais que ocorria desde as eleições posteriores ao impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, tendo o PT e o PSDB como pólos centrais das disputas eleitorais. Deste modo, o Partido Social Liberal (PSL) que na eleição de 2014 elegeu apenas um deputado federal, nas eleições de 2018 liderou a disputa presidencial e se torna um dos partidos com maior bancada na Câmara dos Deputados, com 52 deputados eleitos, muito à frente do MDB e PSDB. Algo semelhante ocorreu no Senado, na medida em que 20 partidos elegeram senadores em 2018, enquanto na eleição de 2010, em que foram substituídos os dois terços, esse índice chegou a 15 (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Sem dúvida, não se pode tomar as eleições de 2018 e 2020 nos diferentes níveis como sinal de ruptura ou uma novidade em relação à tendência de aumento da fragmentação e de dispersão do poder entre os partidos no Brasil. Pelo contrário, como se sabe, o aprofundamento da fragmentação política e da dispersão do poder tem se apresentado como uma das características principais do sistema político brasileiro pós redemocratização (NICOLAU, 2017; RIBEIRO; BORBA, 2019). Todavia, tal aspecto se combina com outra característica própria do sistema político brasileiro, que é a organização de “governos de coalizão” que tem como base a formação de “supermaiorias legislativas”, ou dito em outros termos, de blocos multipartidários de apoio parlamentar ao governo (ABRANCHES, 1988; 2018; NOBRE, 2013a; NICOLAU, 2017). É justamente a combinação destes dois elementos, uma crescente fragmentação e dispersão do poder associada à dinâmica de organização de governos de coalizão suprapartidários para garantir o apoio às iniciativas do executivo no legislativo, que possibilita compreender tanto a estabilidade e até continuidade das disputas partidárias nos pleitos eleitorais pós-redemocratização, quanto a instabilidade institucional e recorrentes crises políticas que o país tem atravessado nos últimos anos.

Quanto a isso, pode-se tomar as eleições de 2014 como um evento significativo de como estes elementos se associam de forma um tanto diferente do padrão que

estava em prática até então. De um lado, um salto enorme em termos de fragmentação e de dispersão do poder em relação aos anos anteriores. De outro, a crescente dificuldade de organização de um governo de coalizão para apoio parlamentar ao executivo. Esse padrão de combinação de alta fragmentação com baixa coalizão, que continua também nas eleições de 2018, não pode ser compreendida com base em fatores e variáveis apenas do processo eleitoral. Isso porque tal associação está estreitamente ligada a uma maior diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político, às suas relações com as organizações e os protestos anticorrupção iniciados no ciclo de protesto de 2013 e seus desdobramentos sobre as instituições políticas e o processo eleitoral (OLIVEIRA, 2020).

2. Sistema de alianças, protestos anticorrupção e mídias digitais

A onda de protesto que teve início em 2013 constituiu um marco importante na articulação de uma série de demandas provenientes do próprio sistema político brasileiro com uma onda global de protestos anticorrupção que teve início em 2011 (DELLA PORTA, 2017). Ela pode ser tomada como uma espécie de catalisador das recentes mudanças tanto nas condições e processos de utilização da luta contra a corrupção como uma causa pública no Brasil, quanto nas dinâmicas de funcionamento do próprio sistema político.

A década de 1990 constitui um marco importante da emergência de um discurso contra a corrupção, fundado nas noções de “boa governança”, de “desregulação”, de “redução dos gastos estatais”, de “privatização”, “desregulamentação” e “liberalização” como os principais remédios para a “doença da corrupção” (DELLA PORTA, 2017, p.663). Uma série de organismos, instituições financeiras, agências e organizações transnacionais deram sustentação e difundiram tal discurso por meio de comissões, conferências, campanhas e tratados internacionais de combate a tal ameaça (DE SOUSA, HINDESS; LARMOUR, 2010; SAMPSON, 2010). Já a onda de protestos que surgiu em 2011 trouxe à tona um outro paradigma anticorrupção. Contrariamente à dominação do livre mercado, do neoliberalismo e da desregulamentação, correlatas às noções anteriores de boa governança, a crítica foi direcionada à corrupção da democracia produzida pelo próprio neoliberalismo em função do crescente conluio entre o poder das oligarquias, o mundo financeiro e dos negócios e os políticos (DELLA PORTA, 2017). Denunciando a corrupção das elites no poder, a imoralidade e corrupção do sistema, o monopólio dos políticos e homem de negócios gananciosos, etc., tais protestos apresentaram a corrupção como um exemplo flagrante de causa de desigualdade: nesta perspectiva, os altos níveis de enriquecimento dos 1% em detrimento do sofrimento dos 99% são apresentados como sinais claros da corrupção, injustiça e imoralidade do sistema. Diante disso,

exigem mais transparência, democracia e liberdade, através de políticas anticorrupção participativas e horizontais e da criação de mecanismos de controle pelos próprios cidadãos.

As chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 constituem um marco na articulação deste novo paradigma anticorrupção com uma série de descontentamentos e insatisfações tanto dos próprios setores que apoiavam o então governo do PT, mas que queriam avançar nas reformas e na qualidade dos serviços públicos, quanto daqueles mais conservadores e autoritários que invocavam um retorno ao “nacionalismo”, a agendas conservadoras e à “ética na política” e que clamavam pelo fim da “corrupção do PT” (ALONSO; MISCHÉ, 2016; MENDES, 2017; OLIVEIRA; SANTOS, 2017; RODRIGUES, 2018; TATAGIBA; GALVÃO, 2019; SILVA, 2018; OLIVEIRA, 2020). Por isso, tais protestos foram apoiados por um público diversificado e heterogêneo como torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias, etc. Muitos destes sem ativismo prévio, tinham como base o recrutamento via redes de amizade, trabalho e família, agora associadas a redes virtuais como Facebook, YouTube, Blogs, etc., alcançando uma grande repercussão na mídia impressa, televisiva e digital.

Muito mais do que simples descontentamentos e insatisfações de setores de sustentação ou de grupos de oposição ao então governo do PT, “Junho de 2013” expressa uma grande diversificação tanto das redes de organizações e de militantes que davam suporte ao então governo do PT quanto das que desde o início lhe fizeram oposição, tornando-se uma espécie de gatilho para alavancar uma série de contradições, de tensões, de descontentamentos e de demandas que há muito já estavam pressionando o sistema político (OLIVEIRA; SANTOS, 2017; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Trata-se, mais propriamente, de certo desencanto, inconformidade e descontentamento contra um sistema político que funcionava sob a base de esmagadoras maiorias suprapartidárias, para o qual não existia nem situação nem oposição, fechando todas as forças de transformação e os canais possíveis de representação, transformando-se numa massa homogênea, amorfa e indistinta, numa amálgama de interesses sempre presente no governo, qualquer que seja o governo, num universo no qual não há espaço para polarização de posições político-partidárias, mas apenas acomodação amorfa de posições contrárias (NOBRE, 2013b).

Acrescente-se a isso, o fato de que o PT que foi um dos principais partidos que nasceu e se construiu como reação a esse tipo de lógica política e partidária, em 2013 já tinha se tornado *establishment* há muito tempo, realizado o pacto com o peemedebismo e alcançado, inclusive, mais sucesso que o seu antecessor na ampliação de uma coalizão de A a Z (NOBRE, 2013b). Tal situação produzia uma espécie de blindagem do próprio sistema político, na medida em que represava descontentamentos, reivindicações e as forças de transformação e os próprios canais

de representação. De um lado, a manutenção e até mesmo ampliação dos espaços e formas de participação institucional de movimento sociais no governo e nas redes da burocracia estatal, ao dar acesso a postos no Estado e na elaboração e formulação de políticas públicas a um conjunto de organizações e lideranças vinculadas a movimentos sociais e defesas de causas diversificadas, produzindo o que a literatura nacional denominou de “ativismo institucional” (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2007; PEREIRA, 2018). De outro, a manutenção e mesmo ampliação da coalizão com partidos e lideranças heterogêneas, conservadoras, religiosas, etc., contrárias a uma série de pautas e agendas dos movimentos sociais e que agiam na base de um sistema de vetos a iniciativas e programas governamentais. Como salienta Pereira (2018), isso explica, por exemplo, como que em meio a uma maior abertura do PT às demandas do movimento e da causa LGBT, coalizões do partido com grupos e lideranças religiosas conduzem ao mesmo tempo a um fechamento das oportunidades políticas para o movimento. Longe de se restringir à causa LGBT, tal padrão de interação entre movimentos sociais e Estado se fez constante num conjunto de questões que estavam na pauta governamental naquele momento: política urbana, desenvolvimento agrário, meio ambiente, segurança pública, educacional, questões raciais, quilombolas, etc.

Deste modo, em um sistema político caracterizado muito mais pela necessidade de construção de amplas alianças do que pelo confronto político entre movimentos e grupos opostos, o desencanto e o descontentamento foram direcionados contra o sistema. É neste sentido, de uma rejeição do próprio sistema político como um todo, que se pode melhor compreender por que se tratava de uma revolta contra “tudo o que está aí”. A própria intensificação do uso da internet e das redes sociais na mobilização e recrutamento para os eventos de protesto de 2013, pode ser mais bem compreendida quando se considera que tais ferramentas deram início, em certa medida, ao rompimento da blindagem do sistema político que funcionava sob a lógica do peemedebismo, represando descontentamentos, insatisfações e demandas por transformação. Por um lado, porque tais usos expressavam certo descontentamento com o monopólio da formação da opinião e vocalização de insatisfações pela mídia tradicional, de modo que a própria mídia foi alvo de constantes ataques e palavras de ordem nos protestos. E, de outro lado, porque criaram seus próprios canais de participação e de enfrentamento do sistema, mobilizando, recrutando e levando o desencanto, o descontentamento e as insatisfações para as ruas. (NOBRE, 2013b).

Os desdobramentos destas tensões entre um sistema político que represava as possibilidades de transformação, pela combinação de uma diversificação das organizações e lideranças e dos próprios canais de participação com a manutenção de um padrão de governabilidade que desde 1994 se caracterizava pela existência de um grande conjunto de partidos do conhecido “centrão” participando e ocupando postos dos governos em âmbito nacional, constitui um dos fatores que fizeram do combate

à corrupção uma das causas que agregava grupos e interesses os mais diversos. Seus desdobramentos nas eleições de 2014, nas mobilizações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e nas eleições de 2018 levaram ao colapso do sistema de alianças estabelecido pelo PT e promoveram o realinhamento das forças em torno de um novo centro político.

Sendo assim, deve-se levar em conta que o aumento progressivo da participação política eleitoral ocorreu concomitante a uma grande diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político e seus desdobramentos, cuja tensão se manifestou de forma emblemática nos protestos de “Junho de 2013”. De um lado, o surgimento e a difusão de diversas organizações, movimentos e mobilizações que expressavam uma série de desencantos, descontentamentos e insatisfações relacionados à própria dinâmica do sistema político brasileiro, traduzindo-se numa espécie de revolta contra a persistência de um sistema político que funcionava sob a base da amplas alianças (coalizões, blocos suprapartidários, etc.) e que acabou por fechar os canais possíveis de transformação e de representação. De outro lado, a conversão dessa revolta contra o sistema como um todo, contra sua imoralidade e opacidade, numa mobilização e luta contra a corrupção do PT e o sistema de alianças que o mantinha no poder, através da aliança das organizações e lideranças liberais, conservadoras e autoritárias com redes diversificadas de atores e instituições vinculadas à grande mídia, às instituições jurídicas, empresariais, religiosas e militares e ao próprio sistema político-partidário (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015).

Disto resultou uma forte associação entre o combate à corrupção e o antipetismo, que emergiu com maior força em 2015 e se propagou nas eleições de 2018. Isto possibilitou articular em um discurso comum atores, perspectivas e demandas heterogêneas, tendo como traços principais o antipartidarismo, o antiesquerdismo, o antiestatismo, a rejeição da classe política, entre outros. Acrescente-se, ainda, que esse discurso antipetista e antissistema está também relacionado ao papel estruturador desempenhado pela Operação Lava Jato no surgimento e na aceleração da crise do próprio sistema político, tanto ao oferecer oportunidades de protestos e mobilizações anti-PT quanto ao fragilizar e provocar o rompimento do sistema de alianças vigente. Esse discurso antipetista e antissistema, fundado numa forte negação da própria atividade política institucional, num sentimento de ineficácia e corrupção das instituições políticas, numa grande descrença nas próprias instituições democráticas e numa tendência a ignorar as regras e a legitimidade do regime democrático, está em parte na base do aumento progressivo da abstenção eleitoral desde as eleições de 2016.

Todavia, um dos efeitos mais significativos desse discurso antipetista e antissistema pode ser observado quando se considera o próprio redesenho do jogo político-eleitoral. Isto se expressa de maneira clara na ruptura da estabilidade da disputa eleitoral que vinha marcando os processos eleitorais em torno de três principais

agremiações partidárias (PT, PMDB, PSDB), que exerciam uma espécie de liderança para todos os postos nos três níveis federativos, assim como no declínio eleitoral de alguns partidos tradicionais e na emergência de novas organizações partidárias que se apresentaram, em alguma medida, como representantes desse discurso antipetista e antissistema. Como já foi observado no tópico anterior, um dos resultados mais diretos disso foi o aumento significativo da diversificação e dispersão partidária tanto no nível federal quanto no estadual, algo que já estava presente nas eleições municipais de 2016, mas que teve um forte acréscimo no pleito de 2018.

Essa redefinição do jogo político partidário e eleitoral, no sentido de uma maior diversificação e dispersão partidária, não é um resultado simples e direto da ampla difusão do discurso antipetista e antissistema, das constantes denúncias de corrupção pela Operação Lava Jato contra os partidos que compunham o sistema de alianças do PT ou, ainda, do crescimento e diversificação das organizações e grupos liberais, conservadores e autoritários e sua articulação com organizações político-eleitorais.

Ela contou também com uma ampla utilização da internet e das mídias sociais digitais como ferramenta, inicialmente, para mobilização e recrutamento para os eventos de protesto e, depois, como recurso principal das campanhas eleitorais (MENDES, 2017). Esse uso intensivo das mídias sociais digitais nas mobilizações e campanhas eleitorais segue uma tendência iniciada antes mesmo de 2013, quando grupos antipetistas começaram a se organizar, tendo como recursos principais fóruns de discussão, blogs, sites e comunidades na internet, aglutinando jornalistas, professores, lideranças e grupos que não encontram expressão nos canais institucionais nem representação na política oficial (ROCHA, 2011; SANTOS JR, 2016; ROCHA, 2018). Em 2013 esse uso se tornou mais difuso e generalizado contra o sistema como um todo, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças. A partir de 2015, a utilização das mídias passou a se concentrar nos grupos contrários ao PT e ao governo de Dilma Rousseff, demonstrando uma grande capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de pessoas para protestar contra governos do PT e da esquerda. Nas eleições de 2018, as mídias sociais digitais (Youtube, Facebook, Twitter, etc.) tornaram-se os principais canais de discussão e debate durante as campanhas eleitorais (EVANGELISTA; BRUNO, 2019; CESARINO, 2019; 2020).

Nas eleições de 2018 as mídias sociais digitais tiveram um papel crucial na campanha que deu origem à vitória de Jair Bolsonaro. Este e seus apoiadores desenvolveram uma estratégia de campanha centrada no uso de mídias sociais digitais: youtube, facebook, twitter e especialmente no uso do whatsapp (EVANGELISTA; BRUNO, 2019; CESARINO, 2019; CHAGAS, 2021). Tal investimento teve como base certas características próprias do whatsapp, na medida em que possibilita a

atuação de grupos como uma “organização militar” (referida por eles como “exército virtual”), a segmentação destes grupos em tópicos específicos: kit gay, família, comunismo, armas, privatização, etc, como também favorece uma forte “relação de confiança”, contribuindo para que a maioria dos conteúdos seja impulsionada por amigos e familiares (EVANGELISTA; BRUNO, 2019, p.17-18).

Um dos principais efeitos dessa estratégia de campanha foi que partidos com maior tempo de propaganda eleitoral televisiva na eleição de 2018 não se foram os mais bem sucedidos, tanto na eleição para presidente, deputados federais e senadores, quanto na para governadores e deputados estaduais, rompendo uma tendência do tempo de propaganda na TV como um dos recursos principais para o sucesso eleitoral, principalmente na disputa para o executivo federal. Desse modo, o uso intensivo das mídias sociais digitais contra o domínio das campanhas eleitorais pela televisão, contribuiu decisivamente para a redefinição do jogo político partidário. Isso porque diferentemente da recorrente concentração da disputa partidária em 3 principais partidos e polarizadas em dois principais, os quais eram justamente aqueles que detinham um tempo maior de propaganda eleitoral, assiste-se em 2018 a um redesenho do jogo político-partidário com a vitória eleitoral de novos partidos que tinham um tempo reduzido de propaganda, mas um uso intensivo das mídias sociais digitais. Tais resultados, muito mais do que ir na contramão da crescente fragmentação do sistema político, favorecem seu aumento e ampliação.

Conclusões

A intensificação dos usos das mídias sociais digitais na política e nos movimentos sociais se insere num processo mais geral de plataformação da sociedade e de crescente digitalização das experiências individuais em diversas facetas da vida social, desde aquelas mais públicas até as mais privadas e pessoais. Não se trata, portanto, de um simples efeito das novas TICs **sobre** a sociedade e a política e sim de relações de **coprodução** de estruturas sociais, políticas e culturais nas quais estamos imersos e vivendo cotidianamente. A implementação de plataformas online e de suas ferramentas digitais produz novas formas de conceber e de viver muitas das atividades que são tidas como próprias da política. Tais aspectos estão entre os ingredientes principais das modificações de uma série de relações e de atividades no âmbito da política: as formas de conceber a própria política e o ativismo; as dinâmicas de estruturação e de organização dos partidos; os processos de mediação das campanhas eleitorais; as lógicas práticas de participação na defesa de causas; a personalização da comunicação política e o populismo digital, entre outras.

Certamente, esse processo de plataformação e mediação das experiências sociais e políticas não constitui uma novidade própria da sociedade brasileira, nem

tão pouco das características de nosso sistema político. Várias sociedades com características históricas, sociais, políticas e culturais muito distintas têm passado por dinâmicas semelhantes. Ao mesmo tempo, ainda que gerais tais processos não são automáticos nem se instalam nestas sociedades no mesmo período, da mesma forma e na mesma direção. Ao que tudo indica, essa variação ocorre porque há uma forte relação entre as características próprias do sistema político e os processos de emergência e de difusão das mídias sociais digitais, mesmo que ainda sejam poucos os trabalhos que se voltem mais sistematicamente para o exame de tal relação. Em consonância com isso, esse artigo procurou colocar no centro da análise as relações entre os processos de emergência e de intensificação dos usos das mídias sociais digitais na política e as condições e as dinâmicas próprias de configuração do sistema político brasileiro. De maneira mais específica, tratou-se de evidenciar a relevância de analisar as relações entre as características de um sistema político baseado nas alianças entre lideranças políticas de organizações heterogêneas e o processo de emergência e de difusão de plataformas e mídias sociais digitais nos processos de mobilização e participação política.

Como se pôde ver pelos dados referentes aos diferentes processos eleitorais, a fragmentação política, a dispersão do poder e a organização de governos de coalizão sustentados por blocos multipartidários de apoio parlamentar, constituem traços recorrentes da política brasileira. Paralelamente, à diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político e seus desdobramentos sobre as instituições políticas e o processo eleitoral, crescia o desencanto, o descontentamento e as insatisfações contra a blindagem de um sistema fundado em amplas alianças. Deste modo, a maior propagação das mídias digitais como instrumento de mobilização política ocorre justamente num momento de grande descontentamento com o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações pela mídia tradicional, decorrente de seus vínculos com as coalizões e alianças em diferentes governos. Por isso, grupos e organizações diversificadas criaram seus próprios canais de participação e de enfrentamento do sistema, mobilizando, recrutando e levando o desencanto, o descontentamento e as insatisfações para as ruas. É, portanto, num contexto político de grande rejeição do sistema político como um todo que há uma grande difusão das mídias sociais digitais como instrumento de mobilização política.

Neste sentido, a intensificação do uso da internet e das mídias sociais digitais nas mobilizações e protestos anticorrupção a partir do ciclo de protestos iniciado em 2011, pode ser mais bem compreendida quando se considera que tais ferramentas expressaram o enfrentamento a um sistema político que funcionava sob a lógica do peemedebismo, represando descontentamentos, insatisfações e demandas por transformação, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças heterogêneas em torno de uma agenda comum. É tal aspecto que vai se tornar constante também na

utilização das mídias sociais digitais na campanha de 2014, nos protestos contra o governo em 2015 e como estratégia de campanha eleitoral em 2018, constituindo-se, aos poucos, como um dos principais recursos para o sucesso eleitoral, principalmente na disputa para o executivo federal e contribuindo, decisivamente, para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República e para a reconfiguração partidária no âmbito estadual e federal. Tal dinâmica de utilização das mídias digitais não se limitou ao processo eleitoral, transformando-se, ao invés disso, num dos principais ingredientes de comunicação política do novo presidente com seus apoiadores.

Tal aspecto é relevante, na medida em que sinaliza para certas continuidades e mudanças quanto às condições e dinâmicas da participação eleitoral e de suas relações com as organizações e os protestos anticorrupção, evidenciando o quanto as eleições de 2014 e de 2018 foram profundamente impactadas pelo contexto de forte ruptura e crise do sistema de alianças que estava na base de certa estabilidade e continuidade das disputas eleitorais. Essa forte relação com o contexto político permite uma compreensão mais sistemática de como a intensificação do uso das mídias sociais digitais têm impactado uma série de relações e de atividades no âmbito da política: desde as que dizem respeito às concepções da política e do ativismo, até as que remetem tanto às dinâmicas de estruturação e de funcionamento das organizações políticas e partidárias quanto às lógicas práticas de participação em atividades e grupos políticos.

Desta forma, a análise aqui apresentada evidencia uma série de continuidades e rupturas do sistema político que precisam ser melhor aprofundados e caracterizados para dar conta de como as condições e dinâmicas de utilização das mídias sociais digitais nos processos políticos e nas formas de mobilização e participação na defesa de causas, podem estar relacionados a fenômenos tão gerais como a personalização da comunicação política e o populismo digital, que se tornaram, nos últimos anos, um dos ingredientes principais da política brasileira. Tal proposta analítica difere de grande parte da literatura brasileira sobre TICs, política e movimentos sociais, que tende a privilegiar a importação e mobilização de perspectivas e conceitos de alto nível de abstração como gramáticas para enquadrar e interpretar a realidade, ao invés de promover sua problematização teórica e conceitual com base no confronto com a realidade empírica em investigação. Em contraponto a isso, este artigo procurou formular uma análise de meio termo, centrada na caracterização do sistema político brasileiro e que se mantém entre as teorizações mais gerais sobre a platformização e digitalização das experiências sociais e políticas e a análise empírica de como a recente intensificação dos usos políticos das mídias sociais digitais no Brasil estão relacionados a certos traços de configuração e funcionamento do próprio sistema político brasileiro que de longa data tem como base o sistema de alianças entre organizações e lideranças heterogêneas.

DIGITAL SOCIAL MEDIA, POLITICAL PARTICIPATION AND ANTI-CORRUPTION PROTESTS

ABSTRACT: *The use of digital social media as instrument for recruiting and participating in protest events has been considered by international literature like the main ingredient of the transformation in the conditions and dynamics of political participation in recent years. In Brazil, the “June protests” in 2013 highlighted the intensification of the use of internet and social media in political mobilization and recruitment. This article intends to demonstrate that the use of such tools in the anti-corruption protests in Brazil, from the wave of protest demonstrations starting internationally in 2011, expressed the confrontation with a political system which monopolized and avoided dissatisfactions and demands for transformation. They gradually became one of the main vehicles for the “liberal”, “conservative” and “right-wing” organizations, groups and leaders around a common agenda. This analysis highlights the relevance of the “political dimension” to understand the process of using digital social media in the dynamics of political participation.*

KEYWORDS: *Digital social media. Political participation. Anti-corruption protests.*

MEDIOS SOCIALES DIGITALES, PARTICIPACIÓN POLÍTICA Y PROTESTAS ANTICORRUPCIÓN

RESUMEN: *El uso de los medios sociales digitales como herramienta de captación y participación en actos de protesta ha sido considerado por la literatura internacional como uno de los principales ingredientes de la transformación de las condiciones y dinámicas de participación política en los últimos años. En Brasil, las “protestas de junio” de 2013 destacaron la intensificación del uso de Internet y los medios sociales en la captación y movilización política. Este artículo pretende demostrar que el uso de dichas herramientas en las protestas anticorrupción en Brasil, a partir de la ola de protestas que se iniciaron a nivel internacional en 2011, expresó la confrontación con un sistema político que monopolizaba y reprimía el descontento y las demandas de transformación. Poco a poco se convirtieron en uno de los principales vehículos de aglutinación, manifestación y acción de organizaciones, grupos y liderazgos “liberales”, “conservadores” y “de derechas” en torno a una agenda común. Este análisis muestra la relevancia de la “dimensión política” para entender el proceso de uso de los medios sociales digitales en la dinámica de la participación política.*

PALABRAS CLAVE: *Medios sociales digitales. Participación política. Protesta anticorrupción.*

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p.325–357, 2014.
- ABRANCHES, S. H. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p.5–33, 1988.
- ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. **Journal of Democracy** em Português, v. 8, p.30, 2019.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p.49–58, 2017.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests: June 2013 in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p.144–159, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 15, n. 5, p.739–768, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- CAIANI, Manuela; KRÖLL, Patricia. The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, [S. l.], v. 39, n. 4, p.331–351, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01924036.2014.973050>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- CAIANI, Manuela; PARENTI, Linda. The Dark Side of the Web: Italian Right-Wing Extremist Groups and the Internet. **South European Society and Politics**, [S. l.], v. 14, n. 3, p.273–294, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13608740903342491>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- CASALECCHI, Gabriel Ávila. Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 26, p.189–200, 2018.
- CECCOBELLI, Diego. Not every day is Election Day: a comparative analysis of eighteen election campaigns on Facebook. **Journal of Information Technology & Politics**, [S. l.], v. 15, n. 2, p.122–141, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19331681.2018.1449701>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa. **Internet&sociedade**, v. 1, n. 1, p.91–120, 2020.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p.530–557, 19 dez. 2019.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system**: politics and power. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2013. (Oxford studies in digital politics). *E-book*. Introdução e caps.: 1, 2, 4 e 9.

CHAGAS, Viktor. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 34, n. 72, p.169–196, 2021.

COSTA, S. Teoria por Adição. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S.; BOTELHO, A. (Eds.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**. Sociologia. São Paulo-SP: ANPOCS : Instituto Ciência Hoje : Discurso Editorial : Barcarolla, 2010. p.25–51.

DE SOUSA, L.; HINDESS, B.; LARMOUR, P. **Governments, Ngos and Anti-corruption The New Integrity Warriors**. [s.l.] Routledge, 2010.

DEIBERT, Ronald J. Três duras verdades sobre as redes sociais. **Journal of Democracy** em Português, [S. l.], v. 8, 1, p.27–50, 2019.

DELLA PORTA, Donatella. Anti-Corruption from Below. Social Movements Against Corruption in Late Neoliberalism. **Partecipazione e Conflitto**, 3. [S.l: s.n.]. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1285/i20356609v10i3p661>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DELLA PORTA, Donatella. **Can democracy be saved?** participation, deliberation and social movements. Cambridge Malden, MA: Polity, 2013.

DESERIIS, Marco. Digital movement parties: a comparative analysis of the technopolitical cultures and the participation platforms of the Movimento 5 Stelle and the Piratenpartei. **Information, Communication & Society**, [S. l.], p.1–17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1631375>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DESERIIS, Marco. Technopopulism: The Emergence of a Discursive Formation. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**. Journal for a Global Sustainable Information Society, [S. l.], v. 15, n. 2, p.441–458, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31269/triplec.v15i2.770>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The platform society**. New York: Oxford University Press, 2018.

EARL, Jennifer et al. Changing the world one webpage at a time: conceptualizing and explaining internet activism. **Mobilization: An International Journal**, [S. l.], v.15, 4, p.425–446, 2010.

EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet Policy Review**, 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/whatsapp-and-political-instability-brazil-targeted-messages-and-political>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GERBAUDO, Paolo. **The digital party**: political organisation and online democracy. London: Pluto Press, 2019.

KARPF, David. Analytic Activism and Its Limitations. **Social Media + Society**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305117750718>. Acesso em: 23 mar. 2021.

KAVADA, Anastasia. Creating the collective: social media, the Occupy Movement and its constitution as a collective actor. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 18, n. 8, p.872–886, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1043318>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MATTONI, A. A situated understanding of digital technologies in social movements. Media ecology and media practice approaches. **Social Movement Studies**, v. 16, n. 4, p.494–505, 4 jul. 2017.

MELO, C. R. Por que a fragmentação não diminuiu nas capitais? **UOL – Observatório das Eleições**. Publicado em 25 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/25/por-que-a-fragmentacao-nao-diminuiu-nas-capitais.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MENDES, Mariana S. Brazil's Popular Awakening - June 2013. Accounting for the onset of a new cycle of contention. In: DELLA PORTA, Donatella (org.). **Global diffusion of protest**: riding the protest wave in the neoliberal crisis. Protest and social movements. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. p.59–84.

NICOLAU, J. M. Os Quatro Fundamentos da Competição Política no Brasil (1994-2014). **Journal of Democracy** em Português, 1. v. 6, p.32, 2017.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Anti-corruption protests, alliance system and political polarization. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 3, p.439–453, 2020. (A luta contra a corrupção: estado da arte e perspectivas de análise).

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (org.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.141–178.

OLIVEIRA, Wilson José F. de e PETRARCA, Fernanda Rios. “Inovações Temáticas, ‘Guinadas’ Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil”. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS** 6, nº 14, p.34–62, 2018.

OLIVEIRA, Wilson José F. de; SANTOS, Adrielma Silveira F. dos. Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, p.599–620, 2017.

PAVAN, Elena; MAINARDI, Arianna. Striking, Marching, Tweeting. Studying How Online Networks Change Together with Movements. **Partecipazione e Conflitto - The Open Journal of Sociopolitical Studies**: 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1285/i20356609v11i2p394>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Oportunidades Políticas em um Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, no 105, p. 217–52, 2018.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p.2–10, 4 abr. 2020.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 27, p.189–206, 2019.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 28, p.189–206, 2020.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Coleção Tinta vermelha. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1. p.15–20.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p.453–470, 2011.

RODRIGUES, Lidianne Soares. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, p.277–312, 2018.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p.285–320, dez. 2016.

SAMPAIO, R.; MITOZO, I.; MASSUCHIN, M.; FONTES, G.; PENTEADO, C. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 85, p.126–147, 7 ago. 2018.

SAMPSON, S. The anti-corruption industry: from movement to institution. **Global Crime**, v. 11, n. 2, p.261–278, 28 abr. 2010.

SANTOS JR, Marcelo Alves Dos. **Vai Pra Cuba!!!** A rede antipetista na eleição de 2014. 197 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p.88–111, 10 set. 2018.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M.; FERNANDES, E. G.; RUSKOWSKI, B.; SILVA, C. F. da. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais. **Compolitica**, v. 10, n. 2, p.43–77, set. 2020.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p.63–96, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p.197–212.

TRERÉ, Emiliano; BARASSI, Veronica. Net-authoritarianism? How web ideologies reinforce political hierarchies in the Italian 5 Star Movement. **Journal of Italian Cinema & Media Studies**, [S.l.], v. 3, n. 3, p.287–304, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1386/jicms.3.3.287_1. Acesso em: 24 mar. 2021.

Recebido em 15/02/2021.

Aprovado em 08/04/2021.

INTERMEDIações SOCIOESTATAIS E ASSOCIATIVISMO: IMPLICAções ENTRE CLIENTELISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM CURITIBA-PR

*Ramon José GUSO**

RESUMO: O debate sobre o associativismo de bairro e o contato com as instituições políticas foi historicamente abordado a partir de perspectivas que denotavam uma visão negativa acerca desta relação, como resultado de vínculos políticos arcaicos, despolitizados e com certa passividade presente nos agentes populares. Este artigo problematiza os conceitos relacionados ao associativismo e movimentos sociais urbanos, como clientelismo, representação, participação e intermediação socioestatal, ao demonstrar a intencionalidade referente aos projetos políticos que configuram tais interações. Utiliza-se de dados sobre o associativismo de bairro em Curitiba-PR e sua dinâmica de forte interação consensual entre lideranças populares e o executivo municipal nos últimos 30 anos, moldando apoios eleitorais, o desenvolvimento de instâncias institucionais de representação política, o trânsito entre lideranças da sociedade civil para o interior dos governos e como institutos de participação são utilizados para minimizar conflitos com outros atores da sociedade civil e o executivo municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. Clientelismo. Representação.

Introdução

A relação entre movimentos sociais urbanos e o contato com as instituições políticas foi historicamente abordado por perspectivas que apontavam para uma

* IFB – Instituto Federal de Brasília. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Brasília – DF – Brasil. 70830-450 – prof.ramongusso@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5170-3617>.

leitura negativa deste fenômeno, ressaltando as assimetrias de poder e a lógica maniqueísta dos representantes estatais que mitigavam carências em serviços públicos por meio da troca por votos. Este cenário seria um empecilho à construção de processos de representação sustentados em bases legais e democráticas, sendo um resquício de um passado rural. Nestes termos, tanto o clientelismo como o populismo foi um fio condutor deste debate, persistindo como uma régua normativa para classificação de tipos de ação coletiva popular (ABERS, 1998; SILVA, 2006; SZWAKO, ARAÚJO, 2019).

A emergência dos movimentos sociais urbanos a partir da década de 1970, em parte, revigorou o debate, juntamente com a literatura sobre participação política e instituições participativas nas décadas seguintes. Contudo, parte do debate sociológico e do discurso de militantes sobre movimentos sociais urbanos se manteve crítica aos modelos de associativismo que tinham relações de maior proximidade com o Estado por manterem apostas político-normativas sobre a democracia e a renovação da sociedade civil (SZWAKO, ARAÚJO, 2019). Assim, mesmo que a relação entre atores da sociedade civil com atores estatais e suas instituições seja uma constante presente nas inúmeras possibilidades de fazer política (GURZA LAVALLE; ZAREMBERG, 2014), essa interrelação foi interpretada como um desvio, como um erro ou, ainda, como uma ação oportunista e, portanto, crivada de sentido negativo. As análises sobre movimentos urbanos são férteis em prognósticos que apontam para as “falhas” dos movimentos e de suas lideranças ao adotarem estratégias de ação que permitam a mediação de políticas por meio do diálogo, da participação em espaços institucionais ou quando militantes assumem determinados cargos públicos, como assessores ou técnicos (MARICATO, 2011).

Em anos recentes, uma série de estudos têm procurado compreender como diferentes conjunturas políticas ajudam na mobilização ou na restrição de ações coletivas, como, por exemplo, na interação sociopolítica, em que atores oriundos da sociedade civil ocupam cargos em governos, ultrapassando certas fronteiras simbólicas e normativas que delimitam a atuação destes fora do âmbito estatal (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; PIRES; VAZ, 2014; CAYRES, 2015). Esse trânsito tem sido analisado como parte de estratégias que são mobilizadas por atores, portanto, racionalmente construídas, levando em consideração os possíveis ganhos (materiais e simbólicos) dessa prática, bem como para a arquitetura institucional que permite esses encontros e a produção de políticas públicas. Isto evidencia uma mudança de perspectiva analítica que, anteriormente, condenava tais práticas como ações clientelistas ou moralmente reprováveis.

Esse percurso entre distanciamentos e aproximações com o Estado tem sido uma constante também na trajetória do associativismo de bairro em Curitiba-PR, que teve um primeiro ciclo de fortalecimento de redes no início da década de 1970, jun-

tamente com o intenso crescimento populacional direcionado à periferia da cidade. Se nos anos iniciais a mobilização de associações de moradores esteve ligada principalmente aos partidos de centro esquerda e à base da Igreja Católica, mantendo uma visão de afastamento com o poder público, é a partir do início dos anos de 1990 que novas articulações surgem num movimento de aproximação com a gestão pública municipal, incluindo, de forma recorrente, o intercâmbio de lideranças comunitárias para estruturas administrativas do governo. A pesquisa realizada em Curitiba-PR com as associações de moradores, suas federações e membros do governo municipal demonstra a existência de uma dinâmica de forte interação consensual entre lideranças populares e diferentes governos municipais, principalmente àquelas aglutinadas a partir da base de Jaime Lerner¹, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná, ao curso de 30 anos, moldando o desenvolvimento de instâncias institucionais de acolhimento das demandas de suas lideranças vinculadas às associações de moradores. Por outro lado, a pesquisa indica que, mesmo com um processo contínuo de interações socioestatais também ocorrem tensões e novos arranjos diante de tentativas de regulação dessas interações. A pesquisa foi realizada entre 2012 e 2017, sendo entrevistadas cerca de 40 lideranças de associações de moradores de forma aleatória, considerando a distribuição das associações pelos bairros e Regionais Administrativas; os presidentes de duas Federações e de oito Uniões de Associações; além dos representantes do poder público junto à Coordenadoria de Assuntos com a Comunidade (Gapecom) e seus responsáveis nas 10 Regionais Administrativas. As entrevistas procuraram compreender tanto a trajetória e as transformações no associativismo de bairro em Curitiba-PR a partir dos anos 1970, como o papel político que este desempenha na articulação de organizações da sociedade civil e como uma base popular junto a diferentes gestões municipais.

O artigo estrutura-se em três partes, além da introdução e das considerações. Na primeira discutimos como o clientelismo foi um conceito amplamente mobilizado para explicar as relações entre Estado e movimentos sociais urbanos; na segunda, abordamos o desenvolvimento de intermediações socioestatais e, na terceira parte, apresentamos alguns resultados da pesquisa junto às associações de moradores em Curitiba-PR e sua relação entre clientelismos e representação nos processos de intermediação política.

¹ Jaime Lerner foi prefeito de Curitiba por três mandatos (1971-1975); (1979-1983) e (1989-1992), e governador do Paraná por duas vezes (1995-1999) e (1999-2003), conseguiu eleger diversos membros de seu grupo para a prefeitura de Curitiba, como Rafael Greca, Cassio Taniguchi e Beto Richa. Sua influência política é chamada de lernismo.

O clientelismo como chave explicativa para a relação entre estado e associativismo

Para Eli Diniz (1982), a oposição campo/cidade esteve presente em grande parte da literatura sobre o significado do voto de populações carentes e seu impacto para o sistema político. Duas posições podem ser esquematicamente retiradas desses estudos. A primeira, de teor otimista, via no processo de urbanização um caminho que promoveria uma maior independência e autonomia da população frente ao sistema representativo, o que também permitiria maior inconformismo e mobilidade, diante de uma população rural marcada pelas práticas de manipulação política, coronelismo e imobilismo. A urbanização, a industrialização e a profissionalização do Estado permitiriam o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e de representação, que, aos poucos, competiria com as formas arcaicas e personalistas de mediação política (HOLANDA, 1999; FERNANDES, 1975). O voto clientelista seria uma forma transitória até que se desenvolvesse, lentamente, um Estado burocrático e impessoal, bem como uma noção mais ampla sobre o público. A segunda posição, de caráter pessimista, indicava que o crescimento da população urbana se deu em decorrência de um êxodo rural, guardando, portanto, mais semelhanças do que diferenças entre os moradores das periferias urbanas e a imagem associada ao despolitizado “caipira”. Dessa forma, permaneceriam práticas de controle da participação política por meio de lideranças carismáticas e populistas, decorrentes de um processo incompleto de modernização.

Diniz (1982) adverte, porém, que muitos estudos sobre o clientelismo urbano careciam de um refinamento teórico, sendo reflexos de um moralismo sociológico que vinculava a relação entre a população carente e políticos como uma prática distorcida de se fazer política, sem aprofundar no conteúdo e no significado destas relações para os atores envolvidos. Szwako e Araújo (2019) argumentam que esse diagnóstico prevaleceu nas interpretações sociológicas sobre a nova classe operária urbana que emergia durante a 2ª República ou Revolução de 1930 (CARVALHO, 2016), tendo na imagem de Vargas a representação do líder populista que acionava a “massa”, sempre disponível, de acordo com seus interesses. Neste contexto, será o populismo a “principal forma de expressão política desta emergência das classes populares, e das características da participação das massas populares urbanas” (JACOBI; NUNES, 1982, p.175). Para Szwako e Araújo (2019), esse diagnóstico se altera a partir da interpretação realizada por Francisco Weffort, ao final dos anos 1970, que estabelece um giro interpretativo, substituindo o determinismo da passividade presente na categoria massa, pelo ativismo, presente na acepção povo, que mais tarde também incluiria a noção de classes populares.

Nesta lógica, Moisés (1982) vê que o aumento de demandas reivindicatórias a partir da década de 1950 gerou, paulatinamente, ações de classes populares de

caráter crítico frente aos aparatos locais do Estado, numa interação mais politizada, em que o Estado tornava-se, por um lado, o “alvo do conflito” e, por outro, permitia relativa unidade para os movimentos ao definirem um “campo de ação no plano do Estado” (MOISÉS, 1982, p.23). Essas demandas eram supridas, de modo de geral, a partir de ações clientelistas e populistas, predominando uma política de atender ao atraso e uma lógica que não esgotava as demandas, mas que revertia o atendimento em apoio eleitoral. Para Cardoso (2008) há em Moisés um esforço em reconhecer o papel do populismo como forma de representação política entre Estado e população, uma vez que outros meios, como partidos e sindicatos não realizavam adequadamente este papel, mas o autor é menos enfático na visão que reforçava o espontaneísmo dos movimentos pós-1970.

Seria dessa politização que entre 1940 e 1960 se desenvolveu a Sociedade de Amigos de Bairro (SAB) e os Comitês Democráticos e Populares (CDPs), sendo os dois principais modelos de organização associativa de demandas populares urbanas no contexto do ciclo de redemocratização a partir do pós-guerra. As SABs foram um importante canal de mediação com partidos políticos, mas por conta de seu perfil econômico de classe média, foi alvo também de críticas (GOHN, 1982, JACOBI; NUNES, 1982) que procuravam desqualificar suas práticas de mediação política que, ligadas às bases de Jânio Quadros, foram classificadas como clientelistas e cooptadas. Uma visão alternativa sobre o papel exercido pelas SABs é discutida por Duarte (2008) que descreve que estas atuavam por meio de meio de barganhas e usando o prestígio social de suas lideranças para obtenção de cargos como juiz de paz, delegado e inspetor de quarteirão e, por outro, demonstra como Jânio Quadros foi um dos primeiros políticos a legitimar as demandas dos bairros populares (luz elétrica, arruamento, escolas, moradia e carestia) como “um direito do morador, não um benefício resultante de uma dádiva” (DUARTE, 2008, p.211). Para o autor, Jânio Quadros soube aproveitar essas demandas-direitos não só em períodos eleitorais, de forma a capitaneá-las em votos e na legitimação da representação “da voz da periferia”, amplamente disputada por Ademar de Barros, pelos comunistas e por outros partidos como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro PTB.

Duarte (2008), porém, faz ressalvas em relação às leituras que compreendiam as SABs apenas como uma mediação clientelista. Para o autor, a vinculação entre moradores e políticos não se dava a partir de uma fidelidade indissolúvel, ela era mediada por uma troca concreta pelo atendimento de demandas, na forma de políticas para os bairros e não em um atendimento individualizado. A adesão às lideranças políticas era, portanto, cambiável. Da mesma forma, Moisés (1982) também questionava a imagem de que associações, como as SABs, eram facilmente manipuláveis pelos políticos. Segundo o autor, estas não eram ingênuas ou uma “simples correia de transmissão da vontade do poder em relação às classes

subalternas” (MOISÉS, 1982, p.27). Boschi (1987), na contramão de muitas análises, também já indicava o papel crítico e politizado das associações de moradores de perfil de classe média no Rio de Janeiro.

Eli Diniz (1982) ao sofisticar sua análise sobre o clientelismo indicou que durante o sistema de representação baseado no bipartidarismo (1966-1978) entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) (situação) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (oposição), se desenvolveu uma ampla rede clientelista a partir de Chagas Freitas², no interior do MDB do Rio de Janeiro. Para a autora, o clientelismo caracteriza-se como um dos repertórios presentes dentro de sua máquina política voltada à manutenção do poder local. O chaguismo disponibilizava um quadro amplo e, ao mesmo tempo, específico de recursos e incentivos materiais e simbólicos, tanto para indivíduos como para organizações, que permitia, de forma pragmática, atender a distintas clientelas com benefícios diferenciais, maximizando a busca pelo êxito eleitoral. O clientelismo de Chagas Freitas não era voltado somente aos mais carentes, mas também se dirigia a interesses corporativos, profissionais e religiosos, conquistando uma ampla capilaridade por meio de redes e laços interpessoais, organizacionais e territoriais. O que Diniz (1982) chama a atenção na particularidade do clientelismo estabelecido pelo chaguismo é que este se voltava para uma heterogeneidade de grupos e classes sociais, contribuindo para desmitificar a ideia de que a mediação clientelista caracteriza-se num recurso eleitoral voltado somente aos mais pobres urbanos ou rurais, por serem menos esclarecidos ou mais afeitos ao carisma das lideranças políticas.

Um ponto central apresentado por Tilly (2007), Duarte (2008), Gurza Lavalle e Zaremborg (2014) é a afirmação de que o clientelismo e o populismo são conceitos relacionais, que fornecem, por meio dessa mediação política, confiança, independente de suas assimetrias. Contudo, seu uso como uma referência geral faz com que se perca muito do conteúdo destas relações, que envolvem diversos processos de intermediação. Para Moisés (1982) o quadro inicial sobre os movimentos populares pós-1945 é fundamental, pois revela que eles tinham uma dinâmica própria, não podendo ser enquadrados nem como marginais, apolíticos e pacíficos, nem como uma imagem do movimento operário clássico europeu, homogêneo e forjado no mercado de trabalho. Para Szwako e Araújo (2019) o legado dessa narrativa será, por um lado, a concessão à racionalidade e a ação aos atores populares, mas, por outro, se fortalecerá as narrativas de recusa ao Estado na forma de um inimigo da sociedade civil (DAGNINO, 2004).

² Chagas Freitas foi governador do Estado da Guanabara entre 1971 a 1975 e do Estado do Rio de Janeiro entre 1979 e 1983. Sua influência política foi chamada de chaguismo.

Clientelismo, racionalidade e intermediações socioestatal

A concessão à racionalidade aos atores populares a qual argumentam Szwako e Araújo (2019) é fortalecida no período de transição para a democracia de 1974 a 1989 (KINZO, 2001) quando se ampliaram os estudos sobre movimentos sociais, principalmente aqueles organizados nas periferias das grandes cidades brasileiras (KOWARICK, 1979; BRANT, 1980; SINGER, 1980; GOHN, 1982; MOISÉS, 1982; BOSCHI, 1987; SADER, 2001; AMMANN, 1991; JACOBI; NUNES, 1982; DOIMO, 1995). Em comum, partilhavam em maior ou menor intensidade de um diagnóstico sobre a emergência e motivações sobre o engajamento coletivo. Dois campos de análises se destacaram nesse cenário, um voltado para as contradições urbanas e o outro para os laços de sociabilidade e de identidade que caracterizariam os novos movimentos sociais.

O diagnóstico das contradições urbanas fazia referência à forma de organização das cidades no modo de produção capitalista, tendo como origem as análises de viés marxista realizadas pela sociologia urbana francesa a partir de 1965, em que a cidade é resultado também das contradições entre classes (TOPALOV, 1988). A distribuição de equipamentos e serviços coletivos no espaço urbano (escolas, saúde, transporte, o acesso à moradia e aos espaços de convívio e lazer) seria uma peça fundamental para compreender os processos de lutas sociais realizados nas cidades. No caso brasileiro, o diagnóstico das contradições urbanas se caracterizava por um capitalismo periférico em que os efeitos da distribuição desigual de recursos públicos afetavam drasticamente a população mais pobre, num processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1979).

Esse diagnóstico, contudo, admitia oportunidades de mudanças quando relacionado às diversas lutas sociais urbanas, localizadas, em geral, nos bairros periféricos e que almejavam intervir no processo de distribuição de equipamentos de uso coletivo, que garantiria não somente ganhos materiais para a classe trabalhadora, como também efeitos sobre a construção da cidadania daqueles que se engajaram em múltiplas lutas por direitos. Ao mesmo tempo em que se renovaram as pesquisas enfatizando as características que permitiam a mobilização, estas rompiam com um panorama em que se destacava os fatores impeditivos do engajamento, como o populismo, o clientelismo, a origem rural da população urbana, a marginalidade, o autoritarismo e as barreiras impostas pelo Estado (BRANT, 1980). Destacam-se, assim, os processos ao redor da luta por moradia, como as ocupações urbanas, os mutirões de habitação e a defesa da regularização fundiária, que mobilizaram, em grande medida, esse referencial teórico.

As leituras dos novos movimentos sociais partiam de uma crítica ao reducionismo econômico de origem marxista, focalizando os movimentos sociais como uma experiência e destacando a pluralidade de identidades produzidas a partir destas lutas. Iam além da relação capital e trabalho, mas mantinham o argumento

de gestação de uma democracia de base e autônoma em relação ao Estado. A participação de base reforçou tanto uma imagem de autonomia dos grupos como uma oposição às formas tradicionais de representação política, como os partidos políticos (KRISCHKE, 1991). A abordagem dos novos movimentos sociais também balizava uma fronteira normativa em relação às instituições estatais e com aquelas organizações que se aproximavam das estruturas estatais. De um lado estariam sujeitos autônomos e independentes, que não se deixavam manipular, de outro, aqueles que faziam “politicagem”, como as SABs, mas também sindicatos (JACOBI; NUNES, 1982; SINGER, 1980; DOIMO, 1995).

A leitura sobre os movimentos sociais realizadas por autores tanto das contradições urbanas, como dos novos movimentos sociais, reconheciam o caráter de inovação presente nas experiências surgidas nas periferias, retirando delas a carga negativa que associava os mais pobres à passividade, à irracionalidade e à manipulação por meio de práticas políticas clientelistas. Essa passagem, contudo, não se deu de forma direta, pois os movimentos e as associações que mantinham vínculos com setores estatais continuaram vinculados à pecha de atores clientelistas e despolitizados.

Ruth Cardoso (2008), afirma que o caráter do novo e seu enunciado transformador eram, porém, efeito do contexto repressivo presente em diversos países latino-americanos que reforçavam tanto uma crítica ao sistema político como uma posição dicotômica e antagonista entre Estado e sociedade civil. Para Boschi (1987) a ênfase na autonomia dos movimentos de base e ao projeto de democratização teve, como efeito, a construção de uma imagem excessivamente otimista sobre o impacto político destas ações coletivas, ao mesmo tempo em que ignoravam o papel do Estado no processo de democratização e subestimavam o desempenho de outras instituições para este fim, como os partidos e a própria dinâmica eleitoral.

De acordo com Silva e Oliveira (2011) a interpretação sobre os movimentos e ações coletivas deste período caracterizava os movimentos, em geral, como *outsiders* em relação à política institucional, restando os repertórios mais contenciosos e reivindicativos como as poucas possibilidades legítimas de expressão enquanto sujeitos políticos. Para Boschi (1987), muitas destas leituras consistiam em pressupor o domínio da liberdade e da política nas práticas não institucionalizadas, ao passo que àquelas institucionalizadas implicavam em hierarquia, burocracia, liderança e antipolítica. Para o autor, ao mesmo tempo em que reivindicam o Estado, na forma de demandas, negavam qualquer possibilidade de mediação com as instituições. Assim, a autonomia dos movimentos em relação ao Estado não se daria apenas como descrição de uma realidade, mas como uma prescrição. A relação, apenas quando conflituosa, seria o termômetro do quão crítico e autêntico poderia ser um movimento (CAYRES, 2015; SZWAKO, 2009, 2012).

A partir da década de 1990, com a ampliação de práticas institucionais de participação, como os conselhos de políticas públicas e as experiências de orçamento

participativo, criaram-se novos meios de ação para movimentos sociais e associações comunitárias (SHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004). Muitas organizações assumiram novas posturas, como parcerias com instituições governamentais por meio da construção e execução de políticas públicas e atuação nos canais de representação, dentro de um leque temático criado pelas instituições participativas, como saúde, reforma urbana, educação, segurança alimentar, juventude, direitos humanos, entre outros. Esse percurso, contudo, não tardou em ser interpretado como um processo de desmobilização, de perda da radicalidade e da autenticidade dos movimentos sociais que, envoltos na trama estatal, perderam muito do seu encanto (SOUZA, 2000; RIZEK, 2007; BELLO, 2007).

Tal diagnóstico, no entanto, não foi uma verdade absoluta para todos os movimentos, pois muitos ampliaram sua capacidade de atuação ao se inserirem ou consolidarem redes mobilizatórias, conseguindo mediar formas mais diretas de pressão e reivindicação com a nova lógica de participação institucional. Outras tantas organizações mantiveram-se presentes em diferentes contextos, mesmo sem alardear grandes ações, conquistas ou olhares para as suas práticas cotidianas, da mesma forma como os tradicionais movimentos sociais passaram a concorrer pela centralidade nos processos de mobilização social com as Organizações Não Governamentais (ONGs), que assumiram semelhantes papéis nas redes da sociedade civil (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004).

O diálogo institucional também criou oportunidades de representação de demandas e de fortalecimento de lideranças, tanto em cenários locais como nacionalmente, com a presença de diferentes interesses, assimetrias de poder e conflitos com base em disputas eleitorais. Neste sentido se destaca como as instituições participativas permitiram, em contextos particulares, a inclusão de novos atores e o aumento da densidade associativa, como também questionar práticas de mediação política clientelista (ABERS, 1998).

Tais análises têm indicado que estes espaços de encontro entre sociedade civil e estado envolvem diferentes tipos de formato e com possibilidades distintas de troca de conteúdo e de intermediação política (GOLDSTONE, 2003; GURZA LAVALLE; ZAREMBERG, 2014), para além de uma simples troca de favores clientelistas. Neste sentido, o conceito de intermediação tem sido empregado para abarcar a pluralidade de relações mobilizadas tanto a partir das relações promovidas em espaços de participação como conselhos, conferências, orçamentos participativos, mas também em outros formatos mais esporádicos e mesmo informais, como audiências, consultas, reuniões, visitas ou debates em bairros, ouvidorias, observatório de cidadãos ou comissões, (LÜCHMANN, 2018; VERA; GURZA LAVALLE, 2012), permitindo compreender seus múltiplos resultados, como a inclusão política, os processos de fiscalização de políticas, o exercício de representação junto aos governos e de *accountability* (GURZA LAVALLE; VERA,

2011; LÜCHMANN, 2018). Como as mediações são plurais é possível perceber usos, interações e repertórios para cada um desses espaços, bem como a presença de atores e grupos de interesse com perfil socioeconômico e posições políticas distintas, com conflitos e assimetrias de poder, usos clientelistas e/ou personalistas e distintas formas de representação de interesses (SILVA, 2006; LÜCHMANN, 2018; GURZA LAVALLE; ZAREMBERG, 2014).

Outra questão fundamental nos processos de mediação é que apresentam padrões distintos de relação com instituições estatais e com outras organizações sociais, mantendo um campo vasto de possibilidades, como cooperação e parcerias que mantém certo distanciamento entre sociedade civil e Estado, mas permite, por outro lado, compreender processos em que essas fronteiras são permeáveis, sendo compartilhadas atividades, militantes, projetos políticos e estrutura organizativa. Tal processo remete à ideia de múltipla militância apontada por Mische (2003) e amplamente percebida a partir da interconexão entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores (PT), que ocorreu em diversos momentos, nas administrações locais ou no âmbito do Governo Federal (GUSSO, 2013). Neste sentido, Silva e Oliveira (2011) apontam que o cenário eleitoral, as derrotas ou vitórias, ajudam a explicar não só os trânsitos entre militantes e governos, como também o apoio a determinados partidos. Nesse caso, a dinâmica eleitoral local, devido também à proximidade dos atores, tende a produzir fortes entrelaçamentos entre movimentos, partidos e governo, com múltiplas possibilidades de mediação sociopolítica, para além de argumentos que reduzem tudo a um mero jogo de trocas materiais, principalmente quando essa relação se realiza com atores periféricos dentro do campo movimentalista, a exemplo das associações de moradores.

Associativismo de bairro em Curitiba-PR

O associativismo de bairro em Curitiba-PR, assim como em outros centros urbanos brasileiros, apresentou um desenvolvimento a partir da década de 1970. Na capital paranaense o crescimento de associações de moradores se deu em decorrência de um intenso fluxo migratório a partir de 1975, como uma das consequências do êxodo rural do interior do Paraná ocasionado pela destruição das plantações de café, principal produto agrícola até aquele momento³. O aporte de novos moradores na cidade foi de aproximadamente 400 mil pessoas entre as décadas de 1970 e 1980

³ O Paraná era o maior produtor nacional de café até a década de 1970 (48%). No Ano de 1975 o Estado produziu 10,2 milhões de sacas e, no ano seguinte, após os efeitos da geada, foram colhidas apenas 3,8 mil sacas, reduzindo a participação paranaense na produção brasileira a 0,1% nas décadas seguintes.

(IPARDES, 1983), que iniciaram um processo de ocupação territorial principalmente nas regiões sul e leste da capital, locais desprovidos de infraestrutura e sujeitas a alagamentos frequentes⁴. A ocupação desta porção da cidade se deu principalmente a partir de favelas e de loteamentos clandestinos, que foi acompanhada de diversas ações de despejos e de reintegração de posse, principalmente durante as primeiras gestões de Jaime Lerner como prefeito indicado pela ditadura militar (ROLIM, 2011; POLLI; GUSSO, 2013). Neste contexto de disputa pela terra, surgem diversas associações de moradores apoiadas por diferentes grupos que prestavam assessoramento jurídico, político e comunitário junto desta população periférica. A formação de associações de moradores era uma estratégia também de defesa das comunidades ante as ações de desfavelamento realizadas pela prefeitura, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) (ROLIM, 2011).

Entre o final da década de 1970 e os anos de 1980 três principais articulações se destacam neste processo de organização, mobilização e reivindicações por moradia, infraestrutura urbana e políticas sociais, sendo elas: o Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana (MAB), vinculado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana (União Geral), ligada às lideranças que fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT); e a Federação das Associações de Moradores do Paraná (Famopar), articulação vinculada às lideranças do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo Roberto Requião⁵ como o principal nome. As três articulações tiveram papel importante na construção de políticas de moradia, como a paralisação dos despejos forçados, a regularização de loteamentos clandestinos e a edificação de conjuntos habitacionais, bem como uma série de melhorias para os bairros, como a instalação de creches e linhas de transporte público.

As três articulações, neste contexto, tinham grau variado de intermediação com o poder público. O MAB era a articulação mais crítica a essa relação e defendia uma posição autonomista e independente de partidos, sindicatos e do governo, enquanto a União Geral mantinha uma posição de distanciamento seletivo, uma aproximação com desconfiança. A problemática da cooptação de lideranças era uma pauta central nos debates dessas duas articulações, principalmente quando envolvia o estabelecimento de canais de participação promovidos pelo poder público, como a criação do Conselho Comunitário de Melhoria da Qualidade de Vida ou a criação das

⁴ A região sul tem o relevo mais baixo, sendo que todas as bacias hidrográficas que cortam Curitiba correm para o sul, na jusante do Rio Iguaçu.

⁵ Roberto Requião iniciou sua carreira como assessor jurídico na defesa de despejados e na articulação de associações de moradores. Foi o primeiro prefeito de Curitiba eleito pelo voto popular após o Golpe civil-militar de 1964. Posteriormente foi deputado federal, Governador do estado do Paraná e por diversos mandatos foi Senador.

Administrações Regionais, vistas como uma forma de fragmentar as reivindicações junto à prefeitura. Por outro lado, a Famopar era a articulação que estabelecia uma relação de maior proximidade com atores estatais, principalmente quando o MDB assumiu o governo municipal, entre 1985 e 1989, com Maurício Fruet e Roberto Requião. Durante o governo do MDB, lideranças populares ligadas à Famopar passaram a ocupar cargos de assessores junto à Prefeitura de Curitiba ou junto às Administrações Regionais, principalmente aqueles que envolviam a política de moradia (GARCIA, 1990; ROLIM; 2011; ROSA; 2012). A ocupação de cargos por lideranças da Famopar com o governo do MDB foi criticada como uma ação oportunista pelas demais articulações. Contudo, é precisamente neste julgamento que se revela o contexto do debate à época, que marcou tanto as análises teóricas como os debates internos aos movimentos, em que a não relação com o Estado seria um atributo positivo de autenticidade e autonomia das organizações da sociedade civil, e o contrário, a aproximação com a política representativa, era vista como uma ameaça à forma de organização e identidade dos movimentos.

No início dos anos 1990 essas articulações se desmobilizam. Entre os fatores que contribuíram para isso podem ser listados o crescimento de associações sem vínculo com as articulações, o distanciamento das articulações (União Geral e Mab) com as associações que mantinham práticas assistencialistas e clientelistas, o acolhimento de demandas por parte do poder público, como a instalação de creches e regularização fundiária, o afastamento de ações participativas promovidas pelo poder público, por receio de cooptação, como a não participação nos Conselhos de Transporte e Comunitários (ROSA, 2012; GARCIA, 1990). Garcia (1990) também destaca que muitas associações não se interessavam em mobilizações mais gerais organizadas pelo MAB, que não estavam ligadas diretamente às pautas dos bairros, bem como a fragmentação das lideranças a partir de clivagens partidárias.

Com essa desmobilização, outros movimentos específicos de moradia passam a atuar na cidade. Parte das lideranças da Famopar, após disputas internas, já haviam fundado em 1986 a Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam), que a partir da década de 1990 irá se consolidar como a principal articulação de associações de moradores da cidade. A Femoclam herdou da Famopar um caráter mais pragmático no que tange a relação com os agentes públicos, também concorreu para isso o fato de que suas lideranças não se posicionaram a partir de esquemas ideológicos que organizaram os projetos políticos do MAB e da União Geral, como democracia e socialismo.

A atuação da Femoclam está inscrita ao seu contexto político imediato, tendo como horizonte o poder público local para concretização de suas ações voltadas à melhoria nos bairros. Colaborou para o fortalecimento da Femoclam no cenário institucional a manutenção de um mesmo grupo político à frente da gestão municipal de Curitiba-PR, com predomínio político do lernismo, iniciado na década de 1970.

Desde então, houve poucos momentos de interrupção na liderança deste grupo, destacando-se os governos do MDB na metade dos anos 1980, no contexto da redemocratização e, posteriormente, entre 2012 e 2016, com a gestão de Gustavo Fruet do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em coligação com o PT na pessoa de Mirian Gonçalves, na vice-prefeitura.

Atualmente vinculam-se à Femoclam cerca de 950 associações. Destas, 650 são associações de moradores e estão presentes em todos os 75 bairros e distribuídas pelas 10 Regionais Administrativas. A articulação da Femoclam envolve ainda a presença de 08 Uniões de Associações de Moradores que são responsáveis por mobilizar e representar o conjunto de associações presentes dentro da divisão territorial das Regiões Administrativas. Há ainda outra articulação de associações, surgida de uma dissidência da Femoclam, chamada de Femotiba⁶. As Federações disputam entre si a filiação das associações e a representação delas junto ao poder público. A Femoclam é a que possui a maior capilaridade perante as associações de moradores e as uniões, bem como possui maior capacidade de mediação junto à prefeitura municipal.

Esse tripé organizacional (associações, Uniões, Federações) permite refletir como categorias como clientelismo e representação se articulam como uma prática cotidiana de ação destes atores. A partir dos anos 1990 a Femoclam e suas lideranças se consolidaram como os principais intermediários entre demandas populares e ações realizadas pelo poder público. A mediação dessas demandas com o poder público se concentrou, primeiramente, junto à Fundação de Ação Social (FAS), sendo o elo principal de comunicação e diálogo com as primeiras damas. Nesta relação, destacaram-se a atuação de Margarita Sansone⁷, esposa de Rafael Greca (1993 a 1996) e, principalmente, Fernanda Richa, durante a gestão de Beto Richa como prefeito de Curitiba (2005 a 2010) e, posteriormente à frente da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social, no período em que seu cônjuge foi o governador do Estado do Paraná (2011 a 2018) no qual manteve grande presença junto às associações de moradores em Curitiba.

As demandas apresentadas à FAS eram diversas, desde auxílio para atividades realizadas pelas associações, como eventos esportivos, festas comunitárias, reformas nas sedes, brinquedos para eventos como Páscoa, Natal e dia das crianças, até a prestação de ajuda individual para membros da comunidade, que eram mediadas pelas associações, como ajuda para funerais, material de construção, alimentos ou procura de emprego. Esses contatos foram, ao longo do tempo, realizados de maneira informal, como contatos telefônicos e visitas à FAS, mas também envolveram

⁶ Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Beneficentes e Sociais de Curitiba.

⁷ Nas duas últimas gestões de Rafael Greca (2017-2020 e 2021-2024) Margarita Sansone não ocupa cargos na prefeitura.

programas mais formais, como o Tudo Limpo, que consistia em repasse de dinheiro diretamente para as associações para que realizassem o cadastro e a contratação de moradores desempregados para a realização de serviços de limpeza urbana.

Na época do Greca, como prefeito, havia um repasse de recursos diretos para os presidentes das associações, mas devido à dificuldade de controle e prestação de contas, a ação foi suspensa. Muitos líderes usavam o recurso para outros fins que não eram a associação⁸.

No tempo do Rafael Greca as entidades tinham uma verba. Daí parou, teve um processo, pois era tipo uma campanha política⁹.

Esse modelo de relacionamento com as associações constituía uma típica relação personalista e clientelista, que fornecia um capital simbólico e político às lideranças comunitárias, que se orgulham em desempenhar um papel positivo para suas comunidades por serem reconhecidas junto ao poder público como representantes destas. A seguir, alguns trechos de relatos de presidentes de associações que demonstram o papel dessa relação pessoal no funcionamento dessas intermediações¹⁰:

A Fernanda Richa tem carisma, toma café com a gente. É uma pessoa simples, visita as comunidades. Nossa troca é para quem ajuda a comunidade, temos 400 famílias aqui, vamos de casa em casa falar quem a gente está apoiando [Eleições].

A FAS funcionava! O que pedia recebia, era bem atendido. A primeira-dama [Fernanda Richa] visitava as associações.

A esposa do Cassio [Marina Taniguchi] vinha muito à comunidade, estava à frente da FAS, atendia aos pedidos da comunidade.

Estava próxima da comunidade. Greca ajudou na instalação do telhado da associação, ele vem até nós, aperta nossa mão. A Fernanda Richa também vem a qualquer hora na comunidade.

A relação de troca com as associações não ocorre somente por votos durante as eleições municipais, mas é continuamente acionada para fornecer público e certo controle do que é discutido e aprovado em eventos participativos, principalmente aqueles que se constituem a partir de uma exigência legal, como debates para a

⁸ Entrevista realizada com C.Z, Gestor público de uma das Regionais Administrativas, em 16 de junho de 2016.

⁹ Entrevista realizada com G.O, Gestor público de uma das Regionais Administrativas, em 21 de junho de 2016.

¹⁰ Depoimentos colhidos com presidentes de associações de moradores entre fevereiro e agosto de 2016.

aprovação do orçamento, conferências e audiências temáticas, como por exemplo, as que envolvem Plano Diretor, Cidades, Habitação, Transportes, e eleições para o Conselho Tutelar ou para a Ouvidoria Municipal¹¹. No caso da Ouvidoria, a escolha do nome é feita pelo pleno da câmara a partir de uma lista tríplice aprovada¹² pela Comissão Eleitoral formada por três vereadores indicados pelo presidente da câmara, três secretários municipais indicados pelo prefeito e três membros da sociedade eleitos entre organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, clubes de mães, associações filantrópicas), formalizadas por meio de comprovação de documentos e função social, inscritas e aprovadas pela Câmara Municipal. A Comissão Eleitoral tem a função de acolher as candidaturas, validar as inscrições e indicar a lista tríplice. O Ouvidor, para ser eleito, precisa atingir a maioria absoluta dos vereadores. No último processo eleitoral iniciado em 2016 e finalizado apenas em janeiro de 2018, candidataram-se 25 nomes para o cargo de ouvidor e 45 entidades da sociedade civil para as três vagas da Comissão Eleitoral. Destas, 36 foram habilitadas, tendo direito votar em três entidades, sendo que as mais votadas foram eleitas para a Comissão. Dessas, 18 eram associações de moradores, 1 União de moradores (Cajuru) e duas Federações de Associações, Fecampar e a Femotiba, que são entidades independentes apenas juridicamente. As três mais votadas para compor as vagas da sociedade civil na Comissão Eleitoral foram a Fecampar, a União de Associações de Moradores da Regional Cajuru e a Associação de Moradores Vila Jerusalém, todas elas estão vinculadas à Femoclam. A eleição para Ouvidor é fortemente disputada entre as associações para a indicação dos três nomes que compõe a Comissão Eleitoral, mas a disputa ocorre também na Câmara, em decorrência da indicação de nomes que sejam mais próximos ao Executivo. A eleição, inicialmente prevista para ocorrer em 2016, se arrastou até o ano de 2018. Nesse período, houve a mudança na gestão municipal, quando Gustavo Fruet (PDT) não consegue se reeleger e Rafael Greca assume a prefeitura. Essa mudança na gestão foi acompanhada de uma mudança na composição partidária da Câmara. De acordo com Serginho do Posto do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), presidente da Câmara à época: “não há pressa, apesar de ser importante para democracia, o cargo não tem feito falta para a população” (CALDAS, 2017, n.p.). Neste período, a Comissão Eleitoral também atuou para impugnar candidatos de oposição à Greca, como nos pedidos assinados pela Femoclam e Femotiba contra a candidatura de Pedro Paulo (ex-vereador PT que se filiou ao PDT durante a gestão

¹¹ A Ouvidoria do Município de Curitiba foi instituída pela Lei nº 14.223 de 07 de janeiro de 2013, sendo um órgão autônomo voltado ao controle do poder público municipal, vinculada apenas fisicamente ao legislativo municipal.

¹² Os critérios para a aprovação dos concorrentes ao cargo de Ouvidor são o inegável conhecimento da administração pública, idoneidade e reputação ilibada.

de Fruet). O pedido de impugnação foi indeferido, porém as três associações da sociedade civil votaram pela impugnação.

Essa disputa pela eleição do Ouvidor Municipal revela um campo pleno de articulações realizadas por partidos, pelo executivo, por vereadores e por associações de moradores na disputa tanto para eleição da Comissão Eleitoral, como pelos nomes que compõem a lista de candidatos a ouvidor indicando a atuação bem sucedida de candidatos mais próximos ao executivo municipal. O processo também mostra como a estrutura de associações é mobilizada para participar destes eventos, atuando, em grande medida, para impedir a aprovação de posições contrárias aos interesses do poder público (FARIA; PONTES, 2008; CLEMENTE, 2011), como também lançando o máximo de candidatos para disputar as vagas de conselheiros e delegados da sociedade civil em diferentes processos participativos.

[...] a associação está envolvida na esfera pública, ela vai participar das audiências, das LDOs aquela coisa toda. E o papel da Femoclam é exatamente isso, que os presidentes saibam esses caminhos que eles têm que percorrer. Não existe uma área que você atua mais, a Federação tem essas cadeiras (conselhos). Nós temos hoje cadeiras no Conselho Municipal do Meio Ambiente, no Fundo Monetário da Cohab, na saúde municipal e Estadual, nas Cidades. Nossa principal função são as assembleias, as eleições e as posses das diretorias. Isto que mais demanda tempo da gente¹³.

Outro espaço fundamental para a realização destas intermediações socioestatísticas acontece junto aos escritórios das Regionais Administrativas, que possuem, em cada uma delas, um setor de Assuntos com a Comunidade, cujo responsável é uma liderança comunitária com histórico de atuação região. Além desses escritórios, que atuam diretamente no acolhimento de demandas das associações, foi instituído, ainda durante a gestão de Luciano Ducci (2010-2012), a Coordenação de Assuntos Comunitários (Gapecom) ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de aproximar demandas da sociedade aos projetos desenvolvidos pelo poder público. Nas duas estruturas de mediação do poder público, há funcionários ligados às associações de moradores representadas pela Femoclam.

A função exercida pela Gapecom é muito similar àquela desenvolvida pela própria Femoclam, como auxiliar as associações em sua formalização, prestação de contas, processos eleitorais e na formalização de demandas junto ao poder público, como a realização de abaixo-assinados. A separação entre os papéis de ser parte do governo e de ser parte da Femoclam fica, em alguns casos, pouco evidente até

¹³ Entrevista com Izael Aquino Silva, presidente da Femoclam, em 24 de maio de 2016.

mesmo para as próprias lideranças¹⁴, que viam suas atividades na prefeitura como um prolongamento de suas atividades de lideranças junto às comunidades.

Para além dessas intermediações existentes, a relação entre poder público e associações de moradores tem também certas tensões. A mudança de governo (2013-2016), com a eleição de Gustavo Fruet para prefeito, quebrou um ciclo de mais de 30 anos do lernismo e apontou para mudanças na forma de articulação com a gestão municipal. Apesar de Fruet manter a presença de lideranças comunitárias junto à Gapecom e nas Regionais Administrativas, houve uma significativa alteração na forma de conduzir os contatos das associações e suas lideranças junto à FAS. A relação direta e pessoal com as primeiras-damas foi encerrada, exigindo que os pedidos das lideranças fossem formalizados por meio de projetos, com orçamento, demanda, público alvo e justificativas. Essa exigência da então primeira-dama, Márcia Fruet, foi interpretada pelas associações como uma desconfiança e perda de legitimidade das lideranças que burocratizou não só a relação construída anteriormente como quebrou um dos principais vínculos de acesso ao poder público que as associações dispunham.

Normalmente o movimento comunitário está atrelado à FAS, uma vez que ela é a responsável pelas políticas públicas sociais. Se você trabalha com as demandas da comunidade carente automaticamente tem que ser mais por estas vias. E a FAS, a primeira dama, Fernanda Richa ela ia para a comunidade dia e noite, duas, três horas da manhã. Então tudo depende de quem é a primeira dama, então se a primeira dama for mais toque a toque com o povo então automaticamente o destaque será maior. Já a primeira dama de hoje [Márcia Fruet] é mais técnica, vê, claro, ela não é cega, vê as necessidades das comunidades, mas vê a política de assistência social de outra forma¹⁵.

As associações sabem da importância de se gerar documentos diante do poder público, conhecem a linguagem da burocracia. A crítica ao governo de Gustavo Fruet não se deu apenas por ter formalizado tais relações, como se anteriormente elas não existissem, mas pelo fato de já terem um roteiro pré-definido para a elaboração de demandas, que não excluía aproximações personalistas realizadas junto à FAS e, em muitas ocasiões, com a primeira dama Fernanda Richa. A gestão de Gustavo Fruet passou a exigir novas informações, novas regras, novos documentos para a recepção de demandas, gerando obstáculos, ao terem que se adequar a uma nova linguagem técnica vinculada, principalmente aquelas realizadas junto à FAS, como indicaram

¹⁴ Durante as entrevistas era comum os membros destes cargos falarem tanto em nome das Associações como em nome do poder público. Da mesma forma, quando mediavam reuniões com a comunidade, essa separação se dava apenas formalmente.

¹⁵ Entrevista com Izael Aquino Silva.

as entrevistas junto aos Coordenadores de Assuntos com a Comunidade da Regional Boa Vista e Portão/Fazendinha. Nas críticas realizadas pela Femoclam sobre gestão de Márcia Fruet é evidente o descontentamento com os obstáculos do exercício da intermediação sociopolítica em relação com a forma que era anteriormente realizada, transformando o papel da Femoclam e suas lideranças no jogo político local. Estas mudanças provocaram um direcionamento maior de pedidos junto à Gapecom que, ao realizar este papel sem o aval da primeira dama, gerou, ao fim do governo de Gustavo Fruet, a saída de lideranças ligadas à Femoclam de seu governo, que passaram a atuar em campanhas de oposição à reeleição de Fruet¹⁶, apoiando, principalmente a candidatura de Rafael Greca. Deste modo, a rede de associações de moradores mescla tanto a sua atuação com práticas típicas clientelistas como também se inserem em espaços voltados às políticas participativas e institucionais, disputando as múltiplas possibilidades de representação disponíveis para a sociedade civil. Por outro lado, as associações, Uniões e Federações são fundamentais na atuação como base eleitoral de candidatos à prefeitura e à câmara municipal¹⁷. Entre os entrevistados, quase a totalidade indicou ser filiado a partidos políticos e ter participado de campanhas como cabo eleitorais, tanto de forma voluntária como remunerada, assumindo, em muitos casos, a coordenação de campanhas nos bairros ou Regionais. As entrevistas também indicaram que a filiação partidária das lideranças associativas tende a acompanhar a legenda do prefeito eleito, sendo comum e constante a troca partidária dessas lideranças ao longo do tempo e em decorrência das alianças construídas antes e após as eleições municipais.

Considerações

O contínuo processo de interação entre o associativismo de bairro com o governo local mostra como essa dinâmica possui muitas entradas de acesso ao Estado. Ações de caráter clientelista concorrem com outras típicas de processos participativos e de representação política. Contudo, essas não se colocam como excludentes dentro dos repertórios das associações, se constituem como práticas que são comuns e que se referem a estratégias para a obtenção de ganhos políticos. Esse conjunto de ações demonstra que não se trata de um clientelismo visto como uma relação atrasada, típica de áreas rurais, ou de um clientelismo instrumental e maniqueísta, a partir de um cálculo simples entre custos e benefícios, orientado

¹⁶ Fruet não foi reeleito, sendo Rafael Greca, que já havia sido prefeito de Curitiba entre 1993 e 1996, eleito para o mandato de 2016 a 2020 e reeleito para mais um mandato (2020 a 2023). Essas lideranças retornaram posteriormente a cargos de comissão e com função similares na administração municipal.

¹⁷ Muitas lideranças vinculadas às associações e à Femoclam têm ocupado, ao longo desse período, cargos tanto no legislativo como no executivo municipal.

apenas para a obtenção de votos (AUYERO, 1997, 2012). Há um complexo processo de intermediação socioestatal que envolve o reconhecimento simbólico do trabalho das lideranças e das associações por meio de apoio, conferindo às lideranças representatividade perante a comunidade às quais estão envolvidas. Isto é apontado por D'Avila Filho, Coelho e Jorge (2006), em relação à disputa pela “paternidade” das obras do Orçamento Participativo (OP) em Petrópolis, como sendo parte do próprio do jogo que envolve clientelismos, representação e participação. Para D'Avila Filho, Coelho e Jorge (2006), os ganhos realizados com a política clientelista também são dependentes da capacidade de mobilização e negociação dos atores a partir de seu capital político para intermediar estas trocas. É neste sentido, por exemplo, que atuam a Femoclam e muitas das lideranças comunitárias em Curitiba-PR. Essas trocas não ocorrem apenas durante os ciclos eleitorais, pois envolvem uma rede durável e ampla de atores, que se constituiu também por outras intenções não clientelistas. Deste envolvimento há, também, uma forte vinculação e participação destas lideranças juntos aos partidos que compõem a base dos governos, num processo mais amplo de intermediação com o sistema político, corroborando as análises de Goldstone (2003), Kriesi (2009), Almeida; Lüchmann, Ribeiro, (2012); Tatagiba; Blikstad, (2011).

As intermediações socioestatais realizadas, sobretudo, pela Femoclam fazem parte da construção de suas estratégias em que o apoio político também é negociado a partir do peso de representar de mais de 600 entidades comunitárias espalhadas por toda a cidade de Curitiba-PR. As disputas colocadas pelo campo das associações de moradores são, em grande medida, pela manutenção do modelo de interação do que propriamente por políticas públicas estruturais para a cidade. Os conflitos se revelam quando há mudanças ou restrições à interação socioestatal, como no processo de formalização dessas relações durante a gestão de Márcia Fruet na Fundação de Ação Social.

É neste sentido também que D'Avila Filho, Coelho e Jorge (2006) e Gurza Lavalle e Zaremborg (2014) apontam que clientelismo é um traço moderno da política, existente em qualquer relação que envolve intermediação de interesse, sendo uma estratégia ou repertório voltado à obtenção de diferentes benefícios. Além disso, não se extingue com práticas democráticas ou participativas, mas se transforma, se moderniza, se adapta e é reinventado em diferentes contextos. Abers (1998), D'Avila Filho, Coelho e Jorge (2006) e Silva (2006) também apontam para o fato de que instâncias de participação podem criar barreiras a antigos processos clientelistas ou mesmo criar novos modelos que poderão competir entre si. Neste ponto, “sob determinadas condições o clientelismo pode ser encarado como uma alternativa popular legítima para a obtenção de benefícios” (D'AVILA FILHO; COELHO; JORGE, 2006, p.218), em que muitas vezes a própria participação ou a possibilidade de mediar o acesso às políticas públicas é uma moeda de troca,

amplamente utilizada em dinâmicas municipais, o que os autores chamam de “coextensividade das trocas políticas assimétrico-clientelistas e mecanismos de participação política” (D’AVILA FILHO; COELHO; JORGE, 2006, p.219). Gurza Lavalle e Zaremborg (2014) destacam também que nestas práticas de representação informal e intermediação política há muito mais do que apenas clientelismo. É nestes termos que as análises sobre as relações entre diversos modelos de associativismo e o sistema político devem ser compreendidas, minimizando as expectativas normativas sobre participação e representação, buscando compreender o que essas intermediações realmente fazem. Assumir esta posição não implica em omitir a existência de assimetrias de poder presentes nestas relações, mas não se deixar levar por um olhar demasiadamente maniqueísta que enxerga de um lado manipulação, e de outro, passividade e vitimização. Apesar disso, entende-se que o clientelismo é um repertório presente dentro de uma pluralidade de formas de representação política alternativa (WARREN, 2001; LÜCHMANN, 2011; LÜCHMANN; SCHAEFFER; NICOLETTI, 2017) e que as dinâmicas de caráter local são espaços férteis para elucidar como os contextos políticos, culturais, sociais e institucionais importam para a compreensão do funcionamento da democracia.

**GOVERNMENT MEDIATION AND THE FORMATION OF
ASSOCIATIVISM: IMPLICATIONS OF CLIENTELISM, PARTICIPATION
AND REPRESENTATION IN CURITIBA, PARANÁ.**

ABSTRACT: *The debate about the setting of neighborhood associations and their relationship with political institutions has been historically approached from perspectives which denote a certain negative perception, resulting from outdated political relations, apolitical relations and from the inaction of representatives. This article problematizes the consolidated concepts regarding the associativisms and urban mediation by demonstrating the intentionality of the political projects which constitute such interactions. The text makes use of information about the establishment of neighborhood associations in Curitiba, Paraná, and the strong consensual interaction between local leaders and the municipal government in the last 30 years, building electoral support, developing institutional instances of political representation, fostering the transit of civil society leaders into the government. Also, it shows how participatory institutions are employed to minimize conflicts with other agents from the civil society and the municipal government.*

KEYWORDS: *Community associations. Clientelism. Representation.*

**INTERMEDIACIÓN SOCIO-ESTATAL Y ASOCIACIONISMO:
IMPLICACIONES ENTRE CLIENTELISMO, PARTICIPACIÓN
Y REPRESENTACIÓN EN CURITIBA.**

RESUMEN: *El debate sobre el asociacionismo de barrio y el contacto con las instituciones políticas fue históricamente abordado desde perspectivas que denotaban una visión negativa sobre esta relación, como resultado de vínculos políticos arcaicos, despolitizados y con cierta pasividad presente en los agentes populares. Este artículo problematiza conceptos relacionados con el asociacionismo y los movimientos sociales urbanos, como el clientelismo, la representación, la participación y la intermediación social-estatal, al demostrar la intencionalidad relativa a los proyectos políticos que conforman dichas interacciones. Se utiliza datos sobre el asociacionismo de barrio en Curitiba y su dinámica de fuerte interacción consensuada entre los liderazgos populares y el ejecutivo municipal en los últimos 30 años, configurando el apoyo electoral, el desarrollo de instancias institucionales de representación política, el tránsito entre los liderazgos de la sociedad civil al interior de los gobiernos y cómo se utilizan los institutos de participación para minimizar los conflictos con otros actores de la sociedad civil y el ejecutivo municipal.*

PALABRAS CLAVE: *Asociativismo. Clientelismo. Representación.*

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. Do Clientelismo à Cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XII, Nº1, p.47-78, 1998.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p.325-357, jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2021.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p.237-263, ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000200009&script=sci_abstract. Acesso em: 21 abr. 2021.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado**, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

AUYERO, Javier. Los sinuosos caminos de la etnografía política. **Revista Pléiade**: Centro de Analisis e investigación Política, Santiago, n. 10, p.15-37, dez. 2012.

AUYERO, Javier. **¿Favores por votos?**: Estudios sobre clientelismo político contemporáneo. Buenos Ayres: Losadas, 1997.

BELLO, Carlo Alberto. Orçamento participativo em São Paulo: uma invenção de limitado alcance. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.103-129.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: Política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo**: O povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980. p.09-27.

CALDAS, Ana. Sem ouvidor desde dezembro, Curitiba cogita extinguir cargo recém-criado. **Gazeta do Povo**. Curitiba, n.p. 21 ago. 2017.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIRA, Maria Hermínia Tavares; SORJ, Bernard (Org.). **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Cap. 7. p.313-350.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016.

CAYRES, Domitila Costa. Ativismo institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014). Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CLEMENTE, Augusto Junior. Democracia deliberativa e esfera pública: A Experiência das audiências públicas de Curitiba. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia política, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.139-164, 2004.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p. (Coleção Estudos brasileiros).

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação políticas no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 1995.

DUARTE, Adriano Luiz. Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p.195-219, dez. 2008.

D'AVILA FILHO, Paulo M.; COELHO, Ana Fernanda; JORGE, Vladimyr Lombardo. Acesso ao poder: clientelismo e democracia participativa. Desconstruindo uma dicotomia. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.211-233, 8 dez. 2006.

FARIA, José Ricardo Vargas de; PONTES, Daniela. Invalidação da Conferência da Cidade de Curitiba: ação política e (des)legitimação de atores sociais. **Seminário Política e Planejamento**, 1, 2008, Curitiba. Anais. Curitiba: Ambiens, p.1-11. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GARCIA, Maysa Dias. O MAB - Movimentos de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política. 1990. 302 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações Populares Urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

GOLDSTONE, Jack A. Bridging institucionalized and noninstitucionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack A. **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.1-26.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela Luz; BICHIR, Renata Mirandola. Quando novos atores saem de cena: Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**: revista de sociologia política, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.37-55, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrian; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 84, p.95-139, 2011.

GURZA LAVALLE, Adrian; ZAREMBERG, Gisela. Más allá de la representación y del clientelismo: hacia un lenguaje de la intermediación política. Este artículo es producto del diálogo dentro del gr. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 59, n. 221, p.19-49, maio 2014. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/47571>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GUSSO, Ramon José. Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo: O Fórum Nacional de Reforma Urbana. **37º Encontro Anual da Anpocs**, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. Movimentos Urbanos, poder local e conquista democrática. In: MOISÉS, José Alvaro; KOWARICK, Lucio; VALLADARES, Lícia do Prado; NUNES, Edison; EVERS, Tilman; PLANTENBERG, Clarita Muller; SPESSART, Stefanie; JACOBI, Pedro; KRISCHKE, Paulo J. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.165-199.

IPARDES. As migrações e a transformação da estrutura produtiva do e fundiária do Paraná. Curitiba: Fundação Edison Vieira - IparDES, 1983.

KINZO, Maria D'alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.3-12, dez. 2001.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KRIESI, Hanspeter. Les mouvements sociaux et le système politique: quelques remarques sur les limites de l'approche du processus politique. **Sociologie et Sociétés**, Montréal, v. 41, n. 2, p.21-38, 2009.

KRISCHKE, Paulo J. Church Base Communities and Democratic Change in Brazilian Society. **Comparative Political Studies**, SAGE Publications. [s.l.], v. 24, n. 2, p.186-210, jul. 1991.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Interfaces socioestatais e instituições participativas: definições e dimensões analíticas. **Cadernos Crh**, Salvador, p.1-30, 2018.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 84, p.141-174, 2011.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 02, p.361-396, ago. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks: relational approach to collective action**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p.3-31.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas, e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro; KOWARICK, Lucio; VALLADARES, Lícia do Prado; NUNES, Edison; EVERS, Tilman; PLANTENBERG, Clarita Muller; SPESSART, Stefanie; JACOBI, Pedro; KRISCHKE, Paulo J. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.13-29.

POLLI, Simone Aparecida; GUSSO, Ramon Jose. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977 a 2011). **XV ENAMPUR**, 15., 2013, Recife. Anais do XV Enanpur. Recife: Anpur, 2013, p.1-16.

PIRES, Roberto R. C.; VAZ, Alexander C. N. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, p.61-91, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2021.

RIZEK, Cibele Saliba. São Paulo: orçamento e participação. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.129-156.

ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão. As associações de moradores e amigos de bairro de Curitiba: um movimento social reivindicativo centrado na questão da posse da terra. In: ROSA, Maria Arlete; NEVES, Lafaiete Santos. **Curitiba: educação, movimentos sociais e sustentabilidade**. Curitiba: Crv, 2011. p.71-94

ROSA, Maria Arlete. **Movimentos de bairro e trabalhadores: estratégias de luta em Curitiba**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hanh. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.13-36, 2004.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 156-179, Dez. 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.86-124, dez. 2011

SINGER, Paul. Movimentos de Bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Org.). **São Paulo: O povo em movimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980. Cap. 4. p.83-104

SOUZA, Marcelo Lopes de. Para que serve o Orçamento Participativo?: disparidade de experiências e disputa ideológica em torno de uma proposta em ascensão. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. , n. 2, p.123-142, 2000.

SZWAKO, José. A tarefa da crítica ou Frankfurt nos trópicos. In: SILVA, Josué Pereira (Org.). **Sociologia crítica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2012. p.5-18.

SZWAKO, José. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do cenedic. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 78, p.251-303, 2009.

SZWAKO, José; ARAÚJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p.469-499, maio-agosto 2019.

TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 84, p.175-217, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452011000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2021.

TILLY, Charles. **Democracia**. Epublibre, 2007.

TOPALOV, Chistian. Fazer história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 23, p.5-30, 1988.

VERA, Ernesto Isunza; GURZA LAVALLE, Adrian. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, n. 92, p.105-121, mar. 2012

WARREN, Mark E. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Recebido em 01/02/2021.

Aprovado em 04/05/2021.

ANTIPARTIDARISMO ENTRE AS JUVENTUDES NO BRASIL, CHILE E COLÔMBIA

*Rogério de Oliveira ARAÚJO**
*Olivia Cristina PEREZ***

RESUMO: A presente pesquisa faz uma análise comparativa sobre as formas as quais os sentimentos antipartidários se manifestam nas juventudes do Brasil, Chile e Colômbia, países que tiveram grandes protestos com participação dos jovens desde 2011. A percepção desses jovens sobre os partidos políticos foi analisada a partir do banco de dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop), considerando as ondas de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, com ênfase nos anos de 2010, 2014 e 2018 – períodos marcados por ciclos de protestos nos países selecionados. A classificação dos jovens antipartidários foi feita com base nas variáveis simpatia e confiança pelos partidos políticos. Para entender as percepções dos jovens antipartidários, analisamos o quanto eles apoiam a democracia e se interessam por política. Os resultados demonstram que o antipartidarismo na juventude se manifesta a partir do antipartidarismo reativo relacionado também aos aspectos socioculturais e contextuais.

PALAVRAS-CHAVE: Antipartidarismo. Juventude. Democracia. América Latina.

Introdução

Este trabalho aborda os sentimentos antipartidários nas juventudes latino-americanas do Brasil, Chile e Colômbia. Estes três países foram palco de intensos protestos nos últimos dez anos, com grande presença de jovens. Não é possível

* UFPI - Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Teresina – PI – Brasil. 64202020 - rogeroliveira373@outlook.com. <https://orcid.org/0000-0002-0617-3856>.

** UFPI - Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Teresina – PI – Brasil - 64202020 - 889oliviaperez@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>.

simplificar as pautas dos protestos que ocorreram, mas sabe-se que elas envolviam desde o reconhecimento de direitos para grupos mais sujeitos a opressões sociais até críticas ao governo e ao sistema político. Contudo, o ponto que interessou a esta pesquisa foi a expressão de sentimentos antipartidários entre os jovens latino-americanos que residem em países onde aconteceram grandes protestos.

A juventude tem sido objeto de estudo desde o século passado, tendo gerado abordagens conflitantes sobre a definição do que é ser jovem e sobre o período até onde a juventude se estenderia. Neste trabalho adotamos a definição de Boghossian e Minayo (2009), segundo a qual a juventude pode ser compreendida simultaneamente como um momento do ciclo de vida e como um conjunto de condições sociais dos sujeitos. Nesse sentido, referimo-nos às juventudes conscientes de que a definição do que é ser jovem varia entre os países e dentro da mesma sociedade.

Os estudos sobre a juventude dentro da ciência política têm versado especialmente sobre socialização e participação política, procurando compreender: como os jovens formulam suas preferências políticas e se engajam na sociedade e como a perspectiva da tolerância se manifesta nessa faixa etária (KRISCHKE, 2004; FUKS, 2011; BAQUERO; BAQUERO, 2012; RIBEIRO, 2012; OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; FUKS, 2019); a presença e força da participação dos jovens nos ciclos de protestos recentes (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; GOHN, 2016; PEREZ, 2019) ou os impactos da internet na participação política (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016a; RAMÍREZ, 2016; BAQUERO; MORAIS, 2018).

Estes estudos constataam que as juventudes atualmente tendem a rejeitar os canais institucionais de mediação, em especial os partidos políticos. Por exemplo, de acordo com Baquero, Baquero e Moraes (2016a), a partir de uma pesquisa com jovens de Porto Alegre/RS e Curitiba/PR, os jovens associam a política às expressões tais como, corrupção, ladroagem e oportunismo, enquanto os políticos são associados aos termos alienação, corrupção, falsidade e inutilidade. Perez (2019) explica que novas formas de organização política entre os jovens, como os coletivos, compartilham, ao menos discursivamente, de uma forte rejeição às arenas parlamentares, em especial aos partidos políticos. Tais apontamentos nos levaram a questionar sobre o antipartidarismo entre essas juventudes.

A importância dos partidos políticos para os regimes democráticos é um tema central na ciência política. Há estudos seminais como o de Almond e Verba (1989) que se voltam para o papel dos partidos, bem como análises sobre como os sentimentos partidários se desenvolvem ou como a confiança nos partidos impacta a estabilidade das democracias (NORRIS, 1999; MOISÉS 2008; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a; FUKS; CASALECCHI, 2016; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; VEIGA *et al.*, 2017; BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015b).

Já o antipartidarismo é um fenômeno estudado nas democracias consolidadas desde o século passado, especialmente com o enfoque sobre os motivos que explicam a perda progressiva da centralidade dos partidos para o eleitorado e a identificação das formas como o antipartidarismo é instrumentalizado na ação política para o alcance do poder (BARDI, 1996; POGUNTKE, 1996; POGUNTKE; SCARROW, 1996; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; DIAS, 2018). No Brasil, as pesquisas sobre rejeição aos partidos políticos são mais recentes e têm seguido principalmente duas linhas explicativas: uma que tende a enfatizar o contexto de formação histórica do país (BAQUERO; LINHARES, 2011; BAQUERO; VASCONCELOS, 2013; FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018; OKADO, RIBEIRO, LAZARE, 2018) e outra que analisa os impactos do refinamento cognitivo sobre as preferências partidárias e sobre a adesão à democracia (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; GIMENES, 2014; GIMENES, 2017; GIMENES; BORBA, 2019). Além disso, estudos como os de Samuels e Zucco (2018) analisam os impactos dos sentimentos partidários sobre o voto no Brasil, evidenciando a importância da compreensão do fenômeno do partidarismo em suas diversas dimensões (partidarismo, apartidarismo e antipartidarismo).

Entretanto, quando nos concentramos na relação entre juventude e antipartidarismo, é perceptível a existência de uma lacuna na literatura. Para preencher essa lacuna, a presente pesquisa apresenta dados sobre as percepções antipartidárias entre jovens de três países da América Latina (Brasil, Chile e Colômbia), analisando em que sentido essas percepções têm se desenvolvido na última década.

Nossa definição de antipartidarismo segue tanto a conceituação de Poguntke (1996), que o define como sentimentos desfavoráveis em relação aos partidos políticos, quanto à interpretação de Fuks, Borba e Ribeiro (2018), que o compreende como um sentimento de extrema rejeição aos partidos políticos. Mas haveria diversos tipos de antipartidarismo. Por exemplo, segundo Poguntke e Scarrow (1996), o antipartidarismo reativo seria o resultado, sobre o eleitor, de contínuas experiências negativas em relação à atuação dos partidos políticos, acompanhadas de um sentimento de rejeição. Já o antipartidarismo cultural seria o resultado do processo histórico de formação das democracias que levaria a uma baixa percepção do eleitor sobre a necessidade de existência dos partidos políticos.

No Brasil, estudos como os de Baquero e Vasconcelos (2013) sugerem que a rejeição aos partidos políticos é um fenômeno relacionado ao contexto histórico do país, no qual o sistema partidário não logrou êxito em se enraizar no eleitorado devido a sua lógica de formação assentada nas elites. Por outro lado, o desenvolvimento de práticas patrimonialistas e o personalismo das campanhas, centradas no candidato e não nos partidos, contribuiriam para essa rejeição aos partidos políticos de um modo generalizado, motivo pelo qual os pesquisadores utilizam o conceito de antipartidarismo cultural de Poguntke (1996). Além disso, estes mesmos pesquisadores sugerem

que o antipartidarismo cultural seria reforçado pela dinâmica do antipartidarismo reativo, tendo em vista as sucessivas decepções do eleitorado diante das promessas não atendidas pelos partidos políticos.

A pergunta que guiou esta investigação foi: como os jovens que vivem em países com intensos e recentes ciclos de protestos manifestam sentimentos antipartidários? Para entender o antipartidarismo nas juventudes dos países selecionados, partimos da definição de antipartidarismo reativo e cultural, conforme conceituação de Poguntke e Scarrow (1996). E com o objetivo de averiguar se a rejeição aos partidos se relaciona com apatia política e apreço pela democracia, também investigamos o interesse por política e a preferência pela democracia entre os jovens antipartidários.

Mais detalhadamente, primeiro, apresentamos um panorama dos jovens antipartidários no Brasil, Chile e Colômbia nos anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, a partir da junção das variáveis de confiança e simpatia partidária extraídas do Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop, na sigla em inglês). Depois, examinamos a opinião desses jovens sobre as variáveis de interesse por política e preferência pela democracia, a partir dos anos 2010, 2014 e 2018, considerando o período em que esses países estiveram imersos em ciclos de protestos.

Consideramos que os estudos sobre o antipartidarismo entre as juventudes favorecem a compreensão dos protestos e das organizações políticas contemporâneas – sendo estes dois últimos, ao mesmo tempo, estimulados e estimuladores deste sentimento. Além disso, como afirmam Baquero, Baquero e Moraes (2016b), a descrença nos partidos políticos pode levar a um funcionamento precário das próprias normas e leis, abrindo espaço para uma “desinstitucionalização da representação política”. Esta é mais uma justificativa para estudar o tema.

Dividimos este trabalho em três seções, além da conclusão. Na primeira, discutimos os estudos sobre o antipartidarismo, focando na percepção política dos jovens. Na segunda seção apresentamos os percursos metodológicos. Na terceira, realizamos uma discussão a partir dos dados do Lapop, procurando explicitar as tendências gerais do antipartidarismo expresso pelos jovens dos países pesquisados (Brasil, Chile e Colômbia). Ao final, apresentamos as contribuições dessa pesquisa para o avanço desse campo de estudos, assim como as possíveis agendas de estudo que se abrem.

1. Sentimentos partidários negativos e juventudes

A estabilidade da democracia tem sido um tema caro para cientistas políticos, por isso, há uma profusão de reflexões sobre o que daria sustentação aos regimes democráticos. Dentro desse campo, a figura dos partidos políticos e sua relação

com o eleitorado são abordadas direta ou indiretamente. Em estudo conhecido, Norris (1999) estabeleceu a importância de se considerar ao menos cinco eixos para compreender o apoio à democracia, dos quais, destacamos a tolerância e o apoio às instituições do regime, no qual se incluem os partidos políticos.

O apoio à democracia também já foi tema de estudos no Brasil. Por exemplo, ao analisar traços da cultura política brasileira, Moisés (2008) constata o caráter ambivalente do eleitorado, que por um lado revela apoio considerável à democracia e, por outro, rechaça as suas instituições, em especial, as de representação, a exemplo do parlamento e dos partidos políticos. Mais recentemente, Samuels e Zucco (2018) contribuíram com essa discussão em estudo sobre o comportamento eleitoral do Brasil, destacando a importância dos sentimentos partidários para mobilizar o comportamento dos eleitores. Os autores ainda ressaltam a relevância dos sentimentos negativos para a composição do voto dos indivíduos, evidenciando que o antagonismo do eleitor a um determinado partido influencia diretamente nas suas escolhas políticas. Desse modo, conhecer quais partidos o eleitor gosta, quais ele não gosta e como isso influencia seu voto e seu comportamento político, de um modo geral, se tornou uma tarefa necessária e desafiadora para os cientistas políticos (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Nas democracias consolidadas a questão da rejeição aos partidos políticos já estava em pauta na década de 1990, quando se buscava entender por que eleitores se afastavam dos partidos (POGUNTKE, 1996; POGUNTKE; SKARROW, 1996). Desse debate deriva a conhecida definição de Poguntke (1996), segundo a qual, o antipartidarismo pode ser compreendido como um conjunto de sentimentos desfavoráveis em relação aos partidos políticos que, segundo ele, se explica pelas mudanças sociais trazidas pela modernidade, tais como, o surgimento das pautas pós-estruturalistas, das novas possibilidades de participação e, também, da mobilização cognitiva. Defendida por Dalton, Mcallister e Wattenberg (2003), a teoria da mobilização cognitiva argumenta que a rejeição aos partidos seria reflexo de um refinamento do eleitor que tende a dispensar mediações em benefício de uma participação mais direta. Dentre outras explicações propostas sobre o tema, o tamanho das democracias foi considerado um fator que se relacionava com a intensidade da participação dos eleitores na vida cívica, enquanto outra leitura ainda propunha a mudança no perfil dos partidos que estariam deliberadamente desinteressados em captar filiados (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012).

No Brasil e na América Latina, apesar de não ser uma temática nova na ciência política, o antipartidarismo tem sido estudado com mais ênfase na última década. O fenômeno vem sendo estudado em duas vertentes: uma que argumenta sobre a recente democratização dessa região e o pouco tempo que os sistemas partidários tiveram para se institucionalizarem e outra que defende a existência de uma profunda crise do partidarismo que careceria de laços fortes com o eleitorado

(BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a, 2015b). Os sistemas partidários da América Latina não tiveram um desenvolvimento linear, tal como ocorrido nas democracias europeias e norte-americanas; ao contrário, houve não apenas interrupções sucessivas, mas também uma tendência de os partidos já nascerem desligados do eleitorado (BAQUERO; LINHARES, 2011; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Aqui, os partidos políticos enfrentam desafios para criar laços junto ao eleitorado, que comumente atribui à maioria dos partidos práticas personalistas, patrimonialistas e de caráter elitista (BAQUERO; VASCONCELOS, 2013; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Logo, o processo de formação das democracias na América Latina e sua consequente relação com os resquícios dos períodos autoritários são pontos importantes para compreender o comportamento político dos atores e suas percepções sobre a democracia e instituições. Nesse sentido, Veiga *et al.* (2017) salientam a força de fatores como o tempo de existência da democracia e a idade dos indivíduos na avaliação que estes lançam sobre os princípios da democracia e suas instituições de representação. Ao considerar a idade, os autores tomam como hipótese que indivíduos de idade mais avançada, tendo vivido sob regimes autoritários, expressariam um apreço maior pela democracia, enquanto os jovens a vivenciariam como algo quase natural.

Nesse aspecto, o antipartidarismo tem uma relação profunda com a dinâmica da confiança amplamente abordada como fator de estabilidade democrática, como pontua Norris (1999). Entretanto, diferente do que Norris sugere a partir da ideia de um cidadão crítico, a desconfiança observada de maneira generalizada na América Latina estaria mais pautada em um ceticismo gerado pelas más experiências com o funcionamento da democracia (FUKS; CASALECCHI, 2016). Essa percepção corrobora as conceituações de antipartidarismo cultural e reativo apresentadas na introdução deste trabalho: conforme Poguntke e Scarrow (1996), o antipartidarismo reativo seria o resultado de contínuas experiências negativas em relação à atuação dos partidos políticos; enquanto, o antipartidarismo cultural seria o resultado do processo histórico de formação das democracias fortemente marcadas por traços patrimonialistas e personalistas com consequente desenvolvimento de sistemas partidários frágeis.

Ao mesmo tempo em que os partidos parecem não possuir uma capilaridade elevada com eleitorado em geral, eles também enfrentam adversidades com a parcela jovem da população. Desse modo, a estrutura organizativa dos partidos, que já é vista pela população como elitista, tem dificuldades para inserir a juventude e apresenta custos à participação que a maioria dos jovens não pode arcar (OKADO; RIBEIRO, 2015). Como Okado e Ribeiro (2015) salientam, os partidos, em geral, exigem de seus partidários características que não se encaixam em um perfil condizente com o da maioria dos jovens, tanto em relação à disponibilidade de tempo, quanto

de recursos. Mais do que isso, na estrutura dos partidos, as vozes dos atores são escutadas apenas na medida em que são percebidas como fala de adultos (OKADO; RIBEIRO; 2015). Logo, os jovens teriam pouca possibilidade de inserção de fato nos partidos.

Ainda sobre a relação entre partidos e grupos etários, ao analisar a questão da tolerância política no Brasil, Ribeiro e Fuks (2019) constatarem que a idade é um preditor relevante para a escolha dos grupos de rejeição; indivíduos mais velhos tenderiam a rejeitar mais os grupos tradicionais de esquerda, enquanto, os jovens tenderiam a ser politicamente mais progressistas. Os pesquisadores também evidenciaram que esse progressismo da juventude não é absoluto, tendo em vista que no espectro dos valores morais, os jovens possuem uma disposição mais conservadora que se revela na antipatia aos grupos defensores do aborto, por exemplo (FUKS; RIBEIRO, 2019). Essas análises nos dão pistas de como interpretar o antipartidarismo entre os jovens, principalmente porque rompem com estereótipos como o do jovem sempre revolucionário e revelam possíveis motivadores da rejeição a determinados grupos políticos.

A compreensão do desenvolvimento de rejeição aos partidos, por parte dos jovens, caminha com a discussão sobre a socialização política, compreendida como o processo através do qual os atores assimilam suas preferências políticas. A socialização política é comumente analisada sob duas perspectivas diferentes: uma mais rígida, que prioriza a transmissão de preferências e comportamentos políticos de uma geração para outra, e outra, que a considera um processo mais dinâmico, marcado também por influências de contexto, como as crises econômicas ou políticas, ou, ainda, a influência de novas tecnologias (BAQUERO; MORAIS, 2018).

Em relação às novas tecnologias e seus impactos na socialização política dos jovens, parte dos trabalhos tem questionado se os recursos tecnológicos têm promovido uma mudança significativa na cultura política dos jovens (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016a; RAMÍREZ, 2016; BAQUERO; MORAIS, 2018). Por outro lado, a junção de forças da internet e da juventude tem sido apontada como fator explicativo dos grandes e recentes protestos na América Latina. No Brasil, em meados de junho de 2013, o Movimento Passe Livre, formado por jovens estudantes universitários, organizou um protesto na cidade de São Paulo contra o aumento da tarifa de ônibus. Os protestos se espalharam pelo Brasil, marcando o início de um ciclo de confrontos conhecido como Jornadas de Junho de 2013 (PEREZ, 2019). Não é possível associar as Jornadas a um único protesto, pauta ou ator; de fato, as Jornadas reuniram questões de diversas ordens, tanto demandas por direitos sociais, quanto críticas ao sistema político. Parte dos manifestantes, inclusive, foi hostil à presença de partidos e de seus militantes (TATAGIBA, 2014).

Mas os protestos com grande participação dos jovens e com críticas ao sistema político, em especial aos partidos, não aconteceram somente no Brasil. No Chile, em 2011, a Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH) e associações de professores se uniram na convocação de protestos contra o modelo de educação chileno e a favor da educação pública e gratuita para todos (MOYA; GALLARDO, 2019). Em 2019, ocorreu outra série de protestos iniciada por estudantes do ensino médio em resposta ao aumento de preços da passagem do metrô de Santiago, iniciando a onda de protestos que ficou conhecida como Primavera do Chile ou Revoltas no Chile (MOYA; GALLARDO, 2019). Os jovens participantes desses protestos já apresentavam novas formas de ação política que envolviam o uso intensivo de novas tecnologias, a apropriação dos espaços públicos e a promoção de assembleias para a deliberação democrática, reunindo uma série de coletivos que foram definidos por Sandoval Moya e Carvallo Gallardo (2019) como coletivos não-partidários, já que, apesar de possuírem objetivos políticos, esses coletivos não são formados por militantes de partidos políticos tradicionais.

Na Colômbia, uma onda de protestos em 2019 se contrapôs a um pacote de medidas do governo Duque que impactaria as pensões, idade de aposentadoria e salário mínimo dos jovens. Parte importante do público presente nas manifestações era de jovens de universidades públicas e privadas que pediam mais investimentos em educação (BBC, 2019).

Em comum, tais protestos expressavam críticas ao sistema político vigente e contavam com grande presença de organizações que possuem as características daquilo que se denomina coletivos. Embora não seja possível apresentar uma definição rigorosa dos coletivos, já que organizações diversas se assumem desse modo, pode-se afirmar que os coletivos se apresentam como organizações mais fluidas e horizontais. Seus discursos e práticas se opõem às organizações políticas tradicionais, tais como os partidos políticos, por serem consideradas organizações demasiadamente hierárquicas, burocráticas e ineficientes (VOMMARO, 2015; GOHN, 2018; PEREZ, 2019). Embora não sejam recentes, muitos coletivos foram formados depois de grandes protestos, como as Jornadas de 2013, replicando os discursos de oposição às organizações partidárias que marcaram as Jornadas (PEREZ, 2019). Com base nesses estudos, pode-se afirmar que a aversão dos jovens aos partidos políticos é central para a compreensão do seu comportamento nos protestos e das suas formas de organização política.

2. Procedimentos metodológicos

Para a presente pesquisa quantitativa, construímos um panorama da avaliação dos jovens sobre os partidos políticos nos países em análise, utilizando os bancos

de dados do Lapop e considerando as ondas de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. Adotamos o Lapop pela sua periodicidade e abrangência, bem como pelo seu uso em pesquisas sobre sentimentos partidários na América Latina, a exemplo de Gimenes (2017).

A definição do recorte temporal foi pautada em observar a percepção sobre os partidos políticos nas primeiras décadas do século XXI e também levou em conta a ocorrência de manifestações com presença de organizações formadas por jovens e que se colocam mais distantes dos partidos políticos, como os coletivos. Assim, para contemplar esse ciclo que começou em datas diferentes para cada país, consideramos relevante examinar as ondas de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. Trabalhamos as ondas de 2010, 2014 e 2018 com maior ênfase de modo a analisar como a expressão de sentimentos antipartidários tem avançado ao longo desse marcante período de manifestações. Escolhemos Brasil, Chile e Colômbia como os países a serem analisados devido à grande participação de jovens nos protestos nestes países.

É de salientar que os estudos sobre juventude tendem a tomar o recorte etário de 15 a 24 anos como referência, apesar das divergências teóricas sobre o período que a noção de juventude abarca. Nesta pesquisa, no entanto, consideramos o recorte de 16 a 24 anos para compor a amostra devido à composição do *survey* do Lapop que levou em conta uma amostragem do eleitorado, excluindo, portanto, os menores de 16 anos.

Com base nesse recorte, sistematizamos na Tabela 1 o número de jovens investigados pelo Lapop nos anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018 no Brasil, Chile e Colômbia e que compõe a amostra abordada no presente estudo.

Tabela 1: Número de jovens da amostra nos anos em estudo

Anos/Países		Brasil	Chile	Colômbia
2006	Total	1214	1517	1491
	Jovens	268	229	336
2008	Total	1497	1527	1503
	Jovens	287	224	352
2010	Total	2842	1965	1506
	Jovens	537	213	359
2012	Total	1500	1571	1512
	Jovens	289	179	349
2014	Total	1500	1571	1512
	Jovens	305	179	349
2016	Total	1532	1625	1563
	Jovens	344	252	276
2018	Total	1498	1638	1663
	Jovens	337	271	319

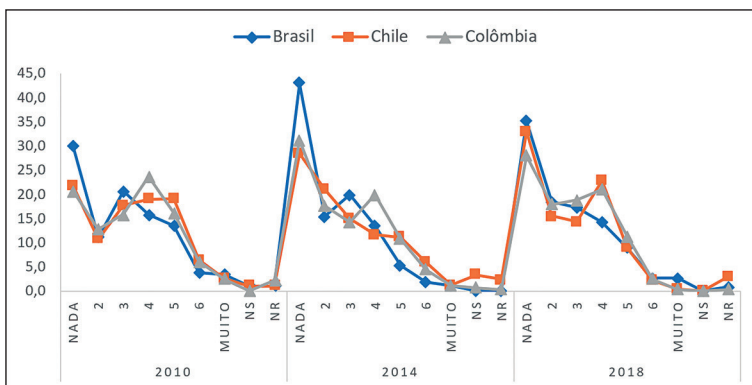
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018.

Tendo em vista a dificuldade em se definir quem são os antipartidários, ou seja, aqueles indivíduos que rejeitam as legendas partidárias, a opção escolhida para gerar nossa amostra nesta pesquisa foi associar as variáveis de confiança e simpatia partidária presentes na base do Lapop. Desse modo, selecionamos os indivíduos que responderam não ter simpatia por nenhuma legenda e, simultaneamente, não ter confiança na atuação dos partidos políticos. Compreendemos que, com esse recorte, selecionamos indivíduos que expressam níveis variados de sentimentos partidários negativos; desde a apatia, passando pelo apartidarismo, até o antipartidarismo propriamente dito. Essa escolha nos permitiu analisar os níveis desses sentimentos partidários negativos e o sentido em que esses sentimentos têm se desenvolvido. Também investigamos o interesse por política e a preferência pela democracia entre os jovens antipartidários, com o objetivo de averiguar se a rejeição aos partidos se relaciona com apatia política e com maior ou menor apreço pela democracia.

3. Juventude e antipartidarismo na América Latina

Nesta seção apresentamos um panorama da percepção dos jovens sobre os partidos políticos nos países abordados neste estudo (Brasil, Chile e Colômbia). Inicialmente procuramos comparar a avaliação que os jovens fazem dos partidos políticos, respectivamente, nos anos de 2010, 2014 e 2018, tomando esse recorte para a análise da relação do antipartidarismo com o auge dos ciclos de protestos.

Gráfico 1: Confiança nos partidos políticos (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop 2010, 2014 e 2018.

O Gráfico 1, que trata da confiança nos partidos políticos, mostra a distribuição da percepção dos jovens em relação aos partidos. O ano de 2010 é o momento em que a confiança dos jovens nos partidos políticos esteve maior, mesmo assim, o percentual de nenhuma confiança se manteve entre 20% e 30%. Em 2014, o aumento na desconfiança é generalizado e ainda mais intenso no caso brasileiro. Já em 2018, observamos uma pequena queda na desconfiança entre os jovens do Brasil e da Colômbia, enquanto no Chile a escalada de crescimento da desconfiança persistiu, alcançando a casa dos 35%.

Apesar dos partidos políticos serem considerados imprescindíveis para o funcionamento da democracia, como salientam Baquero e Vasconcelos (2013), eles não têm logrado um bom desempenho com jovens. Mesmo em períodos de relativa estabilidade política e econômica, como em 2010, os indicadores de confiança permaneceram baixos. O gráfico também demonstra que a percepção dos atores é afetada nos períodos de crise, a exemplo da crise econômica e política que, em 2014, começou a afetar mais fortemente os países pesquisados. O aumento da desconfiança entre os jovens brasileiros e chilenos, especificamente nos anos 2014 e 2018, evidencia que os partidos, longe de conseguirem cumprir sua função mediadora, foram encarados como parte do problema.

Esse dado remete à percepção de que diferente do que se prega na perspectiva da socialização política, a avaliação sobre as instituições e, em especial, sobre os partidos não são tão rígidas, havendo um peso considerável a ser creditado ao contexto e as experiências que os atores passam (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011). Além disso, a desconfiança nos partidos coloca em questão a estabilidade democrática. Como já apresentado por Fuks e Casalecchi (2016), a análise sobre a desconfiança nas instituições tem demonstrado que ela tem se desenvolvido à revelia de um aumento formal de apoio a democracia.

O caso brasileiro chama a atenção por atingir, nos três anos analisados, os percentuais mais elevados de **nenhuma confiança** nos partidos políticos entre os três países, chegando à expressiva marca de 42% em 2014, período em que os protestos iniciados em 2013 permaneciam fortes no território brasileiro. No Chile e na Colômbia, também notamos um aumento da desconfiança nos partidos em 2014 e 2018. Atualmente esses dois últimos países se encontram mais ativos do ponto de vista das mobilizações de rua. Esses dados revelam que existe uma relação entre a percepção dos jovens sobre os partidos e os protestos, os quais podem, por sua vez, evidenciar e intensificar o antipartidarismo.

Tomando como suporte os estudos sobre tolerância/intolerância de Ribeiro e Fuks (2019), podemos compreender melhor o fenômeno de retroalimentação entre protestos e antipartidarismo. A tolerância, conforme os autores, pode ser compreendida como o “acesso ao mercado das ideologias”, em outras palavras, a garantia de expressar determinados ideais dentro da sociedade, excluindo-se aqueles que pregam a violência. Dessa forma, o sentimento de intolerância se formaria em vista da sensação de ameaça por determinado grupo (RIBEIRO; FUKS, 2019). Diante disso, os percentuais do gráfico 1 evidenciam como os partidos são encarados sob a ótica da desconfiança, assumindo uma condição de antagonistas para os jovens nos períodos de crise, especialmente aqueles que possuem maior visibilidade e enraizamento no eleitorado, o que facilita a percepção desses atores em sistemas partidários fragmentados (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

A incapacidade dos partidos de criarem canais de diálogo com os jovens, especialmente em momentos de crise, leva ao aumento da percepção de que os partidos são instituições “auto promotoras de si” (BAQUERO; LINHARES, 2011). Nesse sentido, a confiança do eleitorado na capacidade de mediação dos partidos tende a cair, o que fragiliza a própria estrutura democrática, já que os partidos têm um papel importante para a estabilidade de um sistema democrático.

Para entender melhor o antipartidarismo, extraímos informações sobre a simpatia dos jovens do Brasil, Chile e Colômbia pelos partidos na última década (ver Tabela 2).

Tabela 2: Simpatia por algum partido (%)

	2010		2014		2018	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Brasil	27,4	70,2	16,5	83,5	19,3	80,4
Chile	10,8	89,2	9,9	88,5	8,1	91,1
Colômbia	32,9	66,6	26,9	72,5	18,8	80,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop 2010, 2014 e 2018.

Compondo nosso panorama de avaliação da juventude sobre os partidos políticos, a Tabela 2 apresenta o percentual de simpatia partidária. O Chile se destacou em todos os anos com o menor percentual de identificação com algum partido, enquanto o Brasil e a Colômbia apresentaram percentuais altos de simpatia partidária em 2010. O Brasil foi o único país que apresentou leve recuperação da simpatia partidária no ano de 2018, enquanto os demais permaneceram em queda.

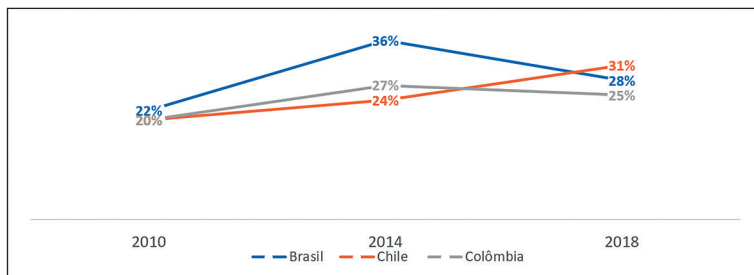
A situação econômica e social de 2010 ajuda a entender esses dados, visto que, ao menos no Brasil, mesmo os escândalos de corrupção, a exemplo do mensalão, foram minimizados pelos bons índices de desenvolvimento do país. A América do Sul, em um sentido mais amplo, também não enfrentava grandes consequências econômicas. Diante disso, a expressão da simpatia partidária no Brasil e Colômbia guardam relação com o contexto social.

De acordo com as teorias sobre a socialização política, é esperada uma baixa adesão dos jovens aos partidos políticos, já que as preferências tenderiam a se cristalizar à medida que o indivíduo entra na vida adulta. Segundo a perspectiva de Okado e Ribeiro (2015), a estrutura de organização e a atuação dos partidos também representam uma barreira, à medida que os partidos tendem a dar mais espaço para militantes com um perfil e um estilo de vida adultos.

Os jovens chilenos apresentaram um alto e estável percentual de falta de simpatia por partidos políticos ao longo do período estudado. É importante lembrar que a juventude chilena vem promovendo manifestações e movimentos contra o sistema político com grande força desde 2006, tendo promovido intensos protestos contra o governo em 2011, em especial, para colocar em questão a estrutura de acesso à educação (MOYA; GALLARDO, 2019). Assim, o caso chileno pode ser compreendido como um indicativo para outros países que passam por um contexto político e social semelhante. É interessante notar que os percentuais de rejeição aos partidos vão se equilibrando entre os países estudados à medida que os anos avançam, como se pode ver em 2014 e 2018, o que poderia indicar um período de estabilização, mas que não foi concretizado, dado os protestos chilenos pela Constituinte em 2020.

A seguir, combinamos as variáveis de confiança nos partidos e simpatia partidária para selecionar os jovens com maiores tendências antipartidárias e, em seguida, analisar as percepções desse extrato sobre a política e a democracia.

Gráfico 2: Jovens com sentimentos partidários negativos (%)

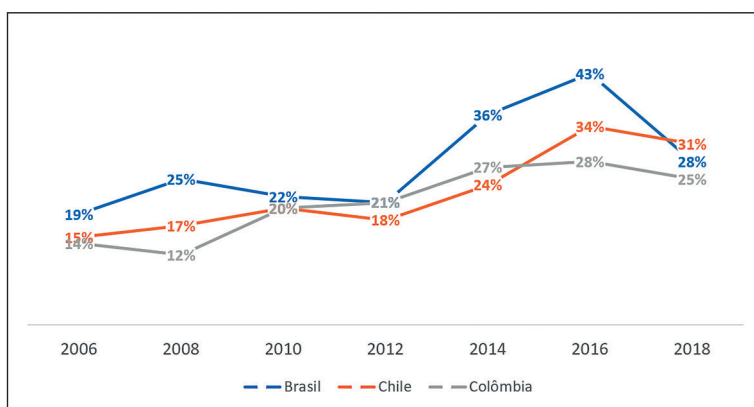


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop 2010, 2014 e 2018.

Como podemos observar no Gráfico 2, os jovens têm experimentado sentimento de rejeição aos partidos políticos desde antes dos grandes ciclos de protestos. Conforme Dias (2018), a dificuldade do eleitor latino-americano em identificar, por uma série de razões, os partidos como atores com existência própria, desvinculada de suas lideranças, impacta diretamente a capacidade de enraizamento dos partidos políticos, fortalecendo, em outra via, o carisma pessoal como fator de influência no voto dos eleitores.

No gráfico 3, essa percepção sobre uma rejeição aos partidos políticos ao longo do tempo pode ser melhor visualizada, além de evidenciar a influência dos acontecimentos na esfera política sobre a percepção dos jovens em relação aos partidos.

Gráfico 3: Jovens com sentimentos partidários negativos entre os anos de 2006 e 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018.

Podemos observar que, quando a aplicação do *survey* ocorre nos anos marcados por eventos de grande impacto social, há um crescimento da rejeição aos partidos. Assim, tivemos em 2014 e 2016 o ponto alto da expressão de desconfiança e desafeição dos jovens em relação aos partidos no Brasil e Colômbia. Especialmente no Chile, a trajetória de crescimento no número de jovens que expressam uma rejeição acentuada às legendas partidárias foi expressiva entre 2014 e 2016, mantendo-se na casa dos 31% no ano de 2018. Neste ano, inclusive, o Chile ultrapassou o Brasil na expressão de sentimentos desfavoráveis aos partidos.

Esses dados têm relação com o cenário de protestos nos países pesquisados. Enquanto os protestos perdiam fôlego no Brasil (o último grande protesto foi o chamado #Elenão, que se contrapunha à eleição de Bolsonaro em 2018), no Chile eles continuavam em 2020, inclusive com êxitos, como a possível convocação de uma Assembleia Constituinte no país. A Colômbia vive uma segunda onda de protestos em 2020, com milhares de membros de sindicatos, estudantes e indígenas comparecendo às ruas contra as políticas sociais e econômicas do governo do presidente Iván Duque e também denunciando a violência policial e o assassinato de ativistas de direitos humanos.

Entre 2006 e 2008, é possível notar um crescimento na rejeição aos partidos que pode ser interpretada também pela lógica responsiva do eleitorado, tanto aos protestos, quando consideramos o cenário no Chile com as manifestações dos Pinguins¹, como pelos escândalos de corrupção envolvendo os partidos, tomando aqui o escândalo do mensalão no Brasil como exemplo. Apenas a Colômbia apresentou leve redução na rejeição aos partidos, fato que também corrobora com nossa análise ao constatar que nesse período a política e economia do país estava relativamente estável.

Além disso, quando observamos o período em destaque nesse artigo (2010 a 2018), é possível avaliar como o antipartidarismo caminhou junto aos ciclos de protestos. Em especial, a partir de 2014, o banco de dados nos permite ver um amplo salto na rejeição aos partidos políticos, o que corresponde ao ápice do que no Brasil ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013. No ano de 2016, os patamares de rejeição aos partidos alcançam seu auge dentro de um cenário de crise econômica e crítica às políticas neoliberais no Chile, enquanto no Brasil a política se via agitada pelo processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff.

Nesse sentido, podemos compreender esse resultado a partir da perspectiva do antipartidarismo reativo proposto por Poguntke e Scarrow (1996). À medida que os protestos vão inserindo os jovens na vida política, estes vão adquirindo maior

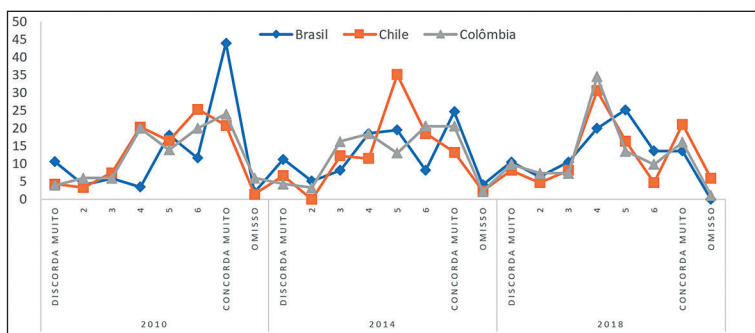
¹ Em maio de 2006, os estudantes do ensino médio chileno protestaram diante de um cenário de descaso na educação, sendo escolas com problemas de infraestrutura um dos pontos das reivindicações. Nesse contexto foram apelidados de pinguins (apelido que depois adotaram) por usarem um uniforme preto e branco que lembrava pinguins.

percepção da atuação dos partidos e das suas falhas como canais de mediação, desenvolvendo sentimentos negativos em relação à atuação e à existência dos partidos. Assim, um antipartidarismo reativo se formaria nos jovens, alimentando também o antipartidarismo cultural ao perpetuar a imagem dos partidos como figuras desligadas da população e afeitos às práticas patrimonialistas, com vistas exclusivas a conquistar o poder do Estado.

No entanto, a percepção sobre os partidos não se relaciona somente com os protestos. Prova disso é que o Brasil, por exemplo, apesar de entrar mais tardiamente nas ondas de protestos em comparação ao Chile, já apresentava, em 2010, uma rejeição aos partidos superior à chilena. Esse dado nos indica que o processo de formação histórica dos partidos no Brasil – caracterizado por uma lógica elitista e refratária à participação popular – tem um impacto na percepção do eleitorado (BAQUERO, LINHARES, 2011; BAQUERO, VASCONCELOS, 2013).

Considerando que a descrença nos partidos políticos pode levar a um funcionamento precário das normas e leis, abrindo espaço para uma “desinstitucionalização da representação política” (BAQUERO, BAQUERO, MORAIS, 2016b), investimos em que medida a concepção negativa dos jovens em relação aos partidos também se reflete na sua percepção sobre a democracia.

Gráfico 4: Concordância com a frase:
“A democracia é a melhor forma de governo” (%)



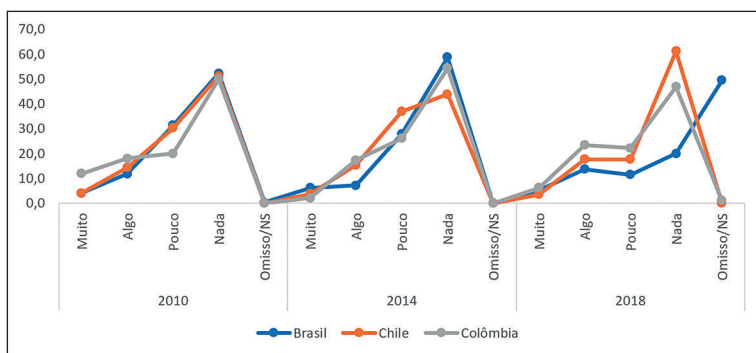
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop de 2010, 2014 e 2018.

O Gráfico 4 nos apresenta como os jovens com tendências antipartidárias avaliam a democracia. Como podemos observar, no ano de 2010, houve uma clara tendência positiva em relação à democracia – no caso brasileiro, esse dado é especialmente evidente, alcançando 44% dos jovens antipartidários. No entanto, ainda com foco no Brasil, quando consideramos a faixa de tempo, é drástica a queda no apoio à democracia. A Colômbia apresentou uma evolução positiva no ano de 2014, mas também caiu consideravelmente em 2018. A preferência dos chilenos

pela democracia se manteve nos patamares intermediários ao longo do período, o que, de um modo geral, começou a acontecer com os demais a partir de 2014. Essa tendência dos jovens se deslocarem às posições ambivalentes, conforme definição de Moisés (2008) quanto à concordância com a democracia enquanto melhor forma de governo, pode ser compreendida como um indício de que a percepção negativa sobre os partidos políticos, como instituição democrática, tem impactos sobre a percepção geral da legitimidade da democracia.

Nos anos em que tivemos o maior percentual de jovens com tendências antipartidárias (2014, 2018), a distribuição do apoio à democracia tendeu à ambivalência, ou seja, os jovens se colocaram numa posição intermediária de concordância que, se não chega a expressar desaprovação à democracia, tampouco exprime sua defesa, criando espaço para possibilidades autoritárias. Por outro lado, esse dado nos apresenta o caráter híbrido que a democracia possui para os jovens com tendências antipartidárias, ou seja, apesar de apoiarem o regime, eles não se identificam com as instituições democráticas, em especial, com os partidos, o que evidencia a fragilidade do sistema democrático.

Gráfico 5: Interesse por política (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Lapop 2010, 2014 e 2018.

Quanto ao interesse por política, o Gráfico 5 mostra que a política não é vista como algo atrativo pelos jovens. A variável “nada” é prevalente em todos os anos, ganhando destaque em 2014, com exceção do Chile, onde essa variável só assumiu a dianteira em 2018. Assumindo a perspectiva do antipartidarismo cultural, é compreensível o desinteresse pela política, especialmente em momentos de crise. Mas esses dados também refletem o antipartidarismo reativo, o qual, segundo Poguntke e Scarrow (1986), é resultado de uma sucessão de más experiências com os partidos políticos.

Em suma, o antipartidarismo dos jovens tem relação com experiências negativas a respeito dos partidos – o que se explica pelo conceito de Poguntke e Scarrow (1996) de antipartidarismo reativo. Mas, o antipartidarismo dos jovens também se explica pelo conceito de antipartidarismo cultural (resultado do processo histórico de formação das democracias que levaria a uma baixa percepção do eleitor sobre a necessidade de existência dos partidos políticos). No caso, o antipartidarismo cultural se expressa pelo fato de ser um sentimento antigo relacionado à formação sociocultural dos países analisados.

Inicialmente, o desinteresse pela política entre os jovens poderia ser lido como um indicativo de decadência da democracia, ou indício de que o antipartidarismo seria o resultado da despolitização dos jovens; no entanto, gostaríamos de problematizar esses dados. Apesar dos baixos índices de interesse por política no gráfico, estudos têm evidenciado o engajamento dos jovens nos ciclos de protestos ocorridos nos últimos anos, bem como sua presença em movimentos sociais, nascidos ou inspirados em formas de organização mais fluídas, a exemplo do ocorreu nas Jornadas de Junho (PEREZ, 2019). Logo, não é possível afirmar que os jovens não se interessam pela política, mas sim que eles não se interessam pela política partidária, daí o número expressivo de antipartidários. Mas eles participam de organizações como os coletivos que têm como característica, justamente, o rechaço às instituições tradicionais, principalmente aos partidos políticos (PEREZ, 2019), além de organizarem e se expressarem em grandes protestos como as Jornadas de Junho de 2013, em que havia hostilidade também aos partidos (TATAGIBA, 2014).

Conclusão

O antipartidarismo é um fenômeno do comportamento político que tem se mostrado importante para a análise do comportamento eleitoral e para a questão da estabilidade democrática, tendo em vista a centralidade dos partidos nas democracias modernas. Ainda há muito a ser explorado sobre o tema do antipartidarismo entre os jovens, tanto no que se refere aos sentidos que o antipartidarismo pode assumir para esse público, quanto aos possíveis efeitos do antipartidarismo para o futuro da democracia.

Esta pesquisa procurou contribuir com o tema, inicialmente, apresentando um panorama dos sentimentos e percepções sobre os partidos políticos em jovens no Chile, Colômbia e Brasil, panorama este construído a partir do banco de dados do Lapop, considerando as ondas de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. Diante de um cenário em que os partidos apresentam uma avaliação negativa por parte do eleitorado jovem, procuramos compreender mais detalhadamente os sentidos e percepções dos jovens sobre os partidos políticos. Constatamos que o

antipartidarismo expresso pelos jovens se desenvolve concomitante à desilusão com os partidos políticos, a qual pode ser compreendida a partir do conceito de antipartidarismo reativo. Por outro lado, os grandes protestos que expressam e alimentam o contexto político têm relação com a percepção dos jovens a respeito dos partidos, reafirmando a importância do aspecto cultural na explicação do fenômeno.

Logo, diversos elementos têm que ser considerados para a compreensão do antipartidarismo entre os jovens como, a decepção deles com os partidos assim como a disseminação de protestos que têm, justamente, uma forte crítica a essas instituições.

Além disso, as percepções políticas dos jovens dos países estudados permitem considerar também o quanto as dinâmicas políticas e sociais na América Latina têm se desenvolvido de forma semelhante e o quanto carecemos de análises comparativas para construir um quadro mais completo dos processos políticos que permeiam o continente.

Nesse sentido, sugerimos pesquisas comparativas no sentido de captar o quanto o antipartidarismo explica e é explicado pelos protestos e mudanças nos contextos políticos latino-americanos e que ajudem a compreender suas relações com processos de consolidação ou ameaças aos sistemas democráticos.

ANTIPARTISANSHIP AMONG YOUTH IN BRAZIL, CHILE AND COLOMBIA

ABSTRACT: *The present research makes a comparative analysis on how antipartisanship feelings are manifested in the youths of Brazil, Chile and Colombia, countries which had important protest demonstrations with the participation of the young people since 2011. The perception of the youths on the political parties was analyzed based upon Lapop's database, considering the waves of 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 20016 and 2018, with an emphasis on the years 2010, 2014 and 2018 - periods marked by cycles of protest demonstrations in the selected countries. The classification of the antipartisan youth was made based on the variables such as sympathy and trust towards political parties. To understand the perceptions of antipartisan youth, we analyze how much they support democracy and are interested in politics. The results demonstrate that antipartisanship in youth is manifested from reactive antipartisanship which is also related to socio-cultural and contextual aspects.*

KEYWORDS: *Antipartisanship. Youth. Democracy. Latin America.*

EL ANTIPARTIDISMO ENTRE LOS JÓVENES DE BRASIL, CHILE Y COLOMBIA

RESUMEN: Esta investigación hace un análisis comparativo de las formas en que se manifiestan los sentimientos antipartidistas en los jóvenes de Brasil, Chile y Colombia, países que han tenido grandes protestas con participación juvenil desde 2011. La percepción de estos jóvenes sobre los partidos políticos fue analizada a partir de la base de datos Lapop, considerando las oleadas de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 y 2018, con énfasis en los años 2010, 2014 y 2018 -periodos marcados por ciclos de protestas en los países seleccionados. La clasificación de los jóvenes antipartidos se hizo en base a las variables simpatía y confianza por los partidos políticos. Para entender las percepciones de los jóvenes antipartidistas, analizamos en qué medida apoyan la democracia y se interesan por la política. Los resultados muestran que el antipartidismo en los jóvenes se manifiesta a partir de un antipartidismo reactivo relacionado también con aspectos socioculturales y contextuales.

PALABRAS CLAVE: Antipartidismo. Juventud. Democracia. América Latina.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**. Newbury Park: Sage, 1989.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo; RESENDE, Paulo Edgar. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.40, v.21, p.21-37, jan.-jun. 2016.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.19-25, nov. 2012.

BAQUERO, Marcello, BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer A. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educacão e Sociedade**, Campinas n.137, v.37, p.989–1008, out-dez. 2016a.

BAQUERO, Marcello, BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer A. Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. **Revista Debates**, Porto Alegre, n.02, v.10, p.71-94, mai-ago. 2016b.

BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, n.01, v.5, p.89-114, jan.-jun. 2011.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n.25, p.33-62, jul.-dez. 2018.

BAQUERO, Marcello; VASCONCELOS, Camila. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. **Anais do V Congresso da Compólitica**. GT Cultura política, comportamento e opinião pública. Curitiba, 2013, p.21.

BARDI, Luciano. Anti-party sentiment and party system change in Italy. **European Journal of Political Research**, Netherlands, n.03, v.29, p.345–363, abr. 1996.

BBC. O que move os protestos na Colômbia, mais um país latino-americano em onda de manifestações. Reportagem publicada em 23 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50533914>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BOGHOSSIAN, Cynthia; MINAYO, Maria Cecília. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, n.03, v.18, p.411-423, mar. 2009.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder; RIBEIRO, Ednaldo. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 5, p. 13-47, 2015a.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder; RIBEIRO, Ednaldo. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, n.1, v.101, p.27-55, mar. 2015b.

DALTON, Russel; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Marton. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, n.167, v.38, p.295–320, 2003.

DIAS, Audrey. Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012. **Revista Teoria & Política**, n.2, v.27, p.26-53, 2018.

FUKS, Mário. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**. São Paulo, n°83, p. 145-178, 2011.

FUKS, Mário; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. **Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs**. GT 05 Comportamento Político, Opinião Pública e Cultura Política. Caxambu, 2018, p.17.

FUKS, Mário; CASALECCHI, Gabriel. Quando confiar é bom? Repensando a confiança e desconfiança política no Brasil. **Latin American Research Review**, vol. 51, no. 2. p.217-232, 2016.

GIMENES, Éder. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

GIMENES, Éder. Comportamento eleitoral e tipologia da ação social weberiana: considerações sobre a tese do apartidarismo norte-americano. **Em Tese**. Florianópolis, n.1, v.11, p.109-132, jan.-jun. 2014.

GIMENES, Éder; BORBA, Julian. Adesão à Democracia e Apartidarismo na América Latina: Análise Multidimensional. **Mediações**. Londrina, n.3, v.24, p.167-183, set.-dez. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**. Salvador, nº 82, vol. 31, p.117-133, jan.-abr. 2018.

GOHN, Maria. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo de Educação**, Curitiba, n.47, v.16, p.125-146, jan.-abr. 2016.

KRISCHKE, Paulo. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **Revista Internacional Interdisciplinar-Interthesis**. Florianópolis, n.2, v.1, p. 01-27, out. 2004.

MOISÉS, José. Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, nº 66, p. 11-44, 2008.

MOYA, Julian; GALLARDO, Valeria. Una generación «sin miedo»: análisis de discurso de jóvenes protagonistas del movimiento estudiantil chileno. **Última Década**, n.51, v.27, p.225-257, jul. 2019.

NORRIS, Pippa. **Critical citizens**: global support for democratic government. Oxford University Press, 1999.

OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo; LAZARE, Danilo. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, n.1, v.29, p.267-295, jun.-dez. 2018.

OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n.01, v.04, p.53-78, fev. 2015.

PEREZ, Olívia C. Relação entre coletivos e as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v. 25, n. 3, p.577-596, 2019.

POGUNTKE, Thomas. Anti-party sentiment - Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield. **European Journal of Political Research**, Netherlands, v.29, p.319-344, 1996.

POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan. The politics of anti-party sentiment: introduction. **European Journal of Political Research**, Netherlands, n.03, v.29, p.257-262, 1996.

RAMÍREZ, Liliana. Dinâmicas transnacionais em tempos de internet: jovens, mobilização e a apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, n.12, p.08-16, set. 2016.

RIBEIRO, Ednaldo. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.26-34, nov. 2012.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v. 22, n.3, p.603-637, 2016.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v.17, n. 2, p.333-368, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mário. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 531-555, 2019.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. **Partisans, anti-partisans, and non-partisans: voting behavior in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p. 35-62, 2014.

VAN BIEZEN, Ingrid; MAIR, Peter; POGUNTKE, Thomas. Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO Ednaldo; NICOLÁS, María Alejandra; BRAGATTO, Rachel Callai. El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad em América Latina y el Caribe. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v. 23, n. 2, p.289-324, 2017.

VOMMARO, Pablo. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Argentina: Grupo Editor Universitário, 2015.

Recebido em 16/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.

GRANDEZAS E DESVENTURAS DA AMAZÔNIA: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO DEBATE POLÍTICO RECENTE¹

*Igor Gastal GRILL**
*Eliana Tavares dos REIS***

RESUMO: No cenário público brasileiro recente, conjugou-se à complexificação de questões e à proliferação de porta-vozes interpelados a defender a Amazônia, nos planos transnacional e nacional, o delineamento de uma configuração de controvérsias sobre razões, responsáveis e formas de combate das queimadas na “região”. Tomando para exame, notadamente, matérias publicadas em meios de imprensa digital (entre outros materiais), apreendemos posições e posicionamentos de agentes (individuais e coletivos), que se alocaram em polos opostos e não fixos (eventualmente, até ambivalentes) nos debates/embates deflagrados desde as eleições presidenciais de 2018. Principalmente, consideramos a atuação de lideranças inscritas em frentes parlamentares e grupos de interesses, atentando aos discursos, trunfos e modalidades de inscrição, relacional e concorrencialmente acionadas, com vistas a intervir e definir as bases de construção de uma causa ou problemática legítima. Buscamos, assim, apontar princípios intervenientes nos alinhamentos que marcaram a contenda em um contexto considerado crítico.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia Política. Controvérsias. Representação de interesses. Disputas por sentidos. Amazônia.

* UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). São Luís – MA – Brasil. 65.080-805 - igorgrill@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4285-9684>.

** UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). São Luís – MA – Brasil. 65.080-805 - eliana1reis@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-9357-2339>.

¹ Agradecemos ao CNPq e à FAPEMA pelo financiamento do projeto de pesquisa que está na base da reflexão realizada neste artigo.

Introdução

A Amazônia se constituiu, historicamente, como alvo-síntese de intervenções e interesses, processados por agentes (individuais e coletivos) atuantes em interseccionados domínios sociais² (sobretudo estatais, militantes e acadêmicos), situados em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, a complexificação da configuração de luta por definições da “região” e das suas potencialidades ou tutelas é caudatária da pluralização das instituições e dos jogadores envolvidos (Estados-nação, governos, parlamentares, empresários, agricultores, lideranças indígenas, pesquisadores, organizações não-governamentais, organismos transnacionais, especialistas, veículos midiáticos, entre outros).

A ampliação e a intensificação das **cadeias de interdependências**³ (engendradas nas inscrições, constructos e condutas dos protagonistas) redundaram na emergência de uma profusão de questões (ecologia, ambientalismo, sustentabilidade, gestão de fronteiras, territorialidades, identidades, etc.), de intérpretes/mediadores (dispostos a formulá-las, defendê-las ou detratá-las), e de especializações necessárias à operacionalização dos pontos de vista concorrentes. Esses aspectos têm sido tangenciados por uma ampla e matizada agenda de estudos sociológicos, com a problematização de eixos centrais, como os que dizem respeito à “soberania” ou “segurança nacional”, aos empreendimentos econômicos e à proteção das populações originárias do território.

Menos frequentes e robustas, no entanto, são as discussões que abarcam a interferência das redes entretecidas entre essa miríade de atores e problemáticas com os/as profissionais da política. Eles participam dessas batalhas não apenas como operadores de políticas de Estado ou como legisladores, mas cooperam na amplificação e definição das “causas” em pauta⁴. Por isso, a proposta neste artigo é examinar as dimensões pontuadas incorporando os representantes políticos⁵, entre outros protagonistas, articulados em **grupos de interesses**, e cujas tomadas de posição, arranjos

² Para uma reflexão sobre a pertinência da operacionalização das ideias de **domínios sociais**, amarrada às condições de acesso à **multinotabilidades** por agentes que ocupam posições relativamente bem alocadas, ver Grill e Reis (2020); Reis e Grill (2017a).

³ É evidente a inspiração no sistema conceitual de Norbert Elias ao delineamento do universo de análise. Ver particularmente o conceito de configuração, em Elias (2000).

⁴ Como observamos em trabalho anterior, os parlamentares contribuem consistentemente na produção/reprodução de representações sobre as “regiões” consoantes com a edição de suas próprias imagens, inclusive, fundamentando seu potencial como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar (no duplo sentido) causas, indivíduos, grupos e fronteiras (REIS; GRILL, 2017b).

⁵ Eles desfrutam de um duplo sentido de representação: tanto no que diz respeito à ocupação de posição legítima de representantes políticos, como no que concerne à autorização para produzir/impor representações sobre o mundo social (BOURDIEU, 1996b e 2015; GRILL; REIS, 2016). Isso está ligado ao exercício do duplo papel baseado na disponibilidade tanto de ativar mecanismos, estruturas ou dispositivos institucionais nas suas deliberações, como de construir ou mobilizar identidades coletivas e símbolos de reconhecimento (PIZZORNO, 1986; REIS, 2020).

conectivos e tensões podem ser apreendidos a partir da análise de controvérsias divulgadas em meios midiáticos.

Adotamos a ideia de **grupos de interesse** por indicar uma modalidade de organização política, com ingerência na produção de problemáticas legítimas, que não se confunde com o Estado, os partidos políticos, os movimentos sociais e os meios acadêmicos, porém estão, das mais diversas formas, a eles associados. Portanto, permite abordar composições de caráter multidimensional (encorajando à ruptura com formas reificadas de pensar o mundo social) e ainda atentar ao trabalho dos **empreendedores em/da representação**⁶ e seus repertórios de intervenção, não mais adstritos às formas clássicas de ação coletiva (OFFERLÉ, 1998)⁷.

Tal concepção se coaduna com a disposição analítica de examinar as condições e os condicionantes que interferem na configuração das relações de poder e dominação, sem aderir à convicção recorrente de que as esferas de ação são autônomas ou de ordens apartadas, mas apostando na relevância dos inter cruzamentos entre lógicas e princípios de legitimação à afirmação de porta-vozes e causas, a partir de lugares híbridos. Especialmente, perguntando-se sobre como essa multidimensionalidade e amálgamas podem fazer parte das disputas pela definição de certas categorias de lutas, e servirem de base de legitimação aos seus intérpretes⁸.

Partimos, pois, de uma arena de hibridação por excelência, os meios midiáticos (especificamente da internet), na qual personagens, pertencentes a diversos e simultâneos **domínios de atuação**, publicizam suas perspectivas sobre assuntos, aos quais, ao mesmo tempo, são interpelados a opinar e contribuem a produzir a opinião⁹.

Com base em levantamento sobre o debate político recente em torno de questões que dizem respeito à Amazônia, podemos afirmar que as polêmicas que colocam em confronto certas narrativas (como tem sido utilizado no jargão jornalístico) são nucleadas, **grosso modo**, em dois grandes polos. De um lado, a

⁶ Essa noção dá conta do trabalho político (ativo e contínuo) realizado por especialistas que se engajam em fazer existir publicamente determinados grupos, assumindo a condição de seus porta-vozes, mobilizando, por um lado, as próprias inscrições pessoais (pertencimentos e vinculações), e, por outro, bases identitárias e organizacionais constituídas no histórico de afirmação de categorias, causas e problemas sociais. Ver Offerlé (1998), Gaxie (1993), Collovald (1988), e Grill (2020), inspirados em Bourdieu (2004).

⁷ Para acompanhar as transformações da noção de *repertório de ação* ao longo do tempo, consultar os trabalhos de Tilly (1978; 1995; 2008); para citar apenas uma amostra das diferentes fases da sua carreira). Ver o próprio Offerlé (1998) para compreender a maior extensão que deu ao conceito e Coradini (2010) para uma utilização no estudo de frentes parlamentares no Brasil.

⁸ Esta modalidade construção de objeto, que parte de uma categoria de luta, pode ser encontrada em diversos estudos influenciados pelas formulações bourdieusianas acerca do trabalho de representação (em várias acepções) e seus efeitos políticos. Ver Bourdieu (1996a; 2004) e a síntese em *Sociologie Générale* (2015). Algumas investigações desenvolvidas no Brasil servem de baliza ao encaminhamento proposto aqui, como Palmeira (1971), Leite Lopes *et. al.* (2004), Almeida (2008), e Grynszpan (2012).

⁹ Ver Bourdieu e Christin (1990) e Champagne (1998).

articulação entre um conjunto de deputados e senadores pertencentes a Frentes Parlamentares ligadas à defesa do chamado agronegócio¹⁰, da mineração, das hidrelétricas e outras fontes de energia como o carvão mineral (com protagonismo da Frente Parlamentar pela Agricultura); os ministros do atual governo federal (em especial da agricultura e do meio-ambiente); os militares; o vice-presidente da República, que preside o Conselho da Amazônia Legal; as lideranças de segmentos do setor empresarial (com destaque para Confederação Nacional da Agricultura); determinados perfis de Organizações Não-governamentais (ONGs) e seus porta-vozes; e outras lideranças. De outro lado, políticos atuantes em Frentes Parlamentares que defendem causas ambientais (com relevo da Frente Parlamentar Ambientalista), as chamadas comunidades quilombolas, os povos indígenas, etc., um amplo e plural rol de ONGs, sindicatos, fundações partidárias, religiosos, pesquisadores, estudantes, muitos deles abrigados no Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia. Definitivamente, esses polos não são estritos, fixos, homogêneos e harmônicos, pelo contrário, são bastante amplos, fluidos, precários, heterogêneos e plenos de choques e conflitos. No entanto, nas circunstâncias investigadas, eles refletem a alocação dos agentes em luta.

O desenho desse quadro configurou forte tensionamento discursivo e simbólico entre coalizões de forças (políticas, intelectuais, midiáticas). Os posicionamentos (argumentos e contra-argumentos) em prol de questões ambíguas e disputadas em seus sentidos (como soberania nacional e desenvolvimento sustentável), ou discordantes e antagônicas (a exemplo da forma, por quem, como e com que finalidade deve ser a utilização de recursos naturais), proliferam-se em uma conjuntura que pode ser considerada crítica. Isto é, na qual a **fluidez do espaço político** delinea um cenário de acentuação das justaposições, devido à fragilização das arenas de fronteiras mal guardadas, das táticas e trunfos com rendimentos incertos, da evasão dos parâmetros dos cálculos, etc. (DOBRY, 1986), provocando condições particularmente favoráveis às negociações colusivas, ao alargamento das cadeias de interdependências táticas entre agentes situados em distintos domínios de atuação (político, direito, mídia, movimentos, universidade, etc.) e submetidos a ameaças de redefinição (até de desclassificação) do valor dos seus atributos e posições¹¹.

¹⁰ Mario Grynzspan (2012, p.124-125) demonstrou como a categoria agronegócio, importada dos EUA como *agribusiness*, é tanto utilizada quanto são desconhecidas as condições de sua apropriação e naturalização, que favoreceram a sua afirmação de tal modo que “hoje circula de forma franca, ampla, recorrente, na mídia, nos discursos e projetos oficiais, nos meios políticos, nas declarações de lideranças empresariais, nos documentos e manifestações de movimentos sociais, nos textos e debates acadêmicos, mesmo que por vezes carregado de sentidos distintos”.

¹¹ Não são utilizadas as noções de **desetorialização** e de **desobjetivação** de setores cunhadas por Dobry (1986), pois essas características parecem ser mais estruturais e rotineiras no caso brasileiro. Para uma fundamentação dessa posição, ver Reis (2015).

Sob os efeitos das recomposições dos lugares políticos ou do papel de representação (*lato sensu*) – com a ascensão ao poder de agentes com perfis sociais e ideológicos contrastantes àqueles que prevaleciam até então, e que polarizavam os embates políticos (representados, em especial, pelas lideranças do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) –, conjugados a fatores econômicos (baixo crescimento, desemprego, etc.), sanitários (restrições e alertas impostos pela pandemia da Covid-19), e também às declarações e medidas acionadas a partir do governo instituído em janeiro de 2019, a Amazônia foi para o centro das alterações públicas. Desse modo, enfrentamentos que ocorriam, até então, praticamente circunscritos à órbita do parlamento e às tomadas de posição de porta-vozes de forças sociais com acesso direto ou indireto a comissões, grupos de trabalho e audiências públicas¹², sobretudo acerca da regulação e propostas de alteração do chamado Novo Código Florestal (lei 12.651 de 25 de maio de 2012), ocuparam escopo maior nos domínios midiáticos. Além disso, adquiriram espaço mais destacado no debate público e publicizado, ensejando realinhamentos discursivos e deslocamentos de sentidos.

Tendo em vista as condições conjunturais de deflagração dos elementos a serem examinados, a opinião mobilizada (BOURDIEU e CHRISTIN, 1990) pelos contendores não se expressa/constrói tanto por meios relativamente tradicionais de demonstração/mensuração de força, como as manifestações de rua¹³, a ostentação do número de filiados ou simpatizantes de movimentos ou sondagens¹⁴, menos ainda por sua ressonância na ratificação de resultados eleitorais¹⁵. Está em jogo a capacidade de acionar (e fazer ecoar) um repositório de aliados, princípios, saberes, experiências, enfim, todo um repertório de problemáticas e justificações, que atualizam a necessidade de “salvaguardar” a “soberania”, as “riquezas”, as “potencialidades”, as “tradições” e/ou “reparar” as “carências”, as “misérias”, a “pobreza”, a “estagnação”, e assim por diante.

A causa tem grandeza e desventura – com significados variados, pois as medidas são econômicas, geopolíticas, ambientais, culturais, morais, e se mesclam em seus usos polissêmicos e ambivalentes –, que os intérpretes ou representantes autorizados conseguem atribuir e converter em ações (ou inações). A falta de juízes, árbitros ou critérios de validação inelutáveis – vinculados, por exemplo, a um “campo científico” ou “campo político”, “campo econômico”, “campo militante”, “campo jornalístico”, “campo jurídico”, etc., com seus meios específicos de produção e veículos próprios de divulgação –, esteia a alternativa de tomar canais midiáticos

¹² Ver Almeida e Sprandel (2014).

¹³ Consultar a coletânea organizada por Favre (1990).

¹⁴ Ver Champagne (1998).

¹⁵ Para as influências recíprocas que podem ocorrer entre movimentos sociais e eleições, recorrer a McAdam e Tarrow (2011).

como propícios à de explicitação das pluralidades e clivagens, logo, possibilitando a apreensão das estratégias de apropriação, reformulação e reverberação dos objetos em jogo.

Em nosso levantamento, dois lugares digitais se destacaram por publicarem conteúdos representativos dos posicionamentos declarados pelos dois polos – que classificamos, para simplificação da localização, como “governistas” e “oposicionistas” –, sobre as intervenções na Amazônia: o *Canal Rural* e o *Brasil de Fato*, respectivamente. O primeiro existe desde 1996, e chegou a ser contemplado com o Prêmio de Comunicação em Marketing, na categoria Veículo de Comunicação da ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio). Desde 2011, quando lançou a plataforma on-line que aglutinaria a totalidade do seu conteúdo, e 2012, quando o portal canalrural.com.br celebrou sua liderança de audiência entre os sites brasileiros de internet dedicados ao agronegócio, houve um significativo e progressivo investimento nas estratégias de disseminação dos seus conteúdos (sites mobile, SmartTV, eventos e impulsionamentos pelo público do agronegócio, tal como o site <https://www.canalrural.com.br/>). Já o segundo, é um site de notícias e uma radioagência, criados em 2003, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre-RS, por movimentos populares interessados na “democratização dos meios de comunicação” como recurso de “luta por uma sociedade justa e fraterna”. Por isso, a ênfase seria na cobertura “das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo”. Em 2014, agregou a Radioagência Notícias do Planalto (NP) e os “temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços” no site <https://www.brasildefato.com.br/> (BRASIL DE FATO, 2021).

Afora disponibilizarem informações sobre o processo contencioso, esses meios são significativamente alinhados com os dois polos arrolados. Logo, parecem relevantes fontes de dados acerca dos julgamentos dos agentes, dos “nomes que contam”, das organizações autorizadas a promover diagnósticos e prognósticos, das aproximações e distanciamentos entre agentes individuais e coletivos, enfim, para a identificação de um conjunto de forças reticulares que compõem as disputas aqui examinadas. É preciso esclarecer que, para melhor precisão de informações, visando relativa inteligibilidade das posições e tomadas de posição dos agentes, a análise não ficou restrita aos dois difusores mencionados. O recurso a outras fontes digitais foi imprescindível para focalizar uma dimensão do trabalho político, que engloba ocupantes de cargos políticos (eletivos e administrativos), sem descuidar de um conjunto de protagonistas que se colocam igualmente com o direito e o dever de preempção a se posicionar sobre as mesmas questões ou categorias (BOURDIEU, 2004).

Há limites e potencialidades de se examinar uma dinâmica em andamento, na qual ainda não se conta com o desfecho da história. De fato, as análises retrospectivas dos movimentos sucessivos de longo prazo podem colaborar nas estratégias de reconstituição dos eventos e nas chances de maior distanciamento com relação aos acontecimentos/pertencimentos experienciados (ELIAS, 1998). Contudo, muitas vezes elas geram uma ilusão de epílogo, acarretando procedimentos de ordenação e racionalização, a posteriori, das supostas razões lógicas e cronológicas, como um projeto orientado ao fim que alcançou, limpo da imprecisão, das acomodações, dos rearranjos que proveem das interações relacional e concorrencialmente definidas (BOURDIEU, 1989). Transpondo esses obstáculos analíticos¹⁶, procuramos apreender **golpes** e **contragolpes** em um estado das relações de força entre agentes imersos na incerteza com relação às suas recepções e repercussões. O esboço de uma **configuração** de luta, mais ou menos provisória, é, certamente, consistente à análise das interdependências entre domínios sociais, das afinidades seletivas e divergentes, das homologias de interesses, dos princípios norteadores das práticas, dos usos possíveis de retóricas interseccionadas, da legitimação de posições e objetos multidimensionais.

Sendo uma batalha em marcha, nessas condições, circunscrevemos o período de novembro de 2018 a julho de 2020 como intervalo de análise. O início foi demarcado por reações à vitória de Jair Bolsonaro nas eleições que ocorreram em 28 de outubro de 2018¹⁷. Desde então, até o mês de agosto do ano seguinte (2019), observamos o processo de polarização anteriormente caracterizado. De agosto (2019) até julho (2020), os movimentos se caracterizaram pela ativação de jargões e a objetivação de tramas articulatórias constituídas a partir de uma *doxa*¹⁸. Por isso, os movimentos verificados podem ser considerados como desenlaces provisórios. Particularmente no mês de julho, observamos alguns refluxos e deslocamentos nos discursos e nos eixos de tensão. Assim, tendo em vista a infinidade de desdobramentos possíveis, com reconfigurações de clivagens e retóricas imprevisíveis, o remate da análise nesse mês garante um recorte com abrangência explicativa pertinente.

Nosso esforço foi mapear posições, interlocutores e retóricas a partir dos dois polos liderados por Frentes Parlamentares, respectivamente, a FP da Agropecuária

¹⁶ Dobry (1986), assim como Elias (1998), alerta para a armadilha do historicismo, que concebe os eventos críticos à luz da “natureza” ou da “essência” que definiria os grandes processos políticos, descuidando do que ocorre às margens, sem o controle dos agentes, sem racionalidades previamente definidas, às vezes até acidentalmente, bem como das mudanças pontuais microscópicas e em cadeia, umas com as outras, que reconfigura o plástico espaço político.

¹⁷ Data do segundo turno da disputa eleitoral para a presidência do Brasil.

¹⁸ Utilizamos a noção de *doxa* no sentido consagrado por Bourdieu (1996b) como acordo sobre o terreno do desacordo. Todavia, nesse caso, a cumplicidade entre os agentes não deriva de regras e crenças específicas de um campo. Ao contrário, é estabelecida entre atuantes de múltiplos domínios (políticos, militantes, culturais e midiáticos), interdependentes e justapostos. Utilização semelhante do conceito é feita por Grün (2018).

e a FP Ambientalista. Cumpre assinalar que o funcionamento desses espaços foi regulamentado em ato (nº 69) da mesa diretora, e publicado no Diário da Câmara dos Deputados, que data de 11 de novembro de 2005. Desde então, o registro de Frentes Parlamentares (FPs) nesta instituição – como “associação suprapartidária (...) destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” –, obedece às seguintes exigências: 1) presença de pelo menos 1/3 de membros do poder legislativo federal; 2) requerimento de registro acompanhado de ata de fundação e estatuto da entidade; 3) nome da frente e responsável (representante). Atendendo aos requisitos, elas estão autorizadas a usar o espaço físico e os meios de comunicação (TV, Rádio, Jornal e página na Internet) da Câmara.

Como já foi demonstrado por Coradini (2010, p.242-243), o protagonismo das FPs depende “dos recursos e posições no espaço político de seus componentes”, bem como do “tipo de problema” ao qual se dedicam. É preciso, pois, ponderar sobre se seus referenciais dizem respeito a uma questão socialmente legítima e sobre seu grau de consolidação e de amplitude, isto é, se mais geral, ou ligada a uma categoria específica¹⁹. E não é de estranhar a mobilização dessas entidades nas circunstâncias descritas, tendo em conta a diversidade de tempo de existência e os meios coletivos e individuais acumulados, passíveis de serem agilizadas nos litígios.

A FP da Agropecuária, em seu site (cuja existência já é um dos fatores distintivos da sua organização interna), traz histórico no qual reivindica existir informalmente desde a Assembleia Constituinte, eleita em 1986 como Frente Ampla Ruralista, e defender, desde aquele momento, os “interesses do setor”. Na sequência, em 1995, teria sido formalizada com o nome Frente Parlamentar da Agricultura. E, em 2008, passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária, adequando-se à citada regulamentação (FPA, 2020)²⁰. A FP Ambientalista também ostenta longo percurso e significativa diversificação de atividades. Segundo consta em seu site, ela surgiu em 2007 e “organiza-se em diversos grupos de trabalho temáticos” (FRENTE..., 2020).

O material que examinamos (atas de instalação e estatutos) de mais de uma dezena de FPs diretamente ligadas aos temas atinentes à Amazônia, permitiu identificar listas de nomes, filiação partidária dos dirigentes, bem como seus

¹⁹ Cascione e Araújo (2019) propõem outros critérios de mensuração da relevância das frentes, como o tamanho e o grau de institucionalização, buscando investigar o seu potencial à construção de coalizões no Congresso Nacional. Nessa perspectiva, Araújo (2020), ao estudar a reação da Frente Ambientalista no Congresso às políticas do atual governo, privilegiou os processos decisórios (atividades legiferantes, de fiscalização e de intervenção no orçamento). Nosso intuito é observar a atuação dessas entidades na formação da opinião, e não seu poder de agenda na arena legislativa. Mais próximo da nossa abordagem está o estudo realizado por Mazzili Pereira (2020) sobre o confronto político entre ativistas dos movimentos LGBT e Cristão Famílista a partir da atuação de frentes parlamentares.

²⁰ Há estudos voltados especificamente à análise dessa frente, a exemplo de Lima (2018) e Sevá, Bruno e Carneiro (2014).

objetivos. Por meio de tratamento sociográfico foi possível verificar como elas se alinham, de acordo com suas bases sociais e ideológicas. No que tange às finalidades que se atribuem, de um modo geral, elas reivindicam tanto a função de intermediação entre os **grupos de interesses** que representam e o espaço político (governo e parlamento), como a responsabilização por atividades de *expertise*, que ocorrem através de colóquios, seminários, reuniões, audiências públicas, etc. (CORADINI, 2010). Em que pese os enunciados vagos que visam atestar o compromisso de acompanhar, promover, discutir, apoiar, enfim, intermediar política e setorialmente a questão, uma distinção sutil e pontual transparece em alguns objetivos que constam nos documentos²¹: a ênfase na prospecção de potencialidades econômicas versus a reparação de perdas e/ou garantia de recursos naturais e de direitos de grupos. O que desvela lógicas das localizações/apreciações nos embates, como os que serão examinados a seguir.

A deflagração das contendas e os contendores

A vitória eleitoral de uma nova coalisão política, em 2018, redefiniu o processo de enfrentamento político, econômico, cultural, militante e midiático estabelecido em torno da Amazônia. Entre expectativas, pronunciamentos e medidas governamentais, para certos ativistas, defensores especializados ou não de temáticas associadas espontaneamente à “região”, significou um retrocesso em ganhos até então acumulados no que diz respeito aos mecanismos de proteção do bioma, da sua “sociobiodiversidade” e dos direitos das suas populações. O gatilho para as contestações foi o agravamento das queimadas na Amazônia, alertados desde a segunda metade do ano de 2018.

A reportagem publicada no *Brasil de Fato* (BdF), em novembro de 2018, prenunciou o avanço do desmatamento, próximo “de atingir percentual irreversível”. As fontes utilizadas pela repórter Júlia Dolce²² foram o relatório do Fundo Mundial para a Natureza, informações do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, e um editorial da revista estadunidense *Science Advances*. Admitindo a existência de queimadas desde a década de 1970, estas estariam, entretanto, no “limite irreparável” por motivos ambientais (as transformações climáticas, incêndios, impactos no ciclo hidrológico amazônico), mas também por razões políticas, “devido às políticas já anunciadas” como as fusões dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, que acabou não acontecendo, e do Ibama com o ICMBio, afora a suspensão das políticas de demarcação de terras indígenas e

²¹ Mesmo que determinadas categorias genéricas sejam comuns, como “desenvolvimento sustentável”.

²² Jornalista da Agência Pública e com passagens em veículos como observatório do agronegócio De Olho nos Ruralistas e no jornal *Brasil de Fato*, bem pelo site de notícias *Alternative Information Center*.

quilombolas, declarações de retirada do país do Acordo de Paris, etc. (DOLCE, 2018, n.p.).

A matéria foi vicejada por ocasião (em 05 de novembro de 2018, no Pará) do IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia (apoiado pelo Fundo Amazônia, pela fundação partidária alemã Heinrich Böll Stiftung Brasil²³ e pelo Fundo Dema/Somos a floresta²⁴), que teve como temática os Territórios Livres e Soberania Popular na Amazônia. Como resultado do evento, foi publicada uma Carta Política, na qual, já no primeiro tópico, alertam que:

[...] a democracia passa por ameaças pela onda ultradireita que inundou o país, quando todos os direitos conquistados nos últimos 70 anos estão na mira de mudanças drásticas. Entre as promessas de retrocessos está: a subordinação da gestão ambiental à União Democrática Ruralista (UDR); a revogação dos marcos legais conquistados a duras penas, que promoveram os direitos territoriais aos povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, extrativistas e agricultores (as) familiares; ataques ao sistema de ensino, pesquisa e extensão; desmonte de programas de promoção social e a fragilização dos direitos trabalhistas, que levarão precarização do trabalho. Outro ponto importante, que merece destaque, é a não ratificação do protocolo de Nagoya, que impedirá o reconhecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos associados à sociobiodiversidade, num contexto de crescimento da criminalização dos movimentos sociais e de organizações de defesa de direitos humanos (CARTA POLÍTICA, 2018, p.2).

Em dezembro do mesmo ano, o advogado e administrador Ricardo Salles, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo (entre 2016 e 2017), foi anunciado como Ministro do Meio Ambiente. A indicação teria contado com o apoio de “entidades ligadas ao setor produtivo, como o agronegócio, construção civil, comércio e

²³ A Fundação Heinrich Böll (FBBöll) é vinculada ao Partido Verde alemão e está instalada no Brasil desde 2000. Em seu site, apresenta os seguintes princípios: “da ecologia e da sustentabilidade, da democracia e dos direitos humanos, da autodeterminação e da justiça social. Damos ênfase à democracia de gênero (...)” (FUNDAÇÃO..., 2020). Para algumas indicações sobre a influência das fundações partidárias alemãs na formação das fundações do mesmo tipo brasileiras, ver Reis e Grill (2017b).

²⁴ O nome do fundo, criado em 2003, homenageia Ademir Federicci, apresentado no site como “mais um mártir da luta pelos povos do campo e da floresta, na região Norte do Brasil”. Por meio dele, buscariam apoiar: “(...) projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”, que visem a valorização socioambiental dessas populações, assim como a preservação do Bioma Amazônico, prezando pelo respeito à sociobiodiversidade, pela garantia plena dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA's, pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pela equidade de gênero, pela valorização e respeito à auto identidade e a diversidade e pluralidade cultural e religiosa” (FUNDO DEMA, 2021).

indústria”, principalmente da Sociedade Rural Brasileira (da qual foi diretor), da União da Agroindústria Canavieira (UNICA) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (BOLSONARO... 2018). Seu perfil²⁵ foi considerado ajustado às concepções sobre políticas ambientais da gestão que iniciava, em especial, no tocante à percepção de que a legislação ambiental atravancaria o desenvolvimento econômico e a atividade no campo. Por consequência, as providências políticas imediatas seriam no sentido, de um lado, da flexibilização dos licenciamentos ambientais em favor da produção rural e atenuação de multas; e, de outro lado, da desqualificação e enfraquecimento da atuação de organizações não-governamentais na região.

Uma das iniciativas de fortalecimento da oposição às políticas ambientais do governo e às manifestações tanto do ministro do meio ambiente como do presidente, no início de 2019, foi a atividade de relançamento da Frente Parlamentar Ambientalista, em 27 de fevereiro. Na ocasião, a deputada Joênia Wapichana (Rede RR)²⁶ aproveitou o encontro para convidar os deputados da FP Ambientalista a assinar o apoio à criação da FP em Defesa dos Povos Indígenas (MUGNATTO, 2019).

Cabe situar brevemente a existência de um conjunto de FPs cujos porta-vozes tendem a se situar à esquerda do polo político-ideológico:

²⁵ No perfil de uma rede profissional (*Linkedin*), ele se apresenta como: “Paulistano (...) [com uma] história na defesa da liberdade econômica e dos valores tradicionais [que ocupou], cargos em diretorias, presidências e conselhos com a liderança do Movimento Endireita Brasil”. Sobre sua passagem pela secretaria estadual de Meio Ambiente de São Paulo enfatiza que teria contrariado: “(...) o autoritarismo de baderneiros e os interesses da indústria ambientalista”. Ressalta ainda que suas bases ideológicas são: “redução do Estado e tolerância zero com a criminalidade e a permissividade”. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/ricardosalles>. Acesso em: 21 abr. 2020.

²⁶ Deputada federal em primeiro mandato, é originária de uma comunidade indígena, formou-se em direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e fez mestrado na Universidade do Arizona. É coordenadora-geral na Câmara da FP dos Povos Indígenas, e dirigente da FP dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular. Desde 2020, atua como Vice-líder da oposição e é titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (Permanente) e de Integração Entre Meio Ambiente e Economia (externa), entre outras.

Quadro 1 – FPs com perfil oposicionista e filiações dos presidentes/dirigentes

Frente	Presidente/Partido	Partidos dos Dirigentes
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	Joenia Wapichana/REDE	REDE (4), PT (2), PSB (2) e PSOL (1)
Frente Parlamentar Ambientalista	Alessandro Molon/PSB	PSB (3), PSOL (2), PT (1) e PP (2)
Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Quilombolas	Bira do Pindaré/PSB	PSB (3), PSOL (3), PT (1) e PDT (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular	Aurea Carolina/PSOL	PT (6), PSOL (4), PSB (2), PCdoB (2), PDT (2) e Rede (1)
Frente Parlamentar Pagamento por Serviços Ambientais e Produção Sustentável	Airton Faleiro/PT	Não foram relatados na ata

Fonte: Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados 2020

O alinhamento entre os 28 dirigentes dessas FPs é patente, não apenas em termos de proximidade entre os partidos aos quais pertencem, mas também na atuação nas mesmas entidades. Entre eles, há 26 que são signatários da FP dos Direitos dos Povos Indígenas, 24 da FP Ambientalista, 21 da FP dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular e 20 da FP de Comunidades Quilombolas. À confluência ideológica, soma-se a proximidade em termos de perfis políticos e sociais. No que tange às origens regionais, aproximadamente $\frac{1}{4}$ atua no Norte (área na qual se situa a Amazônia) e $\frac{1}{4}$ no Nordeste (onde partidos considerados de esquerda tiveram melhores resultados em 2018), um pouco mais de 30% no Sudeste, e apenas 10% tanto no Sul como no Centro-oeste (em “regiões” fortemente marcadas pelo chamado agronegócio). A grande maioria deles é ligada, como militantes e profissionais, a segmentos do funcionalismo público (principalmente professores e bancários), das denominadas minorias étnicas e sexuais, de trabalhadores rurais (sem-terra e pequenos agricultores) e de ambientalistas. Praticamente metade possui pós-graduação e as formações são majoritariamente (mais de 70%) em áreas das ciências humanas e sociais. Além disso, há um relativo equilíbrio entre homens (57,14%) e mulheres (42,85%). Nessa composição, como mencionamos, a FP Ambientalista, atualmente liderada pelo deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)²⁷, ocupa lugar de destaque.

²⁷ Deputado federal em terceiro mandato. Alessandro Molon é formado em direito pela PUC (RJ) e em história pela UFF, com mestrado nesta área. Foi advogado, professor, radialista e militou em grupos católicos na juventude. É o atual líder da bancada do seu partido (PSB) e coordenador geral da FP

Entre as questões repercutidas pelas lideranças dessas frentes, estão o licenciamento ambiental e as nomeações de policiais para a ocupação de postos em entidades específicas, até então conduzidas por especialistas/técnicos. Este foi o caso dos quatro oficiais da PM paulista indicados para constituírem a diretoria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio. O que foi lido pelo representante dos trabalhadores da Associação Nacional de Servidores de Carreira de Meio Ambiente/ASCEMA como uma consequência previsível, tendo em vista os reiterados “ataques” e “difamações” do ministro ao “corpo de servidores do ICMBio através de publicações em redes sociais e de declarações na imprensa baseadas em impressões superficiais após visitas fortuitas a unidades de conservação onde não se dignou a dialogar” (SOB BOLSONARO..., 2019, n.p.).

Em 15 de maio, foi lançada a FP em Defesa da Amazônia “com o objetivo de propor e discutir soluções para o desenvolvimento sustentável da região”. A iniciativa foi interpretada negativamente pelos “oposicionistas” como uma articulação dos “ruralistas” (quase metade dos 212 parlamentares que participam da frente são da chamada “bancada ruralista”) com o principal objetivo de regularizar a mineração em áreas proibidas. Para o ministro do Meio Ambiente, a FP veio em consonância com as “prioridades” das ações do governo, tais como “o monitoramento e as ações de fiscalização” e a geração de “atividades econômicas”, permitindo “previsibilidade, segurança jurídica e condições de expandir a riqueza da biodiversidade para as pessoas que lá vivem” (MACÁRIO; VITAL, 2019, n.p.). Para o coordenador da FP recém-criada, o deputado Delegado Pablo Oliva (PSL-AM)²⁸, as áreas “já são exploradas, mas são exploradas ilegalmente. (...). Quando você deixa que seja ilegal, uma exploração de ouro, por exemplo, leva o ouro pra fora do Brasil, a riqueza não fica, quem trabalha não se desenvolve, o lugar não se desenvolve” (RODRIGUES, 2019, n.p.).

Vale pontuar igualmente para este polo, a articulação de um conjunto de FPs com temáticas semelhantes, entre outras afinidades. Os dirigentes dessas entidades são predominantemente filiados a partidos situados à direita ou centro-direita no espectro partidário, como pode ser observado no Quadro 2.

Ambientalista, além de membro das comissões parlamentares sobre Despesas das Instituições Federais de Ensino, sobre Dados Pessoais e sobre Competência Legal para Investigação Policial.

²⁸ Deputado federal em primeiro mandato, tem formação em direito (com pós-graduação e mestrado na área) e atuou profissionalmente como delegado da polícia federal; foi diretor regional da associação da categoria. É membro titular das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Quadro 2 – FPs “governistas” e filiações dos presidentes/dirigentes

Frente	Presidente/Partido	Partidos dos Dirigentes
Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária	Alceu Moreira/ MDB	DEM (5), MDB (4), PP (4), PSD (3), PSL (2), PL (2), PTB (1), PSDB (1), PDT (1), Cidadania (1), Podemos (1), Solidariedade (1)
Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia	Delegado Pablo/PSL	PSL (2), Republicanos (2), PSD (1), Podemos (1), Solidariedade (1) e PCdoB (1)
Frente Parlamentar Mista da Mineração	Ricardo Izar/PP	PP (2), PSD (1) e MDB (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHS) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHS)	Pedro Lupion/DEM	PP (2), DEM (1), PR (1), PSD (1), Podemos (1) e PT (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados	Sergio Souza/MDB	PSD (3), PP (3), PR (2) e MDB (2)
Frente Parlamentar de Promoção da Aviação na Amazônia	Vicentinho Júnior/PL	PSD (2), PL (1), PP (1) e DEM (1)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados 2020

Do mesmo modo que foi constatado para as frentes de “oposicionistas”, a lógica de alinhamento nesse grupo de dirigentes corresponde a bases político-partidárias, ideológicas e sociais. Cumpre ressaltar que entre os 41 agentes identificados, 32 fazem parte da FP Agropecuária, 31 da FP Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados, 25 da FP Centrais Geradoras Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, 24 da FP Mineração, 23 da FP Amazônia e 22 da FP Aviação na Amazônia. Comparativamente aos 28 já caracterizados no outro grupo (Quadro 1), eles são menos frequentemente atuantes no Nordeste (7,31%)²⁹ e mais presentes no Norte (29,2%), Centro-oeste (17,07%) e Sul (19,51%). Também são significativamente ligados a setores empresariais (mais de 40% são empresários e foram líderes de segmentos rurais e urbanos) e a categorias de policiais e militares do funcionalismo público. São um pouco menos escolarizados (40% têm pós-graduação), e mais voltados às áreas de administração, engenharia, ciências contábeis, veterinária

²⁹ A proporção de presença no Sudeste é semelhante nos dois grupos (32,14% entre os “oposicionistas” e 26,82% entre os “governistas”).

e comunicação (contabilizam quase 50% entre as primeiras graduações e entre as pós-graduações). Para finalizar, devemos registrar a raridade das mulheres (apenas 9,75%) e, conseqüentemente, a quase exclusividade de homens 90,24% nesse universo. Embora uma das suas principais lideranças seja uma mulher – Tereza Cristina³⁰. Ela é a atual ministra da agricultura e ex-presidente da FP da Agropecuária (frente que ocupa centralidade nesse polo, atualmente liderada pelo deputado federal Alceu Moreira/MDB-RS)³¹.

A partir da segunda metade do ano de 2019, as objeções ao governo assumiram contornos mais categóricos, especialmente decorrentes de questões relativas às queimadas na Amazônia e ao desmatamento da floresta. Ampliadas, ainda, pelos protestos às posturas do governo e dos “governistas”, em relação a determinados porta-vozes e lideranças (nacionais e internacionais) e à legitimidade das posições ocupadas e dos tipos de conhecimentos acionados.

Nessas contendas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)³² – que se constitui como principal órgão responsável pela produção de dados “objetivos” passíveis de serem ativados na comprovação da “destruição da região amazônica” –, emerge como alvo e trunfo de ataque. Segundo o site do Instituto, ele é formado por um núcleo de “pesquisadores capacitados” e seus produtos, notadamente de sensoriamento remoto, ganharam evidência a partir dos anos 1970 devido ao “primeiro trabalho sobre o desmatamento na região amazônica a partir de imagens de satélite”. Subsequentemente, dar-se-ia a consolidação da sua reputação para realizar “atividades voltadas à área ambiental, a partir do acesso ao espaço”. Em 2004, o “INPE lançou o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER),

³⁰ Elegeu-se em 2018, ao segundo mandato de deputada federal e se licenciou para assumir o cargo de ministra. Tereza Cristina foi secretária de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo no Mato Grosso do Sul. Ela é engenheira agrônoma e empresária rural. Ocupou dezenas de cargos de direção em entidades ligadas ao setor da agropecuária. Durante seu primeiro mandato (2015 e 2018), foi presidente a FP da Agricultura e titular de comissões como a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (permanente) e a de regulamentação de defensivos fitossanitários, de demarcação de terras indígenas, de mineração, de agrotóxicos (especiais), entres outras.

³¹ Está no terceiro mandato de deputado federal. Sempre foi filiado ao PMDB/MDB no qual percorreu longa carreira política e tornou-se porta-voz de lideranças de municípios do estado, notabilizado pelo desenvolvimento agronegócio. Antes foi: vereador; vice-prefeito e prefeito em Osório (RS); deputado estadual; presidente da Assembleia Legislativa; presidente da Federação de Prefeitos de Municípios do RS (FAMURS); e secretário estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. De família de pequenos agricultores, tem curso superior incompleto e foi comerciante (representante comercial de produtos agropecuários).

³² Segundo a página institucional do órgão governamental, o seu surgimento foi “no início dos anos 1960, motivado pelas expectativas que se criaram em torno das primeiras conquistas espaciais obtidas pela União Soviética e pelos Estados Unidos (...)”. No final dos anos 1960, teriam “estabelecido o PORVIR, através do qual o INPE iniciou suas atividades de Pós-Graduação. Além de garimpar pesquisadores talentosos ainda em formação nas universidades, pesquisadores estrangeiros foram atraídos para atuar em diferentes áreas de pesquisa e ensino do INPE”. Ademais: “A capacitação dos pesquisadores envolvia ainda a realização do doutorado no exterior”. (HISTÓRIA...2017)

também voltado para a região amazônica, que mapeia diariamente as áreas de corte raso e de processo progressivo de desmatamento por degradação florestal”. Ainda segundo a fonte, esse teria sido “um marco importante para a história do Brasil no combate ao desmatamento ilegal e na política de preservação da vegetação no país foi o lançamento, pelo Ministério do Meio Ambiente, em 27/11/2015 (Portaria 365), do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, usando a tecnologia de satélite” (HISTÓRIA..., 2017).

Para questionar sua validade, o presidente (em entrevista coletiva com a imprensa internacional, no dia 19 de julho) acusou o então diretor do INPE, Ricardo Galvão³³, de divulgar dados “mentirosos” sobre o desmatamento da Amazônia e de “estar a serviço de alguma ONG” (GIRARDI, 2019, n.p.). A resposta de Galvão foi publicada nos mais variados veículos de comunicação, postulando legitimidade e reconhecimento no desempenho de suas funções, mobilizando como crédito profissional “os anos de serviço público” e como garantia de reputação ética não ter “relacionamento com nenhuma ONG” ou ter sido “pago por fora” (MELO, 2019). Várias instituições científicas se manifestaram em sua defesa³⁴, enfatizando o valor dos dados e das instituições científicas, e alertando para o risco de “desmerecer instituições científicas da qualificação do INPE [que] gera uma imagem negativa do País e da ciência que é aqui realizada” (MOREIRA, 2019, n.p.). Com o mesmo foco na “ciência”, o deputado Alessandro Molon, na sua página pessoal em uma rede social, lamentou: “Caiu Ricardo Galvão, diretor do Inpe. (...). Os dados mostram o que Bolsonaro quer esconder sob suas mentiras. Quem desinforma é inimigo da Ciência, pela qual tanto lutamos. Grave!”³⁵.

No decorrer dos primeiros dias do mês de agosto, o presidente se autocaracterizou como “capitão motosserra”; exonerou o diretor do INPE (nomeando um militar da aeronáutica) e o ministro do meio ambiente reafirmou deslocamentos de destinação dos recursos do Fundo Amazônia (maior projeto de cooperação internacional, criado em 2008 para financiar projetos de redução do desmatamento e preservação da floresta), enquanto lideranças da FP da Agricultura ressoaram a urgência dos

³³ Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, resume em seu Currículo Lattes: “Possui (...) doutorado em Física de Plasmas Aplicada pelo *Massachusetts Institute of Technology* (1976) e Livre-Docência em Física Experimental pela Universidade de São Paulo (1983). É professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Foi diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (2004-2011), diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2016-2019), presidente da Sociedade Brasileira de Física (2013-2016) e membro do Conselho Científico da Sociedade Europeia de Física (2013-2016). É membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências. (...)” Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1443260585180322>. Acesso em: 20 abr. 2020.

³⁴ Como a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC).

³⁵ Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MolonRJ/posts/2411113518982123>. Acesso em: 24 ago. 2020.

empreendimentos governistas à recuperação da imagem do país e do setor agropecuário, principalmente no exterior.

Em oposição, a revista *Veja* reproduziu uma matéria publicada pela revista britânica *The Economist*, com o título “Velório para a Amazônia: a ameaça do desmatamento descontrolado”, na qual “pede reação mundial a Bolsonaro”, salientando que o “presidente brasileiro é ‘sem dúvida, o chefe de Estado mais perigoso em termos ambientais do mundo’” (MAFRA, 2019, n.p.). O *Canal Rural*, em seguida, lançou a resposta dada por Benedito Rosa (ex-secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura e comentarista do *Canal...*) considerando que “artigos como a da revista *The Economist*, de crítica à política de Bolsonaro para Amazônia, têm por finalidade evitar concorrência de produtos agrícolas brasileiros na União Europeia [...]” (INTERESSES..., 2019, n.p.). Na linha dos argumentos do presidente e dos demais “governistas”, ele afirma que “precisamos entender que interesses econômicos podem influenciar temas ambientais”. Com o mesmo raciocínio, o presidente da FP da Agropecuária declarou (durante evento na 42ª Expointer, em Esteio-RS) sobre a existência de “uma questão ambiental com interesses comerciais”, e que o setor agropecuário seria como “fiscal à disposição do governo” e, por isso, o governo deveria “empoderar os agricultores” para agir em benefício da floresta amazônica (SAFRAS, 2019, n.p.).

Em audiência pública realizada no início de agosto pelas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e a de Meio Ambiente (CMADS), da Câmara dos Deputados, o deputado federal Celso Maldaner (MDB-SC)³⁶, membro da FP da Agropecuária, deu os parabéns ao ministro do meio ambiente, realçando que “os recursos não podem servir aos interesses ‘daqueles que se utilizam do manto da proteção ambiental para se enriquecer’”. O vice-presidente da mesma FP (região Centro-Oeste), deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), acrescentou que “há interesse de ONGs para que esse povo permaneça na pobreza em que se encontra” (GOUVEIA, 2019, n.p.). Alceu Moreira – então relator da PEC 187/2016, que “acrescenta um parágrafo ao artigo 231 da Constituição Federal, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar sua renda” – argumentou que: “mesmo não havendo proibição constitucional, persistem equivocados entendimentos segundo os quais o exercício de atividades agrárias em terras indígenas de ocupação tradicional não seria regular”, e que esta seria uma “visão distorcida da realidade indígena e apenas servem aos interesses daqueles que desejam os manter sob uma inaceitável tutela e em condições indignas de sobrevivência” (GOUVEIA, 2019, n.p.).

³⁶ Deputado em quarto mandato e ex-prefeito de Maravilha-SC por duas ocasiões. Administrador com pós-graduação, dirige sua empresa rural.

Em nome da FP da Agropecuária, Moreira comunicou a preparação de “uma missão oficial com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para diversos países europeus em setembro” com o intento de “levar informação sobre a produção sustentável da agropecuária brasileira para desfazer a imagem negativa do agro com relação a questões ambientais como o desmatamento da Amazônia” (É PRECISO..., 2019, n.p.). O presidente, no mesmo período, explicitou a conjectura de que entre as razões das queimadas na Amazônia estaria a “ação criminosa de ONGs”, como forma de “reação à suspensão de repasses do governo brasileiro e de verbas de países europeus ao Fundo Amazônia” e ainda, que as doações ao Fundo, a defesa da demarcação de terras indígenas e a ampliação de áreas de reserva ambiental seriam formas de “comprar à prestação a nossa soberania” (BOLSONARO..., 2019, n.p.).

A convocação do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) – feita pelo presidente francês Emmanuel Macron para debater os incêndios da Amazônia como parte de uma crise internacional – aconteceu em 22 de agosto. No dia 23, o *Canal Rural* reproduziu a reportagem do jornal *Estadão*, no tópico Relações internacionais, trazendo a avaliação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para o qual “a ameaça europeia” de suspensão dos recursos teria sido uma “desculpa” para que o acordo Mercosul-EU “não avance, em função de supostos interesses econômicos desses países” (MAIA..., 2019, n.p.). Em matéria própria intitulada Esclarecendo a situação, deu ênfase aos argumentos da ministra da Agricultura Tereza Cristina de que “não há razão para barreiras comerciais ao agronegócio por causa de queimadas”, que “os produtores rurais são os mais prejudicados pelas queimadas” e “que elas acontecem no mundo todo” (CANAL RURAL, 2019, n.p.).

Os posicionamentos divulgados no *Brasil de Fato* (BdF) foram, evidentemente, de rejeição às argumentações “governistas”. Por exemplo, para o gestor do programa de Florestas de Valor do IMAFLORA³⁷, Roberto Palmieri³⁸, “o interesse” nos “incêndios florestais na Amazônia” não é das ONGs, mas “interessa aos produtores rurais que querem limpar suas áreas. É assim que é feito, tradicionalmente, a limpeza das áreas da Amazônia. Derruba e taca o fogo. O fogo limpa e aí vem o pasto, outras culturas”. E, para o engenheiro agrônomo Gabriel Ribeiro Castellano³⁹, haveria “o risco de transformar a Amazônia em “uma grande monocultura e a cana de açúcar,

³⁷ Segundo consta em seu site é uma ONG brasileira criada em 1995. São enfatizadas como marcas da entidade: “soluções inovadoras [demonstrando] que é possível (...) unir a produção com a conservação. Combinar benefícios às pessoas, ao meio ambiente e à economia. (...) melhorando e mantendo a qualidade de vida de trabalhadores rurais e florestais, populações tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares e todos nós”. (NOSSAS RAÍZES, 2020).

³⁸ Fez MBA na Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo sua página profissional (*lindekin*).

³⁹ É mestre em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de acordo com seu Currículo Lattes.

a soja ou o milho, dominem as paisagens”, que “muitas espécies acabem extintas mesmo antes de serem descobertas”, além de outros “problemas relacionados à qualidade do ar, ao comprometimento do solo e a poluição dos recursos hídricos”. Novamente, os dados do INPE são apresentados para sublinhar que “o Brasil vive a maior onda de queimadas dos últimos cinco anos” (SUDRÉ, 2019, n.p.).

Ainda no dia 23, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 9.985 com a autorização do “emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas dos estados da Amazônia Legal”, “em articulação com os órgãos de segurança pública e órgãos e entidades públicas de proteção ambiental”. Ficando “a alocação e os comandos das operações (...) a cargo do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva”, o que visaria a “prevenção e repressão de delitos ambientais e no levantamento e combate a incêndio” (FORÇAS..., 2019, n.p.). À noite, o presidente fez um pronunciamento, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as “queimadas na Amazônia”, no qual retoma os argumentos de que “incêndios florestais existem em todo o mundo”, diz que “isso não pode servir de pretexto para sanções internacionais” contra o Brasil, e que a posição do governo seria de “tolerância zero” com relação ao desmatamento ilegal (FORÇAS..., 2019, n.p.).

Seguiam em pauta as críticas de Macron às políticas ambientais então conduzidas pelo governo brasileiro, contra as quais houve reações de “governistas” rudes e outras mais amenas (como a da ministra Tereza Cristina, que as classificou como “oportunistas” e inteirou que, se “querem preservar a Amazônia, tem que colocar mais dinheiro aqui para ajudar nessa preservação. Mas não interferir na soberania do nosso país” (PRESIDENTE DA..., 2019, n.p.). O presidente, retomando a querela com frequência em seus pronunciamentos, exigiu um pedido de desculpas formal do presidente francês para aceitar o auxílio financeiro do G7. “Governistas” insistiram que a “ajuda internacional é importante, mas Bolsonaro precisa assegurar a soberania nacional sobre o território”, como expressou o comentarista Miguel Daoud⁴⁰ do *Canal Rural* (AJUDA..., 2019, n.p.). A recusa do auxílio internacional⁴¹ preocupou os governadores dos estados que formam a Amazônia Legal, que pressionaram para que o presidente acolhesse os recursos do grupo formado pelas sete economias mundiais mais avançadas, no intuito de debelar as queimadas.

⁴⁰ Miguel Daoud apresenta-se em página pessoal como “analista político e econômico do Canal Rural” e “palestrante de economia e política com foco em agronegócio para associações, cooperativas e sindicatos rurais, empresas de insumos e defensivos agrícolas e instituições financeiras”. Disponível em: <https://migueldaoud.com.br/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

⁴¹ Para uma análise dos efeitos das redes, parcerias desiguais e competições (tecidas do nível regional ao transnacional) por auxílios externos e os efeitos de uma espécie de **isomorfismo normativo** em articulação com um **isomorfismo institucional** no funcionamento de entidades que trabalham na e para a Amazônia, ver Buclet (2009).

Também preocupou os agentes do setor produtivo, receosos do impacto da imagem externa do país nos seus negócios.

Como medidas, citamos: coordenada “uma operação de Garantia de Lei e Ordem (GLO)”; organizada a visita de uma comitiva do governo federal à região; anunciada as ajudas dos governos do Chile e do Equador por meio da disponibilização de aviões e de brigadistas (SITUAÇÃO..., 2019, n.p.); e confirmado o auxílio do “aliado” Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense, às forças armadas brasileiras no combate aos incêndios na Floresta Amazônica. O presidente fez uma reunião com os governadores da Amazônia Legal, enfatizando as necessidades de “regularização fundiária”, de “medidas para fortalecer o crescimento econômico da região de forma sustentável”, e a preservação da “soberania” (PRESIDENTE REUNE..., 2019, n.p.). Para demonstrar o alinhamento entre eles, o governador de Rondônia (policia militar e filiado ao PSL) reivindicou: “Nós somos da região, defendemos a Amazônia, estamos juntos. O Brasil é nosso, o Brasil é dos brasileiros”; e o de Roraima (empresário e filiado ao PSL) complementou: “Temos que separar os bons dos ruins, fazer a regularização fundiária e fazer a parceria também para que os estados possam formar brigadistas locais” (PRESIDENTE REUNE..., 2019, n.p.).

A repercussão dessas medidas instigou a expressão de uma série de pontos de vista discordantes. A colunista do *BdF*, Tânia Maria Saraiva de Oliveira – apresenta-se como advogada, historiadora e pesquisadora –, escreveu o artigo “Bolsonaro e o bolsonarismo colocam fogo na Amazônia”, no qual avaliou que as ações do presidente eram previsíveis, pois sua política é “antiambiental, defensora do agronegócio predatório, de um pensamento que elimina fisicamente líderes rurais e das florestas”. Ela reconstituiu os principais passos contra a “preservação de biomas e povos originários, ribeirinhos e quilombolas”, que visariam “garantir o lucro, e o lucro vem com pasto, soja e mineração” (OLIVEIRA, 2019, n.p.).

Fluxos, refluxos e desenlaces transitivos

No final de agosto (2019) foi anunciada a articulação, conduzida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)⁴² – coordenador-geral no Senado da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas –, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Amazônia no Senado Federal, visando ser “uma

⁴² Elegeu-se duas vezes senador e deputado estadual para dois mandatos pelo estado do Amapá, sempre por siglas situadas à esquerda (PT, PSOL e REDE). Randolfe Rodrigues é formado em história pela UFAP e em direito pela Faculdade SEAMA, possui mestrado em políticas públicas pela UECE e foi professor. Militou no movimento estudantil e sindicalista. Divide a coordenação da FP dos Povos Indígenas com a deputada Joênia Wapichana.

resposta do Parlamento” à urgência da questão. Principalmente, as lideranças das FPs Ambientalista e em Defesa da Amazônia Legal (situadas em polos opostos), movimentaram-se no sentido de organizar um fórum permanente de monitoramento da Amazônia.

Conjugou-se a isso a realização da reunião unificada no Congresso Nacional (no dia 28), contando com a participação de representantes da Frente Brasil Popular⁴³ e da Frente Povo Sem Medo⁴⁴, além de entidades ambientalistas, sindicais, estudantis e organizações religiosas, aclamada como “uma reunião histórica” (TATEMOTO, 2019, n.p.). A síntese do seu objetivo foi dada pela deputada federal Jandira Feghali (PcdoB-RJ)⁴⁵, líder da minoria na Câmara: “Nós temos um diagnóstico muito claro que se trata de uma tragédia, e que tem responsável. O responsável é o governo. Que tira daqui um fórum permanente, que vai estimular a criação de fóruns regionais. A gente precisa fazer uma pauta para fora, com mobilização da sociedade civil” (MARQUES, 2019, n.p.).

O Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia (FNADA) foi lançado como resultado dessa plenária. O deputado Alessandro Molon (PSB), líder da Oposição, afirmou que “houve consenso em torno de pautas pragmáticas de atuação do parlamento” e que se trataria de “uma mobilização nacional que exige dos setores públicos uma mudança de comportamento, como a demissão do Ricardo Salles e que se interrompa o desmonte das políticas ambientais” (MARQUES, 2019, n.p.). O deputado Nilto Tatto (PT)⁴⁶, vice-coordenador da FP Ambientalista, sublinhou que “o compromisso que o Fórum tem que assumir é levar essa agenda para ser apresentada ao presidente da Câmara e barrar a tramitação de alguns projetos que atacam os direitos ambientais”. E a presidente da FP em defesa dos Povos Indígenas, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), lembrou que seu partido protocolou

⁴³ Fundada em 2015 é composta por “artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude”. Entre os compromissos de seu manifesto de criação constam entre outros: “defender a soberania nacional e a integração regional”. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br>. Acesso em: 25 mai. 2020.

⁴⁴ Ao contrário da Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo não é constituída por personalidades e sim por organizações diversas, como partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais. Segundo sua página do *facebook*, ela foi criada em resposta ao “conservadorismo” e visando mobilizações populares. Disponível em: <https://www.facebook.com/povosemmedonacional>. Acesso em: 25 mai. 2020). As duas frentes de militância foram parceiras em vários eventos desde 2015.

⁴⁵ Considerada um “quadro histórico” do PCdoB, foi deputada estadual e por sete vezes eleita deputada federal pelo Rio de Janeiro, sempre pelo mesmo partido. Foi ainda secretária municipal de ciência e tecnologia e cultura na capital do seu estado. Graduada e pós-graduada em medicina, Feghali militou no movimento feminista e sindical da sua categoria profissional. Ela é titular nas Comissões Parlamentares de Cultura e de Seguridade Social e Família.

⁴⁶ Nilto Tatto é deputado federal em segundo mandato. Formado em estudos sociais, foi coordenador do Instituto Socioambiental na capital paulista. Tem vários livros publicados sobre questão ambiental. Em 2020, ele atuou como titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e vice-líder do seu partido (PT) na Câmara, além de candidato a prefeito de São Paulo.

no Superior Tribunal Federal, na semana anterior, um pedido de impeachment do ministro Ricardo Salles (MARQUES, 2019, n.p.).

A notícia de criação do FNADA foi repercutida em diversos meios midiáticos, alternativos e da grande imprensa, com “nota de criação” cujo título sintetiza o repertório de questões conciliadas nos referenciais construídos nesse polo: *Pela Amazônia/Pelos Povos da Floresta/Pela Ciência/Pelo Ar que Respiramos/Pelo Desenvolvimento Sustentável/Pela Soberania Nacional*. O documento: recorre à Constituição Federal para sustentar a necessidade de “preservação da Floresta Amazônica brasileira”, “do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”; aponta o governo atual como “responsável pelo deliberado dismantelamento das políticas ambientais estabelecidas nas últimas quatro décadas, políticas estas que granjearam para o nosso país merecido reconhecimento internacional”, que “desconsidera dados científicos e chega a propor a substituição do renomado INPE por mineradores e grupos privados nas atividades de monitoramento”; define que a “soberania nacional é princípio inalienável”; e acusa “um chefe de Estado que usa o discurso da soberania para angariar apoio, mas na prática se subordina a interesses externos” (MARQUES, 2019, n.p.).

Depois de listar as medidas consideradas “urgentes” (como a exoneração do ministro do meio ambiente), o texto é concluído com a frase: “Não pairam dúvidas de que a Amazônia é nossa. Ações responsáveis, e não bravatas, se impõem para que continue a ser nossa. Preservada. Viva. Respeitada”. E o documento é encerrado com a lista de 22 parlamentares e 39 organizações signatárias. (MARQUES, 2019, n.p.).

Quadro 3 – Parlamentares e Organizações Signatárias do documento: Pela
Amazônia/Pelos Povos da Floresta/Pela Ciência/Pelo Ar que Respiramos/
Pelo Desenvolvimento Sustentável/Pela Soberania Nacional

Os/as parlamentares são: Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Líder da Minoria na Câmara; Alessandro Molon (PSB/RJ), Líder da Oposição na Câmara; Nilton Tatto (PT/SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista; Joênia Wapichana (REDE/RR), Líder da REDE na Câmara; Gleisi Hoffmann (PT/PR), Presidente Nacional do PT; André Figueiredo (PDT/CE), Líder do PDT na Câmara; Ivan Valente (PSOL/SP), Líder do PSOL na Câmara; Paulo Pimenta (PT/RS), Líder do PT na Câmara; Aírton Faleiro (PT/PA); Áurea Carolina (PSOL/MG); Bira do Pindaré (PSB/MA); Fernanda Melchionna (PSOL/RS); Gervásio Maia (PSB/PB); José Guimarães (PT/CE); José Ricardo Wendling (PT/AM); Lídice da Mata e Souza (PSB/BA); Marcelo Ribeiro Freixo (PSOL/RJ); Patrus Ananias (PT/MG); Perpétua Almeida (PCdoB/AC); Rodrigo Agostinho (PSB-SP); Talíria Petrone Soares (PSOL/RJ); e Vilson da Fetaemg (PSB/MG). E, entre as organizações assinantes, estão: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Associação Nacional dos Servidores da Carreira Especialista em Meio Ambiente (ASCEMA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT-DF); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Fundação SOS Mata Atlântica; GreenPeace; Instituto Socioambiental (ISA); Mídia Ninja; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); WWF BRASIL; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); e União Nacional dos Estudantes (UNE).

Fonte: NOTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL AMPLO EM DEFESA DA AMAZÔNIA. 28/08/2019. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2019/09/NOTA-DE-CRIA%C3%87%C3%83O-DO-F%C3%93RUM-NACIONAL-AMPLO-EM-DEFESA-DA-AMAZ%C3%94NIA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Na outra ponta, a campanha Seja Legal com a Amazônia foi lançada em início de setembro, a partir da “ação promovida por coletivo de organizações do agronegócio, das empresas e da sociedade civil”⁴⁷, contra a grilagem de terras públicas e o desmatamento ilegal e defendendo ampla pauta⁴⁸. Para o presidente da ABAG⁴⁹, o engenheiro de alimentos e executivo do segmento de óleos vegetais Marcello Brito: “O agronegócio precisaria assumir esse discurso e mostrar ao mundo que produzi-

⁴⁷ ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), AIPC (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau), CEBDs (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, GTPS (Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável), IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), Instituto Ethos, IPAM (Instituto de Pesquisa da Amazônia) e SRB (Sociedade Rural Brasileira). (AGRONEGÓCIO, 2019).

⁴⁸ Ver em: SEJA LEGAL COM A AMAZÔNIA (2018).

⁴⁹ Entidade que existe há mais de 25 anos na defesa do chamado agronegócio brasileiro. Para o histórico, ações e prioridades, ver: ABAG (2021)

mos do jeito honesto. Quem faz de forma ilegal é bandido, e aí é caso de Justiça, não do Ministério da Agricultura” (SOUZA, 2019, n.p.). E, conforme o diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM⁵⁰), André Guimarães – agrônomo formado pela Universidade de Brasília (UnB), que atuou em instituições (empresas, entidades do terceiro setor e órgãos de gestão transnacional) do setor –, “grileiros são os grandes responsáveis pelos crimes; o agro integra campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’ contra a ilegalidade”; ressaltando que “é preciso executar a legislação, para colocar luz em quem está na ilegalidade e criar instrumentos para estimular quem está na legalidade, aplicando o Código Florestal no qual os “produtores com propriedades no bioma amazônico podem desmatar até 20% da área” (SOUZA, 2019, n.p.).

A FP da Agropecuária persistia empenhada em “mostrar que o Brasil preserva o meio ambiente e suas florestas”. Um dos seus representantes, o deputado Zé Vitor (PL-MG)⁵¹, sustentou que o “nosso setor está preocupado com o desmatamento, por isso que apresentamos esse projeto. Esse assunto sempre esteve presente na pauta da FPA” (AMORIM, 2019, n.p.). O que seria razão para a frente apresentar um projeto com medidas que reverteriam a “impressão que se tem é como se o agronegócio fosse o grande vilão, e nós estamos muito preocupados com essa imagem que o Brasil está criando lá fora. Nós queremos ajudar dentro do parlamento. Nós queremos segurança para o produtor rural” (AMORIM, 2019, n.p.).

No final do ano de 2019, Salles anunciou, de um lado, (em novembro) “um plano com diversas ações para incentivar a preservação da Amazônia”, incluindo a “remuneração” de “quem cuida da floresta, na lógica da reserva legal e dentro do percentual estabelecido pelo Código Florestal”; a “regularização fundiária em áreas da Amazônia”, por meio de “mecanismos jurídicos, facilitação de documentação, agenda necessária, cooperação, entre outros”; “estratégias para acelerar o processo de zoneamento econômico e ecológico da região”; e “o alinhamento da agenda de bioeconomia na região”. Em reportagem, o *Canal Rural* salienta que o ministro estaria “buscando mais recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para atrair o setor privado” (BERTOLACINI; FLORENTINO, 2019, n.p.). O deputado federal e presidente da FP da Agropecuária, Alceu Moreira (MDB-RS), corroborou a necessidade das iniciativas para “separar quem está produzindo legalmente de quem está ilegal”, pois, segundo ele, existiriam “três tipos de ocupação diferentes: as terras legais, onde se pode fazer supressão da mata porque

⁵⁰ Segundo seu site é uma: “organização científica, não governamental, apartidária e sem fins lucrativos que desde 1995 trabalha pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia [...]” (IPAM, 2021). Para uma análise sociológica sobre as trajetórias dos fundadores, sua organização interna, programas e principalmente financiadores internacionais, ver Buclet (2009).

⁵¹ Deputado em primeiro mandato é formado em agronomia e foi secretário municipal de Trabalho e Ação Social e Meio Ambiente em Araguari (MG), além de superintendente regional de meio ambiente. É Vice-líder da bancada do PL e Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

foi decidida a quantidade legalmente; a irregular, onde pessoas moram em áreas de assentamento e que precisam ser regulamentadas pelo estado; e as de ocupação e desmatamento ilegal” (GOVERNO..., 2019, n.p.).

De outro lado, coordenadores FNPDA se encontraram, em dezembro do mesmo ano, “com representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas para ouvir e deliberar sobre as últimas ofensivas do governo federal contra as reservas extrativistas do país”, justificando a reunião por “sua clara intenção de desmontar a rede de proteção ambiental existente” (FÓRUM..., 2019, n.p.). A “gota d’água” teria sido a decisão do ministro do meio ambiente de “suspender fiscalização das infrações ambientais e grilagens de terras na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, no Acre”, depois de “se reunir com infratores ambientais indiciados por crimes ambientais dentro da Resex, muitos deles já condenados pela justiça”, e “quatro deputados federais e dois senadores, todos eles favoráveis à diminuição da reserva”. Essas lideranças do Fórum decidiram pela organização de um “Plantão em defesa da vida e dos direitos humanos”, em razão do “alto índice de ameaças à atuação e à vida de defensores dos direitos humanos e lideranças populares e indígenas”. Foi divulgada uma lista com parlamentares (Jandira Feghali e Aírton Faleiro⁵²), entidades (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, CUT, CONTAG, WWF, ISA e REPAM) e outros responsáveis pelo atendimento, bem como as datas e telefones de contatos a serem acionados em “eventuais emergências políticas, violações de direitos ou ataques contra lideranças e ativistas de direitos humanos e movimentos populares durante o período do recesso parlamentar” (FÓRUM..., 2019, n.p.).

O ano de 2020 foi inaugurado com o anúncio do presidente da República, feito na 26ª Reunião do Conselho de Governo (em 21 de janeiro), da criação da Força Nacional Ambiental e do Conselho da Amazônia, a ser coordenado por Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil. Ambos repercutiram a “determinação” por suas contas de *twitter*. Mourão seria responsável por “coordenar ações de vários ministérios para a ‘proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia’, usando a estrutura da própria vice-presidência” (GULLINO; MAIA, 2020, n.p.). E, segundo o presidente, com a pretensão de que o “órgão tenha funcionamento semelhante ao da Força Nacional de Segurança Pública, composta por policiais militares e civis e por bombeiros, entre outros profissionais de segurança”. O decreto passando o Conselho para a vice-presidência foi assinado no dia 11 de fevereiro, segundo o próprio presidente, com “muita esperança” de “dar a devida resposta aos que nos criticam”, referindo-se a um “chefe de Estado [Emmanuel Macron, que]

⁵² Aírton Faleiro foi deputado estadual no Pará durante 16 anos, sempre pelo PT. Agricultor com ensino fundamental. Presidente da FP em Favor do Pagamento por Serviços Ambientais e Produção Sustentável, atua também como titular nas Comissões de Minas e Energia, Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Cultura.

ousou dizer que a soberania da Amazônia não era nossa, [que] era relativa. E outras autoridades falaram coisas semelhantes no passado [...]. A Amazônia realmente é nossa” (GULLINO; MAIA, 2020, n.p.).

Mais exatamente, tratou-se da recriação do Conselho formado em 1995, que, ao contrário desta nova versão, contava com a participação dos governadores da chamada “Amazônia Legal”. A não inclusão dos governadores foi questionada por personagens do debate como retirando a sua “efetividade” (SOUZA, 2020). Entre eles, o mais incisivo foi Flávio Dino (governador do Maranhão, ex-juiz, professor universitário e filiado ao PCdoB).

Depois do anúncio do novo formato do Conselho, na ocasião da Abertura Nacional da Colheita da Soja, o presidente da FP da Agropecuária se manifestou em apoio à ideia como alternativa à “inclusão social e econômica na região” (DECRETO, 2020, n.p.). Ele e o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR, vice-presidente na Câmara da frente)⁵³ reforçaram, novamente, a interpretação de que a questão seria de uma “guerra da comunicação” para transmitir a imagem positiva do setor em relação à Amazônia. Outros pronunciamentos, na ocasião, foram direcionados nesse sentido, realçando a necessidade de reabilitar a “imagem do agronegócio” e “de mostrar ao mundo que a produção brasileira é sustentável” (É PRECISO..., 2019, n.p.).

No dia seguinte ao decreto (12 de fevereiro), o presidente da República e a FP da Agropecuária selaram a parceria na sustentação do projeto de lei (PL 191/2020) visando regulamentar “a exploração de atividades econômicas”, como “mineração, garimpo, extração de petróleo e gás, geração de energia elétrica e agropecuária”, em “terras indígenas”. Portanto, a reunião teria sido a oportunidade de negociar a “pauta prioritária do setor agropecuário”, como as questões de “endividamento rural, questões indígenas e quilombolas, defesa sanitária, incentivo à pesquisa e inovação e assistência técnica e extensão rural”. Para o presidente da FP, os mecanismos jurídicos impediriam as “coisas absurdas” que estariam “acontecendo na Amazônia, como o cidadão que vende madeira de maneira legal é perseguido pelo ilegal para não permitir a legalização, porque senão acaba aquele bom negócio (...). Queremos legalizar, conhecer, proteger e preservar”. Moreira ainda reforçou a percepção de que as questões de “imagem e comunicação” do setor agropecuário são centrais, e que seria necessário “demonstrar claramente política pública que faça a regularização fundiária, preservação, que não permita o desmatamento ilegal, a mineração ilegal, a devastação, e precisamos demonstrar isso para o mundo e faremos com inteligência” (VERDÉLIO, 2020, n.p.).

⁵³ Deputado federal em segundo mandato. Foi senador entre 211 e 2014. Formado em direito com especialização na área, é sócio de um escritório de advocacia em Curitiba.

Dois dias depois de assinado o decreto, na página do *facebook* do FNPDA foi replicada a postagem do site do PT na Câmara (site oficial da liderança do PT) sobre a denúncia feita pelo ex-presidente da Funai, o indigenista Sydney Possuelo⁵⁴, de que “na história da República, nenhum governo se mobilizou para destruir os povos indígenas – como é o caso de Bolsonaro. É uma situação extremamente perigosa, o Estado desmonta a Funai e todas as políticas indigenistas conquistadas em mais de 90 anos”. A imputação foi feita em “roda de conversa na Câmara dos Deputados”, com objetivo de “debater os ataques do governo Bolsonaro aos povos indígenas, especialmente os isolados”⁵⁵.

O texto da publicação foi dividido em quatro itens com críticas ao governo e exaltação da reação dos oposicionistas: “Bolsonaro, a ameaça”; “Reação da sociedade” (também do Congresso Nacional, com o pedido de devolução ao Executivo o Projeto de Lei 191/2020); “Florestas e chuvas” (ressaltando que Possuelo tem 80 anos de idade e que desde os 18 “lida com as populações indígenas”, portanto, teria autoridade para detectar o caráter “ameaçador” do agronegócio “às florestas e matas” onde essas populações vivem); e “Maldades de Bolsonaro” (aqui a fala destacada é do deputado Airton Faleiro que, referindo-se à PL 191, avalia que “o momento é hora de união de todos os povos das florestas para enfrentar o pacote de maldades que Bolsonaro tem despejado contra a região e seus moradores tradicionais”). Outro tópico questionado foi a nomeação de Ricardo Lopes Dias (formado em teologia, missionário e antropólogo, que atuou na Missão Novas Tribos do Brasil/MNTB) para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, que teria por objetivo a evangelização de indígenas, desrespeitando suas tradições seculares.

Poucos dias depois, no site da FP Ambientalista, foi feita uma postagem expressando “preocupação com a falta de transparência na construção do projeto de lei que altera licenciamento ambiental” e divulgando uma atividade em Brasília “com a presença de parlamentares, autoridades e representantes de organizações da sociedade civil”. Nessa ocasião, o deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP)⁵⁶

⁵⁴ “Atuando no campo indigenista há 42 anos, Possuelo participou do contato com sete grupos indígenas isolados na Amazônia e presidiu a Funai de 1991 e 1993. Ele é considerado um dos principais nomes do indigenismo no país. Foi exonerado do cargo na Funai durante o primeiro governo Lula, em 2006, após ter feito críticas ao então presidente da fundação” (VALENTE, 2019, n.p.).

⁵⁵ Participaram da atividade o então coordenador do FNPDA, deputado federal Airton Faleiro (PT-PA), a líder da Minoria, deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o deputado federal e dirigente das Frentes Ambientalista. Na Defesa das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular Edmilson Rodrigues (PSol-PA), o sertanista e consultor para políticas de proteção a povos em situação de isolamento e recente contato, Antenor Vaz, o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Paulino Montejo, e o secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Antônio Eduardo Oliveira.

⁵⁶ Antes de ser deputado federal, Rodrigo Agostinho foi vereador, secretário municipal de meio ambiente e prefeito de Bauri-SP. Ele é graduado e mestre na área de direito. Foi membro titular e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na atual legislatura.

assumiu a coordenação da frente e a questão do licenciamento ambiental (PL nº 3.729) foi o assunto priorizado.

Em março de 2020, o *BdF* divulgou matéria informando que o “Brasil será alvo de denúncia na ONU por risco elevado de genocídio” dos “povos indígenas isolados”, pois o aumento do desmatamento seria de 113% em territórios nos quais eles habitam. São expostos dados oficiais do sistema PRODES do INPE⁵⁷, retirados do relatório do Instituto Socioambiental (ISA) apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em sessão “com a presença do líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, representante de uma das etnias mais ameaçadas”. No dia 10, em nome do FNPDA foi promovido o Seminário nacional sobre a socioeconomia nos Territórios de uso comum com “sessão solene em defesa das reservas extrativistas e em comemoração aos mais de 30 anos da primeira Resex do Brasil”, e com “lançamento da campanha em defesa dos territórios de uso comum”. A Nota Pública ‘Aliança dos Povos da Floresta Pela Vida’ expressou “preocupações e proposições para prevenção e assistência às populações da Amazônia frente ao Coronavírus”, com manifesto atestado por 116 instituições ligadas ao FNPDA. No documento, foram sistematizados quatro conjuntos de medidas emergenciais que o Poder Público Federal deveria encaminhar e dezenas de entidades de representação de extrativistas, indígenas, negros, quilombolas, trabalhadores rurais, agricultores, ambientalistas, mulheres, estudantes e outros segmentos assinam o documento.

No mesmo período, o Conselho Nacional da Amazônia Legal fez sua primeira reunião com a participação (videoconferência), da ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Em pronunciamento, ela disponibilizou seu ministério para colaborar com o “desenvolvimento social e produtivo dos pequenos produtores da Amazônia, especialmente com a regularização fundiária na região”, sobretudo no que diz respeito à “titulação das terras da Amazônia”. Frisando o quanto isso seria “fundamental para a imagem da agricultura brasileira. Temos que deixar de ser telhado para ser vitrine. Já somos vitrine, mas precisamos reverter a nossa imagem lá fora” (FRENTE...2020, n.p.).

O país já estava submetido à Pandemia quando em entrevista publicada no dia 20 de abril no *BdF*, Cristiane Mazetti – ativista, especialista em meio ambiente, responsável pela Campanha Amazônia do Greenpeace – atentou à possibilidade do Covid-19 funcionar como “cortina de fumaça” para encobrir o desmatamento. Não por acaso, em reunião ministerial ocorrida em 22 do mesmo mês, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, fala abertamente sobre como essas seriam condições propícias à efetivação das estratégias “governistas” para a Amazônia, como foi

⁵⁷ O Programa é voltado ao “monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. (INPE, 2021).

amplamente divulgado nos mais variados meios de comunicação. À época, ressoou na grande mídia algumas frases que proferiu no colóquio, como “enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” e “agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação” (LEIA...2020, n.p.).

Estava terminando junho de 2020 quando as “instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos” assinaram uma carta encaminhada ao governo, demandando a necessidade de “frear o desmatamento na Amazônia, sob risco de alimentar ‘uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil’” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.).

O *Canal Rural* destacou trechos da carta, na qual os 30 bancos internacionais de investidores afirmam que: “Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor interesse de longo prazo de nossos beneficiários, reconhecemos o papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.). Declaram ser “provável que os títulos soberanos brasileiros sejam considerados de alto risco se o desmatamento continuar” enfatizando que estão “preocupados com o fato de as empresas expostas a desmatamento potencial em suas operações e cadeias de suprimentos no Brasil enfrentarem uma dificuldade crescente de acessar os mercados internacionais”. A reportagem também informa que a “reposta do Brasil” seria no sentido de “demonstrar que não estaria parado no combate ao desmatamento e que tem agido para conter a derrubada da floresta” e da pretensão, segundo o presidente, de dar “prosseguimento ao diálogo com diferentes interlocutores para desfazer opiniões distorcidas sobre o Brasil e expor as ações que temos tomado em favor da proteção da floresta amazônica e do bem-estar das populações indígenas.” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.).

Não fortuitamente, observamos um relativo abrandamento na publicação, ao menos no *Canal Rural*, de versões “governistas” compenetradas em difundir que a recepção negativa das intervenções do governo nas queimadas e no desmatamento na Amazônia, bem como direcionadas ao setor agropecuário, seriam consequências de distorções de imagem, equívocos de comunicação, imprecisões jurídicas e alcance de discursos ideológicos unilaterais.

Principalmente no início de julho, ficou clara a incrementação de notícias positivando ações do governo em relação à Amazônia, a partir de um catálogo de problemáticas até então apresentadas como entraves, entretanto, sem deixar de registrar a emergência de controvérsias do “setor” em relação às iniciativas governamentais. Assim, não há apenas variação em termos de volume, mas igualmente nota-se um deslocamento de ênfase. Nas publicações do mês de agosto

de 2019, por exemplo, explicitaram uma lógica beligerante de criminalização das ONGs e de lideranças na atribuição dos incêndios a ações ilegais, de condenação de interesses e concorrências estrangeiros, de desqualificação de dados, de mudanças de pessoal, de intervenções militares, etc. – sendo esses praticamente os mesmos motes, com sinal invertido, dos repertórios de protestos ativados no polo oposto.

O *Canal Rural*, quase um ano depois, segue as defesas do setor agropecuário, da regularização fundiária e da lapidação da “imagem”, todavia, agora mais densamente associadas a manifestações de compromissos e alianças como o empenho no “desmatamento ilegal zero”: na abertura de vagas de empregos para “reflorestamento e desenvolvimento da piscicultura local”; na produção de “cartilha” explicando o “processo de regularização fundiária na Amazônia”; nas negociações com investidores; nos projetos de cooperação internacional; no uso de estudos, imagens de satélites, notas técnicas (inclusive do INPE); e pressões de atores a princípio endógenos ao mesmo polo.

Somente em dois dias (09 e 10 de julho/2020) foram divulgadas, pelo menos, nove matérias noticiando: a “reunião virtual” do vice-presidente da República com “representantes de fundos de investimentos estrangeiros”, para “ampliar diálogo com investidores sobre Amazônia” e reafirmar “compromisso em combater o desmatamento ilegal e promover atividades econômicas sustentáveis na região” (MOURÃO..., 2020, n.p.); a redução das queimadas na Amazônia, mobilizando “análise de dados do Inpe neste ano” (NÚMERO..., 2020, n.p.); a criação de um sistema, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), para “analisar automaticamente, por meio de geoprocessamento” os casos de ocupação de propriedades na região (CUENCA, 2020c, n.p.); a reunião do vice-presidente “com empresários brasileiros”, que enviaram “carta ao governo demonstrando preocupação com a imagem negativa do Brasil no exterior em relação à pauta ambiental” (CUENCA, 2020b, n.p.); a proposta de um projeto de cooperação entre o Brasil e a União Europeia para a “criação de um sistema de monitoramento informatizado para acompanhar a regularização fundiária”, aprimorando “a coleta e síntese de dados que permitam aos gestores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mensurar os resultados e direcionar a política de regularização fundiária na Amazônia Legal” (AMAZÔNIA..., 2020b, n.p.), entre outras.

Na sequência, está em destaque o encontro (que aconteceu no dia 13) de 29 fundos de investimentos estrangeiros, que solicitaram a atividade para debater “preservação ambiental”. A ministra Tereza Cristina teria aproveitado a oportunidade para defender “a aprovação do projeto de lei da regularização fundiária como uma das formas de controle e mapeamento da região amazônica” e o deputado e líder da Frente Parlamentar Ambientalista, Rodrigo Agostinho, teria sido convidado a participar (CUENCA, 2020a). E a divulgação da “carta pública a favor da preservação ambiental e responsabilidade social” encaminhada ao governo

por “ex-presidentes do Banco Central e ex-ministros da Fazenda”, intitulada de “Uma Convergência Necessária: por uma economia de baixo carbono”, na qual destacam “que a atual pandemia da Covid-19 evidenciou a importância de tornar economias globais interligadas mais resilientes a choques com impacto sistemático”, e que “superar a crise exige convergirmos em torno de uma agenda que nos possibilite retomar as atividades econômicas, endereçar os problemas sociais e, simultaneamente, construir uma economia mais resiliente ao lidar com os riscos climáticos e suas implicações para o Brasil” (AMAZÔNIA, 2020a, n.p.).

No mesmo período, as matérias do *BdF* foram um pouco menos numerosas e mais espaçadas. Em 02 e 17 e 23 de julho, a repórter Catarina Barbosa⁵⁸ assinou, respectivamente, os textos “Quem são os desmatadores da Amazônia?” e “Rede de sementes do Xingu é premiada por iniciativa agroecológica”. No primeiro, ela enfatiza os esclarecimentos da procuradora da República, Ana Carolina Bragança, sobre a ação da AGU “no sentido de autuações por meio de multas, bloqueios de bens e procedimentos instituídos pela própria AGU”, visando o “combate ao desmatamento na Amazônia” (BARBOSA, 2020b, n.p.); e aborda como os “povos dos rios e das florestas”, isto é, povos indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhas, estariam enfrentando um “ataque sem igual na gestão Bolsonaro”, “para defender a floresta e seus modos de vida da implantação de grandes empreendimentos e do avanço do agronegócio” (BARBOSA, 2020b, n.p.). No segundo artigo, a repórter apresenta o projeto que “recuperou quase 7 mil hectares de áreas degradadas do Xingu, Araguaia e regiões do Cerrado e Amazônia” (BARBOSA, 2020a, n.p.).

A matéria tratando do desflorestamento da Amazônia e a piora da “imagem” do Brasil no exterior, de Lara Lacerda (2020, n.p.), foi publicada em português e espanhol nos dias 10 e 13⁵⁹. Rodrigo Chagas (2020, n.p.) assinou a reportagem do dia 17 sobre “a luta para conservar a natureza viva e levar trabalho para famílias ribeirinhas”, relatada pelo presidente da Cooperativa Agroextrativista Mapiá e Médio Purus (Cooperar), “enquanto o ciclo do desmatamento e do grande agronegócio se fortalece”. No dia 23, foi divulgado que a discussão do programa Bem Viver seria relacionada à pesquisa com dados de um estudo que demonstra a “relação da soja e desmatamento nos últimos 10 anos”, por meio do cruzamento de “dados de uso e cobertura da terra obtidos pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), o

⁵⁸ É “correspondente do Brasil de Fato na região Norte. Seu foco é cobrir a Amazônia, tanto a parte ambiental (desmatamento e poluição), quanto conflitos de terras e violações de direitos humanos. Pelo Brasil de Fato foi a única repórter do Brasil a entrar no Centro de Recuperação de Altamira, no Pará, após o massacre. Recentemente publicou uma série de reportagens denunciando as violações vividas pelos índios Warao, entre elas, as péssimas condições do abrigo de responsabilidade da prefeitura de Belém”. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/catarinabarbosabr>. Acesso em: 28 ago. 2020.

⁵⁹ Site em espanhol. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/deforestacion-crece-en-amazonia-y-empeora-imagen-de-brasil-en-mercado-internacional>. Acessado em: 28 ago. 2020.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o projeto MapBiomass – Ibama” (CARVALHO, 2020).

Figura 1: Síntese simplificada da configuração examinada.



Fonte: Elaboração própria com base em dados pesquisados

Considerações finais: ambivalências e paradoxos em uma contenda

A edificação de determinadas “causas” depende da representatividade das organizações e da legitimidade dos porta-vozes que “falam” em seu nome. Seus contornos estão constantemente em disputa, assim como a sua existência objetiva é caudatária da visibilidade de “grupos” e da associação a certos significados e “interesses”. Na dinâmica aqui examinada, redes de FPs, veículos midiáticos, organizações não governamentais, segmentos empresariais, institutos de pesquisas, entidades religiosas, sindicais e estudantis, entre outras, alinharam-se sob os efeitos da balança de poder eleitoral no país, incrementando, radicalizando e reverberando debates que já ocorriam anteriormente, notadamente sobre o denominado “Novo Código Florestal”. Esses debates, todavia, encontravam-se restritos aos domínios mais formais e institucionalizados do espaço do poder, como os fóruns constituídos no Congresso Nacional com vistas à regulamentação e alteração do conteúdo da legislação de questões atinentes à mineração, aos povos indígenas, ao plantio da cana-de-açúcar, à regularização fundiária rural, aos conhecimentos tradicionais, ao

desmatamento, dentre outros⁶⁰. Aqui, os protagonistas desferiram suas jogadas em um contexto caracterizado como particularmente “crítico”, logo, perpassado: por justaposições de lógicas e princípios, a um só golpe políticos, econômicos, militantes, midiáticos, culturais e morais; por táticas com frágil grau de previsibilidade, haja vista a precarização das referências de ação e as incertezas com relação à rentabilidade dos recursos e trunfos detidos, dificultando cálculos e planejamentos; e assim por diante.

Os enfrentamentos discursivos e simbólicos, assim como a caracterização de agentes (individuais e coletivos), que, entre tantos, participam da configuração de luta tracejada, poderia nos conduzir à mera identificação de antagonismos – de classe, ideológicos, partidários e geopolíticos –, que teriam se exacerbado pelas circunstâncias aparentemente “instáveis” ou não rotineiras. Ocorre que o mapeamento do cenário, o perfilamento dos envolvidos e alguns desdobramentos dos contenciosos (que transcorreram entre novembro de 2018 e agosto de 2020), trouxeram à tona um repertório de questões legitimado nas últimas décadas, compartilhado por vários segmentos vida social (econômicos, culturais, jornalísticos, parlamentares e governamentais). Essas questões são difundidas/assimiladas por múltiplos meios, mobilizadas por forças políticas discrepantes (partidos situados em diferentes posições partidárias e outras formas de organizações mais ou menos formais), e objeto de proselitismo de agentes que transitam por distintos planos (internacional, nacional, regional e local).

Não é exagerado, pois, fazer alusão à constituição e à reprodução de uma relação dóxica com a “questão da Amazônia” e, por conseguinte, da existência de um consenso em torno de princípios de visão que autorizam percepções e tomadas de posição, mesmo que contrastantes e concorrenciais. O quadro é desestabilizado apenas quando a crítica herética provoca a reação ortodoxa (BOURDIEU, 1996b). Essa matriz corresponderia ao nosso senso comum intelectual se os ortodoxos fossem os dominantes no terreno político (sobretudo eleitoral), econômico e cultural (aí incluídos os meios de comunicação), e os heréticos (ou heterodoxos) fossem os dominados (e os intelectuais bem-intencionados) legitimamente dispostos a contestar suas posições e valores.

No entanto, as polêmicas se radicalizam com a ascensão de um novo perfil de dirigentes políticos: muitos *outsiders* no meio político-partidário; menos escolarizados; alguns com origens distantes das elites sociais e culturais, muitas vezes hostis ao mundo acadêmico; pouco sintonizados com as formas de militância com escopo transnacional, ligados a empreendimentos econômicos rurais; etc. Vários deles se alinharam a segmentos empresariais e lideranças situadas à direita do espectro ideológico (alocados no governo federal e na sua base parlamentar no Congresso

⁶⁰ Debates bem documentados por Almeida e Sprandel (2014).

Nacional) no sentido de plasmar o discurso de caráter fortemente heterodoxo em termos ambientais acerca das queimadas na Amazônia. Do outro lado, porta-vozes dos chamados movimentos sociais, dirigentes de categorias profissionais (situadas mais abaixo na hierarquia social), representantes de “minorias” (étnicas, raciais, de gênero) e filiados a partidos de esquerda (que fazem oposição ao atual presidente), irmanaram-se na defesa da conservação da “gramática ambientalista”.

Todavia, observamos que paulatinamente e à medida que a contenda transcorre, em nome de benefícios econômicos (setoriais e nacionais) e sob o manto da defesa da soberania nacional, “governistas heréticos” são confrontados, principalmente, por grandes empreendimentos de comunicação e por financiadores internacionais, que se transformaram em adversários mais ou menos imprevistos. Assim, pressionados a deslocarem suas ênfases e comprovarem o ajustamento das suas práticas, aparecem submetidos às injunções da nova ordem transnacional e suas normatividades relacionadas às modalidades legítimas de preservação do meio ambiente.

A “resistência”, como sabemos, seria de setores historicamente vinculados a tendências ideológicas motivadas por “missões” de transformação social e política e por sentidos de combate aos dominantes, de um modo geral, e pela ativação de determinadas modalidades de ação coletiva. Apesar da restrição às formas de mobilização consagradas, por conta da conjuntura crítica também em sentido sanitário, o unísono sobre os ganhos universais ou pontuais de tudo aquilo que implica a defesa da Amazônia foi adensado e vigorado justamente pela consonância insólita com vozes de setores a princípio adversários (a grande mídia, lideranças de potências mundiais, investidores transnacionais, formadores de opinião e analistas espalhados em diferentes localizações do globo, governadores e produtores, etc.). Todos, de múltiplas formas e distintos interesses, inscrevem-se no acordo *dóxico*, que aciona – às vezes de forma paradoxal às disposições e “bandeiras” específicas –, discursos de “bom senso” e da “ciência objetiva” como trunfo eficiente.

O que permite compreender, por exemplo, as ambivalências na forma como os agentes lidam com as interferências de forças exógenas – ou como as alianças e rivalidades internas são produto e produtoras de posturas e relações benfazejas ou hostis em relação a protagonistas externos –, que se reflete na elasticidade que a categoria “soberania” assume quando reivindicam salvaguardá-la. Do mesmo modo, possibilita pensar como é possível que os envolvidos compartilhem a convicção na solução “sustentável” ou no caráter nefasto das “queimadas” descontroladas, quando divergem quanto à sua forma, função, operacionalização, regulamentação, etc. Provavelmente, isso esteja relacionado às reconfigurações, que ocorreram desde a segunda metade do século XX. De um lado, a afirmação da economia como disciplina e linguagem do poder, em consonância com a redefinição dos sentidos e das práticas econômicas; de outro lado, a intensificação dos protestos internacionais em torno da “causa ambiental”, com as interrogações sobre os possíveis impactos

climáticos mundiais e ameaças aos modos de vida “tradicionais” dos “povos da floresta”. Os processos concomitantes de transnacionalização das dimensões econômicas e ambientais ocorreram hibridizando perfis de agentes, modalidades de intervenção, princípios institucionais e problemáticas legítimas. Redundando na formação de porta-vozes interpelados a intervir no debate ambiental a partir de uma nova ortodoxia do desenvolvimento, agora dito “sustentável” (ZHOURI, 2006; BUCLET, 2009).

Por fim, a reflexão aponta para as ambiguidades e regularidades que brotam das articulações pouco previsíveis, nos dois polos da disputa, entre interesses econômicos nacionais e apoios internacionais; e para conservação de riquezas e tradições autóctones a partir da ativação de registros exógenos, fundadas em concepções de mudanças, por exemplo. Mas, sobretudo, para atentar como determinadas “causas” podem ganhar ou perder força no espaço público de acordo com combinações, nem sempre óbvias, de problemáticas legitimadas, pactos móveis e cadeias de interdependências extensas e não-controladas pelos jogadores, notadamente em situações “críticas”.

GREATNESSES AND MISFORTUNES OF THE AMAZON RAINFOREST: THE CONSTRUCTION OF PURPOSES AND THE REPRESENTATION OF INTERESTS IN THE LATEST POLITICAL DEBATES

ABSTRACT: *At the Brazilian recent public scenario, besides the complexity of matters and the spread of spokespeople engaged in defending the Amazon rainforest both in transnational and national spheres, the outlining of a series of controversies about reasons, responsibility and ways to fight against ongoing wildfires and deforestation in the ‘region’ was merged. Taking for examination the items of news published on digital media (among other materials) it is possible to perceive emplacement and position taking from collective and individual agents, having placed themselves on opposite and unset (ambivalent at times) sides of the conflicts/debates triggered since 2018 presidential election. We mainly considered the actions of leaders from parliamentary fronts and interest groups, observing discourses, assets and register categories, competing or relationally called on in order to intervene and define the foundations of a cause or legitimate problematic. Thus, it is aimed to unveil intervener principles in the alignments which have marked the feud in a context thought to be ‘critical’.*

KEYWORDS: *Political sociology. Controversies. Representation of Interests. Battles for Meaning. The Amazon rainforest.*

**GRANDEZAS Y DESVENTURAS DE LA AMAZONIA:
CONSTRUCCIÓN DE SIGNIFICADOS Y REPRESENTACIÓN
DE INTERESES EN EL DEBATE POLÍTICO RECIENTE**

RESUMEN: *En el reciente escenario público brasileño, la complejización de los temas y la proliferación de portavoces llamados a defender la Amazonia, a nivel transnacional y nacional, se han combinado con la delineación de una configuración de controversias sobre las razones, los responsables y las formas de combatir los incendios forestales en la “región”. Tomando para el examen, en particular, los artículos publicados en los medios de prensa digital (entre otros materiales), nos apoderamos de las posiciones y los posicionamientos de los agentes (individuales y colectivos), que se colocaron en polos opuestos y no fijos (eventualmente, incluso ambivalentes) en los debates/enfrentamientos que han estallado desde las elecciones presidenciales de 2018. Principalmente, consideramos las acciones de los líderes inscritos en los frentes parlamentarios y grupos de interés, prestando atención a los discursos, triunfos y modalidades de inscripción, activados relacional y competitivamente, para intervenir y definir las bases de construcción de una causa o problema legítimo. De este modo, pretendemos señalar los principios que intervienen en las alineaciones que marcaron la disputa en un contexto considerado “crítico”.*

PALABRAS CLAVE: *Sociología política. Controversias. Representación de intereses. Disputas por los significados. Amazonía.*

REFERÊNCIAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. História. Disponível em: <https://abag.com.br/institucional-abag-historia/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

AGRONEGÓCIO e sociedade civil lançam campanha em defesa da Amazônia. **AGROemDIA**. 05/09/2019. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2019/09/05/agronegocio-e-sociedade-civil-lancam-campanha-em-defesa-da-amazonia/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

AJUDA internacional é importante, mas temos que assegurar a soberania brasileira. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/ajuda-internacional-e-importante-mas-temos-que-assegurar-a-soberania-brasileira/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**. Leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa8, 2008.

ALMEIDA, A. W. B.; SPRANDEL, M.A. **O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2014.

AMAZÔNIA: 17 ex-representantes do governo defendem desmatamento zero. **Canal Rural**. 15/07/2020a. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/amazonia-17-ex-representantes-do-governo-defendem-desmatamento-zero/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AMAZÔNIA: cooperação internacional apoia sistema para regularização fundiária. **Canal Rural**. 10/07/2020b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/amazonia-cooperacao-internacional-apoia-sistema-para-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AMORIM, B. Desmatamento ilegal: FPA apresenta projeto para tornar penas mais severas. **Canal Rural**. 01/09/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/direto-ao-ponto/desmatamento-ilegal-fpa-apresenta-projeto-para-tornar-penas-mais-severas/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ARAÚJO, S. M. V. G. de. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. **Brazilian Political Science Review**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.1-20, 2020.

BARBOSA, C. Rede de sementes do Xingu é premiada por iniciativa agroecológica. **Brasil de Fato**. 23/07/2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/23/rede-de-sementes-do-xingu-e-premiada-por-iniciativa-agroecologica>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BARBOSA, C. Quem são os desmatadores da Amazônia? **Brasil de Fato**. 02/07/2020b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/quem-sao-os-desmatadores-da-amazonia>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BERTOLACINI, F.; FLORENCINO, J. Ricardo Salles anuncia pagamento por serviços ambientais na Amazônia. **Canal Rural**. 20/11/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pagamento-servicos-ambientais-amazonia/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOLSONARO anuncia ex-secretário de São Paulo para Ministério do Meio Ambiente. **G1 Notícias**. 09/12/2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-anuncia-ex-secretario-de-sao-paulo-para-ministerio-do-meio-ambiente-23292901.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BOLSONARO: ‘Queimadas na Amazônia podem ser ação criminosa de ONGs’. **Canal Rural**. 21/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-aumento-de-queimadas-na-amazonia-pode-ser-acao-criminosa/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOURDIEU, P. **Sociologie générale**. V1. Paris: Raisons d’agir, 2015.

BOURDIEU, P. A delegação e o feticismo político. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, p.188-206, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. SP: EDUSP, 1996a.

BOURDIEU, P. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. *In*: BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996b, p.243-318.

BOURDIEU, P. Le mort saisi le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989, p.75-106.

BOURDIEU, P.; CHRISTIN, R. La construction du marché. Le champ administratif et la production de la ‘politique du logement’. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 81-82, p.65-85, 1990.

BRASIL DE FATO. Quem Somos. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BUCLET, B. Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns. **REPOCS-Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, MA, v. 6, n. 12, p.89-114, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Palácio do Congresso Nacional. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CARTA POLÍTICA. IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia IV ERAA, Abaetetuba (PA), 09 de novembro de 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/11/carta-IV-ERA-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARVALHO, M. Programa Bem Viver traz estudo da relação da soja e desmatamento nos últimos 10 anos. **Brasil de Fato**. 23/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/23/programa-bem-viver-traz-estudo-da-relacao-da-soja-e-desmatamento-nos-ultimos-10-anos>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CASCIONE, S.; ARAÚJO, S. M. V. G. de. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 72, p.1-23, 2019.

CHAGAS, R. A gente só vive porque a floresta está em pé, diz líder extrativista da Amazônia. **Brasil de Fato**. 17/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/17/a-gente-so-vive-porque-a-floresta-esta-em-pe-diz-lider-extrativista-da-amazonia>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 73, p.29-40, 1988.

CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.241-256, 2010.

CUENCA, P. Fundos de investimento vão debater preservação ambiental com parlamentares. **Canal Rural**. 13/07/2020a. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/fundos-de-investimento-va-debater-preservacao-ambiental-com-parlamentares>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CUENCA, P. Mourão se reúne com empresários brasileiros que pedem ações na Amazônia. **Canal Rural**. 10/07/2020b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/mourao-reuniao-empresarios-amazonia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CUENCA, P. CAR: sistema de georreferenciamento promete acelerar avaliações. **Canal Rural**. 10/07/2020c. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/car-sistema-georreferenciamento/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

DECRETO para Conselho da Amazônia deve sair na próxima semana, diz Mourão. **Exame**. 04/04/2020. Disponível em: <https://exame.com.br/brasil/decreto-para-conselho-da-amazonia-deve-sair-na-proxima-semana-diz-mourao/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

DOLCE, J. Amazônia está próxima de atingir percentual irreversível de desmatamento. **Brasil de Fato**. 06/11/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/06/amazonia-esta-proxima-de-atingir-nivel-irreversivel-de-desmatamento>. Acesso em: 10 abr. 2020.

É PRECISO mostrar que nem todo desmatamento na Amazônia é ilegal. **Canal Rural**. 20/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/e-preciso-mostrar-que-nem-todo-desmatamento-na-amazonia-e-ilegal/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

ELIAS, N. Questões de envolvimento e alienação. In: ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.105-162.

FAVRE, P. (Org.). **La manifestation**. Paris: Presses de la FNSP, 1990.

FORÇAS Armadas vão atuar na Amazônia legal. **Governo do Brasil**. 30/08/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2019/08/forcas-armadas-va-atuar-na-amazonia-legal>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FÓRUM Nacional Permanente em Defesa da Amazônia. **Facebook**. 10/12/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/forumamazonia/posts/138713207548508>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FPA. Frente Ampla Parlamentar. 2020. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FRENTE Ambientalista em 2020. Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/>. Acesso em 25 abr. 2020.

FUNDAÇÃO Heinrich Böll. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/fundacao>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FUNDO DEMA. 2021. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quem-somos/1423/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GAXIE, D. **La démocratie représentative**. Paris: Montchrestien, 1993.

GIRARDI, G. Bolsonaro acusa Inpe de divulgar dados mentirosos sobre desmatamento. Estadão, 19 de julho de 201. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-inpe-de-divulgar-dados-mentirosos-sobre-desmatamento,70002929326>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GOUVEIA, M. Frente Parlamentar da Agropecuária: Fundo Amazônia. **Coagro: Revista do AgroNegócio**. 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ceoagro.com.br/frente-parlamentar-da-agropecuaria-fundo-amazonia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GOVERNO fará raio-x da Amazônia para acabar com o desmatamento. 21/11/2019. **Canal Rural**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/governo-fara-raio-x-da-amazonia-para-acabar-com-o-desmatamento/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em ‘famílias de políticos’. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 33, p.125-162, 2020.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. Representações e usos da Amazônia: o trabalho intelectual e política de definição da região por parlamentares brasileiros. **Texto de discussão**. São Luís, UFMA, p.1-30, 2020.

GRILL, I.G.; REIS, E. T. dos. **Elites políticas e a dupla arte de representar**: intersecções entre política e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GRYNSZPAN, M. Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, p.123-148, 2012.

GULLINO, D.; MAIA, G. Bolsonaro diz que governo irá dar a devida resposta a críticas sobre a Amazônia. **O Globo**. 11/10/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-governo-ira-dar-devida-resposta-criticas-sobre-amazonia-1-24243000>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HISTÓRIA: a origem do INPE na corrida espacial. 2017. **INPE**. Disponível em: http://www.inpe.br/institucional/sobre_inpe/historia.php. Acesso em: 19 abr. 2020.

INPE – Observação da Terra. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 30 abr. 2021.

INTERESSES econômicos estão por trás de temas ambientais. **Canal Rural**. 02/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/revista-the-economist-critica-politica-adotada-por-bolsonaro-sobre-amazonia/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Nosso Propósito. Disponível em: <https://ipam.org.br/sobre-o-ipam/>. Acesso em: 29 abr. 2021

LACERDA, N. Desmatamento na Amazônia cresce e piora imagem do Brasil no mercado internacional. **Brasil de Fato**. 14/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/desmatamento-na-amazonia-cresce-e-piora-imagem-do-brasil-no-mercado-internacional>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LEIA a íntegra da reunião ministerial de 22 de abril. **Notícias UOL**. 22/05/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravacao-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LEITE LOPES, J. S. *et. al.* (Orgs.). **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**: Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LIMA, M. S. A Elite Ruralista no Parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Goiânia, v. 38, n. 2, p.58-72, 2018.

MACÁRIO, L; VITAL, A. Frente parlamentar vai propor soluções para o desenvolvimento da região amazônica. **Câmara dos Deputados**. 15/05/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557587-frente-parlamentar-vai-propor-solucoes-para-desenvolvimento-da-regiao-amazonica/>. Acesso em: 14 abr.2020.

MAFRA, E. ‘The Economist’ aponta risco à Amazônia e pede reação mundial a Bolsonaro. **Revista Veja**. 01/08/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/the-economist-aponta-risco-a-amazonia-e-pede-reacao-mundial-a-bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAIA: Ameaça europeia é ‘desculpa’ para que o acordo Mercosul-UE não avance. **Canal Rural**. 23/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/ameaca-europeia-desculpa-acordo-mercotel-ue-nao-avance/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARQUES, G. Congresso lança Fórum Mundial em defesa da Amazônia e pressiona pela demissão de Salles. **Revista Forum**. 28/08/2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdodgeorge/congresso-lanca-forum-nacional-em-defesa-da-amazonia-e-pressiona-pela-demissao-de-salles/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.18-51, 2011.

MEIO AMBIENTE: Bolsonaro fará carta em resposta a investidores estrangeiros. **Canal Rural**. 03/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-carta-investidores-estrangeiros-meio-ambiente/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MELO, P. Diretor do INPE nega acusações de Bolsonaro, reafirma dados sobre desmatamento e diz que não deixará cargo. 20/07/2019. **G1 Vale do Paraíba e Região**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/07/20/diretor-do-inpe-nega-acusacoes-de-bolsonaro-reafirma-dados-sobre-desmatamento-e-diz-que-nao-deixara-cargo.gh.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MOREIRA, I. C. Conselho da SBPC lança manifesto em defesa do INPE. **Jornal da Ciência**. 25/07/2019. Disponível em: <http://archive.is/lw3U6>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MOURÃO: Vamos ampliar diálogo com os investidores sobre a Amazônia. **Canal Rural**. 09/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/mourao-vamos-ampliar-dialogo-com-investidores-sobre-amazonia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MUGNATTO, S. Frente parlamentar quer dar mais atenção à sustentabilidade e ao licenciamento ambiental. **Amazônia Notícia e Informações**. 28/02/2019. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2019/02/frente-parlamentar-quer-dar-mais-atencao-a-sustentabilidade-e-ao-licenciamento-ambiental/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NOSSAS RAÍZES. **IMAFLORA**. Disponível em: <https://www.imaflora.org/quem-somos/sobre-nos>. Acesso em: 04 ago. 2020.

NOTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL AMPLO EM DEFESA DA AMAZÔNIA. 28/08/2019. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2019/09/>

NOTA-DE-CRIA%C3%87%C3%83O-DO-F%C3%93RUM-NACIONAL-AMPLO-EM-DEFESA-DA-AMAZ%C3%94NIA.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

NÚMERO de queimadas na Amazônia está 23,2% menor do que em 2019. **Canal Rural**. 09/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/queimadas-amazonia-menor-2019>. Acesso em: 27 ago. 2020.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchrestein, 1998.

OLIVEIRA, T. M. S. Bolsonaro e o bolsonarismo colocam fogo na Amazônia. **Brasil de Fato**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/bolsonaro-e-o-bolsonarismo-colocam-fogo-na-amazonia>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PALMEIRA, M. **Latifundium et capitalisme au Brésil**: lecture critique d'un débat. Paris, 170p. Tese de 3º ciclo apresentada à Faculté des Lettres et Sciences Humaines de L'Université de Paris, 1971.

PEREIRA, M. M. Ativismo institucional no poder legislativo: confrontos políticos, assessores, ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p.301-338, 2020.

PIZZORNO, A. Sur la rationalité du choix démocratique. In: BIRNBAUM, P.; LECA, J. (Orgs.). **Sur l'individualisme**. Paris: FNSP, p.330-369, 1986.

PRESIDENTE da França atinge imagem do Brasil ao falar sobre a Amazônia, diz ministra. **Canal Rural**. 26/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/presidente-da-franca-atinge-imagem-do-brasil-ao-falar-sobre-amazonia-diz-ministra/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PRESIDENTE REÚNE governadores da Amazônia Legal para discutir combates a queimadas. **Planalto**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/08/presidente-reune-governadores-da-amazonia-legal-para-discutir-combate-a-queimadas#:~:text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%ABlica%2C%20Jair,combate%20%C3%A0s%20queimadas%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 28 abr. 2021.

REIS, E. T. dos. 'Confissões políticas' de mulheres parlamentares. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 34, p.189-214, 2020.

REIS, E. T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**. São Luís/Porto Alegre: EDUFMA/Zouk, 2015.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p.137-159, 2017a.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 16, n. 37, p.143-190, 2017b.

RODRIGUES, S. Ruralistas criam Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia. **O Eco**. 20/05/2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/ruralistas-criam-frente-parlamentar-em-defesa-da-amazonia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAFRAS. ‘Não se apaga fogo xingando o Macron’, diz presidente da FPA. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/nao-se-apaga-fogo-xingando-macron-diz-presidente-da-fpa/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SEJA LEGAL COM A AMAZÔNIA. 2018. Disponível em: <https://sejalegalcomaamazonia.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SEVÁ, J. T.; BRUNO, R. Â. L.; CARNEIRO, O. B. ‘A mão que planta é a mesma que preserva’. Conflitos ambientais, desenvolvimento e meio ambiente na representação política patronal rural e do agronegócio no Congresso Nacional (2011-2014). **Anais**. 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, p.1- 30, 2014.

SITUAÇÃO na Amazônia não está fora de controle. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/situacao-na-amazonia-nao-esta-fora-de-controle-diz-governo/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SOB BOLSONARO e Ricardo Salles, diretoria do ICMBio será toda de policiais militares. **Brasil de Fato**. 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/25/sob-bolsonaro-e-ricardo-salles-diretoria-do-icmbio-sera-toda-de-policiais-militares/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SOUZA, C. Amazônia: 31% dos casos de desmatamento ocorrem em terras da União. **Canal Rural**. 06/09/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/amazonia-desmatamento-terras-uniao/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUZA, M. D. Saída de governadores tira efetividade do Conselho da Amazônia, diz especialista. **Brasil de Fato**. 14/02/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/saida-de-governadores-tira-efetividade-do-conselho-da-amazonia-diz-especialista>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SUDRÉ, L. Biodiversidade perdida em queimadas da Amazônia levará décadas para se recuperar. **Brasil de Fato**. 23/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/23/biodiversidade-perdida-em-queimadas-na-amazonia-levara-decadas-para-se-recuperar>. Acesso em: 01 abr. 2020.

TATEMOTO, R. Congresso articula fórum permanente de monitoramento da Amazônia. **Brasil de Fato**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/>

congresso-articula-forum-permanente-de-monitoramento-da-amazonia/. Acesso em: 01 abr. 2020.

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p.15-42.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

VALENTE, R. 'A Funai morreu, foi extinta', diz sertanista que presidiu o órgão. **FOLHA DE S.PAULO**. Publicado em 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/a-funai-morreu-foi-extinta-diz-sertanista-que-presidiu-o-orgao.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.

VERDÉLIO, A. Bolsonaro pede apoio a ruralistas para projeto sobre áreas indígenas. **Agência Brasil**. 14/02/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-02/bolsonaro-pede-a-ruralistas-apoio-a-projeto-sobre-areas-indigenas>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p.139-169, 2006.

Recebido em 09/01/2021.

Aprovado em 17/02/2021.

Varia

CORPOS QUE AMEAÇAM, CORPOS INSTRUMENTALIZADOS: RAÇA E GÊNERO NO DEBATE PÚBLICO SOBRE IMIGRAÇÃO NA ITÁLIA

*Fernanda Di Flora GARCIA**

*João Carlos Soares ZUIN***

RESUMO: O debate público sobre a imigração na Itália tem sido marcado, desde a década de 1990, pela vinculação entre o racismo popular e o racismo institucional, assim como por diversas expressões de sexismo. As vozes que destoam do paradigma securitário em curso têm sido alvo constante de ataques tanto de movimentos sociais da direita, quanto de partidos e expoentes políticos, e o alvo preferencial destes ataques tem sido as mulheres que ocupam cargos políticos proeminentes e atuam em prol dos direitos fundamentais dos imigrantes, como é o caso de Laura Boldrini e de Cécile Kyenge. Também as mulheres migrantes têm sido alvo de discursos e práticas xenófobas e racistas, articulados com a misoginia e o sexismo. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as múltiplas formas de mobilização do racismo, do sexismo e da instrumentalização da violência de gênero, apontando para a construção dos estereótipos sobre os corpos considerados perigosos no debate sobre imigração na Itália.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Violência de gênero. Imigração. Itália.

Introdução: a presença do repertório fascista nos discursos e práticas da *Liga*

O objetivo deste artigo é compreender e analisar o sentido e o significado das manifestações políticas vexatórias, sexistas e racistas que circulam no interior

* UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – ferdiflora@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4997-8651>.

** UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – joao.cs.zuin@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0003-2397-3422>.

do debate público sobre imigração, em especial aquelas efetuadas por lideranças do partido político italiano Liga¹ contra mulheres imigrantes de origem árabe, latina e africana e mulheres italianas envolvidas diretamente em ações políticas de acolhimento dos imigrantes e defesa da universalização dos direitos humanos fundamentais, especialmente Cécile Kyenge² e Laura Boldrini³. Pretendemos evidenciar como as palavras **feitas para ferir** (DE MAURO, 2017), de caráter violento e grande força performativa, constituem hoje parte significativa de continuidade de uma política estatal que exclui todos aqueles considerados como **não-pessoas**.

Nesse sentido, este artigo aborda a mobilização do sexismo por meio dos seguintes elementos: pela promoção de uma linguagem vulgar através da difusão dos discursos públicos da Liga; a referência à virilidade como força necessária para reconstrução da nação; a racialização do sexismo e a etnicização dos estúpro; a **revolução do bom senso** por meio da retomada da defesa da família tradicional e heteronormativa; a evocação da violência sexista e do estupro como punição necessária e o combate à **ideologia de gênero**. Todos estes elementos se articulam no contexto do debate sobre a imigração, de modo que é possível observar as variadas formas de controle social marcadas pela intersecção entre gênero e raça, analisadas a seguir.

As sucessivas manifestações racistas e sexistas efetuadas por membros do partido que hoje representa a principal força da nova direita e do populismo na Itália – tais como Roberto Calderoli (Senador da República) e Matteo Salvini (Secretário Geral da Liga, Ministro do Interior e Eurodeputado), expressas em discursos parlamentares, postagens nas redes sociais, cartazes, panfletos e charges evidenciam a articulação entre o racismo popular e o racismo institucional, o sexismo, a homofobia e a xenofobia, e possibilitam uma ampla percepção do avançado processo de proliferação do populismo emotivo (HOCHSCHILD, 2016; ILLOUZ, 2017; DAL LAGO, 2017), das palavras de ódio (DE MAURO, 2017; ANTONELLI, 2017; SARACENO, 2016) e da política do medo (DAL LAGO, 2004, 2017; RIVERA, 2009, 2010; MASTROPAOLO, 2005; FERRAJOLI, 2009, 2011; BASSO, 2011) cujos alvos principais são os **corpos que ameaçam** as fronteiras simbólicas e imaginárias relacionadas à pureza do sangue, da nação, da pele clara e da família nuclear

¹ Partido que até o ano de 2017 utilizava o nome e o símbolo Liga Norte, evocando imagens identitárias e separatistas, mas cuja simbologia foi alterada com o objetivo ampliar sua imagem e obter consenso eleitoral ao nível nacional. Embora não seja tema deste artigo, é importante observar que a “virada patriótica” foi uma das estratégias mobilizadas por Matteo Salvini em direção a um consenso eleitoral nacional, evocando a força xenófoba como vocação nacional: “*prima gli italiani!*”.

² Deputada e Ministra das pastas da Integração e da Política Juvenil no Governo Letta nos anos de 2013 e 2014, atualmente Eurodeputada.

³ Alta Comissária para os Refugiados da Organização das Nações Unidas nos anos de 1998 e 2012, Deputada e Presidente da Câmara dos Deputados nos anos de 2013-2018, reeleita Deputada na eleição de 2018.

tradicional, isto é, aquelas subjetividades que emergiram na cena pública, reivindicando direitos sociais, civis e políticos.

A utilização da retórica sexista, racista, agressiva e vulgar nos discursos da Liga está presente desde 1989, quando o fundador do partido, Umberto Bossi, desenvolveu uma nova estratégia política baseada, por um lado, na ruptura do decoro e dos ritos da política tradicional e, por outro, na utilização da linguagem clara e simples, popular e dialetal, sarcástica e vulgar, hostil e agressiva contra os inimigos da Padânia (DEMATTEO, 2011)⁴. No que toca ao sexismo presente na linguagem política da Liga, em inúmeras ocasiões o partido expressou – e expressa – um ideário machista baseado em uma pretensa virilidade defendida sob o slogan “*celodurismo*”⁵, que evoca o estilo político mussoliniano (RIVERA, 2009).

Conforme destaca Nicoletta Poidimani (2009), a construção do “super-homem fascista” evocava uma virilidade nunca colocada em questão, o pai de uma prole numerosa, dotado de coragem e espírito de sacrifício em prol da nação. Vinculada a esta imagem, havia a construção simultânea das populações racializadas, especialmente no contexto do avanço da colonização da Etiópia, de modo que a proteção da raça italiana passava pela força do homem fascista em resistir à sexualidade das mulheres negras, vista como potente ameaça. Em tal contexto, ocorreu uma mudança simbólica, e, posteriormente, jurídica, diante da necessidade de desconstrução do imaginário sexual da conquista (terras e mulheres a serem desbravadas), de modo a controlar e disciplinar a vida sexual de soldados e colonos, protegendo, assim, a pureza da “raça”. De todo modo, para o que nos interessa neste artigo, importa observar que ao longo de todo o período fascista a evocação do líder forte e viril foi uma constante, e, *mutatis mutandis*, é o dispositivo reiteradamente empregado pelos líderes populistas da Liga desde a década de 1990.

A ênfase na ideia do líder potente e viril, utilizada por Umberto Bossi no slogan político “*La lega ce l’ha duro*”, é pautada em uma retórica de dupla intencionalidade: 1) aquela que ressalta a suposta fraqueza de seus adversários políticos, corrompidos pela ideologia e pelo comportamento sexual das elites cosmopolitas e 2) a exposição da Liga como a única força e potência política que está à altura dos problemas do tempo presente e é capaz de solucioná-los. O objetivo fundamental destas referências é restaurar uma ordem supostamente natural na qual haveria lugares marcados e estabelecidos segundo os papéis sexuais e raciais. Trata-se, sobretudo, de um processo político, social e cultural que objetiva a naturalização dos sistemas de hierarquização

⁴ A Padânia nunca existiu histórica ou geograficamente, mas a Liga criou, desde sua fundação, uma narrativa histórica e geográfica para justificar suas reivindicações políticas e territoriais, tratando-se sobretudo de uma construção política voltada, inicialmente, para emancipar as regiões que compõem o norte da Itália e formar um país.

⁵ “*Paudurismo*”, evocando uma iconografia viril, masculinista.

social, de “endurecer e renaturalizar as fronteiras raciais e sexuais” (GARBAGNOLI, 2018, n.p., tradução nossa)⁶.

De acordo com a antropóloga Annamaria Rivera (2009, p.247, tradução nossa), a Liga transformou em linguagem política a “exibição genital”⁷, que “revela quais são as pulsões que se agitam no ventre masculinista, racista e fascistoíde do nosso infeliz país”⁸. A Liga não manifesta apenas o sexismo e racismo retóricos, mas produz expedições punitivas, iniciativas políticas e legislativas, práticas administrativas locais e nacionais derivadas dos modelos mais clássicos de discriminação e racismo institucional. Quando o atual Ministro do Interior, Matteo Salvini, lançou, por exemplo, a “Operação Praias seguras”, cujo objetivo era combater a atividade ilegal, o contrabando e o comércio “abusivo” efetuado por estrangeiros, seguiu-se rapidamente um incremento nas atividades das rondas de cidadãos de grupos neofacistas como o Casa Pound e ataques arbitrários e violentos contra imigrantes.

É importante observar que na Itália republicana, até o advento da Liga, havia certo pudor em admitir que temáticas racistas, sexistas e homofóbicas típicas do período fascista fossem professadas ao nível institucional (BURGIO, 2001; POIDIMANI, 2009). Contudo, desde a sua aparição na cena política nacional, e especialmente diante do fato de que muitos de seus expoentes são provenientes da extrema direita fascista, como é o caso de Mario Borghezio, o cenário foi radicalmente alterado, promovendo paulatinamente a legitimação institucional do racismo e pavimentando o caminho para a emergência de partidos e movimentos que hoje defendem abertamente o legado de Mussolini, como é o caso do partido Casa Pound⁹. Assim, de Umberto Bossi até Matteo Salvini, a Liga manteve a linguagem política baseada na vulgaridade, na desqualificação de opositores, no sexismo e no racismo, com a característica linguística e política da composição de frases simples, da redação elementar, do uso de palavras obscenas e vulgares, das ofensas pessoais sem limites aos políticos adversários transformados em inimigos.

Contudo, há um evidente salto de qualidade na forma como o atual líder da Liga aparece e efetua sua comunicação política: o permanente uso dos meios digitais, a contínua instrumentalização da linguagem simultaneamente emotiva e agressiva, a disseminada utilização de *emojis pops* e, sobretudo, a reafirmação diária da sua imagem através da técnica comunicativa da *storytelling* (SALMON, 2008). As novas formas de comunicação na era digital proporcionam ao líder da Liga a ampliação do espaço das palavras de ódio que, uma vez postadas e, posteriormente, comentadas e repostadas pelos cidadãos-seguidores, alcançam uma disseminação sempre mais

⁶ “Durcir, renaturaliser les frontières raciales et sexuelles” (GARBAGNOLI, 2018, n.p.).

⁷ “l’esibizione genitale” (RIVERA, 2009, p.247).

⁸ “rivela quali siano le pulsioni che se agitano nel ventre maschilista, razzista e fascistoide del nostro infelice paese” (RIVERA, 2009, p.247).

⁹ Cujo dirigente, Alberto Palladino, recentemente afirmou que “no coração de todo italiano há um espacinho para o fascismo” (BERCITO, 2018, n.p.).

ampla e capilar na mentalidade e no comportamento das pessoas, estratégias sobre as quais voltaremos a tratar de modo detido ao longo deste artigo. À luz dos elementos brevemente expostos, a escolha do estudo dos casos Kyenge e Boldrini se justifica pelos seguintes elementos fundamentais: 1) a Itália é o principal laboratório político da luta contra imigração, na qual foram introduzidas sucessivas reformas jurídicas que resultaram na lei n.94 de 15 de Julho de 2009 que criminalizou o imigrante sem documento e institucionalizou a figura do “imigrante ilegal” (FERRAJOLI, 2009, 2011), 2) a Itália, desde a década de 1990, é o principal laboratório do fenômeno do populismo (TARCHI, 2015) construído por diversos atores e partidos políticos que alcançaram expressivos sucessos eleitorais através da retórica agressiva e alarmista da suposta invasão de imigrantes e da islamização da cultura italiana e europeia, do discurso xenofóbico e racista baseado na ideia da comunidade orgânica ameaçada em seus valores morais, tradições multisseculares e na enfática defesa da identidade e soberania nacional e 3) pelo fato de que a intersecção entre o racismo e o sexismo é ainda pouco debatida na Itália, sobretudo no contexto do fenômeno migratório.

A intersecção entre raça e gênero no debate sobre o fenômeno migratório

O fenômeno migratório na Itália tem sido o espaço privilegiado no qual é possível observar a intersecção entre raça, gênero e classe¹⁰, que se manifesta no debate público e cujas implicações atingem as mais diversas esferas da vida social, desde a estigmatização e produção de estereótipos até a discriminação jurídica, política, econômica e social, apontando para o fato de que a análise de tais convergências evidencia a impossibilidade de compreender e analisar as desigualdades presentes tanto na Itália quanto nas sociedades contemporâneas de forma isolada (BIROLI; MIGUEL, 2015; PISCITELLI, 2008). Nesse sentido, as teorias da interseccionalidades contribuem sobremaneira para a análise relativa aos nexos entre migração, raça, classe e gênero, já que, para além da condição comum, no caso aqui analisado, o fato de se tratar de ataques e discriminações direcionadas às mulheres, é preciso considerar, como aponta Bell Hooks (2014), que as distintas identidades de raça e classe produzem diferenças qualitativas sobre a vivência comum que as mulheres partilham. É possível, portanto, por meio desta ferramenta analítica, compreender os efeitos complexos que decorrem dos múltiplos

¹⁰ O termo “interseccionalidade” aparece pela primeira vez em um texto de Kimberlé Crenshaw, no final dos anos 1970, com o objetivo de elaborar uma crítica ao feminismo branco, de classe média, heteronormativo, que, de acordo com o feminismo negro emergente no período, desconsiderava as determinações de raça, gênero, classe e sexualidade na potencialização das múltiplas formas de opressão, apontando haver não apenas diferenças entre as mulheres, mas relações de privilégio.

eixos de diferenciação que marcam os corpos e as vidas das mulheres em contextos específicos.

No que se refere a categoria “raça” e a pluralidade de definições analíticas para o termo racismo (CAMPOS, 2017), assim como para os termos “sexo” e “sexismo”, é importante destacar que não podemos compreendê-las como dados naturais, mas como construções representativas sempre vinculadas às condições sociais concretas de conflitos e contradições. Com o intuito de evidenciar que a despeito do fato de a categoria “raça ser uma categoria imaginária aplicada a grupos humanos reais” (RIVERA, 2010, p.3, tradução nossa)¹¹, não possuir valor científico, e, assim, ser paradoxal, por sua própria função ideológica, que estabelece rígidas hierarquias pretensamente naturais, ela pode ser utilizada para produzir novos consensos e mobilização social, possuindo, portanto, “uma performatividade social” (RIVERA, 2010) que condiciona a percepção sobre o outro.

Tal formulação ideológica incide sobre a realidade social modificando-a segundo os interesses materiais e imateriais dos grupos ou das classes sociais dominantes e, como destaca Achille Mbembe (2018, p.27), “a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes”. No caso italiano, os dispositivos ideológicos sexistas e racistas alcançaram o terror extremo da promoção da “necropolítica” contra os corpos dos sujeitos subalternizados, especialmente as mulheres e os imigrantes.

O sexismo, por seu turno, compreendido como um dispositivo que mobiliza uma imagem inferiorizada das mulheres em relação aos homens, legitimando práticas discriminatórias, produziu no âmbito da cultura positivista “uma teoria orgânica da inferioridade feminina, fundada sobre a invenção de nexos psíquico-físicos” (BURGIO, 2012, p.91, tradução nossa)¹², análogos àqueles “construídos pelo discurso racista na invenção da ‘raça negra’” (BURGIO, 2012, p.91, tradução nossa)¹³, aproximando as mulheres da natureza, do mundo instintivo, da irracionalidade. Ainda que tal produção tenha sido desconstruída ao longo do tempo, seus efeitos ainda se fazem sentir de forma mais ou menos explícita e incidem diretamente sobre as representações contemporâneas acerca do papel das mulheres (SCOTT, 1995). Nesse sentido, o sexismo opera com um caráter análogo ao do racismo na medida em que cria o gênero feminino em função da dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

Na Itália, as populações racializadas variam ao longo do tempo, implicando em tratamentos diferenciais, de modo que o racismo contemporâneo naturaliza as

¹¹ “la razza è una categoria immaginaria applicata a gruppi umani reali” (RIVERA, 2010, p.03).

¹² “una teoria organica dell’inferiorità femminile, fondata sull’invenzione di nessi psico-fisici” (BURGIO, 2012, p.91).

¹³ “costruiti dal discorso razzista nell’invenzione della ‘razza negra’” (BURGIO, 2012, p.91).

diferenças sociais, culturais, religiosas, concebidas como absolutas, a-históricas, imutáveis, ao passo em que este neorracismo se vincula ainda com o sexismo, estabelecendo um sistema de desigualdades jurídicas, econômicas e sociais e uma pluralidade de estratégias de exclusão que recaem especialmente sobre as mulheres (RIVERA, 2010). Mas se a população racializada, na Itália, varia ao longo do tempo, podemos observar que a violência contra as mulheres também é instrumentalizada com finalidade política: ainda que agressões contra as mulheres sejam transversais, que independam de status, classe e nacionalidade, ocorrendo em múltiplos espaços sociais, o tema da violência masculina sobre as mulheres recebe grande ênfase quando os protagonistas são os homens estrangeiros, reforçando, assim, os discursos que imputam a incivilidade, a barbárie ao sujeito estrangeiro, sobretudo de origem árabe e africana, como se a violência sexista e misógina constituísse uma característica ontológica destes sujeitos. As campanhas políticas e midiáticas ignoram sistematicamente que a violência sexista na Itália é endêmica, ao passo em que o país ocupa a 84º posição em uma lista de 128 países nos quais a violência contra a mulher alcança níveis elevados, abaixo de países como Filipinas (6º), Sri Lanka (15º) e África do Sul (20º). Contudo, a etnicização do estupro e da violência contra as mulheres, de modo geral, são funcionais ao racismo e são assim representados na mídia, nos discursos políticos e populares.

Raça e sexo remetem, neste contexto, ao discurso que avalia os seres humanos como grupos naturais, reificados e transformados em coisas (COROSSACZ, 2013), funcionando sobre o mesmo mecanismo de atribuição de um local social a partir de elementos que essencializam o grupo, de modo que aquilo que torna comum o racismo e o sexismo não é o fato de serem duas formas de opressão ou de violência, mas o fato de que estas formas de opressão são vistas como o êxito inevitável de uma diferença natural entre os grupos (COROSSACZ, 2013; SARACENO, 2016).

Contudo, apesar de tal articulação, prevalece no país uma dificuldade histórica em admitir tanto a existência do racismo, que se fundamenta no mito do italiano “brava gente”, supostamente não maculado pela experiência colonial, quanto a existência do sexismo e do machismo, profundamente arraigados na sociedade italiana (RIVERA, 2010; COROSSACZ, 2013; SARACENO, 2016). Predomina o entendimento de que uma igualdade formal é suficiente para garantir uma sociedade não sexista, imputando ao **outro**, particularmente ao estrangeiro, o lugar do mundo “incivilizado, pré-moderno”, marcado pela violência sistemática contra as mulheres, **racializando** o sexismo.

Paradoxalmente, ainda que os expoentes políticos membros da Liga evoquem a racialização do sexismo (RIVERA, 2010), uma das primeiras medidas de Matteo Salvini ao assumir o cargo de Ministro do Interior foi afirmar, em seu primeiro discurso ministerial, que havia estabelecido duas prioridades políticas em nome de seu projeto de “revolução do bom senso”: a luta contra a imigração e a proteção da

família formada “por uma mãe e um pai”. Salvini evoca reiteradas vezes o espectro daquilo que denomina de “ideologia de gênero”, buscando bloquear qualquer empreendimento político, jurídico ou cultural que defenda a desnaturalização da ordem sexual¹⁴, mobilizando, simultaneamente, uma onda populista de pânico moral em torno da criança a ser protegida (GARBAGNOLI, 2018) e do papel social esperado e atribuído às mulheres: reprodutora, mãe, esposa, restrita ao espaço doméstico e à vida privada.

Figura 1: Propagandas do Forza Nuova (Imagem 1), Lega Nord (Imagens 2 e 3).



Fonte: Páginas oficiais dos Partidos Forza Nuova no Facebook e Lega Nord no Twitter; Twitter Massimiliano N Romeo, Lega Nord.

Os discursos e estratégias políticas mobilizados por Salvini e demais membros da Liga, bem como de outros partidos de extrema direita, pretendem endurecer e renaturalizar as fronteiras raciais e sexuais (GARBAGNOLI, 2018). Nesse sentido, os diversos casos cotidianos de ofensas verbais, agressões físicas, discriminações e racismo, que crescem no ritmo das devastadoras crises econômicas e políticas, expressam as conexões entre os fenômenos do populismo político, da imigração em massa e do avanço do racismo e da misoginia na sociedade italiana. A investigação de tais fenômenos sociais através das manifestações estéticas e políticas produzidos pela Liga revela a presença de novos dispositivos de desumanização das minorias e sua paralela transformação política em não-pessoa e inimigo (DAL LAGO, 2004; BURGIO, 2001, 2012).

Trata-se de um dilema que acompanha o curso da modernidade, conforme apontou o jurista italiano Antonio Cassese (2005) acerca do declínio dos direitos humanos e da difusão do nacionalismo agressivo e violento que, novamente, produz a construção social do outro que não sendo reconhecido como humano em sua plenitude, é transformado em inimigo. Contudo, é muito importante compreendermos como a utilização política da linguagem do ódio (*hate speech*) foi

¹⁴ Emblemático nesse sentido é o caso do filósofo político italiano Stefano Rodotà. Candidato à Presidência da República Italiana em 2013, foi violentamente atacado por seus opositores, especialmente da Liga, em função de sua longa defesa pública dos direitos para os grupos sociais discriminados e minoritários na Itália: mulheres, homossexuais, família homoafetiva, estrangeiros.

capaz de promover, em um curto espaço de tempo, duas profundas transformações na realidade social: a neutralização nos indivíduos e cidadãos do pudor e da vergonha que até pouco tempo coibia e impedia as manifestações verbais da discriminação, da xenofobia e do racismo e a destruição da memória histórica e política construída na segunda metade do século XX que, após a revelação da violência extrema do fascismo e do nazismo, forjou os pilares dos direitos humanos fundamentais e dos direitos sociais e econômicos: o direito à identidade e à liberdade, o respeito e a dignidade existente em toda vida humana (RODOTÀ, 2012).

As agressões racistas e sexistas contra as mulheres imigrantes

As mulheres imigrantes, sobretudo aquelas de origem africana, latina e árabe, sofrem ataques constantes que evocam o repertório do passado colonial e as representações racistas acerca dos corpos das mulheres negras. Tornou-se comum no discurso popular, por exemplo, a substituição da palavra “prostituta” pela palavra “nigeriana”, ao mesmo tempo em que a mídia difunde imagens com o objetivo de reforçar uma suposta “hipersexualidade” das mulheres de origem africana (ANGEL-AJANI, 2000) difundindo ainda imagens relativas a uma espécie de “super fertilidade” das mulheres estrangeiras para barrar o direito à reunificação familiar e criticar as políticas sociais que supostamente privilegiariam os filhos de migrantes em detrimento dos nativos.

Outro aspecto importante que evidencia “um formidável exemplo de racismo e sexismo institucional”¹⁵ (PETTENÒ, 2011, p.539, tradução nossa) pode ser observado na ausência de referência às violências sofridas pelas mulheres migrantes nos relatórios governamentais, sobretudo aquelas que são levadas à prostituição, como demonstrado, entre outros, no *Rapporto sulla criminalità in Italia* elaborado pelo Ministério do Interior em 2007. O relatório desconsidera as violências sofridas pelas prostitutas de origem estrangeira, considerando apenas as violências cometidas contra as mulheres italianas, uma vez que “a grande maioria dos clientes é branca e italiana enquanto a grande maioria das mulheres prostituídas é ‘de cor’ e imigrada, de modo que aquilo que se consoma a cada noite nas ruas italianas é um verdadeiro estupro étnico de massa”¹⁶ (PETTENÒ, 2011, p.539, tradução nossa).

Em seus estudos sobre migrações e gênero em Portugal e Itália, a antropóloga Adriana Piscitelli (2008) afirma que as imigrantes de origem latina, em especial as brasileiras, são racializadas como **mulatas** e, assim, sexualizadas, como corpos

¹⁵ “*formidabile esempio di razzismo e sessismo istituzionali*” (PETTENÒ, 2011, p.539).

¹⁶ “*siccome la stragrande maggioranza dei clienti è bianca e italiana mentre la grande maggioranza delle donne prostitute è ‘colorata’ e immigrata, quello che si consuma ogni notte sulle strade italiane è un vero e proprio stupro ‘etnico’ di massa*” (PETTENÒ, 2011, p.539).

disponíveis, erotizados. A figura da mulata, de acordo com a célebre análise de Lélia González (2019), representa não apenas o mito da democracia racial, mas “exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”, já que o outro lado da sexualização se materializa no cotidiano dessas mulheres, quando ocupam os lugares subalternos. Para González (2019, p.242), esses dois aspectos implicam doses extremas de agressividade, de modo que “os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito”, a depender da ótica a partir da qual são vistas. Na Itália, o discurso colonial que apresentou historicamente as mulheres das ex-colônias como hipersexualizadas ainda é mobilizado, e as mulheres imigrantes são associadas também ao mercado do sexo, à prostituição, ao corpo que pode ser consumido, dando lugar às múltiplas formas de violência, físicas e simbólicas.

Exemplo da materialização destas formas de violência ocorreu na cidade de Trento, norte da Itália e fronteira com a Áustria. Tradicionalmente, no mês de maio ocorre a festa popular que celebra as ações dos Alpinos, um corpo militar montanhês de defesa das fronteiras do norte da Itália, na qual são lembradas as batalhas na Primeira Guerra Mundial. No curso das festividades ocorridas em maio de 2018, diversas mulheres sofreram desrespeitos, abusos, violências físicas, agressões verbais, tentativas de estupro. Em Trento, estes casos possuem um elemento extremamente importante, relatado por mulheres que estavam trabalhando nas cantinas e hospedagens como garçonetes e camareiras. Na página do Facebook “Nem uma a menos Trento”, diversas jovens relataram que sofreram violências físicas e verbais, dentre elas, uma jovem garçonne morena que testemunhou e sofreu as seguintes agressões no bar em que trabalhava: “estes negros de merda”, “não sou racista, mas...”, “que voltem todos para suas casas”, “mataria todos”, “tire as tetas para fora”, “bela gostosa venha aqui”, “que bela morena, faça-me uma chupeta”, “não quero ser servido por uma marroquina” e sintetizou as agressões dizendo: “Me senti injustamente violentada e impotente, violentada pelos olhares, pelos comentários sexistas, pelas apalpadinhas, pela exotização do meu corpo transformado em objeto sexual, que desperta odores de violência tropical e nostalgias coloniais” (SCIUTO, 2018, n.p., tradução nossa)¹⁷.

É importante observar, como sustenta Nicoletta Poidimani (2009, p.07-08, tradução nossa), que “os velhos e experimentados dispositivos racistas e desumanizantes que se formaram justamente nos cinquenta anos da experiência colonial na África são reativados hoje sobre a pele de mulheres e homens migrantes, em nome da segurança”¹⁸. Enquanto no período colonial a posse do corpo das mulheres negras

¹⁷ “Mi sono sentita ingiustamente violentata ed impotente, violentata dagli sguardi, dai commenti sessisti, dalle palpatine, dal esotizzazione continua del mio corpo trasformato in oggetto sessuale che risveglia profumi di violenza tropicale, nostalgie coloniali” (SCIUTO, 2018, n.p.).

¹⁸ “vecchi e sperimentati dispositivi razzisti e de-umanizzanti che si formarono proprio nei cinquant'anni dell'esperienza coloniale in Africa si riattivano oggi sulla pelle di donne e uomini migranti, in nome della sicurezza” (POIDIMANI, 2009, p;07-08).

coincidia com a conquista colonial, este fato servia também como um instrumento eficaz de recrutamento das tropas. Na construção social do racismo italiano, o corpo das mulheres negras era associado à exploração sexual e ao corpo das mulheres brancas, italianas, era reservado o papel de proteção do sangue, de modo que, ao proclamar em 1936 o Império Italiano da África Oriental, Mussolini consolidou o racismo de Estado ao sancionar dispositivos jurídicos que demarcavam claramente a distância entre os cidadãos e os súditos, cabendo às mulheres italianas a defesa do patrimônio genético da raça, sob o risco de serem rebaixadas ao papel de súditas no caso de envolvimento com os colonos. Estes dispositivos jurídicos que pressupunham a não-mistura buscavam também expropriar as mulheres do controle sobre sua própria fecundidade, sendo consolidados na defesa do *ius sanguinis* (POIDIMANI, 2013). Da hipersexualização e das representações das mulheres negras como metáfora de um corpo-território a ser dominado, se passa paulatinamente à criminalização das relações mistas e à animalização das mulheres africanas.

Assim, a referência ao passado a partir de um olhar para o presente permite compreender como o papel atribuído às mulheres nativas e estrangeiras durante o período colonial e o império fascista ainda ecoa nas relações sociais no país, uma vez que a mentalidade racista e patriarcal contribuiu para uma espécie de regime de segregação racial que não se restringe ao passado, uma vez que “quando não possuem os documentos em ordem, as mulheres imigrantes são corpos estranhos, invisíveis, fora das normas, sobre as quais o macho italiano reivindica o poder de abusar e que, uma vez explorada, devem ser expulsas ou confinadas”¹⁹ (SABELLI, 2012, p.147, tradução nossa).

A racialização do sexismo

No contexto das múltiplas formas de mobilização do sexismo e da violência de gênero, é sintomático o nexos entre as medidas legislativas antiestupro, a instrumentalização do corpo feminino e o racismo direcionado à população migrante. Em 2009, por exemplo, no quadro da difusão de uma série de medidas emergenciais adotadas pelo governo italiano no “*Decreto Segurança*”, foi promulgada a “emergência estupro”, estabelecendo que as mulheres italianas precisavam ser defendidas dos “imigrantes estupradores”, nada falando a respeito da violência promovida pelos autóctones. Em mais uma medida populista, o primeiro ministro Silvio Berlusconi, com apoio da Liga Norte, sancionou normas e “Medidas urgentes em matéria de segurança pública e combate à violência sexual” que previam a

¹⁹ “quando non hanno i documenti in regola, le donne immigrate sono corpi estranei, invisibili, fuori dalla norma, su cui il maschio italiano rivendica il potere di abusare e che, una volta sfruttati, devono essere espulsi o confinati” (SABELLI, 2012, p.147).

expulsão de imigrantes, vinculando a violência sexual ao controle do território. Neste dispositivo ficou evidenciado o uso instrumental da violência de gênero e do corpo feminino para legitimar os instrumentos securitários, no mesmo momento em que se alterou a *Legge Merlin*, que transformou em crime a prostituição. No cenário da racialização do sexismo, são difundidas inúmeras imagens, panfletos e cartazes virtuais, não apenas estigmatizando os imigrantes como estupradores em potencial, mas igualmente evocando o passado fascista, como podemos observar abaixo:

Figura 2: Imagens estigmatizando os imigrantes como estupradores em potencial



Fonte: Disponível em: <http://www.liberoquotidiano.it/news/italia/13227508/forza-nuova-manifesto-stupri-fascismo-razzismo-repubblica-sociale-italiana.html>.

A primeira imagem é uma adaptação de um cartaz produzido durante o fascismo, baseado numa iconografia habitual dos colonos, hoje representados pela figura do imigrante. Se a mulher estrangeira aparece como aquela disponível aos nativos, os homens estrangeiros, por sua vez, representam os corpos ofensivos, que trazem risco às mulheres da nação, reforçando a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas, uma vez que seriam mais frágeis. A permanente ameaça ao corpo da mulher branca é utilizada tanto para legitimar o racismo contra os imigrantes quanto a própria ideia do risco evoca elementos importantes do fascismo e de discursos racistas de matriz colonial, como a necessidade de proteção da raça (estabelecida juridicamente durante o governo Mussolini) e a atribuição aos corpos negros de uma força instintiva que os impediria de conter as pulsões sexuais, de modo que o problema da violência sexual converte-se em um problema da segurança do território.

O uso do pronome possessivo é extremamente revelador da fortíssima mentalidade machista, patriarcal e patrimonial, que se sente ameaçada pela presença de outros homens. Como afirmou a socióloga italiana Chiara Saraceno, os movimentos anti-imigração e anti-islamismo e os partidos da nova direita, são “pouco ou nada sensíveis às moléstias e agressões que as mulheres europeias e ocidentais sofrem em seus próprios países (uma sobre três, segundo os últimos dados de Eurostat)”²⁰

²⁰ “poco o per nulla sensibile alle molestie e aggressioni che le donne europee e occidentali subiscono nei propri Paesi (una su tre, secondo gli ultimi dati Eurostat)” (SARACENO, 2016a, n.p.).

(2016a, n.p., tradução nossa), mas levantam suas vozes quando tais agressões são cometidas por estrangeiros.

A Liga e os casos Cécile Kyenge e Laura Boldrini

Tullio de Mauro (2017), o famoso linguista italiano do século XX, no relatório intitulado *Palavras para ferir*, solicitado por Laura Boldrini na Comissão “Jo Cox” sobre a intolerância, a xenofobia, o racismo e os fenômenos de ódio²¹, elencou a imensa variedade de palavras de ódio (*hate speech*) disseminadas na cultura italiana contemporânea e dirigidas para as pessoas, grupos e classes identificados como ameaçadores, inferiores e perigosos. Muitas das palavras elencadas por De Mauro (2017) compõem a linguagem política da Liga desde a sua fundação até o recente sucesso eleitoral. Para o linguista Giuseppe Antonelli (2017, p.77, tradução nossa), a “vulgar eloquência” da linguagem política contemporânea comporta estereótipos negativos, insultos e desprezos que “de Bossi a Salvini, de Berlusconi a Grillo, é sempre mais presente e frequente o uso da palavra obscena” que “não somente foi inflacionada, mas está quase institucionalizada”²². A força das palavras obscenas e vulgares do discurso político populista atinge as emoções, os sentimentos, as pulsões profundas dos indivíduos, ao mesmo tempo, que mobiliza a percepção e o intelecto dos cidadãos em direção dos inimigos internos e externos apontados como culpados pelas crises que assolam a sociedade italiana.

No curso das graves crises econômicas, políticas e culturais que a Itália atravessava após 2008 e 2010, que resultaram na destituição de Berlusconi do cargo de premiê, os governos ocupados por atores técnicos e políticos promoveram diversas reformas, dentre elas, no governo de Enrico Letta (de abril de 2013 a fevereiro de 2014) a nomeação de Cécile Kyenge para ocupar a pasta ministerial da Integração. O governo Letta buscava promover duas mensagens políticas em meio aos gravíssimos acontecimentos diários de imigrantes afogados no Mar Mediterrâneo, desembarque contínuo de novos imigrantes, acirramento da xenofobia, do racismo e do sexismo: a nomeação de uma mulher e de uma mulher de cor de pele negra. A nomeação de Kyenge foi alvo imediato de manifestações preconceituosas e racistas por membros da Liga Norte, seja na forma de comentários nas postagens em seus sites, seja na forma de charges e pôsteres usados imediatamente como propaganda política.

²¹ Trata-se da primeira comissão realizada na União Europeia após o brutal assassinato da Deputada britânica Jo Cox em 16/06/2016 por um britânico devido às posturas a favor da imigração e dos direitos humanos fundamentais.

²² “*volgare eloquenza*”; “*da Bossi a Salvini, da Berlusconi a Grillo, il turpiloquio è diventato sempre più presente e frequente*” e “*non solo inflazionato, ma quasi istituzionalizzato*”(ANTONELLI, 2017, p.77).

Um pôster, em especial, merece atenção pela construção semântica e simbólica que, utilizando a expressão “Se isto é um ministro...”, modifica o título de Primo Levi “*Se questo è un 'uomo*”, no qual testemunhava os horrores do nazismo escrito pelo sobrevivente de Auschwitz. A utilização do título do livro que narrava os processos de desumanização sofridos pelos judeus, comunistas, eslavos, ciganos, homossexuais, dissidentes políticos expressa duas importantes manifestações políticas dos partidos da nova direita que compõem a extensa família do populismo contemporâneo: a destruição do passado e a neutralização do fascismo e do nazismo pelo revisionismo e pela relativização.

O título do cartaz também visava expor ao vexame a Ministra Kyenge que supostamente seria conivente com a clandestinidade, outra palavra que é neutralizada historicamente (os seres humanos que tiveram que viver na clandestinidade para sobreviver às leis raciais e à solução final do nazismo) e transformada pela semântica populista na figura do imigrante “ilegal”, aquele que supostamente se esconde para poder agir de forma delinquente, perigosa, ameaçadora no cotidiano das cidades italianas. A criminalização da condição de imigrante sem documentos, sempre mais distante da possibilidade de conseguir obter o direito de asilo e o acesso à cidadania pelas sucessivas leis italianas, gerou a condição de clandestinidade que afeta a vida de milhares de pessoas na Europa desde a década de 1990.

O cartaz visa atingir os “instintos e as pulsões primárias”²³ (ANTONELLI, 2017, p.8, tradução nossa) dos italianos e produzir uma mentalidade sempre mais avessa às figuras dos imigrantes e dos políticos que defendem seus direitos. A palavra de ordem “A clandestinidade é um crime!” foi e é um dos slogans repetidos permanentemente pelas lideranças políticas da Liga.

Figura 3: Pôster da Lega Nord



Fonte: Site oficial da Lega Nord no Facebook

²³ “*istinti e alle pulsioni primarie*” (ANTONELLI, 2017, p.08).

Para Antonelli (2017), a linguagem política do populismo é caracterizada pelos seguintes elementos: a agressividade linguística que impossibilita o diálogo entre os grupos sociais; o aumento da distância entre as palavras e os fatos; a proliferação das frases feitas e breves, os slogans de alto impacto emotivo; o abuso do uso de palavras de uma ou duas sílabas, as promessas fabulosas de retorno à vida e ao status perdidos, o desrespeito e desprezo das outras forças políticas e pela agressividade e violência verbal, a discriminação e construção da figura do inimigo. A substituição do argumento e da ideia pela emoção produz uma língua política grosseira, simplista e agressiva que paralisa o debate político e promove o processo “des-democratização” da sociedade (BROWN, 2015).

Nesse contexto, o ponto extremo da linguagem política xenofóbica, racista e misógina ocorreu em 13 de julho de 2013, quando o Senador Roberto Calderoli, um dos políticos mais expressivos da Liga, em uma festa partidária, afirmou que “quando a vejo (Kyenge) não consigo deixar de pensar em um orangotango” (URBINATI, 2013, n.p., tradução nossa)²⁴. A imediata repercussão da frase e os inúmeros protestos das forças sociais e políticas resultaram no pedido de desculpas à Ministra que, não obstante, protocolou a queixa de falta de decoro do Senador, cujo processo não resultou em sua cassação pelos senadores italianos, dado o argumento de que a frase não fora pronunciada no Senado e sua opinião não estaria vinculada com sua função de senador. A negligência e conivência política em absolver Calderoli em 2015 não é pior do que a justificativa do Senador em 2013: tratava-se de uma “piada”, como aquela que as pessoas dizem no bar, nos encontros de família.

Lynda Dematteo (2011) em seu estudo acerca da Liga intitulado *L'idiota in politica. Antropologia della Lega Nord*, demonstra que o artifício dos atores políticos do partido em pronunciar ofensas, grosserias, vulgaridades, frases racistas e, posteriormente, afirmar que se tratava de uma mera piada, foi amplamente utilizado para subverter os códigos de conduta e moralidade da política tradicional e para promover ofensas a determinados atores políticos que rendiam amplos dividendos políticos nos eleitores conservadores. O uso da linguagem obscena e vulgar das piadas serve para efetuar a identificação plena e imediata entre o líder político e os indivíduos e cidadãos: falam e pensam da mesma forma, utilizando as mesmas palavras que a pessoa comum diz no “bar, no armazém, na barbearia, no círculo esportivo, no estádio, na praça, onde no domingo senta para conversar com os amigos” (TARCHI, 2015, p.251, tradução nossa)²⁵.

Cécile Kyenge foi e continua sendo utilizada pelos políticos da Liga como alvo de agressões e vulgaridades, violências verbais e ameaças físicas. Simboliza o corpo que ameaça o machismo em seus principais espaços tradicionalmente

²⁴ “quando la vedo non posso non pensare a un orango”(URBINATI, 2013, n.p.).

²⁵ “il bar, il circolo sportivo, lo stadio, la piazza dove la domenica ci si ferma a chiacchierare con gli amici” (TARCHI, 2015, p.251).

exclusivos de prestígio e poder: a profissão e a política. A visibilidade que alcançou como Ministra de duas pastas, deputada e eurodeputada, gerou a reação violenta da Liga e a reprodução das palavras de Calderoli nas postagens de diversos simpatizantes que continuam chamando-a de orangotango, prostituta e lançam bananas em suas manifestações públicas (MENGISTE, 2013; URBINATI, 2013).

A atuação de Laura Boldrini como Alta Comissária para os Refugiados da Organização das Nações Unidas entre 1998 e 2012, quando proferiu diversas críticas e acusações à Itália governada por Berlusconi e pela Liga também fez com que fosse alvo de densas manifestações agressivas promovidas sobretudo por atores políticos do partido, especialmente por Matteo Salvini. Boldrini representa a luta que envolve o domínio e a hegemonia masculina sobre o corpo e a vida das mulheres, e assim tem sido o alvo preferencial das *fake News* produzidas e divulgadas pela Liga e seus apoiadores. Uma das manifestações mais extremas de Salvini acerca da figura pública e do papel profissional e político de Laura Boldrini ocorreu em um comício da Liga Norte em julho de 2016 na cidade de Soncino quando, chamando a atenção do público, afirmou: “há uma sósia de Boldrini aqui” (LA REPUBBLICA, 2016, n.p., nossa tradução)²⁶ e um correligionário levantou uma boneca inflável utilizável para fins sexuais. Salvini pega a boneca e questiona o público: “O que devemos fazer com Boldrini?”, ao que a plateia responde, enfaticamente “Estupra, estupra”. A manifestação de Salvini contém uma evidente conexão entre o machismo, o sexismo e a misoginia, bem como a defesa do estupro como violência corretiva e necessária por Boldrini não ocupar o lugar que a ela seria destinado, de acordo com o ideário masculinista de Salvini e seus correligionários.

Figura 4: Cena do comício da Liga Norte em julho de 2016 na cidade de Soncino e reação no Twitter.



Fonte: Imagem 1: La Repubblica. Imagem 2: Twitter Claudio Messoria

²⁶ “C’è la sosia di Boldrini qui” (LA REPUBBLICA, 2016, n.p.).

Trata-se do mesmo mecanismo político utilizado por Calderoli na identificação de Kyenge ao orangotango: a utilização da piada, do escárnio e da palavra de ódio como forças semânticas que negam a política baseada em argumentos e ideias, a construção de discursos eruditos e afirma uma nova forma de manifestação estética da política: a linguagem simples e direta que não tem receio e medo de chamar “pelo nome e sobrenome os inimigos” e para eles “endereço os humores polêmicos” (TARCHI, 2015, p.149, tradução nossa)²⁷. A boneca inflável representa Laura Boldrini como uma prostituta²⁸, uma palavra recorrente nas respostas dos seguidores do Twitter de Matteo Salvini, quando o líder faz profundas críticas às suas ações, ideias e posicionamentos políticos vinculados à imigração, aos direitos humanos fundamentais, aos direitos sociais e econômicos.

Para o líder da Liga, Laura Boldrini representa a defensora dos imigrantes e a traidora dos italianos, aquela que pretende promover a negação das tradições culturais e da identidade italiana e substituí-las por valores e tradições dos imigrantes africanos. As afirmações dicotômicas e maniqueístas de Salvini são frequentemente repetidas pelos seguidores do Twitter, como, por exemplo, na resposta à seguinte postagem de Salvini:

Não é “imigração”: é INVASÃO, é ocupação militar, econômica, cultural e demográfica. E os cúmplices desta tentativa de SOSTITUZIONE ÉTNICA, quando eu estiver no governo, serão processados e pagarão, com o próprio bolso. Boldrini irá me denunciar? Que se dane! #stopinvasão (Twitter Salvini, 26 de Julho de 2017, tradução nossa)²⁹.

Nos comentários dos seguidores podemos observar como a linguagem política construída através de estereótipos negativos, igualmente obscena e vulgar, agressiva e hostil, está profundamente vinculada com a opinião manifesta pelos cidadãos-seguidores:

- Virginia @Virgini87207398 in resposta a @matteosalvinimi: Temos que nos libertar dessa possuída pelo demônio.

²⁷ “per nome e cognome nemici” e “indirizzare gli umori polemici” (TARCHI, 2015, p.149).

²⁸ Evento similar ocorreu com a capitã alemã Carola Rackete, em junho 2019. No comando de uma embarcação de resgate de imigrantes, Carola foi recebida com insultos sexistas ao desembarcar na Itália, aos gritos de “prostituta”, “cadela”, “Spero che ti violentano sti negri. A quattro a quattro te l'hanno da infilare. Devi andare in galera”, entre outros. Seu crime foi defender os imigrantes da morte por inanição, e sua pena, de acordo com os correligionários da Liga, que a receberam, deveria ser o “estupro corretivo” (MIANITI, 2019, n.p.).

²⁹ “Non è “immigrazione”: è INVASIONE, è occupazione militare, economica, culturale e demografica. E i complice di questa tentata SOSTITUZIONE ETNICA, quando sarà al governo, saranno processati e pagheranno, do tasca loro. La Boldrini mi denuncerà? Chi se ne frega! #stopinvasão”.

- MbBgt65 luigi @MBgt65 in resposta a @matteosalvinimi: Ela será uma puta por toda a vida. 🤩🔥🔥🔥
- Cocci-nella @Cocci1309 in resposta a @matteosalvinimi: Matteo, força contra esta prostituta que representa 3% dos italianos!!!
- Virginia @Virgini87207398 in resposta a @matteosalvinimi: “Não é somente uma ofensa, mas com as suas contínuas declarações pró-imigrante e anti-italianos representa um perigo público: DEVE SER ELIMINADA”.
- Francesco Bartolomei @frances_bart in resposta a @matteosalvinimi: “denuncia a jornalista comunista boldrini. Alguem que em um país normal já estaria na prisão ou em um instituto psiquiátrico.
- Alessandro Tamanini @AlessandroTama4 in resposta a @matteosalvinimi: “Boldrini pode ir se foder” (tradução nossa).³⁰

O não reconhecimento de Matteo Salvini da ação profissional e política de Boldrini abrange as mais diversas esferas. Respondendo à pergunta acerca de Laura Boldrini para a Rádio Padania em 2015, Salvini afirmou que se trata da “pior presidente da Câmara da história” e que é “o nada feito mulher”³¹, que se comporta como “racista com os italianos”³². As posições públicas assumidas por Boldrini no combate à política do medo e do alarmismo, da xenofobia e do racismo contido na Liga e em outros movimentos e partidos da nova direita e, sobretudo, a defesa dos direitos humanos fundamentais dos imigrantes, da política de acolhimento digna e respeitosa, da aplicação dos direitos sociais e econômicos aos imigrantes que obtiveram a cidadania e a defesa do direito ao *jus solis* como Presidente da Câmara dos Deputados foram alvos não apenas de duras críticas de Salvini em suas postagens no Twitter e Facebook, como produziram muitas ameaças à sua vida e de seus familiares que foram e são ainda hoje dirigidas por simpatizantes da Liga.

³⁰ Comentários em resposta ao tweet de Matteo Salvini de 26 de Julho de 2017:

“Virginia @Virgini87207398 in resposta a @matteosalvinimi: Liberiamoci di questa invasata...”

- MbBgt65 luigi @MBgt65 in resposta a @matteosalvinimi: LEI RIMANE UNA ZOCCOLA A VITA! 🤩🔥🔥🔥

- Cocci-nella @Cocci1309 in resposta a @matteosalvinimi: Matteo forza contro questa paracula cfr rappresenta il 3% degli italiani !!!

- Virginia @Virgini87207398 in resposta a @matteosalvinimi: Non è solo un'offesa..ma con le sue continue esternazioni pro-immigrati e contro gli italiani rappresenta un pericolo pubblico: VA ELIMINATA.

- Francesco Bartolomei @frances_bart in resposta a @matteosalvinimi: denuncia la giornalista comunista boldrini. Una che in un paese normale sarebbe già finita in galera o in istituto psichiatrico.

- Alessandro Tamanini @AlessandroTama4 in resposta a @matteosalvinimi: La Boldrini può andare a farsi fottere).

³¹ “il peggior presidente della Camera della storia” e “il nulla fatto donna” (LA REPUBBLICA, 2015, n.p.)

³² “razzista con gli italiani”. Postagens de Matteo Salvini no Facebook e no Twitter em 26/07/2016.

Conclusão

A força semântica e simbólica contida na linguagem e no discurso político populista não apenas capta com crescente sucesso a atenção dos cidadãos expostos à vulnerabilidade e à incerteza, ao medo pela queda do nível de vida e às transformações do modo de vida (REYNIÉ, 2013), mas produz a construção social dos novos mecanismos de desumanização e discriminação. No início do século XXI, os slogans e as imagens políticas promovem novos processos sociais de negação da existência humana nos grupos e classes subalternos e minoritários. A linguagem vulgar e agressiva ativa energias pulsionais e estimula a ação verbal e física de desrespeito e vexame tanto para pessoas que não são reconhecidas como plenamente humanas e identificadas como ameaçadoras e perigosas à ordem da comunidade nacional orgânica e homogênea. A presença do outro – a mulher livre, a imigrante, o imigrante, o homossexual, o bissexual, o transexual – incomoda profundamente a figura do homem branco e dos seus tradicionais privilégios e papéis em todos os espaços sociais.

Não estamos apenas presenciando uma radical passagem de época em direção àquilo que não é ainda, como afirmava o sociólogo alemão Ulrich Beck (2001) em suas análises da modernidade radicalizada, mas também estamos testemunhando a articulação de forças sociais e políticas que promovem uma ampla negação das conquistas sociais criadas com liberdade e justiça social da democracia moderna e do Estado Social. Na avançada contrarrevolução em curso na Europa e no mundo, a Itália representa um dos países no qual os fenômenos morbosos da época do *interregno* – o termo usado por Gramsci (2000) para expor a dura passagem de época quando as forças velhas estão em processo de morte e as novas forças não conseguem atingir a hegemonia – são sempre mais cotidianos: o aumento da violência contra a mulher na casa e nos espaços públicos e profissionais, a disseminação do discurso e do crime de ódio contra as mulheres e homens imigrantes, a proliferação da linguagem política obscena e cínica, a difusão do racismo, da xenofobia e da misoginia nas redes sociais.

No curso da modernidade, os avanços e as conquistas alcançadas pelos grupos e classes sociais subalternos tendem a sofrer um processo político de reação e desemancipação, promovido pelas forças sociais que desejam manter ou aumentar o acúmulo de privilégios, direitos, bens e poder. De fato, “nem toda noite termina na aurora”, como buscava apontar dialeticamente Stanislaw Jeryz Lec (2001) sobre a força da noite em promover a eliminação da existência de novas formas de identidade e relacionamentos, valores e ideias, organizações e instituições na nova ordem mundial.

O que buscamos demonstrar, ao longo desta exposição, é que no cenário contemporâneo, o debate público sobre a imigração na Itália concentra as mais

diferentes formas de articulação do sexismo, do racismo e da violência de gênero. Fica evidente, portanto, que os corpos das mulheres e, em especial, das mulheres migrantes, é instrumentalizado, mesmo quando isto é feito sob a escusa da “proteção das mulheres” do risco de um suposto ataque do corpo estrangeiro. Em todos os exemplos mobilizados e aqui analisados, observamos que o corpo feminino que não se enquadra no ideário construído pelos atores da extrema direita, como a Liga e a Forza Nuova, é submetido a variadas formas de violência, físicas e simbólicas, com profundos impactos ao nível individual e social. Compreender, portanto, as políticas e discursos públicos sobre imigração passa necessariamente pela articulação dos diferentes marcadores sociais envolvidos, em especial raça, gênero, classe e pertencimento nacional.

BODIES THAT THREATEN, INSTRUMENTALIZED BODIES: RACE AND GENDER IN THE PUBLIC DEBATE ON IMMIGRATION IN ITALY

ABSTRACT: *The public debate on immigration in Italy has been marked, since the 1990s, by the link between popular racism and institutional racism, as well as by various expressions of sexism. Voices clashing with the ongoing security paradigm have been a constant target of attacks from both social movements on the right wing as well as from political parties and exponents, the preferred target of these attacks being women who occupy prominent political positions and act for the fundamental rights of immigrants, such as Laura Boldrini and Cécile Kyenge. Migrant women have also been the target of xenophobic and racist speeches and practices, linked to misogyny and sexism. Thus, the objective of this article is to analyze the multiple forms of mobilization of racism, sexism and the instrumentalization of gender violence, pointing to the construction of stereotypes about bodies considered dangerous in the public debate on immigration in Italy.*

KEYWORDS: *Racismo. Gender violence. Immigration. Italy.*

CUERPOS AMENAZANTES, CUERPOS INSTRUMENTALIZADOS: RAZA Y GÉNERO EN EL DEBATE PÚBLICO SOBRE LA INMIGRACIÓN EN ITALIA

RESUMEN: *El debate público sobre la inmigración en Italia ha estado marcado, desde la década de 1990, por el vínculo entre el racismo popular y el racismo institucional, así como por diversas expresiones de sexismo. Las voces discrepantes*

con el actual paradigma de seguridad han sido un objetivo constante de los ataques tanto de los movimientos sociales de derechas como de los partidos y exponentes políticos, y el blanco preferente de estos ataques han sido las mujeres que ocupan puestos políticos destacados y actúan a favor de los derechos fundamentales de los inmigrantes, como es el caso de Laura Boldrini y Cécile Kyenge. Las mujeres migrantes también han sido objeto de discursos y prácticas xenófobas y racistas, articulados con la misoginia y el sexismo. Así, el objetivo de este artículo es analizar las múltiples formas de movilización del racismo, el sexismo y la instrumentalización de la violencia de género, apuntando a la construcción de estereotipos sobre los cuerpos considerados peligrosos en el debate sobre la inmigración en Italia.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Violencia de género. Inmigración. Italia.

REFERÊNCIAS

ANGEL-AJANI, Asale. Italy's racial cauldron. Immigration, criminalization and the cultural politics of race. **Cultural dynamics**, vol.12, 2000, p.331-352.

ANTONELLI, Giuseppe. **Volgare eloquenza**. Come le parole hanno paralizzato la politica. Roma: Laterza, 2017.

BASSO, Pietro. (org.) **Racismo di stato**. Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli, 2011.

BECK, Ulrich e BECK-GERNSCHEIM, Elisabeth. **Individualization**. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequence. London: Sage, 2001.

BERCITO, Diogo. Partido de extrema direita rompe tabu do discurso do fascismo na Itália. **Folha de São Paulo**. Publicado em 02 de março de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/partido-de-extrema-direita-rompe-tabu-do-discurso-do-fascismo-na-italia.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**. Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

BURGIO, Alberto. **La guerra delle razze**. Roma: Manifestilibri, 2001.

BURGIO, Alaberto. **Il razzismo**. Roma: Ediesse, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.32, nº95, 2017, p.01-19.

CASSESE, Antonio. **I diritti umani oggi**. Roma: Editori Laterza, 2005.

COROSSACZ, Valeria. L'intersezione di razzismo e sessismo. Strumenti teorici per un'analisi della violenza maschile contro le donne nel discorso pubblico sulle migrazioni. **Rivista Antropologia**, vol.15, 2013, p.109-129.

DAL LAGO, Alessandro. **Non-persone**. L'esclusione dei migranti in una società globale. Milano: Feltrinelli, 2004.

DAL LAGO, Alessandro. **Populismo digitale**. La crisi, la rete e la nuova destra. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2017.

DE MAURO, Tullio. "Parole per ferire". Commissione "Jo Cox" sull'intolleranza, la xenofobia, il razzismo e i fenomeni di odio. **Camara dei Deputati**, 2017.

DEMATTEO, Lynda. **L'idiota in politica**. Antropologia della lega nord. Milano: Feltrinelli, 2011.

FERRAJOLI, Luigi. La criminalizzazione degli immigrati. Nota a margine della legge n.94/2009. **Questione Giustizia**, Franco Angeli: Roma, n.5, 2009, p.9-18.

FERRAJOLI, Luigi. **Poteri selvaggi**. La crisi della democrazia italiana. Roma: Laterza, 2011.

GARBAGNOLI, Sara. Italie: une contre-revolution raciste, sexiste e homophobe. **AOC** – Analyse, Opinion, Critique. 10/09/2018. Disponível em: <https://aoc.media/analyse/2018/09/10/italie-contre-revolution-raciste-sexiste-homophobe/>. Acesso em: 03 abr. 2019.

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Buarque de Hollanda, Heloísa (org). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Strangers in their own Land**. Anger and Mourning on the American Right. New York: The New Press, 2016.

HOOKS, Bell. **Feminist theory**: from margin to center. London: Routledge, 2014.

ILLOUZ, Eva. Le populisme émotionnel menace la démocratie. **Le Monde**, 25 /07/2017. Disponível em: http://www.lemonde.fr/festival/article/2017/07/25/eva-illouz-le-populisme-emotionnel-menace-la-democratie_5164585_4415198.html#00ZpPcHzYWwU6HJd.99. Acesso em: 03 abr. 2021.

LA REPUBBLICA. Salvini: "Boldrini, il nulla fatto donna". Solidarietà di Grasso: "Politica non si fa con offese". 11/04/2015. https://www.repubblica.it/politica/2015/04/11/news/salvini_boldrini_il_nulla_fatto_donna_solidarieta_di_grasso_politica_non_si_fa_con_offese_-111697950/. Acesso em: 23/04/2015.

LA REPUBBLICA. Salvini, bambola gonfiabile e offese alla Boldrini. "Sessismo indecente". Ma lui insiste, 25/07/2016. milano.repubblica.it/cronaca/2016/07/25/news/salvini_boldrini-144779884/. Acesso em: 09/08/2016.

LEC, Stanislaw Jerzy. **Pensieri spetinati**. Bologna: Tascabili Bompiani, 2001.

MASTROPAOLO, Alfio. **La mucca pazza della democrazia. Nuove destra, populismo, antipolitica**. Torino: Bollati Boringhieri, 2005.

MENGISTE, Maaza. Italy's racism is embedded. In **The Guardian**, 10/09/2013. www.theguardian.com/commentisfree/2013/sep/10/italy-racism-cecile-kyenge-abuse. Acessado em 05/10/2013.

MIANITI, Mariangela. Prima ti picchio poi mi perdono. **Il manifesto**. Edizione del 02.07.2019. Disponível em: <https://ilmanifesto.it/prima-ti-picchio-poi-mi-perdono/?fbclid=IwAR1tyrhV-Puk96mwHjWpAuuRO6njHs1sEx6xUZmj8Q9zgKSA5T4NjfkErZc>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PETTENÒ, Marco. Sulla violenza contro le immigrate e gli immigrati. In: BASSO, P. (org.) **Racismo di stato**. Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, **Sociedade e Cultura**, 11, 263-274, 2008.

POIDIMANI, Nicoletta. Ius sanguinis. Una prospettiva di genere sulla costruzione dell' "italianità" tra colonie e madrepatria. Seminario Sissco **Colonialismo e identità nazionale. L'oltremare tra fascismo e repubblica**, Cagliari 25-27, settembre 2013.

POIDIMANI, Nicoletta. **Difendere la "razza"**. Identità razziale e politiche sessuali nel progetto imperiale di Mussolini. Sensibili alle foglie, Roma: 2009.

REYNIÉ, Dominique. **Les nouveaux populismes**. Paris: Fayard, 2013.

RIVERA, Annamaria. **Regole e roghi**. Metamorfosi del razzismo. Bari: Dedalo, 2009.

RIVERA, Annamaria. **La bela, la bestia, l'umano**. Sessismo e razzismo senza escludere lo specismo. Roma: Ediesse Editore, 2010.

RODOTÀ, Stefano. **Il diritto di avere diritti**. Roma: Laterza, 2012.

SABELLI, Sonia. Sessualità, razza, classe e migrazioni nella costruzione dell'italianità. **Mimesis, percorsi di confine**. Vol. Percorsi di genere letteratura, filosofia, studi postcoloniali n. 5. 2012, p.139-156.

SALMON, Christian. **Storytelling**. La machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits. Paris: La Découverte, 2008.

SARACENO, Chiara. **Coppie e famiglie**. Non è questione di natura. Feltrinelli, 2016.

SARACENO, Chiara. La libertà delle donne. **La Repubblica**, 08/01/2016a. Disponível em: <http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2016/01/08/la-liberta-delle-donne30.html>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SCIUTO, Cinzia. Molestie e sessismo, se la “festa” degli alpini diventa un incubo per le donne. **MicroMega**. 10 mai 2018. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/micromega-online/molestie-e-sessismo-se-la-%E2%80%9Cfesta%E2%80%9D-degli-alpini-diventa-un-incubo-per-le-donne/>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

TARCHI, Marco. **Italia populista. Dal qualunquismo a Beppe Grillo**. Bologna: Il Mulino, 2015

URBINATI, Nadia. Fanno paura i neri che hanno potere. In **La Repubblica**, 30/07/2013. <https://ilmanifesto.it/fanno-paura-i-neri-che-hanno-potere/>. Acesso em: 12/08/2013.

Sítios eletrônico acessados e analisados

Twitter Matteo Salvini: twitter.com/matteosalvini

Site oficial da Liga: <http://www.leganord.org/>

Recebido em 15/03/2020.

Aprovado em 30/11/2020.

SUBALTERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DE UMA FAMÍLIA NEGRA NO OESTE PAULISTA

*Rogério da PALMA**
*Oswaldo TRUZZI***

RESUMO: Exploramos a trajetória de uma família formada no oeste paulista a partir da migração interprovincial de cativos na segunda metade do século XIX. Além de percorrer a bibliografia atinente, realizamos pesquisas em registros vitais e censitários, e também uma entrevista com um descendente da família. Argumenta-se que havia um caráter dúbio nas relações interpessoais tecidas por negros(as) com pessoas de posse durante o pós-emancipação. Se elas eram uma das únicas fontes de obtenção de recursos - materiais e simbólicos – para os afro-brasileiros egressos da escravidão, também traziam determinados ônus sociais, os quais, na grande maioria das vezes, estavam ligados às políticas de dependência constituintes dos jogos de poder que as controlavam. Concluímos pela existência de uma fronteira tênue separando escravidão e liberdade, possibilitando, nas interações entre (ex-)escravos e (ex-)senhores, a construção de múltiplas formas de subalternização e de relações de dependência.

PALAVRAS-CHAVE: Oeste paulista. Liberdade. Escravidão. Subalternização. Dependência.

Introdução

Somente com a cessação do tráfico negreiro, em 1850, a qual representou o término da principal fonte da mão de obra escrava, o fim do escravismo apresentou-se

* UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade de Paranaíba. Curso de Ciências Sociais. Paranaíba – MS – Brasil. 79500-000 - rpalma@uems.br. <https://orcid.org/0000-0002-9848-1791>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – truzzi@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0002-9046-5092>.

como algo a ser pensado de maneira definitiva e para um futuro não tão distante. No entanto, justamente durante esse período, a economia cafeeira se expandiu para o oeste paulista, ocasionando assim um aumento significativo na demanda por escravos. Foram as fazendas localizadas nessa região que se tornaram o principal eixo de exportação da economia brasileira durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Vale ressaltar que a produtividade da lavoura cafeeira se desenvolveu, pelo menos até a virada do século XIX para o século do XX, somente em quesitos como transporte, maquinário e organização comercial. No que diz respeito às técnicas produtivas a serem empregadas no plantio, cultivo e colheita do café, as fazendas de São Paulo mantiveram-se estagnadas durante todo esse período (COSTA, 1989). Somando-se a isso, o fato do café ser uma planta perene, que requer cuidados constantes durante o seu cultivo, exigiu inevitavelmente o emprego de grande quantidade de mão de obra. Sem muitas opções concretas, os fazendeiros optaram por prosseguir com a utilização de escravos.

A província de São Paulo começou a receber contingentes de população escrava, via comércio/tráfico transatlântico, já na primeira metade do século XIX, quando a lavoura canavieira prosperou. Com o advento da cafeicultura, após 1850, os fazendeiros recorreram a outras províncias escravistas para contar com mais escravos. O comércio interno de escravos cresceu, a partir de então, de forma exponencial. Centenas de milhares de cativos foram, novamente, arrancados dos lugares onde estavam fixados, principalmente províncias do Nordeste e de Minas Gerais, e trazidos para um destino que não conheciam. Estima-se que entre 200 e 250 mil escravos foram realocados para as províncias do Sudeste entre 1850 e 1888 (GRAHAM, 2002, SLENES, 2004).

Este artigo explora a trajetória de uma família de escravos formada a partir da migração interprovincial de cativos que se estabelece na segunda metade do século XIX para o oeste paulista. Tal trajetória é muito expressiva no que diz respeito à complexidade das relações sociais tecidas nos derradeiros da escravidão no país, em especial no estado de São Paulo. Conforme afirmou Robert Slenes (2004), o comércio interprovincial de cativos configurou-se como uma “arena política”, no sentido de que ele reformatou determinadas tensões. Os conflitos ocorridos nas lavouras paulistas após 1850 foram determinantes para o desmantelamento da escravidão (AZEVEDO, 2004).

Além desta breve introdução, o texto se estrutura em três seções, a primeira das quais contextualiza a vinda de uma escrava do interior da Bahia a São Carlos, um município que se emancipou de Araraquara em meados do século XIX em plena economia (açucareira e depois cafeeira) tocada a braço escravo, e que a partir da década de oitenta passou a receber um número muito significativo de imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana. Trata-se, portanto, de um local bastante privilegiado para se observar o impacto que a chegada de imigrantes exerceu sobre

a conformação do mercado de trabalho no pós-abolição, particularmente no que diz respeito às poucas alternativas de que pôde dispor a população negra. A partir da trajetória familiar analisada, descreve-se então as relações de gênero no contexto escravocrata, para em seguida se explorar como a situação dos negros antes e também após a abolição podia ser marcada por relações de tutela e dependência em relação a seus (antigos) senhores. Por fim, fugindo de explicações binárias, argumenta-se que existia uma fronteira relativamente tênue separando escravidão e liberdade, possibilitando, nas interações entre escravos e senhores, a construção de diversas formas de subalternização.

Do sertão baiano ao oeste paulista: a vinda de Joanna

Joanna foi uma das escravas trazidas para a então província de São Paulo através do comércio interprovincial de cativos que se avigora na segunda metade dos oitocentos. O “Mercado do Valongo”, situado na cidade do Rio de Janeiro, era o maior mercado de escravos brasileiro durante esse período. Cativos trazidos de províncias do Norte e do Nordeste eram transportados, muitas vezes de navio, para a capital do Império, onde eram vendidos no mercado urbano ou então para fazendeiros do Vale do Paraíba ou do oeste paulista. Alguns comerciantes fixados no interior de São Paulo estabeleceram, contudo, uma rota de comércio alternativa, direto com o Nordeste, rompendo com a intermediação efetuada no Rio de Janeiro. Joanna, ao que tudo indica, saiu de Caetité, município localizado na Serra do Espinhaço, sertão meridional da Bahia, em uma das viagens elaboradas por esses negociadores, e chegou a terras paulistas, mais exatamente a São Carlos, um dos promissores municípios da economia cafeeira paulista no último quartil do século XIX.

Um dos principais comerciantes de escravos que atuavam em São Carlos durante a época, Leonino Cotrim Xavier, residia anteriormente nessa cidade baiana, onde se casou com Ludgera Pereira Cotrim, filha de um fazendeiro possuidor de muitas terras na Bahia (LOPES, 2009, p. 112-113). Teria sido ele o responsável por estabelecer uma rede comercial de cativos entre Caetité – e muito provavelmente também com outras cidades baianas – a região de São Carlos. No ano de 1877, foram registrados somente neste município, por meio de escrituras de compra e venda de escravos, 22 cativos advindos de Caetité e mais 32 de outras cidades da Bahia (BRANDÃO, 2012). A viagem entre Caetité e o oeste paulista, de cerca de mil quilômetros, era feita pelos tropeiros e comerciantes em cavalos e carros de boi, com os escravos caminhando durante praticamente todo o percurso, que durava em torno de dois meses.

Os vendedores de escravos aqui descritos deslocaram-se com suas mercadorias do sertão da Bahia para o interior, saindo de Caetité pelo distrito de Duas Barras, atual Urandi, transpondo a fronteira de Minas em Monte Azul, passando por Montes Claros e Bocaiúva, ainda no norte mineiro, seguindo para Corinto, Curvelo ou Poços de Caldas, alcançando o destino final através de Araras. Poderiam também sair de Corinto ou Curvelo e contornar a Serra da Mantiqueira, dirigindo-se para Araxá, onde atravessariam a Serra da Canastra chegando a Franca, norte de São Paulo, deslocando-se para Batatais, Ribeirão Preto e finalmente São Carlos (LOPES, 2009, p. 86-87).

Joanna não chegou da Bahia diretamente para São Carlos, pois sua matrícula geral, efetuada em 26 de setembro de 1872, foi realizada no município vizinho de Rio Claro. Ademil Lopes (2012; 2009, p. 99-101), bisneto dessa escrava, encontrou a escritura de compra na qual Joanna estava sendo vendida, então com 14 anos de idade, para o Coronel Carlos Simplicio Rodrigues da Cunha. Nesse documento, que acreditamos ser de 1876, não havia, além da menção ao fato dela ser natural do município baiano e da sua idade, nenhum outro tipo de informação sobre ela. Se considerarmos que em 1872, ano da sua matrícula, ela já se encontrava na província de São Paulo, Joanna saiu da Bahia, onde havia nascido, ainda criança. Não sabemos, porém, se estava acompanhada de algum familiar ou, o que também é bem provável, se foi separada de sua família para ser negociada no lucrativo comércio interprovincial de escravos da segunda metade do século XIX.

O novo senhor de Joanna, Carlos Simplicio da Cunha, foi um proprietário, de terras e de escravos, o qual residia em São Carlos há não muito tempo. Pelas informações obtidas, ele era um fazendeiro residente, até 1875, no município mineiro de Leopoldina. Foi nesse ano que ele se separou da sua primeira esposa, Floriana Carolina de São José, e, ao que tudo indica, logo se mudou para a província de São Paulo. Carlos Simplicio enxergou na região de São Carlos, que durante a época vivia a expansão da agricultura cafeeira, uma oportunidade de começar uma nova vida; ou, no mínimo, um bom lugar para tentar fugir de alguns problemas que o cercavam. Quando já se encontrava vivendo em São Carlos, ele recebeu intimações judiciais referentes ao pagamento de dívidas contraídas no período que ainda residia em Minas Gerais, além de uma carta precatória da antiga esposa. Carlos Simplicio ainda se casou novamente, agora com Rita Angélica Coelho. No atestado de óbito dessa última, datado de 23 de janeiro de 1912, consta que ela era natural do município mineiro de Campanha. Não se sabe, portanto, se Carlos Simplicio a conheceu em São Carlos ou então se os dois vieram juntos de Minas Gerais.

De acordo com Lopes (2009, p. 112), o Coronel Carlos Simplicio teve dois filhos, Manoel Carlos e Maria Constantina, com sua escrava Joanna. Sobre o primeiro, não encontramos nenhum tipo de vestígio na documentação pesquisada, sendo que até mesmo a memória da família Lopes pouco sabe acerca do mesmo. Já

Maria Constantina deixou maiores informações, tanto escritas como orais, no que diz respeito à sua trajetória de vida. Sabe-se, por exemplo, que ela nasceu no dia 9 de outubro de 1879. Em seu registro de batismo, realizado em 15 de novembro do mesmo ano, ela aparece como filha natural de Maria, escrava de Simplicio Rodrigues da Cunha. Provavelmente o nome de Joanna não consta nesse registro devido a um erro, tão comum nesse tipo de documentação, do próprio Padre, o qual, no momento de escrever o nome da mãe, acabou por reescrever o nome da criança que estava sendo batizada. O fato essencial é que o pai não está identificado nesse registro, relegando a Maria a marca negativa de ser uma “filha natural” (para ser categorizada como filho(a) legítimo(a), tanto o nome da mãe quanto do pai da criança deveria constar do registro).

Escavidão e relações de gênero

O assédio e a violência sexual dos senhores sobre suas escravas compuseram um conjunto de práticas frequentes durante todo o período em que a escravidão moderna vigorou, seja no Brasil ou nos demais locais onde ela se institucionalizou. Isso leva a crer que elas faziam parte da própria forma como o escravismo se configurou. Algumas pesquisas (GORDON-REED, 2008; WEISENBURGUER, 1998), realizadas acerca dos contatos sexuais firmados entre senhores e escravas, afirmam que a construção dessas categorias não passava somente pela imposição de determinados tarefas e serviços, mas também pela sexualidade. Dito em outras palavras, o senhor, enquanto tal, não estava interessado somente no trabalho de seus escravos(as), mas também na possibilidade de dispor de seus corpos de acordo com a sua própria vontade. O processo de subalternização dos escravos(as) também estava ancorado, neste sentido, no caráter violento/impositivo com que seus corpos eram apropriados para fins sexuais, sobretudo, mas não somente, no que se refere às escravas. Resumindo, ser escrava era estar sujeita aos assédios e investidas de homens brancos.

A mulher negra foi, neste contexto, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Era também objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque, além de escrava, é mulher, exposta sempre ao estupro institucionalizado (LOPES, 2009, p. 112). Harriet Jacobs, uma escrava em Edenton, município da Carolina do Norte, a qual conseguiu fugir para Nova York durante o ano de 1842 e, posteriormente, uniu-se ao movimento abolicionista feminista, escreveu um dos relatos mais conhecidos acerca do impacto da violência sexual praticada por senhores contra escravas. Em sua autobiografia, intitulada *Incidents in the Life of a Slave Girl* (1861), Jacobs não deixa dúvidas acerca da vulnerabilidade das mulheres negras sob o regime de escravidão: “Ele [seu senhor] me disse que fui

feita para seu uso e para obedecer seu comando em tudo; que eu só era uma escrava, cuja vontade deve se render à sua [...] Não há sombra de lei a proteger [a escrava] do insulto, da violência, ou mesmo da morte” (JACOBS, 1987, p.18, tradução nossa)¹.

Ao estudar a relação entre John Wayles e sua escrava chamada Elizabeth Hemings – relação da qual nasceu Sarah (Sally) Hemings, escrava que manteve um relacionamento com Thomas Jefferson durante boa parte da vida a –, Annete Gordon- Reed (2008) é categórica ao descrever o poder legal que os senhores detinham em relação ao corpo de suas cativas nas sociedades escravistas.

Sob o manto das leis da escravidão, Wayles podia vender escravos, puni-los, e fazê-los trabalhar de graça sem a interferência de estranhos. Ele podia fazer sexo com Hemings porque era sua propriedade. Ele podia com ela gerar filhos que jamais seriam reconhecidos como tais, a menos que assim ele decidisse. Ela não tinha poder nenhum para formalmente desafiar esta situação. Graças à escravidão e à adesão da sociedade dominante à supremacia branca, ninguém lhe daria crédito se ela nomeasse Wayles como pai de seus filhos; ou, mais propriamente, poucos ou nenhum branco acreditaria em suas palavras, especialmente se Wayles decidisse contradizê-las. Fazê-lo desafiaria um dos principais princípios culturais da Virginia – o de que palavras de negros não podem ser usadas contra um branco. Portanto, jamais se permitia que negros moldassem a realidade ‘oficial’ da vida de um branco (GORDON-REED, 2008, p.82, tradução nossa)².

Como não havia meios legais para recorrer, as escravas tentavam se proteger desses ataques com o que tinham ao seu alcance. O casamento e o nascimento de filhos, por exemplo, eram práticas que, muitas vezes, visavam afastar o assédio sofrido (WEISENBURGER, 1998). Esse tipo de estratégia, no entanto, tornou-se demasiadamente frágil. Em boa parcela dos casos, os senhores, exercendo poder que detinham, não deixavam de assediar suas escravas.

Gilberto Freyre (2009), na sua ótica peculiar, alertou reiteradamente que o poder do senhor branco em dispor do corpo das escravas negras foi um dos traços

¹ “He told me that I was made for his use and to obey his command in everything; that I was only a slave, whose will must surrender to her [...] There is no shadow of law to protect from insult, violence, or even death”

² “Under cover of the laws of slavery, Wayles could sell slaves, punish them, and make them work for no pay without interference from outsiders. He could have sex with Hemings because she was his property. He could produce children with her who would never be recognized unless he chose to do so. She had no power to challenge this situation formally. Because of slavery and the dominant society’s adherence to white supremacy, no one would have believed her had she named Wayles as the father of her children; or, one should say more properly, few if any white people would have admitted belief in her words, especially if Wayles had chosen to contradict her. Doing so would have run counter to one of the chief tenets of Virginia’s culture – that the words of blacks could not legally be used against a white person. Thus, blacks never to be allowed to shape the ‘official’ reality of a white person’s life.”

característicos do escravismo, mencionando por exemplo casos nos quais homens brancos só gozavam com negras, casos estes “através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro.” (FREYRE, 2009, p.420).

Mais adiante, este mesmo autor indaga como responsabilizar a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais. E responde:

O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: *ordem*. Os publicistas e até cientistas brasileiros que se têm ocupado da escravidão é um ponto em que sempre exageram a influência perniciosa da negra ou mulata: esse de terem sido elas as corruptoras dos filhos-família. (FREYRE, 2009, p.456).

Muito próximo a São Carlos, na vizinha Rio Claro, Warren Dean (1977) ponderou que:

Para algumas pessoas, indubitavelmente, a instituição da escravatura era uma licença para a satisfação dos desejos, fossem eles quais fossem. O capanga do barão de Grão-Mogol, um negro liberto baiano que continuou a viver na casa-grande da fazenda muito depois da morte do barão e da partilha de suas propriedades, deixava atônita a família de imigrantes que cuidava dele em seus últimos anos, com as histórias das orgias sádicas presididas pelo barão no seu porão, tendo como convidados todos distintos membros da elite local, e as escravas do barão, acorrentadas a postes e grades, como *pièce de résistance*. (DEAN, 1977, p.78).

A fim exatamente de ressaltar a atuação do poder patriarcal especialmente sobre as escravas, Freyre (2009) acrescentaria a seu conceito de patriarcalismo mais dois adjetivos: escravocrata e polígamo. A utilização da mulher negra como objeto sexual não pode, nesse sentido, ser explicada exclusivamente como resultado da condição da escravidão. Ela acontecia em decorrência da própria sociedade patriarcal que legitimava a dominação do homem sobre a mulher; sociedade esta que conceituava a sexualidade da escrava como fora do círculo familiar, sem limites e normas morais ou religiosas. Obviamente, pode-se argumentar que também existiram relações ditas consensuais entre senhores e escravas e que nem toda interação sexual entre eles pode ser caracterizada como estupro. No entanto, a própria assimetria presente nessa relação de poder ofusca a visualização de alguma espécie de “consenso” entre ambos. Em último caso, uma escrava que aceitava praticar sexo com o seu proprietário estava expressando um desejo ou, como diria Freyre (2009), estava apenas cumprindo uma ordem?

Quando um senhor engravidava alguma de suas escravas, a circunstância tornava-se ainda mais complexa. Qual seria o impacto na política patriarcal de domínio em uma conjuntura na qual os papéis sociais de filho e escravo se sobrepujassem? Na realidade, esses papéis jamais se sobreporiam; um senhor dificilmente estabeleceria o mesmo vínculo com um filho gerado por uma escrava do que aquele firmado com seus filhos considerados legítimos. O próprio rótulo de ilegitimidade que recai sobre a situação já remete à incongruência existente. Senhor e escrava ocupavam lugares sociais distintos e antagônicos. A constituição de relações familiares não poderia ultrapassar a condição de analogia, tal qual expressa na noção de patriarcalismo. A miscigenação, cuja evidência residiria justamente na ampla existência de filhos nascidos a partir de relações sexuais interracialis, longe de, conforme afirmava Freyre (2009), diminuir a “distância social” entre casa-grande e senzala, era fruto da violência permitida e legitimada pela própria distância social existente entre senhor e escrava.

É certo, porém, que, no plano individual, a ocasião trazia tensões com as quais o proprietário teria necessariamente de lidar. De acordo com Robert Slenes (1997), durante as últimas décadas da escravidão no oeste paulista, alguns filhos de senhores com escravas foram cuidados pelas próprias mulheres dos fazendeiros, transformando-se em uma espécie de afilhados. Acreditamos, contudo, que esses casos foram exceções. Muitos senhores, além de não reconhecerem – tanto do ponto vista legal como nas relações cotidianas – os filhos tidos com escravas, ainda os registravam como seus escravos. Claro que, muitas vezes, atribuíam-lhes um tratamento diferenciado em relação ao restante da sua escravaria, dispensando-os de trabalhos consideradas mais pesados, dando a oportunidade de estudarem e, quando adultos, talvez até mesmo alocando-os em uma ocupação de confiança e de supervisão como a de feitor. Eles também tinham maiores chances de alforriarem-se, principalmente quando o senhor estava à beira da morte.

Analizando o caso de Rio Claro, Dean (1977) igualmente afirma que os senhores:

Não mostravam a menor tendência a reconhecer os filhos que tinham com as mulheres escravas”, ao identificar apenas um único caso de legitimação de criança escrava em 42 anos. “A esse único caso de generosidade” – continua este autor – “deveriam ser somados a meia dúzia de outros em que as escravas foram libertadas juntamente com os filhos, uma forma alternativa de reconhecimento, talvez, que não oferecesse, porém, o perigo presente nas declarações de paternidade: o direito à herança. (DEAN, 1977, p.83-4).

Tal observação é compatível com a de Freyre (2009):

Raro o senhor de engenho que morreu sem deixar alforriados, no testamento, negros e mulatas de sua fábrica. É verdade que ‘o alforriado – observa Alcântara Machado, referindo-se aos escravos das fazendas de São Paulo, nos séculos XVI e XVII – é muita vez um bastardo, fruto dos amores do testador ou de pessoa da família com uma negra da casa. (FREYRE, 2009, p.525).

Tutela e dependência

Tratado melhor que a maioria dos escravos, mas ainda assim um escravo. Essa era a situação dos filhos(as) de escravas e senhores. Na escravidão, as relações de consanguinidade nem sempre se transformavam em arranjos familiares. A legitimidade, assim como a maneira como a ilegitimidade seria tratada, passava por negociações que envolviam o poder de barganha de que cada escravo(a) dispunha para conseguir o reconhecimento social dos seus laços. O caso de Maria Constantina era um pouco diferente. Como nascera em 1879, isto é, após a entrada em vigor da Lei do Ventre Livre, ela não era considerada escrava. Isso não significava, entretanto, que desfrutava de liberdade plena. Conforme estabelecido pela lei, os ingênuos deveriam permanecer sob a tutela dos senhores de suas mães até completarem, no mínimo, oito anos de idade. O objetivo da instituição da tutela era o de assegurar ao menor, considerado juridicamente incapaz, as condições para o seu desenvolvimento físico e mental. No caso específico dos ingênuos, tratava-se, geralmente, de uma forma velada de apropriação do trabalho do menor – sobretudo em relação às meninas, que eram transformadas em criadas domésticas.

Carlos Simplício, portanto, era não o senhor, mas o tutor de sua filha, uma situação que, pelo menos aparentemente, tornava-o mais próximo da figura social do pai. Conforme verificado no registro de batismo, ele não assumiu, entretanto, sua paternidade. No registro de casamento da filha mais nova de Maria Constantina, Leontina da Cunha, realizado em 10 de dezembro de 1923, não consta o nome do avô da noiva (Fundação Pró-Memória de São Carlos [doravante FPM], habilitações de casamentos). Somente está registrado o nome da avó, Joanna Constantina. Essa ausência confirma que o Coronel não assumiu legalmente Maria Constantina como sua filha, fato confirmado pelos relatos familiares transmitidos para Lopes (2012). Ainda do ponto de vista legal, contudo, ele era o responsável pela educação de sua tutelada. Embora tenha pago por sua alfabetização, Carlos Simplício não fez questão que Maria Constantina estabelecesse uma relação de proximidade com sua família oficial.

Maria Constantina casou-se com Manoel Oliveira, que veio menino de Leopoldina, Minas Gerais, trazido por Simplício da Cunha de sua propriedade localizada naquela cidade mineira. Muito embora ela tenha recebido atenção especial

do Coronel, pouco ou nenhum contato foi mantido com os filhos oficiais dele, nem quando criança e muito menos quando adultos (LOPES, 2012).

Se não instituiu nenhum tipo de relação mais próxima com a família do coronel, parece que Maria Constantina permaneceu sob a tutela do mesmo até estar com 14 ou 15 anos de idade. Quando ela ainda não tinha completado 3 anos, em 5 de setembro de 1881, sua mãe foi vendida por Carlos Simplicio a José Bento Rodrigues, também residente no município de São Carlos. Essa é a última informação disponível acerca de Joanna, no que diz respeito tanto à memória da família Lopes, quanto aos registros documentais. Não há menção, na escritura de compra e venda que registrou essa transação, sobre a tutela de Maria ter sido transferida para o novo proprietário de Joanna (FPM). Outra indicação de que ela permaneceu junto ao pai/tutor é o homem com quem Maria viria a se casar. Como ressaltado por Lopes (2009, p. 113), ela firmou, por volta de 1894, ano do nascimento de sua primeira filha, união com o mineiro Manoel Oliveira, o qual teria chegado a São Carlos junto do próprio Coronel Carlos Simplicio.

Manoel, em todos os registros que encontramos, era descrito como “preto”. No já mencionado registro do casamento de Leontina da Cunha, não há qualquer descrição de sua filiação. Porém, no seu atestado de óbito, coligido em dezembro de 1930, quando ele contava com 62 anos de idade, são mencionados como seus pais Luiz Antonio da Cunha e Maria Joanna (FPM). Embora o sobrenome seja o mesmo, não acreditamos que o possível pai de Manoel tenha algum parentesco com Carlos Simplicio. O mais provável é que seus pais tivessem sido libertos que trabalharam para a família do Coronel, por isso Manoel teria vindo, ainda com 8 anos de idade, de Leopoldina para São Carlos. Com uma trajetória familiar ligada ao trabalho para Carlos Simplicio, assim como por ele mesmo ter trabalhado por muitos anos para esse proprietário, Manoel conseguiu se aproximar da filha/tutelada do Coronel e estabelecer uma união familiar com a mesma.

Embora nascidos livres, tanto ele como Maria Constantina possuíam uma história familiar associada à escravidão. No caso específico dela, vale destacar que detinha ainda um estatuto jurídico-social ambíguo. Conforme já destacado, os ingênuos tutelados eram, na prática, tratados muitas vezes como escravos. Nesse sentido, ela se encontrava em uma situação na qual a fronteira entre liberdade e escravidão era muito tênue. Eles viviam, portanto, em uma conjuntura na qual a condição de não escravo tinha de ser validada cotidianamente. Sidney Chalhoub (2003) afirma que a escravidão seria a situação de máxima dependência nessa sociedade em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes. Senhor e escravo seriam os dois extremos de uma cadeia que começa na “independência absoluta”, gozada pelo senhor, e termina na escravidão, na submissão completa, que seria a característica do cativo. Nesse tipo de representação, o subalterno é sempre visto como dependente, sendo o escravo o mais dependente dos

dependentes. A um só tempo, a escravidão era, nesse sentido, a máxima dependência e o parâmetro que hierarquizava qualquer outro tipo de dependência. É a partir dessa perspectiva que, segundo ele, deve ser pensada as relações interpessoais tecidas entre senhores e escravos. De acordo com ele, a política de domínio escravista estava assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes. O autor fala em inviolabilidade porque, segundo ele, a vontade do chefe de família, do senhor-proprietário, não pode ser contestada, uma vez que é essa vontade que organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam.

No caso específico de Maria Constantina e Manoel, no entanto, o vínculo que mantinham com o Coronel – ela era uma filha ilegítima que estava sob a sua tutela e ele um empregado (ou então até mesmo um antigo escravo) de muitos anos, cujos pais já haviam sido, provavelmente, seus cativos – foi essencial para a obtenção de benefícios fundamentais para a viabilidade de uma vida menos precária.

[Maria Constantina] recebeu sempre do pai (coronel Simplicio da Cunha), a ajuda em espécie (alimentos) e foi aquinhoadada também com um lote de terra de aproximadamente 5 mil a 8 mil metros quadrados, que foi transformado por Manoel numa chácara que procurou tornar produtiva o suficiente para complementar o sustento de sua família. (LOPES, 2009, p.119).

A obtenção de uma porção de terras, tal qual conseguiram Maria Constantina e Manoel Antonio, não tinha consequências apenas do ponto de vista estritamente econômico, de aquisição de um bem material; tinha a ver com a eliminação de toda uma lógica de sujeição social que estava associada à questão da propriedade fundiária. Segundo Afrânio Garcia (2003), um dos legados da escravidão em países como o Brasil são as formas de subordinação pessoal decorrentes de instituições como as grandes fazendas monocultoras. A presença duradoura da dependência pessoal da população pobre em relação aos proprietários de grandes domínios de terra marca, de acordo com ele, a história rural do século XX.

No início do século XX, o espaço físico e o poder social estão concentrados pelos detentores de grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais, particularmente à Europa e aos Estados Unidos da América. Lavouras como café, cana-de-açúcar, algodão, borracha, cacau, fumo são responsáveis por mais de 85% das exportações brasileiras, posição que ocupam desde a primeira metade do século XIX. A execução das ordens emanadas das casas-grandes, emitidas por senhores de engenho, usineiros ou fazendeiros, supõe o recrutamento de mão de obra sob formas diversas de dominação pessoalizada, como nos casos dos moradores de engenho, dos colonos de café ou dos agregados e vaqueiros do interior do país. Os movimentos da *plantation* controlam a apropriação do espaço físico: só há desenvolvimento de campesinato em áreas periféricas ou

marginais à grande lavoura ou expressamente destinadas a fluxos de imigrantes europeus, atraídos por políticas que tinham tanto finalidades econômicas quanto o objetivo de promover o “branqueamento” da população, como se observa no Vale do Itajaí em Santa Catarina e na Serra Gaúcha.

Mas a grande plantação é bem mais do que apenas a unidade de base de um processo agroindustrial; ela é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século: o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários – as “casas-grandes” – e também das casas de morada atribuídas às famílias de trabalhadores residentes. É no interior do grande domínio que se exerce a vida familiar, onde se nasce, casa-se, procria-se, por vezes, onde se enterram os mortos. As capelas no interior das “casas-grandes” mais abastadas, ou em suas vizinhanças quando mais imponentes, fazem lembrar que as práticas e cerimônias religiosas agrupam e reordenam os viventes dentro dos domínios ou, ainda, que as práticas religiosas dos subalternos, como no caso do candomblé e do xangô dos descendentes de africanos ou do protestantismo dos colonos do café recrutados entre imigrantes europeus eram objeto de recriminação e censura, quando não eram mantidos sob estrita vigilância, por parte dos proprietários das casas-grandes (GARCIA, 2003).

Pesquisas acerca das lavouras de café do Vale do Paraíba enfatizam a incompatibilidade entre o projeto de vida delimitado pela última geração de escravos e as propostas de trabalho oferecidas pelos fazendeiros. Para Castro (1997, p. 353), os últimos escravos carregavam consigo uma espécie de “projeto camponês”, pautado pela ideia de autonomia no trabalho e de controle do seu próprio tempo, bem como do parentesco como um dos elementos centrais em suas relações. Possuindo como referência o chamado “tempo do cativo”, esse projeto teria, segundo a autora, delimitado as diversas estratégias de mobilidade e fixação.

Desse modo, o trinômio – mobilidade, laços de família e autonomia – que definia a experiência de liberdade com a qual libertos anteriormente conviviam, continuava a informar suas expectativas de liberdade, definindo assim o que alguns autores têm chamado de um “projeto camponês”. Engendrava-se uma ética do trabalho que incidia sobre o mercado de trabalho rural em gestação (CASTRO, 1997).

Grande parcela dos escravos estava, no Vale do Paraíba, ligada por extensas redes de parentesco, chegando, por vezes, a haver três gerações de uma família habitando a mesma fazenda. Com vínculos afetivos nas propriedades e sem muitas chances de conseguirem outro emprego, várias famílias de negros resolveram permanecer nas propriedades onde eram cativos, mas não sem antes reavaliar situações de trabalho que agora consideravam degradantes. Uma das principais reivindicações presentes nesse projeto de vida residia na possibilidade de se poder contar com uma roça própria. Com ela, era possível, além de um aumento da renda

familiar por meio da venda de mercadorias próprias nos mercados locais, diminuir o grau de sujeição: possuir uma roça própria significava trabalhar menos tempo “para os homens”, ou seja, era atenuar a dependência em relação ao trabalho disponibilizado pelos antigos senhores (FRAGA FILHO, 2006).

Na maioria dos casos, entretanto, somente a disponibilização de terras para a lavoura própria não era suficiente. Ao dominarem grandes territórios, os fazendeiros poderiam criar formas de recrutamento de trabalhadores que consolidassem determinadas formas de subordinação pessoal. Na realidade, a maior parte da mão de obra utilizada nas grandes fazendas é recrutada sob a forma de moradores, conforme se denominava esse tipo de relação no Nordeste, e de colonos, como eram chamados os trabalhadores nas áreas de café. Essas formas de seleção e gestão dos trabalhadores, implantadas ainda durante a vigência da escravidão como estatuto jurídico, estão baseadas no mesmo princípio: a mão de obra habitava na mesma propriedade onde trabalhava. Tal arranjo acabava por instituir uma consistente submissão das famílias de trabalhadores às vontades dos proprietários. Ao pedir morada, um trabalhador demonstrava ao fazendeiro estar destituído dos meios mais elementares de assegurar a subsistência de seu grupo doméstico: nem dispunha de casa para abrigar os seus nem possuía terras para trabalhar e obter seu sustento. Desse modo, distante de ser um acordo de vontade entre iguais, o ritual de solicitar abrigo em um grande domínio rural enfatizava a assimetria entre o patrão, o qual acolhe um novo “cliente”, e o indivíduo que se desqualifica como homem ao pedir apoio e proteção.

Ao entrar na propriedade alheia, a família contraía de imediato uma dívida moral com o proprietário, a qual estava muito além do valor material dos meios de vida que eram providos pelo novo patrão. Os acordos interindividuais entre um grande proprietário e os colonos terminavam, nesse sentido, por incidir em uma infinidade de domínios de relações pessoais, nas quais as prestações de ambos os lados tomavam a forma de dons e contra dons. Os parâmetros através dos quais são concebidas tais relações jamais serão redutíveis apenas aos valores monetários atribuídos em contrapartida do trabalho fornecido (GARCIA, 2003).

As análises desenvolvidas até aqui permitem compreender que a abolição da escravatura significou, para os detentores de *plantation*, a perda do capital imobilizado em escravos, o que parece ter sido significativo em algumas regiões como o Vale do Paraíba do Sul, mas de forma alguma acarretou a ruína dos mecanismos para fazer prevalecer a autoridade de antigas famílias de senhores de engenho e fazendeiros sobre a mão de obra, que se via forçada a continuar a viver nos grandes domínios ou em suas periferias. Relações de dependência pessoal e de subordinação, como vimos nos casos de moradores e de colonos, foram recriadas permitindo a perpetuação de práticas anteriores de exercício do poder no interior das grandes propriedades (inclusive do poder de infligir castigos corporais aos

subordinados). Essas formas de dominação personalizada que se generalizaram, na virada do século XIX para o século XX, supunham uma distribuição extremamente desigual do patrimônio fundiário, mas era através de práticas precisas de concessão do uso desse patrimônio que os grandes proprietários constituíam uma clientela de famílias de trabalhadores submissa às suas ordens. (GARCIA, 2003).

A desigualdade do patrimônio fundiário citada por Garcia (2003) foi legalizada por meio da Lei de Terras de 1850. Abolindo definitivamente o sistema de sesmarias, essa lei instituiu a propriedade privada no país ao estabelecer a compra como único meio de acesso à terra. Ela acabou, na verdade, dificultando a apropriação de terras por parte de libertos e da população pobre em geral, pois as chamadas “terras devolutas”, aquelas que não tinham dono e estavam sobre os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas a partir de então somente por meio da compra junto ao governo. Sem grandes recursos, muitos ex-escravos não se viam, uma vez livres, na possibilidade de galgarem a condição de pequenos proprietários. De um modo geral, restavam a eles a migração para os centros urbanos ou então a busca por trabalho agrícola junto aos grandes fazendeiros.

Muitos pequenos proprietários, é verdade, acabavam não conseguindo se sustentar apenas com o pedaço de terras que dispunham, tendo de ir trabalhar para grandes fazendeiros. Porém, diferentemente daqueles que pediam morada, os pequenos agricultores, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam negociar sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria – mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos. Aquele que dava a morada é porque dispunha de um patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viverem em seus domínios. Os senhores empregavam dessa maneira seus patrimônios fundiários para constituírem uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência. Dito de outra forma, a propriedade fundiária era uma força social que terminava funcionando como a extensão de uma subordinação personalizada.

Tal subordinação, por sua vez, deveria ser renegociada constantemente. Segundo Garcia (2003), a relação de morada não era uma construção dada uma vez por todas, invariável, independente de todo trabalho para assegurar a continuidade ou mudança da relação morador-senhor. Pelo lado do fazendeiro, era somente respondendo às expectativas dos moradores nos diferentes planos nos quais contavam com sua proteção que o senhor conseguia crédito para impor sua vontade sobre outras vidas. Os “dons generosos” do proprietário, por seu turno, criavam para o eventual beneficiário uma dívida que dificilmente poderia ser saldada. Quem estava em posição de devedor permanente, ou mesmo eterno, tornava-se despossuído dos meios de saber o que devia exatamente, isto é, não tinha outra alternativa senão

aceitar, como seu, o interesse de seu protetor. Obedecer às ordens era uma maneira de retribuir uma dívida que não podia ser quitada.

A situação dos moradores também não era homogênea. Assim como os senhores faziam com seus escravos, os fazendeiros estabeleciam uma economia de favores com os trabalhadores que moravam em sua propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só era explicada completamente pela história particular das trocas morador-senhor. Situado numa posição que permite colocar os moradores em concorrência por seus favores, o senhor podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las.

Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava por sua vez a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado. Isto pode ajudar a explicar porque os trabalhadores concebiam o trabalho que faziam para si mesmos, nos roçados ou na criação de animais, como um dom recebido. Não se trata apenas do “dom” das condições materiais do trabalho, mas de “dom” do uso de seu próprio tempo, de seu próprio corpo. A distinção entre trabalho para si mesmo, a exemplo do roçado, e o trabalho ao patrão no canavial, é obscurecida, ou mesmo negada pela interiorização da disponibilidade ao senhor. No limite, tudo se passa como se todo ato do morador fosse um dom do senhor, ou obedecesse à sua vontade tácita ou explícita.

Dessa maneira, no caso específico dos libertos, residir e trabalhar na mesma propriedade do antigo senhor significava, muitas vezes, estar sujeito às mesmas práticas de subordinação do tempo de cativo. Agora sem a institucionalização da relação de propriedade firmada pelo escravismo, os fazendeiros, vinculando a disponibilidade de terra para morar, plantar e trabalhar a um conjunto de obrigação de morais, estabeleceram, de modo a manter o seu controle social sobre determinados trabalhadores, uma nova política de (re)produção de dependentes. A fim de consolidar seus planos de liberdade, interessava a muitos libertos escapar dessas novas formas de sujeição.

Ao que tudo indica, esse foi o caso de Maria Constantina e Manoel. A doação de um terreno por parte do Coronel Carlos Simplício permitiu que eles pudessem viver sem ter de “pedir morada” durante o restante de suas vidas. Além do mais, Manoel pôde, com a chácara, estabelecer-se como pequeno proprietário cultivando a sua própria plantação de alimentos. É óbvio, nesse sentido, que o terreno doado contribuiu para afastá-los da situação de ambiguidade que viviam em relação ao passado de seus pais.

De acordo com o censo municipal de 1907, Manoel e Maria Constantina habitavam, juntamente com seus quatro filhos – Luiza Martinha (13 anos), Dorício da Cunha (11), Carlos da Cunha (5) e Leontina da Cunha (3) -, um bairro denominado nesse levantamento de “Subúrbios”. Segundo os dados informados nos outros registros encontrados da família, tratava-se na verdade do bairro do Tijuco Preto. Atualmente, ele está localizado em uma região considerada central da cidade de São Carlos. No entanto, durante a virada do século XIX para o século XX, essa região correspondia a uma área periférica aos limites urbanos, próxima ao cemitério municipal, este por si deliberadamente afastado do núcleo central. O próprio nome Tijuco Preto, que advém do tupi-guarani, significa “caminho de entrada”. Pela leitura possível de se fazer dos números do recenseamento, o bairro consistia na época em uma região composta por pequenas propriedades rurais e habitado majoritariamente por brancos. Ao todo, viviam nos denominados “Subúrbios” 627 brancos, 82 pretos e 7 mulatos (CENSO MUNICIPAL de 1907, FPM).

Por ser um terreno doado pelo Coronel, muito possivelmente uma antiga propriedade do mesmo, a família de Maria Constantina e Manoel não vivia em um dos bairros periféricos que muitos libertos vieram a ocupar após o fim da escravidão. Libertos que trabalhavam na fazenda Pinhal fundaram o bairro de Vila Isabel, localizado num prolongamento entre a fazenda e outros municípios que estão no mesmo curso. O bairro de Vila Pureza, situado na outra extremidade da cidade, na saída para o município de Araraquara, também era uma área de concentração de negros durante o pós-abolição, sendo, inclusive, chamado pela população local de “cinzeiro” ou “bola preta” (LOPES, 2009, p. 64). O Tijuco Preto, embora situado na periferia de São Carlos, pertencia a uma região de transição entre o rural e urbano, onde habitavam somente aqueles com condições de adquirir um pequeno lote de terra – e, talvez, seus empregados. Adquirir uma propriedade nesse local não era uma tarefa fácil para a imensa maioria dos negros são-carlenses.

De fato, sabemos que, sem a doação do Coronel, seria muito difícil para Manoel e Maria Constantina obterem uma porção de terras como aquela. A posse dessa chácara, como vimos, muito além de uma questão de propriedade material, acabou por livrá-los de uma série de situações de sujeição, as quais poderiam piorar ainda mais a precária condição de liberdade em que se encontravam quando se conheceram. Segundo as informações do recenseamento municipal, somente Manoel exercia uma profissão. Ele era camarada e, ao que leva a crer, combinava o plantio próprio de alimentos com o trabalho, seja diário ou por empreitada, para outros proprietários rurais da região. Isso fez com que ele dispusesse de uma relativa liberdade de escolha quanto ao tempo e às condições do seu trabalho, sem ter de firmar um vínculo constante com algum fazendeiro. A própria Maria Constantina, a qual se ocupou com os serviços de cuidado da própria chácara e dos filhos, não se viu obrigada a trabalhar “para outros” após se casar com Manoel. Para aqueles

que tinham consciência do que tais situações representavam frente à experiência do cativeiro, como é o caso desse casal, elas podem ser consideradas conquistas centrais na busca por melhores condições de vida.

Claro que, por ser uma doação do próprio Coronel, a disponibilidade desse pedaço de terra estava inserido na economia de favores estabelecida entre fazendeiros e seus subordinados. Em troca desse benefício material, Manoel e Maria Constantina deveriam, como gratidão, manter silêncio sobre a paternidade de Carlos Simplicio. Pelo que se percebe através da documentação e do conhecimento de Ademil Lopes (2009, 2012) sobre a situação, esse acobertamento do vínculo entre o Coronel e Maria Constantina custou, para essa última, a transmissão de uma memória familiar incompleta para seus descendentes. O próprio Lopes (2012) tomou conhecimento desse fato em uma corriqueira visita ao cemitério municipal realizada junto com a sua tia Luiza, a filha mais velha de Maria e Manoel.

A mãe dele, Leontina da Cunha, era a filha mais nova e havia nascido já em 1904, sete anos após a morte de Carlos Simplicio. Embora tivesse ouvido falar de quem era seu avô, ela confessava que não sabia muitos detalhes acerca da situação, sendo que até então nunca tinha contado para o filho quem era seu bisavô. Silenciar-se significa ocultar algo que não deve ser dito: no presente caso, apagar da memória um fato, uma circunstância sem aceitação social, que não deveria ser exposta. O silenciamento quanto ao vínculo de paternidade do Coronel com Maria Constantina implicava, nesse sentido, no reconhecimento, por parte dessa última, de que ela própria era fruto de uma relação socialmente ilegítima.

Considerações finais

Termos como “transição”, “substituição” e “passagem” tentam conferir historicidade ao processo histórico que culmina no fim definitivo da escravidão. A derrocada do escravismo deve ser encarada, entretanto, como um processo eminentemente político, e não simplesmente como um conjunto de medidas racionais tomadas por aqueles que dirigiam o país na época. Ela passa por uma série de disputas em torno de determinados conceitos e concepções e, mais do que isso, pela aplicabilidade concreta desses últimos. Disputas as quais estavam presentes nas ruas e nas fazendas, bem como nos espaços institucionalizados do Parlamento e dos tribunais.

Até a década de 1990, os estudiosos da escravidão tratavam, com muita frequência, o período posterior – o do trabalho livre – como um pano de fundo conceitual do escravismo, muitas vezes visto como indiferenciado do anterior. O trabalho escravo podia ser analisado em termos econômicos, sociais e políticos, mas o trabalho livre costumava ser definido simplesmente como o fim da coação e não

como estrutura de controle da mão de obra que precisasse ser analisada de um modo distinto (COOPER, HOLT, SCOTT, 2005, p. 42).

Não podemos, na verdade, construir um binarismo a partir de duas categorias diferentes, por mais que elas se apresentem como opostas. Chalhoub (2010), ao analisar a precariedade estrutural da liberdade na sociedade brasileira oitocentista, demonstrou como os limites entre escravidão e liberdade eram muitas vezes tênues. Além disso, noções distintas de liberdade e trabalho livre estiveram em luta durante todo o século XIX, assim como diversas percepções acerca do que é liberdade foram construídas por múltiplos sujeitos. Não se pode associar, direta e mecanicamente, liberdade ao trabalho livre, bem como não se deve opor, direta e mecanicamente, liberdade e escravidão. Essa cristalização dos conceitos de trabalho e de liberdade acaba por atribuir ao processo abolicionista uma coerência e uma racionalidade não condizentes com as disputas que o conduziram. As relações de poder que orientaram o processo político de derrocada do escravismo circulavam e eram renegociadas nas micro interações cotidianas.

Segundo Lopes (2012), a melhor definição para a relação estabelecida entre o Coronel Carlos Simplício e sua avó Maria Constantina saiu da boca de Luiza, a tia que havia lhe contado o “segredo”: “O Coronel Carlos Simplício foi um ‘filho da p...’, mas nem tanto”. Com a expressão “nem tanto”, ela obviamente se referia ao terreno doado e ajuda financeira dispensada pelo fazendeiro. Essa trajetória familiar que acabamos de abordar, todavia, acaba por dizer muito acerca do caráter dúbio presente nas relações interpessoais tecidas por negros(as) com pessoas de posse durante o pós-emancipação. Se elas eram uma das únicas fontes de obtenção de recursos – materiais e simbólicos – para os afro-brasileiros egressos da escravidão, também traziam determinados ônus sociais, os quais, na grande maioria das vezes, estavam ligados às políticas de dependência constituintes dos jogos de poder que as controlavam. Conforme se buscou evidenciar, a população negra estava em grande desvantagem nessas disputas, tanto no que diz respeito a recursos materiais como simbólicos.

SUBORDINATION AND DEPENDENCY: BUILDUP AND TRAJECTORY OF A BLACK FAMILY IN THE WEST OF STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: *We explored the trajectory of a family buildup in the western part of São Paulo from the interprovincial migration of captives in the second half of the 19th century. In addition to browsing the relevant bibliography, we conducted research on vital and census records, as well as an interview with a descendant of the family. It is argued that there was a dubious character in the interpersonal relationships woven by black people with people of wealth during*

post-emancipation. If they were one of the only sources of obtaining resources - material and symbolic - for Afro-Brazilians who came out of slavery, they also brought certain social burdens, which in most cases, were linked to the dependency policies which constitute the games of power controlling them. We conclude by the existence of a tenuous border separating slavery and freedom, enabling the construction of multiple forms of subordination and dependency relations with the interactions between (ex-) slaves and (ex-) masters.

KEYWORDS: *West of São Paulo. Freedom. Slavery. Subordination. Dependency.*

SUBALTERNIZACIÓN Y DEPENDENCIA: FORMACIÓN Y TRAYECTORIA DE UNA FAMILIA NEGRA EN EL OESTE

RESUMEN: *Este trabajo explora la trayectoria de una familia formada en la región oeste de São Paulo como resultado de la migración interprovincial de cautivos en la segunda mitad del siglo XIX. Además de repasar la bibliografía pertinente, realizamos una investigación en los registros vitales y censales, y también una entrevista con un descendiente de la familia. Se argumenta que hubo un carácter dudoso en las relaciones interpersonales tejidas por los negros con la gente de la posesión durante el período posterior a la emancipación. Si fueron una de las únicas fuentes de obtención de recursos -materiales y simbólicos- para los afrobrasileños que salían de la esclavitud, también trajeron consigo ciertas cargas sociales que, en la mayoría de los casos, estaban vinculadas a las políticas de dependencia que constituían los juegos de poder que los controlaban. Concluimos por la existencia de una tenue frontera que separa la esclavitud y la libertad, permitiendo, en las interacciones entre (ex) esclavos y (ex) amos, la construcción de múltiples formas de subalternización y relaciones de dependencia.*

PALABRAS CLAVE: *Oeste de São Paulo. Libertad. Esclavitud. Subalternización. Dependencia.*

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celia Maria. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

BRANDÃO, Marçal. **Casa Grande & Senzala de São Carlos do Pinhal.** São Carlos: impressão do autor, 2012.

CASTRO, Hebe Mattos. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 337-384.

CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista”. **História Social**, 19: 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COOPER, Frederick.; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão**: investigação sobre raça, trabalho e cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Editora da Unicamp: Campinas, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2009.

GARCIA, Afranio. “A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. **Sociologias**, 10: 154-189, 2003.

GORDON-REED, Annette. **The Hemingses of Monticello**: an American family. New York: W.W. Norton and Company, 2008.

GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. **Revista Afro-Ásia**, 27, p.121-160, 2002.

JACOBS, Harriet. **Incidents in the Life of a Slave Girl**. Harvard University Press, 1987.

LOPES, Ademil. **Memórias de uma travessia**: experiência e desencanto como referência na luta pela sobrevivência. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SLENES, Robert. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”. In: JOHNSON, Walter. **The Chattel Principle**. Internal Slave Trades in the Americas. Yale University Press, 2004, p.325-370.

SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste paulista”. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). **História da vida privada no Brasil 2**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.233-290.

WEISENBURGER, Steven. **Modern Medea**. A Family Story and Child - Murder from the Old South. New York: Hill and Wang. 1998.

Fontes primárias

Prefeitura Municipal de São Carlos. Fundação Pró-Memória. Habilitações de Casamentos.

Prefeitura Municipal de São Carlos. Fundação Pró-Memória. Escrituras de Compra e Venda de Escravos.

Prefeitura Municipal de São Carlos. Fundação Pró-Memória. Registros de Óbito.

Prefeitura Municipal de São Carlos. Fundação Pró-Memória. Censo Municipal de 1907.

Entrevista realizada com Ademil Lopes em sua residência em São Carlos em 2012.

Recebido em 26/08/2020.

Aprovado em 18/09/2020.

CANDIDATOS DE ORIGEM JAPONESA NA POLÍTICA MUNICIPAL PAULISTA, 1947-1964¹

Gustavo Takeshy TANIGUTI

RESUMO: Este artigo busca caracterizar as condições que viabilizaram a eleição de filhos de japoneses às esferas de poder e decisão política em municípios do estado de São Paulo entre 1947 (quando ocorrem as primeiras eleições em nível estadual e municipal desde o início do Estado Novo) e 1964 (quando o regime político democrático é interrompido). Foram produzidos dados sobre a ocupação de cargos legislativos (vereador) e executivos (prefeito e vice-prefeito) a partir de dados agregados de eleições, disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral/SP. É demonstrada a relação entre candidaturas e recursos relacionais oriundos de espaços sociais étnicos. Estudo de caso foi realizado no município de Bastos-SP.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração japonesa. Eleições. Japoneses. Inserção política. São Paulo.

Introdução

Entre os principais fenômenos abordados pela literatura brasileira dedicada aos estudos migratórios – como o preconceito, o racismo, os processos de formação étnico-racial, o empreendedorismo, o associativismo –, o ingresso de imigrantes e seus descendentes na política ainda tem sido pouco avaliado. O estudo desse fenômeno nos fornece subsídios para melhor caracterizar a participação de indivíduos de origem estrangeira em sociedades plurais e democráticas, o que evidencia a trans-

^{*} IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais. Betim – MG – Brasil. 32677-562 – gustavotaniguti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3905-5140>.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

formação de barreiras restritivas à inserção desses novos sujeitos nas estruturas de poder. Isso ocorreu com maior vigor no Brasil a partir de meados do século vinte, principalmente quando os resultados dos pleitos municipais foram capazes de alterar o jogo de forças que, durante o regime anterior, havia garantido a permanência de grupos tradicionais na política.

Neste artigo, examino mecanismos que viabilizaram a eleição de candidatos de origem japonesa para cargos municipais no estado de São Paulo entre 1947 (quando ocorreram as primeiras eleições em nível estadual e municipal desde o início do Estado Novo) e 1964 (quando o regime democrático foi interrompido), levando-os, assim, às esferas de poder. Em eleições anteriores a esse período, não há registros de indivíduos dessa origem que tenham ocupado cargos políticos, o que indica a existência de possíveis impedimentos a sua consecução. Esse cenário foi alterado justamente com a retomada das eleições municipais.

É válido notar que, com exceção do trabalho de Kantowicz (1975), o tema da inserção política de imigrantes e descendentes emergiu no debate sociológico apenas no início dos anos 1990, em estudos sobre a sociedade estadunidense (GERSTLE; MOLLENKOPF, 2001). Até então, a bibliografia especializada havia buscado engendrar formas alternativas para se examinar a incorporação estrutural de imigrantes, se interessando por temas como a mobilidade ocupacional ascensional e as formas de inserção no mercado de trabalho. Disso resultaram análises menos tributárias das perspectivas assimilacionistas clássicas e dos modelos econômicos de inspiração *push-pull* (PORTES, 1981, 1987). Elas ganharam expressão em trabalhos como: *Toward a theory of minority-groups relations* (BLALOCK, 1967), *Ethnic Enterprise in America* (LIGHT, 1972), *A theory of middleman minorities* (BONACICH, 1973) e *Longtime Californ' (NEE; DE BARY NEE, 1973)*.

Já a partir dos anos 1980, perspectivas teóricas renovadas colocaram no centro da discussão os arranjos “étnicos” na organização de atividades econômicas, especialmente, em grandes cidades. Autores passaram, então, a argumentar que a experiência migratória não é sobredeterminada por fatores macroestruturais, mas também, depende de estratégias e recursos relacionais fundamentados na origem compartilhada (PORTES, 2000; PORTES; MANNING, 1986; PORTES; SENSENBRENNER, 1993). Outros trabalhos procuraram desvendar a heterogeneidade das formas de assimilação, segmentadas de acordo com o grupo (PORTES; RUMBAUT, 1990; PORTES; ZHOU, 1993) ou de acordo com a dinâmica espacial da cidade que acolhe o imigrante (SCHILLER, 2008).

Em meio a uma variedade de temas, nas últimas três décadas houve um crescente interesse no estudo da inserção política enquanto parte constitutiva de processos mais gerais de incorporação de imigrantes. O seu exame demanda considerar, por um lado, o modo particular pelo qual cada grupo imigrado, em diferentes regimes políticos, vivencia as condições sociais e institucionais que lhe foram ofertadas

(GREEN, 2006). Por outro lado, torna imprescindível avaliar o contexto específico em que se estabelece a relação nacional-estrangeiro: “as discussões sobre incorporação de imigrantes sempre se encontram social e historicamente ancoradas sobre as conjunturas enfrentadas pelas sociedades receptoras” (TRUZZI, 2012, p.529).

No Brasil, os estudos sobre inserção política de imigrantes foram inaugurados por pesquisadores ligados ao Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). São exemplos disto as publicações organizadas por Boris Fausto, que incluem estudos sobre sírios, libaneses, armênios, japoneses, alemães e espanhóis (FAUSTO, 1991; FAUSTO *et al.*, 1995). Além do seu ineditismo, essas obras tornaram-se referências por inaugurar uma abordagem inovadora, segundo a qual os imigrantes não são concebidos, apenas, enquanto objetos sob os quais incidem as leis, mas são potenciais protagonistas no campo político (ENNES, 2006). Isso é especialmente válido para o caso paulista, por algumas razões.

Entre os anos de 1882 e 1934, o estado de São Paulo foi o destino da maior parcela (60%) dos cerca de oito milhões de estrangeiros que aportaram no Brasil (TRUZZI; KERBAUY; BARBOSA, 2012). Após cerca de dez anos de severas restrições à imigração, o término do Estado Novo possibilitou que a entrada de estrangeiros no país fosse retomada. Iniciou-se, assim, um novo contexto de elaboração de políticas migratórias, ocupação de zonas agrícolas e urbanização. Principalmente, as estruturas de poder sofreram alterações significativas, abrindo caminhos para que imigrantes ocupassem posições sociais de maneira inédita.

Na Quarta República (1945-1964), as instituições públicas de justiça e segurança – que, no regime anterior, haviam sido mobilizadas tendo em vista um maior controle sobre os modos de vida dos imigrantes – tornaram-se, progressivamente, mais receptivas à presença estrangeira no país. Isso pode ser constatado a partir da revogação de antigos decretos restritivos, ou mesmo de iniciativas como a assinatura de acordos migratórios, a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e o acolhimento de refugiados de guerra.

Ainda assim, para certos grupos como alemães, italianos, judeus e japoneses, a sua aceitação pública e a sua presença no imaginário nacional ainda representavam impasses à espera de solução. Poucos anos antes, esses grupos haviam sido diretamente afetados pela forma coercitiva que a campanha de nacionalização estadonovista assumiu. Somou-se a isso a posição de apoio às Forças Aliadas adotada pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra (COMISSÃO, 1992). Por isso mesmo, a paulatina transformação desse cenário se mostra significativa do ponto de vista da análise, e a inserção política desses grupos é uma forma de observá-la.

Este artigo analisa a inserção política de japoneses e descendentes em um período específico da história republicana. Tal fenômeno acompanhou, de modo geral, os processos de mobilidade socioeconômica que esse grupo experimentou nos

primeiros cinquenta anos desde o início de sua chegada ao Brasil². Acredito, então, que interpretações atualmente existentes na bibliografia especializada (BERTOLDO, 2018; NAGAMURA, 2015; SAKURAI, 1993, 2005) podem ser complementadas, principalmente, se considerarmos a expressividade de casos situados no interior paulista.

A pesquisa foi conduzida entre 2016 e 2018, no âmbito do projeto “Percursos histórico-sociais na incorporação de imigrantes no Oeste Paulista (1880-1950)”, coordenado por Oswaldo Truzzi. Ela teve início com a coleta e análise documental nos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE/SP). Foram analisadas as legislaturas e, com base na sua composição, foram tabulados os casos de descendentes de japoneses eleitos tanto para cargos legislativos (Vereador) quanto para cargos executivos (Prefeito e Vice-prefeito).

A presença de candidatos de origem nipônica na política teve início com cargos legislativos. Eles foram, inclusive, mais recorrentes se comparados aos cargos executivos. Os dados obtidos nessa etapa inicial nos permitiram produzir mapas que ilustram cálculos de casos referentes a ambos os cargos, segundo resultados agregados de eleições de todos os municípios do estado ocorridos nos seguintes anos: 1947, 1948, 1949, 1951, 1954, 1955, 1957, 1958, 1959, 1961, 1962 e 1963.

A etapa seguinte foi dedicada a averiguar quais elementos próprios à experiência migratória guardam relação com o fenômeno observado. Para isso, foi realizado um estudo de caso no município de Bastos, situado na mesorregião de Marília, na zona Centro-Oeste do estado de São Paulo. Historicamente, esse município concentrou a ocorrência de candidatos eleitos, bem como dispõe de museu especializado. Ali, foi possível consultar registros e documentos em geral pouco acessíveis. Por intermédio da Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos, foram realizadas entrevistas com diretores de associações, comerciantes e ex-candidatos japoneses e filhos de japoneses.

Os resultados obtidos pela pesquisa indicam que a inserção política desses candidatos esteve condicionada a variáveis como o *timing* de chegada do contingente migratório e às estruturas governança vigentes nos locais de destino e origem. Em suas candidaturas, esses candidatos se valeram de recursos relacionais específicos, dentre os quais se destacam capitais econômico, social e educacional. Eles foram, estrategicamente, mobilizados em pleitos municipais, pois serviram como aporte tanto para viabilizar candidaturas quanto para obter resultados favoráveis nas urnas. Tais capitais são específicos, porque foram concebidos em espaços relacionais e em redes associativas próprias ao grupo (BOURDIEU, 1998). Foi, assim, que o associativismo fundamentado na origem compartilhada impactou na composição

² Refiro-me especificamente ao movimento de mobilidade ocupacional ascendente experimentado pelos japoneses entre 1908 e 1958, assinalado por Saito (1961) e pelo *survey The Japanese Immigrant In Brazil* (SUZUKI, 1969).

de legislaturas, sobrepondo-se até mesmo a variáveis consideradas convencionais, como a orientação política e a filiação partidária.

No período considerado, as candidaturas bem-sucedidas estiveram diretamente relacionadas a estruturas de relações fundamentadas na origem estrangeira. Longe de representarem um universo estático e homogêneo, os espaços relacionais e as redes associativas possuíam uma morfologia complexa, por comportar diferenças internas ao grupo – fossem elas de nacionalidade, idioma, valores, aspirações e costumes. No universo nativo, essas diferenças fomentaram a segmentação geracional entre imigrantes e filhos de imigrantes. Com raras exceções, as candidaturas bem-sucedidas foram protagonizadas por estes últimos, muito embora eles não pudessem dispensar o apoio dos primeiros.

Cargos eletivos municipais no novo regime democrático

No pleito municipal de 1947, foram eleitos os primeiros políticos de origem japonesa. À época, tratava-se de uma novidade surpreendente, haja vista certos desdobramentos decorrentes do fim da Segunda Guerra. Em 1946, a imprensa passou a noticiar a emergência de organizações ultranacionalistas japonesas, responsáveis por promover atentados e assassinatos por motivações políticas e ideológicas³. Elas estavam, diretamente, relacionadas à negação da derrota do império japonês no conflito bélico.

Um caso emblemático foi o assassinato do diretor da Cooperativa Agrícola de Bastos, Jinsaku Wakiyama, em julho daquele ano. Eventos como esse foram, amplamente, reportados pela imprensa paulista e provocaram reações nos próprios imigrados e no restante da população brasileira – bem como desencadearam a vigilância pelas autoridades policiais. Além disso, eles acabaram por fortalecer, ainda mais, a produção de estigmas e intolerância agravados por diferenças linguísticas, culturais e fenotípicas (COMISSÃO, 1992; DEZEM, 2000; HATANAKA, 1993; WILLEMS; SAITO, 1947). A eleição de candidatos de origem japonesa teve início, justamente, nessa referida conjuntura: um ambiente tensionado por nacionalismos conflitantes, em que a rejeição à figura do japonês por grupos nativos era frequente.

Muito embora esse fenômeno possa aparentar uma possível contradição, qualquer estudo que vise o seu exame deve considerar que as formas de controle e coerção exercidas pelo Estado brasileiro coexistiram com certas oportunidades ofertadas aos estrangeiros. Algumas delas encontraram expressão, por exemplo, no universo econômico, acompanhando um movimento planejado de estímulo à

³ A relação completa dos atentados e a descrição dos grupos ultranacionalistas podem ser encontrados em: COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Hucitec, 1992.

diversificação e à modernização da produção agrícola por meio de leis, de concessão de incentivos fiscais, de realização de obras de infraestrutura e da criação de órgãos públicos de suporte e fiscalização da produção.

No caso dos japoneses, essas condições facilitaram o desenvolvimento de empreendimentos associativos, com destaque para as cooperativas. Além disso, a criação de novos territórios político-administrativos em nível municipal forneceu as bases institucionais para a composição de quadros políticos locais que esse grupo passou a experimentar no novo regime.

Na literatura especializada, há consenso em se afirmar que a Constituição de 1946 trouxe novidades quanto ao exercício dos direitos civis ao instaurar as bases legais da Quarta República. Sob forte influência de um léxico trabalhista e do discurso da “democracia racial” (GUIMARAES, 2006), partidos com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado puderam se reorganizar. A despeito de os mandatos presidenciais terem sofrido com a instabilidade política (AVRITZER, 2018), foi concreta a possibilidade de maior participação de grupos sociais que, até então, haviam contado com pouca ou mesmo nenhuma representatividade.

Logo após o término da Segunda Guerra, a reorganização política já era considerada no debate público um processo inescapável no Brasil, a exemplo dos decretos que dispuseram sobre o pluripartidarismo e a convocação de eleições. Eles foram significativos para filhos de imigrantes, pois viabilizaram, do ponto de vista regulatório, as suas aspirações de ingresso no universo da política.

Com o término do Estado Novo em outubro de 1945, assumiu a presidência interina da República o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. As eleições para presidente e para deputados e senadores para a composição da Assembleia Nacional Constituinte ocorreram em seguida, no mês de dezembro. Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente e, no caso de São Paulo, houve disputa pelas 35 cadeiras reservadas ao estado. Em setembro do ano seguinte, foi promulgada a Constituição Federal. A transição democrática se completou em 1947 com dois pleitos: o primeiro ocorrido no mês de janeiro, para governadores, deputados e senadores das Assembleias Constituintes estaduais. O segundo pleito ocorreu em novembro para preenchimento dos cargos municipais. Em São Paulo, foram disputados os cargos de vereador nas câmaras de 305 municípios e o cargo de prefeito em 292 deles (MANECHINI, 2012).

Esse novo cenário trouxe possibilidades inéditas a filhos de imigrantes no estado de São Paulo, o que, de uma forma geral, pode ser entendido enquanto parte significativa de um movimento mais amplo em curso desde 1930. A reconfiguração do sistema político acarretou, entre outros aspectos, a renovação das elites de poder tradicionais e o fim das interventorias (CODATO, 2008; TRUZZI, 2009). Estas últimas eram uma estrutura burocrática estatal centralizadora que legislava nas

matérias de competência do estado e dos municípios por meio do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), representante do poder federal. Subordinados às interventorias, os prefeitos municipais se submetiam tanto ao interventor do estado (que os nomeava) quanto ao presidente do Departamento Estadual do Serviço Público, possuindo, portanto, uma atuação limitada (SOUZA; KERBAUY; TRUZZI, 2003). A extinção definitiva desse sistema permitiu que japoneses nacionalizados, ou seus filhos nascidos no Brasil, concorressem pela primeira vez a cargos eletivos.

A inserção política de candidatos de origem japonesa

Diferente de outros grupos imigrados que elegeram candidatos no pleito municipal de 1936 (o último antes do Estado Novo), como os italianos, portugueses, suíços, sírios e libaneses, a primeira oportunidade efetiva em que filhos de japoneses concorreram às eleições municipais foi no pleito de novembro de 1947. Enquanto a eleição do cargo de prefeito ocorria pelo voto direto, a dos representantes do poder Legislativo obedecia ao sistema proporcional.

Entre os candidatos de origem japonesa, um caso tornou-se emblemático no contexto das eleições municipais ocorridas em 1947: o advogado “Luís” Yukishigue Tamura assumiu o cargo de vereador do município de São Paulo em fins daquele ano, beneficiado pela cassação dos candidatos do Partido Social Trabalhista (PST), por decisão do Tribunal Superior Eleitoral⁴ (BAUAB, 2012). Para além das manobras eleitorais resultantes do jogo de poder e de forças políticas que culminou com a cassação de candidatos eleitos democraticamente, a posse de um cargo político trouxe a Tamura grande visibilidade entre a população japonesa que habitava a capital paulista (SALVADORI FILHO, 2014).

Contudo, diferente do que afirma a literatura, Tamura não foi o primeiro descendente de japoneses eleito para um cargo político. Naquele pleito de 1947, outros trinta e sete candidatos de origem japonesa, também, haviam sido eleitos para cargos legislativos em municípios do interior paulista – fato que, até os dias atuais, não foi examinado por pesquisadores, com exceção do trabalho de Nagamura (2015).

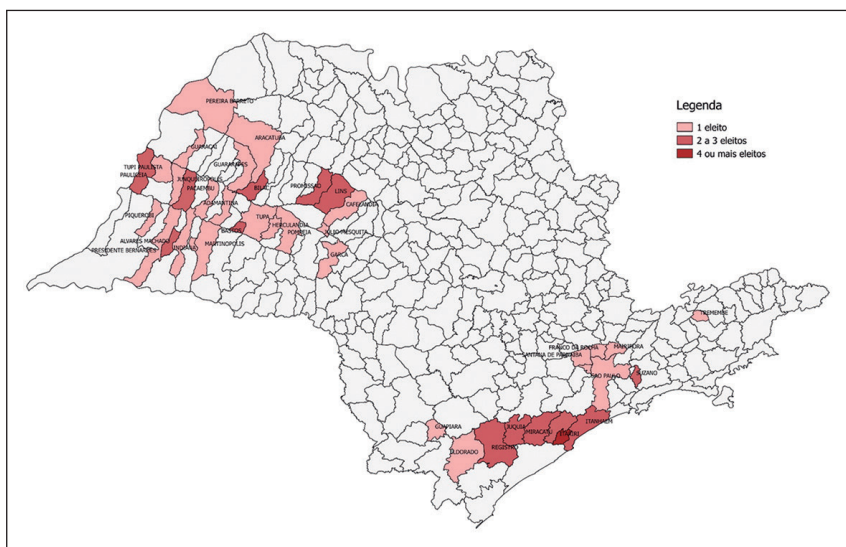
É bem possível que a notoriedade alcançada por Yukishigue Tamura contribuiu para que o pioneirismo lhe fosse atribuído sem grande dissenso. Afinal, ele passou a representar uma espécie de trajetória exemplar para uma segunda geração de imigrantes, que aspirava a ascensão social e a aceitação de suas diferenças. Após

⁴ Somente no município de São Paulo, 15 vereadores do Partido Social-Trabalhista (PST) foram cassados na véspera da tomada de posse dos seus cargos.

ocupar sucessivos cargos políticos, Tamura conquistou amplo reconhecimento social e era considerado uma figura pública notável. Um ponto crítico a ser destacado é que na escassa literatura dedicada ao exame da ascensão política de indivíduos de origem japonesa no Brasil, autores constantemente reproduzem uma narrativa de pioneirismo na política que Tamura supostamente teria protagonizado (SAKURAI, 1993; SALVADORI FILHO, 2014). Desse modo, a centralidade conferida ao pleito ocorrido na capital paulista contribuiu para a omissão de casos situados em outras localidades.

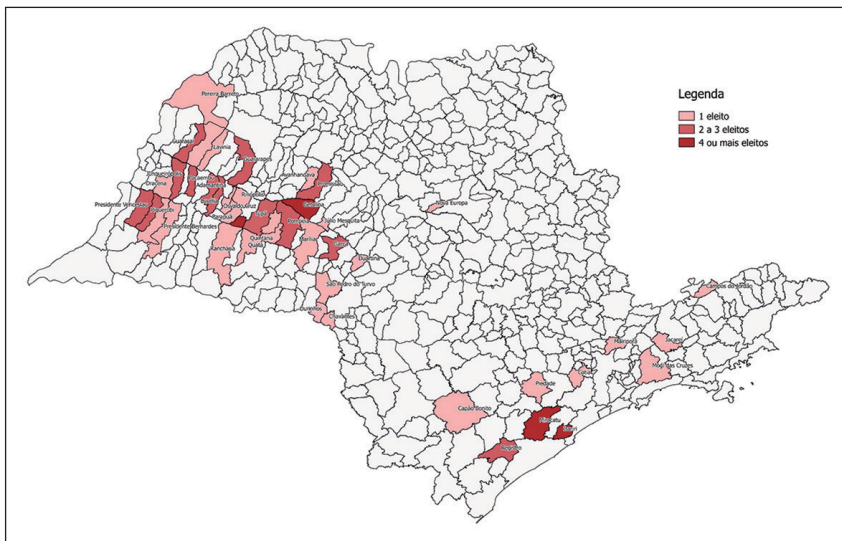
Tendo em vista a superação dessas limitações, enfatizo que a produção e a análise de novas evidências empíricas que contemplem municípios do interior paulista podem contribuir para a produção de novos entendimentos sobre o fenômeno em discussão. Seguindo essa proposta, as figuras a seguir ilustram a distribuição dos candidatos de origem japonesa eleitos para ambos os cargos legislativo e executivo em municípios paulistas, por período.

Figura 1 – Distribuição dos candidatos de origem japonesa eleitos em municípios paulistas, 1947-49.



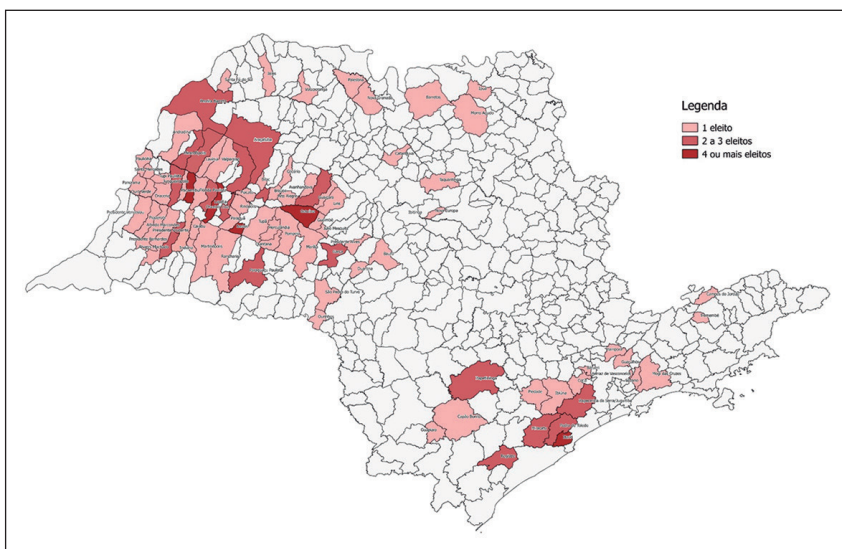
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE/SP.

Figura 2 – Distribuição dos candidatos de origem japonesa eleitos em municípios paulistas, 1950-54.



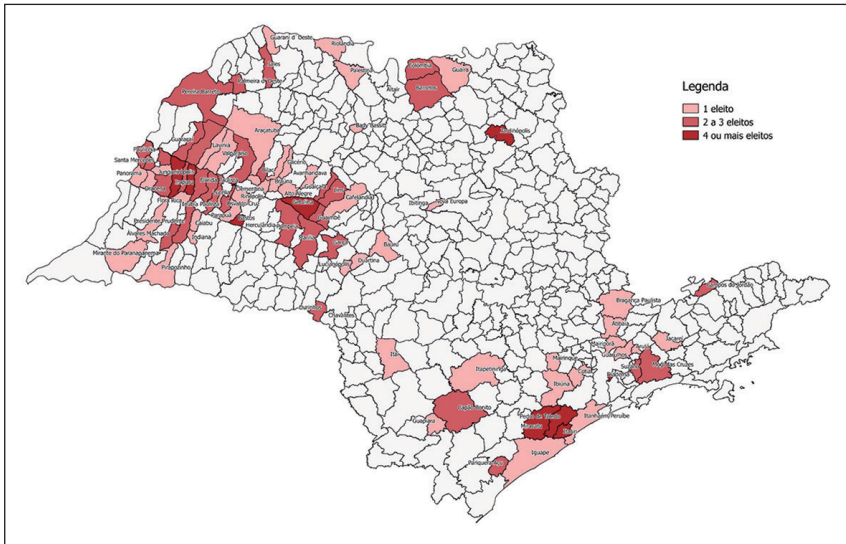
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE/SP.

Figura 3 – Distribuição dos candidatos de origem japonesa eleitos em municípios paulistas, 1955-58.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE/SP.

Figura 4 – Distribuição dos candidatos de origem japonesa eleitos em municípios paulistas, 1959-62.

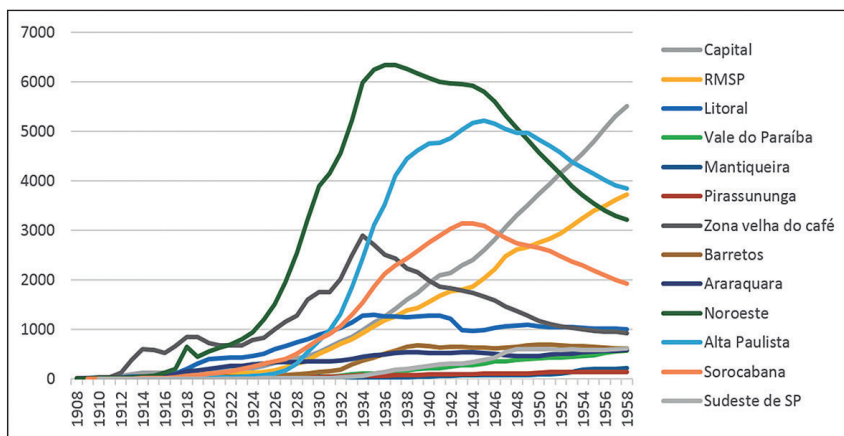


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE/SP.

Breve descrição dos casos

De um modo geral, os casos dos candidatos de origem japonesa eleitos concentraram-se em municípios e zonas do estado com maior presença desse grupo. Possuem destaque as zonas Noroeste, Alta Paulista, Vale do Ribeira e Região Metropolitana de São Paulo. Verifica-se essa correspondência a partir da figura a seguir, que mostra a distribuição da população japonesa ao longo do tempo segundo zonas agrícolas.

Figura 5 – Distribuição da população japonesa por zona e período.



Fonte: Elaboração própria a partir de Suzuki (1969, p.426), tabela 335.

Entre 1947 e 1949, foram eleitos 62 candidatos de origem japonesa em 42 diferentes municípios do estado de São Paulo, principalmente, aqueles localizados na Zona Oeste. Entre eles, possuem destaque Bilac, situado na Mesorregião Araçatuba, com 3 vereadores eleitos⁵ e Itariri, situado na Mesorregião do Vale do Ribeira, com 5 vereadores eleitos⁶. A ocorrência de três eleições municipais em um período de três anos deveu-se, principalmente, à fundação de 64 novos municípios no período. Assim, em muitos deles, essas eleições estabeleceram a disputa para a composição da primeira Legislatura de suas Câmaras Municipais. Os cargos legislativos, inclusive, não eram remunerados.

Nos pleitos municipais de 1951, 1952 e 1954 houve uma novidade, estabelecida a partir da Lei nº 1.174, de 21/08/1951: a criação do cargo de vice-prefeito, a ser eleito por voto direto. Em casos excepcionais (geralmente, em municípios que tiveram eleições em 1949), o vice-prefeito era escolhido por voto indireto da Câmara. É o caso de Júlio Mesquita, situado na Mesorregião de Bauru, que teve 1 vice-prefeito⁷ de origem japonesa a partir da aplicação dessa lei. Os dados referentes ao período entre 1951 e 1954 indicam uma tendência de aumento do número de casos de eleitos. Em 45 municípios em que houve ocorrência, foram eleitos ao total 72 candidatos. Possuem destaque os municípios de Bastos, na Mesorregião de

⁵ Tiosuke Sakamoto, Massami Sasahi e Massatoshi Onohara. Eleições de 9/11/47.

⁶ Ari Tomio Miacyro, José Higa, José Choqui Tamaguski, Heicho Fukuti e Yonemori Taira. Eleições de 13/03/49.

⁷ Hakuo Iamamoto.

Marília, com 4 vereadores e 1 vice-prefeito eleitos⁸, e Miracatu, na Mesorregião do Vale do Ribeira, com 5 vereadores eleitos⁹.

Nos pleitos municipais de 1955, 1957 e 1958, é possível observar que houve um aumento significativo no número de ocorrências, principalmente, nas mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba. Pela primeira vez, houve casos na zona Norte do estado, na mesorregião de São José do Rio Preto (Jales, Palestina, Nova Granada) e na mesorregião de Ribeirão Preto (Barretos, Morro Agudo, Ipoã). Em 83 municípios em que houve ocorrência, foram eleitos 120 candidatos. Possuem destaque os municípios: Bastos, com 7 vereadores¹⁰ e 1 prefeito (Tadao Hatanaka, o primeiro de origem japonesa a ser eleito em todo o estado), Pacaembu, na mesorregião de Presidente Prudente, com 5 vereadores eleitos¹¹, e Pauliceia, na mesorregião de Presidente Prudente, com 1 prefeito eleito¹².

Nos pleitos municipais de 1959, 1961 e 1962, uma novidade que acompanhou essas eleições: a nova distribuição territorial do estado a partir da Lei nº 5.285, de 18/02/1959, que estabeleceu a divisão em 195 comarcas, 505 municípios e 841 distritos. Assim como no período anterior, houve ocorrência em 83 municípios e foram eleitos 150 candidatos de origem japonesa. Os dados colhidos indicam que o número de ocorrências continuou em ritmo crescente, porém com uma tendência maior à diversificação das regiões. Além disso, identificamos um número maior de municípios em que 4 ou mais candidatos de origem japonesa foram eleitos no mesmo pleito. São os casos das eleições de 4/10/1959 em Diadema¹³ (Região Metropolitana de São Paulo), Miracatu¹⁴ (Mesorregião do Litoral Sul), Osvaldo Cruz¹⁵ (Mesorregião de Presidente Prudente) e Bastos (Mesorregião de Marília). Se comparado aos períodos anteriores, houve, também, um aumento na eleição para cargos executivos municipais, de prefeito e vice-prefeito, totalizando três municípios: Diadema (vice-prefeito), Miracatu (vice-prefeito) e Bastos (prefeito). Neste último, 8 das 11 vagas de vereadores foram ocupadas por candidatos de origem japonesa¹⁶ e a isso se somou a vaga de prefeito, ocupada por Tohoru Nishi, totalizando 9 candidaturas eleitas no mesmo pleito.

⁸ Hiroko Ikeda, Kiyussuki Sasaki, Luiz Misuko Ikeda, Massaro Makimori, Paulo Seizi Zakimi (vice-prefeito).

⁹ Ushima Hirroski, Seijo Onaga, Takasigue Yamashiro, Carlos Hirakawa. Na página oficial da Câmara do município consta além desses nomes Joaquim Shimabukuro, possivelmente eleito por suplência.

¹⁰ Atsushi Taniguchi, Hirayuki Kobayashi, Luiz Misuko Ikeda, Mamoru Taroda, Paulo, Seizi Zakimi, Tohoru Nishi, Vítório Higashi. Eleições de 03/10/1955.

¹¹ Ioshito Kawaguti Mário Kawakami, Sadao Tashiro, Tomo Hirozo, Tossio Shigueta. Eleições de 10/03/1957.

¹² Kiro Sentaro. Eleições de 10/03/1957.

¹³ Orlando Okazaki (vice-prefeito), Mituo Mizobuti, George Goro Kuroiwa, Giutaro Tanaka.

¹⁴ Takasique Yamashiro (vice-prefeito), Paulo Kamia, Seijo Onaga, Sisei Toma.

¹⁵ Giro Kuniyoshi, João Nagano, João Matushita (assumido por suplência).

¹⁶ Hirayuki Kobayashi, Tomoya Shida, Tadao Hatanaka, Mamoru Taroda, Atsushi Taniguchi, Massaharu Matsubara, Toshio Goto, Hitoshi Ono.

Nas eleições ocorridas em 5 e 23/03/1961, sete municípios elegeram 3 ou mais candidatos de origem japonesa: Suzano¹⁷ (Região Metropolitana de São Paulo), Pedro de Toledo¹⁸, Juquiá¹⁹ e Itariri²⁰ (na Mesorregião do Litoral Sul), Junqueirópolis²¹ e Pacaembu²² (Mesorregião de Presidente Prudente) e Julio Mesquita²³ (Mesorregião de Bauru). Em Pacaembu e Juquiá foram eleitos vice-prefeitos. No período compreendido, entre 1959 e 1962, foram eleitos, portanto, 4 vice-prefeitos e 1 prefeito de origem japonesa.

Esse quadro geral me levou a averiguar quais variáveis foram significativas para a ocorrência do fenômeno em questão. Longe de esgotar as possibilidades existentes, em um primeiro momento da pesquisa, optei por enfatizar a relevância de certas variáveis que, do ponto de vista da análise, operaram em nível macro. Elas forneceram as condições mais gerais para que indivíduos e grupos estrangeiros se estabelecessem no território nacional em contextos específicos de elaboração de políticas migratórias, de ocupação de zonas agrícolas, de desenvolvimento econômico regional. São considerados relevantes o **momento histórico** de chegada do contingente japonês e as **estruturas de governança** vigentes nos diferentes regimes políticos da sociedade brasileira.

Presença governamental das nações de origem e destino

Diferente de outros países do continente americano, os japoneses chegaram ao Brasil no começo do século vinte e o auge dessa imigração ocorreu na década de 1930²⁴. Após o término do financiamento integral dos custos de viagem pelo Governo do Estado de São Paulo em 1920, o governo japonês financiou a vinda de seus cidadãos entre 1925 e 1940, principalmente através do *Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha*, órgão executivo de emigração criado em 1917 (NOGUEIRA, 1973). A partir de 1923, o Brasil era, praticamente, o único país que ainda recebia imigrantes japoneses e, nesse período, esse órgão encaminhou cerca de 164.000 indivíduos, configurando o auge da entrada dessa nacionalidade no país.

Na segunda metade da década de 1920, o suporte do governo japonês reverberou no destino dos imigrados, de forma que a produção cafeeira em grandes fazendas deixou de ser um destino exclusivo. Em 1929 foi criada a Sociedade

¹⁷ Julio Ossamu Yokoama, Hojumi Ikeda, Massashi Nagai.

¹⁸ Antonio Hideo Matsuda, João Akamine, Yoneo Shimabukuro, Jorge H. Tamashiro.

¹⁹ José Miadaira (vice-prefeito), Hitoshe Omiya, Mario Tamada, Seiski Hanashiro.

²⁰ Fumikio Kogashi, Feiyu Fukuti, Nivio Matsushita, Takecatsu Tamaciro, João Higa.

²¹ Hidesuke Yagi, Kunitoshi Yamada, Tsunetoshi Sakae, Hanabo Koshiy, Pedro Mitio Matsubara.

²² Sadao Tashiro (vice-prefeito), Shigueo Takahashi, Takeshi Okamoto, Tomo Hirozo, Yoshio Kawaguti.

²³ Akirou Maeda, Tsuguo Noguti, Osvaldo Minoru Miura.

²⁴ Entre 1930 e 1940 cerca de 100.000 imigrantes japoneses entraram no Brasil (LEVY, 1974).

Colonizadora do Brasil (Bratac), que adquiriu terras em São Paulo e no Paraná para fundar núcleos agrícolas, atuando como entidade central unificadora das colônias japonesas em fase de formação. Sumariamente, a formação de colônias assumia diversas modalidades (SAITO, 1961).

Uma modalidade delas tinha início com a aquisição de lotes de terras (em geral matas virgens) de grandes propriedades. A formalização dos lotes em caráter de exploração atraía imigrantes pioneiros dispostos a torná-los aptos à produção, o que agregava valor à terra para futura revenda. Este tipo de formação foi denominado *shokuminchi* (colônias), que não pressupunha o estabelecimento definitivo dos colonos (COMISSÃO, 1992). Outra forma bastante comum era feita por empresas privadas: a aquisição dos lotes pelos colonos ocorria ainda no Japão e, posteriormente, se planejava a emigração. Essa modalidade era denominada *ijû-chi* (terra para onde se emigrou). Nela, muitos dos imigrantes eram proprietários das terras e estavam decididos a se estabelecer definitivamente no Brasil. É o caso do núcleo colonial de Bastos.

Assim, de modo sucinto, é possível afirmar que o início da imigração japonesa no Brasil esteve, diretamente, relacionado a projetos de colonização que buscavam atrair mão de obra estrangeira para as lavouras de café. Posteriormente, essa dinâmica foi alterada tendo em vista alternativas ao sistema monocultor. Isso significa que a emigração para o Brasil ocorreu não somente enquanto política de Estado por parte do Japão, mas que a sua tutela se fez presente por meio de arranjos institucionais nos locais de estabelecimento – o que singulariza esse grupo em relação aos demais. A forte presença estatal no planejamento e execução dos projetos migratórios, e o seu alto grau de institucionalização tiveram efeitos nas chances de mobilidade socioeconômica dos japoneses. A isso se somou a criação de empreendimentos associativos voltados à distribuição da produção: as cooperativas agrícolas.

A emergência das cooperativas agrícolas

Entre 1908 e 1941, a presença estatal japonesa foi centralizada pelo Consulado Geral do Japão em São Paulo que, inclusive, estimulou a formação de cooperativas agrícolas. Isso impactou de maneira considerável nas chances de sucesso de colônias estabelecidas após a segunda metade da década de 1920. Naqueles anos, no estado de São Paulo, o sistema cooperativista disseminou-se entre os imigrados, fortemente estimulado pelas seções consulares, que prestavam apoio administrativo e dispunham de crédito financeiro.

Esse sistema havia sido implantado com relativo sucesso no Japão, onde, cerca de 42% das famílias daquele país estavam associadas a cooperativas (SAITO, 1961). Seguindo essa política de incentivo ao associativismo, em 1934 foi criada

a Cooperativa Central Nipo-Brasileira, uma espécie de federação cujo escritório funcionava junto ao Consulado e que, até 1941, centralizou a administração de questões jurídicas e burocráticas das cooperativas japonesas existentes em São Paulo (TANIGUTI, 2019).

Mesmo encontrando dificuldades de se adequar ao sistema jurídico brasileiro²⁵, ao final da década de 1930, era possível contabilizar a existência de vinte e três cooperativas de origem japonesa, compostas por cerca de cinco mil cooperados (SAITO, 1961; SEABRA, 1977; TANIGUTI, 2019). Em linhas gerais, a adoção do sistema de produção agrícola cooperativista não representou algo inédito para os japoneses, mas estes se beneficiaram tanto do suporte consular do seu país de origem quanto do estímulo à diversificação e desenvolvimento agrícola promovido em nível nacional e estadual.

Já o Estado brasileiro passou a oferecer oportunidades por meio da criação de leis trabalhistas e órgãos setoriais, do estímulo à diversificação da produção agrícola e da criação de uma legislação específica para o cooperativismo. A condição de arrendatário ou proprietário de terras se tornou obrigatória para a participação em cooperativas agrícolas (Decreto-Lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932).

Do ponto de vista ocupacional, a população japonesa vinha seguindo uma tendência de ascensão mediante a aquisição de pequenas propriedades rurais. Isso se deveu, basicamente, à concentração de sua atividade econômica no setor agrícola, à migração interregional e mudanças do tipo de produção. Em grande medida, esse grupo passava cada vez mais a se dedicar à produção agrícola diversificada em pequenas propriedades rurais. Portanto, as cooperativas agrícolas operaram como um facilitador dos movimentos de mobilidade ocupacional ascendente da população japonesa no Brasil (SUZUKI, 1969; TANIGUTI, 2014).

Além de suas características estritamente objetivas de atuação no mercado, a forma de organização cooperativista representou para os japoneses uma espécie de referência cultural. A depender de sua dimensão, ela operava na condição de um importante espaço de sociabilidade, de difusão de informações e recursos. Ela congregava circuitos de elites econômicas, políticas e de lideranças locais, e oferecia serviços beneficentes e assistenciais aos seus membros. O desenvolvimento exitoso das cooperativas permitiu a gestação de novos valores que, em seu conjunto, ajudaram na formatação de um ambiente caracterizado por maior aceitação dos japoneses na sociedade local – uma espécie de credencial para a sua incorporação em instâncias variadas da vida social. Devido à sua posição de relativo destaque entre os núcleos coloniais, Bastos passou a integrar essa rede de lideranças oriundas de cooperativas, conforme nos mostra a Figura 6.

²⁵ Em 1934, das 35 cooperativas fundadas por japoneses, apenas 18 encontravam-se regularizadas (SEABRA, 1977).

A agricultura, além de constituir um domínio central em que se operou a inserção social e econômica de uma parcela considerável desse grupo, também, foi transformada em um produto imagético compartilhado, referente a valores positivos associados aos japoneses e ressignificada no novo regime político da Quarta República. A partir do intervalo democrático, portanto, o processo de transposição de fronteiras impeditivas aos japoneses esteve associado de maneira significativa ao universo agrícola. Partindo dessa afirmação, acredito ser possível formular interpretações renovadas a respeito do fenômeno da inserção desse grupo nas estruturas locais de poder.

Figura 6 – Reunião de gestores de cooperativas, realizada em Bastos, década de 1940. Na primeira fileira, sentados e identificados: Ikuta Mizobe, Kenkiti Simomoto e Jinsaku Wakiyama.



Fonte: Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Bastos.

Bastos: um epicentro de acontecimentos políticos

A representatividade de casos situados no município de Bastos me conduziu ao seu exame detido. No período considerado, nenhum outro município elegeu mais candidatos de origem japonesa nos pleitos municipais. E, de modo paradoxal, é válido destacar que no ano anterior às eleições de 1947, Bastos foi um dos epicentros de conflagrações envolvendo atentados cometidos por japoneses ultranacionalistas contra seus compatriotas. Esses indivíduos explicitavam a sua recusa em adotar o modo de vida brasileiro, pois se identificavam com o sistema japonês de valores (*Nippon Seishin*) e pregavam devoção e submissão ao seu regime. Com isso, aguardavam reconhecimento do Império, que promoveria o seu retorno. A notícia da derrota japonesa na Segunda Guerra foi negada por essa fração de imigrantes e

desencadeou inúmeras ações de retaliação contra aqueles que assumiam a derrota. Elas envolveram intimidação, ameaças e, também, os assassinatos de lideranças locais – muitos dos quais ocupavam cargos em cooperativas.

Bastos é um município paulista originado a partir de uma colônia de imigrantes ali instalada em fins da década de 1920, sob administração da já referida empresa Bratac. A despeito de a sua fundação, historicamente, ser datada de 1928, foi, somente, em novembro de 1944 que Bastos alcançou autonomia administrativa municipal e o seu primeiro prefeito, Marciliano Aires Júnior, foi eleito indiretamente e cumpriu mandato até 1946. Em 9 de novembro de 1947, foram realizadas eleições municipais para o preenchimento dos cargos legislativos e executivos. Dos treze cargos de vereadores, dois foram ocupados por indivíduos de origem japonesa.

Nos pleitos seguintes, a presença desses candidatos tornou-se recorrente, inclusive para cargos do Poder Executivo: em 1951 eles contabilizavam quatro dos onze vereadores eleitos, além de contar com um vice-prefeito. Em 1955, foram sete dos onze vereadores eleitos além do prefeito que, conforme já foi indicado, foi pioneiro em todo o estado de São Paulo. Já nos pleitos de 1959 e 1963, a quase totalidade dos vereadores possuía origem japonesa, além do prefeito. O quadro a seguir apresenta a composição das legislaturas do município no período considerado pela pesquisa.

Quadro 1 – Composição das legislaturas do município de Bastos, 1947-1963

1947-51	1952-55	1956-1959	1960-63
Dimas da Silva Rocha (prefeito)	Lino de Lorena Peixoto (prefeito)	Tadao Hatanaka (prefeito)	Tohoru Nishi (prefeito)
Coiti Mori	Hiroko Ikeda	Atsushi Taniguchi	Atsushi Taniguchi
Paulo Seizi Zakimi	Kiyussuki Sasaki	Hirayuki Kobayashi	Hirayuki Kobayashi
João Batista Nogueira	Luiz Misuko Ikeda	Luiz Misuko Ikeda	Hitoshi Ono
Augusto Gomes de Oliveira	Massaro Makimori	Mamoru Taroda	Mamoru Taroda
Osóio Carnevali	Paulo Seizi Zakimi	Paulo Seizi Zakimi	Massaharu Matsubara
Valdevino Fernandes	Alfredo Veronezi	Tohoru Nishi	Tadao Hatanaka
Vergílio Pegini	Antenor Vieira de Sá	Vitório Higashi	Tomoya Shida
Manoel de Barros Cavalcanti	Dimas da Silva Rocha	Amílcar Rocha	Toshio Goto
João Mancilha Pinto	Euzébio José Tolentino	Antenor Vieira de Sá	Augusto Gomes de Oliveira
Demóstenes Pereira de Castro	José Marques Válio	Issac de Andrade Freitas	João Baptista Nogueira
José Marques Válio	Maria Aparecida Rocha	Lino de Lorena Peixoto	Ozório Carnevali
Emídio de Andrade Freitas	Ozório Carnevali		
Luciano Miquelon			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE/SP.

A presença japonesa em Bastos

Em 1928, Mitsusada Umetani, ex-governador da província de Nagano, atuava como o diretor-executivo do órgão japonês nomeado Confederação das Cooperativas de Emigração para o Ultramar. Ele foi incumbido da tarefa de adquirir terras para o estabelecimento de colônias nos estados de São Paulo e Paraná, o que foi feito em 1928. Foram adquiridas quatro propriedades que deram origem às seguintes colônias: Bastos (12 mil alqueires), Nova Aliança (Mirandópolis, 1,3 mil alqueires), Tietê (Pereira Barreto, 46,6 mil alqueires) e Três Barras, no Paraná (atual Assaí, 12,5 mil alqueires).

No caso de Bastos, Umetani contou com o auxílio de Senjiro Hatanaka, funcionário do setor de imigração do Consulado Geral do Japão em São Paulo, e Tokuya Koseki, do setor de saneamento. Concebido para ser um núcleo colonial planejado, Bastos teve a sua data de fundação estabelecida no dia 18 de junho de 1928 (mesmo dia da chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil, vinte anos antes), quando foi assinado o contrato de compra de uma fazenda de propriedade de Henrique Bastos Thompson.

Ao total, doze províncias japonesas aderiram ao projeto e passaram a enviar imigrantes para o local a partir de 1929. A gestão dos núcleos ficou a cargo da Bratac e, partir de então, foram demarcadas áreas de produção, divididas em seções (Alto, Esperança, Saúde, Progresso, Glória, União, Cascata, Bonfim, Fartura). Após a superação de certos empecilhos relativos à administração dessas seções e da vinda de imigrantes, inicialmente, os colonos se dedicaram ao cultivo do café e do algodão (BASTOS, 2011).

Em 1932, a Bratac passou a estimular a sericicultura e, para isso, construiu uma fábrica de fiação de seda e outra de beneficiamento de algodão no local. Isso impulsionou a economia do núcleo colonial, tornando Bastos um dos principais produtores de fios seda do país. Em 1937, a Confederação das Cooperativas de Emigração para o Ultramar foi transformada em uma empresa de capital aberto, o que trouxe novas possibilidades de investimento. Sob administração do gestor Kunito Miyasaka, a Bratac recebeu considerável investimento privado. Já a população do município, que em 1930 era composta por cerca de 6 mil habitantes, praticamente havia dobrado em 1945.

Associativismo e formação de lideranças

A guerra trouxe mudanças significativas para a realidade da população japonesa residente em Bastos. Nas empresas de capital japonês, foi recorrente a substituição dos núcleos gestores por brasileiros natos. Ademais, a posição

do Japão como inimigo de guerra da nação brasileira difundiu sentimentos de intolerância contra os imigrados e promoveu o policiamento de suas atividades. A sericicultura subsistiu como principal atividade econômica do município até 1945, quando sofreu um declínio e deu lugar à avicultura – que, atualmente, destaca Bastos no setor agrícola brasileiro (MARUYAMA, 2011).

Nesse processo de diversificação da produção, as cooperativas agrícolas tiveram importância fundamental, pois ofereceram alternativas viáveis aos produtores rurais. Basicamente, elas dispunham de um sistema mais integrado de assistência à produção e de comercialização. Logo após o fim da guerra, algumas cooperativas instalaram escritórios e depósitos no município: a Cooperativa Agrícola Bandeirante (1946), a Cooperativa Agrícola de Cotia (1947), a Cooperativa Agrícola de Juqueri (1951).

A partir de 1947, as candidaturas aos cargos municipais foram lançadas, majoritariamente, por uma segunda geração, nascida no Brasil, ou mesmo naturalizada. Referidos pelos entrevistados como “ala jovem” dos imigrantes, esses candidatos de segunda geração se valeram do apoio de associações – em especial, as cooperativas – para alcançar a aprovação de sua candidatura política.

Conforme mencionado anteriormente, elas representavam um dos principais espaços de sociabilidade dos imigrantes. Em municípios formados a partir de núcleos coloniais, isso ocorria até mesmo com mais intensidade. Portanto, certos capitais sociais decorrentes da senioridade, da experiência migratória anterior e da presença ativa em associações foram fatores impulsionadores de candidaturas²⁶.

As associações fundadas por japoneses em Bastos se estabeleceram em 1930, com a criação da *Bastos-kai*. Ela foi uma das diversas entidades de caráter social que foram fundadas na colônia, mas que se distinguiu por possuir a sua memória preservada por ter se desdobrado na atual Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Bastos. Além da *Bastos-kai*, havia ainda outras entidades, como as equipes esportivas, os grupos teatrais, igreja, associação de moços, além da escola primária e do hospital. Muitas delas eram formadas a partir de afinidades da província de origem ou a partir das seções produtivas da colônia.

A singularidade da *Bastos-kai* é que, a partir de 1933, ela ampliou o escopo de suas atividades e, com a aprovação da Bratac, foi reformulada sob o nome *Jitikai* (Associação Independente). Em 1939, um importante movimento organizacional ocorreu: o *Jitikai* foi incorporado pela Sociedade Cooperativa de Bastos – Cooperativa Central. A chefia dessa cooperativa foi composta por Senjiro Hatanaka (considerado pelos japoneses como o fundador de Bastos) e Jinsaku Wakiyama, assassinado em 1946.

²⁶ Informações obtidas por meio da entrevista com um ex-candidato a prefeito de Bastos, realizada em agosto de 2018.

Na *Jitikai*, cada uma das seções territoriais possuía um chefe e um subchefe que representavam os interesses dos colonos das seções. Cada seção, por sua vez, possuía uma associação própria, que elegia esses representantes (MITA, 1999). Assim, a forma de organização colonial ali existente favoreceu a formação de lideranças locais entre os colonos. Justamente, algumas dessas lideranças destacaram-se no cenário político a partir de 1947. Mesmo que a vinculação a associações não fosse algo indispensável para a eleição de candidatos, foi constatado que, internamente aos núcleos coloniais, ela representou um importante mecanismo relacional, capaz de aumentar as chances de inserção desses sujeitos nas estruturas de poder em âmbito municipal.

Espaços de sociabilidade e recursos

Os candidatos eleitos a partir de 1947 guardaram estreito diálogo com as associações locais de forma a mobilizar apoio político. Podemos mencionar, por exemplo, o caso de Senjiro Hatanaka: além de ter trabalhado para o Consulado e ser considerado o fundador do município, na década de 1960, foi condecorado tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo japonês. No final de sua vida, ocupou cargos na representação local da Cooperativa Agrícola de Cotia. O seu filho, Tadao Hatanaka, ocupou cargos na Sociedade Cooperativa de Bastos e, em 1956, foi eleito prefeito – o primeiro de origem japonesa eleito em toda a história do estado de São Paulo.

A candidatura deste último, dificilmente, teria sido viabilizada sem o suporte e a aprovação das lideranças japonesas mais antigas e das lideranças de seções. Isso porque, especialmente em núcleos coloniais geridos pela Bratac, como é o caso de Bastos, a noção de pertença havia sido reconfigurada na jornada migratória e assumiu características singulares. Na leitura do antropólogo Takashi Maeyama (1979), as colônias representariam uma espécie de exclave da nação japonesa, esta última que possuiria primazia, mesmo em relação às preferências individuais: “A colônia japonesa nas décadas de 1920 e 1930 era, por assim dizer, um *tobichi* (um território separado, um exclave), uma parte suplementar da nação japonesa. Os imigrantes formavam uma estrutura única por causa do Japão, mas não por si mesmos”. (MAEYAMA, 1979, p.593).

Para este autor, o sentimento de unidade nacional japonesa em terras brasileiras era fomentado, principalmente, pelo Consulado Geral do Japão em São Paulo, entidade oficial de representação do regime imperial. A ele se somavam a empresa de imigração *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* e a empresa de administração colonial Bratac. Esses três órgãos, de modo interrelacionado, centralizavam os principais instrumentos de amparo às atividades exercidas pelos imigrados e, por

isso, passaram a ser considerados por estes últimos como os representantes locais das “três famílias reais” (*go-sanke*) – superintendentes hereditários feudais do xogunato Tokugawa a quem os súditos do imperador estariam subordinados.

Nas colônias, havia, assim, um sistema social emulado e organizado em torno de um centro de poder soberano. Ele era pouco suscetível a mudanças, mas devido a circunstâncias adversas já explicitadas, em fins dos anos 1930, foi desestabilizado e progressivamente abandonado. Contudo, durante anos esse sistema regeu a vida cotidiana de muitos imigrantes de primeira geração e seus descendentes e instaurou lógicas de sociabilidade com apreço pela senioridade.

Portanto, ao menos até 1956, quando Tadao Hatanaka foi eleito prefeito, a influência dos imigrantes mais experientes regia as chances de sucesso no campo político. Em contraposição, em sua gestão, Hatanaka já anunciava a existência de uma clivagem geracional no ambiente das lideranças de Bastos: “Indiferentes em relação à Câmara Municipal, como estão, os japoneses de Bastos serão vistos como irresponsáveis. Gostaria que os japoneses de Bastos, em especial os da geração de 40 anos, se naturalizassem e se candidatassem a vereador”. (HATANAKA, 2011, p.307).

Na visão do prefeito, os imigrantes de primeira geração possuíam certa indiferença em relação à sua presença no debate público municipal, pois em geral costumavam lidar com assuntos de ordem coletiva no âmbito restrito dos núcleos coloniais. Assim, o advento da estrutura de poder em nível municipal trouxe a essas lideranças uma espécie de desafio de adequação, assumido, principalmente, por indivíduos de segunda geração e, em menor grau, por imigrantes naturalizados. Ademais, o forte vínculo dos japoneses com a terra natal aparenta ser, em sua avaliação, algo incompatível com o cenário político de autonomia municipal que então passava a vigorar.

Após a gestão de Hatanaka, a projeção das lideranças de segunda geração filhos de imigrantes ainda continuou se valendo do suporte de associações de primeira geração. Mas a clivagem geracional por ele apontada, também, indicava a importância de outros espaços demarcados justamente pela idade, idioma e escolaridade, como a associação de moços (*seinenkai*). Em meados da década de 1950, esta já representava um importante espaço de sociabilidade capaz de arregimentar apoio político, competindo com as associações frequentadas pela primeira geração, conforme revelou um entrevistado que ocupou os cargos de vereador e prefeito nas décadas de 1960 e 1970: “Quem começou participando ativamente do *seinenkai* foi o (Tohoru) Nishi (eleito vereador em 1955 e prefeito em 1959). Eu e Nishi fomos presidente do *seinenkai*. Politicamente, isso ajudou bastante”²⁷.

²⁷ Entrevista com ex-candidato a prefeito, realizada em agosto de 2018.

Deve-se ressaltar que, em Bastos, entre 1947 e 1968, a candidatura de filhos de japoneses para a prefeitura era única, ou seja, feita com base em acordo entre as lideranças locais. Segundo esse acordo, não havia mais de um candidato de origem japonesa para o cargo de prefeito. As candidaturas a prefeito e vereador eram, também, endossadas política e financeiramente pela Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Bastos, conforme relato sobre as eleições de 1959 (USAMI, 2011, p.121).

Além da necessidade de garantir o apoio de descendentes mediante uma origem social compartilhada, na década de 1950 o cenário político se complexou, mostrando a importância decisiva do eleitorado nativo, sem origem imigrante. Nesse sentido, o entrevistado revelou que, ao menos em sua candidatura, esse eleitorado se mostrou decisivo: “*Nikkei* (descendente de japoneses) preferencialmente votava em *nikkei*. Preferencialmente. Mas em cada eleição algumas coisas influem. Devido à minha posição eu conquistei, sem pretensão, a simpatia de *gaijins* (aquele que não possui descendência japonesa)”²⁸. O contato com esse público dependia de recursos que, principalmente, a segunda geração possuía, como a escolaridade e o domínio do idioma português.

Em suma, em um primeiro momento, entre as lideranças locais predominavam indivíduos que mantinham fortes laços institucionais e culturais com o país de origem. Já em fins da década de 1940, as lideranças de segunda geração (ou mesmo as de primeira geração naturalizadas) buscaram adequar o sistema de organização coletiva prevalecente no ex-núcleo colonial à recém-estabelecida estrutura de poder público municipal. No período considerado, os candidatos que lograram êxito nos pleitos municipais se caracterizaram por converter seu capital social circunscrito pela origem japonesa em qualidade impulsionadora de um perfil político profissional.

Considerações finais

Este estudo buscou demonstrar, em um período específico da história republicana, a qualidade explicativa de fatores estruturais e relacionais na tarefa de examinar o acesso de indivíduos de origem japonesa às esferas de poder e decisão política. Os resultados alcançados pela pesquisa fornecem subsídios para o aprimoramento da caracterização histórica da sociedade paulista, em especial no que se refere à sua capacidade de ofertar oportunidades institucionalizadas a grupos estrangeiros, à quebra de fronteiras simbólicas relativas à sua aceitação e à renovação de grupos políticos.

²⁸ Entrevista realizada em agosto de 2018.

Se considerarmos, por um lado, a existência de impedimentos – valorativos e institucionais – experimentados pelos japoneses na sociedade paulista ao longo das primeiras décadas desde o início de sua jornada migratória, por outro, a eleição de candidatos dessa origem (principalmente, indivíduos de segunda geração, filhos de imigrantes nascidos no Brasil) evidencia-se a transformação paulatina desse cenário. Sob essa perspectiva, a inserção política é uma modalidade específica de incorporação, um fenômeno catalisador de transformações nas formas de organização coletiva da sociedade receptora. A sua análise complementa o entendimento dos processos de mobilidade socioeconômica de imigrantes.

O exame detido sobre a composição das legislaturas de municípios do estado de São Paulo no período considerado demonstra que grande parte dos casos de candidatos de origem japonesa eleitos esteve concentrado em localidades onde a presença de imigrantes foi expressiva. A convergência desses dois fenômenos, dificilmente, ocorreu de modo aleatório e a sua interpretação demanda considerar duas características próprias a essa população: a primeira delas é a sua dinâmica espacial, ou seja, movimentos de migração inter-regionais tendo em vista a exploração de áreas agrícolas situadas à Oeste do estado; a segunda se refere a uma tendência geral de mobilidade ocupacional ascendente, experimentada pela maior parte dessa população durante a primeira metade do século vinte. Ambas características se valeram de arranjos institucionais nos estados de origem e acolhimento, pois estes forneceram as condições mais gerais para o estabelecimento do contingente imigrado, majoritariamente, dedicado a atividades agrícolas.

No período considerado, o município de Bastos concentrou a ocorrência de candidatos eleitos. Ali, os órgãos representativos do governo japonês (assim como o capital privado oriundo de empresas japonesas) foram decisivos na criação de uma rede de suporte ao imigrado. Sob forte incentivo consular, as cooperativas agrícolas se destacaram nesse aspecto, pois no plano econômico viabilizaram as chances de mobilidade ascendente. Outrossim, esse tipo de empreendimento, também, operou no universo simbólico, ao assumir a posição de autoridade cultural.

Os dados obtidos, também, indicam a existência de uma variedade de posições sociais e visões de mundo entre os candidatos eleitos, o que representa uma diversidade social – interna à população japonesa – por vezes pouco considerada. Entre todos os candidatos que disputaram eleições (dos quais não temos registros a respeito dos que não se elegeram) somente alguns deles, posicionados, estrategicamente, e fazendo uso de recursos significativos, puderam efetivar uma inserção na estrutura local de poder.

No caso de Bastos, candidatos eleitos guardaram estreito diálogo com entidades associativas locais de forma a mobilizar apoio político. Elas representaram um importante mecanismo relacional, um esteio sem as quais esses sujeitos, dificilmente, lograriam êxito em suas candidaturas. No período considerado, que comportou a

mudança de regime político e, internamente aos japoneses, uma transição geracional e de sistema de valores, os recursos associativos étnicos se mostraram mais proeminentes se comparados às formas convencionais de representação política, como organizações partidárias e sindicais.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o debate sociológico interessado em migrações históricas e auxilie na elaboração futura de um quadro interpretativo mais amplo, capaz de relacionar processos de mudanças de fronteiras étnicas a partir da comparação de grupos de diferentes origens.

CANDIDATES OF JAPANESE ORIGIN IN THE STATE OF SÃO PAULO'S MUNICIPAL ELECTIONS, 1947-1964

ABSTRACT: *This article seeks to describe the mechanisms which contributed to the election of Japanese-origin candidates in the state of São Paulo municipal elections between 1947 (when the first state and municipal elections take place since the beginning of the Estado Novo regime) and 1964 (when the democratic regime was interrupted). Data records from the Regional Electoral Court were collected in order to identify the candidates who occupied the chairs of Councilor, Mayor and Deputy-mayor. The relationship between candidacies and strategic relational resources from ethnic social spaces is also demonstrated. This case study was carried out in Bastos.*

KEYWORDS: *Japanese immigration. Immigration. Japanese immigrants. Political participation. Elections.*

CANDIDATOS DE ORIGEN JAPONÉS EN LA POLÍTICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1947-1964

RESUMEN: *Este trabajo busca caracterizar las condiciones que posibilitaron la elección de hijos de descendientes de japoneses para las esferas de poder y decisión política en los municipios del estado de São Paulo entre 1947 (cuando se realizaron las primeras elecciones a nivel estatal y municipal desde el inicio del período del Estado Novo) y 1964 (cuando se interrumpió el régimen político democrático). Los datos sobre la ocupación de los cargos legislativos (concejales) y ejecutivos (alcaldes y vicealcaldes) se elaboraron a partir de los datos electorales agregados puestos a disposición por el Tribunal Electoral Regional/SP. Se demuestra la relación entre las candidaturas y los recursos relacionales procedentes de los espacios sociales étnicos. El estudio de caso se realizó en el municipio de Bastos.*

PALABRAS CLAVE: *Inmigración japonesa. Elecciones. Japonés. Inserción política. São Paulo.*

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p.273–289, 2018.

BASTOS, Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira De. **Livro histórico de 80 anos da imigração nikkei de Bastos**. [S.l: s.n.], 2011.

BAUAB, José D'Amico. A primeira eleição ao parlamento paulistano pós-ditadura Vargas e o drama dos vereadores comunistas. In: MANECHINI, L. C. (Org.). **São Paulo na Tribuna** : primeira legislatura (1948-1951)/Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p.25–48.

BERTOLDO, Ricardo Vieira. **A trajetória política dos nikkeis em Mairinque**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - USP, 2018.

BLALOCK, Hubert M. **Toward a Theory of Minority-Group Relations**. New York: John Wiley & Sons, 1967.

BONACICH, Edna. A Theory of Middleman Minorities. **American Sociological Review**, v. 38, n. 5, p.583–594, 1973.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.65–70.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p.89–105, 2008.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DEZEM, Rogério. **Shindô Renmei, terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

ENNES, Marcelo A. Imigração e direitos na região noroeste paulista. **Estudos de Sociologia**, v. 12, n. 1, p.53–78, 2006.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Idesp/Editora Sumaré, 1991.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra; GRÜN, Roberto; SAKURAI, Célia. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1995.

GERSTLE, Gary; MOLLENKOPF, John (Org.). **E Pluribus Unum?** Contemporary and Historical Perspectives on Immigrant Political Incorporation. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

GREEN, Nancy L. Time and the study of assimilation. **Rethinking History**, v. 10, n. 2, p.239–258, 2006.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p.269–287, 2006.

HATANAKA, Maria Lucia Eiko. **O processo judicial da “Shindo-Remmei”**: um fragmento da historia dos imigrantes japoneses no Brasil. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

HATANAKA, Tadao. Autocrítica de Bastos / O defeito de Bastos é o defeito de todos os japoneses. In: BASTOS, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA DE (Org.). **Livro histórico de 80 anos da imigração nikkei de Bastos**. 2011, p.305–310.

KANTOWICZ, Edward R. **Polish-American Politics in Chicago, 1880-1940**. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

LEVY, Maria Stella. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p.49–90, 1974.

LIGHT, Ivan. **Ethnic Enterprise in America**: Business and Welfare Among Chinese, Japanese, and Blacks. Berkeley: University of California Press, 1972.

MAEYAMA, Takashi. Ethnicity, Secret Societies, and Associations: The Japanese in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 21, n. 4, p.589–610, 1979.

MANECHINI, Luiz Casadei (Org.). **São Paulo na Tribuna** : primeira legislatura (1948-1951). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

MARUYAMA, Sakae. História da fiação de Seda Bratac: a força do desenvolvimento de Bastos e a liderança da indústria de seda no Brasil. In: BASTOS, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA DE (Org.). **Livro histórico de 80 anos da imigração nikkei de Bastos**. 2011. p.50–87.

MITA, Chiyoko. **Bastos**: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo: Humanitas, 1999.

NAGAMURA, Yukako. **A cobertura dos jornais japoneses na campanha eleitoral dos políticos nipo-brasileiros**: Nikkey Shimbun e São Paulo Shimbun (1998-2014). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2015.

NEE, Victor; DE BARY NEE, Brett. **Longtime Californ**: a documentary study of an American Chinatown. New York: Pantheon Books, 1973.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, v. vi, p.133–158, 2000.

PORTES, Alejandro. One Field, Many Views: Competing Theories of International Migration. In: FAWCETTAND, J.; CARÍÑO, B. (Org.). **Pacific Bridges**: The New Immigration from Asia and the Pacific Island. Center for ed. New York: [s.n.], 1987. p.53–70.

PORTES, Alejandro. 13 Modes of Structural Incorporation and Present Theories of Labor Immigration. **International Migration Review**, v. 15, n. 1, p.279–297, 1981.

PORTES, Alejandro; MANNING, Robert. The immigrant enclave: Theory and empirical examples. In: OLZAK, Susan; NAGEL, Joanne (Org.). **Comparative Ethnic Relations**. New York: Academic Press, 1986. p.47–68.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Ruben (Org.). **Immigrant America**: A Portrait. 1. ed. Los Angeles: University of California Press, 1990.

PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 6, p.1320–1350, 1993.

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. The New Second Generation : Segmented Assimilation and Its Variants. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 530, p.74–96, 1993.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Celia. Os primeiros políticos de origem japonesa no Brasil. **Acervo histórico**, n. 4, 2005.

SAKURAI, Celia. Descendentes de japoneses e participação política - perfil de quatro políticos. **17º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1993.

SALVADORI FILHO, Fausto.– PERFIL – YUKISHIGUE TAMURA. A felicidade do pioneiro. **Apartes**, n 05, jan-fev, p.17-24, 2014. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-5-janeiro-fevereiro2014/no05-a-felicidade-do-pioneiro/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SCHILLER, Nina Glick. Beyond Methodological Ethnicity: Local and Transnational Pathways of Immigrant Incorporation. **Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations**, n. 2, p.1–37, 2008.

SEABRA, Manoel. **As cooperativas mistas do Estado de São Paulo**. Série tese ed. São Paulo: IGEOG, 1977.

SOUZA, Maria do Carmo Campello De; KERBAUY, Maria Teresa Miceli; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado: a ascensão de imigrantes na política do interior paulista. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 26, p.11–34, 2003.

SUZUKI, Teiiti. **The Japanese Immigrant in Brazil**. Narrative part. Tokyo: University of Tokyo, 1969.

TANIGUTI, Gustavo T. **Cotia**: imigração, política e cultura. São Paulo: Annablume, 2019.

TANIGUTI, Gustavo T. Imigrantes japoneses e mercado de trabalho agrícola em São Paulo. *In*: CARNEIRO, MARIA LUIZA TUCCI; HIRANO, SEDI (Org.). **Histórias Migrantes**: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas. São Paulo: Humanitas, 2014. p.165–202.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação resignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, v. 55, n. 2, p.517–553, 2012.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TRUZZI, Oswaldo; KERBAUY, Maria Teresa Miceli; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p.135–151, 2012.

USAMI, Soichi. Os 80 anos da caminhada da Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos. **Livro histórico de 80 anos da imigração nikkei de Bastos**. [S.l.]: Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Bastos, 2011. p.88–144.

WILLEMS, Emílio; SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: um problema de aculturação. **Sociologia**, v. 9, n. 2, p.133–152, 1947.

Recebido em 19/02/2020.

Aprovado em 17/02/2021.

INTERMEDIÁRIOS E O ESTADO: AS EMPRESAS DE ENGENHARIA CONSULTIVA NA GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL PAULISTA

*Magaly Marques PULHEZ**
*Julio Cesar DONADONE***

RESUMO: O artigo apresenta a ação de agentes intermediários, empresas de Engenharia Consultiva, na gestão da política habitacional operada em território paulista através da Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CDHU). Atuando como terceirizadas nos cotidianos administrativos junto ao agente estatal há mais de trinta anos, tais empresas prestam serviço ao poder público desenvolvendo atividades concernentes à administração e controle das etapas de concepção, viabilização, implantação e operação de programas e empreendimentos, não estando comprometidas com processos diretos de produção, mas sim de concepção, gestão e regulação. Uma vez contratadas pelo agente público, ocupam uma espécie de “intermeio administrativo” que as coloca numa posição de controle sobre a atuação de demais subcontratados, conduzindo cronogramas de execução, cobrando prazos, conferindo produtos, etc. O objetivo do trabalho é percorrer a trajetória destas empresas, problematizando sua relação com este setor específico de política pública, reforçando suas estratégias e disputas como agentes intermediários, portadores de legitimidade e capitais dos mais diversos arranjos, para a constituição de um novo espaço de embate e domínio social.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas de Engenharia Consultiva. Gerenciamento. Gestão. Intermediação. Política habitacional. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

* UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 08260-001 – magaly.marques@unifesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-6458-6870>.

** UFSCar - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - donadojc@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-2129-0129>.

1. Introdução

Desde o final da década de 1980, a principal agência estatal responsável pela produção e pela implementação da política habitacional no estado de São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), vem passando por um intenso, crescente e ininterrupto processo de terceirização de suas funções de gestão através da contratação de empresas privadas de engenharia especializadas em gerenciamento e consultoria, que prestam serviço ao poder público desenvolvendo atividades concernentes à administração e controle das etapas de concepção, viabilização, implantação e operação de programas e empreendimentos.

Alocadas no ramo da Engenharia Consultiva, estas empresas, comumente chamadas de **gerenciadoras**, não estão comprometidas com processos diretos de produção, mas sim de concepção, gestão e regulação. Uma vez contratadas pelo agente público, ocupam uma espécie de “intermeio administrativo” que as coloca numa posição de controle sobre a atuação de demais subcontratados, conduzindo cronogramas de execução, cobrando prazos, conferindo produtos, etc. Com certo grau de frequência, estas empresas servem ainda de veículo para a contratação de profissionais terceirizados que atuam internamente nas dependências da companhia, tal como funcionários públicos – arquitetos, engenheiros, sociólogos, geógrafos, dentre outros, que trabalham como gerentes, operando a implementação dos programas de moradia.

Este artigo pretende justamente expor e analisar a atuação de tais empresas e sua interação com o agente público, a partir do caso da CDHU, somando-se a um corpo de pesquisas que buscam refletir sobre o papel da **intermediação** nos espaços sociais, suas disputas por legitimidade, seus avanços sobre novos domínios e as relações desse processo com as mudanças na dinâmica organizacional a partir dos anos 1990, discussão presente em publicações como Donadone (2010a; 2010b), Dezalay e Garth (2000) e Guimarães (2008).

O papel de **intermediário**, num primeiro momento associado ao consultor, na implantação de mudanças organizacionais, foi gerado pelas reestruturações empresariais fortalecidas na década de 1990, sob um novo entendimento de como as posições gerenciais devem passar a ser ocupadas, legitimadas não somente pelas disputas internas às diferentes empresas, mas pela capacidade de adquirir e gerenciar capitais que são oriundos de investimentos em outros campos de poder, como explicitado no crescente mercado de consultoria, de cursos de *Master in Business Administration* (MBA), de consultoria de ex-gerentes, na aproximação do espaço acadêmico com mundo empresarial, etc. Como exemplos emblemáticos poderíamos citar as consultorias e fundações universitárias, bem como as carreiras gerencias que têm seus formatos e possibilidades de desenvolvimento convergindo para aquelas praticadas em empresas centrais do setor de consultoria, proporcionando uma

realimentação da posição e do ideário das consultorias no tecido organizacional. Importante ressaltar, além disso, que os processos de reorganização associados às novas configurações do controle das organizações decorrentes da influência do campo financeiro nas formas de gestão e nos conteúdos gerenciais das empresas (FLIGSTEIN, 1990; USSEM, 1993), representados emblematicamente pelas fusões e aquisições, abrem também um grande espaço de atuação para as empresas de consultoria (DONADONE, 2010a).

No caso brasileiro, como discutido em Donadone e Novaes (2015) ao tratar da experiência das consultorias em sustentabilidade surgidas no Brasil dos anos 1990, o processo de internacionalização e financeirização das empresas nacionais contribuiu para a ascensão e transformação dos serviços de consultorias por aqui. Tal fato diversificou o espaço social, que passou a ser composto por heterogeneidade de tamanho, serviços oferecidos e profissionais atuantes. A emergência dos intermediários em sustentabilidade, por exemplo, se dá nesse momento de diversificação dos modelos e crescimento da demanda pelo serviço do consultor. Fugindo do modelo tradicional, inauguram um novo mercado, caracterizado por empresas de pequeno porte e serviços exclusivos à gestão social/ambiental¹.

Outro trabalho que vem corroborar e acrescentar novos contornos à temática, apresentando-se como um paralelo possível em relação caso que será apresentado a seguir, é o de Baggenstoss e Donadone (2014), que trata das Organizações Sociais da Saúde (OSS), explicitando o processo de consolidação da parceria entre Estado e sociedade que permitiu que fossem abertas vagas na saúde pública a serem ocupadas por intermediários: nesse caso, pessoas jurídicas de direito privado, e mesmo sem fins lucrativos, trabalhando na perspectiva da iniciativa privada. Estes espaços passaram a ser geridos por organizações sociais que contratam preferencialmente profissionais formados pelas próprias (ou institutos ligados a elas). Desta forma, são disseminadas suas técnicas, estratégias, conhecimentos, domínio, cultura. Os médicos que ocupam tais espaços, que também exercem cargos de direção nos hospitais, fomentam estratégias que visam alcançar números e índices estipulados por Contratos de Gestão.

Cria-se, portanto, um novo espaço que passa a ser tomado por entidades do setor privado sem fins lucrativos na área da saúde pública. Desta ocupação – e em busca de sua legitimidade –, as OSS qualificadas distribuem-se pelo território estadual, demarcado por intermédio de disseminação cultural (também com anseio de ampliar sua região de abrangência, que se evidencia por estratégias e resultados expostos em uma luta simbólica, em sentido bourdieusiano). E como as

¹ Nesse caso, cabe ressaltar que, apesar da diversificação, as linhas de força do espaço de consultoria em sustentabilidade de Novaes-Botta (2013) apresentam homologia às de Donadone (2010a), apresentando os intermediários (consultorias internacionais em gestão) relacionados às posições e capitais internacionais como dominantes nos dois espaços.

organizações também estão vinculadas à formação de profissionais, tornam-se polos de distribuição e aplicação de seus conhecimentos e princípios, marcando posições dominantes. Ressalta-se que, neste processo de domínio, constata-se anuência do agente público, por ser quem convida e determina qual OSS vai gerir determinada unidade de saúde.

Para se sustentar no espaço e garantir níveis de satisfação de seus clientes (pacientes), as OSS precisaram adotar algumas imposições e reformular estratégias. É o caso da inclusão de representantes da sociedade junto ao Conselho Administrativo, um requisito imposto pela lei, que tem o poder de minimizar críticas contrárias à prática. A gestão pela qualidade é imputada pela necessidade de alcançar índices (inclusive de satisfação dos pacientes), advindos da forma gerencial ingressa na parceria com a iniciativa privada. O discurso unívoco de eficiência proferido pela rede organizacional envolta no processo de delegação às OSS ecoa como justificativa para apaziguar os opositores. A exposição em eventos, fóruns, publicações, etc., busca legitimar o processo, mostrar mudanças, apresentar resultados favoráveis, ressaltar qualificação, ou, como afirmam os autores, buscar apoio moral para aperfeiçoar e incorporar dispositivos de justiça.

Este empenho de múltiplas estratégias, que redefine e redimensiona os circuitos de legitimidade em que determinados agentes transitam e disputam hegemonia, agenciando capitais os mais diversos, mas que, sobretudo, se constroem sob o verniz do conhecimento técnico especializado, enseja também um rearranjo de forças que determinam o espaço social (BOURDIEU, 2000). Nessa perspectiva, o próprio Estado se redefine, não apenas em função de ajustes e reformas proclamadas como necessárias para aprimorar procedimentos, aumentar a produtividade e a eficiência (PEREIRA; SPINK, 1998), mas também pela disputa de agentes que o pressionam pela criação de novos espaços legítimos de domínio. O caso dos intermediários tratados neste artigo – as empresas de Engenharia Consultiva atuantes junto à produção habitacional em São Paulo –, embora distinto, certamente se aproxima, em conteúdo, deste mesmo processo de legitimação, que vem dando vez aos preceitos de eficiência e qualidade migrados dos novos arranjos organizacionais às estruturas administrativas dos poderes públicos, sem que isso, no entanto, represente apenas um movimento em direção à melhoria das capacidades de atuação de tais agentes, mas também uma acomodação de demandas das diferentes partes envolvidas. Consultoras especializadas em atividades específicas de gestão de empreendimentos, tais empresas nascem e crescem sob forte incentivo do Estado brasileiro, que se perpetua como seu cliente mais importante ao longo de toda sua trajetória de atuação, o que as particulariza em relação às grandes transnacionais de consultoria e outras, embora se possa aproximá-las na habilidade mesma de legitimar-se na produção de resultados que satisfaçam a seus contratantes, como se verá adiante.

O texto está dividido em outras três partes, além desta Introdução: uma seção que apresenta ao leitor a trajetória da Engenharia Consultiva no Brasil, com dados sobre sua constituição, consolidação e sua participação no espaço da política habitacional; uma seção seguinte que trata do papel de intermediação de tais empresas junto à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ligada do governo do estado de São Paulo; e uma parte conclusiva, de considerações finais, em que se procura amarrar as reflexões sobre as estratégias e disputas, em termos de legitimidade e domínio social, dos agentes intermediários exemplificados e analisados no artigo.

2. A trajetória da Engenharia Consultiva no Brasil

Segundo o Ranking da Engenharia Brasileira do ano de 2012, organizado pela Revista *O Empreiteiro*, a receita consolidada das 190 maiores empresas de construção e engenharia do país, no valor de R\$95,30 bilhões, tem 72,11% de participação das 100 maiores construtoras; 10,72% das 20 primeiras empresas de montagem industrial; 9,49% das 40 maiores projetistas e gerenciadoras; e 7,68% das 30 maiores firmas de serviços especiais de engenharia, como aquelas especializadas em pré-fabricação, estruturas metálicas, fundações, etc.

No caso destas 40 maiores **empresas projetistas e gerenciadoras**, reunidas no setor da chamada Engenharia Consultiva, em 2011, houve crescimento de sua receita bruta pelo oitavo ano consecutivo, reunindo um faturamento total da ordem de R\$9,05 bilhões, conforme comprova também, ainda que com alguma variação, a série histórica de crescimento sistematizada pela Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE (ABCE, 2011).

E, embora a partir de 2012 – mas sobretudo em 2015 – notem-se recuos nas curvas de crescimento e faturamento gerais do setor devido à crise econômica, política e institucional que tomou conta do país, tomando apenas as empresas consultivas do estado de São Paulo, verifica-se que as cinco primeiras colocadas no ranking são firmas que atendem ao mercado de que trata este artigo – ou seja, o gerenciamento privado subcontratado por administrações de nível local.²

Para entender, pois, a consolidação e o destaque do setor no amplo circuito da engenharia nacional e a posição importante de intermediação que ocupa hoje junto às políticas urbanas e aos aparatos estatais, algumas considerações, ainda que apenas a título de registro histórico, merecem ser brevemente observadas.

De antemão, vale lembrar que as origens de constituição da Engenharia Consultiva confundem-se, na verdade, com o próprio desenvolvimento econômico

² São elas: 1ª - Cobrape; 2ª - Núcleo; 3ª - Geris; 4ª - Planservi; e 5ª - SGS Enger.

do país nas primeiras décadas do século XX, quando aí identificamos os movimentos primordiais de arranque rumo à industrialização e à urbanização, sobretudo a partir dos anos 1930, no início da era Vargas.

Os primeiros e mais fortes impulsos de progresso à indústria nacional naquele momento podem ser lidos como resposta imediata às “tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador” (FURTADO, 1984, p.131). São importantes, durante os anos 1930 e 1940, a criação de instituições e a implementação de ações intervencionistas de incentivo, como a eliminação das barreiras entre estados, objetivando unificar o mercado nacional, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o treinamento de mão de obra voltada ao setor industrial. Na virada dos anos 1940, Vargas assina o decreto de criação da Companhia Vale do Rio Doce (1942), corroborando o processo de expansão dos investimentos estatais em setores de infraestrutura (energia, transporte, saneamento, etc). Na década seguinte, instituem-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1952) e a Petrobras (1953), além de Furnas (1957), já sob Juscelino Kubitschek.

A segunda metade da década de 1950 é marcada por forte aceleração da taxa de crescimento: os cintos apertados da economia externa, nos anos de ressaca pós II Guerra Mundial, demandam novos impulsos de ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial para atender o mercado interno. O Plano de Metas kubitschekiano é justamente síntese dessa política, dando “prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial, verticalmente integrada, e do capital social básico de apoio a essa estrutura” (MOURA, 2001).

Grosso modo, pode-se dizer que foi essa conjuntura que acabou permitindo que as empresas brasileiras de construção pesada reunissem condições para participar de mercados antes dominados por firmas estrangeiras, como é o caso dos setores energético, petroquímico e siderúrgico. Ao garantir seu lugar na ciranda aquecida das vultosas obras de modernização do país, a engenharia nacional dá seu grande salto, tendo o Estado como seu principal contratante.

Sobre esse processo, Camargos (1993, p.41), que estudou a relação entre o setor público e as empreiteiras privadas no Brasil, presta esclarecimentos importantes, ao lembrar que, na verdade, até a década de 1930, as obras de infraestrutura eram executadas por particulares, empresas privadas que cuidavam elas mesmas de subcontratar os serviços das firmas de engenharia – majoritariamente estrangeiras – para a execução de “pequenas barragens, ramais ferroviários, estradas de terra, obras de saneamento e fornecimento de água. Nesse caso, a natureza da demanda por construção pesada era privada e representada pela autoconstrução a cargo de empresas”.

Segundo a narrativa da autora, a “estatização” dessa demanda trata-se de um fenômeno que se inicia efetivamente nos anos 1930, a partir do momento em que se amplifica a intervenção do Estado no sistema econômico, fazendo nascer um setor

público extremamente comprometido com a expansão da infraestrutura nacional, demandando serviços e construindo, ele mesmo, a maior parte das obras, através de órgãos como o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOS) e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Mais tarde, já no pós-guerra, é o deslocamento desta atividade, ou seja, **a retirada gradual do Estado da atividade construtora** que irá engendrar o cenário ideal para o desenvolvimento de um setor privado de construção pesada, sobretudo, conforme registra a pesquisadora, a partir da transformação do DNER em autarquia, em 1945.

Impulsionado, portanto, pelos auspícios do *nation-building*, o processo de expansão e fortalecimento do setor da construção pesada acaba por desencadear, espelhadamente, um evento análogo, e especialmente importante: a alavancagem das empresas de **engenharia de projetos, consultoria e gerenciamento**, também crescidas e firmadas nesse mesmo período, numa dinâmica que define concretamente os contornos da ideologia de progresso e valorização tecnológica que havia tomado conta do país e que se cristalizara de fato através do Plano de Metas.

Além disso, cabe lembrar que, entre os anos 1930 e 40, o próprio estatuto profissional da engenharia estava sendo afirmado, desencadeando um processo de especialização técnica que culminou na segmentação do ofício em diferentes ramos de atuação, dentre eles, a atividade exclusivamente projetual (incluindo cálculo e dimensionamento estrutural) e a administração e fiscalização de obras, que originalmente deram forma ao setor da Engenharia Consultiva.

Camargo (1994), que estudou de forma específica este setor, divide sua história em três fases ou períodos: de 1943 a 1973, localiza-se a fase de **criação e diversificação** das empresas, que se multiplicam em serviços para atender a demanda, respondendo também a uma política de reserva de mercado de consultoria já estabelecida no país, com a multiplicação de cursos superiores e a regulamentação profissional.

Nessa larga primeira fase admitida pela autora, reconhece-se a formação de importantes empresas atuantes no mercado, como é o caso da HIDROSERVICE Engenharia de Projetos Ltda, fundada em 1958 pelo empresário Henry Maksoud, do CNEC, instituído em 1959 e incorporado como braço de projetos da empreiteira Camargo Corrêa dez anos mais tarde, da PROMON, de 1960, criada por norte-americanos e brasileiros em São Paulo para atender à expansão do setor petroquímico, e da THEMAG, de 1961, cujo nome se origina das iniciais de seus fundadores, os engenheiros formados pela USP Telêmaco Von Laugendonch, Henrique Herweg, Eugênio Jusquin, Milton Vargas e Alberto Giaroli, empresa responsável por projetos do metrô de São Paulo, da Rodovia dos Imigrantes e do complexo Urubupungá, que inclui as usinas de Jupiá e Ilha Solteira (CAMPOS, 2012). Já nesse momento, a maioria delas caracterizava-se, como se vê, por uma atuação de escala nacional, em atividades largamente diversificadas.

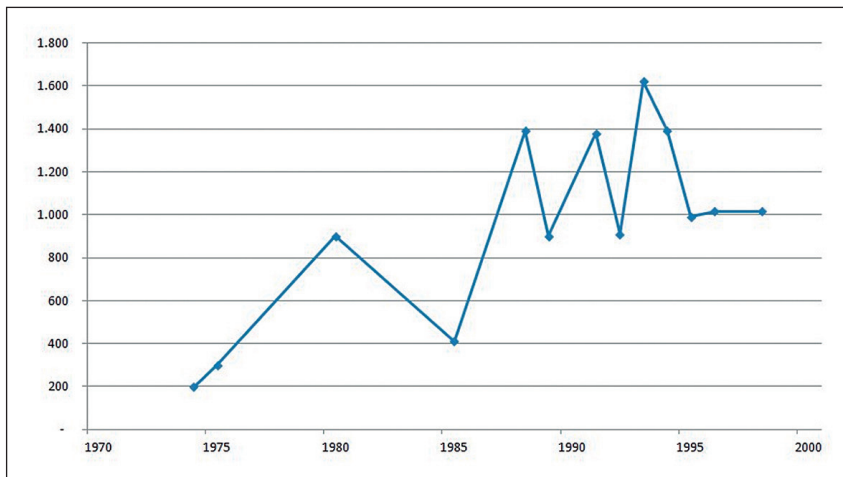
O período entre 1973 e 1980 é considerado por Camargo (1994) como de **consolidação** destas empresas: a economia brasileira continuava a crescer e o papel do Estado estava definido pelos militares, que permaneciam investindo em áreas estratégicas da economia, sobretudo na construção civil, às quais eram solidárias as empresas de Engenharia Consultiva. De acordo com o cadastro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), muitas delas ultrapassaram 2.000 funcionários à época, constituindo corpos técnicos qualificados, reunidos em equipes multidisciplinares.

Os cortes de investimentos estatais já no início da década de 1980 marcam o princípio da fase de **internacionalização e mudanças de rumo das empresas**. A busca pelo mercado internacional (muitas delas se expandiram para a América Latina, África e Oriente Médio), o achatamento de salários e as demissões maciças e abruptas caracterizam o período de desestabilização e recessão econômica pelo qual passava o país (PLONSKI, 1986) – veja-se que a partir de 1983 a queda nos investimentos federais é da ordem de 80%, o que de fato virá a afetar o setor de forma substantiva a partir da segunda metade da década de 1980.

Com o fim da ditadura militar inicia-se um processo extremamente oscilante nos níveis de faturamento e composição de quadros nas empresas: após anos seguidos de crescimento expressivo, entre 1982 e 1986, o faturamento do setor cai de forma acentuada, acompanhando queda correspondente do Produto Interno Bruto (PIB) (ALTHEMAN, 1999). De 1986 a 1993, os níveis de faturamento se desequilibram fortemente, ainda que o setor apresente, de todo modo, algum crescimento. Em 1998, a Engenharia Consultiva retorna ao patamar que ocupava por volta de 1987, passando a uma fase de estabilidade que perdura, com poucas variações negativas, até 2003, quando retoma agressivamente o crescimento. O faturamento volta a cair a partir de 2012, mas não aos níveis de baixa atingidos antes de 2003.

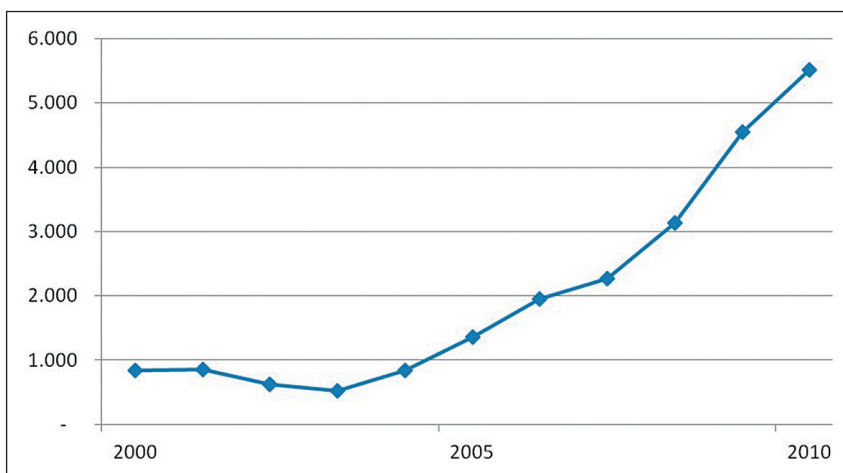
Vejamos os dados, sistematizados nos gráficos 1, 2 e 3.

Gráfico 1: Variação nos níveis de faturamento do setor entre 1974 e 1998 – em U\$ milhões



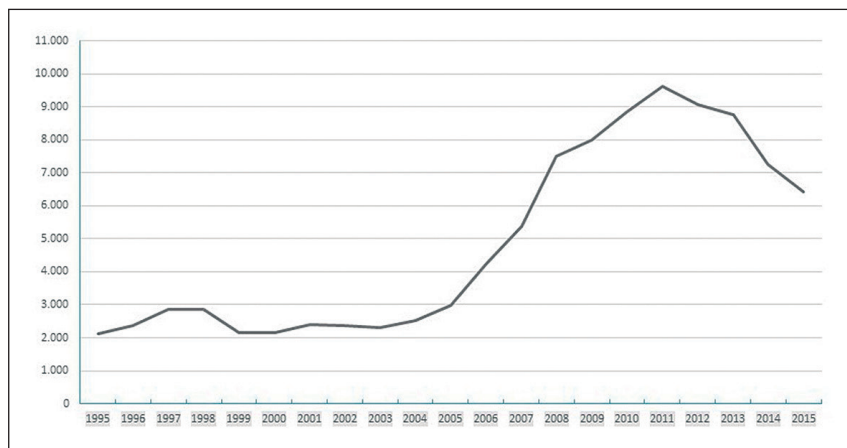
Fonte: Altheman (1999)

Gráfico 2: Variação nos níveis de faturamento do setor entre 2000 e 2010 – em U\$ milhões



Fonte: ABCE, 2011

Gráfico 3: Variação nos níveis de faturamento das 40 maiores empresas do setor entre 1995 e 2015 – em R\$ milhões



Fonte: Revista *O Empreiteiro* (2012)

Levando em conta dados mais recentes sobre postos de trabalho e faturamento das empresas disponibilizados pelo sindicato do setor, o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO), parece razoável que, dando continuidade à classificação proposta por Camargo (1994) em relação aos períodos que marcaram a história das empresas de Engenharia Consultiva no Brasil, uma definição possível para a fase atual, depois da arrancada de crescimento dos anos 2000, seria a passagem para um processo de **oligopolização do setor**, hoje caracterizado por um número reduzido de firmas de grande porte que concentram, em alto grau, uma estrutura poderosa de recursos materiais e humanos frente a um mar de médias, pequenas ou microempresas, sem meios viáveis de competitividade nesse mercado (PULHEZ, 2014).

Enquanto aquelas com menos de 20 vínculos ativos ou profissionais contratados representam, em escala nacional, um universo de 49.389 empresas, ou seja, 97,03% do total, com crescimento estimado de 7,84% no exercício de 2010, as que possuem 20 ou mais vínculos – 1.509 empresas, 2,96% do total – apresentaram um crescimento de 11,53% no período considerado. Este grupo, segundo o sindicato, “também é responsável pela maior concentração de vínculos empregatícios e por grande parte do volume de receita gerada pelo setor” (SINAENCO, 2012). Em termos de faturamento, dentre o universo das 1.509 empresas de maior porte em termos de postos de trabalho, a receita operacional líquida chegou, em 2010, a R\$ 21,6 bilhões, ante 17,6 bilhões alcançados em 2009, representando um crescimento de 22,37% no período. O lucro líquido registrado foi de R\$ 2,6 bilhões. Além disso, as recentes fusões, associações entre empresas ou a venda para conglomerados inter-

nacionais, verificada como uma movimentação em franca expansão, compõem um outro dado que parece também corroborar a hipótese aventada.

Em relação ao mercado específico do gerenciamento, cabem algumas observações: em meados dos anos 1980, nos momentos de maior crise, com a retração na contratação de grandes projetos por parte dos governos, muitas destas empresas passaram por revisões de seus processos internos e de sua oferta de serviços, de modo a tomar medidas que garantissem, em meio ao quadro desfavorável da economia do país, níveis satisfatórios de produtividade e lucro. Além da implementação de procedimentos de reestruturação, como o aumento da terceirização e diminuição de custos, flexibilização de serviços, adoção de indicadores de gestão e políticas de qualidade total – espécie de “pacote gerencial de salvamento” para um setor que estava sendo francamente atingido pelos atrasos de pagamento dos clientes estatais e pela descontinuidade das contratações –, complementarmente, alguns autores, como Codas (1987), apontam também a recessão da década de 1980 como o principal motivador do aumento da oferta de serviços de gerenciamento prestados pelas empresas de Engenharia Consultiva no Brasil. Dentre as medidas de reestruturação estaria a aposta em atividades que não requereriam demasiado investimento e formação, como é o caso do gerenciamento de empreendimentos, em contraposição à atuação em áreas de criação de novas vertentes tecnológicas.

A partir de meados da década de 1990, o gerenciamento de empreendimentos passou a representar uma fatia importante do mercado da Engenharia Consultiva: segundo dados de 2009, disponibilizados pelo SINAENCO, mais de 200 empresas do ramo trabalhavam, naquele momento, sobretudo atendendo à administração pública, com atividades exclusivas desse tipo, que implicam, fundamentalmente, em disponibilizar ao contratante um corpo técnico especializado em planejar, dirigir, coordenar, controlar, fiscalizar e corrigir o andamento de um determinado projeto ou obra – **administradores**, mais que nada.

Além disso, informações complementares sobre as grandes corporações que integram o setor apontam que dentre as 40 primeiras empresas de Engenharia Consultiva listadas no já citado ranking da Revista *O Empreiteiro* apenas seis não atuam ou não informaram atuar diretamente com atividades gerenciais, enquanto 17 delas mantêm mais de 40% de seus serviços exclusivamente dedicados ao management.

Entende-se [...] o Gerenciamento como sendo o sistema de condução de todas as atividades necessárias à implantação do Empreendimento no qual, em princípio, as funções decisórias são exercidas pela entidade patrocinadora do Empreendimento e as tarefas executivas, delegadas a uma organização profissional contratada (empresa especializada em Gerenciamento de Empreendimentos).

Pressupõe-se, portanto, a existência de dois órgãos complementares, um próprio e outro contratado, formando um todo. Ambos os órgãos têm um quinhão inicial de contribuição a oferecer na criação deste sistema. O órgão próprio contribuirá com o ‘Know-how’ seguro das características próprias da Empresa que patrocina o Empreendimento e das condições especiais segundo as quais ela deseja que o mesmo se desenvolva. O órgão contratado contribuirá com o acervo metodológico extraído da experiência anterior, a ser afinado para as exigências típicas do Projeto. O objetivo da adoção desse sistema de implantação visa essencialmente não sobrecarregar a estrutura permanente da entidade patrocinadora com os quadros de efetivos voltados para essa atividade transitória. A injeção de um contingente significativo de pessoal, para atividades distintas da atividade-fim da Empresa, gera distorções administrativas, aumenta desnecessariamente a sua inércia e, quando excedidos certos limites, acaba por asfixiá-la. (BIEZUS, 1978, p.134).

O surgimento, por aqui, de firmas particularmente especializadas nesta atividade acontece na virada das décadas de 1960 e 70, na mesma esteira da produção de infraestrutura em grande escala já mencionada, passando a constituir, tal como relata Codas (1987, p.34) “um setor específico, diferenciado da engenharia de projetos, de construção e de suprimentos”, funcionando como uma espécie de interface entre estes três setores, sem a predominância de nenhum deles, “pela acumulação da função gerencial do conjunto com a precípua daquele setor”.

Pode-se destacar, nesse nicho, a LOGOS Engenharia, criada por um grupo de técnicos que conduziu as obras da Hidrelétrica de Estreito, no Rio Grande, entre São Paulo e Minas Gerais, em 1969, e a DUCTOR, formada, no início dos anos 1970, por profissionais de engenharia ligados à implementação das obras do metrô de São Paulo.

Na mesma década de 1970, surgem por aqui duas organizações profissionais de gerenciamento de projetos: uma divisão do *Project Management Institute* (PMI) e o Grupo de Estudos em Gerência de Empreendimentos de São Paulo (GEGE), este criado em 1979, a partir da associação de alguns profissionais da área de gerenciamento das empresas privadas e estatais já então plenamente envolvidas com a atividade, organizada justamente para adaptar à realidade brasileira as técnicas sugeridas pelo PMI, tendo perdurado por aproximadamente uma década.

Fundado nos anos 1960, nos EUA, o PMI surge com o objetivo de promover o desenvolvimento da atividade de gerenciamento de projetos, divulgar as tecnologias e os métodos de treinamento para o gerenciamento. Seus fundadores, segundo Codas (1987), eram profissionais do gerenciamento de empresas projetistas, construtoras, indústrias de informática e também do meio universitário-acadêmico. Bastante atuante ainda hoje, o instituto oferece seminários, fóruns e um programa

de certificações para consultores autônomos, além de editar periodicamente um manual de implantação da prática, tratado como referência por alguns empresários do ramo – o Guia PMBOK®, um epítome de mais de 400 páginas recheadas de gráficos, tabelas e diagramas, que se enuncia como portador dos fundamentos de excelência para o exercício da profissão de gerente de projetos.

Em território nacional, conforme a sistematização de Codas (1987, p.36), foi apenas no ano de 1983 que surgiu o primeiro curso de aperfeiçoamento em gerenciamento de projetos, promovido pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com duração de seis meses. Segundo o autor, um grupo de profissionais, membros do GEGE, elaborou um amplo programa para o curso, baseado no “gerenciamento integral, focalizando o projeto desde a decisão de sua execução até sua operação comercial”. No mesmo período, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), implementou-se o curso de pós-graduação em Gerenciamento da Implantação de Empreendimentos. Desde então, a disciplina de gerência de projetos vem gradativamente tomando parte nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação afins, tornando-se matéria recorrente dos cursos de engenharia, economia e administração (SCHMITZ *et al.*, 2012).

Embora esteja presente tanto no setor privado quanto no setor público, o gerenciamento de empreendimentos firmou-se, ao longo dos anos, como atividade fundamentalmente voltada ao atendimento do agente público, suprimindo lacunas referentes a capacidades administrativas de estados e municípios em variados setores de políticas públicas, sobretudo aquelas relacionadas à produção do espaço urbano (infraestrutura, habitação, etc.).

Delineado e juridicamente concebido pela doutrina do professor e advogado, especialista em Direito Administrativo, Hely Lopes Meirelles, em parecer publicado em março de 1980, o contrato de gerenciamento de obras públicas foi introduzido na legislação brasileira pouco mais tarde, por um decreto de lei, no ano de 1986 (nº 2300/86), apontando a necessidade de maior especialização para a implementação de projetos e obras de empreendimentos públicos, por sua natureza diversificada, os quais requereriam supervisão técnica apropriada, “nem sempre encontrada nos órgãos internos da Administração interessada na sua realização” (MEIRELLES, 1980, p.5). Daí a necessidade de orientar o poder público no sentido de contratar empresas ou profissionais especializados para a elaboração de projetos e para o gerenciamento de sua execução, “confiada a terceiros sob o regime de empreitada, administração contratada e tarefa, ou, mesmo, sob um regime misto, resultante da combinação desses ajustes” (MEIRELLES, 1980, p.5).

No mercado específico dos empreendimentos habitacionais, a participação das empresas de gerenciamento começou a consolidar-se, no entanto, no período pós Sistema Financeiro de Habitação/Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), já na virada dos anos 1980 para 90, quando a centralização da política, ao desfazer-

se, deu lugar a um vazio institucional que abriu os caminhos para a reestruturação das ações do Estado nessa área (PULHEZ, 2014). Além disso, para a engenharia nacional, não havia mais grandes projetos e obras de infraestrutura a desenvolver, os investimentos se retraíam em função da crise econômica e o mercado se forçava a redirecionamentos necessários na prestação dos serviços de consultoria e gerenciamento, como já dito.

3. A intermediação das empresas de gerenciamento e consultoria na política operada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)

No contexto paulista, ao menos quando se fala em instituições estatais de maior envergadura, como é o caso da Companhia de Habitação (COHAB) e da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) de São Paulo, ou da própria Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, a CDHU, ligada ao governo do estado, não se pode dizer que exista qualquer ação, intervenção, programa ou política habitacional que se construa, hoje, sem o arrimo gerencial aportado pelas empresas de Engenharia Consultiva, muito embora a maioria delas não tenha o empreendimento habitacional como foco prioritário de inserção no nicho mercadológico do gerenciamento de empreendimentos (PULHEZ, 2014; 2016).

O registro de entrada das gerenciadoras no setor da política habitacional paulista remonta ao final dos anos 1980 e se relaciona a uma constelação de diferentes fatores, que se pode elencar (e entrelaçar) da seguinte forma: em primeiro lugar, o ocaso do sistema SFH/BNH e o processo desencadeado de descentralização decisória e operativa e de autonomização dos entes federativos, que passam a ser os novos responsáveis pela implementação da política; em segundo lugar, a lenta retomada democrática durante a década de 1980, a organização reivindicatória dos movimentos sociais e a necessidade de respondê-los enfaticamente, com outros formatos para a política de habitação, operada sobretudo em nível local, nos estados e municípios; em terceiro lugar, a baixa capacidade administrativa e o despreparo gerencial das administrações locais e a falta de recursos humanos e materiais para operar os programas; em quarto lugar, as condicionantes impostas por agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, que passam a financiar com mais peso a política de habitação no país e as reformas estatais de ajuste, exigindo, em contrapartida, a presença de agentes externos de gestão (empresas gerenciadoras privadas) junto às administrações públicas para o gerenciamento dos empreendimentos financiados; e, por fim, em quinto lugar, os interesses de classe de uma parcela importante ligada à produção do

espaço urbano – o amplo setor da construção civil, ao qual se somam as empresas de Engenharia Consultiva, em situação de risco diante da crise, dado o grau de dependência que historicamente apresenta em relação aos recursos estatais, e o redirecionamento da prestação de seus serviços às solicitações de então (PULHEZ, 2014; 2016).

Ou seja, embora a difusão de técnicas gerenciais migradas do setor privado para o público não fosse evidentemente uma novidade nesse momento, a conjuntura específica relacionada a esse setor de política favoreceu, e muito, a entrada de empresas de engenharia com esse know-how no mercado dos empreendimentos habitacionais, apoiando estados e municípios na composição de equipes que pudessem lidar com as novas demandas colocadas, permitindo a criação de uma nova categoria de intermediários da política – gestores terceirizados responsáveis pelo cotidiano operacional de implementação de programas e ações.

Pode-se inferir que há, nesse sentido, um alargamento dos espaços de poder que se conformam pela legitimidade atribuída a determinados agentes, nesse caso, novos consultores, que transitam, como intermediários, entre o setor público e o privado, carregando seu capital de um polo a outro, construindo conhecimentos técnicos específicos, especializados e disputados como hegemônicos nos meandros da política que se realiza nessa movimentação.

Tomando como referência a pesquisa de Pulhez (2014), que concentra seu foco de investigação especificamente sobre o funcionamento da CDHU em sua interação com tais empresas, encontramos ali alguns elementos importantes de reflexão sobre a relação de intermediação que então se estabelece e também sobre esse alargamento dos espaços de poder ocupados: segundo o trabalho, o início das práticas de gerenciamento privado na CDHU remete ao final da década de 1980 e, desde então, ao menos em termos de volume de serviços contratados, a função gerencial terceirizada vem sendo cada vez mais disseminada nos cotidianos operacionais dos programas encampados pela companhia, em muito justificado pelo aumento da capacidade de atendimento e também pela alegada eficiência que a presença do setor privado poderia conferir à execução da política pública.

Alguns dados ali apresentados ilustram a questão: o ano de 1987 é o primeiro da gestão do governador Orestes Quércia, marcadamente aquela que promove uma espécie de “virada” nos modos de atuação da empresa, redirecionando-os para uma iniciativa de ataque agressivo ao déficit, tendo como norte um modelo empresarial de produção em massa de novas unidades habitacionais, que procurava deixar para trás a linhagem programática participacionista, baseada em práticas de mutirão e autogestão, defendida e encampada por seu antecessor, Franco Montoro, no contexto de reabertura política.

Em termos de produção efetiva, segundo informações divulgadas pela CDHU, apenas 371 unidades habitacionais foram entregues neste primeiro ano de

governo Quércia. O salto para o ano seguinte, 1988, é brutal: 5.232 atendimentos são contabilizados. Em 1989, o número chega a 8.665; e, em 1990, já sob os benefícios da lei implementada do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços³, a CDHU alcança a marca das 12.294 moradias no estado. Num curtíssimo espaço de tempo, o ganho de escala anotado obviamente não é desprezível, o contrário disso. E, inclusive, os relatórios da empresa pública coletados por Royer (2002) apontam que a ampliação da contratação do setor privado nesse momento – incluindo, aí, as gerenciadoras – significaria justamente a possibilidade de operacionalizar uma produção massiva, que se alegava até então desconhecida pela CDHU. No entanto, ao se observar a série histórica completa, nota-se que, muito antes do início, em 1989, da injeção constante e generosa de recursos através da fonte fiscal estável, a produção da companhia já havia atingido níveis semelhantes àqueles da era Quércia em outros períodos: é o caso dos anos de 1981 e 1983 e 1986 que registram respectivamente 7.724, 7.112 e 8.191 unidades entregues em território paulista.

De todo modo, o primeiro contrato de gerenciamento terceirizado da agência data de outubro de 1988 e, a rigor, se firma com a justificativa de apoiar o núcleo regional de Araraquara-SP – este que, a propósito, está entre aqueles de menor produção total contabilizada, conforme os dados da empresa.

Ou seja, ao que tudo indica, a terceirização das atividades gerenciais não guarda apenas uma relação direta com a agenda de incremento produtivo da CDHU, embora esse não seja um argumento inválido, pelo contrário; porém, mais do que isso, ampliando o foco da mirada, nota-se que esse é o momento em que a adoção dos pacotes gerenciais e de reestruturação organizacional/administrativa passam a legitimar-se como fundamento da própria agenda do Estado brasileiro (PEREIRA; SPINK, 1998), que, em diferentes escalas, intensifica uma espiral de repasses de funções ao setor privado, num processo que conquista ares de coroamento uma década mais tarde, em 1998, quando é finalmente promulgada a emenda constitucional da reforma administrativa, no final do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Em nível local, se observarmos o caso específico da CDHU, não é difícil perceber que se trata de uma movimentação substancialmente potencializada durante a gestão de Orestes Quércia, bastante empenhada em promover uma guinada nas formas de atendimento da companhia, fazendo aquecer, paralelamente, as atividades da cadeia produtiva da construção civil, abalada pela crise recessiva da

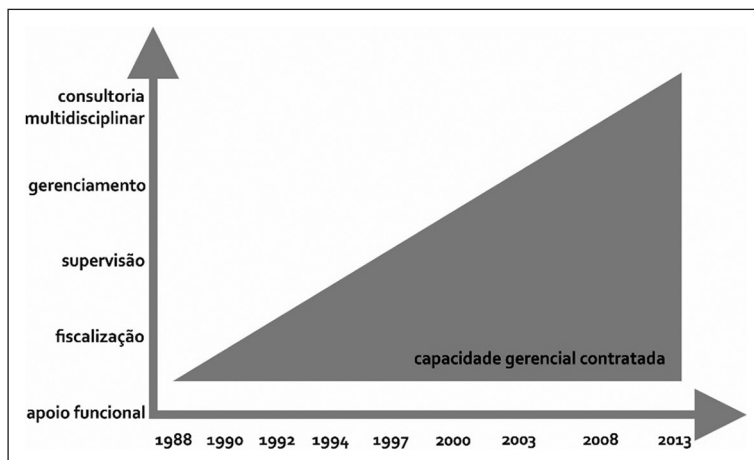
³ Em 1989 é aprovada a lei nº 6556, que eleva em 1% a alíquota do ICMS - Imposto sobre Mercadorias e Serviços, atrelando a receita tributária do estado ao financiamento de programas de produção de moradias de interesse social, garantindo, assim, um fluxo permanente de recursos para a política operada pela então CDH - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo (convertida em CDHU pouquíssimo tempo depois, nesse mesmo ano), que, nesse momento, já contava com um arcabouço institucional consolidado, expertise técnica e profissional e capacidade organizacional para tanto (PULHEZ, 2014).

década de 1980. Sob a justificativa, portanto, de responder às demandas sociais de moradia e ao mesmo tempo dinamizar o setor da construção civil, os compromissos com a iniciativa privada se tornam ainda mais sólidos nesse período, fazendo elevar o atendimento habitacional a patamares nunca antes atingidos pela empresa, na mesma proporção em que se faz multiplicar as contratações de projetistas, consultores, gerenciadoras e empreiteiras – movimentação instrumentalizada também a partir de um discurso que busca legitimar a racionalização administrativa e as primazias trazidas por práticas nascidas no setor privado (ROYER, 2002).

Surge, então, uma nova arquitetura organizacional, em que a CDHU deveria funcionar, nas palavras de seus próprios dirigentes, como uma grande “gerenciadora de construtores”, estruturada para contratar projetistas, consultores e empreiteiras que pudessem dar conta das novas e ambiciosas projeções de atendimento em larga escala. Por outro lado, sob a justificativa de não inchar demais a companhia com funcionários concursados, também a função gerencial começa a ser terceirizada, dando início a um ciclo de ininterruptas contratações de gerenciadoras privadas, no final dos anos 1990, “para atender as demandas por novos funcionários e pela racionalização da estrutura administrativa” (ROYER, 2002, p.61).

Nessa perspectiva, conforme os dados levantados junto à agência e ao SINAENCO, as atividades de gerenciamento contratadas entre 1988 e 2013 foram sendo paulatinamente expandidas, passando de mero “apoio funcional” (técnicos terceirizados disponibilizados à CDHU, atuando muitas vezes nas dependências da própria empresa pública) ao serviço especializado de consultorias multidisciplinares (como aquelas das áreas jurídica, ambiental e social, por exemplo), tornando os contratos cada vez mais abrangentes, de modo a acomodar amplamente as diferentes demandas do contratante em relação ao desenvolvimento do empreendimento. O esquema a seguir, baseado em original elaborado e fornecido pelo sindicato, resume as transformações da prática:

Figura 1: Esquema gráfico de representação das transformações da prática do gerenciamento na CDHU



Fonte: Pulhez (2014)

As descrições sistematizadas das atividades de gerenciamento contratadas pela CDHU permitem uma leitura detalhada das modificações do escopo de atuação das empresas responsáveis, com destaque para um forte crescimento, a partir dos anos 2000, de novas atribuições, deslocadas das responsabilidades da companhia para o âmbito dos serviços prestados pelos agentes intermediários. Conforme demonstram os dados em Pulhez (2014), iniciado, no final da década de 1980, como apoio funcional/fiscal à execução das obras, o desenvolvimento do gerenciamento habitacional privado na CDHU sofrerá ao menos quatro momentos de inflexão nos contratos: o primeiro deles em 1997 (época da reforma gerencial empreendida pelo governo Mario Covas, com demissões massivas de funcionários), quando o gerenciamento começa a passar de atividade direcionada ao acompanhamento das obras para uma atividade de apoio administrativo anterior ao próprio início das mesmas, incluindo, num primeiro momento, “vistoria e análise de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais”. Depois, em 2003, o gerenciamento passa a dividir-se de forma mais clara em duas etapas: “macro planejamento, controle e viabilização de programas e empreendimentos” e “controle de execução de obras”(PULHEZ, 2014, p.255). Já entre 2008 e 2009, verifica-se a cisão entre as funções de gerenciamento e fiscalização das obras, o que passa a gerar contratações distintas para cada uma das duas atividades (embora sejam executadas pelo mesmo perfil de empresas). Além disso, nesse momento, possivelmente em função de nova redução no corpo técnico da companhia, o gerenciamento habitacional privado começa também a incorporar o acompanhamento da elaboração dos projetos

dos empreendimentos – esta que, na maior parte das vezes, desde o governo Quéricia sempre fora uma atividade igualmente terceirizada. E em 2013, ao menos formalmente, uma nova divisão é proposta: gerenciamento da área técnica e da área social.

Além disso, um ponto que normalmente não fica explícito nos editais de contratação das empresas é a utilização das gerenciadoras como suporte para o suprimento de mão de obra a serviço da CDHU, ou seja, como fornecedoras de técnicos por elas contratados que atuam nas dependências da companhia, tal como se fossem funcionários públicos. Essa, na verdade, é uma prática recorrente, adotada há anos pela companhia, e que funciona, nesse caso, como uma forma de amenizar, contraditoriamente, a ausência de quadros técnicos internos, gradativamente esvaziados em favor da própria terceirização, já que a “perda da área técnica”, como ressalta um dos funcionários de carreira da companhia entrevistados na pesquisa de PULHEZ (2014, p.245), muitas vezes não consegue ser reposta apenas com a contratação de outras empresas de apoio gerencial: no cotidiano dos trabalhos, a presença de engenheiros e arquitetos atuando dentro da empresa pública é reclamada como fundamental, inclusive para a própria agilidade dos procedimentos, já que, segundo ele, as equipes montadas pelas gerenciadoras que efetivamente atuam como tal, desempenhando atividades de suporte administrativo/gerencial, no mais das vezes são insuficientes para administrar empreendimentos de grande porte, como aqueles encampados pela CDHU.

Outro dado importante a ser reforçado é a amplitude de possibilidades de atuação de tais empresas junto ao agente público. No caso aqui exposto, o mesmo perfil de empresas consultivas está habilitado para prestar serviços de gerenciamento (técnico e social), fiscalização de obras e desenvolvimento projetual, atividades distintas, contratadas também de forma distinta, em licitações específicas, caso a caso – o que não impede, no entanto, que uma mesma empresa possa reunir diferentes contratos com a companhia, para desempenhar estas diferentes funções, não apenas **ao longo do tempo**, mas **ao mesmo tempo**, inclusive (PULHEZ, 2014).

Ou seja, no caso das empresas privadas de Engenharia Consultiva que atuam junto à CDHU, é possível verificar um circuito relativamente exíguo de firmas, todas de médio e grande porte, com arcabouço técnico e recursos humanos e materiais para cumprir as exigências dos processos licitatórios lançados pela companhia, alternando-se nos contratos e assumindo enorme centralidade como agentes de intermediação da política, sem os quais sua implementação, ao que tudo indica, seria inviabilizada, tamanho o grau de dependência do modelo de terceirização adotado pela agência pública.

4. Considerações finais

Ao observarmos o caso exposto, ainda que apresente diferenças em relação a outros exemplos, como as OSS e consultorias em sustentabilidade, citados na Introdução do artigo, certamente, ao aproximá-los, permite-se tecer elementos constituintes do processo de intermediação.

Em primeiro lugar, a crescente complexidade de agentes envolvidos que realimenta e alonga os **circuitos de legitimidade**, como por exemplo, na sustentabilidade, apresentando desde intermediários internacionais consagrados no campo da consultoria em gestão, agentes nacionais reposicionados do embate desenvolvido nas últimas décadas sobre responsabilidade social e outros, oriundos do terceiro setor, como no caso dos “cotejantes”. O mesmo se dá com as OSS e a diversidade de agentes agora inseridos e portadores dos atributos para a gestão hospitalar.

Tal dinâmica também parece vir acompanhada do desenvolvimento de novos mercados/espços sociais, para onde se dirigem os intermediários, portadores de legitimidade e capitais dos mais diversos arranjos, para a constituição de um novo espaço de embate e domínio social.

Veja-se que a consultoria brasileira em engenharia também passa por um processo de migração para áreas de atuação que até determinado momento sequer existiam como campo no país – e que não apenas passam a existir com força e escala a partir de variados acordos e condicionantes, mas também são constituídas como *locus* privilegiado do desenvolvimento de um certo *know-how*, pertencente a este intermediário de forma hegemônica, e assim reconhecidos, incontestavelmente, nas redes em que são mobilizados. Nesse sentido, muito embora se possa reconhecer nessa movimentação uma arena complexa de negociação de demandas as mais diversas, como se viu na descrição das relações com o agente estatal e a conjuntura em que se dá a interação, parece claro que a construção do lugar social assumido por tal intermediário se trata de um processo de disputas por significados, legitimidade e hegemonia cujas conquistas em termos normativos são notáveis e, de certo modo, se nivelam às outras experiências citadas.

Pode-se recorrer, nesta perspectiva, ao fenômeno que Bourdieu (2000) chama de alongamento de circuitos de legitimação, onde os possuidores das diversas formas de capital existentes na sociedade interagem cada qual querendo fazer registrar como mais legítima a forma de que é detentora, utilizando para isso legitimidades que são validadas em circuitos de diferentes espaços de poder. Especificamente no caso do artigo, não só para legitimar e validar, mas ao mesmo tempo criar novos espaços de atuação e domínio.

CONSULTING ENGINEERING FIRMS: INTERMEDIARIES IN THE MANAGEMENT OF THE HOUSING POLICY IN SÃO PAULO

ABSTRACT: *The article presents the action of intermediaries, Consulting Engineering firms, in the management of housing policy operated in state territory of São Paulo by the CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (Housing and Urban Development Company) – CDHU. Acting as outsourced companies in the daily management together with the state agent for over 30 years, such companies supply services to the government in programs and projects, performing activities concerning the administration and control of the design, feasibility, implementation and operation of these projects, not committed to direct production processes but to those of design, management and regulation. Once contracted by the public agent, they act as a kind of “administrative interposer”, which puts them in a position of control over the performance of other subcontractors, conducting execution schedules, charging deadlines, checking products, etc. This text aims to go through the history of these companies, questioning their relationship with this specific sector of public policies, reinforcing their strategies and disputes as intermediaries, legitimacy and capital carriers of various arrangements, for the establishment of a new battle space and social field.*

KEYWORDS: *Consulting Engineering firms. Management. Intermediaries. Housing policy. CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (Housing and Urban Development Company).*

LOS INTERMEDIARIOS Y EL ESTADO: EMPRESAS CONSULTORAS DE INGENIERÍA EN LA GESTIÓN DE LA POLÍTICA HABITACIONAL DE SÃO PAULO

RESUMEN: *El artículo presenta la actuación de los agentes intermediarios, las Empresas de Ingeniería Consultora, en la gestión de la política habitacional operada en el territorio paulista a través de la Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano - CDHU. Actuando como contratistas en la rutina administrativa diaria junto al agente estatal desde hace más de treinta años, tales empresas prestan servicios al poder público desarrollando actividades relativas a la administración y control de las etapas de concepción, viabilidad, ejecución y funcionamiento de programas y empresas, no estando comprometidas con procesos directos de producción, sino de concepción, gestión y regulación. Una vez contratados por el*

agente público, ocupan una especie de “intermediación administrativa” que les sitúa en una posición de control sobre la actuación de los demás subcontratistas, realizando calendarios de ejecución, cobrando plazos, verificando productos, etc. El objetivo de este trabajo es recorrer la trayectoria de estas empresas, problematizando su relación con este sector específico de la política pública, reforzando sus estrategias y disputas como agentes intermediarios, portadores de legitimidad y capital de los más diversos arreglos, para la constitución de un nuevo espacio de lucha y dominación social.

PALABRAS CLAVE: *Empresas de Ingeniería Consultora. Gestión. Intermediación. Política de vivienda. CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.*

REFERÊNCIAS

- ABCE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSULTORES DE ENGENHARIA. Levantamento Anual da Consultoria de Engenharia 2011: faturamento e pessoal (números e gráficos). [publicação interna; documento] 2011.
- ALTHEMAN, E. Modelos de administração de empresas de consultoria em projetos multidisciplinares de engenharia: uma contribuição ao estudo de suas principais características (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FEA-USP, 1999.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. A saúde pública intermediada por organizações sociais: arranjos e configurações nas últimas duas décadas no Brasil. **Latinoamerica**. Revista de Estudios Latinoamericanos, v. 59, p.69-98, 2014.
- BIEZUS, L. O gerenciamento de empreendimentos. Um caso concreto: a implantação do SANEGRA. **Revista DAE**, São Paulo n°. 119, 1978.
- BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Collection Liber, Seuil, 2000.
- CAMARGO, T. **As empresas de projeto de engenharia de grande porte no Brasil: passado, presente e a reengenharia para o futuro** (Tese de Doutorado). São Paulo: Politécnica-USP, 1994.
- CAMARGOS, R. C. M. **Estado e empreiteiros no Brasil: uma análise setorial** (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 1993.
- CAMPOS, P. H. P. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2012.

CODAS, M. M. B. Gerência de Projetos: uma reflexão histórica. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 27 (1), p.33-37, 1987.

DEZALAY, Y; GARTH, B. A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, n. 43, p.163-176, 2000.

DONADONE, J. C.. Consultoria internacional em expansão e formas emergentes de globalização das trocas e contenciosos gerenciais. **Tempo Social**, v. 22, p.35-55, 2010a.

DONADONE, J. C. The finance logic, the action of the intermediaries and the transformation of centrality and frontiers of enterprises in Brazil last decade. Finance in question/Finance in crisis - **Centre for Research on Socio-Cultural Change** - CRESC, Manchester-UK, 2010b.

DONADONE, J. C.; NOVAES, E. Internacionalização, disputas sociais e ação dos intermediários na construção da responsabilidade social empresarial brasileira. **Estudios Sociales** (Santa Fe), v. 48, p.175-204, 2015.

FLIGSTEIN, N. **The Transformation of Corporate Control**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GUIMARÃES, N. A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos. Esses ilustres desconhecidos. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p.275-311, 2008.

MEIRELLES, H. L. Contrato de Gerenciamento: Novo Sistema para a Realização de Obras Públicas. **Revista dos Tribunais**, Ano 69, V. 533, 1980.

MOURA, A. P. P. de. Brasil Industrial: do capitalismo retardatário à inserção subordinada no mundo neocolonial. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v.11, n.3, p.82-89, 2001.

NOVAES BOTTA, E. N. **Passos em falso?** Os processos de formação do espaço das consultorias em sustentabilidade no Brasil (Tese de Doutorado). São Carlos: PPGEP-UFSCar, 2013.

O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. 2012. Disponível em: <https://revistaoe.com.br/os-destaques-em-2012/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PEREIRA, L. C. B. & SPINK, P. (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PLONSKI, G. A. **Empresas de serviços de engenharia no Brasil**: do cad à engemática (Tese de Doutorado). São Paulo: Escola Politécnica USP, 1986.

PULHEZ, M. M. A gestão da política habitacional em São Paulo: notas sobre as interações entre Estado e empresas privadas. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, V35.02, p.99-116, 2016.

PULHEZ, M. M. **O arranjo gerencial**: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo (Tese de Doutorado). São Carlos: IAU-USP, 2014.

ROYER, L. de O. **Política habitacional no Estado de São Paulo**: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 2002.

SCHMITZ, L. C.; ALPERSTEDT, G. D.; VAN BELLEN, H. M.; SCHMITZ, J. L. O Processo de Ensino Aprendizagem em Gerenciamento de Projetos e a Inserção Social: A Experiência da Casa de Cáritas. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 13, nº. 2, p.355-385, 2012.

SINAENCO - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA. Perfil do setor de Arquitetura e Engenharia Consultiva - 2010. [publicação interna; documento] 2012.

USSEM, M. **Executive defense**: shareholder power and corporate reorganization. London: Harvard University Press, 1993.

Recebido em 29/06/2020.

Aprovado em 11/10/2020.

LITERATURA COMO AÇÃO E COOPERAÇÃO: APORTES SOCIOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DE UM MOVIMENTO CULTURAL NAS PERIFERIAS PAULISTANAS

*Lucas Amaral de OLIVEIRA**

RESUMO: Neste texto, elaboro reflexões metodológicas sobre o trabalho de campo realizado junto ao Movimento da Literatura Marginal de São Paulo. Para tanto, apresento minha experiência em uma instância específica de produção, circulação e consumo literários, o Sarau da Brasa, coletivo cultural da Brasilândia. Em seguida, trago materiais obtidos na pesquisa, inclusive de outros eventos, a fim de lançar luzes sobre o modo de atuar dos/as agentes. Ao problematizar uma cena literária em particular, examino algumas dinâmicas dos saraus que permitiram a emergência de escritores/as que se autodenominam marginais, bem como a produção de objetos literários a partir dos vínculos que agentes estabelecem com espaços periféricos. Ainda que os saraus portem atributos distintivos – *modus operandi*, organização, estética, formato, rituais, base ideológica por traz de cada projeto –, a partir dos aportes de Howard Becker, argumento que redes, arranjos e agenciamentos cooperativos fazem com que eles instituem um novo movimento cultural de caráter popular e urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Marginal. Saraus. Periferias. Movimento Cultural. Cooperação.

Introdução

Em minha pesquisa de doutorado, realizada entre 2014 e 2018, tive como propósito analisar a eclosão de escritores/as provenientes das periferias de São Paulo, cuja atuação cultural tem se mostrado intensa e a produção literária cada vez

* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Departamento de Sociologia. Salvador – BA – Brasil. 40210-630 - lucasoliveira.ufba@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1272-4722>.

mais potente, ainda que suas trajetórias sociais e profissionais estejam marcadas, historicamente, pela falta de espaços reconhecidos de representação (OLIVEIRA, 2018). Esse entrave tem feito com que parte de suas criações seja menosprezada por não ostentar os marcadores comumente respeitados no campo literário. Em certa altura da investigação, esse problema me remeteu a Milton Santos (2009), que, em uma de suas teses sobre a “sabedoria da escassez”, nos instiga a valorizar os saberes forjados “na vivência da falta”, uma vez que conduziriam o indivíduo, de modo contínuo, a reinventar o seu cotidiano nos próprios artefatos materiais e simbólicos que produz. Trata-se de uma experiência que opera como ponte entre necessidade, criatividade e conhecimento, arranjo cujo saldo é a transformação social.

Durante cinco anos de trabalho de campo, procurei frequentar e participar de saraus, *slams*¹ e outros eventos dedicados à literatura em bairros periféricos da cidade². A intenção foi, além de me “familiarizar” com a dinâmica sociocultural desses espaços urbanos e de obter materiais para a pesquisa, estabelecer intercâmbios com agentes integrantes do Movimento da Literatura Marginal, a fim de compreender a produção, a circulação e o consumo dessa literatura nas periferias. A pesquisa empírica se baseou em métodos qualitativos, sobretudo o que denominei, em outra ocasião, de uma “epistemologia política do encontro” (OLIVEIRA, 2020), baseada em observação direta, entrevistas, conversas informais e na política do encontro, o que me permitiu corresponder mais proximamente com agentes em uma variedade de situações e de compor uma etnografia sociológica.

Contudo, antes de iniciar o campo, pouco de concreto dava sustentação às hipóteses a partir das quais se sustentava o meu projeto inicial, que se fundamentava em diagnósticos ainda incipientes sobre os saraus paulistanos. Logo, o trabalho de campo foi parte crucial da investigação, contribuindo para um entendimento mais apropriado da produção literária **dentro e em torno** dos saraus. A partir do campo, pude conhecer e compreender mobilidades urbanas, encontros e afetos, jogos e labores literários, gestos e performances, que juntos constituem saldos das relações intersubjetivas e afetivas tecidas entre agentes e que, hoje, figuram parte do ambiente literário das periferias.

Tal compreensão me aproximou das reflexões de Howard Becker (2010) a respeito de dois vetores: a) as convenções que balizam as práticas artísticas de certo

¹ *Poetry Slam* é uma “batalha de poesia”, competição mundialmente famosa em que poetas/*slammers* recitam e “performam” um trabalho de cunho autoral, durante um intervalo de tempo determinado, sendo julgados/as por uma audiência indicada a priori. Sobre os *slams*, cf.: Somers-Willett (2009), Minchillo (2016), D’Alva (2014) e Stella (2015).

² Em São Paulo, o padrão “centro-periferia” ainda persiste, a despeito de alguns bolsões de pobreza em áreas centrais e, em contrapartida, de alguns condomínios de luxo fortificados em subúrbios urbanos. Por exemplo, dos 96 distritos da cidade, 57 estão alocados nas chamadas “periferias”, que somam cerca de 7 milhões de habitantes. Essas pessoas se encontram literalmente distantes dos grandes centros, onde se instalam cinemas, teatros, editoras, museus, galerias, casas de shows, espaços culturais, bibliotecas, livrarias, etc. Sobre isso, cf.: Estima (2012) e Kowarick (2007).

universo de produção simbólica, inclusive literária; e b) a cadeia de ações e cooperações que formata cada um desses universos, o que o sociólogo estadunidense chamou de “mundos da arte”.

Para ele, estudar as dinâmicas de criação artística é precisamente atentar para a rede de agentes envolvidos na produção e difusão de determinado objeto simbólico, bem como para o caráter coletivo dessas criações. A atividade cooperativa, um dos fatores explicativos dos mais variados mundos da arte – coordenada graças a um saber partilhado entre agentes acerca dos meios convencionais de labor e atuação –, é responsável pela produção de bens que estabelecem, eles também, uma experiência comum, a partir de pactos que circunscrevem **o que é e o que não é** um objeto de arte. Becker (2010) mostrou, assim, que a arte não é pressuposto da realidade, mas um fato social que pode ser deduzido da dinâmica de seu universo de produção e de suas convenções específicas, ou seja, da dialética entre os conflitos inerentes a qualquer mundo artístico e os processos cooperativos de agentes que, a partir de uma interdependência recíproca, frequentemente se reúnem para a fabricação de objetos que, ao menos para eles, são considerados “arte”, isto é, possuidores de valor estético.

Contudo, a pesquisa me levou a explorar esse argumento a partir de outra hipótese. Para além dessa interdependência, parece haver, por parte dos/as integrantes do movimento marginal, uma tentativa de desafiar e transgredir as convenções que usualmente delimitam suas práticas literárias, sobretudo por meio da invenção de novos acordos estéticos e arranjos socioculturais. Assim, a partir do relato etnográfico de uma experiência de pesquisa e de encontros que tive com interlocutores/as, o objetivo deste texto é pensar novas disposições que têm sido alinhavadas por agentes do movimento para tensionar algumas fronteiras da produção literária. Afinal, o que há nessa literatura e nas experiências estéticas viabilizadas pelos saraus que indicam novas formas de organizar-se coletivamente para “fazer literatura”?

Na primeira seção do texto, exponho dados sobre um dos saraus que mais participei, o Sarau da Brasa, do distrito da Brasilândia, periferia norte de São Paulo, trazendo materiais que adquiri ao longo do estudo, inclusive de outras instâncias onde realizei campo, pois eles são reveladores do modo de atuar dos/as integrantes do movimento. A ideia é lançar luzes sobre a maneira como se configurou parte dos espaços socioculturais e urbanos que têm possibilitado a existência do movimento. Na segunda seção, mais analítica, argumento que, embora os saraus periféricos portem atributos que os caracterizam e os distinguem entre si (formatos, manifestos, organização, rituais, bases ideológicas, formas de agenciamento, etc.), juntos, eles conformam um verdadeiro movimento cultural de caráter popular e urbano, na medida em que os/as integrantes se veem engajados/as em intrincadas políticas de cooperação e redes de agenciamento, que permitem a emergência de escritores/as

e a produção de objetos literários a partir dos vínculos que fundam com os espaços periféricos nos quais estão inseridos os saraus.

Sarau em brasa: uma experiência etnográfica

Era final de tarde de um sábado, fevereiro de 2014. Tinha passado o dia de um lado a outro da cidade em razão de um projeto no qual estava trabalhando desde 2013. Às seis da tarde, vindo da extrema zona oeste paulistana, próximo à divisa territorial com a cidade de Osasco, cheguei à estação de metrô do Anhangabaú, no centro de São Paulo, depois de gastar mais de uma hora em um ônibus que havia partido do Jardim João XXIII, bairro localizado no distrito Raposo Tavares, onde prestava serviços naquele dia.

Tomei a linha vermelha do metrô com destino a Palmeiras-Barra Funda, a última parada. Logo que cheguei ao final da linha, segui meu trajeto para as escadarias de acesso ao terminal de ônibus. Minha pressa se justificava porque meu transporte, um ônibus municipal, podia estar partindo – não queria perdê-lo, se não me atrasaria para o evento do qual desejava participar. Chegando nos corredores, no piso inferior, ainda do lado de dentro da estação, deparei-me com uma fila no ponto da linha 978T-10, cujo destino era o Jardim Guarani, com cerca de trinta pessoas ao lado do ônibus estacionado, algumas com suas sombrinhas pingando a água da chuva, outras com trajes encharcados. O ambiente irradiava um silêncio insólito para um terminal intermodal daquela dimensão – que aloja linhas de ônibus municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, além de trens e metrô. Vi que duas mulheres liam atentas seus livros, mas não pude flagrar os respectivos títulos.

Da Barra Funda, queria chegar à Vila Brasilândia, zona norte da capital. Havia decidido participar, naquela noite, de uma das atividades do Coletivo Sarau Poesia na Brasa, que, na época, ficava na Rua Professor Viveiros Raposo, em frente à Escola Estadual João Solimeo, próximo ao ponto final da Brasilândia, no Bar do Carlita³. O trajeto de doze quilômetros do terminal ao sarau levou uma hora para ser percorrido; mas a travessia foi feita sem que eu notasse, pois estava absorto na leitura da recém adquirida *Águas da cabaça*, obra de Elizandra Souza (2012), poeta à frente do projeto Sarau das Pretas⁴. Lembro que um trecho, em especial, me chamou a atenção:

³ Uso o pretérito imperfeito, aqui, porque o terreno onde se encontrava o Bar do Carlita foi desapropriado para a construção da Estação Brasilândia, Linha 6 (laranja) do metrô, que hoje se encontra com as obras atrasadas. O sarau passou a ocorrer no Goiabeira's Bar, desde então.

⁴ O Sarau das Pretas é um projeto artístico-literário itinerante que surgiu no ano de 2016, protagonizado por mulheres negras atuantes no cenário da cultura periférica de São Paulo, que a cada edição do evento propõem reflexões sobre gênero, feminismos, cultura e ancestralidade negras. Cf.: Capecce (2017).

A dança mais bonita
É o borbulhar de uma panela
É o gingar das colheradas entre prato e boca
As Mjibas, as Zapatistas, as Mirabals
Voando com os pés firmes no chão
Todas elas desatando nós. (SOUZA 2012, p.80).

Em “Estribeiras do Mundo”⁵, há o enaltecimento das Mjibas (em xona, “jovem mulher revolucionária”), às militantes zapatistas e às irmãs Mirabal (Patria Mercedes, Minerva Argentina e Antonia María Teresa Mirabal, *las mariposas*, dominicanas assassinadas pela ditadura de Rafael Trujillo), aliado ao elogio de demandas e saberes locais, de “mulheres que alimentam os que têm fome”. Envolto com essa reflexão poética e profunda, cheguei ao ponto. Andei mais dez minutos até o Carlita. Aquela seria uma noite especial na Brasa: algumas semanas atrás, havia recebido um e-mail convidando para o lançamento do novo romance do escritor e sambista Walner Danziger (2013), *Ainda cometo um samba* – cuja confecção fora realizada por meio de um projeto de *crowdfunding*.

Um convite específico (para além do habitual do sarau) havia sido enviado pelo autor para os/as que colaboraram com o projeto, junto com um texto tratando do processo de escrita, que relacionava sua participação em escolas de sambas, sua vivência na metrópole e o enredo ficcional da obra. Especificamente sobre o processo de criação da fictícia Escola de Samba “Unidos da Lira”, que aparece no livro, o autor comentava o seguinte:

Esse processo todo puxou consigo bairros e logradouros de uma cidade fictícia. Uma cidade grande, com suas delícias e suas tragédias, como muitos de nós conhecemos como a palma da mão [...]. Tirei, então, o romance da máquina de escrever, porque preciso do papel. Do calor, da textura, do cheiro do papel. Necessito virar as páginas todas, rasurar, ver as folhas amarelando, encardindo, manchando de gordura, de café e de poluição. A história respirando, quer no silêncio catedrático das bibliotecas ou então no alvoroço dos botequins. É pra lá que eu levarei meu romance agora, pra vibração dos ambientes, sem temer seus ruídos. [...] O livro está na praça. Pra ser comungado. Então, é só torcer para que ele ganhe, sem pressa, as imperfeições, o cheiro, a sujeira e a força iluminada das ruas (Walner Danziger, janeiro de 2014).

⁵ Sobre o poema e a autora, cf. os trabalhos de Castro (2016) e Smith (2015).

O texto, postado em seu blog pessoal, “Ainda cometo um samba: um romance entre bibliotecas e botequins”⁶ foi escrito, segundo o autor, em Jabaquara, em 9 de outubro de 2013. O convite para o lançamento do livro, para ser “comungado no alvoroço dos botequins”, “sem temer seus ruídos”, nas palavras do poeta, foi feito, também, pelo Sarau na Brasa, no final de 2013, sendo o escritor um dos partícipes externos mais ativos do coletivo.

O Coletivo Cultural Sarau Poesia na Brasa nasceu em 8 de julho de 2008, abraçando o exemplo de outros saraus – como a Cooperifa⁷ e o Binho⁸, com destaque na cena periférica paulistana. A Brasa é parte de uma ideia-projeto de movimento cultural “da periferia para a periferia”, como seus organizadores salientam. O objetivo central é produzir e divulgar artes e saberes sobre bairros periféricos, bairros que, em alguma medida, “discriminam as margens urbanas da cidade”. Trata-se de um espaço sociocultural de expressão, criação, discussão, reflexão e exposição de questões caras às periferias, como a violência policial, as políticas públicas, o racismo, as relações de gênero e a cultura popular, sobretudo de matriz africana.

Em razão disso, a instância está aberta a todos/as aqueles/as que queiram compartilhar e produzir literatura, ampliar seu imaginário cultural nas bordas geográficas da cidade ou, simplesmente, discutir cultura periférica⁹ e cidadania cultural¹⁰. Já faz mais de dez anos que os/as integrantes vêm organizando saraus e outros eventos literários em bairros da zona norte – antes, no Bar do Cardoso; depois, no Bar do Carlita, citado nesta narrativa e o primeiro que visitei; em 2018, depois da desapropriação do terreno onde funcionava o Bar do Carlita, no Goiabeira’s Bar, localizado na Rua Joaquim Ferreira da Rocha. Contudo, além dos bares, o coletivo atua, também, em escolas públicas, participando de projetos pedagógicos,

⁶ O blog de Walner Danziger com informações que estavam disponíveis em goo.gl/GeSNo7, no momento da pesquisa, foi posteriormente removido pelo autor.

⁷ O Sarau da Cooperifa foi fundada em outubro de 2000 pelos poetas Sérgio Vaz e Marco Pezão (que faleu recentemente), a partir de encontros na região do Taboão da Serra e nas imediações do Jardim São Luís, zona sul. É tida como pioneira no Brasil e a grande responsável por cunhar e popularizar o termo “sarau” no repertório de agentes que integram, hoje, o Movimento da Literatura Marginal. Sobre o sarau, cf.: Nascimento (2009; 2011) e Vaz (2008).

⁸ O Sarau do Binho é um dos mais importantes da cidade. Foi fundado em 2004 por Robinson de Oliveira Padial e Suzi Soares, sua esposa, e funciona como sarau desde 2004, ainda que o projeto já existisse desde os anos 1990 como a “Noite da Vela”. Desde 2012, ele vem ocorrendo no Espaço Clariô de Teatro, nos limites territoriais de Taboão da Serra e o bairro do Campo Limpo, zona sul. Sobre o sarau, cf., também: Gunutzmann (2017).

⁹ Por cultura periférica, entendo algo próximo ao proposto por Nascimento (2011): o conjunto simbólico próprio de membros de camadas populares que habitam espaços urbanos periféricos, formatado por objetos, movimentos artísticos e estéticas por eles/as protagonizados, incluindo linguajares, indumentárias, práticas e hábitos culturais.

¹⁰ Chauí (2006), ao criticar as visões de cultura como “saber de peritos”, campo de belas-artes e arma persuasiva, trabalha a noção de “cidadania cultural”, em que o Estado conduz o acesso ao patrimônio artístico, assegurando a dimensão participativa e reflexiva de práticas e processos criativos. Cf.: Rosaldo (2000) e Stevenson (2003).

em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros Educacionais Unificados (CEUs), praças, unidades da Fundação Casa, centros culturais e espaços públicos para os quais é convidado ou aonde quer que haja carência de instituições ou programas e a consequente necessidade de discutir arte, políticas públicas, produção cultural, fomento à leitura, etc.

A Brasa tem uma idiossincrasia: os tambores e a oralidade são as marcas do coletivo e das ações que promovem, bem como o meio como informam e partilham textos, resgatando “tradições milenares de ancestrais negros”, como salientam os/as organizadores/as. Vagner Souza, um dos criadores, comentou: “quando a gente propõe, no começo e no final [de cada sarau], bater tambores, esta prática de tocar tambores tem a oralidade como carro-chefe e, também, é um jeito que a gente encontrou de resgatar a ancestralidade negra” (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.351). Isto é, a Brasa é parte da movimentação literária nas periferias sem deixar de expressar sua originalidade estética e autonomia organizativa no conduzir dos trabalhos.

O Bar do Carlita, que hospedou o sarau por um tempo, era pequeno. Havia poucas mesas para fora do ambiente coberto com telhas Eternit, na calçada, e outras no interior. No canto direito, no espaço coberto, notavam-se aparelhagens de som, fios, tambores, violões. No lado oposto, uma churrasqueira e um balcão, com *laptop* e livros à disposição da audiência. O boteco, envolto em grades, era ornamentado com desenhos, telas, pôsteres do sarau, fotos e obras de grafiteiros e pixadores locais, uma constelação de símbolos que compunham uma estética peculiar (e, à primeira vista, contrastante) em relação àquela que se está habituado a observar em ambientes literários de praxe, como bibliotecas e livrarias – aliás, essa estética espacial é algo que pode ser encontrada, também, em outros pontos de cultura periférica.

Em seu interior, havia, ao lado dos sacos de carvão, uma estante com livros, revistas e *fanzines* de autores locais, a Biblioteca Carlos de Assumpção, em homenagem ao poeta negro, projeto de biblioteca comunitária do coletivo (onde se podia pegar ou deixar obras), e um par de mesas que exibiam os lançamentos à venda naquela edição do sarau. Por fim, a paisagem se completava com o cenário típico de um bar: balcão, banquetas, garrafas nas prateleiras, camisetas de times pregadas nas paredes, frízeres e caixas de cerveja, etc. Na ocasião daquela minha primeira visita ao sarau, logo que cheguei, peguei uma bebida, me sentei em uma das mesas disponíveis do lado de fora do bar e fiquei conversando com Sonia, uma das organizadoras do Sarau da Brasa e a principal colaboradora da minha pesquisa de doutorado.

Por volta das vinte horas, ou seja, com algum atraso – algo comum em todos os saraus dos quais participei –, integrantes começaram a recitar o manifesto de abertura do coletivo, “Nosso Manifesto: A Elite Treme”, ao ritmo de batidas inflamadas de tambores, dispostos desde o início no fundo do boteco, à frente de um cartaz com

o logotipo do coletivo. Esse manifesto está presente nas coletâneas do sarau, e em uma parte ele afirma o seguinte:

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela inventou. A periferia se arma e apavora a elite central. Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado e da polícia. Mas agora é diferente, a periferia se arma de outro modo: agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vêm das letras. [...] A periferia dispara. Um, dois, três, quatro livros publicados. A elite treme. Agora, favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube ou quis contar direito. [...] Queremos conhecimento e mudanças nas relações. E a elite treme. Agora, não mais enquadrados madames no farol, e sim queremos os mesmos direitos das madames. É por isso que a elite teme (POESIA NA BRASA, 2009, p.31-32).

O papel do manifesto, não só da Brasa, mas de outros coletivos, executa uma operação comum dos saraus: a ressignificação simbólica do espaço urbano, sua desestigmatização¹¹ (OLIVEIRA, 2017; 2018). Trata-se do deslocamento, para a literatura, de um sistema semântico e sintático que, comumente, é associado ao crime, à miséria e violência. Um dos recursos linguísticos usados para a positivação do espaço periférico é a hipálage, figura de linguagem mediante a qual se transpõe os sentidos de dois elementos em uma proposição discursiva. Ou seja, “se traslada o sistema semântico que costuma associar-se ao crime para o universo da literatura, destacando-se o perfil cultural da periferia” (TENNINA, 2017, p.59). O deslocamento simbólico é praticado em textos, falas, rituais e performances, cuja intenção é explorar processos de valorização da periferia e do sujeito periférico, o que se dá inclusive na oralidade e no corpo de quem recita.

Depois da leitura do manifesto no início daquele Sarau da Brasa, ritual que faz parte da abertura das edições de cada evento, o escritor Walner Danziger tomou a palavra e protagonizou a apresentação de sua obra. Em certo momento, explicou seu processo criativo, o projeto de financiamento coletivo e leu trechos do livro, sempre acompanhado de um silêncio respeitoso, seguido de aplausos. Depois, anunciou o preço do trabalho e salientou que estaria à venda no cantinho do bar, à sua direita, em uma mesa na qual estavam dispostas sobre uma toalha uma dezena de exemplares do livro, uma caneta bic para os autógrafos e uma cerveja. Quando Danziger deixou o palco com seu copo na mão, sob ovações e assobios, a palavra foi sendo alternada,

¹¹ Por ressignificação e desestigmatização do espaço, entendo a ruptura em relação a alguns estigmas historicamente fundados dentro mesmo do texto declamado e/ou performatizado. Sobre o processo, cf.: Bertelli (2012), D'Andrea (2013), De Tommasi (2016), Oliveira (2017; 2018), Pardue & Oliveira (2018), Patrocínio (2013), Proença (2002) e Salles (2004).

em uma sucessão harmônica de intervenções, em que textos autorais, letras de rap, cordéis, performances poéticas e tambores foram sendo apresentados.

Ainda que este artigo não traduza a riqueza sonora, poética e performática do evento narrado em termos de experiência estética, vale atentar para a heterogeneidade dos saraus. A Brasa, como o Elo da Corrente¹² e o Sarau da Ademar¹³, afirma-se como “coletivo literário” até mesmo na forma de organizar-se: não há liderança, tampouco quem dirija as intervenções. “A gente gosta de dizer que nosso sarau [da Ademar] não tem dono, não tem um idealizador, não tem líder, é uma criação coletiva, desde o começo”, comentou Drix Solinas (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.364). Ao contrário de outras instâncias criadas em torno de uma personalidade, como a Cooperifa, o Sarau do Binho, o Suburbano Convicto¹⁴ e o Sarau dos Mesquiteiros¹⁵, que possuem como “líderes” Sérgio Vaz, Binho Padial, Alessandro Buzo e Rodrigo Ciríaco, respectivamente, organizadores/as da Brasa fazem questão de demarcar a sua horizontalidade, assinalando o início do sarau com tambores e a leitura em coro do manifesto, seguido do revezamento na chamada e condução dos/as intervenientes a exporem seus textos ao público.

Algumas pessoas participaram mais de uma vez, trazendo novas composições; outras, recitaram pela primeira vez publicamente – deixando transparecer a timidez no corpo, nos gestos acanhados, no tom hesitante da fala, nas mãos que tremiam com o papel. Houve quem fizesse referência direta ao homenageado da noite, citando trechos do livro lançado, elogiando o autor e fazendo publicidade do romance. O intercâmbio poético e a partilha de entusiasmos, gestualidades e vivências, entremeados por silêncios, aplausos, gritos, saudações, expressões de incentivo, conversas paralelas, piadas, burburinho constante na audiência, prolongou-se até meia noite. Ao fim, ao deixar o recinto e me despedir de conhecidos/as, notei que boa parte das pessoas era do bairro – ainda que seja comum a visita de integrantes de outros saraus. Como tentarei demonstrar no próximo tópico, esse trânsito é

¹² O Sarau Elo da Corrente nasceu em junho de 2007, em Pirituba, zona noroeste, com o objetivo de difundir a cultura periférica, nordestina e negra. O sarau ocorre no Bar do Santista. Dele, desdobram-se eventos no Espaço Cultural Elo da Corrente, a manutenção de uma biblioteca comunitária e a editora Elo da Corrente Edições.

¹³ O Sarau da Ademar é um coletivo que nasceu em setembro de 2008, no Bar do Carlinhos, na Cidade Ademar, zona sul, buscando o incremento cultural da região por meio da literatura e de outras modalidades artísticas.

¹⁴ O Suburbano Convicto foi criado em 2010, no Itaim Paulista, zona leste. Depois, transferiu-se para a região do Bixiga, com regularidade semanal, na Livraria Suburbano Convicto, na Rua 13 de Maio. A livraria, palco do sarau, foi criada em 2007, em uma garagem na Rua Nogueira Vioti, zona leste, antes de se mudar para o centro. No momento em que escrevo, a livraria corre sérios riscos de fechar as suas portas por falta de financiamento.

¹⁵ O Sarau dos Mesquiteiros surgiu em 2009. Ocorre todo o último sábado de cada mês, sob a batuta de Rodrigo Ciríaco, na Escola Estadual Jornalista Francisco Mesquita, em Ermelino Matarazzo, zona leste. Como saldo do trabalho pedagógico com jovens, muitas ações paralelas são praticadas. Cf.: MESQUITEIROS. Blog. Disponível em: mesquiteiros.blogspot.com.br/. Acesso em: 01. Abr. 2021.

determinante para agentes marginais, assim como a participação ativa de poetas em diversos eventos e atividades.

Literatura marginal como movimento cultural: circulação e cooperação

São óbvios os contrastes desses espaços periféricos em relação àqueles já mais consagrados onde, usualmente, se organizam as intervenções literárias – ambientes universitários e estudantis, livrarias, sebos, bibliotecas, centros culturais, etc. Antes de tudo, nos saraus, há um colorido distinto quanto à materialidade de um novo mundo de desfrute literário que se tem dilatado cada vez mais nas periferias, indiciário de ambientes abarrotados de mesas e cadeiras de bar, copos americanos, bebidas alcoólicas, referências a times de futebol, gambiarras e infraestrutura improvisada e pessoas em pé na rua ou sentadas no chão “confraternizando a palavra” (VAZ, 2008) diante de um público também diverso, sobretudo em termos de corte racial, faixa etária e origem social.

O evento há pouco descrito, que marcou o início do meu trabalho de campo, pode ser tomado como um sarau típico: o cenário, um bar da periferia; dentro dele, as fórmulas rituais que se reproduzem por outras instâncias, com a declamação de poesias autorais, a leitura de trechos do livro a ser lançado, músicas de pano de fundo, repetição de alguns participantes declamando, conversas paralelas que soam como murmurinho ao fundo da poesia recitada ou em meio ao toque da percussão, mas com a audiência atenta e respeitosa aos/às poetas que se apresentam no palco improvisado do bar, participando com eles/as, aplaudindo no final. Acho interessante, nesse sentido, o comentário do poeta Augusto Cerqueira (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.373) a respeito de o boteco ter se transformado em uma instância literária: “O bar é o lugar mais social que tem dessa coisa contemporânea que é a literatura marginal. Acho que não dava pra ser em outro lugar [...]. Tem que ter uísque, uma bebida. Acho que [o bar] é a alma do sarau. Os saraus antigamente tinham champanhe. Hoje, tem pinga com mel”.

Todavia, ainda que haja propriedades que se repetem, cada sarau busca distinguir-se em relação aos demais e conferir à sua dinâmica uma peculiaridade própria, como comentei quando aludi às “lideranças” incumbidas da palavra de abertura dos eventos. A Cooperifa, por exemplo, reserva atenção à poesia recitada, sem acompanhamento, exigindo deferência quase ritualística por parte da audiência em relação ao/à poeta – como diz Sérgio Vaz, “o silêncio é uma prece”. A Brasa, como o Elo da Corrente, mantém um vínculo forte com os tambores, com músicas e danças de matriz africana. Já o Binho é mais atuante com movimentos sociais, trazendo-os sempre que possível para as atividades que promovem. O Sarau dos Mesquiteiros, organizado dentro de uma escola pública em Ermelino Matarazzo, é frequentado,

maiormente, por crianças e adolescentes da região. Já o Suburbano Convicto busca manter uma intimidade com o grafite e a cultura hip hop. Essa heterogeneidade estética e organizativa pode ser vista em outros saraus paulistanos, que no limite acabam abraçando a geografia afetiva do espaço ao qual pertencem, as pautas locais e as demandas que geram identificação entre participantes.

Essas idiossincrasias têm a ver, como crê Luan Luando, poeta do Sarau do Binho, com a localidade desses espaços, algo que influi no formato e na proposta de cada um dos saraus: “O espaço físico onde acontece o sarau influencia pra caramba. O Binho, por exemplo, é diferente da Cooperifa. É a geografia de lá. Na Brasa, outro exemplo, eles já começam com o batuque, porque é outro axé. Então, a geografia influencia no modo de construir o sarau”. (LUANDO *apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.374-375).

No Sarau do Binho, na edição de agosto de 2015, o coletivo recebeu indígenas Fulni-ô, de Pernambuco. Em outra ocasião, o escritor carioca Paulo Lins foi o convidado da noite, dividindo palco com poetas da casa, como Serginho Poeta e Tula Pilar – a última, recentemente falecida. Em junho de 2015, no evento “Somos tod@s Ayotzinapa”, o coletivo já havia recebido familiares dos/as desaparecidos/as no Massacre de Iguala, México, em setembro de 2014 – 43 estudantes de uma escola rural em Ayotzinapa foram mortos a mando de autoridades policiais. Junto aos/as visitantes, os/as poetas da casa recitaram textos com evidente engajamento social e político.

Por sua vez, no último sarau de 2015 do Elo da Corrente, em Pirituba, Miriam Alves, escritora ligada ao histórico movimento negro paulistano, lançou seu romance *Bará: na trilha do vento*. No evento anterior, em 20 de novembro de 2015, membros do coletivo haviam apresentado intervenções poéticas e performances orais, versos da literatura negra, cordel e leituras de contos afro-caribenhos junto com a escritora e narradora oral cubana Mirta Portillo, marcando o dia da Consciência Negra de São Paulo, no Sesc Santana, zona norte.

A participação proativa de moradores/as de bairros populares em coletivos literários é emblemática de como o sarau pode ser visto como espaço privilegiado de agenciamento e atuação artístico-comunitária, exercício de cidadania cultural, formação de redes e criação de objetos literários. Basta tomar o exemplo da escritora Sonia Regina Bischain, cuja trajetória literária iniciou-se a partir de sua participação no Sarau da Brasa, instância que a motivou a iniciar, de fato, uma carreira de escritora. Na primeira entrevista que fizemos, em abril de 2014, durante a Primavera dos Livros de São Paulo, na Praça D. José Gaspar, região central da República, falando sobre o surgimento do coletivo Poesia da Brasa, ela disse o seguinte:

Alguns garotos que estudaram juntos e faziam *fanzine* no bairro, um dia, querendo desenvolver um trabalho ligado à cultura periférica na Brasilândia, visitaram uma

biblioteca no Capão Redondo (do Ferréz) e, depois, a Cooperifa e o Binho; assim, acharam que o caminho era organizar um sarau na Brasilândia. Daí surge a Brasa, em 2008. Esses garotos eram amigos dos meus filhos; fui convidada e passei a colaborar na coordenação do sarau. Sempre trabalhei com arte final em editoras e cheguei inclusive a fazer um jornalzinho de bairro nos anos 1970 e 1980. Então, passei a colaborar na publicação de livros lançados pela Brasa, por meio de verbas de editais. Hoje, eu escrevo, sou romancista. Os principais objetivos dos saraus, creio, são incentivar a leitura e a escrita. Acho que funcionou bem, pois muita gente que nem lia, hoje lê e escreve poemas, contos, romances, etc., especialmente sobre os problemas de nossos bairros (Sonia Regina Bischain, abril de 2014).

Vale assinalar dois elementos da fala de Sonia: primeiro, o histórico de formação da Brasa a partir de outros modelos¹⁶; segundo, para a formação da Brasa, foi crucial a circulação de pessoas e ideias entre saraus, a interação com outros/as agentes, como Ferréz, Buzo, Binho e Vaz, trânsito que operou como combustível para o surgimento de novos projetos literários em outros bairros e para o acúmulo de redes. É o que argumenta o escritor Michel Yakini (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.360), à frente do Elo da Corrente, quando menciona a ideia de criar, junto com a poeta Raquel Almeida, um novo sarau em Pirituba: “Visitando a Cooperifa, nos deu uma intenção positiva de criar um espaço de intervenção no bairro, mas um espaço que fosse na rua”. Tal circulação se tem mostrado essencial para a continuidade dos coletivos e para a profusão dos saraus nas periferias, fazendo da literatura marginal um movimento.

Alberto Melucci (1996) costumava conferir aos movimentos sociais e culturais contemporâneos certa “aura” de sublevação e vanguardismo, pois constituiriam sinais de mudança na lógica, nos processos e nas maneiras de conhecer que norteiam as sociedades. Esse caráter de agentes de transformações sociais e portadores do novo justifica-se porque falam antes e, enquanto profetas do presente, instituidores de um direito de sonhar um futuro diferente, anunciam novas figurações possíveis no campo ao qual pertencem. O que têm, contudo, não é a força do aparato político, econômico e/ou ideológico, mas a potência da palavra, da expressividade cultural, o dinamismo de seus enunciados, a energia de seus atos performativos.

Na linha de Melucci (1996), por movimento cultural entendo redes de agentes que interagem entre si, formal e informalmente, durante certo período de tempo que indique regularidade, e transitam por instâncias de produção, circulação e consumo

¹⁶ Não é objetivo deste texto remontar a rede que se constituiu no início do movimento e possibilitou a ampliação dos saraus paulistanos. Tratei desse tema em minha tese (OLIVEIRA, 2018). Porém, vale notar que a fala de Sonia indica um universo de referências que se forma a partir da experiência do Sarau do Binho e da Cooperifa, bem como da importância do escritor Ferréz após o lançamento de sua obra *Capão Pecado*, em 2000.

de bens simbólicos, constituindo agrupamentos. Esses/as agentes engajam-se em debates, demandas e conflitos com instâncias de poderes, o que se expressa geralmente de forma pública (correções de injustiças históricas, captação de recursos, ofensiva conjunta a fontes de descontentamento, expressão de apoio a ideais, etc.). Esse agenciamento ampara-se em uma identidade coletiva compartilhada entre a pluralidade de agentes atuantes em seu meio (DIANI; BISON, 2010). Portanto, há movimento cultural quando grupos e agentes se sentem parte de uma coletividade imaginada, mobilizados para empreender mudanças de caráter sociocultural em seus respectivos lugares de atuação, e que identifiquem elementos partilhados em suas experiências passadas, presentes e futuras.

Um dos atributos que fazem da literatura marginal um movimento cultural, popular e urbano, para Elizandra Souza (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.398), é a criação de um circuito: “Você sabe que, sei lá, no sábado, a cada quinze dias, tem o Sarau da Brasa, toda quarta tem o Cooperifa, na quinta tinha o Elo da Corrente, o Sarau dos Mesquiteiros é no último sábado do mês. Então, tem um circuito de saraus”. Buzo, no mesmo sentido, comentou em conversa:

Têm poetas do meu sarau que vão em outros saraus; têm poetas daqui que possuem o próprio sarau. No Suburbano, não há regra quanto a pertencimentos. Nossos poetas têm a liberdade de ir para onde querem e aparecer no nosso espaço quando se sentem à vontade. Tenho gostado muito de eventos no centro, na rua, com *stand*, juntando periféricos, marginais. A circulação e a troca são importantes. As atividades conjuntas são importantes. Espero que possa ficar popular aqui em São Paulo esse formato [...]: o sarau em conjunto [com outros saraus] me agrada. Afinal, nós somos um só movimento (Alessandro Buzo, abril de 2014).

Como ocorreu com o hip hop no Brasil, mais recentemente, a literatura marginal vem redefinindo espaços urbanos em disputa à medida que constrói novas paisagens culturais de encontro e formação de redes de atuação e, com efeito, redefine processos de auto-organização que interrompem os ritmos de circulação da cidade – ritmos que não dependem mais só de seu eixo central. Sonia, em conversa em um dos saraus da Brasa, comentou que:

Muitas atividades culturais do sarau, aqui, são feitas em parceria com o Elo. Há muita circulação de poetas na periferia. Os saraus criaram um vínculo de amizade, colaboração, divulgação do trabalho e atividades via *blogs*, *facebook*, visitas uns aos outros, participações em antologias dos coletivos, etc. Houve a tentativa de criar uma rede por parte, sobretudo, da Quilombaque, com o nome “Viva Periferia: construindo uma rede no olho do furacão”. O fato é que, muito frequentemente, temos notícias de algum novo sarau em São Paulo. Os exemplos

se multiplicam, um se baseando no outro (Sonia Regina Bischain, dezembro de 2017).

Sonia, novamente, tensiona uma faceta do fenômeno artístico: a atuação conjunta e a mobilidade entre diferentes espaços. Escritores/as transitam por esses locais, agindo de forma coordenada e forçando os espaços possíveis de atuação, disputando a cidade com o “centro” e com outros atores sociais, como o poder público e o privado¹⁷. Esse trânsito parece decisivo para agentes marginais, tal como a participação de poetas em diversos eventos e atividades, a fim de que novas parcerias possam ser travadas, novos projetos surjam e novas imaginações prosperem no interior do movimento. Mas, além disso, é importante a circulação de autores/as para a própria rotatividade de obras que são lançadas em diversos eventos. Isso coloca à prova as suas criações, que são frequentemente submetidas ao crivo de audiências heterogêneas.

Para citar um exemplo, no dia 13 de setembro de 2014, a Brasa recebeu o lançamento do livro de Michel Yakini, *Crônicas de um peladeiro*, do Elo da Corrente. Os lançamentos condensam um interessante ritual de consagração do/as escritores em meio a seus pares, bem como a legitimação do livro como um objeto literário possuidor de valor estético. Os lançamentos, em geral, são rituais esperados e celebrados em todos os saraus, o que indica que essas instâncias constituem o ponto inicial e final de um processo cujo saldo é a publicação. As publicações promovidas pelos saraus coroam um processo de elaboração, criação e discussão por parte dos pares e da audiência, processo que possibilita e valida o objeto literário final, que depois irá obter valor estético circulando. Em entrevista concedida em junho de 2017, Sonia comentou:

Pouco tempo atrás, fomos ao Binho para lançar o livro do Vagner Souza, *De Lágrimas, Revides e Futuros*. Lançar um livro no Sarau do Binho é importante, pois divulga, chancela. Fui também duas vezes no Sarau Encontro das Utopias lançar meus livros. Temos muita relação com o Sarau Perifatividade, desde o

¹⁷ Aliás, a cooperação entre os coletivos e os/as agentes, bem como a autonomia na atuação em relação aos poderes públicos e privados, é uma das marcas do Movimento da Literatura Marginal. Exemplo são as diversas atividades que organizam juntos, como o Seminário Internacional do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB), as edições anuais do Encontro Estéticas das Periferias, idealizado pela ONG Ação Educativa e a já consolidada Feira Literária da Zona Sul (FELIZS). Este último conta, anualmente, com a presença de uma centena de coletivos e poetas de todo o Brasil e do exterior. A FELIZS vem se consagrando como atividade importante para o movimento em nível nacional, já que tem aberto espaço para múltiplas linguagens e expressividades impulsionadas pelos saraus e *slams*. Idealizada pela produtora cultural Diane Padial, irmã do poeta Binho, as intervenções ocorrem em diversos locais, sobretudo na Praça do Campo Limpo, zona sul, mas também no Sesc/Campo Limpo, na Fábrica de Cultura do Capão Redondo, em bibliotecas e praças, e no Teatro Clariô. O evento impulsiona a circulação de artistas e obras, possibilitando sua divulgação.

início – sempre lançamos por lá nossos escritores. Acho que essa circulação, essa troca, ajuda na divulgação das obras. É um modo de divulgar e difundir nossa produção literária. Eu acredito que, com os saraus, em um país que se lê pouco e se compra pouco livro como o nosso, a gente conseguiu ampliar bastante o público que lê, sobretudo um público da periferia. Muitos professores aqui da periferia acabam levando nossas obras para dentro da sala de aula, debatendo com os seus alunos textos que produzimos, o que os incentiva a participarem dos saraus. Acho que tudo se encaixa em um ciclo (Sonia Regina Bischain, junho de 2017).

O/a artista, quase sempre pensado como quem exerce atividade nuclear sem a qual o livro não pode ser considerado arte, como sugere Sonia, acha-se alocado no centro de uma rede de cooperação na qual todos os/as intervenientes e mediadores/as cumprem um trabalho indispensável à consumação da obra¹⁸ (BECKER, 1976; 2010). Nessa rede, desavenças existem¹⁹, mas dois elementos são cruciais para a formatação do movimento: a circulação de pessoas e objetos literários e a dinâmica de publicações. Binho, em conversa durante um de seus saraus, em dezembro de 2017, explicou que a literatura marginal é um movimento justamente porque possui duas características que o definem enquanto tal: instiga o lançamento de livros e gera a mobilidade de autores/as e simpatizantes de um sarau a outro, criando, portanto, um circuito cultural de pessoas e obras.

Para Michel Yakini, trata-se de movimento porque há dinâmica nos agenciamentos culturais: “Por exemplo, existem vários lugares fazendo uma coisa só, apontando uma seta que é a literatura. [...] Quando falo em movimento literário, isso quer dizer que ele está dinamizando [as periferias], está fazendo [obras e autores] circularem” (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.391). No mesmo sentido, a poeta Drix Solinas, quando reforça a ideia de um movimento literário consolidado nas periferias, mas focalizando no trânsito intenso de agentes, afirma:

¹⁸ No universo dos saraus, há dimensões de prestígios diferenciadas, porque os saraus não têm os mesmos *status*. Este não é o foco deste artigo; no entanto, seria interessante, em outro momento, explorar a forma como agentes produzem a “diferença”: ela é exclusivamente elaborada em relação às instâncias de produção, difusão e consumo das chamadas “literaturas hegemônicas”, ou seja, ao “centro”? Ou se produz a diferença em relação uns aos outros? E qual o estatuto dessa diferença? Seria essa diferença em relação ao “centro” de produção literária ontológica e perversa, enquanto a diferença em relação a instâncias periféricas mais “horizontal” e democrática?

¹⁹ Desavenças que se dão, sobretudo, em função de verbas públicas de programas culturais, incentivos, parcerias e editais de fomento, muitos dos quais acabam sendo angariadas por saraus consolidados que detêm mais prestígio junto a autoridades administrativas. Isso deixa coletivos de menor visibilidade mais apartados ou com pouca representatividade nas discussões políticas sobre editais, programas e políticas públicas voltadas à cultura, que têm sido cada vez mais escassas. Esta é uma das dimensões de conflito encontradas no campo, que deságua em disputas em torno de visibilidade, voz e autoridade nos meios de produção e circulação da cultura periférica.

Tenho certeza que existe movimento por aqui, [...] porque você pega um cara que sai lá da Brasilândia, lá do extremo da zona norte de São Paulo, que vem para o Sarau do Binho, que fica lá no Campo Limpo, no extremo da zona sul; isso não é à toa. Você vê isso pipocando na cidade toda. A gente sabe quem são as pessoas, sabe onde estão os principais movimentos. A gente tem a Agenda Cultural da Periferia²⁰, que ajuda a dar uma costurada nisso tudo, a colocar tudo num pacote só para poder visualizar tudo o que tem (SOLINAS *apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.390).

O sarau, como espaço privilegiado de práticas literárias nas periferias, constitui núcleo gerador de oportunidades para agentes que integram o movimento cultural (BISCHAIN; OLIVEIRA, 2019). Esse papel se estabelece justamente porque o sarau vem operando como catalisador de atividades culturais que existem em seu entorno, permitindo a emergência de novos/as autores/as que se reconhecem enquanto membros de um só movimento – ainda que, como sugeri, haja uma série de idiossincrasias marcando cada uma das instâncias literárias. Ele atua como catalisador à medida que facilita projetos artísticos coletivamente orientados e possibilita ao público um contato direto com a prática literária em vários pontos da cidade.

Vale dizer, também, que a viabilidade do movimento se deu graças a estratégias postas em prática por agentes que vêm batalhando, dia a dia, para inverter processos negativos de estigmatização de suas produções estéticas e reduzir injustiças culturais – a má distribuição de espaços, equipamentos, bens, incentivos e recursos voltados à arte nas periferias. Quando se percebem novas propostas estéticas e novas formas de sociabilidade ensejadas no interior dessas instâncias de produção, difusão, consumo e legitimação de objetos literários, é possível deduzir que há formas renovadas de representação da realidade sendo praticadas ali. Ou seja, convenções literárias vêm sendo apropriadas e ressignificadas por parte de agentes marginais, no sentido de se propor uma identidade literária própria ao movimento – sobretudo de modo a distanciarem-se do que, para eles/as, representam formas “elitistas” de pensamento. Com isso, combatem estigmas sociais, repertoriam ideias, estruturam sentimentos, catalisam vivências e dinamizam suas práticas e saberes a partir da importância do uso da palavra como forma de transformar seus labores literários em plataformas para um exercício de cidadania cultural.

Meu argumento não abdica do fato de que há condicionantes simbólicos, econômicos e políticos agindo no cotidiano desses/as agentes. Antonio Candido (2004) costumava salientar que as forças sociais condicionantes acabam por orientar os/as artistas em seus processos criativos e organizativos, em grau maior ou menor,

²⁰ A “Agenda Cultural da Periferia” é uma publicação da ONG Ação Educativa – principal boletim informativo sobre cultura periférica na cidade –, sob a coordenação de Antônio Eleilson Leite e edição de Elizandra Souza.

a depender das circunstâncias externas que os/as constroem. Isso leva a uma comunhão de temas, estilos e formas do fazer literário, o que produz um clima que aproxima autores/as, que agem coletivamente, em um nível acima da própria singularidade e das eventuais diferenças. Tal coletividade se expressa nos modos de participação comunitária, nas intervenções artísticas articuladas e na criação de enunciados, o que permite o manejo de recursos²¹ por parte de agentes engajados/as com essa movimentação cultural nas periferias.

Ainda que se trate de uma geração de pessoas que se formou dentro de referências e que ainda hoje deseja ampliar o horizonte de direitos, afetos e práticas ligadas ao universo da produção literária, a partir de recursos variados, os/as envolvidos/as no movimento tendem a coordenar suas ações tomando como referência o conjunto de entendimento mais ou menos convencional sobre o universo no qual atuam, incorporando, às vezes, práticas e artefatos comuns ao campo literário instituído, mas, frequentemente, em contraposição a esse campo.

Justamente porque o/a artista constrói seu labor com o auxílio de outros/as, que sabem tanto quanto ele/a sobre aquele específico mundo da arte, a cooperação é recurso importante, que se desenvolve sem muitas fricções, exceto por desordens comuns a toda interação simbólica (BECKER, 1976). Para trazer a cultura periférica para o “centro” da cena cultural, conferir-lhe significado e importância, os/as agentes buscam atuar de forma articulada, a fim de driblar obstáculos e constrangimentos externos a partir de seus arranjos artístico-comunitários, às vezes mediante vínculos com outros coletivos de cultura periférica, outras vezes fazendo a ponte conveniente com entidades privadas ou utilizando políticas públicas institucionalizadas.

O aporte de Becker (1976) é um contraponto a uma tradição na sociologia da arte que percebe a inventividade do indivíduo isolado como variável imprescindível – e quase mágica – da composição do mundo artístico²². Vera Zolberg (2006) critica tendências de “orientação psicanalítica” que não veem os artistas como

²¹ A ideia de recursos, aqui, refere-se ao acúmulo de ferramentas contra hegemônicas em contraposição às ideias vigentes sobre arte e literatura, o que beneficia aspectos de desestabilização e/ou alteração de espaços instituídos.

²² Estudos sobre matrizes institucionais nas quais os objetos estéticos são produzidos tendem a apontar para a natureza coletiva da arte (BECKER, 1976; 2010; 2017); outros, explicitam fatores históricos, econômicos e organizacionais na configuração da emergência de novos/as artistas, estilos, movimentos e gêneros (BOURDIEU, 1996; ZOLBERG, 2006). Ambas as investidas teóricas questionam concepções crítico-literárias e histórico-artísticas do/a artista como gênio/a (BOWLER, 1994). Inclusive, o próprio Bourdieu (2001), quando critica Jean-Paul Sartre em sua análise do “gênio de Flaubert”, remete à falácia do mito fundador da crença no criador “incendiado”. Tal equação, segundo ele, estaria para a teoria do *habitus* como o Gênesis para a Teoria da Evolução. Norbert Elias (1995), quando delineou a trajetória de Wolfgang Amadeus Mozart, também já alertava para os riscos de avaliar a arte como fato isolado, ato livre e consciente de autodeterminação do indivíduo, pois isso remeteria a um processo auto criativo pelo qual o/a criador/a, independentemente da experiência compartilhada ou do passado reelaborado na memória, se atribuiria o projeto de vida desejado, escolhendo autonomamente, em um ato de liberdade pura, dentre as possibilidades disponíveis.

intérpretes coletivos de papéis sociais, o que prejudica a análise de seus arranjos, a natureza coletiva da criação e o contexto de forças exteriores ao produtor (BECKER, 2017; BECKER; PESSIN, 2016; HEINICH, 2002; SHAPIRO; HEINICH, 2013). Becker (2010) lembra que aqueles/as que se dedicavam ao labor ordinário da música nas noites de Chicago – trabalho sem prestígio, segundo ele –, eram tão cruciais para a compreensão da arte quanto os/as célebres criadores/as de *jazz*. Os saraus e a sua literatura, de modo similar, podem ser lidos como implicação de um trabalho executado por várias pessoas engajadas, dia a dia, em um projeto coletivo e coordenado visando a objetivos comuns, e por isso são imprescindíveis para a compreensão da literatura marginal e do que emerge das periferias em termos literários.

Ou seja, há uma coletividade implícita que se manifesta mediante ações conjuntas que conferem a esses grupos e agentes características de movimento cultural²³. Algumas dessas relações são cruciais para que escritores/as circulem entre grupos, mesmo não se identificando imediata e diretamente com um coletivo. Por fim, eu diria que a ocorrência frequente de atividades ligadas aos saraus, em diferentes dias da semana, sob a rubrica do Movimento Marginal, facilita essa circulação e permite a divulgação e o reconhecimento de lançamentos, escritores/as e a difusão de suas ideias e de seus objetos literários.

Considerações finais

Tanto as obras de arte como as práticas de coletivos culturais não representam a produção de agentes isolados ou artistas gênios/as possuidores/as de dons excepcionais. Ao contrário, constituem a produção de todas as pessoas que cooperam segundo convenções de um mundo da arte circunstanciado e territorializado, tendo em vista a criação de objetos dessa natureza. Essa cadeia de interdependências mútuas e acordos tácitos provoca agenciamentos em prol da produção de objetos literários, que se concretizam a partir do compartilhamento de um mundo comum formatado por redes interpessoais que não estão restritas, necessariamente, a um só espaço social, mas que se podem estender de bairro a bairro, ou seja, translocalmente.

No meu modo de ver é possível encarar a literatura marginal como fruto de um labor similar a qualquer outro, e os/as escritores/as como parte de uma engrenagem artística que os/as implica em intrincadas políticas de cooperação voltadas para a

²³ É o argumento de Luan Luando (*apud* HAPKE *et al.*, 2015, p.393-397), quando ele afirma: “eu estou na maioria dos projetos do Binho, levanto a bandeira do Binho. Mas, na verdade, não sou só do Binho, eu sou do movimento”. Para Vagner Souza, o movimento marginal “é uma corrente dentro da literatura brasileira, que se permite falar gírias, que tem variação linguística. [...] Por exemplo, no contexto de Carolina Maria de Jesus, ela estava escrevendo, mas não tinha um grupão junto a ela na mesma linha. Eu acho que, hoje em dia, a gente consegue ter um grupo que escreve, não igual, mas tem semelhanças na escrita; e, nesse sentido, acho que é um movimento social e literário”.

firmação de um movimento com predicados próprios. Os/as envolvidos/as parecem estar centrados/as em atividades e rotinas de criação de objetos literários localmente produzidos, mas que circulam e são consumidos translocalmente.

Sublinhar essa grande rede de ação e cooperação é tratar a literatura marginal, ao mesmo tempo, como fenômeno artístico e movimento cultural: afinal, “todo o trabalho artístico, tal qual toda a atividade humana, envolve a atividade conjugada de um determinado número, normalmente um grande número, de pessoas” (BECKER, 2010, p.27). As formas de ação e cooperação podem ser efêmeras quando vistas de longe, de cima, de fora; mas, em muitos casos, vertem-se em rotinas dentro do grupo, dando origem a padrões de atividade coletiva e delimitando seu “mundo artístico”.

Este texto buscou colocar lado a lado (e tensionar) o que Becker (2010) chamou de mundo da arte com essa nova experiência estética e urbana levada a cabo por gentes do Movimento da Literatura Marginal. O mundo da arte, aqui, foi operacionalizado como dispositivo analítico que buscou dar conta de um conjunto de pessoas que agem segundo motivações, tarefas e projetos específicos. Esse mundo é constituído por todos/as aqueles/as cujas ações são necessárias à produção de um objeto simbólico que esse mundo em particular, bem como seus agentes, define como arte. Em *Art Worlds and Social Types*, Becker (1976) recorre ao historiador da arte Ernst Gombrich (2013) para salientar que não é possível definir *a priori* o que é arte para, só então, procurar pessoas que produzam objetos que se enquadrem na concepção artística mais corrente. Em vez disso, é essencial olhar para os agrupamentos que conformam diferentes mundos artísticos e no interior dos quais os/as agentes atuam e cooperam na elaboração de coisas que eles/as próprios/as definem como arte.

A cena dos saraus no contexto paulistano pode ser tida como responsável por articular cadeias cooperativas que ligam novos/as escritores/as entre si a partir de experiências em comum, visando a produção de “coisas” que, para os/as envolvidos/as, são aceitas como literatura. Essas experiências estéticas podem ser notadas nas dinâmicas dos saraus, nos rituais e formas organizativas que acarretam o surgimento de novos/as escritores/as, arranjos esses que fazem com que se formate um novo movimento cultural de caráter popular e urbano. Como argumentei ao longo deste texto, embora os saraus possuam características que os diferenciam entre si, o intenso trânsito de autores/as, a circulação de obras e o compartilhamento de projetos são fundamentais para a geração dessa experiência comum, na medida em que incentivam integrantes a estabelecerem redes locais e translocais de atuação e a alargarem seus objetivos. Esses fluxos ativos, tanto de pessoas e obras, quanto de ideias, projetos e recursos, lançam luzes sobre o modo a partir da qual se desenha a dinâmica atual de alguns coletivos literários, bem como o aparecimento de escritores/as e produtores/as em meio à movimentação que existe – hoje mais do

que nunca – em torno dos saraus. A meu ver, isso tem dilatado os espaços possíveis de reconhecimento de sua estética literária e de divulgação de seus trabalhos para além de um contexto local. Talvez um dos efeitos mais importantes dessa dilatação esteja sendo a conquista de maior legitimidade por parte dos coletivos que integram o movimento, no sentido de consolidar uma cultura periférica em que a literatura e o fazer literário adquirem posição inédita de destaque.

**LITERATURE AS ACTION AND COOPERATION:
SOCIOLOGICAL CONTRIBUTIONS TOWARDS AN
UNDERSTANDING OF A CULTURAL MOVEMENT IN THE
URBAN PERIPHERY OF THE CITY OF SÃO PAULO**

ABSTRACT: *In this text, I elaborate methodological reflections about an important moment of a fieldwork carried out with the Movement of Marginal Literature in São Paulo, Brazil. In order to do so, I present my experience in a specific instance of production, diffusion and consumption of literature, the Sarau da Brasa, a cultural collective which has emerged in the neighborhood of Brasilândia, the northern part of the city. Then I draw upon some materials obtained throughout my research, including from other events I have attended, to shed light on the way the members of the literary movement act and organize themselves. By bringing a specific peripheral literary scene to the analysis, I aim at examining the dynamics of the “saraus” (poetry slams, open mic events) which allow the emergence of writers who call themselves “marginal”, as well as the production of literary objects brought from the bonds that the agents establish with peripheral spaces. Although “saraus” have their own distinctive attributes, translated in the modus operandi, in the form of self-organization, in the format, in rituals followed during activities, and in the ideological basis behind projects, I argue in conclusion that common agencies, networks and cooperative arrangements lead them to constitute a new cultural and urban movement.*

KEYWORDS: *Marginal Literature. Periphery. Saraus. Cultural Movement. Cooperation.*

LA LITERATURA COMO ACCIÓN Y COOPERACIÓN: CONTRIBUCIONES SOCIOLOGICAS PARA LA COMPRENSIÓN DE UN MOVIMIENTO CULTURAL EN LAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

RESUMEN: *En este texto, elaboro reflexiones metodológicas sobre el trabajo de campo realizado en el Movimiento Literario Marginal de São Paulo. Para ello, presento mi experiencia en una instancia específica de producción, circulación y consumo literario, el “Sarau da Brasa”, un colectivo cultural de Brasilândia. En secuencia, apporto materiales obtenidos en la investigación, incluso de otros eventos, para arrojar luz sobre la forma de actuar de los agentes. Al problematizar una escena literaria particular, examino algunas dinámicas de los recitais que permitieron el surgimiento de escritores que se autodenominan marginales, así como la producción de objetos literarios a partir de los vínculos que los agentes establecen con los espacios periféricos. Aunque los “saraus” tienen atributos distintivos -modus operandi, organización, estética, formato, rituales, base ideológica detrás de cada proyecto-, a partir de las aportaciones de Howard Becker, sostengo que las redes, los arreglos y los agenciamientos cooperativos los hacen instituir un nuevo movimiento cultural de carácter popular y urbano.*

PALABRAS CLAVE: *Literatura marginal. Saraus. Periferias. Movimiento cultural. Cooperación.*

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. **Bará:** na trilha do vento. Salvador: Ogum's, 2015.

BECKER, Howard. Art as Collective Action. **American Sociological Review**, vol. 39, n. 6, p.767-776, 1976.

BECKER, Howard. **Mundos da Arte.** Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BECKER, Howard. Novas dicções na sociologia da arte. **Plural**, vol. 24, n. 2, p.200-206, 2017.

BECKER, Howard; PESSIN, Alain. A Dialogue on the Ideas of “World” and “Field”. **Sociological Forum**, vol. 21, n. 2, p.275-286, 2006.

BERTELLI, Giordano Barbin. Errâncias racionais: a periferia, o rap e a política. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 14, n. 31, p.214-237, 2012.

BISCHAIN, Sonia; OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Cultura, política e produção de conhecimento na periferia: uma conversa com Sonia Regina Bischain. *In: DALCASTAGNÈ, Regina; TENNINA, Lucía (Orgs.) Literatura e Periferias*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOWLER, Anne. Methodological Dilemma in the Sociology of Art. *In: CRANE, Diana (Org.) The Sociology of Culture*. Oxford: Blackwell, 1994, p.247-266.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. *In: CANDIDO, Antonio. Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p.11-19.

CAPECCE, Lia. O Sarau é das Pretas. **Medium**. Publicado em 7 de julho de 2017. Disponível em: <https://medium.com/@liacapecce/o-sarau-%C3%A9-das-pretas-49269673c05d>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CASTRO, Silvia Regina Lorenso. Elizandra Souza: escrita periférica em diálogo transatlântico. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 49, p.51-77, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural e direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

D'ALVA, Roberta Estrela. **Teatro hip-hop: a performance poética do ator-MC**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 2013.

DANZIGER, Walner. **Ainda cometo um samba**. São Paulo: Edições Incendiárias, 2013.

DE TOMMASI, Maria Livia. Culto da performance e performance da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos. **Crítica e Sociedade - Revista de Cultura e Política**, vol. 5, n. 2, p. 100-126, 2016.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalisões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p.219-250, 2010.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ESTIMA, Fernanda. A produção cultural das periferias. **Teoria & Debate**, Fundação Perseu Abramo, n. 97, fevereiro de 2012. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2012/02/07/a-producao-cultural-nas-periferias/>. Acesso em: 14 mai. 2014.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GOMBRICH, Ernst. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUNUTZMANN, Priscila. **Espaços de existência**: identidade, poesia e emancipação em um sarau periférico. Tese (Doutorado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo, 2017.

HAPKE, Ingrid; TENNINA, Lucía; SILVA, Mário Augusto Medeiros da; NASCIMENTO, Erica Peçanha do (Orgs.) **Polifonias Marginais**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2015.

HEINICH, Nathalie. **La sociología del arte**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, n. 70, p.171-211, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MESQUITEIROS. **Blog**. Disponível em: <http://mesquiteiros.blogspot.com/>. Acesso em: 01. abr. 2021.

MINCHILLO, Carlos Cortez. Poesia ao vivo: algumas implicações políticas e estéticas da cena literária nas quebradas de São Paulo. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 49, p.127-151, 2016.

NASCIMENTO, Erica Peçanha do. **É tudo nosso!** Produção cultural na periferia paulistana. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Erica Peçanha do. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano/ Fapesp, 2009.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. **Experiências estéticas em movimento**: produção literária nas periferias paulistanas. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Por uma Sociologia do Encontro: Trabalho de Campo, Posições Sociais e Processos de Interação na Produção do Conhecimento. **Mediações**, vol. 25, n. 1, p.142-160, 2020.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Speaking for themselves: observations on a “marginal” tradition in Brazilian Literature. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, vol. 1, n. 5, p.441-471, 2017.

PARDUE, Derek; OLIVEIRA, Lucas Amaral de. City as Mobility: The Contribution of Brazilian Saraus to Urban Theory. **Vibrant**, vol. 14, n. 3, p.282-305, 2018.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto. **Escritos à margem**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

POESIA NA BRASA. **Antologia Poética**: Vol. IV. São Paulo: Edições da Brasa, 2009.

PROENÇA, Rogerio. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p.115-134, 2002.

ROSALDO, Ronaldo. La pertenencia no es un lujo: procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural. **Desacatos**, n. 3, s/p, primavera de 2000.

SALLES, Ecio. A narrativa insurgente do hip-hop. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 24, p.89-109, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: EDUSP, 2009.

SHAPIRO, Roberta; HEINICH, Nathalie. Quando há artificação? **Sociedade & Estado**, vol. 28, p.14-28, 2013.

SMITH, Christen. A Escrita “Uterina Preta” de Mjiba: Elizandra Souza and the New Black Female Poets of Brazil. **Latin American Cultural Studies**, vol. 24, n. 3, p.405-441, 2015.

SOMERS-WILLET, Susan. **The cultural politics of slam poetry**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2009.

SOUZA, Elizandra. **Águas da Cabaça**. São Paulo: Mjiba, 2012.

STELLA, Marcello Giovanni. A Batalha da Poesia: o Slam da Guilhermina e os campeonatos de poesia falada em São Paulo. **Ponto Urbe**, n. 17, p.1-18, 2015.

STEVENSON, Nick. **Cultural Citizenship**: Cosmopolitan Questions. Maidenhead: Open University Press, 2003.

TENNINA, Lucía. **Cuidado com os poetas!** Literatura e periferia na cidade de São Paulo. Porto Alegre: Zouk, 2017.

VAZ, Sérgio. **Cooperifa**: antropofagia periférica. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

YAKINI, Michel. **Crônicas de um peladeiro**. São Paulo: Elo da Corrente Edições, 2014.

ZOLBERG, Vera. **Para uma sociologia das artes**. São Paulo: Editora do SENAC, 2006.

Recebido em 21/11/2019.

Aprovado em 23/09/2020.

Resenha

A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA POPULACIONAL: ESTATÍSTICA, MECANISMOS E AGÊNCIA

*Matheus Boni BITTENCOURT**

Há 15 anos, Gláucio Soares (2005) diagnosticou a fragilidade metodológica como o “calcanhar de Aquiles” da sociologia e ciência política do Brasil. Há 7 anos, Inácio Cano (2012) retornou ao problema, diagnosticando a persistência do problema. Segundo eles, a área de ciência social e política do Brasil teria uma tendência predominante de oposição e hostilidade aos métodos quantitativos e do elogio aos métodos qualitativos, que seria um artifício retórico para legitimar a ausência de rigor metodológico. Postura reproduzida pelo ensino institucionalizado de sociologia e política nas universidades brasileiras, tanto no exorcismo ritual de toda formalização e quantificação por si e na ênfase na erudição e conhecimento dos clássicos e cânones, quanto na negligência com a formação metodológica (quantitativa e qualitativa) dos futuros cientistas sociais. No entanto, o uso, estudo e desenvolvimento de métodos de pesquisa mais ou menos formalizados era uma forte preocupação dos clássicos, e marcou a sociologia do século XX (LIZÓN, 2006). Diante da atual crise de identidade e fragmentação da sociologia a nível internacional, na qual é cada vez mais difícil vislumbrar uma mínima coerência filosófica, metodológica e pragmática capaz de definir uma disciplina científica e/ou profissional (VANDENBERGHE & FUCHS, 2019), alguém poderia pensar se uma atitude mais focada e autolimitada, não seria a resposta adequada para a tendência à extrema fragmentação da sociologia. É o que sugere John Goldthorpe (2016) em *Sociology as a population science*.

O sociólogo inglês John Goldthorpe é renomado por seus estudos sobre estratificação e mobilidade social. Envolveu-se em controvérsias com a sua defesa da quantificação e rejeição dos métodos históricos e comparativos na sociologia. No

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC). Porto Alegre – RS – Brasil. 91501-970 - matheusb2@yandex.com. <https://orcid.org/0000-0002-2486-3981>.

livro, *Sociology as a population science*, livremente traduzível como *A sociologia como ciência populacional*, o autor vai ao encontro dessa polêmica, apresentando suas ideias e argumentos para o presente e futuro da sociologia, disciplina científica que ele diagnostica por uma situação paradoxal de produtividade e crise.

Goldthorpe (2016) parte da Revolução Probabilística das ciências no século XX, uma revolução que abrange desde a matemática e a física até a sociologia e psicologia, passando pela estatística e biologia. Esta revolução teria criado as ciências populacionais, que estudam as propriedades de agregados complexos e plurais, compostos por elementos individuais altamente variáveis, mas cujo comportamento, em conjunto, apresenta regularidades em sentido probabilístico. Estes conceitos permitiriam conjugar duas noções aparentemente contraditórias: de um lado, a pluralidade, variabilidade e heterogeneidade individuais, e, de outro, as tendências e regularidades em nível agregado. A ideia de ciência populacional é devida ao matemático Jerzy Neyman, um dos principais nomes da estatística matemática do século XXI.

Em outras palavras, Goldthorpe (2016) defende que a missão da sociologia como disciplina científica é a explicação das regularidades sociais agregadas. De alguma maneira, a definição se aproxima e se afasta de Émile Durkheim, que também percebia o fato social como emergente de uma combinação de elementos individuais dos quais se distinguia qualitativamente, mas, por outro lado, se afasta dele de outras maneiras, buscando uma aproximação com Max Weber no tocando à questão da racionalidade subjetiva do agente, mas se afastando da teoria weberiana ao rechaçar a sociologia histórico-comparativa. Pois, segundo o autor, a sociologia se diferencia da história, que visa a explicação de eventos singulares em contextos particulares. Para ele a sociologia histórico-comparativa aparece como verdadeira heresia por violar estes dois postulados: não postula a singularidade individual, pois busca generalização, nem explica as regularidades agregadas, por se basear em um número reduzido de casos. Assim, apesar de declarar rechaço a Auguste Comte e Émile Durkheim (e Karl Marx) por atribuir a eles um determinismo rígido, há, na realidade, uma aproximação com os métodos apresentados por Durkheim nas *Regras do método sociológico* (2007) e em *O suicídio* (2004).

Por outro lado, Goldthorpe (2016) também critica a chamada sociologia de variáveis, na qual o uso de modelos de regressão assume um sentido diretamente causal, no sentido de as variáveis independentes serem tomadas como causas diretas da variável dependente. Sendo a sociologia desprovida de capacidade experimental, por lidar com sistemas necessariamente abertos, não seria possível realizar uma inferência causal direta pela ausência de controle operacional do pesquisador sobre as condições experimentais, em especial das variáveis independentes. Não aceita, porém, a crítica radical de que a ausência de controle operacional das condições de observação inviabilizaria qualquer tipo de inferência e análise social causal.

Entre a concepção do uso de métodos quantitativos como sociologia das variáveis, onde se infere diretamente a causalidade da variável independente sobre a variável dependente, e a ideia de que interpretações causais de modelos estatísticos são possíveis apenas no contexto de experimentos fechados em condições plenamente controladas pelo pesquisador (o que só ocorre em uma parcela das ciências naturais), Goldthorpe (2016) defende que as relações entre variáveis observadas e codificadas em modelos estatísticos devem ser atribuídas a mecanismos causais subjacentes. Dessa maneira, a estatística seria fundacional para a sociologia porque estabelece o seu objeto de conhecimento, na definição de Goldthorpe (2016): as regularidades probabilísticas observáveis em nível agregado da realidade social. Mas não forneceria imediatamente uma explicação para essas regularidades sociais, pois uma explicação robusta exigiria a construção de hipóteses teóricas sobre as ações e interações que, agregadas, produziriam a regularidade observada.

Neste ponto, Goldthorpe (2016) critica a ideia de que os conceitos de mecanismos geradores seriam como uma “caixa de ferramentas”, com “porcas e parafusos” que seriam pré-fabricados para serem manuseados para a construção de explicações sociológicas. Esta visão, segundo ele, seria autoconfirmatória, pois favoreceria a busca por exemplos de fenômenos explicáveis em função destes mecanismos sociais. Ao contrário, os mecanismos causais deveriam ser construídos teoricamente para explicar as regularidades sociais observadas em nível macrosocial ou agregado, e testáveis empiricamente.

Os modelos estatísticos teriam uma função eminentemente descritiva na construção da explicação sociológica, na medida em que revelariam as regularidades sociais a serem explicadas por mecanismos geradores não diretamente observáveis, subjacentes aos processos macrosociais agregados. Sendo assim, a sociologia não seria reduzida ao jogo das variáveis observadas, mas seria a busca por uma explicação teórica. As explicações sociológicas seriam interpretações causais de modelos inferenciais, cuja coerência se deveria à reflexão teórica. A narrativa teórica remeteria a mecanismos geradores subjacentes e relativos a ações e interações sociais.

Essa visão abriria espaço para uma defesa das abordagens mistas, já que as análises de modelos estatísticos poderiam ser complementadas por abordagens qualitativas, uma possibilidade que não é discutida. Ao invés disso, Goldthorpe (2016) acrescenta um conjunto de exigências menos fáceis de aceitar para a formulação das hipóteses teóricas.

Ele apresenta uma defesa do individualismo metodológico, cuja conceituação é relativamente matizada o bastante para ser um bom recurso heurístico para análises sociológicas, ainda que insuficiente como ontologia social. O ponto fraco, aqui, é que o autor reivindica uma primazia ontológica ao indivíduo, considerado não

problemático em si mesmo, e rechaça as alternativas recorrendo ao falso dilema entre um individualismo sofisticado e um holismo caricato.

Goldthorpe (2016) reconhece a precariedade e limitação do individualismo clássico. Entre estas limitações, estão uma definição bastante restrita de racionalidade subjetiva como meramente instrumental e maximizadora, a suposição de que os agentes dispõem de informação completa sobre suas escolhas, e o próprio postulado de que as ações derivam de escolhas conscientes e calculadas de um indivíduo isolado. Enfatiza, por isso, que o seu individualismo metodológico remete as regularidades sociais agregadas a ações e interações sociais, realizadas entre indivíduos em situações objetivas e guiados por uma racionalidade limitada por constrangimentos objetivos. Dessa maneira, os agentes seriam considerados em suas capacidades subjetivas e objetivas desiguais e limitadas, como Goldthorpe (2016) exemplifica em relação ao célebre problema da (baixa incidência de) mobilidade social e ocupacional por meio da educação nas famílias de classes desfavorecidas. O problema da argumentação, neste ponto, é que essa teoria da racionalidade limitada e contextual é oposta a um adversário caricato, o holismo metodológico, que poucos de fato defendem hoje na sociologia, ainda que seja, de fato, a caricatura mais difusa do discurso sociológico, o chamado sociologismo. O holismo metodológico tal como definido pelo autor é simplesmente a supressão teórica da individualidade dos agentes por um sistema sociocultural estático, cuja integração funcional é garantida pela internalização quase completa dos papéis e normas sociais pelos agentes individuais e pela sanção quase imediata dos desvios por instituições e organizações da ordem social. O indivíduo, desprovido de reflexividade, seria uma marionete do sistema onipotente, resultando na reprodução ilimitada das instituições sociais, exceto pelo gradual progresso técnico e crescente diferenciação funcional. Ainda que seja possível encontrar argumentações parciais neste sentido, e não sem razão – afinal, a continuidade de instituições sociais também exige uma explicação – é raro encontrar pesquisadores contemporâneos que suponham tal nível de ajuste entre instituições sociais e personalidade individual, sendo mais comum na sociologia contemporânea a busca por mecanismos mediadores entre situação objetiva e atitude subjetiva, entre estrutura e agência, como o *habitus*, a reflexividade, a identidade, a cultura etc.

Da mesma forma que Goldthorpe (2016) apresentou um individualismo metodológico bem temperado, seria possível inverter a argumentação e definir o holismo metodológico como uma perspectiva relacional, que rechaça as suposições rígidas e homogeneizantes do funcionalismo clássico, ainda que recuperando criticamente os conceitos de função, estrutura e controle para processos de reprodução social, mas também o conflito e reflexividade para processos de transformação social. Neste holismo metodológico sofisticado, a ênfase seria dada sobre a relação social, e não sobre o sistema fechado e estático, e a integração sistêmica ou social não seria toma-

da como automática, e sim como processo construído. As estruturas se imporiam pela situação objetiva e pela incorporação, ao longo da vida mas com ênfase nos primeiros anos, de esquemas culturais de ação em processos de socialização primária e secundária, cuja trajetória individual seria uma combinação única de antecedentes (classe, gênero, etc.) e sequências de situações de reciprocidade ou dominação ao longo da vivência individual, na qual o ajustamento entre as predisposições subjetivas (personalidade) e os constrangimentos e oportunidades objetivos (instituição) nunca seria dada de antemão, resultando em sistemas instáveis e sempre sujeitos a mudanças e flutuações. A este holismo sofisticado, poderíamos muito bem opor um individualismo metodológico caricato, ou seja, o velho individualismo utilitarista, no qual um ator isolado toma decisões conscientes e refletidas em função de um cálculo de custo-benefício com pleno conhecimento das possibilidades de escolha. Ficaria fácil optar pelo “holismo metodológico” se construirmos a argumentação dessa maneira, invertendo a que é usada por Goldthorpe (2016). O problema, além do método de argumentação duvidoso, é que a defesa do individualismo metodológico não é logicamente derivada da visão da “sociologia como ciência populacional”, mas sim uma tomada de posição a favor de uma filosofia racionalista e individualista, e em oposição a ontologias sociais igualmente (senão mais!) compatíveis com a busca por mecanismos sociais para a explicação de regularidades sociais, como, por exemplo, as abordagens inspiradas no realismo crítico (MCEVOY e RICHARDS, 2006).

Apesar do ponto fraco em relação à discussão reducionista e maniqueísta sobre o individualismo ou holismo, que em certos aspectos faz regredir o debate teórico em sociologia, o problema metodológico abordado por Goldthorpe (2016) é pertinente diante do crescente acesso a dados estatísticos e aplicativos de análise estatística e econométrica, e da necessidade perene de dotar a análise sociológica de maior rigor teórico e metodológico. Como sublinha o próprio autor, muito do que ele apresenta é de fato praticado em larga escala por sociólogos e politólogos, assim como por epidemiologistas e demógrafos, sendo a epidemiologia e a demografia as ciências das quais a sociologia como ciência populacional mais se aproxima, mas não da economia, cujos modelos estariam ainda presos à visão de causalidade robusta da variável independente sobre a variável dependente. A tarefa, segundo o autor, é de que a sociologia seja capaz de restringir seu objeto a uma definição mais precisa. Seria a autolimitação um caminho promissor?

A conjugação da variabilidade individual e regularidade social, dentro de uma concepção pluralista da realidade social, é um desafio de grande importância na teoria social contemporânea. A ideia da sociologia como ciência populacional, não necessariamente nos termos exatos pregados por Goldthorpe (2016), cuja teoria a este respeito acrescenta à discussão metodológica uma tomada de posição a favor do individualismo racionalista, em detrimento de outras concepções possíveis, como a ideia de sociologia relacional e processual, e porquanto a rejeição da pesquisa

qualitativa comparativa seja inaceitável, a ideia de uma sociologia afinada à revolução probabilística, e da orientação da pesquisa sociológica para a busca por mecanismos geradores subjacentes, não diretamente observáveis a nível agregado, mas que possam explicar as regularidades sociais agregadas e observáveis, tem o mérito de ir além do impasse entre a causalidade simplista entre variáveis e a negação de toda inferência causal fora de experimentos fechados e controlados de laboratório, e avançar para uma visão que ao mesmo tempo incorpora a sociologia (e ciência política) na revolução probabilística da segunda metade do século XX e preserva a sua especificidade como ciência humana e social.

REFERÊNCIAS

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p.94-119, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jan. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOLDTHORPE, John. **Sociology as a Population Science**. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 2016, 168 p., ISBN 9781107567313.

LIZÓN, Ángeles. Estadística y causalidad en la sociología empírica del XX. **Papers: revista de sociologia**, Barcelona (Espanha), n. 80, p.223-255, 2006. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v80-lizon>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MCEVOY, Phil; RICHARDS, David. A critical realist rationale for using a combination of quantitative and qualitative methods. **Journal of research in nursing** [online], v. 11, n. 1, p.66-78, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1744987106060192>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Oeiras, n. 48, p.27-52, maio 2005. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2020.

VANDENBERGHE, Frédéric; FUCHS, Stephan. On the Coming End of Sociology. **Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie**, Edmonton (Canadá), v. 56, n. 1, p.138-143, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/cars.12238>. Acesso em: 18 jan. 2020.

Recebido em 22/08/2019.

Aprovado em 11/01/2020.

Entrevista

ENTREVISTA COM GARRY HERRIGEL

*Gabriela Lanza PORCIONATO**

Contexto da Entrevista

Garry Herrigel concedeu a entrevista a Gabriela Lanza Porcionato por e-mail, em dezembro de 2020, em meio às medidas de restrição de contato social impostas pela pandemia da Covid-19. A conversa versa sobre carreira acadêmica, sociologia econômica, influência da sociologia econômica americana e consequências sociais da pandemia da Covid-19.

Apresentação do entrevistado

Gary Herrigel é Professor na Faculdade e Divisão de Ciências Sociais do Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago¹. Herrigel se interessa pelas temáticas de economia política comparativa, organizações e formas alternativas de governação no mundo desenvolvido e em desenvolvimento, e tem publicado sobre mudanças industriais e desenvolvimento econômico na Europa, Estados Unidos, Japão e China. O seu trabalho é qualitativo, combinando análise histórica, etnografia, relacional e processual.

As publicações acadêmicas se estendem por uma variedade de disciplinas, incluindo sociologia, estratégia empresarial, história empresarial, relações industriais, estudos de regulação, geografia econômica e economia política comparativa. O traço comum nas pesquisas e análises desenvolvidas por Herrigel tem sido o inte-

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - gabiporcionato@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0231-536X>.

¹ *The Department of Political Science. The University of Chicago*. Disponível em: <https://political-science.uchicago.edu/directory/gary-herrigel>. Acesso em: 15 abr. 2021.

resse nas mudanças nas fronteiras e nos inter-relacionamentos entre as empresas de manufatura na Europa (especialmente na Alemanha), América do Norte e Ásia, com foco nos arranjos sociais e políticos que governam o comportamento e a estratégia da empresa e que afetam (e organizam) a competitividade, a capacidade inovadora, as relações de trabalho e as condições de trabalho.

Entre 2017 e 2018, Herrigel foi presidente da *Society for the Advancement of Socio-Economics* (SASE), uma organização acadêmica internacional interdisciplinar, incluindo disciplinas como economia, sociologia, economia política, ciência política, estudos de organização, administração, psicologia, direito e história.

Gabriela Porcionato: Gostaria de começar a entrevista com o tema que me levou a Chicago, a internacionalização². Imagino que a internacionalização também é interesse do Professor, visto que realizou pesquisas na China e na Alemanha. Professor, poderia relatar como surgiu o interesse em estudar realidades/sociedades fora dos EUA? Poderia descrever como foi o processo de inserção nesses dois países, a formação de redes de contatos, as facilidades e dificuldades de estar e escrever sobre esses países? Quais as experiências marcantes e desafiadoras?

Garry Herrigel: Fiz o meu doutoramento nos anos 1980 e desenvolvi o tema da minha dissertação no início dessa década. Foi o auge da revolução Reagan – Thatcher no Ocidente. As forças conservadoras tinham lançado uma ofensiva muito agressiva contra o trabalho organizado. Além disso, a indústria norte-americana estava sob pressão das importações alemãs e japonesas. Por razões pessoais e familiares, tinha alguma capacidade de falar a língua alemã. Um estudo da indústria alemã parecia muito importante nessa altura. Ao contrário dos argumentos dos conservadores, os alemães eram fabricantes altamente competitivos com sindicatos muito fortes, muitos trabalhadores qualificados e salários elevados. Estava determinado a descobrir como tudo isso era possível e a contrariar muitos dos argumentos antissindicalistas que prevaleciam nos EUA naquela época. O meu primeiro livro, *Industrial Constructions. The Sources of German Industrial Power*, foi o resultado desse interesse.

Gabriela Porcionato: Na entrevista conduzida por Georg Rilinger, em fevereiro de 2018, quando era presidente da SASE, você menciona: “Eu sempre fui um mau cientista político”. Poderia explicar mais sobre isso?

² Herrigel foi co-orientador estrangeiro durante minha estadia nos Estados Unidos através do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) 2019/2020.

Gary Herrigel: Com isso quis simplesmente dizer que sempre me interessei mais pela forma como as variáveis políticas ajudam a moldar e até constituírem atores econômicos, empresariais e sindicais. Os “bons” cientistas políticos têm a política como variável dependente. Eu tinha a política como a minha variável independente.

Gabriela Porcionato: Poderia apontar alguns professores e autores que o inspiraram quando era estudante e que afetaram diretamente a sua trajetória e investigação, especialmente o carácter interdisciplinar e internacional?

Gary Herrigel: Os professores mais imediatamente influentes no meu desenvolvimento foram Charles Sabel³ e Joshua Cohen⁴. Mais remotamente, mas ainda extremamente importantes, foram Michael Piore⁵, Horst Kern⁶, Michael Schumann⁷ e Jonathan Zeitlin⁸. Uma vez na Universidade de Chicago, fui muito influenciado pelo trabalho e amizade dos meus colegas Andrew Abbott⁹, Moishe Postone¹⁰ e John Padgett¹¹. Um pouco mais distante, mas ainda bastante significativo, aprendi com o trabalho da minha colega Karin Knorr Cetina¹². Ultimamente, para além de todas essas pessoas, alguns dos meus colegas mais jovens aqui em Chicago têm

³ Charles Fredrick Sabel é professor de Direito e Ciências Sociais na Columbia Law School. Suas pesquisas se concentram em inovações públicas, governança da União Européia, normas trabalhistas, desenvolvimento econômico e redes ultra robustas.

⁴ Joshua Cohen é um filósofo estadunidense, especializado em filosofia política. Ele lecionou na Universidade de Stanford e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

⁵ Michael Joseph Piore é economista estadunidense, professor de economia e ciência política no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

⁶ Horst Kern é cientista social alemão, professor emérito da Georg-August-Universität Göttingen.

⁷ Michael Schumann foi um professor aposentado de filosofia alemão que se tornou um defensor da reforma na Alemanha Oriental e um político durante os preparativos para a reunificação alemã. Ele é visto como pioneiro do Partido do Socialismo Democrático, que substituiu o Partido da Unidade Socialista na República Democrática Alemã em 1989/90.

⁸ Professor de Políticas Públicas e Governança do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais da Universidade de Amsterdã. Lecionou na Universidade de Wisconsin-Madison, como Professor de Sociologia, Políticas Públicas, Ciência Política, Relações Industriais e História.

⁹ Andrew Delano Abbott sociólogo e teórico social americano. Seus tópicos de pesquisa variam de ocupações e profissões à filosofia dos métodos, à história das disciplinas acadêmicas e à sociologia do conhecimento.

¹⁰ Moishe Postone foi um teórico crítico e professor de história na Universidade de Chicago. Era conhecido tanto por sua interpretação do antissemitismo moderno quanto por sua reinterpretação da teoria crítica marxiana.

¹¹ John Padgett é professor especializado em política americana, teoria organizacional, modelos matemáticos e políticas públicas.

¹² Karin Knorr Cetina é uma socióloga austríaca conhecida por seu trabalho em epistemologia e construcionismo social. Ela se concentra no estudo de microestruturas globais e estudos sociais de finanças.

sido muito inspiradores para mim, em particular os historiadores Paul Cheney¹³, e Jonathan Levy¹⁴.

Gabriela Porcionato: Quando eu era visitante na Universidade de Chicago, sob a sua supervisão, participei em dois *workshops* de grupos de investigação, *Money, Markets, and Governance* (MMG) na *Business School* e *History of Capitalism*, no Departamento de Ciências Sociais. No início, podia-se considerá-los antagônicos, mas na realidade eram interdisciplinares e um esforço no sentido de colmatar a lacuna entre História, Sociologia e Economia. Você se percebe como um estudioso interdisciplinar? Como isso afeta o seu ensino? Como investigador, supervisor e professor, tem uma abordagem interdisciplinar com os seus alunos? O que procura despertar?

Gary Herrigel: Recebi formação em um programa interdisciplinar no MIT: O Programa de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade. O meu trabalho sempre cruzou as fronteiras entre ciência política, sociologia, geografia econômica, história (especialmente história empresarial) e estratégia empresarial. Isto faz de mim um mau cientista político. Há muito a dizer a favor de um enfoque disciplinar e eu, na minha velhice, passei a acreditar mais do que na minha juventude, que é importante que os jovens estudiosos sejam formados de forma bastante intensiva em uma determinada disciplina. Mas a interdisciplinaridade mantém as pessoas honestas e obriga-as a pensar sobre as coisas a partir de uma perspectiva diferente.

Gabriela Porcionato: A SASE tem também um carácter interdisciplinar, proporcionando uma miríade de debates, temas e abordagens. O que mais admira na SASE e o que mais chamou sua atenção nas últimas conferências? O que vê como seu legado como presidente da SASE? Poderia indicar alguns caminhos seguidos pela SASE, o que mudou ao longo do tempo e o que ficou? Como é que cresceu e se desenvolveu ao longo do tempo?

Gary Herrigel: A SASE é uma organização maravilhosa com uma história muito interessante. Foi fundada e serviu durante muitos anos como uma saída para académicos que trabalhavam em questões económicas, empresariais e laborais que não se enquadravam bem nos limites da ciência política e sociologia. Hoje, à medida que a economia política e a sociologia económica se tornaram bem enraizadas

¹³ Paul Cheney é um historiador da Europa com especialização no antigo regime da França e seu império colonial. Possui como campo de interesse: História francesa; o Iluminismo; a revolução Francesa; o mundo atlântico; história do pensamento político; e o capitalismo moderno inicial.

¹⁴ Professor de História dos Estados Unidos, Fundamentos, Pensamento Social, historiador da vida económica e dos Estados Unidos, com interesses nas relações entre história dos negócios, economia política, história do direito e história das ideias e cultura.

em disciplinas estabelecidas, a SASE tornou-se mais corrente. É especialmente importante para os sociólogos econômicos. O meu mandato como presidente foi marcado de forma mais acentuada por movimentos no sentido de criar mais diversidade na associação, especialmente em termos de gênero. Mas também realizamos a nossa primeira conferência na Ásia quando eu era presidente. Foi um passo importante para a associação.

Gabriela Porcionato: Podemos dizer que uma rede internacional de investigadores de sociologia econômica existe há alguns anos. Como vê esta rede hoje? Como vê a sociologia econômica nos EUA, não só em termos teóricos, mas também em termos de rede de investigadores? E que tal outras abordagens, como a francesa? Quais são as divergências e convergências entre a sociologia econômica americana e europeia e/ou francesa? (Se, considerando que posso fazer esta generalização – usando a europeia e a francesa como sinônimos – seria possível universalizar e fazer uma oposição entre uma “sociologia econômica americana” e uma “sociologia econômica europeia”?)

Gary Herrigel: A sociologia econômica americana tem sido influenciada de muitas maneiras pela sociologia econômica europeia, especialmente a escola de ator-rede na França e o trabalho neo-pragmático que está a ser realizado por Jens Beckert e os seus estudantes e colegas do Instituto Max Planck em Cologne¹⁵. David Stark¹⁶ na Columbia tem sido um forte transmissor dessas influências europeias para a cena americana. Mas a sociologia econômica americana tem muitos pontos fortes no trabalho histórico e institucional - por exemplo, Monica Prasad¹⁷, Greta Krippner¹⁸, Bruce Carruthers¹⁹ e um pouco mais atrás, Margaret Somers²⁰. Também, não subestimar a influência de longa data de várias formas de análise de redes na sociologia

¹⁵ Jens Beckert é, desde 2005, director do *Max Planck Institute for the Study of Societies* (MPIfG), Cologne, Alemanha. Instituto Max Planck para o Estudo de Sociedades (MPIfG) é uma instituição de pesquisa com foco nas conexões entre a ação econômica, social e política.

¹⁶ David Charles Stark é Arthur Lehman professor de Sociologia na Universidade de Columbia, onde atuou como presidente do departamento de sociologia e dirige o Centro de Inovação Organizacional. Ele também é professor de Ciências Sociais na Universidade de Warwick.

¹⁷ Monica Prasad é uma socióloga americana e ganhou vários prêmios por seus livros sobre sociologia econômica e política. Prasad é professora de sociologia na Northwestern University.

¹⁸ Greta Krippner é professora da Universidade de Michigan, socióloga da história com interesses em sociologia econômica, sociologia política, sociologia do direito e teoria social. Seu trabalho explora como a ascensão do mercado se cruzou com as transformações sociais, culturais e políticas na sociedade dos EUA ao longo século XX.

¹⁹ Bruce G. Carruthers é professor de sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Northwestern, Chicago, Illinois, EUA. Tem como áreas de interesse: Sociologia Comparada, Economia e Sociedade, Sociologia do Direito, Sociologia das Organizações.

²⁰ Margaret R. Somers é uma socióloga americana, professora de Sociologia e História na Universidade de Michigan. Recebeu o prêmio inaugural Lewis A. Coser de Inovação e Definição de Agenda Teórica em Sociologia.

econômica americana continua a ser extremamente importante – Woody Powell²¹, John Padgett. Também a teoria de campo (através do seu encontro com Bourdieu) continua a ser influente – o trabalho de Neil Fligstein é exemplar aqui²².

Gabriela Porcionato: Como vê o Brasil na rede global da sociologia econômica? Tem contato com a sociologia econômica brasileira? Considera estudar o Brasil na sua investigação internacional? Em caso afirmativo, poderia descrever um possível tema de interesse e as suas hipóteses?

Gary Herrigel: Aprendi muito com estudiosos brasileiros ao longo dos anos. Gabriela, você faz parte de uma longa linhagem de estudantes que vieram à Universidade de Chicago para uma visita de um ano. Atualmente, estou trabalhando com uma colega brasileira (que conheci durante os meus estudos de pós-graduação no MIT) sobre cadeias de abastecimento industrial e questões de desenvolvimento no setor petrolífero no Brasil. O Brasil é um país enormemente rico e importante onde questões fundamentais sobre desenvolvimento, equidade e ambiente estão a ser colocadas e a debater-se neste momento. É essencial ter intercâmbios com estudiosos brasileiros e apoiar o trabalho contemporâneo no Brasil neste momento da história mundial.

Gabriela Porcionato: No seu segundo livro, *Manufacturing Possibilities* (2010), você estudou o período da Segunda Guerra e o processo de recomposição; ou seja, um período de crise. Não queremos forçar um caráter premonitório, mas, com a crise do coronavírus (COVID-19), quais são as suas preocupações e impressões sobre um possível processo de recomposição nos vários segmentos da sociedade?

Gary Herrigel: Oh, essa é uma grande questão! Ainda estamos muito no meio das coisas. Mas o meu sentido é que haverá uma recomposição mais profunda na estrutura das trocas e especializações globais à medida que a sociedade global sair da crise da Covid-19. O imaginário Ricardiano que o neoliberalismo gerou para compreender as especializações e o desenvolvimento global foi seriamente posto em causa pela crise do coronavírus. O meu sentimento é que haverá maiores lutas entre estados para se afastarem das fortes formas de especialização nacional que foram fomentadas pela propagação das cadeias de abastecimento global a partir do Norte. Isso não significa que não haverá comércio ou outras formas

²¹ Professor de Educação e (por cortesia) Sociologia, Comportamento Organizacional, Ciência e Engenharia de Gestão e Comunicação na Universidade de Stanford.

²² Neil Fligstein é sociólogo americano e professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, conhecido por seu trabalho em sociologia econômica, sociologia política e teoria organizacional. Para mais recomenda-se FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 47, n. 2, p.61-80, June, 2007.

de intercâmbio global. Mas, na minha opinião, o desenvolvimento a avançar terá de ser mais diversificado e mais sustentável do ponto de vista ambiental. Pessoalmente, penso também que as fronteiras herdadas em matéria de emprego que temos entre indústria, agricultura e serviços terão de ser recalibradas. Temos tanto subemprego em âmbito mundial enquanto os produtores, tanto na agricultura como na indústria, têm seguido estratégias de escala que limitam sistematicamente a quantidade de pessoas que empregam. Isto seria uma coisa atrativa se os aumentos de produtividade e produção que essas estratégias gerassem maiores rendimentos, maior bem-estar, e um ambiente saudável. Mas em vez disso parecem ter gerado formas cada vez mais grotescas de desigualdade, subemprego e, no caso da agricultura, uma enorme degradação ambiental. Estas características da vida moderna não me parecem sustentáveis política, econômica, social e ecologicamente.

Gabriela Porcionato: O que os leitores encontram no artigo *Industrial possibilities and false necessity: rethinking production, employment and labor dynamics in the global economy*²³, publicado em 2020 pela *Socio-Economic Review* e que está em processo de tradução para o português? Poderia fazer o exercício analítico de localizá-lo na sua coletânea de produção? Ele é uma continuidade de interesses “antigos” (dada a vasta produção teórica/e de pesquisa que possui) ou representa interesse novo, abordagem nova em relação ao que vinha se dedicando até então?

Garry Herrigel: O artigo tenta fazer um balanço do momento atual da globalização. Basicamente, mapeia como as coisas parecem mudar e mostra quantas das nossas ideias herdadas sobre desenvolvimento, especialização e emprego não fazem um bom trabalho de contabilidade do estado de coisas contemporâneo, pelo menos nas economias políticas avançadas. O meu trabalho utiliza as questões levantadas no artigo como ponto de partida para a investigação atual. Para mim, especificamente, estou a fazer um grande trabalho sobre a história e os processos contemporâneos de recomposição na agricultura.

Gabriela Porcionato: Do seu ponto de vista, quais são os objetos de investigação mais estimulantes que merecem mais investigação nas áreas em que trabalha?

Garry Herrigel: Para mim, as questões de investigação mais prementes hoje em dia envolvem problemas de desigualdade, poder de monopólio, subemprego e degradação econômica. É extremamente importante que se faça investigação

²³ *Possibilidades industriais e falsa necessidade: repensando a produção, o emprego e a dinâmica do trabalho na economia global* (tradução nossa).

sobre estas questões. Na minha opinião, a pauta por soluções para estes problemas aumentará as perspectivas de maior democracia nas economias políticas globais.

Gabriela Porcionato: Qual é o papel das ciências sociais nos problemas atuais do século XXI?

Gary Herrigel: As ciências sociais podem ajudar a identificar as possibilidades que surgem na situação contemporânea. Elas podem fornecer uma perspectiva histórica sobre o presente, que muitas vezes tem o efeito de fazer o que parece inevitável ou natural parecer mais o resultado da ação, interesse e desejo humano. Elas também podem gerar importantes estudos empíricos de dados, conjuntos de dados, reflexões qualitativas e quantitativas sobre processos sociais que permitem a elaboração de políticas mais informadas. Parafraseando Marx, entretanto, é importante ter em mente que os cientistas sociais só interpretam o mundo; os movimentos e forças sociais são os que realmente o mudam.

Gabriela Porcionato: É possível dizer que as ciências sociais estão em crise ou é um momento de fortalecimento?

Gary Herrigel: Em geral, os “especialistas” têm perdido legitimidade no debate público e na sensibilidade. Isto pode não ser tanto por causa de suas ideias, mas pela forma como eles se isolaram da contribuição democrática e da responsabilidade na elaboração de políticas. É verdade que os cientistas sociais não têm sido grandes em prever crises – as que ocorrem parecem ser uma surpresa (a crise financeira, o surgimento de políticas populistas bem sucedidas) e as que são identificadas (desigualdade, encarceramento em massa, etc.) muitas vezes carecem de agentes eficazes para fazer mudanças importantes. A perda de legitimidade dos especialistas e da governança tecnocrática está ligada à degradação da política democrática e ao crescimento das formações oligárquicas em muitos países democráticos liberais. Isso é muito particular para nossa era e é um problema que a ciência social por si só não será capaz de resolver – embora possa contribuir para a reflexão social sobre como resolver o problema. A incapacidade da ciência social de prever as coisas não é realmente particular para o momento presente. É um problema de longa data com a ciência social positivista. Talvez este seja um momento em que tais ambições e concepções epistemológicas possam ser eliminadas e novas formas pós-positivistas de análise social possam florescer.

REFERÊNCIAS

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Rev. Adm. Empres.** São Paulo, v. 47, n. 2, p.61-80, Junho, 2007.

HERRIGEL, Gary. Industrial possibilities and false necessity: rethinking production, employment and labor dynamics in the global economy. **Socio-Economic Review**, Volume 18, Issue 2, April 2020, p.599–624. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwaa023>. Acesso em: 15 abr. 2021.

HERRIGEL, Gary. Interview with SASE President Gary Herrigel. Interview conducted by Georg Rilinger. FEBRUARY 01, 2018. Disponível em: <https://sase.org/newsletter-winter-17-18/interview-sase-president-gary-herrigel/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

HERRIGEL Gary. **Manufacturing Possibilities**: Creative Action and Industrial Recomposition in the United States, Germany, and Japan. Oxford Scholarship, 2010.

HERRIGEL Gary. **Industrial Constructions**. The Sources of German Industrial Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.26 n.50

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

